Vanda Maria Quecini

TIMÓTEO:

O LEGADO URBANO DE UM PROJETO INDUSTRIAL

São Paulo
2007

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Vanda Maria Quecini

TIMÓTEO:
O LEGADO URBANO DE UM
PROJETO INDUSTRIAL

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de
São Paulo como requisito parcial à obtenção do
título de doutora em Fundamentos e História
da Arquitetura e do Urbanismo.

Orientadores:

Prof. Dr. Philip Oliver Mary Gunn (ago/2001 a set/2005) *in memoriam*
Profa. Dra. Maria Irene de Queiroz Ferreira Szmrecsanyi (nov/2005 a ago/2007)

São Paulo
2007

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA:

E-MAIL: vndquecini@hotmail.com

Quecini, Vanda Maria
Q3t Timóteo: o legado urbano de um projeto industrial / Vanda
Maria Quecini. - - São Paulo, 2007.
396 p. : il.

Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Funda-
mentos da Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadores: Philip Oliver Mary Gunn e Maria Irene de
Queiroz Ferreira Szmrecsanyi.

1.Urbanização – Minas Gerais 2.Urbanização – Vale do Rio
Doce 3.Indústria siderúrgica – Brasil 4.Cidades novas – Timó-
teo (MG) 5.Cidades industriais – Timóteo (MG) I.Título

CDU 301(815.1-21)

DEDICATÓRIA

Para *Rosamaria e José*,
Cujo carinho e apoio me sustentam.
Para *Vera, Vânia e Valda*
Cuja companhia eleva meu espírito.
E para *Marcos (in memoriam)*
Cuja cujos sonhos me ajudaram a sonhar.

Enigma para intranquilos

*Pelos dias do ano que virá
encontrarei uma hora diferente,
uma hora de cabelos em catarata,
uma hora nunca mais transcorrida,
como se o tempo se rompesse ali
e abrisse uma janela: um buraco
por onde deslizar-nos até o fundo.*

*Bom, aquele dia com aquela hora
chegará e deixará tudo mudado:
não saberá jamais se ontem foi-se
ou o que volta é o que não se passou.*

*Quando o relógio cair uma hora
ao solo, sem que ninguém a recolha,
e ao fim tenhamos amarrado o tempo,
ai! Saberemos por fim onde começam
ou onde terminam os destinos,
porque no trecho morto ou apagado
veremos a matéria das horas
como se vê a pata de um inseto.*

*E dispostemos de um poder satânico:
voltar atrás ou acelerar as horas,
chegar ao nascimento ou à morte
com um motor roubado ao infinito.*

(NERUDA, 2004)

AGRADECIMENTOS

Há um provérbio chinês que diz que quando o discípulo estiver pronto, o mestre aparecerá, mas estou certa que foram os mestres que encontrei ao longo do caminho que me aprontaram, pois mais do que conhecimento, freqüentemente eles foram modelos e fontes de inspiração.

Assim, não poderia deixar de agradecer de forma muito especial às doutoras Marisa Varanda Carpintério e Maria Cecília Linardi Munguia que, ainda na graduação, me introduziram no universo da pesquisa acadêmica.

Para muito além da indicação da cidade de Timóteo como objeto de pesquisa e da ajuda na elaboração do projeto de mestrado, ou mesmo nas correções e comentários sobre o primeiro capítulo deste trabalho, agradeço à professora Telma Correia por ter me apresentado o professor Philip Gunn. A ele serei sempre grata pela confiança, permitindo que o acompanhasse em outros trabalhos e nas aulas da graduação, e, acima de tudo agradeço por ter me despertado para a riqueza escondida nas contradições da realidade que nos cerca e pela erudição que fazia de cada orientação uma viagem a outros universos.

À professora Maria Irene Szmrecsanyi que me recebeu como orientanda após o falecimento do professor Philip Gunn, agradeço pela dedicação e paciência nas leituras, pelas orientações e discussões sempre repletas de novos questionamentos e propostas de encaminhamento.

Meus sinceros agradecimentos à professora Maria Lúcia Gitahy, que sem excitar, em mais de uma ocasião veio em meu socorro e cujos comentários e críticas nas bancas de qualificação e passagem, juntamente com as professoras Cristina Menguello e Sandra Lencione, me ajudaram a compreender melhor alguns conceitos e organizar de forma mais clara as idéias.

Ao professor Silvio Macedo, juntamente com os professores Fábio Robba, Eugênio Queiroga, Valdmir Bartalini e Maria Angela Faggin agradeço por terem me recebido e instruído durante os estágios PAE, quando tive a oportunidade de conhecer uma outra forma de trabalhar as disciplinas de projeto.

Também gostaria de agradecer aos professores Nuno Fonseca, Csaba Déak, João Whitaker e Maria Lúcia Refinetti pelas salutares discussões e por terem permitido acompanhá-los nas disciplinas de planejamento.

Agradeço ainda às meninas das bibliotecas da FAU, à Zezé, Filó, Estelita, Regina, Regiane e Dina pelo auxílio nas pesquisas e compreensão nos meus atrasos. Ao pessoal da FAU-Maranhão, Isa, Ivani e Leonardo que se mostraram sempre prontos a sanar minhas dúvidas e atender minhas solicitações.

Ao Marcelo de Castro do Arquivo Público Mineiro, à Andrea Xavier do IEPHA de Minas, à Cirlei Aparecida Rocha do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, ao Carlos Paiva do América Futebol Clube, à Luciana Patente da Fundação Belgo, ao Marco Antônio do CREA de Belo Horizonte, à Adriana Ávila do Minas Tênis Clube, à Adaltiva e Luciana da Secretaria de Obras e Viação do

Estado de Minas Gerais, ao pessoal do Parque Estadual do Rio Doce e das bibliotecas da Fundação João Pinheiro, do Instituto de Geografia, das faculdades de Arquitetura, Educação e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, meu apreço e gratidão por terem auxiliado a explorar de forma mais ágil e eficaz seus acervos.

À dona Vanda Rodrigues Duffles Teixeira e seus filhos, agradeço terem compartilhado comigo as lembranças, memórias e documentos do senhor Romeu Andrade Duffles Teixeira, um material que lançou novas luzes sobre o entendimento da organização urbana de Timóteo.

Em Timóteo devo agradecer a disposição das funcionárias da biblioteca municipal e a atenção do pessoal da prefeitura, em especial a Rosana Diniz, ao Bruno de Bruno e Paulo Schettini que além de concederem acesso a mapas e planos que serviram de base para entender como vem se organizando a cidade, sempre arrumaram tempo para discutir idéias e pontos de vista.

Gostaria de agradecer à ACESITA que através da Fundação ACESITA e principalmente de José Estácio de Carvalho permitiu o acesso a textos, fotografias, plantas e mapas de seu Arquivo Central. A José Estácio de Carvalho gostaria de agradecer também pelo suporte logístico que o empréstimo da bicicleta representou e por neste seis anos de pesquisa ter se tornado um ponto de apoio confiável na busca de novos contatos e projetos.

Também não posso deixar de expressar minha gratidão por todos aqueles que ao dividir comigo suas memórias deram sentido a este trabalho, pois seus conhecimentos, suas histórias hospitalidade e generosidade mais do que conhecer, me levaram a sentir um pouco do gostinho de Minas Gerais, do vale do Aço e de Timóteo. Portanto, aí vai meu muito obrigado ao Padre Abdala, aos senhores Geraldo, Olinto, João Kleber, Perácio, José Cruz, Cícero, Leonardo Cunha, José Fausto, José Mendes, Fernando Sena, Paulo, Joaquim Maria, Otávio, Antônio Carlos e Waldetário e às senhoras Regiane, Núbia, Judith e Vilma.

Aos colegas do grupo de pesquisa Mauro, Marina, Carolina, Diogo, André, em especial à Yara, e também ao Fernando Atique e ao Marcos Vírgilio, muito obrigada pelo aprendizado que o conhecimento de suas exposições e comentários trouxeram.

Às amigas Alessandra Natali Queiroz, Cláudia dos Reis Cunha e Mary Helle Balleiras agradeço terem compartilhado descobertas e enfrentado comigo alguns dos mais doces sabores e dos mais amargos dissabores da vida acadêmica.

Acima de tudo gostaria de agradecer à minha família, a meus pais Rosamaria e José que aceitando minhas ausências e colaborando com meu sustento, permitiram que perseguisse meu sonho. Aos primos Patrícia e Pedro que me ensinaram a conhecer e desfrutar São Paulo de outra forma e, às minhas irmãs Vera, Vânia e Valda que me ajudaram e apoiaram de diversas formas. À Valda pela sinceridade nas opiniões e no afeto. À Vera pelas traduções e revisões do inglês, pelos artigos da internet e pelos conselhos. À Vânia pelo apoio constante nos momentos mais críticos, corrigindo textos, revisando a bibliografia, solucionando pendências em Piracicaba e me fazendo rir, uma ajuda

que nenhuma girafa ou hipopótamo jamais será capaz de retribuir.

À FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo agradeço a concessão da bolsa que viabilizou a dedicação a esta pesquisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: O ESTUDO DE UMA CIDADE E DE UMA EMPRESA

01

CAPÍTULO I: CONCEITUANDO CIDADES EMPRESARIAIS

	10
2 TEMAS E ABORDAGENS DAS CIDADES EMPRESARIAIS NA LITERATURA ACADÊMICA	29
2.1 A HABITAÇÃO EM QUESTÃO	31
2.2 A CIDADE EM QUESTÃO	35
2.3 O OPERÁRIO EM QUESTÃO	41
2.4 A ARQUITETURA EM QUESTÃO	50
3 OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE CIDADES EMPRESARIAIS	54

CAPÍTULO II: PROJETOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE EMPRESARIAL

	56
2 DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO	59
3 PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO	64
3.1 O PROJETO DA TENNESSE VALLEY AUTHORITY	66
A CIDADE DE NORRIS	74
3.2 O PROJETO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	78
INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	79
FERRO E SIDERURGIA NO BRASIL	83
A ITABIRA IRON ORE E A CVRD	92
A CIDADE DE VOLTA REDONDA	101

CAPÍTULO III: URBANIZAÇÃO E CIDADES SIDERÚRGICAS EM MINAS GERAIS

	107
1 URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO EM MINAS GERAIS	
1.1 URBANIZAÇÃO DOIRADA: CIDADES E TERRITÓRIO	107
1.2 O "MOSAICO MINEIRO": DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO	109
1.3 INDUSTRIALIZAÇÃO E SIDERURGIA EM MINAS GERAIS	111
2 O VALE DO RIO PIRACICABA E AS CIDADES SIDERÚRGICAS MINEIRAS	118
2.1 O VALE DO AÇO	119
2.1 MONLEVADE	127
2.2 IPATINGA	132
2.3 OURO BRANCO	143

CAPÍTULO IV: O PÚBLICO E O PRIVADO NA CONSTRUÇÃO DE TIMÓTEO

	146
1 DE TIMÓTEO A ACESITA: FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADE	
1.1 O POVOADO E A COMPANHIA (ATÉ 1946)	147
1.2 A CIDADE EMPRESARIAL DA ACESITA (1946-1968)	153
1.3 A CIDADE ABERTA: TIMÓTEO OU ACESITA ? (1968-1992)	166
2 DE ACESITA A TIMÓTEO: NOVOS PARÂMETROS PARA A RELAÇÃO EMPRESA X MUNICÍPIO	181
2.1 DISCURSO AMBIENTAL, RESPONSABILIDADE SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO	181
2.2 PRIVATIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL	190

CAPÍTULO V: A CONSTRUÇÃO DE TIMÓTEO: PROJETO E DESTINO

1 OS PROFISSIONAIS DO URBANISMO E OS ESPAÇOS DA CIDADE	207
1.1 ROMEU DE ANDRADE DUFFLES TEIXEIRA: PARQUES E ESPORTES PARA A CIDADE	213
1.2 JOSÉ LUIZ BATISTA: UM ARQUITETO EM PELE DE ENGENHEIRO	238
1.3 FERNANDO SENA: UM ENGENHEIRO EM PELE DE ARQUITETO	246
1.4 O DESENHO DA CIDADE DE TIMÓTEO: UM DESTINO SEUS PROJETOS	251
2 UMA LEITURA DA PAISAGEM URBANA DE TIMÓTEO	257
2.1 PERCURSOS E VIAS	258
2.2 SETORES E BAIRROS	259
2.3 PONTOS NODAIS	260
2.4 LIMITES E BARREIRAS	261
2.5 MARCOS E EDIFÍCIOS	261
2.6 O DESTINO DA CIDADE EMPRESARIAL	263

CAPÍTULO VI: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADE DE TIMÓTEO

1 FORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL EM CIDADES EMPRESARIAIS	270
2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE TIMÓTEO	277
2.1 O FUTEBOL, OS CLUBES E OUTRAS ATIVIDADES DE LAZER	278
2.2 A IGREJA, OS SINDICATOS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS	287
DOS ARMAZÉNS À ASSOCIA	288
DO SESP AO METASITA	289
DA BENEPÓ AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	294
2.3 A CELEBRAÇÃO E A CONTESTAÇÃO NOS DESFILES CARNAVALESCOS	305

CONCLUSÃO: TIMÓTEO, O LEGADO URBANO DA ACESITA

1 LEGADOS E RUPTURAS	313
2 TIMÓTEO: O LEGADO URBANO DA ACESITA	314

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	320
----------------------------	-----

ANEXOS	349
--------	-----

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA NÚMERO	TÍTULO	PÁGINA
1	<i>A usina da ACESITA em 1954</i>	Capa
2	<i>Panorâmica da usina e da cidade de Timóteo em 1945</i>	Capa
3	Industrial Landscape	1
4	Industrial Landscape	9
5	<i>Temas nos quais as cidades empresariais podem ser discutidas</i>	25
6	<i>Parâmetros para análise da relação indústria x cidade</i>	
7	Tucuruí	26
8	<i>Maarmolick</i>	
9	<i>Usinas Santa Barbara</i>	
10	<i>Pedra</i>	
11	<i>Vila Maria Zélia</i>	
12	<i>Vila Maria Zélia</i>	27
13	Usina São João	
14	<i>Schefferville</i>	
15	<i>Grand Hornu</i>	
16	<i>Climax</i>	
17	<i>Itabira</i>	
18	<i>Birmingham</i>	
19	<i>Vila Cerealina</i>	28
20	Pullman	
21	<i>Saltaire</i>	
22-23	<i>Fabrica Nacional de Motores</i>	
24	<i>Noisel sur Maine</i>	28
25	<i>Hotep Sesostris</i>	
26	<i>Usina Ipanema</i>	
27	<i>Merthyr Tydfil</i>	
28	<i>Raffard</i>	
29	Volta Redonda	55
30	A Usina2 de Nitrato	77
31	<i>Rio Tennessee</i>	
32-33	<i>Área da TVA</i>	
34	<i>Barragens da TVA</i>	
35	<i>Barragem de Norris</i>	
33-36	<i>Casas em Norris</i>	
40	<i>Planta de Norris</i>	
38-39	<i>Casas em Norris</i>	90
38-39	Vista da Fábrica de Ferros	
40	<i>Edifício sede da Fábrica de Ferros</i>	
41	<i>Vista da Fábrica de Ferros</i>	
42	<i>Edifício sede da Fábrica de Ferros</i>	
43-44	<i>Residências da Fábrica de Ferros</i>	91
45	<i>Parte da Nova Carta da Capitania de Minas Gerais com a localização das principais siderúrgica da região</i>	
46	Usina Esperança	
47	<i>Usina Esperança</i>	
48	<i>Local antiga Usina Esperança</i>	
49	<i>Forno da Usina Esperança</i>	
50	<i>Vila operária da Usina Esperança</i>	
51	<i>Grupo Escolar Laura Queiroz</i>	104
52	<i>Vila operária da Usina Esperança</i>	
53	Mapa de localização	
54	<i>Propaganda de inauguração da CSN</i>	
55	<i>Passeio pelo Santa Cecília</i>	
56	<i>O projeto da cidade operária</i>	105
57	Vista da cidade e da CSN	
58	<i>Vista do bairro Santa Cecília</i>	
59	<i>O bairro Santa Cecília em 1942</i>	
60	<i>Escola Técnica</i>	
61-62	<i>Área central</i>	106
63-66	<i>Residências</i>	
67	<i>Vista geral da cidade e da usina</i>	116
68	O mosaico mineiro de Rugendas	
69	Vilas e cidades mineiras no período colonial	116
70	<i>Fundação de vilas e cidades brasileiras no período colonial</i>	
71	<i>Centralidade e desenvolvimento das regiões mineiras no século XIX</i>	

72-74	<i>Distribuição das atividades econômicas pelo território nacional</i>	
75	<i>O mosaico mineiro</i>	
76	<i>Plano de eletrificação de Minas Gerais</i>	117
77	<i>Plano ferroviário mineiro</i>	
78	<i>Deslocamento do desenvolvimento industrial mineiro entre 1890-1950</i>	
79-80	<i>O traçado original e o novo traçado da ferrovia Vitória-Minas</i>	
81	<i>As minas e usinas do Quadrilátero Ferrífero</i>	125
82	<i>O município de Antônio Dias e seus distritos</i>	
83	<i>Evolução urbana do Vale do Rio Piracicaba</i>	126
84	<i>Carta de Ipatinga – Vale do Rio Piracicaba</i>	
85	<i>Área residencial central</i>	130
86	<i>Projeto de residência</i>	
87-88	<i>Projeto de Lincoln Continentino (perspectiva e implantação)</i>	
89-90	<i>Vistas das duas margens do rio</i>	
91-92	<i>O município de Monlevade e o sítio da USIMINAS</i>	
93	<i>Vista da Usina e da cidade</i>	131
94	<i>Vista dos fundos da usina</i>	
95-96	<i>A Igreja de São José Operário e o Solar Monlevade</i>	
97-107	<i>Residências</i>	
108	<i>O centro comercial</i>	
109-110	<i>Projeto, implantação e perfil de Ipatinga</i>	137
111	<i>Área do projeto</i>	
112	<i>Vista geral</i>	
113	<i>Modulação das residências</i>	
114	<i>Propriedade fundiária</i>	138
115-116	<i>A cidade e a área da USIMINAS</i>	
117-118	<i>O centro</i>	
119-124	<i>Residências</i>	
125	<i>Vista geral</i>	
126-127	<i>Localização e implantação</i>	143
128	<i>O centro antigo</i>	
129	<i>Os setores do plano</i>	
130-132	<i>Vista geral dos bairros</i>	
133	<i>Paisagem geral da cidade</i>	144
134	<i>Zoneamento do município</i>	
135	<i>Área urbana do município</i>	
136	<i>Centro antigo</i>	
137-139	<i>Habitações</i>	
140-141	<i>Os centros comerciais</i>	
142	<i>Vista geral</i>	
143	<i>Monumento SINERGIA de Vilma Noël</i>	152
144-146	<i>O povoado de Timóteo (localização e situação nas décadas de 19 30 1940)</i>	
147-149	<i>Sede das fazendas Angelina e do Alegre</i>	
149-151	<i>A capela e o entorno da praça 29 de Abril</i>	
152-155	<i>Sedes das fazendas da região</i>	162
156	<i>As possíveis localizações para a usina da ACESITA</i>	
157-158	<i>A Fazenda Angelina</i>	
159	<i>Evolução urbana de Timóteo – década de 1940</i>	
160-161	<i>A Capela São José e os galpões da ACESITA</i>	
162	<i>Evolução urbana de Timóteo – década de 1950</i>	163
163-164	<i>As casas de pau-a-pique e sapé do Angico</i>	
165	<i>A primeira escola no Quitandinha</i>	
166-167	<i>As casas de madeira da Vila dos Caixotes</i>	
167-169	<i>Vistas do centro ainda por construir</i>	164
168-169	<i>A construção do Bromélias</i>	
172-173	<i>A Vila dos Técnicos</i>	
174-175	<i>O Quitandinha e Timirim em construção</i>	
176-179	<i>As novas escolas no Quitandinha e Funcionários, o novo hospital e cinema</i>	
180-186	<i>Residências</i>	165
187	<i>A cidade e a usina em 1968</i>	
188	<i>A cidade e a usina em 1971</i>	179
189-190	<i>Evolução urbana de Timóteo – década de 1960 e o bairro de Cachoeira do Vale</i>	
191-192	<i>Evolução urbana de Timóteo – década de 1970 e o bairro do Macuco</i>	
193-194	<i>Evolução urbana de Timóteo – década de 1980 e o Centro Sul</i>	180
195	<i>Perspectiva do projeto do novo centro comercial</i>	
196-197	<i>Maqueta do prédio do novo escritório da ACESITA e o novo prédio da Prefeitura Municipal de Timóteo</i>	
198-199	<i>Projeto do bairro Primavera e mapa de áreas da ACESITA em 1991</i>	
200-201	<i>Evolução urbana de Timóteo – década de 1990 e o bairro Alphaville</i>	203
202-203	<i>Evolução urbana de Timóteo – década de 2000 e o distrito industrial do Limoeiro</i>	
204-205	<i>Mapas de zoneamento e setores do Plano Diretor de 2004</i>	204

206-207	A antiga Casa de Hóspedes, atual Fundação Acesita	
208	Vista geral a partir do centro na direção noroeste	205
209	O Vale do Aço (jan/2007)	
210	Vista aérea em 1961	206
211	Romeu de Andrade Duffles Teixeira	229
212-213	Levantamento do município de Sítio (parcial - 1954) e posta do centro da cidade	
214-215	O primeiro time (1912) e o projeto da arquibancada do primeiro estádio do América Futebol Clube (1939)	
216	Os espaços de esporte em Belo Horizonte e suas mudanças	
217-218	Vista de satélite dos fundos do Palácio da Liberdade e projeto para o Parque Palácio da Liberdade (1938)	230
219-220	Fotografias da Praça Osvaldo Costa em Paraguaçu	
221	Localização da Praça Osvaldo Costa	
222-223	Vistas atuais da Praça Osvaldo Costa	
224-225	O Grande Hotel Araxá vista aérea e de satélite	231
226	O projeto de Romeu Duffles para o Barreiro do Araxá (1937)	
227-228	O balneário antes da reforma e o perspectiva do projeto de Dierberger para o Barreiro do Araxá	
229	Projeto de Romeu Duffles para o estádio de Astolfo Dutra (1953?)	
230-231	O projeto da praça de Alfenas de Romeu Duffles (1948) e o da praça da Liberdade de Dierberger (1920)	232
232	Perspectiva do projeto de Romeu Duffles para o clube da Usina Esperança (194?)	233
233	Local da antiga usina Esperança	
234-235	A cidade de Carangola e o Estádio Roseli Soares	
236	Perspectiva do projeto de Romeu Duffles para Praça de Esportes em Carangola (1939)	
237	Plano geral do projeto de Romeu Duffles para a ACESITA (1947-1951)	234
238-239	Organização geral do projeto de Romeu Duffles	235
240	Detalhe implantação nos lotes	
241-242	Perfil da avenida parque e de uma rua residência	
243	Detalhe das vias	
244-245	Detalhamento do clube, implantação e cortes (1951)	236
246-247	Projetos para o atual bairro Funcionários (1946) e para o centro (atual bairro do Timirim) (1950)	
248-250	O projeto de Georg Metzendorf (1909) para o subúrbio jardim de Margarethenhole, sua vista aérea (1980) e entrada no início do século	237
251-253	Sistemas de parques e avenidas projetados por George Kessler para as cidades de Kansas (1893), Saint Joseph (1912) e Indianapolis (1905)	
254-257	O plano de George Kessler para Cincinnati (1907) e postas da cidade e seus parques no início do século XX.	
258	O bairro Serenata em 2007	
259-260	A localização dos bairros e o bairro Primavera em 2007	244
261	O prédio da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano	
262-267	Projetos particulares de reforma e residências	
268-270	As sedes do ACESITA Esporte Clube e do sindicato e o Colégio Macedo Soares	
271	O edifício Pioneiros	245
272	Vista noroeste do Centro Norte	
273-275	O Conjunto Comercial 31 de Outubro e detalhes da circulação e externa e a assinatura no autor estampada no concreto	
276-278	Edifícios construídos como empreendedor em Belo Horizonte	
279	O bairro Recanto	250
280-281	A localização dos bairros e o Novo Horizonte	
282	O manual do proprietário do bairro Novo Horizonte	
283	A área do projeto e o destino da cidade de Timóteo	
284-286	Os esquemas gerais da estruturas urbanas propostas por Ebenezer Howard, Romeu Duffles para a ACESITA e o da atual cidade de Timóteo	256
287	Uma leitura da paisagem urbana de Timóteo	267
288-292	Cinco postais da cidade de Timóteo: a Fundação ACESITA, a estatua das Três Graças, a Igreja de São Sebastião, a Matriz de São José e a Capela São José	
293-294	As praças do Centro Norte (1º de Maio) e Sul (21 de Abril)	
295-296	Imagens do Forno Hoffman, no bairro Olaria	
297-298	As duas escolas projetadas por Éolo Maia, nos bairros Vale Verde e Cachoeira do Vale	268
299	À direita o Centro Norte visto a partir do bairro São Cristóvão	
300	O Centro Sul visto a partir do bairro Ana Malaquias	
301	Desfile do bloco Andorinhas	
302	Localização dos espaços esportivos em Timóteo	269
303	Os locais de encontro no centro norte	285
304-306	Primeiro time oficial do ACESITA Esporte Clube, o brasão da Liga Acesitana de Desporto e o Time do Florestino	286
307	Os prédios dos antigos Cine ACESITA e Marabá	
308-310	Alguns times em atividade na década de 1970: ACESITA, Funcionários e Vila novas time.	
311	As primeiras obras de construção da sede campestre do ACESITA Esporte Clube	
312	O clube Operário na década de 1960	303
313	Atual armazém da ASSOCIA no Quitandinha	
314-315	Prédio da atual farmácia da ASSOCIA e sede da Associação dos Aposentados	

316-317	<i>Os galpões de alojamento e armazém no centro no Quitandinha</i>	
318	<i>O antigo hospital</i>	
319-320	<i>O hospital Vital Brasil na década de 1960 e atualmente</i>	
321-322	<i>As celebrações em frente à Capela São José</i>	
323-325	<i>A Corporação Musical Santa Cecília na década de 1950 e atualmente</i>	
326-328	<i>O uso do solo no Vale do Aço, as baterias de fornos da ACESITA, os modernos fornosno Vale do Jequitinha e os tradicionais no Vale do Aço</i>	304
329-331	<i>Colégio Salesiano na década de 1960 e atualmente</i>	
332	<i>Desfile de 1º de Maio na década de 1960</i>	
335-336	<i>Desfiles cívicos (7 de Setembro e 1º de Maio)</i>	310
337-339	<i>Concursos de Miss e os bailes no clube</i>	
340-344	<i>A celebração no desfile das escolas de samba</i>	311
345-350	<i>A contestação nos desfiles dos blocos caricatos</i>	
351	<i>Mapa de Timóteo para a população local</i>	312
352	<i>A versão local para o mascote Timóteo</i>	
353-355	<i>Os pioneiros anônimos da ACESITA</i>	
356-359	<i>Os pioneiros reconhecidos da ACESITA: Athos de Lemos Rache, Percival Farquhar, o engenheiro Alderico de Paula Rodrigues e Aminthas Jacques de Moraes</i>	320
360	<i>O general Edmundo de Macedo Soares</i>	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABOA – Associação Beneficente dos Operários da Acesita
ADEMG – Associação Desportiva do Estado de Minas Gerais
AEC – Acesita Esporte Clube
ART – Anotação de Responsabilidade técnica
ALFA – Associação de Lazer dos Funcionários da Acesita
ACESITA – Aços Especiais Itabira
AÇOMINAS – Aço Minas Gerais S.A.
ADT – Agência de Desenvolvimento de Timóteo
AFP – Aços Finos Piratini S.A.
BB – Banco do Brasil
BC – Banco Central
BENEPO – Beneficência Popular
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (até 1982 era BNDE)
BNDESPAR – BNDES Participações S.A.
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAFSB – Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara
CCQ – Circulo de Controle de Qualidade
CEF – Caixa Econômica Federal
CELQUI – Centro de Serviço de Laminados à Quente de Inoxidáveis
CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEPAL – Comissão de Econômica para a América Latina
CETEC – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais
CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CIAM – Congrès Internationaux d'Architecture Modern
CIGA - Clube de Investimento dos Empregados do Grupo Acesita
CIGA – Clube de Investimentos dos Empregado do Grupo Acesita
COFAVI – Companhia Ferro e Aço de Vitória
COHAB – Companhia Habitacional
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSIDER – Conselho Nacional de Siderurgia
COPENE - Companhia Petroquímica do Nordeste
COPESUL – Companhia Petroquímica do Sul
COSINOR – Companhia Siderúrgica do Nordeste
COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação da FGV
CREA – Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
EFVM – Estrada de Ferro Vitória-Minas
EMATER – Empresa Mineira de Assistência a Extensão Rural
FASA – Forjas Acesita S.A.
FAST – Fundo de Ação Social de Timóteo
FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FINAME – Financiamento para Aquisição de Maquinas e Equipamentos
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FJP – Fundação João Pinheiro
FUMIC – Fundação Mineira da Criança
GCIS – Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica
IAIA – Instituto de Assuntos InterAmericanos
IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
I PND – Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC - Carboquímica Catarinense S.A.
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEF – Instituto Estadual de Florestas
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico de Minas Gerais
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
II PND – Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
SUPRA - Superintendência de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU – Imposto Territorial Urbano
ITAVALE – Instituto de Trabalhadores e Trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha
KMCL – Krupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda.
LAD – Liga Acesitana de Desportos
LAF – Liga Acesitana de Futebol

LIDECCEL – Liga Desportiva de Cel. Fabriciano
METASITA – Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Município de Timóteo
MTC – Minas Tênis Clube
NEIT – Núcleo de Economia Industrial e Tecnologia (UNICAMP)
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização não Governamental
PDDUA – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PERD – Parque Estadual do Rio Doce
PETROQUISA - Petrobrás Química S.A.
PETROS – Fundo Petrobrás de Seguridade Social
PME – Programa de Metas por Equipe
PMT – Prefeitura Municipal de Timóteo
PND – Plano Nacional de Desestatização
POSTALIS – Instituto de Seguridade Social Correio e Telégrafos
PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do. Banco do Brasil
PREVI BANERJ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Sistema Banerj
SEP – Sociedade Brasileira de Economia Pública
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST – Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais
SESP – Serviço Especial de Saúde Pública
SIDERAMA – Companhia Siderúrgica da Amazônia
SIDERBRAS – Siderurgia Brasileira S.A.
SIFCO – Steel Improvement and Forge Company
SINDIPA – Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga
SISTEL – Fundo Telebrás de Seguridade. Social
TICCIH – The International Committee for Conservation of the Industrial Heretage
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP – Universidade de Campinas
USIBA – Usina Siderúrgica da Bahia
USIMEC – Usinas Mecânicas S. A.
USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

Inserida no contexto das cidades empresariais, esta pesquisa objetiva contribuir com ainda incipiente literatura nacional sobre o tema, deixando em segundo plano a abordagem usual que parte da problemática habitacional e direcionando as discussões para o campo da urbanização. Portanto, nessa pesquisa busca-se a compreensão de um processo de urbanização conduzido pela indústria através da construção de cidades novas, mais especificamente das cidades siderúrgicas brasileiras a partir da década de 1940.

O método de pesquisa adotado fundamenta-se na contextualização histórica e nos estudos de caso, de forma que dentre os diversos aspectos que tangenciam a questão da produção do urbano pela indústria privilegia-se sua contribuição para a formação e organização do espaço urbano brasileiro no nível local e regional. Assim, apresenta-se e contextualiza-se a ACESITA e Timóteo no processo de industrialização nacional, no universo das cidades siderúrgicas brasileiras, na região do Vale do Rio Doce e do Vale do Aço. Em seguida a leitura da cidade é feita tendo como contraponto a indústria, seja no seu relacionamento com o poder municipal ou com a comunidade local, de modo a que seja possível identificar na cidade atual o legado econômico, político e social da indústria, ou seja, seu legado urbano.

Palavras chave: cidades empresariais, cidades novas, urbanização, siderúrgicas brasileiras, Vale do Aço, Timóteo, ACESITA.

ABSTRACT

The current research work aims to contribute to the yet-incipient Brazilian literature on company towns departing from the usual approach that considers the housing problem as a starting point the present discussion focus on the field of urbanization instead. Therefore, our goal is to comprehend one special process of urbanization: a process conducted by the industry via the construction of new towns; more precisely, iron-work Brazilian towns built from the decade of 1940s and later.

The methodology is based on historical contextualization and case studies in such a way that, among several aspects associated to the industry-dependent generation of the urban space, the main focus is on its local and regional contribution to the formation and organization of the urban space. Therefore, the company ACESITA and the city of Timóteo are presented in the contexts of national industrialization, Brazilian iron-work towns and Vale do Rio Doce and Vale do Aço region. Subsequently, the interpretation of Timóteo is permeated by the industry, considering its role on the municipal authority as well as on the local community. This interpretation allows the identification of the industry legacy on economical, political and social aspects of the current city, therefore its industry urban legacy.

Key words: company town, new-tow, urbanization, Brazilian iron works industries, Vale do Aço, Timóteo, ACESITA.

Fig. 03: Industrial Landscape
(L. S. LOWRY, s.d.)

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
- *Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.*
- *A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – responde Marco -, mas pela curva do arco que estas formam.*
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
- *Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.*
Polo responde:
- *Sem pedras o arco não existe.*

(CALVINO, 1990: 79

)

Apesar de ser reconhecida tanto por economistas, quanto por geógrafos, arquitetos e urbanistas, a relação entre industrialização e urbanização ainda é pouco estudada quanto a seus reflexos no plano local, sendo que no Brasil, uma literatura acadêmica preocupada em analisar o papel direto da indústria na produção do espaço urbano parece ter começado a ganhar fôlego somente a partir da década de 1990. Atraso que se pode justificar pelo contexto da época e pela diversidade de forma que a participação da indústria na construção do espaço urbano brasileiro assumiu tanto ao longo do tempo quanto nas dimensões e complexidade dos aspectos que envolveu, indo desde a construção de simples grupos de casas até complexas estruturas urbanas, ou seja, de vilas operárias a cidades empresariais, desde a mera oferta de moradia até uma vigilância rígida dos hábitos cotidianos do operariado.

Trata-se, portanto, de uma influência que não pode, nem deve, ser medida somente por sua participação na criação e crescimento físico do espaço das cidades, pois implica em alterações tanto no quadro econômico, quanto social e político dos locais onde se desenvolve, estes sim, aspectos que desde a década de 1960 vem sendo estudados por antropólogos e sociólogos e que, a partir da década de 1970, inseridos na problemática habitacional, passaram a ser objeto de estudo freqüente de arquitetos e urbanistas.

Mas, apesar desta proximidade ser tão facilmente reconhecida, fazendo inclusive que estes processos figurem como sinônimos nos dicionários, nesses estudos parece haver uma dissociação entre a ação direta da indústria sobre a cidade e seu crescimento, resultante da dificuldade em se reconhecer com exatidão o que foi produzido diretamente pela indústria e o que é consequência da urbanização por ela desencadeada, portanto, fruto da indiferenciação entre os processos de industrialização e urbanização. Tal dissociação ficou evidente no curso “*Pioneirismo empresarial no Brasil e a construção do século XXI.*”, realizado na Faculdade de Economia e Administração da USP (nov/2003), quando entre relatos sobre a vida e obra de figuras de destaque no cenário empresarial brasileiro, como Francisco Matarazzo, Roberto Simonsen, Nami Jafet, Leon Feffer, Jorge Street, entre outros, professores de história econômica, administradores e economistas clamavam pela necessidade de formar e motivar os jovens a “empreender”, tornarem-se empreendedores, sem demonstrarem qualquer preocupação com o impacto do início ou do fim destes empreendimentos nos locais onde se implantavam. Apelo que vinha embalado pela promessa do “*espetáculo do crescimento*”, feita pelo presidente Lula, e que era justificado pela atual “falta” de nomes que, como aqueles do passado, fossem capazes de dar cabo da tarefa de “fazer o Brasil grande”.

Esta completa ausência de discussões sobre as consequências, no âmbito local, das grandes obras empreendidas por industrialistas, soava perturbadora pois se esperava que, senão no que tange à organização espacial da cidade, assumidamente um aspecto que concerne mais a arquitetos e urbanistas do que a administradores de empresa e economistas, houvesse pelo menos algumas considerações quanto aos impactos econômico e político que tanto o início quanto o fim de seus

empreendimentos ocasionaram¹. Foi animado por tais inquietações que este trabalho foi elaborado. Inquietações que nasceram ainda durante a graduação, quando a pesquisa sobre a Usina Santa Bárbara² demonstrou a importância deste empreendimento no crescimento e organização da cidade de Santa Bárbara d'Oeste e que uma visita à cidade de Timóteo, sugerida pela professora Telma Correia, mostrou ainda mais ser pertinente.

Assim, com a inquietação trazida para o âmbito da pesquisa acadêmica, iniciou-se a formulação do projeto de pesquisa para o concurso de ingresso no programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 2001, sob a orientação do professor Philip Gunn. Desde os momentos iniciais, o trabalho já tinha como objetivo principal a análise de um processo específico de urbanização, aquele desencadeado pela indústria através da construção de uma cidade empresarial, a cidade de Timóteo-MG, pela ACESITA (Aços Especiais Itabira), entre as décadas de 1940 e 2000. Objetivo que se manteve inalterado mesmo com a passagem para o programa de doutorado direto (2004) e a mudança de orientação, ocasionada pelo falecimento do professor Philip Gunn (2005), quando a professora Maria Irene Szmrecsanyi assumiu a orientação.

Partindo da hipótese de que uma cidade empresarial é um legado industrial com componente urbano, cuja trajetória é marcada por decisões patronais que persistem mesmo após a passagem da gestão urbana da esfera privada para a pública e que, enquanto construção social, a cidade empresarial tem seu caráter e identidade formados pelo embate de interesses e tensões inerentes ao projeto industrial que a origina e transforma, é que foi elaborado este estudo da atuação da ACESITA na cidade de Timóteo.

Uma atuação que se analisa a partir da noção de legado urbano não como patrimônio construído ou herança cultural que a indústria transmite à cidade quando deixa de existir, mas como esse mesmo conjunto de espaços, edifícios, hábitos e instituições que contaram com a participação da empresa para se formar e desenvolver, tornando-se identificáveis a cada ruptura no seu modo de intervir sobre a cidade. Legado entendido, portanto, como algo que não depende do fechamento da fábrica para ser resgatado, pois evidencia-se a cada mudança significativa na postura da indústria com relação a cidade e sua sociedade.

É com o objetivo de esclarecer qual este legado, qual o papel desempenhado pela indústria em diversos aspectos da construção do urbano e o que resta, material e socialmente, de sua influência, que se estruturou o trabalho seguindo três linhas de pesquisa. Na primeira delas, relacionada a fatores políticos e econômicos, busca-se introduzir o objeto enquanto resultado de um processo onde determinantes econômicas e políticas se mesclaram a condicionantes naturais, ou seja, de que forma

¹ Mesmo a atuação de Jorge Street, embora tivesse forte cunho social foi analisada sob o ângulo do “pioneirismo”, sua importância residindo no fato de ter sido o “primeiro” ou o “mais bem sucedido”. O mesmo ocorreu com Ramos de Azevedo, cuja principal contribuição foi considerada a escola de Artes e Ofícios.

² Cabe salientar que o tema das cidades empresariais já havia sido explorado superficialmente durante a graduação, quando foi elaborado trabalho de iniciação científica, sobre as construções da Usina Santa Bárbara, trabalho financiado pela FAPESP e que teve a duração de 18 meses, intitulado: “Usina Santa Bárbara: um espaço para a história, uma história para a memória, uma memória para o espaço” (IC 98/11940-2).

políticas desenvolvimentistas, apoiadas na industrialização, colaboraram na urbanização do território e no desenho do espaço das cidades siderúrgicas brasileiras, especialmente as mineiras. O segundo aspecto abordado refere-se à análise do espaço projetado e construído na cidade de Timóteo e na região do Vale do Aço pela iniciativa privada e pelo poder público, bem como o modo como os profissionais da cidade entenderam e fizeram uso de teorias urbanísticas e arquitetônicas a fim de projetar e construir seus espaços. Já seguindo a terceira linha, são analisadas instituições e acontecimentos que permitem reconhecer como se formou e organizou uma sociedade auto-dirigida, uma comunidade urbana com autonomia política, no sentido weberiano, mesmo sob a égide da indústria, um legado cujo principal mérito não está na sua forma original, mas no aprendizado gerado a partir dele, transformando-o em expressão mais completa da cidade como um todo, pois engloba tanto imposições, quanto oposições, socialmente organizadas.

Norteadas pelas linhas acima expostas, a pesquisa se deu através de levantamentos de campo, (entrevistas, fotografias, documentos, mapas e depoimentos em acervos públicos e privados) e bibliográficos (livros, imagens, teses, artigos técnicos e acadêmicos)³ contendo elementos teóricos e históricos. A elaboração do trabalho exigiu que esses levantamentos se entrelaçassem: num primeiro momento os levantamentos de campo serviam como base para comprovação ou não das questões teóricas apontadas a partir das pesquisas bibliográficas e, num segundo, era o contato com a realidade que levava a formulação de questões cujas respostas exigiam um retorno à literatura acadêmica a fim de encontrar paralelos e assim, poder entendê-las e explicá-las melhor. Portanto, o trabalho resultou de um processo de sucessivas aproximações, no qual freqüentemente se transitou de um extremo a outro, procedimento que visava uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa e a redução dos equívocos na interpretação das informações analisadas.

Este procedimento apoiou-se nas portas conceituais propostas por Stella BRESCIANI (1990)⁴, que tomadas como balizas, sinalizaram para aspectos que guiaram a elaboração dos capítulos, cada um deles focalizando um aspecto considerado relevante no relacionamento entre a ACESITA e Timóteo. Portanto, cada capítulo privilegia determinadas fontes que, levantadas e analisadas no curso das disciplinas e trabalhos programados, foram aprofundadas, reunidas e organizadas na forma aqui apresentada.

Assim, no primeiro capítulo buscou-se reunir e avaliar os parâmetros teóricos sobre os quais se assenta a noção de cidades empresariais. Neste sentido foram trilhados dois caminhos: num primeiro buscou-se compreender alguns dos conceitos envolvidos na denominação “cidade empresarial”. A relação entre indústria e cidade é analisada desde seu surgimento até os momentos atuais tendo como parâmetro o desenvolvimento de atividades produtivas, verificando-se os principais responsáveis por transformar a casa e a cidade de bens de consumo em bens de troca, processo facilmente reconhecível

³ Um relatório das atividades desenvolvidas ao longo da pesquisa, os acervos pesquisados e os principais materiais optidos encontra-se no Anexo I, tab22.

⁴ O que se propõe é: ao transitar pelos corredores delimitados pelas linhas descritas acima lançar olhares através destas portas, de forma a constantemente situar e contextualizar as informações e dados colhidos.

nas cidades empresariais. Outro aspecto abordado nesta parte diz respeito à diversidade de nomes, definições e formas de classificação encontradas na literatura estudada a fim de designar os conjuntos edificados por empresários para abrigar seus empregados. Na segunda parte deste capítulo, o foco cai sobre os temas – habitação, cidade, condições de vida do operariado e arquitetura – que guiam as discussões dos diversos autores que, direta ou indiretamente, tratam da influência da indústria na construção do espaço urbano. Dentre esses temas, o que recebe maior destaque é a habitação, pois seja construída pelos industriais, seja pelo Estado, ela é o elemento em torno do qual se tem problematizado a organização das cidades modernas. A cidade é tratada tanto como indutora da industrialização (pela concentração do mercado consumidor e oferta de mão de obra), quanto como sua consequência (uma vez que muitas vezes a indústria, não só induz o crescimento da cidade, como busca gerar novas). Já as condições de formação do operariado aparecem como a razão última de obras realizadas por industriais tendo como fim a arregimentação, formação e manutenção de mão de obra. Mais do que um instrumento neste processo, é na arquitetura, que todas estas desígnios são concretizados com o emprego do componente tecnológico, apresentando-se como expressão da síntese entre a intenção e a consecução.

O segundo capítulo tem por objetivo contextualizar nacional e historicamente a implantação da ACESITA e o conseqüente início da construção de sua cidade operária. Ele principia com uma tentativa de verificar o modo como desenvolvimento e industrialização se relacionam, através de uma comparação entre este ideário no Brasil e nos Estados Unidos, o que indica similaridades entre os projetos que resultaram na formação da CVRD – Companhia do Vale do Rio Doce e da TVA – Tennessee Valley Authority, sendo ambos planos de desenvolvimento regional de cunho nacionalista, que haviam adotado a industrialização como elemento primordial para sua promoção e que foram marcados por um prolongado e intenso debate entre iniciativa privada e o poder público local (Norris x Ford e Bernardes x Farquhar) quanto à exploração de recursos naturais nacionais. Comparação que além de mostrar que o projeto norte americano encontra paralelos não somente com a criação CHESF e Paulo Afonso, como também com o grande impulso que o desenvolvimento da indústria siderúrgica nacional deu a todo o processo brasileiro de industrialização. Além do que, o envolvimento de Percival Farquhar neste debate e seu encerramento com a assinatura dos Acordos de Washington marcam também o nascimento da ACESITA, já que foi com os recursos oriundos daí que ele, associando-se a dois brasileiros fundou a empresa. Assim, após uma contextualização da industrialização como ideal de desenvolvimento e desta como um dos principais indutores do processo de urbanização, na primeira parte é apresentado o caso da TVA e da cidade de Norris, construída a fim de viabilizar a construção de uma de suas barragens. Na segunda parte se percorre as principais tentativas de implantação da indústria siderúrgica no Brasil desde o período imperial, passando pelos embates sobre a “vocaço da naço”, pelas disputas pelo minrio de ferro nacional, pelas discusses sobre protecionismo, conflitos entre capital privado e estatal, at a assinatura dos Acordos de Washignton, com a implantaço da Companhia Siderrgica Nacional e a construço da cidade de Volta Redonda.

O desenvolvimento econômico e o processo de urbanização do Estado de Minas Gerais são o objeto do terceiro capítulo. A organização urbana gerada PELA exploração aurífera nos século XVIII e a gerada pela siderurgia a partir da década 1930, sem terem ocorrido de forma homogênea, constituem um dos poucos elementos comuns à região central do estado de Minas Gerais, significando, no século XVIII, a exploração de um território praticamente virgem e no século XX, o rompimento com o padrão de agricultura de subsistência fundamentada na pequena propriedade. Assim, embora a região designada “mineradora central” jamais tenha perdido completamente sua importância, assiste-se ao longo do século XIX uma reversão ao mundo rural a partir do quadro gerado pela mineração do ouro, quando as cidades mais do que dominar o universo rural, o haviam antecedido. A implantação de cidades siderúrgicas reviveu na metade do século XX a precedência urbana. Portanto, na primeira parte deste capítulo busca-se, através da análise bibliográfica, apresentar as condições sobre as quais se assentou o processo de urbanização gerado pela instalação de usinas siderúrgicas no Estado de Minas Gerais, mais especificamente no Vale do Rio Piracicaba. Já na segunda parte são as fontes documentais que conduzem ao conhecimento e ao reconhecimento das especificidades do Vale do Aço e a do projeto, implantação e desenvolvimento das cidades siderúrgicas de Monlevade (1936), Ipatinga (1955) e Ouro Branco (1978), deixando Timóteo para o capítulo seguinte.

No quarto capítulo, a história de Timóteo é apresentada em dois tempos. No primeiro observa-se desde as primeiras notícias do estabelecimento do povoado, Às transformações pelas quais ele passou com a chegada da ACESITA, com a construção e consolidação da cidade operária, chegando até o momento que o estreito relacionamento entre empresa e cidade foi mais fortemente questionado. Tendo como marco a década de 1980, quando o plebiscito para o nome da cidade explicita e oficializa uma importante inflexão ness relacionamento, mostra-se que o que poderia ser a consagração da obra iniciada. Há quase quarenta anos, com a comunidade reconhecendo a força do vínculo com a empresa, acabou por explicitar o quanto a ACESITA não mais desejava este vínculo. Na segunda parte do capítulo demonstra-se que embora a empresa tenha declarado desejar um maior afastamento dos problemas urbanos, ela permaneceu presente, que seu afastamento foi sempre relativo, sendo esta simplesmente uma ruptura no seu modo de intervir. De modo que, mesmo com a privatização e a ampliação do uso do carvão mineral, alterando a matriz energética da usina - fatores que poderiam significar uma drástica redução da presença da ACESITA na vida urbana da cidade pois implicaram em violenta redução do quadro de SEUS empregados diretos - a cidade permaneceu e permanece dependente da ACESITA. Finaliza o capítulo o exame da emergência da problemática ambiental e a mudança de foco na ação social da empresa, com a companhia participando de planos e projetos de recuperação de rios, córregos e da mata nativa mas sempre explorando novas regiões (Vale do Paraopeba).

Já no quinto capítulo, o tema é a construção do espaço físico da cidade, que numa primeira parte é analisado a partir daqueles que o conceberam e projetaram, os profissionais da cidade. Profissionais que nem sempre possuíam formação condizente com os cargos que exerceram, mas que por serem

incumbidos pela companhia e pela prefeitura de cuidar do setor de urbanismo foram responsáveis pela formação do pensamento urbanístico na cidade. Dentre estes profissionais se destaca o engenheiro Romeu Duffles, autor do primeiro projeto da cidade, José Luiz Batista, único arquiteto empregado pela empresa em Timóteo e que atuou concomitante como funcionário da ACESITA, das prefeituras de Coronel Fabriciano e Timóteo, como arquiteto autônomo e posteriormente como empresário, finalmente há Fernando Sena, engenheiro mecânico, que foi o responsável pelo setor de urbanismo da empresa por mais de vinte anos. No entanto, há que se considerar que o espaço ora observado é muito mais do que os projetos traçados por estes profissionais, o desenho das quadras e ruas são tanto resultado dos ideais por eles elaborados e interpretados quanto da mão do destino, da ação de outros atores que fizeram do traçado das ruas e do desenho das fachadas o que são hoje. Mas se na primeira parte do capítulo a cidade é vista pelos olhos daqueles encarregados de projetá-la, na segunda a leitura é feita a partir de seus usuários. Esta leitura perceptiva de sua paisagem toma de empréstimo os mesmo cinco elementos utilizados por Kevin Lynch: vias e percursos, setores e bairros, limites e barreiras, pontos nodais e por fim, marcos e edifícios, a fim de encontrar o sentido das dicotomias que estão na base da organização espacial de Timóteo. Dicotomias cujas tentativas de diluição tem levado ao progressivo desaparecimento de vestígios de seu passado e com eles da identidade da cidade.

No sexto capítulo busca-se entender a cidade como sociedade, a partir das instituições e movimentos que sob os auspícios da companhia ou não, formaram-se e tomaram corpo fora dos portões da fábrica. Tendo como pressuposto que, independentemente de ter um projeto social explícito e bem organizado ou não, ao propor a construção de uma nova cidade, a indústria acaba também por propor uma determinada forma de organização social, observando-se que mesmo os momentos de calmaria, em que esta organização é dominada pela indústria há oposições e conflitos. O momento de explicitação destes conflitos, especialmente através de organizações operárias e manifestações culturais, é também o momento que marca a consolidação de uma identidade própria para a comunidade, uma identidade que embora fundamentada na sua origem industrial reflete mais os anseios da população do que da fábrica e ou seus prelados. Em Timóteo este processo de construção de uma identidade própria tomou impulso na década de 1950, quando sob a direção do General Edmundo de Macedo Soares a identificação entre a companhia e a população local foi fortalecida por obras sociais e urbanas, identificação que sofreu poucos abalos na década de 1960 quando ela foi emancipada e aberta, sendo que, somente na década de 1980, uma maior independência entre a cidade e a indústria se explicita na forma de manifestações populares e instituições. Assim, a identidade social de Timóteo foi forjada tanto pelo confronto quanto pelo consenso, pois ela tem como base a estrutura e os ensinamentos que a indústria havia imputado a seus empregados, transformadas e adaptadas a fim de responder não aos anseios da indústria mas da população. É assim que em Timóteo, a organização e a burocracia aprendidas no escritório ajudam a fundar os times de futebol e a liga desportiva, cujas competições motivaram a fundação de novos clubes recreativos, que a Igreja Católica passa de cúmplice na exploração dos carvoeiros com a Benepó, a berço do sindicato dos trabalhadores rurais, que o

armazém se transformou em cooperativa de consumo, que o assistencialismo da empresa foi assumido pelo sindicato e que o carnaval deixou de ser simplesmente uma brincadeira para tornar-se crítica da realidade.

Mais do que o reconhecimento dos diversos aspectos do legado urbano da indústria à cidade (econômico, político, social, cultural e urbanístico), discutidos ao longo do trabalho, neste último capítulo busca-se verificar qual seu significado e assim descobrir porque alguns permaneceram intocados, outros foram profundamente alterados e outros quase desapareceram. Esta identificação e significação dos vestígios do passado ao esclarecer qual deles se deseja preservar, quais se têm tentado apagar e de que forma isto vem sendo feito é o que permite vislumbrar os valores que tem norteado a organização da cidade. Assim, da eleição dos heróis locais para protagonizar sua história, fundamentada no pioneirismo dos seus fundadores e no patriotismo de seu grande construtor, até o ecologismo das atuais políticas sociais, a ACESITA tem participado de forma ativa na construção de um conjunto de valores que guiam mais do que os hábitos cotidianos da população, eles servem como parâmetros na determinação dos elementos adotados para representar a cidade e sua sociedade. Portanto, o legado urbano da ACESITA vai muito além da construção da Timóteo do passado ou mesmo da do presente, pois mais do que a materialidade das ruas e edifícios, estradas e pontes, da fumaça das chaminés e do apito da fábrica, ou mesmo do que a imaterialidade do conhecimento técnico, de um modo de vida, de atividades sociais e das instituições que ajudam a regular o convívio social, ele participa ativamente na construção de sua memória, ajudando a constituí-la enquanto comunidade com poder de identificar seus interesses específicos e lutar por seus espaços físicos e políticos.

Fig. 04: Industrial Landscape
(L. S. LOWRY, 1955)

*Arte que te abriga arte que te habita
arte que te falta arte que te imita
arte que te modela arte que te medita
arte que te mora arte que te mura
arte que te todo arte que te parte
arte que te torto ARTE QUE TE TURA*

(Leminski, 2001)

I.1 CIDADE E INDÚSTRIA: UMA RELAÇÃO ESPACIAL

Embora possa parecer óbvio, é pertinente lembrar a observação de LEFEBVRE (1991: 03): “*A cidade preexiste à industrialização*”, e antes da cidade, acredita MUMFORD (1998: 11), houve “... *a povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras...*”, todos frutos da disposição e necessidade do homem de viver em sociedade. Assim, o que num primeiro momento chama-se “cidade” é um aglomerado humano de caráter mais ou menos permanente, que é, no entanto, inseparável da substância econômica que o torna possível. Cidades como as arcaicas, que eram moradas dos antepassados, centros de peregrinação e celebração de ritos e mistérios; como as da Antiguidade clássica, que funcionavam como focos de poder político e ponto de concentração militar; ou ainda como as medievais, que se constituíam em refúgio e entreposto comercial; cidades que eram obras, pois ganhavam importância somente enquanto serviam de palco para o desenvolvimento de atividades, estando, assim, isentas de qualquer valor de troca e repletas de valor de uso (LEFEBVRE, 1991).

Contudo, se, para MUMFORD⁵, o surgimento da cidade é marcado pela constituição de comunidades capazes de concentrar funções antes dispersas pelas aldeias, mais do que pela revolução agrícola, que permite a produção de um excedente comerciável, para WEBER (1958), o que caracteriza economicamente⁶ uma cidade é sua capacidade de comércio, independentemente da origem dessa produção⁷, sendo a cidade um mercado, vista a necessidade de consumo de seus habitantes não ser satisfeita pela produção local; já para BENÉVOLO (2001)⁸, é o domínio da produção que transforma a aldeia em cidade, que passa então a controlar o campo; e, embora CASTELLS (2000: 42) deixe claro que não se trata de uma questão de precedência do campo sobre a cidade, esta “... *só pode existir na base do excedente produzido pelo trabalho da terra*”. Assim, ao tomar como parâmetro o processo produtivo, o desenvolvimento de atividades rurais geradoras de um excedente é visto como pré-condição ao surgimento das cidades, que, tornando-se responsável por seu controle, faz do campo seu dependente.

⁵ Para MUMFORD (1998: 36), o germe da cidade é o ponto de encontro cerimonial, sendo que o que a distingue da aldeia é sua capacidade de concentrar funções diversas (“*cada novo componente da cidade, por essa mesma razão, apareceu inicialmente fora de seus limites, antes que a cidade o adotasse.*”), antes esparsas por diferentes aldeias, do que pela revolução agrícola, sendo a cidade uma união entre a cultura neolítica (técnicas agrícolas e cultos religiosos) e a paleolítica (belicoidade e divisão do trabalho). Para o autor, portanto, a cidade é descrita como: “... *uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada.*”.

⁶ WEBER (1958) salienta, contudo, que a noção econômica isoladamente não é capaz de definir a cidade, sendo necessário somar um conceito político (fortaleza e cidadania). Na interpretação de M. I. SZMRECSANYI (1994), Weber entende a cidade como essencialmente uma comunidade política que defende sua autonomia ante poderes externos, estando na origem tanto dos Estados como da democracia.

⁷ “*Economically defined, the city is a settlement the inhabitants of which live primarily of trade and commerce rather than agriculture ... In the meaning employed here the ‘city’ is a market place.*” (WEBER, 1958: 66)

⁸ “*Há cerca de 5.000 anos, nas planícies aluviais do Oriente Próximo, algumas aldeias se transformaram em cidades; os produtores de alimento são persuadidos ou obrigados a produzir um excedente a fim de manter uma população de especialistas: artesãos, mercadores, guerreiros e sacerdotes, que residem num estabelecimento mais complexo, a cidade, daí controlam o campo.*”.

Esta postura é levada além por Jane JACOBS (1969) em “*The economy of the city*”, em que a autora defende as idéias de que não só o campo depende da cidade, como a de que esta é pré-condição para a existência do campo (das atividades que levam à sua ocupação). Para construir seus argumentos, a autora inspira-se em estudos sobre uma cidade neolítica – Çatal Hüyük, no planalto da Anatólia (Turquia), constrói uma cidade fictícia (New Obsidian), regida pelos mesmos “... *processos econômicos que tem encontrado operando em nossas próprias cidades e períodos históricos*”⁹. (JACOBS, 1969: 19). Nascida do assentamento de um grupo de caçadores-coletores que se fixaram na região e passaram a comercializar o vidro vulcânico (*obsidian*), ferramentas feitas com capim negro (*black grass*)¹⁰, a cidade sobrevivia da troca desses produtos, sendo, portanto, caracterizada por atividades extrativas e manufatureiras. Retratando os processos econômicos que ocorrem nessa cidade, a autora indica como atividades consideradas tipicamente rurais, como a pecuária e a agricultura, teriam nascido urbanas¹¹, e que somente com o crescimento da população resultando na necessidade de aumento da produção para abastecimento interno, novas técnicas de criação e plantio iriam surgindo, as quais, pela necessidade de maior adensamento da cidade, iriam expulsá-las para o campo. Assim, não só a cidade teria dado origem às atividades rurais, como teria ditado seu crescimento e desenvolvimento, pois o campo teria se tornado cada vez mais dependente das ferramentas e tecnologias desenvolvidas e produzidas na área urbana.¹²

Essa dicotomia entre campo e cidade fez da sociologia um dos campos mais férteis para discussão da relação entre cidade e indústria. Nela, o adjetivo “urbano” ganha força de substantivo designando o “espaço da cidade”, contraponto do “rural”, o “espaço do campo”, e é sobre essa diferença que se apóiam as definições de cidade, que também passam constantemente pelo conceito de cultura¹³. Assim, a atitude *blasé* do morador da cidade, descrita por George SIMMELS (1902), opõe-se à do habitante do campo; a civilidade que adota o urbanismo como modo de vida de Louis WIRTH (1940) é sinônimo de urbanidade, que se espalha dela para o meio rural e para os “*confins da terra*”, ou seja, pelo que não é urbano; da mesma forma, Max WEBER (1958) afirma que, enquanto as cidades concentram e controlam as atividades econômicas, políticas e culturais, ao campo cabe a produção agrícola. Entretanto, a contraposição entre campo e cidade, que, segundo Raymond WILLIAMS (1989), é uma construção originária da necessidade de marcar duas formas diversas de organização (social e econômica), parece fazer sentido somente a partir do momento em que se consolida a idéia de cidade, havendo então a necessidade de algo que lhe faça oposição. De forma que a noção de campo só surge quando se torna imprescindível uma distinção entre o que é urbano e o que não é, ou seja, mesmo

⁹ “... *economic processes that I have found operating in cities of our own historical time*”. (JACOBS, 1969: 19).

¹⁰ Um capim preto que, por nascer das cinzas dos vulcões que margeiam o platô, existia somente nesta região, sendo colhido desde os primórdios da povoação, nunca cultivado.

¹¹ Próximas à aglomeração, muitas vezes nos quintais das casas.

¹² Nesse ponto, CASTELLS (2000) e JACOBS (1969) concordam; para ambos é a cidade que detém o controle da produção, inclusive a rural.

¹³ Para CASTELLS (2000: 39), na sociologia o termo “urbanização” assume duas conotações: “[1] *Concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e densidade.* [2] *Difusão do sistema de valores, atitudes e comportamentos denominados ‘cultura urbana’.*”

sendo considerado mais primitivo, até mesmo anterior por alguns autores, o rural ganha valor explicativo somente à medida que faz contraponto ao urbano¹⁴.

No entanto, ao ser analisado sob a óptica da divisão social do trabalho, observa-se que esta contraposição aproxima-se mais da idéia de complementação do que de oposição, verificando-se uma especialização das atividades econômicas favorecidas pelas condições peculiares a cada um deles. De tal forma que, no campo, priorizam-se a agricultura e a pecuária – maior disponibilidade de terras e mão-de-obra menos qualificada – e na cidade concentra-se o comércio, serviços e indústria – concentração do mercado consumidor, mão-de-obra mais qualificada, desenvolvimento tecnológico e mercado financeiro. Segundo Paul SINGER (1968: 10), “*A divisão de trabalho não condiciona apenas determinadas relações entre os indivíduos e grupos da sociedade; ela também condiciona as relações entre coletividades diferenciadas no espaço, isto é, entre regiões geoeconômicas distintas*”¹⁵.

Também para Karl MARX (1999: 407) esta abordagem é essencial, pois acredita que “*O fundamento de toda divisão social do trabalho, desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre cidade e campo. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese...*” (sem grifo no original). E embora não se detenha neste ponto, ao descrever o desenrolar da Revolução Industrial e a introdução da energia a vapor, aponta para a ampliação da importância do papel desempenhado pelas cidades, pois, estas, já concentrando grande parte da população, puderam prover abundante mão-de-obra e reunir um expressivo mercado consumidor, tornando-se lócus preferencial para instalação das indústrias, que, antes (atraídas pelas quedas d’água), encontravam-se dispersas no campo. A introdução do que MARX (1999) chamou de “máquina-ferramenta”¹⁶ acentua a substituição do modo de produção artesanal da manufatura pelo fabril e abre caminho para o desenvolvimento da grande indústria. O relacionamento da indústria com a cidade cresce em complexidade, pois, se por um lado, a proximidade entre ambas era atraente para a primeira por causa da existência de redes de infra-estrutura¹⁷, ao contato com mercado consumidor e ao acesso a reservas de mão-de-obra¹⁸, por outro, a atração era contrabalançada pela emergência de graves problemas sociais e de ordem sanitária¹⁹, com raízes nos baixos salários; a extrema exploração

¹⁴ Indistinação que Paul SINGER (1968: 26) nota ao analisar a cidade de São Paulo na primeira metade do século XIX, afirmando: “... como era notório, não havia separação nítida entre zona rural e urbana, invadindo as chácaras, áreas diretamente adjacentes ao ‘centro’ da cidade”.

¹⁵ Embora o autor esteja referindo-se à diferenciação entre as microrregiões do país, das quais análise de cinco grandes cidades, onde cada uma acaba por cumprir um papel, conforme indicado acima, campo e cidade podem ser vistos como lócus ou regiões geoeconômicas distintas.

¹⁶ Para Marx, “máquina de ferramenta” é o equipamento que substitui as mãos humanas: “... máquina-ferramenta emancipa-se, desde o início, da barreira orgânica que a ferramenta manual de um trabalhador não podia ultrapassar”. (MARX, 1999: 430). Isto se dá pela utilização de um instrumento com maior capacidade de realização (tear com múltiplos fusos), por uma máquina transmissora de potência e pela regularidade das máquinas geradoras de força motriz diversa da humana (vapor).

¹⁷ Principalmente vias de comunicação, estradas e posteriormente linhas telegráficas que facilitavam tanto a aquisição de matéria prima quanto à comercialização e distribuição do produto manufaturado; além das redes de abastecimento (água e gás) que iam sendo implantadas.

¹⁸ Constituindo-se num exército de reserva que permitia ampliar a extração da mais-valia pelo controle dos salários.

¹⁹ Destacam-se as descrições de Friedrich ENGELS (1988) e os trabalhos de Michelle PERROT (1991) e François BÉGUIN (1991), além de textos literários como os de Dickens, Zola entre outros.

do trabalho combinada à especulação com o preço da terra urbana e ao custo das construções gerava nas cidades ocidentais extremas dificuldades de abrigo para o operariado urbano. Uma situação que, conforme esclarece Friedrich ENGELS (2000) em *“The housing question”*, só agravava os problemas sociais, sendo a antítese entre cidade e campo o cerne do problema habitacional. Para Engels, a única forma de eliminar esta diferenciação é a abolição do modo capitalista de produção, como os “utopistas modernos” Robert Owen e Charles Fourier já haviam percebido elaborando planos-modelo nos quais não há tal distinção²⁰.

Esta visão da grande cidade como local que concentra os grandes males do momento é reforçada por Louis MUMFORD (1998), para o qual seu crescimento e o surgimento das primeiras metrópoles modernas – descritas como *“paraísos paleotécnicos”*²¹, uma vez que se mostravam capazes de reunir às mais avançadas tecnologias de produção o mais ancestral modo de vida –, relaciona-se ao predomínio do *laissez-faire* por parte do Estado, acompanhado do liberalismo econômico ditado pelos interesses burgueses, seguindo-se um profundo questionamento do urbano. Transformadas em alvo da atenção de pensadores, políticos, médicos e engenheiros, as principais capitais da Europa foram varridas por ondas de reformas, sendo a de Paris paradigmática. Estas reformas tinham como prioridade a regulação dos “fluxos” (da circulação de pessoas e mercadorias à circulação da água, ar e dejetos) e o embelezamento urbano, deixando a cargo do mercado a oferta de habitação ao proletariado expulso das áreas centrais, usualmente núcleo inicial da cidade. Para os industriais, esse procedimento apresentava-se, por um lado, pouco compensatório, visto que acarretava gastos diretos e indiretos com o operário, fosse pelo aumento de salários²² ou pela queda da produtividade ocasionada por doenças²³; por outro, acenava com a possibilidade de ampliação dos lucros, por intermédio da construção de habitação para os trabalhadores. Esses lucros poderiam ser obtidos de forma indireta, pois, ao locador-patrão, era permitido controlar o tempo e as condições de vida do operariado, mesmo fora da fábrica²⁴, induzindo-o ou obrigando-o a atividades e condutas que poderiam refletir

²⁰ “On its own admission, therefore, the bourgeois solution of the housing question has come to grief-i has come to grief owing to the antithesis of town and country. And with this we have arrived at the kernel of the problem. The housing question can only be solved when society has been sufficiently transformed for a stat to be made towards abolishing the antithesis between town and country,... but only by the solution of the social question, that is, by the abolition of the capitalist mode of production, is the solution of the housing question made possible. To want to solve the housing question while at the same time desiring to maintain the modern big cities is an absurdity.” (ENGELS, 2000).

²¹ O acentuado crescimento das cidades, no final do século XIX e início do XX, será acompanhado pela emergência de toda uma literatura onde prevalece a idéia do urbano como algo grandioso e aterrador. Num misto de terror e deslumbramento, a imagem da cidade é a do monstro, de um ser desconhecido cujos tentáculos se prolongam em todas as direções, gerando novos ruídos e odores. Mais do que os edifícios das fábricas, ou mesmo as novas máquinas que circulam nas ruas (bondes e automóveis), o monstro urbano tem seus humores regulados pelo movimento da multidão que toma as ruas. (BRESCIANI, 1985).

²² A fim de viabilizar a reprodução da força de trabalho, há necessidade de se compatibilizar o custo de vida (do qual o gasto com habitação é um dos principais componentes) com os salários. Esta forma, a liberalidade que imperava no mercado de então, onde a grande procura fazia os preços se elevarem, regulava o mercado em níveis muito elevados.

²³ Os gastos diretos seriam relativos à necessidade de aumento dos salários ou da construção de moradia para os trabalhadores. Os gastos indiretos dizem respeito à proliferação de doenças ocasionadas pelas péssimas condições de higiene tanto na fábrica quanto na cidade e nas moradias, reduzindo o rendimento dos trabalhadores e refletindo na produção.

²⁴ Visitas surpresa e revistas, juntamente com toques de recolher (sirenes e interrupção do fornecimento de energia – iluminação pública) e a promoção de atividades de diversas ordens, fossem obrigatórias ou não, eram instrumentos usados com frequência no controle do tempo do operariado, pois por intermédio delas se induzia aos comportamentos desejáveis.

positivamente na produção; e também de forma direta, pois, ao controlar o valor dos aluguéis, detinha instrumento decisivo na regulação dos salários²⁵.

Num contexto em que a crença no meio como formador do indivíduo vinha ganhando força nos mais diversos setores da sociedade, a relação entre urbanização e industrialização, dada pela localização industrial, deixava de ser determinada unicamente por condicionantes físicas (proximidade de fontes energéticas ou de matéria-prima) e estruturais (vias de comunicação para escoamento da produção e acesso ao mercado consumidor), adquirindo conotação social. E a construção de cidades inteiras por indústrias assumia novos contornos ao somar ao projeto industrial um projeto social, cuja concretização vinculava-se à existência de um projeto urbano. Nesse aspecto se pode sentir fortemente a influência das idéias de Robert Owen e Charles Fourier²⁶.

A partir daí, observa-se que a urbanização gerada pela indústria passa a criar cidades repletas de valor de troca, pois, mais do que palco de atividades sociais, seus espaços compõem o quadro de investimentos feitos pelo industrial, com a finalidade de ampliar seus ganhos, nos mesmos moldes do que ocorrera com a moradia. E embora a “venda” do projeto urbano e social nem sempre seja condição necessária para caracterizar uma cidade empresarial²⁷, implícita ou explicitamente, o projeto urbano foi, e continua sendo, utilizado pela indústria para atrair, explorar, manipular e fixar o trabalhador. Assim sendo, a relação entre urbanização e industrialização, que nascera com a emergência da cidade na condição de local de produção, valendo principalmente pelo seu caráter eminentemente de uso, modifica-se com o empenho das indústrias capitalistas na construção do urbano, em especial, no caso em que essas se incumbem de construir estruturas urbanas complexas, pois, transformadas em mercadoria, são negociáveis tanto no plano concreto (moradia x salário) quanto no abstrato (qualidade de vida), o que se torna possível devido ao entrelaçamento dos projetos industrial, urbano e social. Momento em que, mais do que naquilo que BEGUIN (1991) chama de passagem de um “*conforto selvagem*” para o “*conforto disciplinado*”, esse caráter das cidades empresariais insere-se no contexto do “*urbanismo dos promotores de venda*” de LEFEBVRE (1991: 25), segundo o qual não se vende mais “... uma moradia ou um imóvel, mas sim urbanismo. Com ou sem ideologia, o urbanismo torna-se valor de troca”.

A intervenção empresarial no espaço urbano, no entanto, assumiu formas diversas, o que transparece na diversidade de denominações dadas a estas experiências. Fato que, em si, não é problemático, como coloca Telma CORREIA (2004a: 11):

²⁵ A exploração do trabalhador pelo empresário industrial se dá por estas duas formas gerais, a partir das quais foram desenvolvidos inúmeros mecanismos, que serão abordados com mais atenção no próximo capítulo e são descritos no texto de François BEGUIN (1991) “*Maquinarias inglesas do conforto*”, entre outros.

²⁶ O século XIX foi prolífico na geração de pensadores sobre a cidade, assim as teorias sobre a cidade e com ela sobre a cidade ideal incluíam preocupações de ordem econômica, social e política, compondo um grupo que Françoise CHOAY (2002) chamou “pré-urbanistas” (Robert Owen, Charles Fourier, Victor Considérant, Etienne Cabet, Pierre-Joseph Prodhon, Benjamin W. Richardson, Jean-Baptiste Godin, entre outros)

²⁷ Pois se encontra casos em que existiam núcleos populacionais anteriores à implantação da indústria, ou ainda em que esta se instalou sem se preocupar com tais projetos, desenvolvidos *a posteriori* ou não.

“... o problema essencial não está na diversidade das denominações empregadas, mas exatamente numa atitude oposta de tentar eleger um único modo para nomear uma diversidade de formas urbanas distintas. ... Aceitar estas diferentes formas de nomear é um passo fundamental à compreensão da grande diversidade de formas assumidas pelo ambiente construído destes lugares. Tal diversidade se expressa em termos de tamanho, variando entre um pequeno grupo de moradias a grandes aglomerações com milhares de moradias e equipamentos coletivos; em termos de forma, nos diversos estilos de arquitetura e de parcelamento e traçado viário; e em termos do grau de autonomia da via local em relação à empresa.”

Na mesma linha de raciocínio, Philip GUNN (1997) lembra que, se por um lado a construção de assentamentos urbanos destinados à produção e marcados por um controle social rigoroso, exercido por uma única empresa, pode ser encontrada em momentos muito anteriores, como no caso das reduções indígenas e plantagens (*plantations*) criadas nas Américas nos séculos XVI e XVII²⁸, por outro lado, aponta para as descontinuidades e obstáculos desse percurso; obstáculos que permitem, num primeiro momento, colocar num mesmo rol experiências tão distintas quanto reduções, *plantations*, colônias de povoamento, colônias de exploração, comunidades religiosas e cidades empresariais, pois em todos os casos encontram-se exemplos onde é possível detectar tanto uma forma empresarial de gestão quanto o controle total da cidade por uma única companhia, mas por outro, observa-se que os projetos, **objetivos** e **intenções**, que levaram à sua construção, são bastante diversos e têm reflexos profundos tanto na sua organização formal quanto funcional.

A detecção de diferenças nos objetivos que conduzem a uma dada organização do território, levada a cabo por agentes diversos, corresponde a um aspecto de grande relevância, visto sua estreita vinculação com fatores formais e sociais que serão colocados em ação por ela. Das dimensões à configuração espacial, localização e desenho de vias, edifícios industriais, comerciais e residenciais, passando por espaços comunitários, como praças, clubes e escolas, até o número de pessoas, sua procedência, formação e remuneração, são aspectos grandemente determinados ou, pelo menos, conceitualmente planejados, pelos promotores de tais intervenções de acordo com suas intenções e objetivos.

Intencionalidade que pode ser entendida como “*ato de vontade*”²⁹, conceito empregado por Ervin GALANTAY (1975) ao estudar as cidades novas e que, segundo ele, é elemento essencial para seu entendimento, pois

*“As cidades novas são comunidades **conscientemente criadas em resposta a objetivos claramente formulados**. A criação de uma cidade como um **ato de vontade** pressupõe a existência de uma autoridade ou organização suficientemente efetiva para assegurar o lugar, reunir os recursos para seu desenvolvimento, e exercer o controle continuamente até que a*

²⁸ Permitindo rastrear, a partir daí, as origens das cidades empresariais (GUNN, 1997).

²⁹ Conceito que GALANTAY (1975: 129) extrai da obra de Bacon, segundo o qual ‘a cidade é um ato de vontade’, pois a definição da forma urbana depende do relacionamento de inúmeros fatores, sendo resultado da sucessão de decisões inter-relacionadas.

cidade atinja um tamanho viável."³⁰ (GALANTAY, 1975: 01) (grifo meu)

De onde se extrai a idéia de que a criação de "novas cidades" está diretamente ligada a uma necessidade de planejamento não necessariamente urbano, mas de um plano de ação que assume características diversas: política, para as novas capitais; colonizadora, para as cidades coloniais; econômica, para as cidades empresariais; militar, para as fortalezas; religiosa, para as comunidades religiosas; locacional, para as cidades satélites; e assim por diante³¹. O que faz da construção de cidades novas não um objetivo em si, constituindo-se, mais propriamente, um subproduto de um projeto mais amplo.

Vistas desta forma, as cidades empresariais são passíveis de ser incluídas no rol das cidades novas, pois estas são estruturas materiais implantadas com o objetivo primeiro de viabilizar a produção industrial, ou seja, antes de tornarem-se um projeto urbano já eram um projeto industrial. Além do que, sua implantação é causadora de grande impacto, tanto no meio físico quanto na organização econômica e social no âmbito local e, por vezes, até regional. No entanto, enquanto as cidades empresariais podem ou não nascer de um projeto urbanístico, este é imprescindível às cidades novas, denotando-se que nem todas as cidades empresariais incluem-se neste rol. A ausência de um projeto urbanístico, no entanto, pode ser relevada quando se verifica a intencionalidade da empresa em construir um núcleo urbano de dimensões suficientes para constituir um conjunto urbano, não somente um grupo de casas para abrigo de seus funcionários. Assim, a cidade nova, da mesma forma que a empresarial, está associada à idéia de urbanidade, tendo como característica marcante a implantação de uma estrutura urbana capaz de causar forte impacto na região onde é construída, de modo que ela não se forma, mas se implanta, fazendo com que num entendimento mais amplo da noção de cidade ela não passe de uma "cidade latente", que pode ou não se consolidar como tal, ou seja, uma estrutura física e econômica que depende ainda da formação de uma estrutura social e política.

Da terminologia empregada para designar a intervenção empresarial no espaço, as "*model*" e "*landscape towns*" de Margareth CRAWFORD (1995), as "*resource towns*" de Ira ROBINSON (1962) e as cidades pré-industriais descritas por John GARNER (1992) também podem ser consideradas cidades novas. No entanto, conforme mencionado anteriormente, cada uma destas denominações carrega consigo uma especificidade, um aspecto próprio que a distingue das demais. No caso das "*model towns*", é a presença indelével de um projeto social, seja de cunho religioso ou meramente educacional. Projeto que implica num controle intenso da população tanto dentro como fora da fábrica,

³⁰ "New towns are planned communities consciously created in response to clearly stated objectives. Town creation as an act of will presupposes the existence of an authority or organization sufficiently effective to secure the site, marshal resources for its development, and exercise continued control until the town reaches viable size." (GALANTAY, 1975: 01)

³¹ Assim, cidades novas como as novas capitais encontram-se subordinadas a uma ordem ou ideologia política que induz a uma determinada localização, forma e dimensão; enquanto uma nova cidade colonial se submete às determinações políticas, econômicas e sociais impostas pela metrópole, que estabelece sua posição, distribuição e dimensão; já as cidades satélites têm como parâmetro as condições econômicas e sociais da cidade central; enquanto que nas cidades industriais essa "autoridade ou organização" pode ser representada tanto pelo Estado como pela iniciativa privada, que, por sua vez, traçam projetos, planos ou leis aos quais tais esforços se vêem subordinados.

aspecto considerado primordial para sua formação moral segundo os moldes pretendidos. Nestas comunidades, muitas vezes inspiradas por utopias, é usual a figura do padrão confundir-se com a do pai, conferindo-lhe uma autoridade que permite vigiar, premiar e punir sem questionamentos³². As “*landscape towns*” são cidades empresariais que, na concepção de Margareth CRAWFORD (1995), têm seu desenho condicionado às características da produção industrial e do local onde elas se implantam³³, sendo comum cidades ligadas a atividades extrativas, como a madeireira e mineração ou mesmo barragens (Norris-USA).³⁴ Com relação às “*resource towns*”, o aspecto salientado é o tipo de atividade: a exploração de recursos naturais. Atividade que, por exigir a proximidade das jazidas, usualmente implica em grande isolamento ocasionado pela dificuldade de acesso (“*remoteness*”), além de caracterizar-se por ter sua “durabilidade” limitada pelo esgotamento da mina. Fatores que indicam a necessidade de edificar estruturas urbanas razoavelmente autônomas e auto-suficientes, que ao mesmo tempo devem ser passíveis de transformarem-se, pois a perspectiva de modificação da atividade principal, deslocamento para outra localidade ou abandono são intrínsecas à natureza da atividade à qual se vinculam, dado o inevitável esgotamento do recurso explorado (Kitmat – Canadá, Tyrone – USA, Marabá – BR).

A distinção entre cidade “mono-industrial” e “cidade industrial” também deve merecer alguma atenção, haja vista a confusão que a popularização da denominação “cidade industrial” para as cidades que sofreram alterações após a Revolução Industrial tem causado, levando a que se denomine como tal qualquer cidade onde se localiza alguma atividade industrial, mesmo que esta não seja dominante ou mesmo quantitativamente expressiva, confusão que se deve à influência dos trabalhos de Mumford e Benévolo, e é perceptível na similaridade da forma com que a cidade pós-Revolução Industrial é problematizada por autores nacionais e que, por vezes, tem levado a uma certa confusão no emprego do termo “*cidade industrial*”. Para Maria Irene SZMRECSANYI (1994), esta confusão deve-se à forma como Benévolo critica a cidade que denomina “industrial”, atribuindo-lhe característica mais compatíveis a uma cidade capitalista da era concorrencial (liberal) do que de uma cidade dominada pela indústria, o que fica patente na escolha dos principais exemplos utilizados pelo autor: Londres e Paris. Cidades que embora sejam exemplos importantes do período o são não por seu caráter industrial, mas por serem sede das transformações urbanísticas que o processo de industrialização, ao introduzir tecnologias capazes de reestruturar a sociedade, havia acarretado e viabilizado, tornando-se o que o próprio Benévolo denomina “*pós-liberais*”³⁵. Assim, designa-se “cidade industrial” aquela

³² Dentre os exemplos mais expressivos deste tipo de “*company town*” destacam-se as cidades de New Lannark (UK), Pullman (USA) e Pedra (BR).

³³ As cidades projetadas por Earle Draper, ao incorporar elementos do planejamento urbano de Unwin e Park e do paisagismo de Olmstead, são precursoras da moderna “*landscape architecture*”.

³⁴ No Brasil é difícil encontrar um exemplo deste tipo de cidades, pois as cidades planejadas para dar suporte à construção de barragens e à extração mineração mineral (Ilha Solteira e Caraíba, por exemplo), têm seus projetos fortemente vinculados ao movimento moderno, para o qual as especificidades locais na condição de condicionadoras da forma estavam subordinadas às necessidades funcionais. Na Inglaterra as cidades jardins, por buscarem o respeito à paisagem local, são o que mais se aproxima deste modelo, embora nelas não se explicita a relação com o processo produtivo.

³⁵ Londres e Paris foram e continuam sendo importantes capitais comerciais e financeiras, enquanto uma maior concentração industrial pode ser observada em cidades como Birmighan e Manchester e na França em Lyon.

cujas principais atividades econômicas estão baseadas na produção industrial, sem que haja o domínio ou controle de uma única empresa.

Já designações como acampamentos, cidades monoindustriais (ALLEN, 1966), vilas operárias (BLAY, 1985) e núcleos fabris (CORREIA, 1995) também são utilizadas a fim de designar a atuação empresarial sobre o espaço urbano³⁶. Estas formas de atuação, no entanto, não são condizentes com o que se entende por cidade empresarial, devido a características como: a efemeridade, para os acampamentos; a existência de uma estrutura urbana anterior à chegada e domínio da indústria, no caso das cidades monoindustriais³⁷; a inserção ou proximidade de uma cidade preexistente, levando a uma condição de dependência de seus equipamentos urbanos, quando se fala em vilas operárias³⁸; e o fechamento³⁹ e menores dimensões dos núcleos.

Desta forma, observa-se que a distinção entre núcleos fabris e cidades empresariais reside na condição inicial dos primeiros, na condição de “núcleos de cidades”, e das segundas na qualidade de “cidades latentes”. O núcleo fabril, embora usualmente possua características sociais condizentes com as de uma comunidade urbana (dado seu isolamento, muitas vezes possuem comércio, atividades de lazer, vigilância e administração independentes da municipal), sua estrutura física não possui dimensão suficiente para se constituir numa cidade, além do que, conforme salienta Telma CORREIA (1995), por ser propriedade privada, todos os equipamentos coletivos e todas as atividades desenvolvidas em seu interior são controlados pelo proprietário. Desta forma, ao desenvolver-se e emancipar-se, ele pode gerar uma cidade ou, ao permanecer com formato e dimensões próximos às originais, como os núcleos construídos por usinas sucro-alcooleiras descritos por Gabriela CAMPAGNOL (2003), continuar como uma forma latente⁴⁰.

Por sua vez, as cidades empresariais são “cidades latentes”, visto que, da mesma forma que as cidades novas, são possuidoras de estrutura física condizente com a condição de cidade, embora possuam estrutura social ainda carente de amadurecimento, amadurecimento que, não se pode negar, relaciona-se a fatores de ordem política e administrativa, como a “abertura”⁴¹ da cidade e sua emancipação

³⁶ Para uma análise mais ampla das denominações da atuação empresarial na construção habitacional, incluindo jornais, revistas e textos literários, ver Telma CORREIA (2004b).

³⁷ Este é o caso de cidades como as dominadas pela Utah Copper Company Phelps Dodge Corporation, Morenci e Bisbee (USA) descritas por ALLEN (1966) e, no Brasil, como a cidade de Itabira.

³⁸ Compõem este grupo vilas como a Cerealina, Crespi, Nadir Figueiredo, Economizadora, Boyes, etc, apresentadas especialmente por Eva BLAY (1985).

³⁹ O fechamento dos núcleos fabris visava tanto regular o ingresso de pessoas e mercadorias, quanto a saída dos empregados, de modo a facilitar a vigilância e controle dos hábitos cotidianos.

⁴⁰ Assentamentos que, como os analisados pela autora na região de Piracicaba, usualmente localizam-se no meio dos canaviais, portanto fora do perímetro urbano das cidades, e que são formados pelas casas para operários, chamadas colônias ou avenidas, pelas casas dos patrões, escritórios, igreja, escola, cinema, armazém, campo de futebol e ambulatório e, embora também sejam marcados por mecanismos de coação e exploração da mão-de-obra operária, como o sistema de caderneta e as atividades recreativas, profundamente descritas e analisadas por José Sérgio LEITE LOPES (1978) em “*O vapor do diabo*”, caracterizam-se pela sazonalidade e por reunir indústria e agricultura, constituindo-se numa forma de moradia cuja origem é muito anterior à problematização da habitação popular nas grandes cidades.

⁴¹ Denomina-se “abertura” o momento em que a empresa decide-se pela venda ou doação de seus imóveis, usualmente a venda das habitações para os empregados e doação dos espaços públicos ao poder municipal, que passa a se incumbir de sua administração e manutenção. Outro termo utilizado neste mesmo sentido é “desmonte”, que se aplica neste trabalho no

política, bem como a própria organização social da comunidade⁴². Contudo, a estes devem somar-se fatores de ordem psicossocial, observáveis somente a partir do momento em que a identidade da fábrica não mais coincide com a da cidade. Este grau de maturidade é atingido quando a população, por intermédio do surgimento de associações e organizações independentes da empresa, torna-se capaz de expressar publicamente opiniões diversas das propostas ou impostas pela indústria-mãe. Em muitas comunidades este processo torna-se evidente muito cedo,⁴³ enquanto em outras, tardiamente⁴⁴.

Assim, no decorrer deste trabalho, “*cidades empresariais*” ou “*company towns*” são termos empregados ao tratar de estruturas urbanas cuja construção deve-se exclusivamente a um projeto industrial, independentemente de ter sido erigida ou administrada pela iniciativa privada ou pelo Estado. Os fatores que as caracterizam são, primeiramente, o domínio por uma única empresa industrial desde seu surgimento e, em segundo lugar, o fato de que, como as cidades novas, embora muitas vezes nasçam com uma estrutura física condizente com a denominação “cidades”, seu corpo social e sua organização política só mais tarde se consolidam.

A tradução de “town” como cidade é outro aspecto controverso, uma vez que pode ser entendido como uma atribuição de características próprias de “cities” a núcleos urbanos cujas dimensões não seriam condizentes com esta designação. Nas consultas a alguns dicionários de língua inglesa (The Merriam-Webster Dictionary e The Webster Encyclopedic Unabridged Dictionary of English Language), constatou-se que a distinção entre “city” e “town” baseia-se principalmente nas dimensões destes agrupamentos urbanos, sendo a primeira definida em ambos como “*um local habitado maior ou mais importante que uma town*”, enquanto a segunda pode ser atribuída tanto a uma “*área urbana em contraste com o campo ao seu redor*”, quanto a uma “*área densamente povoada de tamanho considerável com uma city ou borough*”. E, embora a definição de “town” como “*área urbana em contraste com o campo ao seu redor*” (The Webster Encyclopedic Unabridged Dictionary of English Language, 1993) e, especificamente, na Nova Inglaterra, como “*uma corporação municipal com poder e organização menos elaborada que uma cidade*” pareça aproximá-la mais do que no Brasil se pode chamar “vila”: “*povoação de categoria superior à aldeia ou arraial e inferior à de cidade*”, seu entendimento mais usual é de “*conjunto de pequenas habitações independentes, em geral idênticas e dispostas de modo que formem rua ou praça interior, por via de regra sem caráter de logradouro público*” (FERREIRA, 1999), sendo que o emprego corrente do termo “vila operária” para designar conjuntos edificados por empresas para seus funcionários dentro ou nas vizinhanças das cidades, faz

sentido mais específico do processo, seja ele gradual ou repentino, de desmanche e destruição dos conjuntos arquitetônicos edificados pela indústria.

⁴² Importância que vai além do amortecimento dos conflitos de classe possibilitado pela formação de uma classe burguesa, apontada Don REID (1981), pois o surgimento de atividades terciárias e, conseqüentemente, de uma burguesia comercial e de serviços, ao adicionar uma nova camada à hierarquia social local, torna mais complexa e completa sua organização social.

⁴³ Como no caso de Nova Lima, cidade dominada pela mineradora Saint John d’El Rey Mining Comapny Limited, constituída, em 1836 e que tem seu sindicato formado na década de 1930. Para a história da mina de Morro Velho (adquirida pela Hanna Mining Company) e ver Osny PEREIRA (1967).

⁴⁴ Como se poderá verificar no caso de Timóteo (capítulo 6).

com que se evite tal tradução. Além disso, verificou-se não haver consenso quanto aos parâmetros que diferenciam uma de outra, indiferenciação literalmente expressa em uma das mais populares enciclopédias digitais da atualidade, a Wikipedia (pesquisa em jan/2007),

*“A diferença entre towns e cities é entendida diferentemente em diferentes partes do mundo de língua inglesa. Não há uma definição padrão internacional de city: o termo pode ser usado tanto para uma town que possui status de city; como por uma localidade urbana que excede um tamanho arbitrário de população; por uma town que domina outras towns devido a particular significação econômica e administrativa.”*⁴⁵

Esta acepção ampla para “cities” e “towns” também aparece na língua portuguesa com relação à palavra “cidade”. Segundo Paulo César Xavier PEREIRA (2001), o emprego abrangente da palavra cidade acaba por se tornar um elemento redutor, camuflando diferenças e processos e promovendo uma reificação da cidade, que passa a ser vista como objeto acabado, portanto a-histórico e passível de ser representado somente por suas partes. É neste sentido que, a seguir, se busca demonstrar os motivos por que se considera válido o emprego do termo “cidade empresarial”, justificando seu uso não por ser a tradução mais literal, mas por proporcionar uma diferenciação com relação a outras denominações dadas à intervenção empresarial no espaço urbano.

Postura oposta à visão de Giulio ARGAN (1998: 234), para o qual, mesmo o termo “cidade nova” não é válido, pois “*A cidade não se funda, se forma. As cidades fundadas e construídas por imposição não tiveram desenvolvimento, não são cidades*”, levando-o a afirmar que Brasília não passa de um grande ministério e que as cidades industriais de Ledoux e Garnier são uma extensão da fábrica. Noção da qual Francisco DAL CO (1972: 204) partilha. Segundo ele,

*“... a cidade fábrica recusa a civilização urbana precisamente porque na cidade se realiza a dialética entre as formas de economia e as formas sociais, enquanto que esta, de fato, tende a configurar-se como puro modelo econômico. Por último, a ‘company-town parece o produto de uma ideologia que tende a anular a cidade através da fábrica, fazendo desaparecer e integrando o ‘urbano’ no ‘produtivo’.”*⁴⁶

De modo que o predomínio da finalidade econômica, ao sobrepor o componente produtivo ao urbano e desta forma anular a cidade como tal, nega a mobilidade e complexidade social e reduz o espaço a mero suporte funcional ou produtivo.

Também para Telma CORREIA (2004b: 22), o emprego do “*termo cidade – nas variações ‘cidade operária’, cidade de companhia’, ‘cidade industrial’ e ‘cidade-empresa’...*” é inapropriado, pois

⁴⁵ “The difference between towns and cities is differently understood in different parts of the English speaking world. There is no one standard international definition of a city: the term may be used either for a town possessing city status; for an urban locality exceeding an arbitrary population size; for a town dominating other towns with particular regional economic or administrative significance.” (WIKIPEDIA, s.d.3)

⁴⁶ “... la ciudad-fábrica rechaza la civilización urbana precisamente porque en la ciudad se realiza la dialéctica entre las formas de la economía y las formas sociales, mientras que ésta, de hecho, tiende a configurarse como puro modelo económico. Por último, la company-town parece el producto de una ideología que tiende a anular la ciudad a través de la fábrica, haciendo desaparecer e integrando lo ‘urbano’ en lo ‘productivo’.” (DAL CO, 1972)

“... um núcleo fabril – planejado ou não por especialista, mas sempre construído por imposição e sempre submetido a um controle amplo da empresa – nunca surge como uma cidade. Eventualmente, pode vir a se transformar numa cidade, mas só quando perde sua condição de núcleo pertencente e controlado pela empresa que o criou. Pelo tamanho e características espaciais, podem surgir como aglomerações urbanas e como formas de urbanização, mas nunca como cidades. São urbanos, mas não são cidades; estão no campo, mas não são rurais: nisto está a especificidade destes lugares na urbanização capitalista.”

Sendo que as denominações anteriormente mencionadas visam somente a enfatizar aspectos específicos destes locais, como a predominância de operários, o estreito vínculo com a empresa e seu controle das propriedades fundiárias locais, acreditando que *“todas estas designações, entretanto, não superam o impasse de atribuir o estatuto de cidade a um lugar privado, destituído das condições e atributos indispensáveis a uma verdadeira vida urbana”*.

Analisando o caso de Paulista, José Sérgio LEITE LOPES (1988: 510) diz se tratar de *“... um caso extremo na imprecisa fronteira que separa uma aglomeração residencial acessória a uma fábrica de uma ‘cidade’”*, pois, embora no aspecto econômico se aproxime da definição weberiana de cidade, em decorrência da diversidade de ocupações e a abrangência do sistema de trocas, o controle centralizado de todos os processos por uma mesma empresa e seu confinamento num espaço privado fazem que as “fábricas com vila operária” se afastem desta definição. De modo que, mesmo permitindo a constituição de uma “comunidade”⁴⁷, estes locais só têm vida própria após a “libertação da cidade”, ou seja, quando a “desobreirização” e conseqüente decadência da “fábrica com vila operária” tiverem levado à desvinculação tanto financeira quanto técnica e pessoal (ou cultura) dos operários⁴⁸, o que ocorre somente quando a propriedade fundiária, os meios técnicos e a vida social local não são mais controlados unicamente pela fábrica.

Contudo, apesar de concordar com a relevância destes processos, em vez de considerá-los como elementos que desqualificam a condição de cidade dos conjuntos urbanos edificados por indústrias, aqui eles são vistos como aspectos que ajudam a caracterizar uma forma específica de construção do espaço urbano, na qual é um projeto econômico e produtivo que determina sua construção, na qual a estrutura física antecede a social e na qual o controle e as decisões políticas de diversas ordens estão submetidos à lógica empresarial. De modo que são exatamente estas características que se consideram relevantes para validar a designação destes espaços como cidades empresariais, pois se trata precisamente de uma forma de controle e conformação do território determinada e regida por ideais capitalistas, com objetivos econômicos; portanto, fruto de uma ideologia fundamentada no lucro e que

⁴⁷ Diferentemente dos núcleos das usinas, nos quais o afastamento do trabalho implica no rompimento de laços de sociais, pois obriga a saída da casa, demonstrando que a indústria é o elemento que determina sua formação, desenvolvimento ou fim.

⁴⁸ José Sergio LEITE LOPES (1988: 581) fala em três vias de transformação. A primeira diz respeito à possibilidade de obtenção de renda numa atividade que não seja controlada pela empresa. A segunda refere-se ao desenvolvimento de atividades manuais independentemente do maquinário e tutela da fábrica. E, finalmente, a terceira relaciona-se à transformação do operário da fábrica em “operário fabril clássico”, ou seja, que embora ainda esteja submetido à fábrica pelo processo de trabalho, *“... está livre dela na esfera exterior ao trabalho ...”*, quando a exploração levada a cabo por meio do controle da casa, do lazer e do consumo é substituída por outra, a da redução dos postos e intensificação do trabalho.

não admite, ou pelo menos busca minimizar ao máximo, a influência de forças políticas e sociais externas, constituindo-se, em última instância, em extensões da própria fábrica, um espaço que, embora público, é gerido como privado.

A condição inicial de imposição de uma ampla e complexa estrutura urbana que, apesar do fechamento, se pretende constituir numa cidade, é que, aqui, se considera como principal elemento de distinção entre núcleos fabris e cidades empresariais, pois enquanto os primeiros são estruturas urbanas cujo crescimento físico e social pode transformá-los em cidades, as cidades empresariais, como as cidades novas, são estruturas que já nascem prontas, não se formam, se implantam, se fundam, o que não implica em retirar delas seu caráter histórico, reconhecendo nas suas características iniciais a possibilidade de concretização de um projeto urbano e industrial que pode vir a se consolidar ou não, portanto de uma dinâmica social, econômica e política que, embora imposta, jamais pode ser considerada estática ou acabada.

Valendo lembrar ainda que a observação dos conjuntos edificados por algumas hidroelétricas, empresas de mineração e mesmo siderúrgica parece indicar a necessidade de oferecer uma maior diferenciação entre empreendimentos que surgem como núcleos fabris e posteriormente conquistam sua independência, e aqueles que já nascem não somente com dimensões e estrutura física condizente com a de cidade, como emancipadas politicamente, como é o caso de Ouro Branco e Ipatinga⁴⁹ que desde a fase inicial de projeto foram concebidas como “cidades abertas”. Fato que não implica em terem funcionado desde o início como *cidades plenas*, verificando-se que até hoje apresentam⁵⁰ dificuldades na consolidação de um mercado imobiliário auto-regulado⁵¹. Assim como nelas, em Volta Redonda e Timóteo também se pode observar a presença marcante da indústria na administração pública, sendo constante tanto a presença de representantes das empresas diretamente no quadro da administração municipal como a elaboração e desenvolvimento de projetos em conjunto⁵².

Portanto, observa-se que emancipação política não é sinônimo de independência administrativa, nem social, pois, como se pode observar no caso de Timóteo, apesar de sua emancipação de Coronel

⁴⁹ Apesar de ambos se implantarem em locais onde já havia pequenos núcleos urbanos (vide capítulo 3), inclusive Ouro Branco tinha o status de município desde 1954, estes, embora “incorporados” às novas cidades, foram completamente suplantados pelo modelo de urbanização por elas imposto.

⁵⁰ Em Ouro Branco o superdimensionamento da área urbana, levando à desapropriação de terras muita além das necessárias, gera um ressentimento tão profundo na população local, capaz de fazer com que, pelo menos até a década de 1990, a planejada autonomia do mercado imobiliário não se concretizasse. Em entrevistas realizadas com a população local, este ressentimento é evidente e, segundo um dos entrevistados, teria levado a empresa a reduzir seus esforços no sentido da integração local (financiamento de moradias em novos bairros preenchendo o vazio entre os antigos e os construídos pela AÇOMINAS), passando a prover transporte aos empregados residentes em cidades vizinhas.

⁵¹ Em ambas, estas dificuldades parecem estar ligadas à sua própria concepção espacial, pois concebidas para funcionar de forma descentralizada, por um lado, muitos dos centros planejados não se consolidaram, enquanto por outro, o antigo centro (povoação existente) foi sensivelmente enfraquecido. Além do que, enquanto em Ouro Branco o fracasso na constituição de um mercado imobiliário parece estar vinculado à recusa da população local em comungar com os objetivos da empresa, em Ipatinga a concentração fundiária nas mãos de duas famílias torna muito difícil qualquer tentativa de abertura.

⁵² Fato que se deve à necessidade da indústria de manter uma imagem positiva junto à comunidade local, visto manter a propriedade de áreas consideráveis dentro dos respectivos municípios, que, mais recentemente, assumiu papel de maior destaque devido à busca de conquistar e manter certificados de qualidade, impreteríveis para conquista de mercados externos.

Fabriciano ter ocorrido em 1964, somente quatro anos depois se iniciou o processo de abertura da cidade, no qual serviços públicos, como abastecimento de água, iluminação pública, calçamento de vias públicas, permaneceram sob responsabilidade da ACESITA (CERTIDÃO DE ESCRITURA Pública de Reconhecimento de Domínio, 1968). Além disso, a emancipação política de Timóteo, como momento de conquista do exercício da cidadania, foi ainda mais frágil por ocorrer durante a Ditadura Militar, quando, pelo fato de ACESITA ser estatal e considerada “estratégica”, a cidade tornou-se “área de segurança nacional”. Com o prefeito e presidentes da companhia nomeados diretamente pelo presidente da República, conclui-se serem raros os pontos de conflito, que acabavam sendo solucionados em outra esfera, a federal. Há ainda que se considerarem os fatores de ordem social e cultural, posto que, embora desde a década de 1950 tenha-se conformado uma identidade local diferenciada daquela do povoado original, ela permaneceu ditada pela usina, sendo somente nos anos 1980 que uma verdadeira oposição a estes cânones fez-se sentir, seja nas greves operárias ou na sátira dos blocos carnavalescos,⁵³ estas sim, expressões do amadurecimento da cidadania no seio da comunidade.

Deste modo, verifica-se que a dependência da indústria não se interrompe por decreto, pela concessão de sua emancipação política, cabendo lembrar ainda o trabalho de Eli da VEIGA (2002), no qual o autor argumenta que um núcleo municipal no Brasil nem sempre pode ser considerado urbano, pois são centenas os que não passam de vilas. Assim, em vez de negar a estas experiências industriais a condição de cidade, dada pela intencionalidade de sua construção, busca-se aqui entender seu processo de formação urbana subdividindo-o em três estágios. Desta forma, as cidades empresariais são vistas como “cidades latentes” que, caso se tornem independentes da indústria, consolidando uma identidade própria (mesmo que vinculada à da empresa), somente atingem a plenitude do termo quando sua população é capaz de expressar e defender opiniões próprias, diferentes ou mesmo contrárias às da companhia fundadora, momento em que ela conquista e exerce a cidadania no sentido weberiano do termo⁵⁴.

É imprescindível, portanto, salientar que, apesar da importância de se reconhecer que, à diversidade de nomenclatura existente corresponde uma diversidade de formas de intervenção da indústria na construção e organização do espaço urbano, isto não deve implicar no estabelecimento de definições rígidas ou mesmo na tentativa de enquadrar os exemplos citados anteriormente em uma ou outra categoria. Evita-se, desta forma, incorrer em equívocos, visto que, na maioria dos casos, as especificidades de cada uma destas experiências permitem que sejam designadas de mais de uma maneira, conforme o aspecto que se privilegia ou o período que se analisa. Este é exatamente o caso da cidade de Timóteo que, conforme será possível verificar nos capítulos posteriores, tem suas raízes num projeto de desenvolvimento nacional apoiado na promoção de atividades industriais. Assim, antes de

⁵³ Este processo, no entanto, é bem mais complexo, devendo ser abordado com maior profundidade no capítulo IV.

⁵⁴ É importante salientar que não se trata de um processo evolutivo, comandado pelas leis naturais, mas de transformações cujas origens são múltiplas e variáveis, cuja ordem e período de ocorrência são regidos pelo embate de forças políticas, sociais e econômicas, que, por vezes, podem ser influenciados por condições naturais e ambientais.

ser urbano ou mesmo industrial, o projeto que embasa a construção da cidade é de transformação econômica do país. Com relação ao impacto de sua implantação, embora houvesse um núcleo urbano nas proximidades, o plano de implantação contempla a construção de uma nova cidade, cujo projeto urbanístico é posterior ao início dos trabalhos de construção da indústria, tendo, além disso, sua implantação se arrastado por quase uma década e sofrido alterações significativas. Outros aspectos a serem considerados são a inclusão de um projeto social tardiamente (década de 1950) e o fato de que, mesmo após a “abertura” da cidade e sua emancipação política, a companhia manteve a propriedade de grandes extensões de terras e, ainda após sua privatização (1992), quando houve uma redução de quase 50% no número de empregados diretos, ela continua a ser a maior empregadora da cidade (cerca de 40% dos empregos industriais). Esta situação de extremo controle, no entanto, foi sempre subliminar, pois o núcleo nunca foi cercado, nem seu acesso negado, embora houvesse controle de entrada e saída, e a comercialização de bebidas fosse proibida em seu interior. A ausência de revista às casas e o incentivo a atividades de lazer e a associações auxiliaram a construção de uma forte identificação da comunidade com a empresa, a ponto de, num plebiscito (1980), decidir-se pela alteração do nome da cidade para ACESITA⁵⁵, fato que demonstra não somente o reconhecimento da importância da companhia para a comunidade local, como também seu amadurecimento, visto a empresa ter se posicionado contra a adoção de seu nome para a cidade. Posicionamento oposto ao da empresa aparece também nas conquistas obtidas pelos trabalhadores nas greves operárias que, juntamente com as sátiras apresentadas por blocos carnavalescos, a partir de um carnaval “financiado” pela ACESITA, e do plebiscito, fazem da década de 1980 a consolidação de Timóteo como cidade.

Assim, dependendo do ponto e momento que se destaque em sua trajetória, Timóteo pode ser vista como “*cidade nova*”, pois foi fruto de um “desejo” desenvolvimentista e de um projeto urbano impactante; pode ser vista como “*núcleo fabril*”, pelo fato de o projeto de cidade não se implantar de imediato e por completo; ou, já na década de 1950, com a inclusão de um projeto social e conseqüente intensificação da gestão da vida do operariado fora da fábrica, pode ser percebida como “*model town*”; e, na década seguinte, com sua abertura e emancipação política já se apresenta como “*cidade empresarial*”, embora somente nos anos 1980 demonstre características condizentes com uma definição mais precisa de cidade, o que não significa que tenha ocorrido uma total desvinculação da indústria. Esta relação permaneceu estreita mesmo após a privatização da ACESITA nos anos 1990 e, embora tenha assumido novas formas, prolonga-se até os dias atuais.

⁵⁵ Alteração que não se consuma por causa de um jogo político, segundo alguns entrevistados, por causa de pressões da empresa.

Fig. 05: Temas nos quais as cidades empresariais podem ser discutidas

Fig. 06: Parâmetros para a análise da relação indústria x cidade

O isolamento no campo e na cidade

Fig. 07: Tucuri (PA)
(FARAH, 204)

Fig. 08: Maarmorilik (Goelandia)
(GARNER, 1992)

Fig. 09: Usina Santa Bárbara (SP)
(QUECINI, 2000)

Fig. 10: Pedra (PB)
(CORREIA, 1998)

Na cidade o isolamento das vilas operárias

Fig. 11: Vila Maria Zélia
(SP360°, s.d.)

Fig. 12: Vila Maria Zélia (SP)
(TEIXEIRA, 1990)

Fazendas
Acampamentos
Cidades de exploração
Vilas operárias
Núcleos fabris

No campo o isolamento das fazendas, acampamentos, núcleos fabris e cidades de exploração

A indústria no campo

Fig. 13: Usina São João (SP)
(CAMPAGNOL, 2004)

Acampamentos
Fazendas
Núcleos fabris
Cidades de exploração

Fig. 14: Schefferville (Canadá)
(Travelwith, 2002)

Fig. 15: Grand Hornu (Bélgica)
(PEVSNER, 1977)

Fig. 16: Climax (Estados Unidos)
(ALLEN, 1966)

A indústria na cidade

Vilas operárias
Cidades mono-industriais
Cidades industriais

Fig. 17: Itabira (MG)
(SILVA, 2004)

Fig. 18: Birmingham (Inglaterra)
(REVOLUTIONARY PLAYERS, s.d.)

Fig. 19: Vila Cerealiana (SP)
(BLAY, 1985)

Os projetos da indústria

Fig. 20: Pullman (Estados Unidos)
(BUDER, 1970)

Cidades modelo
Núcleos fabris
Vilas operárias
Espontâneas

Fig. 21: Saltaire (Inglaterra)
(FLORIN WEBSITE, s.d.)

Projetos econômicos, arquitetônicos, sociais e políticos
guiando a construção do urbano pela indústria

Fig. 22 e 23: Fábrica Nacional de Motores (RJ)
(BONDUKI, 1998)

Fig. 24: Noisel sur Maine (França)
(GARNER, 1992)

As cidades novas e antigas Antes e depois da indústria

Cidades mono-industriais
Cidades empresariais
Cidades pré-industrialização

Fig. 25: Hotep Sesostri (Egito)
(GALANTAY, 1975)

Fig. 26: Usina Ipanema (SP)
(AUTORA, 2004)

Fig. 27: Merthyr Tydfil (Inglaterra)
(GARNER, 1992)

Fig. 28: Raffard (SP)
(CAMPAGNOL, 2004)

I.2 TEMAS E ABORDAGENS DE ESTUDO DAS CIDADES EMPRESARIAIS NA LITERATURA ACADÊMICA

Relatos sobre a atuação da indústria sobre o espaço urbano podem ser encontrados tanto em textos acadêmicos como na literatura de ficção, biografias e histórias de empresas, ao retratarem o modo de vida das classes trabalhadoras nas grandes cidades e em comunidades isoladas. Contudo, como se poderá observar a seguir, a adoção das cidades empresariais como tema principal de pesquisa é relativamente recente, sendo mais freqüente sua inserção em textos que tratam de outros assuntos. Assim, a opção por enfatizar a literatura acadêmica fundamenta-se não tanto na abundância de material, ou mesmo no destaque que o tema tem assumido no meio acadêmico, mas numa necessidade de compreensão da forma objetiva como vem sendo tratada a ação de empresas industriais sobre o urbano, em especial quando se propõem a construir cidades – as cidades empresariais. Esse entendimento iluminará metodológica e teoricamente o caminho aqui seguido na análise tanto social como formal do caso específico de Timóteo.

Assim, nos trabalhos de sociólogos, geógrafos e antropólogos, observa-se como foram estudadas as relações entre classes, os movimentos sociais e o comportamento da população em comunidades regidas por um sistema de produção capitalista; nos de historiadores de cidades, as nuances dos processos de construção das cidades e da casa popular; enquanto nos estudos de economistas encontram-se importantes contribuições quanto ao modo de organização e funcionamento de empresas e suas implicações no desenvolvimento do processo de industrialização brasileiro; por fim, nos textos de arquitetos e urbanistas identifica-se a importância de vilas e cidades construídas por indústrias na formação do pensamento urbanístico e na elaboração ou consolidação de técnicas construtivas⁵⁶.

Com o objetivo de se obter uma visão geral da forma como o tema foi abordado e verificar a correspondência com especificidades do processo de industrialização brasileiro, num primeiro momento, os textos foram agrupados em literatura nacional e internacional. Então se constatou que, na literatura internacional – em especial na norte-americana –, as abordagens sobre cidades empresariais aparecem mais freqüentemente incluídas no contexto do processo de urbanização, aspecto quase ausente na literatura nacional, na qual, de maneira geral, observa-se a ausência de levantamentos mais sistemáticos, em especial, de urbanismo⁵⁷. Nesta, predominam trabalhos em que as cidades operárias pertencem ao campo de discussões da habitação popular⁵⁸, pouco focalizado pela literatura

⁵⁶ As visões de autores de referência na história do urbanismo, como as de Benévolo, Mumford e Lavedan, mesmo tratando do tema de forma superficial, também foram analisadas.

⁵⁷ Trabalhos como os de Yves BRUAND (1991), Henrique MINDLIN (2000), Hugo SEGAWA (1999) oferecem uma visão geral da arquitetura brasileira, contudo, somente a partir de meados do século XIX. Com relação aos espaços públicos, o esforço de levantamento de Silvio MACEDO (1999) também deve ser reconhecido; no entanto, tratando-se de urbanismo, um compito geral aparece somente no trabalho de Nestor GOULART REIS FILHO (2000a) referente ao período colonial, sendo a visão oferecida pela coletânea organização por Cristina LEME (1999) e a análise do espaço intra-urbano de algumas capitais por Flávio VILLAÇA (1998), insuficientes para se compreender as linhas gerais do desenho de nossas cidades.

⁵⁸ A abundância de trabalhos que tratam da questão habitacional na literatura nacional fez com que fossem selecionados, dentre os acessíveis, somente os trabalhos considerados mais significativos, ou seja, trabalhos onde a moradia operária

internacional. Distinguindo-se abordagens mais específicas,⁵⁹ como os trabalhos que privilegiam as relações de trabalho e condições de vida do operariado (LEITE LOPES, 1978 e 1988; GROSSI, 1981; FONTES, 1997), a política habitacional (ROLNIK, 1981; BLAY, 1985; BONDUKI, 1998; CARPINTÉRO, 1997; VARON, 1988), ou ainda monografias sobre núcleos fabris (CORREIA, 1998b; LOPES, 1993; LIMA, 2003; COMPAGNOL, 2003; BALLEIRAS, 2002; GUEDES, 1981; MINAMI, 1994) e arquitetura habitacional (VAZ, 1994; ATIQUÉ, 2004). Outro modo de abordagem compõe um grupo bem menos expressivo, composto por trabalhos que partem do questionamento do papel desempenhado pelas empresas na construção do urbano (PIQUET, 1998; GERMANO, 1996; SOUZA, 1992).

Nos textos internacionais estudados, tanto quando se trata de estudos de casos específicos (GARNER, 1992; REID, 1981; DONNACHIE & HEWITT, 1993; SPANN, 1992; MOORE, 1984;), quanto da compreensão de um processo mais amplo em âmbito internacional (LAVEDAN, 1952; MUMFORD, 1998; BENÉVOLO, 2001) ou nacional (REPS, 1965), que assumiram características específicas (GALANTAY, 1975; CRAWFORD, 1995; DAL CO, 1972) ou foram conduzidos por empreendimentos empresariais em áreas específicas (ROBINSON, 1962; ALLEN, 1966), nota-se que a maior preocupação é com o processo de urbanização. Reunidos segundo similaridades no “modelo explicativo” utilizado para descrever o surgimento da interferência industrial no urbano⁶⁰, distinguem-se dois grupos de trabalhos: um que coloca as cidades empresariais como consequência direta do desenrolar do processo de industrialização, e outro que as trata como mera especificidade do processo de urbanização. Assim, para autores como DAL CO (1972), GARNER⁶¹ (1992), CRAWFORD (1995), MUMFORD (1998) e BENÉVOLO (2001), o surgimento das grandes cidades é uma consequência lógica do desenvolvimento industrial, que tem seu início marcado pelo desenrolar da Revolução Industrial e da grande indústria; quando a fuga dos problemas existentes nas grandes cidades induz à busca de alternativas mais lucrativas, muitas vezes inspiradas por projetos utópicos, como os de Charlie Fourier, Robert Owen e Tony Garnier. No segundo grupo, a principal preocupação dos autores (LAVEDAN, 1952; REPS, 1965; ROBINSON, 1962; REID, 1981; ALLEN, 1966; GALANTAY, 1975 e MOORE, 1984) recai sobre o processo de urbanização, ou seja, para eles a construção de cidades por indústrias é vista como uma especificidade do processo de urbanização, a indústria é somente mais um dos agentes propulsores do crescimento urbano.

construída pela indústria recebia algum destaque, além de trabalhos monográficos sobre cidades ou indústrias individuais. Também não foi possível dar conta de romances e autobiografias nas quais as cidades empresariais são retratadas.

⁵⁹ Deve-se salientar que, nessa subdivisão, buscou-se dar destaque ao que se considerou a principal questão de cada autor, sendo freqüente a abordagem dos mesmos temas sobre ângulos diferentes, permitindo inclusive inseri-los em mais de um subgrupo.

⁶⁰ A divisão inicial tomava como critério o tratamento das cidades empresariais como tema principal ou como um aspecto da história da arquitetura e urbanismo; contudo, trabalhos como os de ROBINSON (1962), REID (1981), GALANTAY (1975) e DAL CO (1972) não se enquadram com muita precisão nem em um caso nem em outro, além do que a verificação da relevância dos objetivos por trás do projeto original levou à alteração dos parâmetros para agregá-las. Contudo, tendo em vista a diversidade de abordagens a que estão sujeitas, deve-se atentar ainda mais para a pouca objetividade destes parâmetros, mesmo dentro de um único campo do conhecimento: a história das cidades.

⁶¹ Dentre os autores da coletânea organizada por Garner, somente a Margareth CRAWFORD (1995) segue a mesma linha de raciocínio, com os textos dos demais autores (Bruce Tomas, Mats Ahnlun e Lasse Brunnström, Richard M. Candee, Leland M. Roth e Olga Paterlini de Koch) centrados em preocupações, como desenho urbano e arquitetura, numa abordagem que leva em conta as transformações da paisagem industrial (industrial landscape) mais do que as de ordem social.

Sob perspectivas e formas diversas, com maior ou menor visibilidade, a habitação, a cidade, o operariado e a arquitetura são as questões que conduzem os trabalhos de autores brasileiros e estrangeiros ao abordarem as cidades empresariais. Portanto, é por intermédio destas quatro questões que se busca compreender como a intervenção empresarial no urbano vem sendo tratada na literatura acadêmica, e assim traçar parâmetros mais consistentes para discutir o caso de Timóteo.

1.2.1 A HABITAÇÃO EM QUESTÃO

Na condição de um problema que, direta ou indiretamente, está no cerne de qualquer questão urbana, a habitação é um tema de grande importância para o entendimento das cidades empresariais, assumindo papel de destaque, em especial, na produção acadêmica brasileira.

Nos trabalhos estudados de autores nacionais, observa-se naqueles cuja atenção está voltada à habitação popular, que num primeiro momento salientam as discussões sobre a atuação do Estado, em detrimento da iniciativa privada (fossem incorporadores, construtores ou industriais), o que parece condizente com o contexto em que estavam sendo produzidos. Elaborados nas décadas de 1980 e 1990, estes trabalhos surgem como uma visão crítica à crença na efetividade do planejamento urbano e econômico, que havia caracterizado a administração militar nas duas décadas anteriores. A predominante visão do planejamento como instrumento técnico, portanto neutro, encarregado de viabilizar a melhoria das condições de vida da população, tornava estreito o relacionamento entre fatores econômicos e urbanos, sendo somente nos últimos anos da década de 1970, que os planejadores urbanos parecem ter se dado conta da relevância de seu caráter político, levando Maria Adélia A. de Souza a afirmar que: “... o planejamento, por ser um exercício de política, é um instrumento do poder. E se o sistema que detém o poder está em crise, o planejamento obviamente também entra em crise.” (Espaço & Debate, 1981: 105). Assim, a “crise do planejamento” que tomou corpo nos anos oitenta, passou a ser encarada como uma consequência da crise política e econômica que se vinha enfrentando; crise cujas raízes estavam fincadas tão profundamente em fatores políticos e econômicos que, na visão dos planejadores urbanos, o próprio fracasso dos planos elaborados anteriormente representava somente um de seus sintomas; o verdadeiro mal residia na ausência de modelos explicativos fundamentados na realidade do Brasil na condição de país subdesenvolvido. Assim, diante da escassez de recursos e constatando-se a ineficácia dos métodos de planejamento empregados até então, havia a necessidade de realizar um balanço das experiências passadas, a fim de que, a partir delas, se encontrassem novas soluções.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração para se entender o contexto da época é que a crise dos anos oitenta fora precedida por um período de grande crescimento; eram os últimos anos da década de 1960 e o início da de 1970. Período de grande crescimento econômico, um tempo de euforia que veio acompanhado de um intenso processo de migração em direção aos grandes centros,

intensificando a especulação imobiliária e a urbanização, o que resultou na expansão da periferia de forma pouco planejada⁶². Problema que era agravado pela forma dissociada com que a questão habitacional e a problemática urbana vinham sendo tratadas pelo Estado. Este descompasso pode ser atribuído à crença na economia como elemento capaz de conduzir **todos** os ajustes necessários, levando a se postular que o problema habitacional se resolveria não pela construção de “... *moradias para assegurar condições mínimas de vida ao operariado mas, sim, de prover empregos para uma considerável parcela da população, sem alternativas de obter trabalho*”. (FINEP-GAP, 1985). Portanto, embora os estudos elaborados neste contexto buscassem contemplar ambas as questões, detectando-se desde então a relevância da produção habitacional na organização urbana, estas tentativas de entender o crescimento urbano e a organização da cidade através da ótica da habitação, de sua produção, localização e desenho, verifica-se a predominância de um pensamento de “planejadores urbanos”, pois são raros os trabalhos em que não se parte do questionamento do papel do Estado neste processo, fazendo com que a atuação do empresariado industrial acabasse por diluir-se.

Ao observar esta produção seguindo o raciocínio de Raymundo FAORO (1993), pode-se considerar que o prolongado obscurecimento do papel da iniciativa privada, e com ela das indústrias, na organização urbana, foi ocasionado não somente pelo grande número e monumentalidade das obras governamentais ou mesmo pelo predomínio desta visão planificadora, mas também pela própria organização da sociedade brasileira que, marcada pelo patrimonialismo, encontra dificuldades em distinguir entre público e privado na administração pública, fato que se deve ao Estado ter sempre assumido o papel de promotor do desenvolvimento econômico, ou seja, a atuação do empresariado depende de seu aval e financiamento, como é o caso de inúmeros empreendimentos industriais⁶³.

No caso específico da pouca atenção dada à construção de moradias pelos industriais, não se deve descartar o possível desinteresse dos próprios industriais que, após garantir uma força operária de reserva capaz de coibir o aumento dos salários devido à escassez de mão-de-obra, teriam pouco a lucrar com a divulgação de seus empreendimentos urbanos. A partir da década de 1970, tais investimentos tornam-se menos intensos, inclusive com o desmonte de um número considerável de núcleos e vilas, o que não significa que deixaram de ser construídos, mas simplesmente que esta falta de visibilidade fez com que muitas vezes se subestimasse sua extensão, aspecto já apontado por Telma CORREIA e Philip GUNN (1996: 390): “... *em termos numéricos, nada excede no Brasil do século XIX e XX à ação dos industriais na construção de cidades e assentamentos empresariais novos*”.

Contudo, a ênfase dos autores nacionais na questão habitacional não implica a ausência de uma problematização sobre o urbano. Ocorre exatamente o oposto: todo o questionamento sobre a moradia

⁶² Lembrando que data dos anos 1940 a periferização da cidade de São Paulo.

⁶³ O próprio caso da ACESITA pode servir de exemplo, uma vez que o projeto e construção da usina foram de iniciativa de particulares, no entanto o volume de dívidas fez com que fosse encampado pelo Banco do Brasil em 1951, quando assumiu as feições que marcariam sua trajetória na condição de estatal envolvida na promoção do desenvolvimento nacional (foi privatizada novamente em 1992).

parte do reconhecimento do caos a que o crescimento intenso e descontrolado levava as cidades. Assim, o empreendimento industrial na promoção de habitações e sua conseqüente intervenção sobre o espaço urbano surgem como resposta às condições sanitárias e morais da “*cidade liberal*” de BENÉVOLO (2001) e da “*coketown*” de MUMFORD (1998)⁶⁴, bem como da necessidade de proximidade de fontes de energia e matéria-prima, de forma que, embora nos trabalhos destes dois autores as cidades empresariais desfrutem de uma quase total invisibilidade⁶⁵, uma parcela considerável dos autores nacionais constrói suas análises do mesmo ponto de vista⁶⁶.

Partindo da problematização da cidade na qualidade de questão sanitária, que encontra na precariedade das condições de vida da classe trabalhadora – mais especificamente da habitação – sua principal causa, Marisa CARPINTÉRO (1997) traça os parâmetros sobre os quais se assentaram os discursos da casa própria até que esta fosse assumida pelo Estado. Observando o confronto entre o discurso lógico e racional de técnicos⁶⁷, políticos e empresários diante das reivindicações operárias referentes à moradia, a autora demonstra que apontavam para caminhos opostos, pois, enquanto aqueles enfatizam a necessidade de prover aos trabalhadores casa própria – viam a propriedade privada como um eficiente instrumento de moralidade e redução do capital investido⁶⁸, passando a pressionar o Estado a participar mais efetivamente –, as reivindicações operárias somente iriam incorporar o discurso da casa própria quando, a partir da década de 1930, sentiram a perda de espaço ao seu alcance no seio das cidades existentes⁶⁹. Com a expulsão desta população para áreas distantes do centro, a habitação, fosse financiada pelo Estado, pela iniciativa privada ou autoconstruída, aparece como questão primordial para compreensão e coordenação do processo de crescimento das cidades. É desta forma que ela é abordada por Nabil BONDUKI (1998), Conceição VARON (1988) e Raquel ROLNIK (1981).

A visão da habitação como mecanismo de exploração do trabalhador e elemento disciplinador – cujas raízes encontram-se nos ideais de sociedade formulados, em especial, por pensadores do século XIX (Fourier, Cabet, Owen, entre outros) que, crentes na influência do ambiente na formação do indivíduo, foram fonte de inspiração para a construção de alguns dos mais famosos núcleos fabris e cidades empresariais, experiências tomadas como exemplo por industriais em todo o mundo – também é

⁶⁴ A expressão “*paraíso paleotécnico*” também Mumford deve a Geddes, tomando emprestado desse a noção de avanço tecnológico isento de um correspondente avanço nas condições de vida. ‘*Podemos distinguir como Paleotécnicos os elementos mais primevos e rudes da Era Industrial, e como Neotécnicos os elementos mais recentes e amiúde ainda incipientes que daqueles se destacam.*’ (HALL, 2002: 169)

⁶⁵ São citados somente os casos mais notórios: Lewis MUMFORD (1998) cita: Lowell, New Hampshire, Saltaire, Bournville, Port Sunlight, Earswick, Essen e Pullman, e Leonardo BENÉVOLO (2001) prende-se mais aos projetos utópicos de Fourier, Garnier e Owen, citando entre os projetos concretizados somente o Familistério de Godin em Guise.

⁶⁶ Dentre eles destacam-se Nabil BONDUKI (1998), Telma CORREIA (1998), Marisa CARPINTÉRO (1997), Eva BLAY (1985), Conceição VARON (1988) e Raquel ROLNIK (1981).

⁶⁷ Entre os discursos técnicos analisados estão os dos principais profissionais que se debruçam sobre a questão da habitação: médicos e sanitaristas, engenheiros e arquitetos, para os quais as vilas operárias constituíam-se em solução eficaz para problemas tanto de ordem sanitária quanto moral e mesmo econômica.

⁶⁸ Foi freqüente a cessão da moradia como indenização na demissão ou aposentadoria de funcionários, o que possibilitava que o empresário não arcasse com gastos diretos nestas situações fazendo uso da casa como forma de pagamento ou indenização.

⁶⁹ Friedrich ENGELS (2000) também afirmava que a propriedade da casa própria pelos operários servia mais aos grandes e pequenos burgueses que aos próprios operários, que além do endividamento para sua aquisição, tinham sua mobilidade limitada.

reconhecida por estes autores, em especial por Telma CORREIA (2004)⁷⁰ que, ao focalizar o habitat moderno, demonstra como a casa aparece como um importante instrumento de formação. Assim, a casa era o elemento por intermédio do qual se iniciava a formação do “habitat” moderno⁷¹; ela era incumbida de incutir em seus ocupantes princípios de higiene e individualização (distinção entre público e privado, entre trabalho e descanso, entre adultos e crianças, homens e mulheres), sendo responsabilizada também por tornar toda família apta para o trabalho e para o consumo.

Este processo de transformação da habitação operária em mercadoria, intercambiável tanto no plano material quanto no abstrato, tem suas raízes no reconhecimento da casa proletária como “problema”; problema que se constitui como tal, somente a partir do momento em que se constata os prejuízos que dele podem decorrer. Processo confirmado pelo forte efeito provocado pelo relatório de Chadwick, quando os números parecem mais chocantes que as descrições feitas por Engels. Transpostos para a linguagem dos negócios, os problemas relativos ao habitat operário foram rapidamente incorporados ao rol de investimentos tanto de empreendedores industriais quanto do Estado, que a fim de minimizar as perdas buscaram apoio na tecnologia. Este raciocínio fez da casa operária importante objeto de experimentação de novas técnicas e materiais de construção, o que pode ser observado no trabalho introduzido por John NOLAN (1919)⁷².

O papel de destaque da habitação na concepção e construção de núcleos e cidades por empresas industriais deve-se ao seu reconhecimento como *célula mater* do viver moderno, constituindo-se em agente ativo deste processo, pois mais do que refletir as mudanças que vinham sendo engendradas, ao oferecer condições diversas de vida, induzia a mudanças nos hábitos cotidianos. A casa auxiliou na incorporação de valores burgueses ao universo operário, pois por meio dela, de sua localização, da distribuição e dimensões de seus espaços, dos materiais e métodos construtivos nela empregados e dos utensílios domésticos que ampliavam sua funcionalidade, reforçava-se a idéia de modernidade, e ela apresentava-se como símbolo de urbanidade, individualidade e privacidade. A questão da habitação, da forma como foi adotada pelos industriais e vem sendo reconhecida na literatura acadêmica, assume caráter semelhante ao que lhe atribui o movimento moderno, sendo a partir dela que se forma tanto o homem como a cidade idealizada por aqueles preocupados em planejar e construir a sociedade moderna, fazendo da casa tanto princípio como fim deste processo de transformação.

⁷⁰ Enquanto no trabalho sobre Pedra destaca-se..., em “*A construção do habitat moderno no Brasil*”, a autora focaliza as diversas facetas que se pretendia da habitação, a construção do ideal moderno de morar, demonstrando como a casa sempre aparece como espaço de formação destes ideais que vai da higienização à individualização (distinção entre público e privado, entre trabalho e descanso, entre adultos e crianças, homens e mulheres) responsável por tornar toda família apta tanto para o trabalho e quanto para o consumo.

⁷¹ A noção de “habitat” extrapola em muito a da casa, permeando diversos aspectos da vida cotidiana e em diversas escalas e atividades, desde o saneamento das cidades até hábitos privados de higiene e privacidade, de atividades de trabalho até as horas de lazer e o cuidado com a casa, da vida em família ao comportamento nos locais de trabalho e no espaço público.

⁷² Os textos reunidos em “*Homes for workmen: a presentation of industrial community development*” tem como preocupação comum a apresentação de exemplos bem-sucedidos de construção de casas para trabalhadores, não necessariamente financiadas pela indústria que os emprega. São textos muitas vezes produzidos pelos próprios arquitetos e engenheiros envolvidos na elaboração dos projetos e execução das obras, de tal forma que primam pelo detalhamento de sua concepção técnica, do planejamento e dimensionamento do sítio até detalhes construtivos. Datando da primeira década do século XX, antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, este trabalho caracteriza-se mais como fonte do que como literatura acadêmica, sendo que sua inclusão deve-se somente à riqueza do material referente ao desenho e à arquitetura destes edifícios.

I.2.2 A CIDADE EM QUESTÃO

De modo geral, embora a questão urbana surja como elemento embaixador na literatura sobre cidades empresariais, enquanto na literatura internacional ela aparece com destaque, na nacional a contribuição destes empreendimentos para a configuração das cidades é menos evidente.

Mas a relevância do aspecto urbano dos empreendimentos industriais recebe maior destaque na literatura internacional, para autores que têm como preocupação abarcar um espectro mais amplo do processo de urbanização da sociedade ocidental, como Pierre LAVEDAN (1952)⁷³, Lewis MUMFORD (1998) e Leonardo BENÉVOLO (2001), as cidades empresariais são quase invisíveis, sendo vistas como mera especificidade do processo de urbanização e, embora partam de um mesmo ponto para explicar sua emergência, a “*cidade malsã*”⁷⁴ – vista como foco de problemas de ordem sanitária, estética, moral e econômica⁷⁵ – cada um deles toma um caminho diverso.

Mas apesar de identificarem aspectos distintos⁷⁶ como o mal que deixa as cidades “doentes” e buscarem suas respostas de modos diversos, com MUMFORD (1998)⁷⁷ percorrendo trilhas sinuosas e discutindo o urbano em função de transformações socioculturais e do ambiente no qual se situa⁷⁸, enquanto BENÉVOLO (2001)⁷⁹ tem um trajeto marcadamente linear, fazendo uma descrição do

⁷³ Na “*Histoire de l’urbanisme: époque contemporaine*” de Pierre LAVEDAN (1952), elas são designadas “*cités ouvrières*” e aparecem em três momentos: ao discutir os reformadores sociais do século XIX, ao falar do “*urbanismo construtor*” – capítulo no qual aparecem referências às cidades de New Lanark, Port Sunlight e Lowell, onde LAVEDAN (1952) e onde o autor reafirma a visão tradicional sobre cidades empresariais: como resultado da visão “caridosa” e empreendedora de “homens excepcionais”. – das cidades jardim e das cidades satélites, e, finalmente, ao analisar os problemas de oferta de habitação. Embora o autor reconheça o vínculo entre Revolução Industrial, reformadores sociais e cidades construídas por empresas, a pouca atenção que dispensa a elas faz com que cometa o lapso de considerar a construção de Belo Horizonte como decorrência da exploração mineral, juntamente com cidades como Joanesburgo e Kimberley (África) ou mesmo Denver e Dawson City (EUA). «*Beaucoup plus nombreuse et importantes sont les villes nées de l’industrie : ville de mines, villes d’usines, cités ouvrière Les gisements de métaux précieux ont été de grand animateur, souvent passager. L’or, découvert en 1851, a suscité, en Australie, Ballarat, Bendigo, Daylessford ... En Afrique Australe, Johannesburg n’était rien en 1884, ... Du diamant est né Kimberley. Au Brésil, dans l’Etat de Minas Geraes, Belo Horizonte fondé en 1847 a aujourd’hui 350.000 habitants. Aux USA, San Francisco (1849) en Californie, Denver (1859) dans Colorado son également né de l’or. ...*» (LAVEDAN, 1952 : 183)

⁷⁴ “*la ville malade*” de Lavedan, “*coketown*” de Mumford e “*cidade liberal*” de Benévolo

⁷⁵ Estas duas últimas abordagens inserem-se num contexto em que o autor discorre sobre métodos empregados no planejamento das cidades, partindo de análises da distribuição populacional até concluir com os espaços verdes e públicos. LAVEDAN (1952)

⁷⁶ LAVEDAN em problemas de ordem social, BENÉVOLO na moradia e MUMFORD nas condições sanitárias e ambientais.

⁷⁷ Embalado pelo relacionamento entre biologia e urbanismo que havia se firmado no século anterior e que obrigava a pensar a cidade não mais como um objeto inanimado, isolado e estático, mas como organismo vivo, considera a cidade como parte de um sistema mais amplo, passível de ser conhecido somente ao levar em conta os diversos fatores que o compõe, bem como o contexto físico e territorial no qual se insere.

⁷⁸ Esse sistema complexo no qual a cidade seria somente mais uma célula, não podendo ser entendida fora de seu contexto regional e que deve muito às noções difundidas por Patrick Geddes, constitui-se numa das idéias centrais da RPAA (Regional Planning Association of America), organização encabeçada por Lewis Mumford, Clarence Stein, Benton MacKaye, Stuart Chase, Henry Wright e Frederick Ackerman e que foi um dos mais importantes grupos de discussão sobre planejamento urbano entre as décadas de 1930 e 1940. (HALL, 2002)

⁷⁹ Escrevendo na segunda metade do século XX, a cidade e as formas que assume são conseqüências do desenvolvimento técnico, fazendo com que o autor se atenha às suas formas mais palpáveis, prosseguindo a uma descrição do ambiente construído na qual as nuances e excepcionalidades são pouco relevantes.

ambiente construído onde as nuances e excepcionalidades são pouco relevantes ⁸⁰, ambos vêm as experiências de intervenção empresarial no urbano como algo positivo, uma busca pela concretização de uma sociedade ideal, cujas raízes jazem no que MUMFORD (1998) chamou “*aldeia industrial modelo*”.

Num panorama mais restrito, os problemas acarretados pelo processo de industrialização também são o ponto de partida dos trabalhos de Nabil BONDUKI (1998), Conceição VARON (1988), Eva BLAY (1985) e Raquel ROLNIK (1981)⁸¹. Assim, embora não se encontre na literatura nacional um compêndio do desenvolvimento urbano do país, o intenso crescimento das principais cidades brasileiras, a partir do início do século XX, fez com que São Paulo e Rio de Janeiro recebessem grande destaque, tornando-se focos preferenciais da atenção dos estudiosos. No caso de São Paulo, os estudos buscam entender sua organização urbana tendo como premissa a relevância da localização habitacional, porém por diferentes perspectiva – ROLNIK (1981) por intermédio do mapeamento dos interesses da burguesia capitalista, BONDUKI (1998)⁸² por meio da legislação e BLAY (1985) por meio dos exemplos de conjuntos habitacionais construídos por industriais. Embora tratem de cidades distintas, tanto VARON (1988) quanto ROLNIK (1981) vêm a expansão urbana relacionada à distribuição espacial da habitação operária, ou seja, admitem que a organização urbana da cidade é fortemente condicionada pelos interesses da burguesia industrial capitalista, que atua também no mercado imobiliário, aspecto que permite VARON (1988) considerar as vilas operárias como uma forma de produção rentista, incluindo a habitação operária edificada pela indústria no mesmo rol das companhias construtoras. No entanto, ao partilhar com as companhias construtoras os benefícios das alterações na legislação e das reformas de Pereira Passos, implica em arcar com o ônus que tal processo trouxe à cidade e sua população, ou seja, assumir sua parcela de culpa pela expulsão da população pobre e encortçada das áreas centrais.⁸³

A solução do problema urbano pela oferta de moradia à população de mais baixa renda é o tópico que emoldura as preocupações de ROLNIK (1981)⁸⁴ e BONDUKI (1998). Os autores observam que, ao serem

⁸⁰ Escrevendo após a metade do século XX, observa-se que Benévolo, ao buscar uma generalização por intermédio do reconhecimento de elementos comuns, aproxima-se da postura universalizante apregoada pelos adeptos do movimento moderno.

⁸¹ A autora cita as vilas das fábricas: Santana, Santista, Penteado, Companhia Fabril de Tecelagem e Estamparia Ipiranga, Cotonifício, Crespi, Santa Branca, Matarazzo, Lacta, Companhia de Ferro Esmaltado Sílex, Companhia Antártica, Companhia Nacional de Tecidos, Indústria Clark de Calçados e Sudam e algumas unidades no interior do estado: Votorantim, Santa Rosália, Rawlinson Muller (Carioba), Rodovalho, além das vilas ferroviárias (ROLNIK, 1981).

⁸² Nabil BONDUKI (1998) descreve o papel do poder público e da iniciativa privada na construção de casas populares, em especial dessa última que, a partir da década de 1940, passa a incluir de forma mais intensa o próprio morador.

⁸³ Reconhecendo na construção de vilas operárias uma forma de atração, manutenção e formação moral dos empregados, a autora estuda as vilas das tecelagens da Companhia América Fabril. Eram seis vilas estudadas, localizadas tanto em áreas urbanas quanto suburbanas ou mesmo rurais. Embora possuíssem características distintas, eram regidas pelos mesmos princípios; pelo menos até a década de 1940, todas seguiam as normas do Departamento de Trabalho, que regulamentavam desde a forma de admissão e demissão dos empregados até horários, salários, organização dos serviços de saúde e educação, segurança, higiene e conservação das casas, normas que haviam sido publicadas em livro. Concluindo, a autora reconhece a efemeridade do sucesso dos conjuntos residenciais enquanto solução para os problemas de moradia da classe trabalhadora, seja dos construídos pela indústria, seja dos construídos pelos institutos de pensão.

⁸⁴ A autora reconhece duas configurações básicas para esse tipo de empreendimento: as *vilas comuns* – onde a fábrica encontra-se cercada por moradias que se abrem para a cidade, e as *vilas de fábrica* – onde as residências dos trabalhadores

vistas pelo empresariado e pelo poder público como locus ideal para moradia do trabalhador, as vilas operárias serviam tanto ao interesse privado quanto ao público, pois, ao mesmo tempo em que retiravam uma parcela significativa da população de áreas consideradas insalubres, desobrigavam o Estado de lhe prover moradia. Por intermédio da legislação, BONDUKI (1998) vê essa responsabilidade passar da iniciativa privada para o Estado e deste, ao próprio trabalhador.⁸⁵ O autor não acredita na capacidade destes empreendimentos de terem influído significativamente na estruturação da metrópole paulista.

Para além da organização intra-urbana, como colocaria Flávio VILLAÇA (1998), a indústria tem se mostrado elemento significativo na organização espacial do território nacional, seja por meio da construção de núcleos fabris ou de cidades empresariais. Processo que, pelo impacto da chegada de novas tecnologias e de um significativo contingente populacional, conforme observado anteriormente, tem levado a uma estreita aproximação entre os processos de industrialização e urbanização. No Brasil, embora esta relação seja reconhecida, uma quantificação do fenômeno e da forma que assume só recentemente tem sido levada a cabo, destacando-se o amplo compêndio realizado por Philip GUNN e Telma CORREIA (2004),⁸⁶ em que demonstram a abundância das formas de intervenção industrial no espaço urbano, seja através da construção de conjuntos de habitações, seja de núcleos fabris, seja de cidades empresariais, desde em locais tão isolados quanto às da Amazônia até os de grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Uma preocupação semelhante pode ser encontrada em James ALLEN (1966) ao inventariar as comunidades construídas ou gerenciadas, por algum período de sua existência, predominantemente por uma única empresa na região Oeste dos Estados Unidos. No entanto, em seu estudo, Allen acaba por incluir cidades que não foram totalmente edificadas por empresas, o que aqui temos denominado “*cidades monoindustriais*”⁸⁷.

No entanto, enquanto ALLEN (1966) reconhece a relevância tanto quantitativa⁸⁸ quanto qualitativa do empenho das indústrias na construção de cidades no país, REPS (1965) afirma que, embora a “... *industrialização da América tenha contribuído mais que qualquer outro fator isolado para o desenvolvimento e crescimento das cidades da nação*”⁸⁹, essas experiências (as cidades empresariais) foram esporádicas e nada imaginativas, pois colaboraram pouco para “*o conhecimento de como as*

encontram-se resguardadas pelos muros da indústria, isoladas do restante da cidade. Uma especificidade desse tipo de vila são as “*vilas cidadela*”; construídas em localidades isoladas e possuidoras dos mesmos equipamentos coletivos existentes nas cidades, funcionam como “*laboratório de uma sociedade disciplinar*” e como instrumento de barganha salarial.

⁸⁵ Constata que parte significativa dessa produção (cerca de 20%) foi promovida pelo mercado formal, ou seja, contou com a participação de profissionais de arquitetura e urbanismo, financiados pelo governo. Por conseguinte, a crítica recai sobre as políticas que financiavam o produtor e não sobre o usuário, que vem se alterando nas últimas décadas com a busca de projetos que contam com a participação comunitária e imbuídos de preocupações ambientais, onde a iniciativa privada foi substituída pela “iniciativa comunitária”.

⁸⁶ Desde a década de 1990, pelo projeto NUVILA, Correia e Gunn têm realizado um minucioso levantamento destas experiências em todo o território nacional (aproximadamente 80%).

⁸⁷ Esta denominação também aparece em ROLNIK (1981) e MARICATTO (1979).

⁸⁸ ALLEN (1966) identifica na área estudada aproximadamente 200 casos de cidades empresariais.

⁸⁹ “*The industrialization of America contributed more than any other single factor to the development and growth of the nation's cities.*” (REPS, 1965: 414)

comunidades deveriam ser projetadas”⁹⁰, afirmação que acaba por contrariar, pois em seu trabalho fica clara a importância que atribui às chamadas “*cidades novas*”, das quais as “*company towns*”⁹¹, ou como intitula o capítulo referente a elas, “*As cidades que as empresas construíram*”⁹² constituem uma especificidade, ou seja, juntamente com as ferrovias ou a especulação imobiliária⁹³, a indústria é um fator que influenciou significativamente o projeto das cidades na América do Norte.

Este reconhecimento da indústria como agente construtor de cidades inteiras aparece com maior destaque no trabalho de Ervin GALANTAY (1975) que, ao analisar cidades novas ao redor do mundo, estabelece quatro categorias: “*new capitals*”⁹⁴, “*colonial towns*” “*industrial towns*” e “*decongestion*”⁹⁵. São cidades cuja principal característica consiste em derivarem de um projeto urbano ou plano de implantação, com o objetivo de satisfazer a uma necessidade específica. No caso das cidades construídas por indústrias: dar abrigo à força de trabalho, consequência inevitável da exploração de recursos naturais em áreas isoladas, ou ainda da necessidade de políticas de desenvolvimento regional cujo objetivo é a criação de pólos de crescimento⁹⁶. Tratando das cidades industriais nascidas a partir do século XX, o autor concentra-se no Leste europeu (Rússia e Alemanha) e em países em desenvolvimento (Índia e Venezuela), predominando uma visão de planejador; preocupa-se com questões metodológicas (cálculos populacionais, dimensionamento de vias e a capacidade de expansão) e o papel do poder público no planejamento de novas comunidades, onde

⁹⁰ “*The conclusion is inescapable, however, that town planning by American industry generally failed to produce communities significantly different or better than those which owed their layout to other sources. Nor were company towns leaders in the development of new standards or patterns of design. Indeed, the reverse appears to be true. American industry, which prided itself on its inventiveness in the operations of machinery or in business administration, remained fundamentally conservative in its sporadic town planning activities. Like the myriad towns puffed into life by the American railroads, company towns in this country added little to our knowledge of how communities should be planned.*” (REPS, 1965) (sem grifo no original)

⁹¹ Com sua atenção voltada para o desenho urbano, constantemente contrapõe o padrão regular dos traçados reticulares (a que chama de formal) com os mais orgânicos (informal). Dentre as cidades analisadas, REPS (1965) salienta o papel de Lowell (Massachusetts, 1832), cujo esquema foi repetido por toda Nova Inglaterra; Vandergrift (Pennsylvania, 1895) projetada pelo escritório Olmsted; e Gary (Indiana, 1907), onde a área planejada se estendia muito além da compreendida pela cidade. Considerando o período anterior à Segunda Guerra Mundial como apogeu da construção de cidades empresariais, esse autor comenta o desenho de algumas delas, concluindo, no entanto, que estas experiências não são significativas em termos populacionais e mesmo possuindo alguns casos de interesse, a “... indústria americana, por todo seu sucesso na produção, claramente falhou na tentativa de produzir comunidades expressivas.”⁹¹

⁹² “*The towns the companies built*” (REPS, 1965: 414—438).

⁹³ A organização geral do livro “*The making of urban America: a history of city planning in the United States*” apresenta uma primeira parte dedicada ao planejamento de cidades por países que influenciaram a colonização norte-americana (da Europa de modo geral e especialmente Espanha e França), passando então para as cidades norte-americanas agrupadas por ordem cronológica, região e país responsável por sua edificação; em seguida são analisadas as três formas mais freqüentemente adotadas no desenho das cidades (a “cidade bela”, o bulevar barroco e a grade); o papel de aspectos especiais como cemitérios e parques, especulação imobiliária, expansão ferroviária, indústrias e filosofias sociais ou crenças religiosas também são o critério para reunião e análise das cidades, que se encerra com uma visão dos processos gerais que influenciaram o planejamento das cidades até então. (REPS, 1965)

⁹⁴ GALANTAY (1975) classifica as cidades novas em quatro categorias: novas capitais, cidades coloniais, cidades industriais, cidades satélite (de descongestão).

⁹⁵ Seguindo com a nomenclatura utilizada pelo autor “*Decongestion*”, mais do que um tipo de cidade nova seria uma forma de descongestionar uma cidade existente e que poderia incluir quatro tipos de solução: desenvolvimento de regiões alternativas de crescimento (deslocar o crescimento para outra região do país), de cidades satélites (dentro de uma mesma área metropolitana, com comutação possível), de novas cidades independentes (desencorajando a comutação) ou a criação de cidades gêmeas ou paralelas (devido à impossibilidade do crescimento contínuo – barreiras naturais)

⁹⁶ “*New industrial towns are planned to exploit location-bound natural resources or to provide growth poles for a regional development policy. The town itself is created to accommodate the necessary labor force, and its site is chosen as a function of conflicting needs to maximize accessibility and at the same time to avoid the noise, pollution, and traffic generated by industry.*” GALANTAY (1975: 38)

acessibilidade é a palavra-chave⁹⁷.

O papel do poder público e a acessibilidade são questões primordiais também para Ira ROBINSON (1962). Tendo como pano de fundo a preocupação com as alterações que a construção de cidades novas vem provocando no ambiente físico de regiões antes não urbanizadas, ele analisa as chamadas “*resource towns*”⁹⁸. Dependentes da exploração de recursos naturais, estes empreendimentos canadenses têm como característica a possível efemeridade devido ao esgotamento da matéria-prima não-renovável⁹⁹. Embora este aspecto seja pouco explorado por ROBINSON, ele aparece com destaque no trabalho de Joaquim GUEDES (1981)¹⁰⁰ que relata os processos empregados na elaboração do projeto da cidade de Caraíba (BA), encomendada pela CVRD. Ocasão em que fez uso das estimativas de vida útil da mina como parâmetro para o dimensionamento e decisão quanto à forma de administração do empreendimento (cidade aberta ou fechada):

“...o grau de compromisso da empresa (medido em termos de vontade de interferir no desenvolvimento regional) com a população local [que] está associado com o grau de indução (medida em termos de maior ou menor uso dos recursos persuasivos) que aplicará para mobilizar os indivíduos para o empreendimento.”(grifo meu) (Guedes, 1981: 48)

“*Grau de compromisso*” que pode ser traduzido por “*grau de controle*”, sendo o maior “*compromisso*” sinônimo de maior controle, ou seja, de cidade fechada e gerenciada pela empresa¹⁰¹. A parceria com o Estado, no entanto, aparece com frequência e não se restringe a decisões quanto à administração do núcleo urbano, sendo que, tanto as “*resource towns*” canadenses¹⁰² quanto algumas cidades mineradoras e de barragens no Brasil, somente se viabilizaram devido a uma incisiva participação governamental¹⁰³. Seja no planejamento ou mais efetivamente na construção de redes de infraestrutura, serviços públicos, seja na construção das moradias, o governo assumiu encargos consideráveis na execução destes projetos. Essa participação fez com que alguns desses empreendimentos já nascessem quer como uma administração municipal independente, ou seja, como “*cidades abertas*”, quer como “*cidades monoindustriais*”, enquanto outros seguiram no caminho inverso, e, embora com dimensões e complexidade social considerável, permanecessem fechados até

⁹⁷ Acessibilidade à matéria-prima e à natureza (entendida como sinônimo de bem-estar e lazer, nos moldes do ideal cristalizado pelo movimento moderno);

⁹⁸ Na visão do autor essas cidades “... são os filhos prodígios de empreendedores industriais americanos e canadenses que tiveram que enfrentar ambientes inóspitos e inexplorados, [são] freqüentemente um ‘mal necessário’ se a floresta, os minerais, o petróleo e a energia elétrica de sítios do norte do Canadá serão explorados com propósitos industriais.” “... they are the brain-children of American and Canadian industrial entrepreneurs who have to face the fact that the creation of a new community in the wilderness is often a ‘necessary evil’ if the forests, minerals, oil, and hydro-electric power sites of northern Canada are to be exploited for industrial purposes.” (ROBINSON, 1962: 3)

⁹⁹ Embora haja cidades construídas para exploração de recursos naturais renováveis (madeira e pesca), a maioria dos casos tratados na literatura é da exploração de minérios.

¹⁰⁰ Joaquim Manoel Guedes Sobrinho também participou da elaboração do projeto das cidades mineradoras de Marabá (PA, 1972) e Barcarena (PA, 1978) (TELLES, 1991).

¹⁰¹ Embora não se posicione abertamente quanto à opção por cidade aberta ou fechada, no final da análise parece mais propenso à primeira, afirmando que “A grande questão cidade aberta ou fechada deve ser analisada à luz de considerações mais gerais e que atingem o cerne mesmo de uma ideologia do desenvolvimento nacional. Não apenas a cidade aberta, mas a sociedade aberta como objetivo”. (Guedes, 1981: 50)

¹⁰² Ira ROBINSON (1992) apresenta as cidades de: Kitmat (1953, Aluminum Company of Canadá), Elliot Lake (1954, mineradoras de urânio), Drayton Valley (1956, exploradoras de petróleo) e Schefferville (1950, Iron Ore Company of Canadá), todas originárias da necessidade de exploração de recursos naturais em pontos remotos.

¹⁰³ No caso brasileiro, a construção da rede hidroelétrica nacional, por ser estatal (início das privatizações na década de 1990) foi toda financiada pelo Estado, com a edificação de núcleos e cidades de dimensões e estrutura diversas, conforme mostra em seu levantamento Flávio e Marta. FARAH (1993)

hoje, como Carajás.

Esta participação governamental na edificação de cidades empresariais, cujo objetivo último é a promoção de um processo de industrialização, fez com que Rosélia PIQUET (1998) visse as “*cidades-empresa*”, como denomina as cidades empresariais, como reflexo dos diversos patamares de desenvolvimento da economia nacional. Salientando o papel preponderante das políticas nacionais, do desenvolvimento tecnológico e do vínculo estreito entre economia e urbanização na organização do espaço brasileiro, a autora afirma que “... *as empresas que passam a operar em novos setores tendem a apresentar um padrão locacional diverso daquele das atividades até então existentes no país.*” (PIQUET, 1998: 6), constituindo-se em “... *veículos da expansão de novas condições técnicas de produção em pontos selecionados do território nacional, proporcionando o avanço da fronteira econômica e espacial, ...*” (PIQUET, 1998: 7). Padrões que Piquet acredita serem prioritariamente determinados pela disponibilidade e custo de redes de infra-estrutura (energia, vias, água, etc.), política tributária e por incentivos fiscais, bem como pela proximidade de fontes de matéria-prima; ou seja, com exceção da localização das matérias-primas, todos fatores condicionados pela política. Fundamentada nestes parâmetros, a autora divide em três períodos o processo de industrialização brasileiro: o primeiro caracterizado pela precariedade e pelo monopólio dos serviços de infra-estrutura das cidades, o que teria levado os industriais a diversificarem seus investimentos e a aplicarem altas quantias em capital imobilizado distante delas¹⁰⁴; o segundo a partir da década de 1930, quando foi inaugurado “*um novo estilo de cidade-empresa, não mais associada à figura do empresário (pessoa física), mas à empresa enquanto instituição.*” (PIQUET, 1998: 25)¹⁰⁵; o terceiro, na década de 1970, distinguia-se pelos grandes empreendimentos propostos no escopo do II Plano Nacional de Desenvolvimento, principalmente nas áreas de mineração, celulose e petroquímica.¹⁰⁶ Para a autora, o tratamento desses projetos diretamente pelo Governo Federal foi responsável pela redução do poder de decisão e ação nas instâncias locais, provocando em cidades como Volta Redonda, Telêmaco Borba, Aracruz e Ouro Branco a reprodução das precárias condições existentes nas “*cidades livres*”. Uma situação que, ao mesmo tempo em que podia ser benéfica à empresa e à cidade (abrigo um mercado de reserva e diversificando a economia local), ao motivar a organização de grupos de pressão, transforma a cidade em palco de conflitos, constituindo-se numa ameaça constante.

O período das privatizações, representando uma mudança na forma como o Estado passou a conduzir a

¹⁰⁴ No Rio de Janeiro, PIQUET (1998) cita os bairros de: Del Castilho, Bangu, Vila Isabel e Gávea, em São Paulo: Lapa, Água Branca, Casa Verde, Vila Prudente, Bús, Mooca, Belenzinho; em Recife: Jabotão, São José e Afogados; em Santos: Quartéis; em Campinas: Vila Industrial e em Jundiaí: Vila Arens. Há ainda as cidades de Rio Tinto – PB, Navarro – PE, Botorantim (Sorocaba – SP), Carioba (Americana – SP), Nova Lima – MG, Passagem de Mariana – MG.

¹⁰⁵ Esse seria o caso da CSN (Volta Redonda – RJ, 1942), Chesf (vila de Paulo Afonso – PE, 1948), CVRD (bairros em Itabira – MG, 1942), além da CSBM (Monlevade – MG, 1934), Klabin (Telêmaco Borba – PR, 1963), Indústria e Comércio de Minérios S.A. Icomi (Vila Amazonas e Vila Serra do Navio – AP, 1950s), Companhia de Cimento Paraíso S.A. (Italva – RJ, 1950s), USIMINAS (Ipatinga – MG, 1956) (PIQUET, 1998).

¹⁰⁶ Os casos citados pela autora são: a CESP (Ilha Solteira – SP), Jarí Florestal e Agropecuária Ltda. (Monte Dourado – PA, 1988), Eletronorte (Tucuruí – PA, 1976), CVRD (Marabá e Paraupéba – PA, vila em Tubarão – ES, 1970s), Aracruz Celulose S.A. (Aracruz – ES, 1980s), AÇOMINAS (Ouro Branco – MG, 1985), Furnas Centrais Elétricas S.A. (residências em Angra dos Reis – RJ, Itapeva – SP e Ivaiporã – PR, 1970s), Usina Hidroelétrica de Xingo-Caxingó (bairro em Piranhas – AL, 1987). (PIQUET, 1998)

política industrial no Brasil¹⁰⁷, poderia representar uma quarta etapa do relacionamento entre políticas governamentais e industrialização; momento em que se esperava que a desvinculação entre o Estado e as empresas (ex-estatais) alterasse a parceria (público-privado) na administração urbana¹⁰⁸, que seria cada vez mais deixada a cargo do governo. Contudo, com frequência, observa-se ocorrer o oposto: a influência empresarial na gestão pública não cessou nos anos 1990. Embora assentada em parâmetros diversos dos anteriores, ela permanece até os dias atuais e continua a marcar fortemente a administração de municípios sedes de grandes indústrias¹⁰⁹. Esta permanência está associada à influência das empresas na política¹¹⁰, uma condição fundada tanto no padrão patrimonialista das relações do Estado brasileiro quanto no discurso desenvolvimentista herdado da ditadura, que vincula a saúde financeira destes empreendimentos ao desenvolvimento do país, fazendo do sucesso de uma empresa privada sinônimo de sucesso da nação.

1.2.3 O OPERARIADO EM QUESTÃO

A visão da oferta de moradia da “... vila operária, ou casa na vila operária, [como] elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por essa força” (BLAY, 1985: 11¹¹¹), fazendo dela um investimento indireto na produção, portanto elemento sobre o qual se fundamentam importantes aspectos da relação entre o operário e a burguesia, é partilhada pela maioria dos autores que enfatizam aspectos sociais do relacionamento entre patrões e empregados. Dentre os autores brasileiros, destaca-se os trabalhos de antropólogos, sociólogos e historiadores como José Sérgio LEITE LOPES (1978, 1988), Juarez BRANDÃO LOPES (1964) e Yonne GROSSI (1981), bem como as dissertações de Paulo FONTES (1997)¹¹² e Maria Alice CARVALHO (1983). São autores que buscam suas respostas em análises de casos específicos¹¹³ sobre questões relativas à organização da sociedade brasileira a partir das tentativas, ou efetivo ingresso do país no sistema capitalista industrial, organização que, para Juarez BRANDÃO LOPES (1964), fundamenta-se numa estrutura social tradicional marcada pelo

¹⁰⁷ Mudança que deve ser tomada com certo cuidado, uma vez que o pretense afastamento do Estado pode ser questionado devido mesmo à forma como ocorreram os processos de privatização. O financiamento de vultosas somas, a fim de viabilizar compras e concessões, significou que o governo continuou a arcar com ônus relativos a elas, deixando apenas de geri-las e lucrar com elas.

¹⁰⁸ Com exceção de Carajás, as demais cidades apresentadas por PIQUET (1998) ou já nasceram como cidades abertas ou são cidades mono industriais.

¹⁰⁹ Trata-se, portanto, não somente de uma especificidade das cidades empresariais, mas de todas as cidades que têm a indústria como principal atividade econômica.

¹¹⁰ Levando a situações de conflito tão perturbadoras quanto às descritas por Ricardo TIEZZI (2005) em Volta Redonda.

¹¹¹ A visão dos operários sobre a oferta de habitação pela indústria, bem como da moradia em si, é colocada por intermédio da análise de jornais operários e depoimentos de ex-moradores. O estudo das vilas Maria Zélia, Cerealina, Cresp, Nadir Figueiredo, Guilherme Giorgi e Beltramo apresenta-se, então, como ponto de chegada onde, por meio dos depoimentos, diversos aspectos discutidos no corpo do texto são abordados pontualmente. Cabe ressaltar que todos os casos estudados pela autora são de vilas construídas próximo à cidade, justificando-se a predominante ausência de equipamentos urbanos, tais como postos de saúde, escolas, clubes e, algumas vezes, até armazém, pela possibilidade de usufruir dos já existentes na cidade.

¹¹² Foi utilizada a publicação da dissertação em livro, sendo que a dissertação foi defendida em 1996.

¹¹³ Exceção feita à Maria Alice CARVALHO (1983: X) que, a fim de compreender “.. o papel desempenhado pelo empresariado industrial na construção do mundo do trabalho...” não estuda uma ou mais indústrias, mas sim as práticas e formulações teóricas correntes no Brasil, tendo como base a atuação das classes dominantes na cidade do Rio de Janeiro

patrimonialismo e paternalismo, mas que graças à influência de fatores econômicos e políticos tem se tornado mais burocráticas¹¹⁴. No entanto, as mudanças vislumbradas por este autor na década de 1960 parecem nunca ter se consumado totalmente, uma vez que, quase vinte anos depois, mesmo com a presença de combativos sindicatos operários indicando um significativo aumento no grau de conscientização dos trabalhadores, tanto José Sérgio LEITE LOPES (1978)¹¹⁵ quanto Yonne GROSSI (1981)¹¹⁶, Maria Alice CARVALHO (1983) ou mesmo Paulo FONTES (1997)¹¹⁷ são capazes de encontrar traços de métodos de dominação bastante antigos. Assim, ao analisar atividades como a açucareira e a mineração do ouro, que já existiam muito antes da Revolução Industrial e num sistema escravista, estes textos lembram que, embora a Revolução Industrial tenha vindo acompanhada de inúmeras alterações, existem marcas que ela não foi capaz de apagar. Dentre elas pode-se ressaltar a utilização da moradia como forma de manter o operariado próximo à fábrica e sempre disponível ao trabalho (LEITE LOPES, 1978), a hierarquização dentro e fora da fábrica (ou da mina), a instituição de um

¹¹⁴ Para Juarez BRANDÃO LOPES (1964), foram mudanças econômicas e políticas que levaram a alterações na atitude dos patrões (aumento da produtividade e redução de custos com a mão-de-obra) e trabalhadores que, insatisfeitos, encontram apoio na legislação para fazerem suas reivindicações, agora de forma organizada, processo que, para o autor, significa um rompimento com as organizações tradicionais, marcadas pelo patrimonialismo e paternalismo, que passa então a possuir características mais burocráticas. Um dos principais sinais desta transformação são a criação e crescimento do papel dos sindicatos na intermediação das relações entre patrões e empregados.

¹¹⁵ Na visão do antropólogo José Sérgio LEITE LOPES (1978)¹¹⁵, a habitação ofertada pela indústria aparece como instrumento necessário à atração e manutenção dos trabalhadores, em especial do grupo mais qualificado composto por artistas e empregados (distingue três grupos de trabalhadores, sem contar os empregados - trabalhadores do escritório - e os que trabalham fora da fábrica - ferroviários, foguistas, maquinistas e *cassacos*, ou no campo como os colonos, meeiros e *corumbas*, que são trabalhadores sazonais). Esse sistema, que os próprios trabalhadores denominam *cativeiro*, a oferta da moradia e de outros benefícios, como lenha, energia elétrica, água encanada e lotes para plantio de subsistência, constitui-se num sistema onde a exploração da mão-de-obra ocorre de diversas formas. A proximidade da indústria permite mantê-los disponíveis vinte quatro horas por dia e colabora com a manipulação no pagamento de horas extras; a colocação de empecilhos à mobilidade da força de trabalho faz com que a mudança de emprego signifique também mudança de casa e o fim de benefícios; além disso, tanto a casa como o lote disponibilizado para a produção de alimentos durante a folga constituem-se em fatores que possibilitavam a redução do custo de reprodução da força de trabalho, ou seja, dos salários, sistema que se fechava com a difusão da idéia de superpopulação, interiorizando no trabalhador o medo do desemprego.

¹¹⁶ Estudando a consciência de classe dos trabalhadores, porém por intermédio da constituição de organizações políticas e sociais como sindicatos, partidos políticos e associações religiosas, Yonne GROSSI (1981) apresenta o caso de Nova Lima, cidade mineira cuja atividade econômica é totalmente controlada pela mineradora inglesa Saint John d'El Rey Mining Company Limited (constituída em 1830 e era proprietária de minas de ouro e ferro na região de Minas Gerais; as minas de ferro foram adquiridas pela Hanna Mining Company, preconizando um longo embate pela exportação do minério de ferro brasileiro na década de 1930 à de 1960 - ver PEREIRA, 1967). Mais preocupada com a conscientização política dos trabalhadores, o estudo de suas condições de vida dentro e fora da mina, "...*adquire importância pela vinculação posterior que se estabelecerá com o movimento operário, exprimindo um de seus condicionantes*" (GROSSI, 1981: 69), pois tanto a dificuldade para conseguir a casa quanto as diferenças entre os tipos existentes (existiam três tipos de habitação: geminadas duas a duas - com sala, dois quartos, cozinha e banheiro com água quente no chuveiro -, *bom-será* - sequência de casas geminadas com instalações sanitárias e tanques coletivos, que os próprios moradores consideram "*um convite à promiscuidade*"- e em bairros separados, casas maiores e arejadas para os funcionários ingleses) eram fatores de descontentamento que, somados ao sistema de caderneta com desconto na folha de pagamentos e escassez de atividades recreativas e religiosas, faziam da moradia um dos poucos atrativos ao trabalho na mina e um dos mais eficientes mecanismos para sua fixação. A moradia aparece somente como pano de fundo; não há representações gráficas ou referências mais detalhadas quanto ao traçado urbano do núcleo, que é definido como tendo o formato de "cuia"; o mesmo ocorre com as residências, o que se justifica também pela ausência de um projeto urbano e arquitetônico, ou mesmo de profissionais dessas áreas envolvidos na sua elaboração.

¹¹⁷ Embora não discorra diretamente sobre a vila construída pela Nitro-Química em São Miguel Paulista, Paulo FONTES (1997) reconhece a importância dessa indústria na transformação do bairro¹¹⁷ e na vida dos trabalhadores. Em sua exposição, a preocupação com a adoção de técnicas gerenciais da mão-de-obra vem desde a escolha da localidade para instalação da indústria¹¹⁷, cujo isolamento e precariedade contribuíam para o fortalecimento da noção da formação de uma nova comunidade, da "*família nitrina*". A difusão dessa idéia, fortalecida pela implementação de um Serviço Social privado, tido como pioneiro, era corroborada por um modelo gerencial onde, ao mesmo tempo em que era possível distinguir uma nítida estrutura hierárquica, ela era quebrada pelo contato direto entre o alto escalão e o chão da fábrica, onde se privilegiava a contratação de parentes e, embora ausente na maior parte do tempo, a figura mítica do "*patrão bom e caridoso*" era cultuada em momentos-chave, como nas comemorações de final de ano e no primeiro de maio.

sistema de valores capazes de legitimar a autoridade do patrão como pai, gerando um sentimento de família que permite um conagraamento ao trabalho fabril (FONTES, 1997), e segundo o qual qualquer questionamento ou reivindicação é visto como traição, validando sua ação disciplinadora e policial (CARVALHO, 1983), numa luta constante para coibir e desestruturar qualquer sinal de organização contrária às vontades patronais (GROSSI, 1981).

Na literatura nacional, a reunião de aspectos sociais, urbanos e arquitetônicos pode ser percebida na atuação do empresariado industrial, somente a partir da década de 1990, com especial destaque aos trabalhos desenvolvidos e orientados por Telma CORREIA.¹¹⁸ Dissertações como as de Fernando ATIQUE (2004), Gabriela COMPAGNOL (2003)¹¹⁹ e Mary Helle BALLEIRAS (2002)¹²⁰ ou mesmo a tese de Fábio LIMA (2003)¹²¹ que, focalizando casos específicos ou grupos de experiências onde a indústria constitui-se num importante elemento formador do urbano, partem da premissa que núcleos fabris e vilas operárias têm suas raízes na problemática urbana levantada pelas questões sociais e sanitárias que tomaram corpo a partir da Revolução Industrial, contexto em que a manipulação do operariado aparece como peça-chave para a obtenção do lucro e em nome do qual empreendedores industriais iriam buscar inspiração em trabalhos de pensadores e técnicos. Desta forma,

“O núcleo fabril não é visto como lugar da civilização e progresso em oposição ao campo. Também não é tratado como uma evolução da cidade, no sentido de uma suposta adequação aos problemas suscitados por seu crescimento e por sua transformação, relacionados à industrialização. Nem como a efetivação de utopias urbanas, embora estejam ambos inseridos na mesma tradição de concepção de espaços modelares. Entendemos o núcleo fabril como um equipamento de arregimentação, fixação e controle do trabalhador, em cuja organização a segurança da propriedade e da produtividade do trabalho foram questões centrais.”
(CORREIA, 1998b: 11) grifo meu

De modo que, tanto no exterior quanto no Brasil, a necessidade de formação de um mercado de trabalho urbano levou a elite a buscar a transformação do trabalhador oriundo do campo que, visto como ignorante, indisciplinado, preguiçoso e sujo, carecia de formação técnica, higiênica e moral, além de vigilância constante. Nesse processo de formação, difunde-se a noção da comunidade fabril como uma grande família, onde o patrão aparece como “pai”, pois detém o direito de premiar e punir,

¹¹⁸ Autora de uma extensa literatura sobre núcleos e vilas fabris, Telma CORREIA (2002, 2001, 1999 1998a, 1998b) privilegia questões relacionadas ao cotidiano operário, à arquitetura e urbanismo desses núcleos.

¹¹⁹ Os assentamentos agroindustriais promovidos pela indústria sucro-alcooleira da região de Piracicaba são objeto de trabalho de Gabriela CAMPAGNOL (2003). Pelo seu isolamento no meio dos canaviais, o que usualmente determina sua localização fora do perímetro urbano das cidades, constitui-se de conjuntos de casas para operários, chamadas colônias ou avenidas, as casas dos patrões, escritórios, igreja, escola, cinema, armazém, campo de futebol e ambulatório. Empreendimentos que, embora também sejam marcados por mecanismos de coação e exploração da mão-de-obra operária, como o sistema de caderneta e as atividades recreativas, caracterizam-se pela sazonalidade e por reunir indústria e agricultura, fazendo com que a autora veja nas senzalas as origens desse tipo de moradia uma origem muito anterior à problematização da habitação popular nas grandes cidades.

¹²⁰ O trabalho de Mary BALLEIRAS (2002) caracteriza-se pelo estudo da arquitetura de conjuntos residenciais e edifícios fabris construídos por indústrias na região de Campinas – SP. Trata-se tanto de conjuntos urbanos completos, compostos por residências e equipamentos coletivos (Carioba, Brasital Gessy, São Martinho e Romi.) quanto de simplesmente conjuntos de casas (Fiação Santa Bárbara, Boyes) que se encontram localizados dentro da cidade ou distantes dela, sendo descritos como estruturas física e socialmente impactantes para as localidades onde se instalam. Embora o enfoque principal do trabalho se volte para a arquitetura tanto dos edifícios fabris quanto dos residenciais, seu surgimento, entre o final do século XIX e início do XX, contemporâneo ao nascimento da grande indústria no Brasil, leva a autora a comentar os mecanismos de formação e controle empregado pelos empresários, a fim de atraírem e manterem trabalhadores mais especializados.

¹²¹ Esta tese orientada pela professora Cristina Leme trata do caso de Monlevade, núcleo construído pela Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, em Minas Gerais, na década de 1930.

enquanto os operários são vistos como “filhos”, estando, portanto, sujeitos às suas regras.

Um dos casos que mais contribuiu para a difusão desta forma de administração da força de trabalho é certamente New Lanark, onde Robert Owen desenvolvera um sistema de gerenciamento e controle do operariado fundamentado na premissa de que a formação do trabalhador não poderia se restringir à fábrica, devendo englobar todo seu cotidiano, pois era preciso formar seu caráter. Partindo da premissa de que

“Qualquer caráter geral, do melhor ao pior, do mais ignorante ao mais iluminado pode ser dado a qualquer comunidade, mesmo a todo o mundo, pela aplicação dos meios próprios; os quais estão em grande extensão sob o comando e controle daqueles que tem influência nas ocupações do homem”. (OWEN apud DONNACHIE & HEWITT, 1993: 116)¹²²

Difundido pela Inglaterra¹²³ e pelo mundo, o método educacional implantado por Owen em sua tecelagem tinha por objetivo a formação de um contingente operário disciplinado, ou seja, ao mesmo tempo dócil e alfabetizado. Este sistema, tido como modelar, nada tinha de democrático ou condescendente, pois, apesar das preocupações sociais alardeadas por seu idealizador¹²⁴, objetivava acima de tudo a obtenção do lucro por meio do aumento da produtividade, tendo como instrumentos a vigilância e a educação do empregado dentro e fora da fábrica¹²⁵.

Outro exemplo paradigmático do que Margarth CRAWFORD (1995: 02) chamou “*model industrial town*”, ou seja, um núcleo industrial cuja concepção era determinada por uma ideologia religiosa, social ou artística (arquitetônica ou urbanística), e que foi extensamente explorado pela literatura, é Pullman¹²⁶. No entanto, enquanto New Lanark se sobressaiu por marcar o início de uma sistemática de gestão do operariado fundamentada numa postura ditatorial, Pullman é tido como ponto de inflexão deste processo. É com esta visão que Carl SMITH (1995) relata como foi construído e destruído o mito em torno da cidade de Pullman, pois nela se explicitara a exploração do trabalhador por intermédio da

¹²² “Any general character, from the best to the worst, from the most ignorant to the most enlightened, may be given to any community, even to the world at large, by the application of proper means; which means are to a great extent at the command and under the control of those who have influence in the affairs of men.” (OWEN apud DONNACHIE & HEWITT, 1993: 116)

¹²³ DONNACHIE & HEWITT (1993) chegam a afirmar que o sistema desenvolvido e implantado por Robert Owen em New Lanark auxiliou a reestruturação do sistema educacional inglês no século XIX, o que pela quantidade de livros tratando do tema parece não estar longe da verdade.

¹²⁴ Segundo DONNACHIE & HEWITT (1993:119), as três principais preocupações de Owen eram: “... o impacto social do sistema de fábrica, reforma da lei dos pobres e educação popular” (“the social impact of the Factory System, poor law reform and popular education”).

¹²⁵ Um rigoroso sistema de controle da produtividade era levado a cabo tanto por anotações em planilha quanto pela utilização do que Owen chamou “*Silent monitor*” e “*telegraph*”, sinais indicadores do comportamento e produtividade, havendo ainda punições físicas para mau comportamento. Mesmo o consumo de mercadorias, embora não houvesse artigos proibidos, era regulado pela divulgação do consumo de artigos considerados supérfluos, um controle moral que era facilitado pela sua aquisição por intermédio de “*tickets for wages*”. A regulamentação da vida fora da fábrica era dada pela “*new broom*”, regulamento que ditava padrões de limpeza e ocupação da casa e cuja infração era punida com a expulsão para uma área insalubre do núcleo “*Botany Bay*”. Além do que, a redução de doze para dez horas de trabalho diárias não significava exatamente um conquista, já que eram seguidas de aulas noturnas. (DONNACHIE & HEWITT, 1993).

¹²⁶ A cidade de Pullman (Illinois, 1885) foi construída por George Motimer Pullman para abrigar seus empregados e fábrica de luxuosos vagões-leito; sua construção iniciou-se em 1880 (projeto de Sólon S. Beman e Nathan F. Barret), localizada a 14 milhas de Chicago, com 150 acres de extensão, e em 1885 possuía cerca de 8.000 habitantes. Contudo, o capricho com a arquitetura e a atenção com o paisagismo, os cuidados com infra-estrutura e edifícios públicos, não saíam barato para seus moradores; eram intensamente explorados por George Pullman. Além dos altos aluguéis, por vezes mais caros que na cidade de Chicago, a imagem da cidade foi muito usada como propaganda, constando inclusive com stand na feira de Chicago (1893).

oferta de moradia¹²⁷, cujas debilidades seriam expostas pela greve de 1894, greve que levava ao questionamento da relação entre a idéia de desordem e modernidade, pois mostrara que a ordem urbana era insuficiente para garantir o fim do conflito social. Assim, confirmava-se a necessidade de criação de uma nova ordem, de valores segundo os quais a responsabilidade de salvar a sociedade não dependeria necessariamente de líderes “inspirados”, mas de um método científico de gestão da mão-de-obra. Este novo método, ao qual foi atribuída a qualificação “*engenharia social*”, ao reconhecer favelas e fábricas como os principais focos de “*problemas sociais de primeira magnitude*”, propunha-se a uma atuação neutra, baseada em métodos científicos, portanto isenta de interesses de classe. (CRAWFORD, 1995: 49).

O movimento que deu origem a esta nova forma de gestão do operariado está relacionado à ação dos “*muckrakers*” e tinha como objetivo garantir um ambiente propício à formação de bons cidadãos, estabelecendo parâmetros “*científicos*” para pautar a relação entre empregados e patrões¹²⁸. Com sua ação dirigida por profissionais, negava-se a defesa de quaisquer interesses de classe. A aplicação de programas fundamentados nesta metodologia, no entanto, foi instrumento amplamente utilizado pelos industriais que, por intermédio de uma extensa propaganda, eram capazes de atrair e baratear o custo direto da mão-de-obra mais qualificada, além de auxiliar na conquista de compradores e fornecedores. Contudo, mais do que a oferta de moradia, equipamentos de saúde, lazer e educação, era a construção de uma imagem positiva das condições de trabalho e de vida no núcleo que era capaz de gerar a união do operariado em torno de um objetivo comum, a empresa, reduzindo as possibilidades de conflito e garantindo a produção.

Neste sistema, observa-se uma transferência de foco do patrão para a empresa, ocorrida devido à sua subordinação a parâmetros científicos¹²⁹ traçados por técnicos, o que, no entanto, não reduziu a autoridade patronal, que permaneceu inquestionável. Observa-se, inclusive, um reforço na sua caracterização devido à consolidação de uma identidade operária associada à indústria, colaborando no estabelecimento de um sentimento de família onde, assim como o pai, o patrão é o comandante supremo¹³⁰. O sucesso da fixação da figura patronal como a de um indivíduo iluminado, benfeitor e altruísta também foi fortalecida pela implantação de programas sociais, pois uma vez que as decisões quanto às punições poderiam ser atribuídas aos “*técnicos*”, os benefícios e premiações poderiam continuar a ser distribuídos pelo patrão. Assim, mesmo na literatura estudada, encontram-se veementes

¹²⁷ A decadência dos negócios de George Pullman, obrigando a abertura da cidade, deveu-se grandemente à greve de ferroviários de 1894. Deflagrada pelos funcionários da companhia de vagões descontentes com a redução de seus salários e manutenção dos abusivos alugueis cobrados pelo empresário, ela contou com a solidariedade dos ferroviários e paralisou quase toda a rede ferroviária do país.

¹²⁸ Segundo Margareth CRAWFORD (1995), este movimento de “*industrial betterment*” ou “*welfare work*” foi responsável pela implementação de inúmeros programas de melhoria das condições de trabalho e moradia em diversas localizações no país, introduzindo o “serviço social” dentro das companhias,

¹²⁹ A cobrança de alguém é freqüente e aparece nos discursos não como uma forma de reaver o capital investido, mas sim de aprendizagem, pois o trabalhador deve aprender o custo das coisas. “*Every feature in such town is designed to have some constructive influence for specifically benefiting the workman for his work, and he gets nothing he does not pay for, thus eliminating the element of paternalism.*” (NOLEN, 1919: 11)

¹³⁰ Assumindo literalmente o papel de pai, autoridade “*in locus parentis*” como a concedida pelos pais quando da contratação de jovens moças.

defesas dos métodos de exploração e dominação, justificados pelo caráter disciplinador atribuído ao patrão, tido como responsável pelo desenvolvimento do empregado como indivíduo “civilizado”. (ALLEN, 1966¹³¹)

A exploração do “*congraçamento familiar*” e da união em torno de um objetivo comum era reforçada pela promoção de atividades coletivas, desde jogos e festas até celebrações religiosas e cívicas. Assim como estas atividades, a formação de associações e cooperativas, embora muitas vezes fosse incentivada, permanecia sob constante vigilância, pois, ao promover o fortalecimento de uma identidade coletiva, o reconhecimento de objetivos comuns acabava por propiciar o reconhecimento de problemas comuns, que levava à busca de soluções coletivas não necessariamente em conformidade com as vontades patronais. Portanto, a consolidação de uma identidade local era também um processo de desvinculação das regras ditadas pela empresa, o primeiro passo em direção à conquista da cidadania¹³², fazendo com que algumas destas associações e cooperativas passassem a ser vistas como focos de resistência e fossem intensamente combatidas¹³³.

Como se poderá observar no sexto capítulo, o combate aos mecanismos de dominação e exploração, portanto, o embate entre patrões e empregados que, segundo Don REID (1981)¹³⁴, é induzido pelas mudanças gerenciais¹³⁵ durante o processo de formação de uma cidade empresarial, tem reflexos na organização social e conscientização política da comunidade, assumindo formas diversas, com os trabalhadores explorando recursos ofertados pela própria companhia. Esta conscientização política, acredita REID (1981), ocorre somente após a consolidação de uma identidade local firmada no embate com os patrões, conflitos que, em comunidades “artificialmente constituídas”, como as cidades empresariais, tendem a ser mais duros, pois não há uma camada intermediária independente, como a burguesia comercial, para amortecê-los.

¹³¹ Somente no caso das cidades carvoeiras é que o autor parece dar razão às queixas dos trabalhadores, pois, mesmo afirmando reconhecer que muitos industriais faziam uso do isolamento imposto pela localização dessas cidades para explorarem os trabalhadores, os mecanismos utilizados para esse fim são um a um rebatidos ou justificados ao longo do livro. Assim mesmo a baixa qualidade (construtiva e sanitária) dos assentamentos não deve ser-lhes imputada, pois gastavam fortunas com a construção e manutenção das cidades (ALLEN, 1966: 117); o alto valor dos aluguéis seria natural, devido à qualidade das moradias e proximidade do trabalho (ALLEN, 1966: 89); mesmo o isolamento seria vantajoso, pois incentivaria os moradores a economizarem e se educarem, buscando lazer na natureza em vez de no consumo (ALLEN, 1966: 95); críticas à precariedade dos serviços hospitalares, à censura religiosa, ao direcionamento educativo, ao controle político e policial seriam plenamente justificáveis, pois os industriais tinham em mente somente o melhor para seus empregados. Estes “grandes homens” responsabilizavam-se pela comunidade, tanto por sua integridade moral quanto financeira, em nome das quais ficava-lhes assegurada autoridade total, sendo que, segundo Allen, a má fama das cidades empresariais era totalmente injustificada.

¹³² Uma análise mais profunda deste aspecto do relacionamento entre empregados e patrões por sua relevância na formação de uma identidade local, que ao se tornarem capazes de se expressar e lutar por seus próprios anseios lhe confere o sentido de cidade, será objeto do quinto capítulo.

¹³³ Como é o caso das cooperativas e do sindicato apresentados por GROSSI (1981).

¹³⁴ Em seu estudo sobre Decazeville.

¹³⁵ A atuação empresarial em Decazeville inicia-se em 1826, quando a SHFA (Société Anonyme des Houillères et Fonderies de l’Aveyron) se instala na comunidade, solicitando logo em seguida autonomia municipal para o controle dos trabalhadores e que, embora não possuísse um cuidado rigoroso com os aspectos físicos (arquitetônicos e urbanísticos) da cidade por intermédio do controle da igreja, escola (muito pouco), moradia, oferta de trabalho, salários e do comércio (principal ponto de atrito com a comunidade), regulava a vida dos trabalhadores. Esse controle, no entanto, teve características e intensidades diversas, sendo num primeiro momento marcado pelo rigor e vigilância quase militar, passando para uma fase mais coerciva, quando sobre a direção de Cabrol, a então SNHFA (Société Nouvelle des Houillères et Fonderies de l’Aveyron) buscou envolver os trabalhadores nas eleições para a câmara e afastando-se do controle do comércio, o que seria retomado nos anos seguintes.

Muito além do caráter espoliativo, a exploração da imagem de algumas cidades empresariais também assumiu um caráter ideológico, sendo estas cidades utilizadas como símbolos de projetos de âmbito nacional, como foi o caso de Norris (MCDONALD, 1982) e Volta Redonda (SOUZA, 1992¹³⁶; LOPES, 1993¹³⁷), que, como se verá no capítulo seguinte, foram extensamente exploradas por Roosevelt e Vargas a fim de consolidar uma imagem positiva e bem sucedida do desenvolvimento destas nações.

Descritas como “*paraísos*”, as propagandas das cidades empresariais¹³⁸ pretendiam fazer contraponto à imagem infernal que se havia difundido entre os trabalhadores. O destaque ao estabelecimento de um novo modo de relacionamento, contudo, somente era capaz de encobrir os mecanismos de exploração utilizados, que permaneciam fundamentados nos mesmos princípios e com o emprego de ferramentas semelhantes às do período anterior, levando Margareth CRAWFORD (1995: 60) a dizer que tais experiências, na verdade, não passavam de uma “*interpretação conservadora de ideais progressistas*”¹³⁹.

Deste modo, seja dominada por um discurso “*científico*” ou não, esta forma de gerenciamento do operariado caracteriza-se pelo controle e exploração do trabalhador por intermédio da imposição de valores ditados pela empresa, representada pelo pai-patrão. No entanto, a fim de viabilizar este processo de “*formação*”, por meio da regulação dos hábitos cotidianos mesmo durante o tempo livre, os industriais iriam assumir a responsabilidade pela oferta de moradia e, por vezes, também de saúde e educação das famílias trabalhadoras, o que, em última instância, acabava por desincumbir o Estado. Este processo, que pode ser entendido como uma transferência de responsabilidade, vinha acompanhado de uma transferência de autoridade do Estado para o industrial.

Segundo Marcos HORTA LIMA (2005: 72), até pelo menos a década de 1930, para os industriais brasileiros, a incorporação dessa responsabilidade era vista como uma forma de garantir que a interferência do Estado nas relações entre capital e trabalho por intermédio da adoção de medidas legislativas só seria admitida “... *no sentido de auxiliar o patrão na tarefa de reforçar o elo do*

¹³⁶ A reflexão de Claudia de SOUZA (1992) sobre Volta Redonda tem como premissa a noção de que os problemas sociais se sobrepõem às determinações espaciais, sendo a origem dos conflitos urbanos. Investigar o relacionamento entre indústria e cidade foi o meio encontrado pela autora para compreender seus reflexos na vida da população, em especial sua luta pela moradia. O desenvolvimento do problema habitacional em Volta Redonda foi descrito a partir da atuação da CSN, desde a construção das primeiras casas do projeto inicial, sua vinculação com os planos de expansão da usina nas décadas de 1960 e 1970, passando pela constituição de uma imobiliária – a CECISA; atuação do poder público, por intermédio da COHAB de Volta Redonda, e o papel desempenhado por movimentos reivindicatórios organizados pela Igreja, por intermédio das CEBs também são objetos da atenção. Entre os pontos destacados pela autora está a dicotomia entre a “*cidade operária*” e a “*cidade velha*”, entre o cuidado dispensado pela indústria aos espaços que compõem seu patrimônio que, ao contrário das fazendas das redondezas, jamais foi invadido, e aqueles que cabem ao poder público, concluindo que, mesmo após a abertura da cidade, já nos anos 1990, a presença da CSN continuou a ser fortemente sentida.

¹³⁷ No trabalho do geógrafo Alberto LOPES (1993), a forma da cidade é analisada por meio das transformações por que passou o projeto inicial ao se confrontar com a realidade, quando um modelo idealizado foi submetido a condicionantes jurídico-econômicas, técnico-culturais, funcionais e semióticas. Assim, a cidade é vista a partir de sua idealização de três formas distintas: no contexto de reformas de Governo de Getúlio Vargas; no universo dos ideais utópicos absorvidos pelos urbanistas, com destaque para a cidade industrial de Tony Garnier; e no confronto com a realidade ao longo do seu processo de construção, na luta pela implantação de planos de expansão que, por vezes, esbarravam em especificidades sociais, culturais e econômicas locais.

¹³⁸ No Brasil, dois casos emblemáticos: o núcleo fabril de Pedra de propriedade de Delmiro Gouveia (CORREIA, 1998b) e a vila operária Maria Zélia de Jorge Street (TEIXEIRA, 1990).

¹³⁹ “... *conservative interpretation of progressive ideals*” (CRAWFORD, 1995: 60).

operariado com a indústria na qual trabalhava”, de modo que a legislação trabalhista deveria ajudar a

“... criar mecanismos institucionais auxiliando os patrões a organizar a mão-de-obra em torno da indústria, retirando o operário do flagelo social e econômico no qual se encontraria nos grandes centros urbanos do país¹⁴⁰, fazendo com que fortalecesse laços com o mundo da produção. A fim de obter-se da classe operária brasileira padrões morais e eficiência no trabalho adequados ao capital e de evitar-se as lutas de classes que estavam marcando os países industrializados, operário[sic] deveria ser radicado junto ao local de trabalho, por meio da construção de **vilas operárias** ao redor d indústria, dispondo de serviços sociais essenciais, como creches e escolas, formas de lazer, serviços médicos e farmácias, para que permanecessem no universo da produção.” (HORTA LIMA, 2005: 45) grifo meu

Esta forma de atuação dos industriais, apresentada por intermédio dos exemplos de Rodolfo Crespi, Jorge Street e do Conde Pereira Carneiro, é o que o autor considera “*paternalismo industrial*”. O emprego do termo “paternalismo”, no entanto, é controverso, pois, tendo surgido no século XIX em artigos de periódicos em que “... se referiam ao âmbito das relações trabalhistas e ao das relações entre a metrópole e suas colônias”¹⁴¹ (GARCÍA, 2005: 11)¹⁴², por ser entendido de modo geral como “... ‘o princípio e a prática da administração paternal; o governo como um pai; a pretensão ou intento de suprir as necessidades ou regular a vida de uma nação ou comunidade da mesma forma que um pai faz com seus filhos’”¹⁴³ (Oxford English Dictionary apud GARCÍA, 2005: 11), carrega a noção de que a parte dominada não tem discernimento ou capacidade suficiente para decidir o que lhe convém. Além disso, como lembra Donald Reid (apud GARCÍA, 2005) ele tem sido um dos mais discutidos nas ciências sociais, sendo utilizado tanto para explicar as relações de dominação masculina quanto auxiliar no entendimento do processo de formação de uma consciência de classe, bem como no

¹⁴⁰ O autor analisa o posicionamento dos industriais brasileiros na elaboração da legislação trabalhista no período de 1919 a 1930, considerando que “*Do ponto de vista dos industriais, a edificação da vila operária com a prestação dos serviços básicos de saúde e alimentação era ponto estratégico para aumentar o rendimento no trabalho. Entendiam que, ao retirar o operariado das condições de penúria em que se encontrava no mercado de trabalho, oferecendo aos trabalhadores condições de vida adequadas, a qualidade e o ritmo de trabalho melhorariam sobremaneira porquanto a produtividade do trabalhador brasileira [sic] seria menor devido às condições do meio em que era reproduzida e do fato de ser um operário que por passar ‘de um ofício para o outro com a facilidade com que muda a sua camisa’ não chega a tornar-se qualificado*”. (HORTA LIMA, 2005: 56). No entanto, sem se aprofundar nas diferenças entre o gerenciamento do pessoal levado a cabo pelas fábricas com e sem vila operária, Horta Lima também não questiona o quanto elas realmente significavam uma melhora nas condições de vida do operariado ou eram simplesmente uma maneira de intensificar a exploração do trabalho.

¹⁴¹ Como demonstra o autor em sua análise do conceito jurídico de paternalismo, o termo tem sido entendido e empregado em quatro formas principais: paternalismo estatal, paternalismo industrial, paternalismo médico e paternalismo jurídico (“... se referían al ámbito de las relaciones laborales y al de las relaciones entre las metrópolis e sus colonias.” GARCÍA, 2005: 11)

¹⁴² Macario GARCÍA (2005: 12) salienta que “*O termo começou a ser usado principalmente no contexto de certas práticas sociais desenvolvidas pelos patrões com relação a seus trabalhadores caracterizadas pela acepção de melhora da qualidade de vida do operário, das quais ultrapassavam o cumprimento das condições contratuais em matéria de salário e condições de trabalho*.” (“*El término comenzó a usarse principalmente en el contexto de ciertas prácticas sociales desarrolladas por los patronos con relación con sus trabajadores caracterizadas por la asunción por la mejora de la calidad de vida del obrero, de las cuales rebasaban con el cumplimiento de las condiciones contractuales en materia de salario y condiciones de trabajo*.”). Sua difusão primeiramente disfarçada de filantropia e que lentamente foi ganhando maior estofamento teórico, que se difundiu o termo paternalismo, devido.

¹⁴³ Buscas para os termos em português e inglês em dicionários e enciclopédias resultaram em definições muito semelhantes, todas enfatizando um princípio ou prática fundamentado na autoridade paterna, no qual uma das partes possui domínio sobre o modo de agir ou pensar, tendo como justificativa protegê-la. (The New Merriam-Webster Dictionary, Novo Aurélio, Wikipedia, Encyclopædia Britannica, Preberiam, Houghton Mifflin - American Heritage Dictionary of the English Language e MSM Encarta) (“... el principio y la práctica de la administración paternal; el gobierno con un padre; la pretensión o el intento de suprir las necesidades o regular la vida de una nación o comunidad da misma forma qui un padre hace con sus hijos.” GARCÍA, 2005: 11)

entendimento das relações escravistas¹⁴⁴, sendo um termo inadequado para descrever a sociedade industrial. Contudo, apesar de advertências como a de Edward THOMPSON (1989: 17, 21), de que

“... se admitimos o termo, devemos também admitir que é demasiado amplo para uma análise discriminatória. Nos diz muito pouco sobre a natureza do poder e do Estado, sobre formas de propriedade, sobre a ideologia e a cultura e é, inclusive, demasiado incompleto para distinguir entre modos de exploração entre a mão de obra servil e livre...”

Para resumir: paternalismo é um termo descritivo impreciso. Tem considerável menos especificidade histórica que termos com feudalismo ou capitalismo; tende a oferecer um modelo de ordem social visto de cima; contém implicações de calor e de relações pessoais que supõe noções valorativas, confunde o real com o ideal. Não significa isto que devemos descartar o termo por completa inutilidade para todo serviço. Tem tanto, ou pouco, valor como outros termos descritivos generalizados – autoritário, democrático, igualitário – que por si mesmos, e sem substanciais acréscimos, não podem caracterizar um sistema de relações sociais. Nenhum historiador sério deve caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal. Porém, o paternalismo pode, como na Rússia czarista, no Japão meiji ou em certas sociedades escravistas, ser um componente profundamente importante não somente da ideologia, senão da mediação institucional e das relações sociais.”¹⁴⁵

ele continua a ser empregado na apresentação e análise do modo como os industriais, a fim de incrementar seus lucros por intermédio do controle do operariado mesmo fora da fábrica, direta ou indiretamente coagem os operários a agirem conforme sua vontade, como se observa nos trabalhos de Marcos HORTA LIMA (2005) e Jeremy ROWAN (2003)¹⁴⁶. Juarez BRANDÃO LOPES (1964) também parece não ver problemas na utilização do termo, o que talvez se deva ao fato de ver uma continuidade (persistência) do tipo de relação do universo rural das fazendas no urbano das fábricas, relação típica de uma sociedade que considera patrimonialista, ou seja, fundamentada no favor e nas relações pessoais. Entre os principais autores da literatura nacional, José Sérgio LEITE LOPES (1988) e Telma CORREIA (1995), o termo também não é considerado apropriado. Embora no trabalho de José Sérgio LEITE LOPES (1989) sobre Paulista não haja uma explicitação desta posição, sua ausência indica que não é favorável à sua aplicação, denominando “sistema paulista” a forma de controle do operariado levada a cabo principalmente no período dominado pelo Coronel Frederico, considerando-a uma forma específica de dominação do padrão “fábrica com vila operária”, posição que deixa clara ao analisar o trabalho de Juarez Brandão¹⁴⁷. Já Telma CORREIA (1995: 269), embora reconheça que “... nas

¹⁴⁴ Entre os autores que fazem uso do termo estão, respectivamente: E. P. Thompson, Eugene Genovese.

¹⁴⁵ “... si admitimos el término, debemos también admitir que es demasiado amplio para un análisis discriminatorio. Nos dice muy poco sobre la naturaleza del poder y el Estado, sobre formas de propiedad, sobre la ideología y la cultura, y es incluso demasiado romo para distinguir entre modos de explotación, entre la mano de obra servil y libre. (...) Para resumir: paternalismo es un término descriptivo impreciso. Tiene considerablemente menos especificidad histórica que términos como feudalismo o capitalismo; tiende a ofrecer un modelo de orden social visto desde arriba; contiene implicaciones de calor y de relaciones personales que suponen nociones valorativas; confunde lo real con lo ideal. No significa esto que debemos desechar el término por completa inutilidad para todo servicio. Tiene tanto, o tan poc, valor como otros términos descriptivos generalizados – autoritario, democrático, igualitario – que por sí mismos, y sin sustanciales anñadiduras, no pueden caracterizar un sistema de relaciones sociales. Ningún historiador serio dbe caracterizar toda una sociedad como paternalista o patriarcal. Pero el paternalismo puede, como en la Rusia zarista, en el Japón meiji o en ciertas sociedades esclavistas, ser un componente profundamente importante no sólo de la ideología, sino de la mediación institucional en las relaciones sociales.” (THOMPSON, 1989, 17, 19).

¹⁴⁶ Jeremy ROWAN (2003) trata do modo como William Lever construiu uma imagem positiva de sua companhia por intermédio da elaboração e divulgação de uma imagem positiva de si mesmo e da cidade que construiu, colocando-a como exemplo.

¹⁴⁷ Argumentando que o emprego da noção weberiana de patrimonialismo destinada a explicar grandes épocas históricas não é apropriada para a análise de uma situação concreta e, citando Thompson, considera o termo pouco explicativo (LEITE LOPES, 1989).

experiências de vilas operárias e núcleos fabris, o industrial recuperou freqüentemente práticas e rituais vinculados à idéia de paternalismo”, o termo não deve se aplicado tanto por ser por demais generalizante quanto por sua conotação “benevolente”, muito utilizada pelos industriais para justificar a ingerência na vida fora da fábrica, apresentando estes núcleos como “... indícios da possibilidade de harmonia entre capital e trabalho”. Assim, a fim de evitar a consagração do discurso patronal, ou seja, de uma visão de cima para baixo, e se permitir uma compreensão mais precisa no relacionamento entre a empresa e seus empregados, evita-se o emprego do termo “paternalismo”.

Portanto, se a ingerência do patrão na vida fora da fábrica na sociedade brasileira pode ser rastreada desde o período escravista¹⁴⁸, ao longo do tempo ela foi se modificando, moldando-se às novas realidades. Modificações que podem ser sentidas pelo discurso de legitimação da autoridade patronal ao se colocar como responsável pela transformação do escravo em “homem”, do camponês em operário e do trabalhador em cidadão. Assim, este relacionamento que nunca deixou de ser pautado pela vinculação entre aspectos financeiros e morais, pois a garantia do trabalho – e com ele a concessão de benefícios, como habitação, saúde, educação e lazer, além do próprio salário – implicava no enquadramento do trabalhador num sistema de valores, que passara da noção de “*filantropia*” para a de “*responsabilidade social*”, e a partir da década de 1980 torna-se “*ecológico*”, o que se verifica tanto pelo número de desmonte de núcleos e vilas¹⁴⁹ quanto pelas justificativas que norteiam os projetos nos quais as empresas industriais têm optado aplicar seus recursos, pois embora se observe uma real preferência por projetos “*ecológicos*”, a solução de problemas sociais continua presente, só que a partir de então como questão de fundo, pois a principal estratégia empresarial para promoção de imagem positiva da companhia é o que se vem chamando “*discurso verde*”, instrumento tido como mais eficaz na atração de profissionais mais qualificados e compradores mais fiéis¹⁵⁰.

1.2.4 A ARQUITETURA EM QUESTÃO

A problematização da arquitetura nos estudos dos empreendimentos industriais, ao acrescentar a questão tecnológica, fecha o ciclo de preocupações que se podem chamar *modernas*: habitação, cidade, sociedade e tecnologia.

Assim as discussões sobre arquitetura, na literatura estudada sobre cidades empresariais, leva em conta desde sua localização urbana¹⁵¹ (CORREIA, 1998; BLAY, 1985) até a escolha de materiais e técnicas

¹⁴⁸ Em sua análise do controle sobre as pessoas no Estado de São Paulo no final do século XIX, em especial sua exploração para o trabalho, Wilson MUNHÓS (1997) demonstra como não somente a herança das relações escravistas influenciaram a forma de novas relações, também fundamentadas no favor, na dependência e na obediência patronal, constituindo-se também numa forma de “direito sobre as pessoas”.

¹⁴⁹ O que não implica que estas modificações se limitaram ao discurso tópico. Como já se observou e se poderá verificar no sexto capítulo, ela representa alterações na escolha dos projetos nos quais as empresas se envolvem; portanto, no tratamento que dispensam ao espaço.

¹⁵⁰ A respeito ver INSTITUTO ETHOS, 2002; THOMPSON, 1992; CHALHOUB, 1999.

¹⁵¹ Desde a ampliação das dimensões dos teares, devido ao aumento no número de fusos, que acaba por expulsá-los da esfera doméstica e reuni-los em grandes galpões, até a decisão por uma determinada localização, como é o caso da instalação

construtivas (GUEDES, 1994; NOLEN, 1919; GARNER, 1992), em trabalhos que, embora nem sempre abordem a tecnologia, ao tocar em questões que se colocam somente a partir da difusão de um dado avanço, ou que a partir dele assumem característica antes insuspeitas, tomam-na como premissa.

O trabalho de Lílian VAZ (1994)¹⁵² e de Fernando ATIQUE (2004), embora este último não trate diretamente da construção de habitações operária, ao discutirem a verticalização, respectivamente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, descrevendo como em ambas o edifício em altura explicitava o conflito quanto à definição do que representava um habitat moderno, pois ao mesmo tempo em que caracterizava-se como edifício de habitação coletiva, fazendo referencia às iniquidades verificadas em cortiços, estalagens e casas de cômodos, por outro, ao exigir o emprego de novas tecnologias e apresentar-se como marco na paisagem urbana, surgia como um dos mais expressivos símbolos da modernidade¹⁵³.

Esta disputa entre habitação coletiva e unifamiliar, no caso da habitação edificada por industriais foi vencida com larga vantagem pela segunda, demonstrando que as possibilidades tecnológicas permaneciam submetidas a ideais de sociedade¹⁵⁴, com a opção pela habitação individual representando uma vitória do ideal moderno da individualidade e privacidade¹⁵⁵ sobre as possibilidades descortinadas pelo avanço tecnológico.

Transformada em “lar”, a casa operária era concebida como o local da família, de distanciamento do trabalho, onde deveria reinar a paz e a harmonia, pois ao encontrar prazer no convívio familiar e conforto no lar, reduzia-se a motivação do trabalhador em buscar satisfação em atividades indesejáveis, como o jogo e a bebida, auxiliando na sua formação moral e mantendo-o apto para o trabalho fabril. Assim, a casa foi compartimentada, cada cômodo destinado a uma função específica¹⁵⁶,

industrial no campo – ligada, entre outras coisas, à necessidade de proximidade de fontes geradoras de energia – alterada pela implantação de redes mais amplas e confiáveis de energia elétrica, que abre a possibilidade de instalação de unidades fabris nas cidades, são inúmeras as conseqüências do desenvolvimento tecnológico.

¹⁵² Lílian VAZ (1994) parte da arquitetura das residências construídas por indústrias. Nesse trabalho, a autora estuda a história da habitação coletiva na Cidade do Rio de Janeiro, descrevendo como fora vista; ora como solução, ora como problema. Assim, em meados do século XIX, estalagens, casas de cômodo e cortiços foram a resposta aos problemas do grupo menos favorecido e que precisava estar próximo ao centro. Contudo, a proliferação da precariedade das condições de higiene desses estabelecimentos e a onda de epidemias que tomou a cidade, serviram de justificativa para sua expulsão, durante as reformas urbanas do início do século XX. Dos debates sobre a casa higiênica despontava ainda o ideal da habitação unifamiliar, principal modelo adotado nas vilas das fábricas, onde o espaço constituía-se em instrumento de controle do operariado, e onde a autora verifica o progressivo abandono dos “quartos de solteiros” em favor de casas unifamiliares, com a conseqüente priorização da contratação de famílias, em vez de trabalhadores solteiros, o que possibilitava ampliar a extração da mais-valia por meio do trabalho de mulheres e crianças.

¹⁵³ O reconhecimento do poder do aranha-céu como símbolo de prestígio e poder, discutido por Manfredo Tafuri no caso americano (CIUCCI et al, 1972), parece ter sua contraparte nacional explicitada no exemplo do Edifício Esther, que Fernando ATIQUE (2004) identifica como a concretização do sonho de reconhecimento do papel da família Nogueira na consolidação do mais efervescente parque industrial da América Latina nos anos 1930. Uma representação simbólica de poder que, para seus promotores, expressava-se tão claramente na escala e localização do edifício, que dispensava o apoio de qualquer parâmetro estilístico ou método construtivo.

¹⁵⁴ Embora a decisão quanto a este aspecto não passasse somente por parâmetros ideológicos, é interessante notar que a opção por edifícios habitacionais coletivos, embora numa versão mais radical e não concretizada como o *Familistério* de Charles Fourier, está presente e domina a paisagem da New Lanark de Robert Owen, sendo que a individualização e isolamento da moradia ganha destaque somente na concepção da cidade industrial de Ebenezer Howard.

¹⁵⁵ Vale lembrar que mesmo a privacidade do lar não era absoluta, sendo freqüentes as vistorias e revistas às residências.

¹⁵⁶ As regras para utilização dos cômodos eram objeto de vigilância, como a proibição de utilizar a sala de estar como dormitório na Vila Maria Zélia, fiscalizada por intermédio de visitas surpresa durante a noite.

sendo a cozinha um dos focos de maior atenção, pois, do mesmo modo que na fábrica, uma racionalização no trabalho doméstico significava a redução do tempo gasto com estas atividades, liberando a mulher para outras tarefas, inclusive a fabril.

Desta forma o impacto do desenvolvimento tecnológico, especialmente a partir do final do século XIX, ao promover alterações nos hábitos cotidianos, levou a modificações significativas no modo de se pensar e construir (nas) cidades. Processo no qual, mais do que reflexo, a arquitetura foi vista e utilizada como elemento indutor de comportamentos, pois era por meio dela que novos equipamentos deveriam tornar-se tanto disponíveis quanto desejáveis, nos espaços públicos ou nos privados; cada vez mais responsável por ordenar a vida das pessoas, determinando quando e onde cada atividade deveria se desenvolver. Além do que, a exigência de conhecimentos cada vez mais específicos, ao mesmo tempo em que promovia o surgimento de um grande número de novas profissões, também levava a uma especialização dos espaços. Assim, além da compartimentização da casa, difundiu-se o zoneamento funcional, responsável por dividir a cidade em áreas industriais, comerciais, habitacionais e de lazer; zoneamento que em, muitas cidades empresariais, com maior ou menor rigor, reproduz no urbano a hierarquia da fábrica, construindo áreas residenciais e mesmo clubes exclusivos a funcionários graduados e outros onde os menos especializados são admitidos; uma segregação visível tanta na organização urbana, distribuição de equipamentos, quanto na dimensão e acabamento dos edifícios e que em casos extremos era também racial.

O papel central da indústria como elemento irradiador da ordem, no sentido em que é a partir das exigências da produção que se busca estruturar o núcleo urbano, faz com que ao edifício fabril seja destinada a melhor localização¹⁵⁷, o que nem sempre lhe confere uma posição de destaque. Embora em alguns momentos o prédio da fábrica surja como ponto focal em projetos de cidades empresariais, usualmente ele encontra-se escondido por morros ou pela vegetação¹⁵⁸, auxiliando no reforço da especialização dos espaços, traduzida por intermédio de um zoneamento funcional e justificada pela necessidade de potencializar a utilização da infra-estrutura.

Do mesmo modo que o edifício industrial, a arquitetura industrial tem recebido menor atenção do que os edifícios residenciais. Este campo de pesquisa sobre as cidades empresariais parece ter sido inaugurado por Nikolaus PEVSNER (1997) quando em seu *“A history of building types”* incluiu um capítulo sobre as fábricas. Nesse livro, embora comente obras com finalidades sociais, como

¹⁵⁷ A melhor localização é definida pela satisfação das necessidades de produção, sendo freqüente a implantação da fábrica próximo a cursos d'água e vias férreas, ocupando as mais extensas planícies disponíveis, empurrando o núcleo urbano para áreas mais acidentadas.

¹⁵⁸ Embora ainda não possua dados suficientes para afirmar, a observação dos edifícios fabris apresentados pelos autores estudados e em pesquisas de campo aponta para seu tratamento de forma distinta quando inseridos numa malha urbana pré-existente e do que lhe é conferido quando são construídos núcleos fabris, diferenças que também podem ser encontradas entre tipos diversos de indústrias ou ainda conforme a filosofia do empreendedor, mais ou menos preocupado com a utilização de sua imagem enquanto elemento “propagandístico” de progresso, poder, etc., ou em tornar menos visível possível as mazelas vinculadas à produção (além da precariedade das condições de trabalho, buscasse camuflar o papel da indústria como fonte poluidora, portanto geradora de problemas sanitários e de saúde, que no discurso empresarial aparece dissociado da imagem da empresa).

habitações, igrejas, escolas e cantinas¹⁵⁹, centra sua atenção nos edifícios fabris, em seus aspectos arquitetônicos, indicando as principais inovações estruturais e estilísticas. Trabalhos mais recentes como os de SKINNER (1999) e BRADLEY (1999) também abordam a arquitetura industrial, mas contrariamente a Pevsner, buscam relacioná-la diretamente às alterações verificadas no processo produtivo no chão da fábrica, transpondo para a arquitetura conceitos exclusivos ao gerenciamento da produção.

A exploração ideológica da arquitetura insere-se no mesmo contexto já mencionado nos itens anteriores, servindo como elemento de atração e barganha salarial, com a ressalva do destaque ora dado à sua monumentalidade, fazendo dela mais do que símbolo ou representação concreta de um ideal, mas objeto de celebração, monumento erigido a fim de garantir a memória de seus idealizadores ou de um dado momento histórico, como busca demonstrar Alberto LOPES (1993) ao discorrer sobre Volta Redonda.

Dada tal intenção, as preocupações com o patrimônio industrial, colocadas a partir da década de 1990, quando se consolidam as tendências de redistribuição produtiva e de desindustrialização de algumas regiões, tanto em escala municipal quanto mundial, devem ser consideradas com atenção, evitando-se fixar memórias construídas em vez de reconhecer e resgatar significados ameaçados pelo esquecimento.

¹⁵⁹ Tais como: New Lanark e Saltaire, na Inglaterra; Lowell, Waltham, Lawrence e New Hampshire, nos Estados Unidos; Chaux, Guise e Noisel-sur-Marne, na França; e Grand Hornu, na Bélgica.

I.3 OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE CIDADES EMPRESARIAIS

Da casa à cidade, o desenvolvimento industrial brasileiro tem provocado alterações profundas no cotidiano das pessoas, no modo de viver e vivenciar o trabalho e o lazer, no modo de ocupar e desfrutar a casa e a cidade, alterações que, muitas vezes, passam despercebidas ou que são tomadas como conseqüências inevitáveis do “*progresso*”. Assim, o que se buscou ao longo do capítulo foi por intermédio da análise bibliográfica questionar de que forma tais transformações foram conduzidas ou motivadas pela indústria, em especial no concernente ao desenvolvimento urbano. Mais do que isso, buscou-se nas diversas abordagens sobre as cidades empresariais parâmetros que venham a auxiliar as discussões sobre o caso específico de Timóteo, o que levou ao reconhecimento da habitação, cidade, operariado e arquitetura como tópicos por meio dos quais é possível dialogar com tais autores.

Dentre as principais conclusões desta análise bibliográfica, ressalta-se a abordagem das cidades empresariais como cidades novas, o que se fundamenta principalmente na visão de Ervin GALANTAY (1975), segundo o qual a associação entre grandes empreendimentos e o desenrolar de um processo de urbanização, iniciado com a construção de uma nova cidade, é encontrado nos campos de trabalho pré-industriais, cidades da Antigüidade que eram construídas a fim de servirem de canteiros para construção de grandes obras, com o objetivo de homenagear um deus ou enaltecer um soberano¹⁶⁰; visão que leva à conclusão de que a urbanização desencadeada pela construção de uma cidade nova é uma conseqüência de um projeto que antes de ser urbano é religioso, político ou econômico, o que faz destas grandes estruturas um “meio”, impedindo que, contrariamente ao que sua denominação pode sugerir, não nascem prontas; sua condição de cidade decorre da constituição de uma sociedade cujos destinos não são exclusivamente determinados pelo projeto que a gerou. Desta forma, embora as cidades empresariais só existam a partir da indústria, tenham sua construção e desenvolvimento atrelados diretamente a ela, a formação de um corpo social com projeto e meios próprios que faz da estrutura física uma estrutura urbana é o que permite considerar as cidades empresariais como uma forma específica do processo de urbanização conduzido pela indústria. Caracterização que possibilita uma visualização mais clara do papel da indústria na construção do espaço urbano, auxiliando a distinguir os momentos em que ela age diretamente sobre o espaço, daqueles em que é simples indutora da urbanização¹⁶¹, e assim colaborar na distinção entre os processos de industrialização e de urbanização.

¹⁶⁰ “Just as the colonial city owes its origins to the military camp and the art of ‘castrametation,’ **the ancestry of the planned industrial town can be traced back to the labor camp.** In pre industrial societies the only large-scale organized labor force was employed in the constructions industry. Division of labor, specialization, complexity, and size led to a highly efficient organization of production which Mumford describes as a ‘human machine’. It was to provide housing for such a labor force that the first planned workers’ settlements were built in Pharaonic Egypt” GALANTAY (1975: 40)

¹⁶¹ A sobreposição do caráter urbanizador sobre o industrial, no caso das cidades empresariais, parece ter suas raízes tanto na referência constante ao modelo das cidades jardim de Ebenezer Howard que se difunde a partir da experiência inglesa (Letchworth e Welwyn) e que eram na verdade cidades satélites, com objetivos claramente urbanizadores, quanto na indistinção dos processos de industrialização e urbanização, caso em que não se diferencia um processo do outro, sem que se determine qual é a causa e qual a conseqüência.

Indústria

X

cidade

Fig. 28: Volta Redonda
(ESPINHEIRA, s.d.)

Fora do ferro não há salvação. Só o ferro enriquece. O que chamamos os grandes países modernos são apenas os países ferrados. País desferrado chiniza-se – cresce em população e miséria, gigantiza-se, no sentido patológico da expressão.

Civilização é maquinação. Grande país hoje é país que se maquinizou em grau maior que os demais e por isso traz aos demais atrelados à sua influência. Franca ou disfarçadamente, país não maquinado é colônia.

(LOBATO, 1956)

II.1 PROJETOS E DESTINO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Neste momento, vivencia-se um tempo em que as idéias de fracasso do comunismo, decadência da democracia, derrocada do ocidente, limitação da ciência, declínio do capitalismo e fim da natureza, são discutidas com frequência por intelectuais conceituados nos meios de comunicação de massa¹⁶², induzindo a noção de que este é um momento de transição, de ruptura.¹⁶³ Esta sensação de que o futuro se desvinculará do passado¹⁶⁴ vem do questionamento de conceitos e valores através dos quais havia se aprendido a olhar o mundo, balizar a vida cotidiana e entender o universo ao redor, mais ainda, ela origina-se de uma insatisfação para com os projetos que vinham ocupando todas as energias disponíveis. Seja por sua superação, fracasso ou pela constatação de que não mais se deseja o que fora almejado, fazendo com que antigos projetos sejam postos em cheque, abandonados ou substituídos.¹⁶⁵

Se no contexto internacional os atentados terroristas de 11 de setembro foram tomados como ponto (simbólico) de inflexão, momento em que alterações gestadas ao longo do último século eclodiram, forçando a criação de novos parâmetros sobre os quais se assentaria a ordem política, econômica e social vigente, no Brasil foi a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República que fortaleceu a idéia de mudança, dando fôlego à sensação de ruptura. Contudo, essa sensação infundida em toda a sociedade e que pode ser observada tanto na fala de moradores de favela¹⁶⁶, quanto na de alguns intelectuais¹⁶⁷; não é absoluta nem pode ser considerada hegemônica, pois¹⁶⁸ paralelas às

¹⁶² Em especial artigos do caderno Mais! da Folha de São Paulo de autores como: Castells, Hobsbawm (2001), Burke, Weinberg (2001), Fukuyama (2002), Kurz (2002) e Touraine (2002; 2003).

¹⁶³ Na postura mais radical de Nancy (apud Leite Neto, 2002: 6): “... vivemos numa época de mutação comparável ao fim da Antiguidade. É toda uma civilização que chegou ao fim, e nós a vemos hoje como um romano do século V enxergava a sua. Ele não tinha nenhuma idéia do que iria se passar simplesmente constatava que a civilização romana, ou greco-romana, estava desmoronando. Não via que era o começo de uma outra cultura, que seria a da Europa cristã.”

¹⁶⁴ Sendo que a dissociação entre passado e presente, pelo o raciocínio de Bernard Lepetit (2001), levaria a um tratamento do passado como mera “recapitulação celebrativa” e à sua “museificação”, formas não apropriadas de tratamento do passado pela história, pois inviabilizam uma postura crítica com relação a ele.

¹⁶⁵ Assim, a queda dos regimes comunistas coloca em cheque o pensamento marxista, abalando também a crença no capitalismo que, embora praticamente hegemônico, tem sua estrutura fortemente criticada (Kurz, 2002); a decadência da democracia, prenunciada pelo avanço das direitas radicais, representa a corrosão de um ideal herdado da Antiguidade Clássica sob a égide do qual se abrigara, na Era Moderna, toda a cultura da civilização ocidental (Hobsbawm, 2001); já o fim da natureza implica uma indefinição dos valores éticos e morais com relação à capacidade criativa (ou destrutiva) do homem, onde a ciência, lente através da qual se habituara a entender o mundo e tida como único instrumento capaz de explicá-lo e transformá-lo, admite suas limitações, sua incapacidade de explicar os “*mais fundamentais princípios científicos*” e todos os “*princípios morais*” (Weinberg, 2001).

¹⁶⁶ “Não sei o que vai mudar, mas as coisas vão mudar, para melhor ou para pior elas vão mudar.”, foi a resposta de um líder comunitário, um dos fundadores de uma organização não governamental mantida pelos próprios moradores da favela com a finalidade de buscar melhorar suas condições de vida, quando perguntado sobre as perspectivas que tinha com a eleição de Lula para a presidência, em 12/nov/2003 após a exibição do documentário “A voz da ponta - a favela vai ao Fórum Social Mundial”, de Daniela Boitman e Fernando Salis, sobre a participação dessa entidade no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre em 2002

¹⁶⁷ Tanto Alain Touraine (2003) quanto Laymert Garcia dos Santos (2003) ou mesmo Nicolau Sevcenko (2003), em textos publicados no Caderno Mais! da Folha de São Paulo, 05/jan/2003, destacam pontos de ruptura na eleição de Lula. Para Touraine a ruptura se dá pela inauguração da possibilidade de associar a democracia às reformas econômicas e estruturais e para dos Santos ela é representada: a) pela chegada ao poder pela primeira vez na história brasileira de um homem do povo, como ressalta: “*não um self made man*”, permitindo uma quebra no padrão de dominação em vigor desde o período colonial; b) pela possibilidade de inversão da noção de que “*no Brasil, desde os tempos da colônia, o público sempre foi objeto de apropriação privada*”; c) pelo fortalecimento do país frente a comunidade internacional; e d) pela “*derrota da mídia brasileira, grande eleitora do candidato tucano*.” Já Sevcenko ao mesmo tempo que adverte para a complexidade e novidade da situação e para os falsos *déjà vu*, conclui que o futuro depende de fazer as pazes com o passado, resolvendo os problemas de ontem estaríamos resolvendo os de amanhã.

¹⁶⁸ Como diria Benard Lepetit o presente só pode ser entendido através do passado, pois se constituindo da reunião de sucessivas camadas de passados, constantemente atualizados por outros passados (nem sempre contínuos), o presente é re-

rupturas correm continuidades¹⁶⁹, e todo momento de ruptura caracteriza-se também como momento de permanência. Assim, a essas reflexões sobre episódios recentes e que privilegiam as mudanças, é necessário somar as permanências, características que marcaram o passado e que, embora tenham sofrido mudanças, em essência, continuam presentes, assim, como lembra Nicolau SEVCENKO (2003: 09): “*Nossos problemas cruciais não surgiram com a globalização e o neoliberalismo, mas 500 anos atrás com o colonialismo e a escravidão. Nossa fome de justiça começa ali. Nosso futuro é resolver esse passado*”. É, portanto, entre rupturas e permanências que marcaram o processo de industrialização brasileiro e que, podem ser sentidas seguindo o curso do projeto político e ideológico no qual ele se fundamentou, que se busca neste capítulo as raízes da ACESITA e da cidade de Timóteo.

Entendidos como conjuntos de decisões e medidas tomadas de acordo com objetivos pré-estabelecidos, esses projetos sofreram modificações ao longo de seu processo de implantação, e como a Fedora de Ítalo CALVINO (1972), muitas vezes, tornaram-se algo bastante diverso do que inicialmente se planejava. Portanto, do início ao fim, mesmo tendo mantido sua essência, dificilmente o resultado inicialmente esperado coincidiu com o obtido, e mesmo quando isso ocorreu, eram freqüentes os desvios tomados ao longo do percurso. Assim, a fim de se compreender esse processo é necessário lembrar também Francisco de Oliveira¹⁷⁰, segundo o qual nada adianta projetar o futuro seguindo parâmetros que deixaram de ser válidos, tendência que Roberto SCHWARZ, (2003: 09) chama “*desatualização histórica*” e que tem turvado a visão do país¹⁷¹, fazendo com que se construam imagens distorcidas do presente e, portanto, que se acredite num futuro que jamais se cumprirá, engrossando a “*comprida lista de nossas frustrações históricas*”. Frustrações que conduzem a exposição do caso brasileiro como uma “*exceção permanente*” e que induz a se tentar explicar o país pelo que ele não é. Pois assim como o ornitorrinco OLIVEIRA (2003), que bota ovos ao mesmo tempo que amamenta seus filhotes, o Brasil superou o estágio de subdesenvolvimento, mas “*nem por isso ele é capaz de passar para o novo regime de acumulação*”, o que impossibilita comemorar.

A relevância de se constatar tal fracasso reside no papel que a busca pelo desenvolvimento assumiu na história nacional, porque, embora esse conceito tenha surgido somente após a Segunda Guerra Mundial, ele foi utilizado, principalmente na literatura econômica, para explicar processos de períodos

significado e re-semantizado, devido a sua imersão em contextos temporal ou espacialmente diversos, mas mesmo ao assumir um novo sentido, nele mantem-se algo de sua essência original. (Lepetit, 2001)

¹⁶⁹ Enfatizando as mudanças desse processo o historiador José Murilo de Carvalho (2003) também em texto publicado no Caderno Mais! da Folha de São Paulo, 05/jan/2003, salienta as continuidades. Para Carvalho o retorno a retórica populistas de Getúlio Vargas, quando a noção de cidadão e mesmo a de classe (tão cara ao PT) sedem lugar a de povo, com uma retórica populista e nacionalista agora encenada em novo palco e protagonizada por atores diferentes, quer crer o autor, concretizando agora aquelas antigas promessas.

¹⁷⁰ As observações que seguem são resultado da leitura do artigo de Roberto Schwarz (2003), sobre o livro de Francisco de Oliveira e de entrevista do autor no programa Roda Viva da TV Cultura, vinculado em 1/dez/2003.

¹⁷¹ Que pode ser detectada pela negação da incompatibilidade entre processos freqüentes do cotidiano nacional (mutirão x cidade moderna, trabalho informal x regime da mercadoria, patrimonialismo x concorrência entre capitais) ou ainda pela incapacidade de identificação do surgimento de uma nova classe social composta por ‘... de um lado, técnicos e intelectuais doublés de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’’, ou seja pela união de facções anteriormente opostas e que agora detém o controle do capital disponível. (Schwarz, 2003: 9)

anteriores, além do que, a coincidência entre o desenrolar dos processos de desenvolvimento, industrialização e urbanização, especialmente a partir do início do século XX, autoriza identificar semelhanças desse ideal desde os primeiros projetos de constituição da nação brasileira. Pode-se dizer que foi perseguindo esse objetivo que se tentou conhecer o Brasil e identificar suas potencialidades, e a partir daí traçar projetos para a nação. Com ele em mente se reuniram e debateram setores diversos da sociedade, lançaram-se as bases do processo de industrialização, foram derrubadas matas, erguidas chaminés, escavadas minas, montadas máquinas, abertas estradas e construídas cidades. É, portanto, através do reconhecimento das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento e suas relações com o processo de industrialização e urbanização que se buscam as bases para compreender a fundação da ACESITA e, conseqüentemente de Timóteo.

II.2 DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Para Aldana, o surgimento dos termos desenvolvimento e subdesenvolvimento "(...) *fêz seu aparecimento no seio das Nações Unidas, entre os anos de 1944 e 1945, quando os países recém-emersos das infernais destruições causadas pela Segunda Guerra Mundial, buscavam ansiosamente a consecução de fatores dinâmicos que conduzissem à construção de uma ordem mundial 'superior'*" (ALDANA, 1968: 40). Nesse contexto, mais do que um processo, acabaram por designar a condição a de desenvolvido ou subdesenvolvido, classificação que serviu de baliza, principalmente a economistas e sociólogos, sendo utilizados no estudo de processos anteriores.

Em linhas gerais, podem-se detectar três formas como a noção de desenvolvimento foi abordada inicialmente e, em alguns casos, ainda é. Na primeira ele é considerado como um processo passível de ser medido em termos de rendimento por habitante e produto nacional bruto, que parece ser a postura de ALDANA (1968); na segunda, da qual Rostow aparece como principal expoente, encara desenvolvimento e subdesenvolvimento como etapas de um mesmo processo histórico cuja substituição requereria a combinação de condições de "arranque" (*take-off*)¹⁷² ou decolagem; a terceira busca abranger aspectos sociais e políticos, além dos exclusivamente econômicos definindo desenvolvimento como "*um processo deliberado de mudança social, que tem como finalidade a igualação[sic] das oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como em relação a outras sociedades que possuem padrões de bem-estar material mais elevados.*" (LLUCH, 1979: 25)

Mesmo sem negar as anteriores, a partir da década de 1960, uma outra abordagem ganhou força, sendo difundida principalmente pelo CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina); ela baseia-se na noção de que "*o subdesenvolvimento é uma conseqüência do desenvolvimento nos países mais avançados, ou seja, que o desenvolvimento de uns países e o atraso de outros constituem uma unidade, cujos termos não podem explicar um sem o outro.*" (LLUCH, 1979: 13) Segundo Francisco de OLIVEIRA (1976: 21), essa interpretação levou à transformação da "*teoria do subdesenvolvimento numa teoria da dependência.*"¹⁷³, que ficou conhecida como "*modelo dualista cepalino*" e que foi amplamente criticado por ele no artigo "*A economia brasileira: crítica a razão dualista*".¹⁷⁴

¹⁷² Segundo Rostow (apud Lluch, 1979) existem três níveis ou patamares (uma alternativa para os indicados por Marx: feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo): no primeiro o arranque dependeria da implementação de infraestrutura, desde educação e saúde até desenvolvimento tecnológico e industrialização; o segundo, que estaria condicionado ao cumprimento das tarefas do anterior possibilitando um *consumo massivo*; e o terceiro, *busca da qualidade*, teria como principal característica a rápida proliferação do setor de serviços, tanto público como privado.

¹⁷³ Confusão que pode ser verificada nas palavras de Rostow (apud Lluch, 1979), que a denomina "*doutrina da dependência*" e que, segundo ele já nasce de uma deturpação, pois na realidade teria sido formulada pelo norte americano Alexander Hamilton a fim de explicar que mesmo após a independência política, os Estados Unidos continuaram dependentes da Inglaterra no que concerne a importação de produtos manufaturados, e teria sido emprestada pelos latinos americanos, que tentariam explicar através dela seu subdesenvolvimento.

¹⁷⁴ Nele Francisco de Oliveira (1976) faz uma análise do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil da década de 1930 até o momento em questão (1975), apontando para o perigo de interpretar o caso brasileiro sob a ótica de um modelo geral para a América Latina ou mesmo dos países centrais. A principal crítica reside na insistência de priorizar aspectos econômicos em detrimento de sociais, fundamentando toda a interpretação na dicotomia entre opostos como: atrasado e

Contudo, independentemente dos parâmetros sobre os quais se assentam, para LLUCH (1979) os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento pressupõem tanto uma perspectiva de abordagem do problema, quanto um programa econômico para solucioná-lo (LLUCH, 1979). Assim, o problema é abordado pela ótica da desigualdade econômica, dada pelo contraste entre riqueza e pobreza, e sua solução consiste no aproveitamento de recursos produtivos ociosos, que levariam à independência econômica, cultural, política e tecnológica. Originalmente tido tanto como gerador de “todos os males”, quanto como único elemento capaz de dar cabo deles, o processo de industrialização foi tomado como aspecto principal de inúmeros estudos sobre crescimento econômico, originando teorias conclamadas a fundamentar políticas econômicas, nas quais o desenvolvimento era tido como a forma certa de equilibrar as forças produtivas, promovendo a manutenção de uma certa estabilidade social, num balanço harmônico entre capital e trabalho e assim, estreitamente vinculado ao desenrolar de um processo de industrialização.¹⁷⁵

Contudo, mesmo valendo-se de indicadores com implicações sociais - como renda ou produto por habitante, dados populacionais, disponibilidade de recursos naturais, grau de urbanização etc., numa conceituação ampla de desenvolvimento -, o termo permanece fortemente vinculado a sua acepção econômica. Fato que se explica pela sensibilidade desses fatores a qualquer mudança na estrutura produtiva ou econômica em questão, pois assume-se que o crescimento econômico acarreta automaticamente uma melhora nas condições sociais. Reflexo desse raciocínio pode ser encontrado nas ênfases temáticas da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL)¹⁷⁶ e que objetiva a formulação de recomendações de políticas de desenvolvimento. Nestas políticas destacam-se preocupações relativas à inserção de países com fluxo de capital instável na economia internacional, a transmissão de inovações tecnológicas visando o equilíbrio nos níveis de desenvolvimento e a igualdade na distribuição dos frutos do desenvolvimento, ou seja, a predominância de aspectos característicos de sociedades com capacidade produtiva suficiente para suprir tanto seu mercado interno quanto o externo, capazes de absorver novas tecnologias e expandir-se horizontal e verticalmente, sociedades cujo nível de complexidade é crescente e que adotam o

moderno, externo e interno, desenvolvido e subdesenvolvido; que, para o autor convivem num mesmo sistema, fazendo do “subdesenvolvimento” uma formação capitalista e não simplesmente histórica”. Assim, ao enfatizar a relação centro-periferia, ou seja, fatores externos, o modelo cepalino se esquece de analisar aspectos internos, um desvio de atenção de tal magnitude que permite que a teoria do desenvolvimento, bandeira sob a qual se abrigaram os governos populistas, deslocando a atenção teórica e política do problema da luta de classes auxilie na afirmação da hegemonia do empresariado urbano-industrial. Seu raciocínio baseia-se no estudo de fatores como: reprodução do exército de reserva, valor do salário mínimo, papel dos setores: agrícola, industrial e terciário no processo capitalistas, através de políticas econômicas e pelo viés da relação trabalho x capital.

¹⁷⁵ Com ênfase na necessidade de atuar sobre a agricultura Schultz e Boserup insistem na sua modernização (técnicas de produção e modo de comercialização) e Dumont ressalta a premência de medidas mais profundas como a redistribuição de terras.

¹⁷⁶ Órgão criado em 1948, com o objetivo de “(...) *acelerar o crescimento com igualdade, tornando-o verdadeiramente efetivo.*” Ênfases temáticas:

“. *El papel central que desempeña la modalidad específica de la inserción internacional de nuestras economías, es decir, su estructura de especialización y la dependencia de flujos inestables de capital.*

“. *La transmisión del cambio tecnológico desde los países que generan conocimiento hacia los nuestros, cuyas imperfecciones generan dinámicas que no facilitan la convergencia en los niveles de desarrollo en ausencia de intervención estatal.*

“. *La equidad y su relación con el proceso global de desarrollo, ya que tanto la forma como las estructuras productivas y de propiedad condicionan la distribución de los frutos del desarrollo y como ésta última afecta la estructura y dinámica económicas.*” (CEPAL, s.d.)

processo de industrialização como instrumento de crescimento econômico e social. De tal forma que a CEPAL definiu e trabalhou o desenvolvimento através da industrialização como um processo transformador da estrutura colonial no âmbito nacional e internacional.

Nesse sentido é que a promoção do desenvolvimento, significando melhoras na qualidade de vida, aumento da renda per capita, incremento na produção e aproveitamento de recursos naturais ociosos, freqüentemente apresenta-se sob a forma de políticas de industrialização. E embora, o desenrolar de um processo não implique diretamente no desenrolar do outro, no Brasil sua aproximação é tão intensa a ponto de Csaba DEÁK e Sueli SCHIFFER (1999: 16) afirmar que: “...*não são apenas inseparáveis e inter-relacionados: são um só processo.*”, sendo inclusive apresentados nos dicionários como integradas:

"Desenvolvimento. [De desenvolver + - imento]. S.m. (...) 1. Crescimento econômico (q.v.), esp. quando acompanhado por modificações na estrutura produtiva do país ou da região, como a industrialização. (...)" (FERREIRA, 1999 : 650)

No entanto, se como coloca Paul SINGER (1968: 11):

"Desenvolvimento econômico é um processo histórico cuja dimensão propriamente econômica consiste numa completa transformação da estrutura de produção preexistente. [E que as] abordagens que o encaram como o resultado de certos mecanismos econômicos (...), somente conseguem, na melhor das hipóteses, medir o processo pelos seus efeitos (...), sem penetrar em sua essência." (SINGER, 1968 : 11)

Nos anos 1950, para a CEPAL, ele deveria ser entendido não somente como processo de transformação da estrutura produtiva, grandemente determinado por fatores sociais, políticos e culturais inerentes ao contexto observado, mas também como de transformação de uma sociedade especializada na produção primária e inserida numa divisão internacional do trabalho que, no século XIX era alegadamente natural e que se dá a nível internacional, em uma sociedade industrial, cuja divisão do trabalho pode chegar a extremos dentro do próprio território nacional ou mesmo da região. A crítica do desenvolvimento levou Celso Furtado, um de seus expoentes, a mais tarde explicá-lo como seria “... *uma prolongação do mito de progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.*” (FURTADO, 1998: 8). Para esse autor o desenvolvimento econômico para os países periféricos seria um mito, segundo o qual a perspectiva de universalização dos níveis de consumo das sociedades altamente industrializadas é utilizada a fim de

“... mobilizar os povos da periferia e fazê-los aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema ... Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentra-las em objetivos abstratos, como os investimentos, as exportações e o crescimento.” (FURTADO, 1998: 89)

Na mesma linha, Francisco de OLIVEIRA (1976) também ressalta a capacidade dessa “idéia” de direcionar esforços teóricos e políticos em favor de um determinado grupo; segundo ele

“... a teoria do ‘desenvolvimentismo’ [que] desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da

economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara.” (OLIVEIRA, 1976:10)

E associado ao “mito do desenvolvimento econômico” cresceu o “mito da industrialização”, uma luta antiga, que para Florestan Fernandes (1960) é passível de ocorrer independentemente do desenvolvimento, bastando para tanto que o país ou região possua razoáveis base demográfica, capacidade de importação, tecnologia científica, matérias-primas básicas e núcleos urbanos, havendo inclusive características de sociedades subdesenvolvidas que auxiliam no processo de industrialização, tais como:

“...reserva de trabalho, margens de lucro do empresário e, a mais importante de todas, as disposições subjetivas que fazem da industrialização um valor social de caráter moral. ...[Assim] uma sociedade subdesenvolvida, que chega a incluir a industrialização em seu sistema de valores, atribuindo-lhe o caráter de mores, é uma sociedade na qual o subdesenvolvimento se eleva à esfera de consciência social como condição socialmente indesejável.” (FERNANDES, 1960: 64)

Assim, o desejo de desenvolvimento dispôs amplos setores da população a pagar altos preços (monetária e socialmente falando) na luta pelo “progresso”, sacrificando-se em seu nome. Uma luta que para FERNANDES (1960) encontra no processo de urbanização um importante apoio, pois através da cidade e sua imagem se difunde o valor “benéfico” da industrialização.

rcausal mecânica entre urbanização e industrialização na história do Brasil [...] o espaço urbano surge como uma das condições favoráveis à formação e ao desenvolvimento do capital industrial”, sendo que

“... a partir do momento em que o capital financeiro chegou a dominar todas as demais atividades econômicas, ele passou também a determinar toda a expansão urbana, desde os aspectos econômicos até sócio-políticos e culturais. Até a paisagem e a arquitetura, nesse ponto, submeteram-se aos ditames do capital.” (HARDMAN & LEONARDI, 1982: 122)

Ditames que se referem à busca do lucro como objetivo primeiro e maior. Para tanto, busca-se mercado de consumo, oferta abundante de mão-de-obra, disponibilidade de infraestrutura - sistema viário e de transportes (ferroviário, marítimo ou fluvial), redes de comunicações e fontes energéticas. Essa relação entre industrialização e urbanização, assim como em outros países, no Brasil significa uma expansão da rede urbana, processo que, estudando quatro capitais brasileiras, Paul SINGER (1968), descreve:

"Graças à industrialização, cresce o mercado de trabalho, a população urbana aumenta, o que leva a um aumento de demanda por produtos industriais na própria cidade; o mercado em expansão atrai mais estabelecimentos à cidade, provocando nova expansão industrial. O mercado urbano torna-se cada vez mais importante para a indústria, acabando por superar o mercado representado pelo campo, já que, na medida em que a industrialização prossegue, a população urbana cresce às custas da população rural. Em conclusão, a partir de um certo momento, a industrialização, ao provocar a expansão do seu próprio mercado, se realimenta, acelerando seu ritmo, tendo por única limitação as disponibilidades de produtos agrícolas para nutrir a crescente população urbana e abastecer de matérias-primas a própria indústria”.(SINGER, 1968: 369)

No quadro pintado pelo autor, a relação entre industrialização e urbanização refere-se à expansão demográfica dos centros urbanos, absorvendo a população do campo. Porém, as relações que ora se

estabelecem entre industrialização e urbanização, podem também assumir um caráter "colonizador", que se refere à capacidade da industrialização de atuar como instrumento de ocupação do território através da construção de novas cidades. Nesse aspecto, mesmo as políticas de promoção industrial de âmbito local ou regional assumem proporções nacionais, pois se tornam capazes de modificar de forma substancial tanto o desenho físico, como social e econômico do território. É, portanto, através da indústria que giram as expectativas em torno do crescimento e desenvolvimento; o processo de industrialização é então visto tanto como uma forma de salvaguardar a autonomia nacional, proclamando a independência de capital e mercadorias estrangeiras, quanto se torna fonte de riqueza, promovendo bem-estar social; é ainda símbolo de capacidade, de sucesso, de ordem e progresso. Dela espera-se também a organização do território, pois a maior demanda de manufatura induziria à propagação de atividades produtivas e provocaria o crescimento das atividades terciárias nos centros urbanos.

Assim, projetos e políticas de desenvolvimento usualmente constituem-se em planos de industrialização que, por sua vez, implicam o desenrolar de processos de urbanização. Ocorre, no entanto, que usualmente os planos de desenvolvimento, ao desenhar um quadro econômico e social composto por uma paisagem industrial, abdicam do direito de desenhá-lo urbanisticamente, pois no bojo desses grandes planos, as novas cidades, bairros ou regiões metropolitanas, não passam de uma consequência, o que permite dizer que, embora desenhadas e projetadas numa profusão de detalhes, não foram verdadeiramente planejadas, mas induzidas, não são o objetivo do plano, são mero subproduto, pois a “vontade” que as originou foi econômica e não urbana.

II.3 PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA NAÇÃO

Referindo-se a um “*longo século XIX*”, Eric HOBBSBAWM (1989) enfatiza os cento e vinte e cinco anos (1789 - 1914¹⁷⁷) que considera o período mais significativo para a formação do pensamento moderno, do qual muito ainda resta em nós. Neste século longo ocorreram transformações que tomaram o mundo de roldão e mudaram a ordem das coisas de forma irreversível. Assim, da Revolução Francesa às diversas fases da Revolução Industrial, essas transformações atingiram desde instituições políticas, até regras de convívio social e modos de produção a relações mercantis e trabalhistas, atividades culturais e recreativas. Portanto, mais do que o quadro físico e social, elas significaram uma mudança de filosofia nos mais diversos campos do pensamento, uma mudança de atitude com relação ao futuro e que não se restringiu a determinadas áreas do globo, percorrendo-o por inteiro. Fundamentada na idéia do predomínio global de preceitos políticos, sociais e econômicos, que, senão totalmente semelhantes, minimamente dialogam entre si, surge a noção de uma “*civilização universal*”.

Analisando o impacto dessa “*civilização universal*”¹⁷⁸ nas culturas nacionais, Paul RICOUER (1955) reconhece que a necessidade imperativa de ingresso nesse universo moderno coloca tanto nações subdesenvolvidas como desenvolvidas frente a um dilema: o apego ao passado cultural ou a assimilação das mudanças impostas pela entrada em uma era científica e técnica. Essa busca pelo progresso, por um futuro promissor inicia-se pela construção de uma nova imagem para a nação, para os países subdesenvolvidos dissociada daquela de atraso herdado do período colonial e nos países desenvolvidos, associada à de inovação constante, numa tendência a formação de uma “*falsa consciência*” e que vem muitas vezes acompanhada do que Eric HOBBSBAWM e Terence RANGER (2002) definiram como “*criação de tradições*”¹⁷⁹. Nesse contexto, mais do que romper com o passado é necessário fazer as pazes com ele, pois é preciso “... *reencontrar aquela personalidade profunda, re-enraizá-la ao passado a fim de nutrir de seiva a reivindicação nacional.*”¹⁸⁰ (RICOUER, 1955: 280) O passado é utilizado então como instrumento de legitimação de instituições, personagens, projetos,

¹⁷⁷Hobsbawm (1989: 22) afirma que: “O eixo central em torno do qual tentei organizar a história do século foi, basicamente, o triunfo e a transformação do capitalismo na forma historicamente específica de sociedade burguesa em sua versão liberal.”, sendo o primeiro volume “A era das revoluções” marcado pela análise dos processos desencadeados pela predominância de modelos institucionais inaugurados pela Revolução Francesa e Guerra Civil Americana e pela expansão do capitalismo pós Primeira Revolução Industrial; no segundo volume “A era do capital” a difusão da economia capitalista e sua classe característica: a burguesia, aparecem vinculadas a novos movimentos culturais e ao liberalismo econômico; na “Era dos impérios” a estabilidade reinante foi a geradora dos sangrentos conflitos do período posterior, em que economias prósperas gestaram os mais radicais movimentos de trabalhadores, em que a democracia que caminhava em direção a consolidação foi substituída por ditaduras fascistas, nazistas, socialistas ou mesmo republicanas.

¹⁷⁸Essa civilização é caracterizada pelo autor como fundamentada na difusão da tecnologia, imbuída de um espírito científico utilitário e racional, que pela sua origem grega, assume um aspecto democrático e impessoal. Racionalidade técnica, dada pela utilidade; política, dada pela constituição das nações enquanto estruturas capazes de satisfazer necessidades materiais e sociais de uma determinada coletividade; e econômica, dada pelo estabelecimento do que o autor chama uma “técnica econômica universal”, ou seja, o estabelecimento de um regime mercantil que compatibilize produção interna com externa. (RICOUER, 1955)

¹⁷⁹“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. (...)Elas são altamente aplicáveis no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a ‘nação’, e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas, e daí por diante.” (HOBBSBAWM e RANGER, 2002: 9, 22)

¹⁸⁰“Il fallait donc d’abord retourner cette personnalité profonde, la réenraciner dans un passé afin de nourrir de sève la revendication nationale.” (RICOUER, 1955: 280)

rituais e objetos, símbolos de um ideal nacional, portanto, da própria nação. Mais do que a identidade de um povo, o estabelecimento e a fixação de tais símbolos coloca em jogo um projeto para a nação, a construção de um quadro de valores que justifique o conjunto de ações concretas tanto com relação à vida cotidiana como quanto às perspectivas de futuro, fazendo com que os projetos de desenvolvimento nacional, enquanto portadores desses valores constituam-se em importantes instrumentos para sua concretização.

No entanto, se à distancia, a similaridade de objetivos dos projetos de desenvolvimento que foram implantados em diversos países, pregada pelos defensores da idéia de uma “*civilização universal*”, parece evidente, ao aproximar o foco ela se desfaz. E, se a difusão do desejo de progresso, modernidade e desenvolvimento uniformizou as metas, os meios para atingi-las mais os resultados obtidos apresentaram variação e as diferenças de contexto histórico redesenham de tal forma o quadro geral que, por vezes, torna-se difícil identificar contornos em comum. Assim a apresentação dos casos da Tennessee Valley Authority e Companhia Vale do Rio Doce tem por objetivo desenterrar da montanha de diferenças, sua base comum, a busca do desenvolvimento calcada em projetos de industrialização de âmbito regional, evidenciando seu papel na organização espacial, através da construção de novas cidades.

Desta forma enquanto o projeto da Tennessee Valley Authority (TVA) é lembrado principalmente como um projeto hidroelétrico de âmbito regional, utilizado como um dos principais instrumentos de Franklin Roosevelt para sair da crise pós-1929, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), aparece como mera reguladora da exportação de minério de ferro brasileiro. Enquanto a Tennessee Valley Authority (TVA) nasceu das discussões em torno da exploração da fábrica de nitrato em Muscle Shoals, considerada de segurança nacional, devido à necessidade desse para fabricação de munição, após a crise de 1929 a preocupação com o nitrato foi colocada em segundo plano e, no momento de sua instituição a TVA constituía-se num dos principais instrumentos de Franklin Roosevelt para a concretização do seu Novo Contrato Social (*New Deal*). Nesse contexto, seu objetivo principal passou a ser, através do estabelecimento de um sistema de gerenciamento regional, dividido por bacias e que incluía controle de enchentes, produção de energia hidroelétrica e desenvolvimento agrícola, promover o desenvolvimento da região, servindo de referência a outros projetos que se multiplicariam por todo o país.¹⁸¹ A origem da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) tem suas raízes na contenda sobre a evasão do minério de ferro brasileiro para o exterior, fazendo com que se buscasse induzir seu processamento dentro do território nacional, promovendo a fundação de uma forte indústria de base, capaz de prover o mercado interno de manufaturas de ferro e reduzir a dependência de equipamentos importados, o que possibilitaria o desenvolvimento da indústria nacional, incluindo o país no rol dos países industrializados e tirando-lhe o estigma de subdesenvolvido.

Observa-se, desta forma, serem ambos originários de uma mesma fonte: projetos de desenvolvimento

¹⁸¹ Em 1937 Roosevelt insistiu com o Congresso para que fossem criadas mais seis autoridades regionais nos mesmos moldes da TVA nas seguintes áreas: costa atlântica, Grandes Lagos e Vale do Ohio, Rio Missouri e Rio Vermelho do norte, bacias dos Rios Arcansas, Vermelho e Grande, bacia do Rio Colorado, Vale do Rio Colúmbia. (LINK, 1965: 736).

nacional de âmbito regional, fundamentados na promoção da industrialização de regiões ricas em recursos naturais ainda inexplorados (ou mal aproveitados). Foram projetos que se originaram de longas e amplas discussões sobre a participação da iniciativa privada em serviços considerados de segurança nacional, marcados por embates violentos entre grandes empreendedores e destacadas figuras públicas (Henry Ford x George Norris e Percival Farquhar x Athur Bernardes), são também projetos símbolo de um “Estado-empresário”, ou seja, cuja atuação na regulação econômica vai além da concessão de empréstimos e controle tarifário, atuando ele próprio como empresário de grandes empreendimentos, dos quais resultou a intensificação da ocupação do território, inclusive a construção de novas cidades.

II.3.1 O PROJETO DA TENNESSE VALLEY AUTHORITY

Assim como em grande parte do mundo ocidental, nos Estados Unidos a virada para o século XX foi um período de agitação intensa. Momentos de grande euforia foram sucedidos por profundas crises, a conquista de importantes avanços sendo seguida de ferozes retrocessos. Assim, após a Guerra Civil, ao mesmo tempo em que se formavam algumas das mais vultuosas fortunas como as de Rockefeller e Carnegie, o número de pobres e miseráveis atingia cifras nunca vistas; enquanto a chegada de novos imigrantes obrigava a aceitação de culturas diversas, os negros eram ainda mais discriminados; enquanto as indústrias de grande porte se multiplicavam pelo país, a produção agrícola passava por sérias dificuldades; enquanto as linhas férreas cruzavam o território de costa a costa, decretava-se o fechamento da fronteira; e ao mesmo tempo em que a América se firmava como o “país do negócio”, reformadores sociais ganhavam espaço na imprensa¹⁸² denunciando práticas fraudulentas e injustiças geradas pelas grandes corporações, (CURRENT et alli, 1967) mas como afirma Richard ABRAMS (1976: 50):

“Embora muita coisa na sociedade americana [...] fosse sórdida e deprimente, o que francamente impressionava a maioria dos observadores deste período e seria geralmente assinalado pelos historiadores era a atmosfera de efervescência, de expectativa e de grandes esperanças.”

Esse período conhecido como “*Era Progressista*” ou “*Era das Corporações*”¹⁸³ foi caracterizado por um extremo liberalismo econômico, que foi sendo corroído pela torrente de mudanças que varreram o

¹⁸² Esse ponto refere-se diretamente ao muckrakers, jornalistas preocupados em denunciar irregularidades tanto das grandes corporações quanto do governo, que foram assim denominados por Theodore Roosevelt, que os comparou com um personagem do livro “Pilgrim’s Progress” de John Bunyan, que estava tão “... preocupado em amontoar estrume que era incapaz de ver coisas melhores. Os muckrakers formavam a voz literária do movimento progressista.” “They owned their name from Theodores Roosevelt; he compared tem to the man in Joh Bunyan’s Pilgrim’s progress” (1678) who was so intent on raking muck that he could not see the beter things above him. The muckrakers fromed the literary voice of the Progeessive movement.” (CURRENT et alli, 1967: 488)

¹⁸³ A invenção das corporações (sociedades anônimas), que levou Butler, então presidente da Universidade de Columbia, a um ímpeto de entusiasmo afirma que a sociedade anônima era “... a maior descoberta do tempos modernos ... até o vapor e a eletricidade são muito menos importantes... e estariam reduzidos a uma comparativa impotência sem ela.” (ABRAMS, 1976: 59), pois ao reunir diversas etapas do processo produtivo numa administração centralizada de diversas fábricas, com companhias adquirindo outras companhias e formando holdings sem ferir a lei antitrustes, a comercialização de ações preferenciais ao portador, possibilitou maior agilidade na captação de recursos para investimentos, enquanto uma série de decisões judiciais que promovera uma redefinição da noção de propriedade, incluindo as expectativas de ganho pelo seu uso comercial e a conquista do estatuto de “pessoa” às corporações, com direito a privilégios e proteção constitucional (Quinta e Décima Quarta Emendas) (ABRAMS, 1976)

país ao longo das primeiras décadas do século XX, mas que teria sua morte oficialmente decretada somente com as medidas intervencionistas de Franklin Roosevelt na década de 1930, a ponto de levar o historiador Arthur LINK (1965: 721) a afirmar que:

“Em 1941, a maioria dos americanos concordava em que o Governo Federal devia ser a mais poderosa força organizada dentro da democracia em que viviam: um avalista para a solvência dos lavradores, um protetor benéfico para os trabalhadores, um amigo na adversidade, para rendeiros e desempregados, e uma salvaguarda poderosa como regulador das atividades de banqueiros e homens de negócios.”

Pode-se dizer que o desgaste da postura liberal acompanhou o desgaste da crença numa estreita relação entre virtude e sucesso, pecado e fracasso, profundamente arraigada no protestantismo norte americano e que determinava o modo de vida americano. Fundamentada no princípio de que a intervenção do “...Estado para assistir aos que sofriam era contrária aos ‘desígnios de Deus’.” (ABRAMS, 1976: 62), pois impedia que dessem prova, pela superação do sofrimento e trabalho árduo, da disciplina e virtudes morais essenciais a sua salvação. Acreditava-se, então, que sinais desse enfraquecimento podiam ser encontrados no fortalecimento do cristianismo social, cuja preocupação com a reabilitação dos pobres (moral e física) levou uma legião de benfeitores¹⁸⁴ a organizar estabelecimentos de ajuda aos necessitados; na proliferação de denúncias incisivas por parte dos chamados *muckrakers*; no radicalismo das proibições dos *saloons* e bebidas;¹⁸⁵ no crescimento da reivindicação de maior independência e liberdade de ação feminina; todos movimentos que solicitavam uma participação mais ativa do Estado, mas que sofrem um baque quando os reformadores sociais verificam que a correção dos

“... danos causados pelos valores humanos do industrialismo, [resultando n]uma sociedade livre, preocupada com a dignidade humana, a confiança em si mesmo e a liberdade pessoal exigia uma variedade de estilos de vida e de preferências sociais muito maior do que eles haviam imaginado ou, em última análise, estavam dispostos a tolerar.” (ABRAMS, 1976: 79)

Essa constatação que, ao mesmo tempo, exigia um retorno aos valores tradicionais, apontava para a impossibilidade de retroceder; assim, o que ocorreu foi uma tentativa de vestir os antigos valores com nova roupagem, fazendo surgir um “*novo nacionalismo*”, em que o bem da nação se sobreporia aos interesses particulares, em nome da qual o Estado era chamado a agir.¹⁸⁶ Tal postura possibilitou um fortalecimento do governo, o que, embora possa ser verificado pela intensificação de sua participação em políticas sociais, com o advento da Primeira Guerra Mundial acabou por tingir de cores sombrias esse sentimento nacionalista. Apoiados na máxima: “*quem não está conosco está contra nós e deve ser punido*”, difundiu-se a idéia de que havia um inimigo interno a ser enfrentado, fazendo de qualquer grupo, que adotasse uma postura considerada como ameaça as conquistas da nação, um inimigo em potencial. Esse extremismo patriótico levou ao recrudescimento das discriminações étnicas

¹⁸⁴ Inspirados no Tonybee Hall, instituição de assistência social fundada em 1884 em Whitecapel (Londres) por membros das Universidades de Oxford e Cambridge. O primeiro deles foi fundado em 1886 em Nova Iorque e o mais renomado: a Hull House de Ellen Gates Starr e Jane Adams em 1889 em Chicago. (ABRAMS, 1976: 65)

¹⁸⁵ Mais do que preocupações com a formação moral dos indivíduos, eles foram utilizados como instrumentos de medição do grau de assimilação de grupos sociais, reforçando o racismo contra negros e imigrantes.

¹⁸⁶ As origens desse “novo nacionalismo” Richard ABRAMS (1976) encontra na obra de Herbert Croly (“The promise of american life” de 1909), segundo o quais as dificuldades que se vinha encontrando eram devidas as limitações das oportunidades econômicas, pois a busca constante de expansão dos negócios estava exaurindo as oportunidades restantes e o interesse público, em realidade uma somatória de interesses de grupos individuais, somente acentuasse as diferenças. O único remédio para aliviar tal dor, era a criação de uma crença nacional, segundo a qual os interesse da nação suplantaria o dos grupos individuais, sendo que a tradição e as instituições democráticas seriam capazes de frear qualquer tendência a opressão, implantando-se um poderoso espírito nacionalista.

(especialmente contra negros e asiáticos) e colocou na lista de proscritos líderes sindicais, socialistas e qualquer simpatizante de movimentos de esquerda. (COBEN, 1976) O alívio dessas tensões se deu paulatinamente, a partir de duas frentes: por um lado, a insistência de estudos acadêmicos que punham abaixo a noção anteriormente aceita de superioridade do branco;¹⁸⁷ e por outro, a ampliação do acesso aos novos bens de consumo a camadas menos favorecidas da população.

Segundo Stanley COBEN (1976), esse acesso a mercadorias como rádio, telefone, carro ou outros eletrodomésticos (geladeira, fogão elétrico, ferro de passar etc.) não se deu por um aumento da renda propriamente dita, tendo em vista ter se mantido a elevada desigualdade da distribuição de renda, mas pelo aumento do crédito ao consumidor, fator que auxiliou a mascarar os sinais de fragilidade da estrutura monetária, criando um clima contagiante de entusiasmo¹⁸⁸. Isto propiciou uma desmesurada especulação na Bolsa de Valores que, sem o respaldo do aumento equivalente da produção, para se sustentar, quebrou em setembro de 1929, quando generalizou-se a tentativa de venda de ações.

A crise deflagrada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque tomou o mundo de assalto, mas em nenhum outro local foi mais fortemente sentida que no próprio país e, apesar das tentativas do Presidente Hoover, os números que se seguiram eram estarrecedores e quando ele deixou o cargo em 1933:

“... um terço dos assalariados dos Estados Unidos estava sem trabalho e uma elevada proporção dos restantes labutava, em horários reduzidos, por um salário de fome. Nas áreas industriais de aciaria, têxteis, automóveis, borracha e mineração, cidades inteiras estavam virtualmente sem emprego. Os fundos de assistência, públicos e particulares, estavam praticamente exaustos. Ninguém poderia calcular as conseqüências da desnutrição, exceto nos hospitais locais que ainda aceitavam internações por caridade e onde os resultados de pesquisas eram de causar horror. A indústria americana, como um todo funcionava com prejuízo, ... as instituições financeiras estavam executando hipotecas sobre bens imóveis urbanos e rurais às centenas por dia. Casamentos e nascimento caíram para as mais baixas taxas registradas na história americana, mas a taxa de suicídio subiu em um quarto desde 1929, para alcançar um novo recorde. Mais pessoas emigravam do país do que entravam, apesar da depressão que lavrava em quase todo o mundo. Pela primeira vez, mais americanos se mudavam para o campo – onde podiam comer, pelo menos – do que trocavam o campo pelas cidades. ... provavelmente um milhão de andarilhos, no mínimo, em sua maioria homens jovens e um menor, mas crescente número de moças, vagava pelo país de carona, por trem ou por estrada, em busca de trabalho ou, pelo menos, de um clima mais temperado que compensasse a impossibilidade de comprar roupa e teto. E, o mais desmoralizador de tudo, após anos de animadores previsões, ninguém se atrevia a profetizar de maneira convincente que as condições melhorariam, em vez de piorarem ainda mais.” (COBEN, 1976: 362)

Este estado de ânimo que, para a surpresa de Otis GRAHAM (1976), era mais de impotência e derrota do que de revolta, seria interrompido somente com a ação enérgica do novo presidente. *“O New Deal de Franklin Roosevelt quebraria a calma e encheria a nação de um sentido de ação.”* (GRAHAM, 1976: 370) O início de toda essa ação é considerado como começo de uma nova era na história dos Estados Unidos e foi marcado por um intervalo de cem dias, nos quais o Congresso permaneceu reunido e trabalhando freneticamente, a fim de promulgar as leis que seriam a base de um programa de

¹⁸⁷ Dentre estes estudos destaca-se o dos antropólogos, que foram descrevendo inúmeros casos de sociedades supostamente primitivas que apresentavam-se em vários aspectos, superiores à civilização da classe média americana, em especial os trabalhos de Frans Boas. (COBEN, 1976: 322)

¹⁸⁸ Exemplo desse entusiasmo é o caso da indústria automobilística (Ford e Chrysler), que, acreditando na livre concorrência e devido a um esquema em que determinava cotas superiores a capacidade de venda aos revendedores, manteve um regime de superprodução até o verão de 1929. (COBEN, 1976: 351)

governo que, na época, foi considerado inovador.¹⁸⁹ Dentre as quinze leis aprovadas entre março e junho de 1933, merecem destaque: Emergency Banking Relief Act,¹⁹⁰ Economy Act,¹⁹¹ Federal Securities Act,¹⁹² Federal Emergency Relief Act (FERA)¹⁹³, Civilian Conservation Corps Reforestation Relief Act,¹⁹⁴ National Industry Recovery Act (NIRA),¹⁹⁵ Agricultural Adjustment Act (AAA)¹⁹⁶ e Tennessee Valley Authority Act.¹⁹⁷

Esse último foi considerado um dos principais instrumentos do presidente Roosevelt para combater a depressão que assolava o país e constituiu-se num potente símbolo do New Deal. Anunciados no seu ato de constituição, os objetivos da Tennessee Valley Authority (TVA) eram:

*“Melhorar a navegabilidade e promover o controle de enchentes do Rio Tennessee; promover o reflorestamento e o uso apropriado das terras marginais ao Vale Tennessee; promover o desenvolvimento agrícola e industrial do dito vale; promover a defesa nacional pela criação de uma corporação para a operação das propriedades do Governo em e próximas à Muscle Shoals no estado do Alabama, e para outros propósitos.” (TENNESSE VALLEY AUTHORITY ACT, 2001: 1)*¹⁹⁸

Contudo, a prioridade desses objetivos, definidos e aprovados em menos de três meses, havia estado em pauta por mais de uma década, numa discussão que começara com a constatação da dependência do nitrato chileno para produção de munição durante os preparativos para a Primeira Guerra Mundial. Isso trouxe a incorporação de uma lei que destinava verbas para a construção de todas as instalações necessárias para produção de nitrato, inclusive barragens e usinas hidroelétricas, ao National Defense Act, de junho de 1916. Antes que se iniciassem as construções devia-se, no entanto definir qual processo seria empregado em sua fabricação: *Haber*, um método novo que ainda não havia dado provas de eficiência comercial, mas que exigia um baixo gasto de energia, ou o tradicional *processo cianamida*,¹⁹⁹ que demandava alto consumo energético, o que significava a necessidade de construção de instalações hidroelétricas. A determinação da construção de uma primeira fábrica (fábrica n.1) utilizando o processo Haber, pelo Departamento de Guerra em 1917, foi considerada insuficiente para suprir a demanda ampliada pelo ingresso do país na guerra²⁰⁰. Assim, foi determinada a construção de

¹⁸⁹ “A maioria dos historiadores hoje acredita que mesmo as mais abrangentes dentre estas reformas não foram tão radicais como pareceu a princípio, ou como os críticos do Novo Contrato Social proclamaram.” (CURRENT et alli, 1967: 570), a que nos estágios iniciais elas tenderam a ser ainda mais conservadoras, radicalizando-se posteriormente devido as exigências da população.

¹⁹⁰ Emergency Banking Relief Act, visava dar liberdade ao presidente para regular os bancos e a emissão de moeda, permitindo a reabertura dos bancos em condições mais confiáveis (cerca de trinta e seis bancos haviam fechado)

¹⁹¹ Autorizava o governo a cortar gastos públicos para equilibrar o orçamento

¹⁹² Visava reduzir as fraude fazendo com que os “vendedores” fornecessem informações públicas sobre novas ações.

¹⁹³ Destinava verbas para estados e cidades a fim de aliviar a carência.

¹⁹⁴ Criava o Civilian Conservation Corps, contratando jovens desempregados para trabalhar em projetos de reflorestamento, construção de estradas, controle de enchentes e conservação do solo.

¹⁹⁵ Com o objetivo de recuperar a indústria buscava extinguir a competição desleal e limitar a produção excedente.

¹⁹⁶ A fim de elevar os preços dos produtos agrícolas, impunha restrições a superprodução

¹⁹⁷ Criava a Tennessee Valley Authority com o objetivo de desenvolver a região através da promoção de: controle de enchentes, produção agrícola e hidroelétrica.

¹⁹⁸ “To improve the navigability and to provide for the flood control of the Tennessee River; to provide for reforestation and the proper use of marginal lands in the Tennessee Valley; to provide for the agricultural and industrial development of Said valley; to provide for the national defense by the creation of a corporation for the operation of Government properties at and near Muscle Shoals in the State of Alabama, and for other purposes.” (TENNESSE VALLEY AUTHORITY ACT, 2001: 1)

¹⁹⁹ cianamid-process

²⁰⁰ Em 2 de abril de 1917 os Estados Unidos, rompeu com a postura de neutralidade relativa que havia assumido desde o início do conflito (visto permanecer comerciando e cedendo empréstimos aos aliados), a principal justificativa foi a divulgação de uma nota na qual o chanceler alemão tentava cooptar a México oferecendo como recompensa a restituição das províncias perdidas para os Estados Unidos (Novo México e Texas), que somadas a morte de mais de cem americanos no naufrágio do navio britânico Lusitânia e a quebra do compromisso de Sussex (navio britânico afundado por submarinos

uma nova fábrica em Muscle Shoals (fábrica n.2), empregando o processo cianamida. (HUBBARD, s/d)

A impossibilidade da conclusão da barragem e dessa fábrica antes do fim da guerra e os elevados custos das instalações fizeram com que a discussão sobre a fábrica n.2 girasse em torno de sua utilidade em tempos de paz e, após alguns estudos e apesar da proibição pelo National Defense Act, a cessão para sua operação por empresa privada passou a ser fortemente considerada. A impossibilidade de atrair investidores levou à formulação de um plano de utilização da fábrica de Muscle Shoals pelo governo e que propunha

“... a organização de uma corporação que seria dotada com uma estrutura legal muito similar a de uma corporação privada exceto que todas as ações estariam em posse do governo federal. Ela seria governada por um conselho de diretores que seriam indicados e subordinados a Secretaria de Guerra. A principal função dessa corporação governamental seria operar o projeto de nitrato de Muscle Shoals para produção de produtos de nitrogênio e vender estes produtos, satisfeitas as necessidades de defesa nacional, para fazendeiros e produtores de fertilizantes. Com a conclusão da Wilson Dam o excedente de energia não necessário para a fabricação de produtos de nitrogênio e fertilizantes seria vendida diretamente aos consumidores.”²⁰¹ (HUBBARD, 1968: 5)

Se por um lado essa proposta apresentava uma solução quanto à utilização da fábrica nos períodos de paz, permitindo que parte do nitrato fosse destinada à produção de fertilizantes cuja necessidade havia se verificado por um estudo que atribuía a decadência da produção agrícola do sul ao desgaste do solo, provocado pelo manuseio inadequado e falta de nutrientes e o potencial hidroelétrico da região, já começava a chamar a atenção de algumas especialistas; por outro, o controle governamental de operação do projeto continuava a gerar polêmica, levantando a indignação dos produtores de fertilizante e de energia elétrica, que se sentiam ameaçados pela concorrência. (HUBBARD, S/D)

Uma nova fase nas discussões sobre Muscle Shoals iniciou-se com o fracasso da tentativa de envolvimento das companhias elétricas no projeto e com o interesse de Henry Ford em adquiri-lo. A proposta inicial de Ford, feita em 1921, incluía a cessão por cem anos das instalações hidroelétricas (Wilson Dam, Dam n.3 e a usina hidroelétrica), que deveriam ser concluídas pelo governo; a compra de todas as terras pertencentes ao projeto, incluindo duas usinas a vapor²⁰² e linhas de transmissão, além da fábrica n.2, que deveria ser mantida funcionando em sua capacidade máxima. Comprometera-se também a desenvolver pesquisas para melhorar o processo de fabricação de nitrogênio e limitar os lucros na venda de fertilizantes a 8% (oito por cento).

Considerada por demais vaga, especialmente nos aspectos referentes à distribuição de energia, a proposta de Ford teve grande repercussão e foi quase unanimemente vista pela imprensa como uma oportunidade do governo de se ver livre de um “elefante branco”, além do que juntamente com seus aliados ele foi bastante eficaz em difundir a idéia de que a proposta havia sido feita em favor dos

alemães no qual morreram 4 norte americanos), segundo o qual o governo alemão se comprometia a interromper os ataques de submarinos a navios de passageiros aliados desde que a Inglaterra amenisasse o bloqueio marítimo, promoveu um intenso sentimento anti-germanico. (WELLS, 1967)

²⁰¹ “...provided for the organization of a corporation which would be endowed with a legal struture very similar to a private corportation except that all of the stock would be in the possession of the federal government. It would be governed by a board of directors who would be appointed by and hold office at the pleasure of the Secretary of War. The principal function of this government corportion would be to operate the Muscle Shoals nitrate project for the production of nitrogen products and to sell these products, after meeting the needs of national defense, to farmers and producers of fertilizer. Upon completion of WilsonDam the surplus power not needed in the production of nitrogen and fertilizer products would be sold at the switchboard.” (HUBBARD, s/d: 5)

²⁰² Steam plants

agricultores, representando um grande sacrifício que estava disposto a fazer para o bem da nação. As dificuldades em conseguir a aprovação da proposta levaram-no a adotar uma estratégia mais dramática, fazendo-se acompanhar de Thomas Edison numa nova visita ao local da fábrica e anunciar que pretendia utilizar a energia excedente para produção de manufaturas como o alumínio, tecido, aço ou componentes automobilísticos, além de fazer circular a notícia de que planejava construir na região uma grande cidade, uma metrópole maior que Detroit.²⁰³

Embora seu método tenha sido capaz de capturar a imaginação da população da área e fazer dos agricultores seus mais empenhados defensores, as recomendações do Senador Weeks, que acompanhavam seu projeto reformulado ao Congresso, não foram favoráveis. Além de ferir os princípios tanto do National Defense Act quanto do Federal Water Power Act ele deveria ser submetido ao Departamento de Guerra e da Agricultura, onde o Senador George Norris faria a mais ferrenha oposição. Outro fator que complicou a pretensa vitória de Ford foi o despertar das companhias elétricas e outras indústrias que, observando o crescimento de interesse por energia na região e a possibilidade de instalação de concorrentes, resolveram entrar na disputa.²⁰⁴

Dessa nova recusa surgiu a elaboração de uma nova proposta, onde a garantia da produção de fertilizantes com preços reduzidos e o emprego do processo cianamida para fabricação do nitrogênio foram esclarecidos. No entanto, a oposição a Ford continuava a ser ferozmente levada a cabo por Norris que, em discursos inflamados e nos interrogatórios das comissões que discutiam o projeto de Muscle Shoals, esmiuçava suas ofertas, buscando demonstrar que nelas pouco ou nada podia ser encontrado de seu tão alardeado interesse filantrópico e patriótico. Somente quando os boatos da candidatura de Henry Ford para a presidência nas eleições de 1924 foram negados e ele afirmou seu apoio a Coolidge, o que pareceu um acordo que jamais foi confirmado, Ford conseguiu algum alívio, conseguindo finalmente que seu projeto fosse enviado para votação no Congresso. A partir de então, uma vitória rápida prenunciada pela agilidade com que fora votada nas comissões e no senado parecia estar garantida. No entanto, ao chegar ao Congresso, a disputa havia se resumido a uma escolha entre a proposta de Ford e a de Norris, que havia trabalhado muito para eliminar outras propostas como a da Union Carbide Company; o apoio popular a Ford também havia se reduzido significativamente e *“apesar de todo entusiasmo reinante em torno de Ford, o industrial de Detroit repentinamente retirou sua proposta em outubro [de 1924]”* (HUBBARD, S/D: 138).²⁰⁵

²⁰³ Essa cidade “... seria planejada de forma que protegesse a saúde e o bem estar social dos trabalhadores e suas famílias. ...a grande cidade de Muscle Shoals começaria a ser construída imediatamente após a aprovação da proposta pelo congresso.” A nota emitida por seu escritório, que HUBBARD (1968: 39) considera “fabulosa”, dizia ainda que ele pretendia que o projeto fosse todo destinado ao povo da área ou ao governo de tal forma que ninguém, nem mesmo ele, seria capaz de extrair qualquer lucro da especulação de terras. Esse projeto, que jamais chegou a ser desenhado, ao mesmo tempo que apresentava semelhanças com a cidade linear de Soria e Mata, (GIUCCI, 1972: 346) também parece imbuído de um espírito de cidade empresarial, onde a contradição entre a extrema mobilidade proposta por um e o isolamento imposto pela outra, desaparecem pela diluição da cidade no campo e pela descentralização da indústria.

²⁰⁴ Enquanto algumas empresas de energia passaram a concorrer fazendo propostas como a Alabama Power Company (e juntamente com nove outras) e a Union Carbide Company, outras empresas com DuPont e Pacific Gas and Electric passaram a testemunhar contra a proposta de Ford.

²⁰⁵ Ford alegou dois motivos: primeiro estar desgostoso pelo fato de um negócio que era meramente econômico e poderia ter sido resolvido em questão de semanas, ter se transformado em um problema político e levar anos; em segundo não acreditava que o Congresso desobedeceria ao Federal Water Power Act, cedendo a uma empresa privada a exploração de

Essa primeira grande vitória do Senador Norris ainda não seria a definitiva e sua proposta teria que enfrentar outras concorrentes que, no período entre 1925 e 1928, Preston HUBBARD (1968) afirma terem se caracterizado pela descrença na capacidade da fábrica de Muscle Shoals ser lucrativa por si só, dependendo da sua vinculação à comercialização do excedente da produção energética que, a partir de então, se sobrepôs à produção de nitrogênio nas discussões sobre o projeto. Já num contexto onde a ética das grandes empresas de negócios vinha sendo colocada em dúvida e o escândalo em torno da concessão da reserva de petróleo Teapot Dome tomava grande espaço nos noticiários (CURRENT et alli, 1967), a contenda entre a operação pública ou privada do projeto e suas implicações na garantia da segurança nacional fazia pender a balança para a operação pública (COLIGNON, 1997). Com os ventos soprando a favor, a proposta do Senador Norris foi por duas vezes aprovada pelas comissões, Senado e Congresso, sendo vetada em última instância pelo presidente, primeiro por Coolidge²⁰⁶ e depois por Hoover²⁰⁷. Seria somente com a posse de Franklin Roosevelt e a institucionalização da Tennessee Valley Authority, em 1933, que o sonho de Norris se realizaria.

Para Roosevelt a Tennessee Valley Authority seria uma oportunidade para

“... atingir um grande objetivo para a população de inúmeros Estados e, na verdade, para toda a União. Isto porque aí temos uma oportunidade de estabelecer um exemplo de planejamento, não só para nós mesmos como para as gerações vindouras, interligando a indústria, a agricultura, o florestamento e a prevenção de enchentes, reunindo-os todos em um conjunto unificado sobre uma distância de milhares de milhas de modo tal que possamos ensejar melhores oportunidades e melhores locais nos dias do futuro, para a vida de milhões de seres ainda não nascidos.” (ROOSEVELT apud PARKS, 1966: 144)

Como um dos grandes entusiastas do planejamento regional não é de se estranhar o destaque que Roosevelt²⁰⁸ deu ao Tennessee Valley Authority, sendo considerada por Arthur LINK (1965: 732) “... a mais importante contribuição do New Deal para a teoria e prática de governo nos Estados Unidos.” e o primeiro experimento significativo de planejamento público em escala regional.

Concebida enquanto uma organização apartidária, que deveria responder tanto ao povo da região quanto ao governo federal, sua direção foi dada a três especialistas nas principais áreas de atuação da empresa. Assim, a construção das barragens e controle de enchentes ficou a cargo de Arthur E. Morgan; a produção e distribuição de energia passou a ser responsabilidade de David E. Lilienthal e os programas de reflorestamento e agrícola foram entregues a Harcourt A. Morgan. (SCHLESINGER, 1958)

A idéia de experimentação e planejamento era endossada por Arthur Morgan que descreve a ação da TVA como devendo ser limitada ao âmbito do modelo, num processo em que a larga escala seria atingida por meio de cópias dos modelos desenvolvidos e apresentados à comunidade, segundo ele:

recursos naturais (navegação e energia hidroelétrica); no entanto ele não se retirou totalmente do cenário, desafiando o Congresso a fazer-lhe uma proposta melhor.

²⁰⁶ Em 1928 presidente Coolidge vetou o projeto de Norris, que já havia passado pelo Congresso, sem dar maiores explicações sua decisão foi atribuída ao fato dele discordar da distribuição de energia pelo governo para os municípios e por alguns membros da imprensa a intenção de impedir a revelação dos abusos das taxas de energia cobradas pelas companhias particulares. (HUBBARD, s/d)

²⁰⁷ Novamente em 1930 a proposta do Senador Norris venceu no Congresso e foi vetada pelo presidente, dessa vez Hoover buscou justificar a recusa por parâmetros técnicos fundamentando-se no parecer o Corpo de Engenheiros, que recomendava a operação conjunta estado-privada do projeto. (HUBBARD, s/d)

²⁰⁸ Para quem o planejamento era também um símbolo para ser usado contra a falência do mercado (HARGROVE, 2001)

*‘Uma fazenda de demonstração, uma cooperativa democrática e uma companhia energética municipal da TVA seriam suficientes. O padrão iria exemplificar o modo certo de fazer as coisas.’*²⁰⁹

(MORGAN apud HARGROVE, 2001: 31). Esse processo fundamentava-se ainda na defesa da democracia em suas raízes (*democracy at the grass roots*), ou seja, tomava o indivíduo como seu principal elemento, sendo considerada uma de suas principais contribuições, que em suas próprias palavras ²¹⁰ (LILIENTHAL, 1953: 77):

*“As pessoas são o fato mais importante no desenvolvimento de recursos. Não somente o bem estar e a felicidade dos indivíduos é o verdadeiro propósito, mas eles são os meios pelos quais tal desenvolvimento é conquistado; seu gênio, suas energias e espírito são os instrumentos; não é somente ‘para as pessoas’ mas ‘pelas pessoas’.”*²¹¹

Embora esse modo de atuação fosse empregado pelos três diretores da TVA, Arthur Morgan defendia ações menos “planejadas”, com inúmeras decisões sendo tomadas no momento da execução das obras, enquanto David Lilienthal e Harcourt Morgan confiavam somente na tecnologia, o que levou a inúmeras disputas internas e dificuldades de coordenação entre as diversas áreas.

O programa da TVA era bastante amplo e compreendia (HUXLEY, 1944):

- a construção de nove barragens no Rio Tennessee e onze em rios tributários, sendo todas produtoras de energia elétrica e responsáveis pelo controle de enchentes, enquanto que as localizadas no curso principal seriam ainda dotadas de comportas para facilitar a navegação;
- distribuição direta de energia para áreas rurais e grandes indústrias;
- auxílio às municipalidades na organização de sistemas de distribuição próprios e cooperativas de energia elétrica nas áreas rurais;
- construção e operação da fábrica de nitrogênio em Muscle Shoals e pesquisas para melhor aproveitamento do minério²¹²;
- recuperação do solo através do reflorestamento e orientação de técnicas adequadas de manejo, através de “fazendas modelo”;
- avaliação e “zoneamento agrícola” determinando áreas mais propícias a determinados tipos de cultura, reflorestamento e reposição de nutrientes;
- distribuição de fertilizantes e orientação para diversificação da agricultura (antes restrita a milho e algodão);
- delimitação de áreas de conservação e criação de áreas de lazer e recreação (cinco parques);

O desenvolvimento de cada um desses objetivos levou ao seu desdobrarem-se em inúmeros outros; assim, constantemente novos programas eram incorporados aos originais, tais como a formação de mão-de-obra, prevenção de doenças infecciosas (como a malária), habitação etc.

A CIDADE DE NORRIS

A expectativa de que a Tennessee Valley Authority fosse mais do qualquer outra coisa um

²⁰⁹ *‘One demonstration farm and one democratic cooperative and one TVA municipal power company would be enough. The yardstick would exemplify the right way of doing things.’* (HARGROVE, 2001: 31)

²¹⁰ Pare Lilienthal a mais importante contribuição da TVA era a proposta de um modo de administração inovador, centralizado e descentralizado ao mesmo tempo, algo semelhante ao atual: “pense global, aja local”, defendia a centralização das decisões e ao mesmo tempo uma descentralização da ação que deveria ocorrer localmente, nas raízes. (LILIENTHAL, 1953)

²¹¹ *“People are the most important fact in resource development. Not only is the welfare and happiness of individuals its true purpose, but they are the means by which that development is accomplished; their genius, their energies and spirit are the instruments; it is not only ‘for the people’ but ‘by the people’.”* (LILIENTHAL, 1953: 77)

²¹² A força com que o projeto hidroelétrico acabou por assumir ofuscou de tal maneira a questão que deu origem a TVA, a fábrica de nitrogênio e Muscle Shoals que ela nem mesmo é citada no livro de HUXLEY (1944)

experimento social capaz de democratizar melhores condições de vida, introduzindo toda uma população de “*esquecidos*” à modernidade, ao modo de vida americano, era a intenção expressa por Roosevelt e que foi plenamente partilhada por Arthur Morgan, mas que era interpretada de forma bastante diferente pelos demais membros da diretoria. Exemplo dessa divergência de opiniões pode ser verificado na controvérsia quanto à construção da cidade de Norris.

Enquanto Arthur Morgan defendia a construção de uma cidade modelo, onde os moradores pudessem estabelecer negócios próprios, dando origem a atividades econômicas que embasariam a formação de uma sociedade com bases permanentes, cabendo à TVA somente adquirir as terras e organizar o mercado imobiliário. Harcourt Morgan e David Lilienthal duvidavam da viabilidade dessa idéia, defendendo a construção de um acampamento provisório para os trabalhadores das barragens e suas famílias. Responsável pelo planejamento regional, Earle Draper²¹³ propôs que sua equipe elaborasse um plano de uso do solo que trouxesse as pessoas de volta a terra em novas formas de assentamento, onde Norris seria somente a primeira entre muitas cidades²¹⁴; essa proposta que se não foi totalmente aceita teve o mérito de quebrar o impasse e garantir a construção de um núcleo permanente. (HARGROVE, 2001)

Contando com uma equipe composta por engenheiros, cientistas sociais, planejadores, geógrafos e arquitetos, a principal contribuição de Draper à TVA foi a elaboração do estudo “*Os recursos cênicos do Vale do Tennessee*”,²¹⁵ no qual fundamentou-se o programa de parques e áreas de lazer. Já o projeto da cidade de Norris foi elaborado em conjunto com o arquiteto Roland Wank e foi considerado por Margareth CRAWFORD (1995: 196) como a “... expressão última de seu [Draper] estilo de planejamento rural.”, pois sintetizava a tradição do planejamento paisagístico de Omsted, para o qual as especificidades locais eram a base de criação do projeto, com as técnicas das cidades jardins que escolhera adotar.

O local escolhido para a construção da cidade situava-se a pouco mais de seis quilômetros (cerca de quatro milhas) ao sul da barragem, possuía terras relativamente férteis e topografia pouco acidentada, com acessos viáveis a Knoxville e Clinton. O desenho da cidade baseou-se no respeito às condições naturais do terreno, vias tortuosas com *loopings* davam origem a grandes quarteirões, onde as extensas áreas verdes eram entrecortadas por caminhos de pedestres, garantindo ao mesmo tempo um certo resguardo e liberdade de circulação. A diversidade do desenho das casas isoladas em lotes

²¹³ Earle S. Draper era arquiteto formado pela Universidade de Massachusetts e após ter trabalhado no escritório de John Nolen, onde “... recebeu um amplo treinamento em planejamento urbano, incluindo fundamentos de economia e aspectos sociais.” “... received a broad training in the principles of city planning, including a grounding in economics and social issues.” (CRAWFORD, 1995: 180), dirigindo-se posteriormente ao sul onde atuou como *landscape design* projetando, planejando e construindo inúmeras cidades têxteis (seu escritório trabalhou em mais de cem projetos de planejamento, adaptação e construção de cidades empresariais). Assim a experiência em planejamento e o profundo conhecimento da região fez dele uma escolha inevitável para o cargo de planejador regional da TVA.

²¹⁴ Earle Draper habituado a projetos de cidades empresariais havia-se acostumado a pensar no planejamento em moldes muito semelhantes aos de Arthur Morgan o que somado ao fato de ter sido contratado por ele desde os momentos iniciais de implantação da TVA, era tido como seu protegido e acabou por retirar-se logo após seu afastamento em 1940. Para Margareth CRAWFORD (1995) sua mudança para Washington foi devido ao interesse em difundir as funções do planejamento no nível governamental, passando a preocupar-se mais com problemas urbanos e deixando de para trás o planejamento rural

²¹⁵ “*The scenic resources of the Tennessee Valley*”.

irregulares²¹⁶ baseavam-se na tipologia vernacular indígena das casas que haviam sido inundadas pelo represamento do rio. O único edifício de dimensões significativas foi a escola,²¹⁷ localizada num grande círculo na área central da cidade. Um cinturão verde e a freeway de acesso a Knoxville marcavam o fim da cidade, contribuindo para limitar suas possibilidades de crescimento.

“Construída em menos de um ano, Norris foi terminada no fim de 1933. A cidade tornou-se vitrine do regionalismo e planejamento comunitário do New Deal.” (CRAWFORD, 1995: 199) e apesar dos elogios de Raymond Unwin, como mostra o trabalho de Michael McDONALD e John MULDOWNY (1982) ela fracassou miseravelmente em cumprir o objetivo de transformar a vida dos “esquecidos”²¹⁸. O fracasso da cidade, que entre outras coisas caracterizou-se por um elevado grau de discriminação contra os negros, é atribuído mais à indefinição quanto aos parâmetros de atuação institucional do que ao projeto urbano, pois foi uma cidade que já nasceu como fruto de uma ambigüidade tendo que servir tanto como alojamento provisório quanto como assentamento permanente, como mero alojamento e como comunidade auto-suficiente, como experimento e como modelo.²¹⁹

Percorrendo toda a trajetória da Tennessee Valley Authority, observa-se que, mesmo antes de seu nascimento, a TVA fora sempre uma questão de âmbito nacional, sendo colocada e tratada como uma questão de orgulho nacional, embasada pela necessidade de garantir o bem da nação, da democracia americana. Primeiramente, devido à ameaça de dependência do nitrato importado, a preocupação principal residia na produção de nitrato para fabricação de munição; quando essa passou a ser a produção de fertilizantes, a recuperação de áreas degradadas foi vista como básica na garantia do futuro; ao sobressair a exploração dos cursos d’água para navegação e controle de enchentes, mais do que um direito, o que foi questionado foi a democratização do uso de recursos naturais; e quando o ponto em destaque passou a ser a produção de energia, somaram-se a todos os aspectos apontados acima o desejo de desenvolvimento através da industrialização. O que no contexto histórico em que se insere, fez do projeto da Tennessee Valley Authority mais do que um projeto de desenvolvimento, nas palavras de Erwin HARGOVE (2001: 22): *“A TVA foi um dispositivo rooseveltiano para criar a esperança, para o sul e para a nação, de que a recuperação econômica e uma vida melhor estava ao alcance.”*,²²⁰ ela foi um projeto para a nação, pois, mais do que um símbolo, pretendia-se um espelho

²¹⁶ Eram cerca de 30 (trinta) projetos diferentes e a sua disposição no lote variava grandemente de um para o outro. (CRAWFORD, 1995)

²¹⁷ A escola de Norris é considerada tanto por CRAWFORD (1995) como por McDONALD & MULDOWNY (1982) como o coração da cidade, o último inclusive argumenta ser esse o único estabelecimento que realmente mereceria elogios, pois cumpriu efetivamente sua função, atraindo pessoas de outras localidades e servindo de modelo a outras comunidades.

²¹⁸ Em seu livro *“TVA and the dispossessed”* Michael McDONALD e John MULDOWNY (1982) analisam os resultados da TVA pelo ponto de vista daqueles que foram o objeto do projeto, a partir das suas raízes (grass roots), concluindo que o processo de reassentamento dos “afogados” levou ao abandono da região, sendo que os que desfrutaram das transformações foram os recém chegados.

²¹⁹ O fracasso da cidade, que se chamou “Subúrbio da TVA”, também se verifica por sua incapacidade de atrair a população, sendo que após os primeiros anos, com a conclusão da barragem, verificou-se um decréscimo da população. A dificuldade de manutenção da cooperativa e dos estabelecimentos comerciais pela TVA, em termos auto-sustentáveis, também indica a busca de outros centros comerciais para satisfazer as necessidades de consumo dos moradores (o posto de combustíveis era o único estabelecimento lucrativo e que foi mantido em posse da autoridade). Estas dificuldades foram apontadas por McDONALD & MULDOWNY (1982) como elementos significativos na decisão de venda da cidade em leilão público em 1948.

²²⁰ *“TVA was a Rooseveltian device to create hope, for the south and the nation, that economic recovery and better life were within reach.”* (MORGAN apud HARGROVE, 2001: 22)

onde seus sucessos refletiriam os sucessos do país, projetando uma imagem positiva e inquestionável de sua capacidade de realização, que poderia ser verificada em cada obra realizada. E é enquanto tal, enquanto vitrine da TVA que a cidade de Norris atesta seus sucessos e fracassos; nela está exposta a ideologia que a originou, os princípios que a guiaram, estão em evidência suas vitórias, mas também seus fracassos, pois assim como a TVA que deveria ter se constituído num modelo para outros projetos de desenvolvimento regional pelo país, que nunca aconteceu, Norris é descrita não como cidade modelo mas como um “subúrbio no meio da paisagem”²²¹.

²²¹ “*Suburb in the wilderness*”

Fig. 30: Usina de Nitrato2
(NEW DEAL NETWORK, s.d.)

Fig. 31: Rio Tennessee
(NEW DEAL NETWORK, s.d.)

Fig. 32-33: Área sob administração da TVA
(GOOGLE, s.d.)

Fig. 34: Barragem de Norris
(HUXLEY, 1944)

Fig. 36 e 37: Casas em Norris
(HUXLEY, 1944)

Fig. 35: Barragens da TVA
(HUXLEY, 1944)

Fig. 40: Planta de Norris
(CRAWFORD, 1995)

Fig. 38 e 39: Casas em Norris
(HUXLEY, 1944)

II.3.2 O PROJETO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Para Nicolau SEVCENKO (1998: 08) as transformações ocorridas nos últimos anos do século XIX e início do XX, não têm precedentes na história, "*... nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos.*" No Brasil, todo esse processo de transformação seria sentido de forma profunda, devendo-se, ainda, somar às transformações de ordem internacional às mudanças políticas e sociais de caráter nacional, dentre as quais destacam-se a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e o fluxo imigrante. Assim, ao mesmo tempo em que todos estes acontecimentos se sucediam, a necessidade inadiável do progresso tecnológico impregnada o processo político, identificando a república ao progresso e a monarquia ao atraso, as novas aspirações da elite exigiam que se aceitassem

"... os ponteiros brasileiros com o relógio global susc[ando] a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização à qualquer custo. ... era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexco co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas." (SEVCENKO, 1998: 27)

Para PENNA (1999), o período que sucedeu a Proclamação da República²²² teria sido marcado por uma intensa euforia, um tempo auspicioso que se convencionou chamar "*Belle Epoque*", mas que não era imune a problemas de todas as ordens. Politicamente, intensificavam-se as divergências internas²²³; estouravam conflitos de norte a sul do país²²⁴; economicamente se somavam aos problemas decorrentes do Encilhamento a crise do café e da borracha e os empréstimos realizados no exterior; socialmente, a chegada do contingente imigrante, ao mesmo tempo que supria as demandas dos proprietários rurais, colaborava na exclusão da mão-de-obra nacional do mercado de trabalho, aumentando a massa desempregada nas cidades, já transformadas em local propício para disseminação de doenças (tifo, febre amarela etc).

A necessidade de superação desses problemas e a firme convicção de um futuro grandioso para a república brasileira, passaram então, a requerer um diagnóstico mais preciso, que permitisse a consecução desse provir. A formulação desse diagnóstico levaria à conscientização da necessidade de reconhecimento da própria realidade do país, de seu povo, sua natureza e sua história, tornando inviável a negação do passado.

Partindo do questionamento das razões da própria unidade nacional, o Brasil pareceu trilhar o caminho inverso de outros países, que tendo em comum fatores como economia, política, território, língua, identificação étnica, religiosa ou meramente afinidade entre indivíduos iriam lutar por sua

²²² Embora não seja objeto desse trabalho a análise do XV de novembro, a colocação de Penna, parece acertada, não encarando o ato em si como um golpe militar, mas sim como uma reunião de fatores que favoreceu a ação militar. Visto que contemplava anseios já expressos de grupos sociais que se batiam contra o império. (PENNA, 1999)

²²³ Com os jacobinos criticando mais veementemente as contradições do discurso federalista, na medida em que ficava mais claro que o liberalismo dos federalistas, visava somente a manutenção dos privilégios de autonomia das oligarquias locais, que se explicitaria com a "política dos governadores" e o "convênio de Taubaté" e a "política café-com-leite", a resposta viria com a Reação Republicana. (PENNA, 1999)

²²⁴ Dentre esse se encontra: Canudos – BA, Revolta da Armada –RJ, Revolução Federalista –RS, Revolta da Chibata –RJ, Contestado –SC, etc.

independência enquanto nação²²⁵. O Brasil, já independente, teria primeiramente que precisar qual sua economia, seu território, língua, identidade étnica, religiosa e política, para então se apresentar como nação.

Da política à cultura, o movimento intelectual que se desenvolveu a partir da proclamação da República até a década de 20, caracterizou-se por um questionamento constante da realidade brasileira, esse período

“... denominado pré-moderno, evidencia o enorme esforço despendido pela intelectualidade do tempo para compreender o Brasil. As múltiplas representações produzidas procuravam, por meio da relativização e reinterpretção de matrizes provenientes do exterior, divisar um amanhã promissor para um país mestiço e tropical que parecia fadado à incompletude.” (LUCA, 1999 : 34)

Dessa compreensão do país, que percorria questões como território, cultura, sociedade, etnia, política e economia, podia-se distinguir duas facções – uma defensora da industrialização, vista como inevitável e salvadora; e outra que via nela a causa de grandes males, como o esvaziamento do campo e desvio de capitais (investimentos), defendendo uma vocação eminente agrícola para o país. Mesmo assim, os mais ferrenhos defensores da vocação agrícola reconheciam o paradoxo presente na necessidade de articular interesses agrários e industriais, a fim de viabilizar a modernização do campo, tornando a industrialização um fator inevitável para a salvação da produção rural. Por essa via, tornou-se possível compatibilizar interesses, fazendo com que, sem abandonar sua vocação eminentemente agrícola, o Brasil buscasse industrializar-se. Agricultura e indústria haviam deixado de ser opostos inconciliáveis. (MENDONÇA, 1997)

A INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Tentativas para dar início à industrialização do Brasil já vinham sendo feitas desde 1808. Pelo menos era essa a intenção declarada pelo Regente D. João, quando promulgou o decreto de 1º de abril de 1808, que também promovia a abertura dos portos brasileiros às nações amigas e que objetivava “... inaugurar, no Brasil a era industrial com o objetivo de multiplicar a riqueza nacional, promover o desenvolvimento demográfico e dar trabalho a um certo elemento da população que não se acomodava à estrutura sócio-econômica vigente, ...” (LUZ, 1978: 20) Porém, conforme observa Luz, não se efetua a “... industrialização de um país por um simples decreto concedendo liberdade econômica.” (LUZ, 1978: 21), mesmo porque como salienta Gabriel COHN (1982 : 284), “A industrialização é um processo, ... [e portanto] ... implica em um conjunto articulado de mudanças, e é por essa via que ela se distingue da simples criação de indústrias, ...” Assim a identificação de diversos tipos de indústria como a do açúcar, de tecidos, a naval e mesmo algumas experimentações de siderurgia, ainda no período colonial, não poderia ser indicativa do desenrolar de um processo de industrialização no Brasil (LIMA, 1976).

²²⁵ Estes são os fatores apontados por Hobsbawm (1990) em “O apogeu do nacionalismo : 1918-1950”, que justificariam ou justificaram a constituição de nações independentes nesse período.

Somente na década de 1840, quando expiravam os tratados de tarifas reduzidas firmados com a Inglaterra se viabilizaram as primeiras medidas protecionistas. O objetivo das novas taxas aduaneiras incluía não somente a proteção à indústria nacional. Deveriam também “*preencher o déficit do Estado*”, sendo o desenvolvimento de uma “*inusitada atividade industrial, ... favorecida pela tarifa ligeiramente protecionista de Alves Branco, principalmente um reflexo da expansão econômica do Brasil, nessa época.*” (LUZ, 1978: 35), mais do que consequência das novas tarifas. Às inúmeras dificuldades (falta de capital, dificuldade em encontrar mão-de-obra capacitada e equipamentos, instabilidade política, mercado consumidor incerto) enfrentadas pelos empreendedores industriais, vinha se somar uma oposição cada vez mais voraz por parte dos produtores rurais, segundo os quais o custo da proteção à indústria recaía totalmente sobre a agricultura.

Defendendo a adoção de uma política alfandegária liberal, os principais argumentos apresentados por produtores agrícolas e importadores possuíam forte apelo social e referiam-se à subserviência a um número reduzido de indústrias, o que acarretava uma elevação do preço dos produtos, que nem sempre atingiam a mesma qualidade dos importados. Já os defensores da política protecionista alegavam que somente a industrialização seria capaz de promover a independência econômica do país, pois “... *atrairia para o país braços e capitais estrangeiros, ocuparia uma população urbana desocupada, ..., livraria o país da vulnerabilidade de uma economia monocultura e, abastecendo o mercado interno, diminuiria a importação, aliviando a balança comercial*” (LUZ, 1978: 68)

Essa oposição, no entanto, não significava uma postura anti-industrial, mas uma tentativa de evitar o desvio de recursos financeiros e de mão-de-obra, já bastante escassos, para outras atividades. (LUZ, 1978) Para Boris FAUSTO (1982: 231), porém, “... *o jogo dos setores agrários, responsabilizando a indústria pela alta do custo de vida perante as populações urbanas, demonstram que não havia identidade de interesses entre as duas facções*”, resultando num processo de “*industrialização por rupturas*”, ou seja, intercalando-se vitórias e derrotas, sucediam-se momentos de crescimento e estagnação, o que acabou por dificultar a formação de um grupo social homogêneo, de uma burguesia industrial brasileira.

Ainda para Boris FAUSTO (1982), essas disputas possuíam fundo mais político do que econômico, sendo marcadas pela competição entre grupos regionais, com o objetivo de conquistar o poder central. Dessa maneira, o crescimento da cafeicultura na região sudeste, com seu subsequente fortalecimento econômico, significou uma concentração das disputas nessa região, principalmente entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, aparecendo o estado do Rio Grande do Sul com papel secundário.

A expansão da produção agrícola exportadora, destacadamente a cafeeira, e o desenvolvimento industrial do Brasil durante a Primeira República estão fortemente vinculados, como mostram Celso FURTADO (1958), Wilson SUZIGAN (2000) e outros. Em sua análise, este último autor aborda quatro aspectos explicativos do desenvolvimento industrial brasileiro: a teoria do choques adversos, a expansão das exportações, o desenvolvimento capitalista e a intervenção das políticas governamentais.

Aprofundando as interpretações adotadas por diferentes autores²²⁶, Suzigan coloca que o desenvolvimento industrial anterior a década de 30 foi “... *induzido pelo crescimento da renda interna, resultante da expansão do setor exportador, principalmente o café*”, ocorrendo, mesmo durante o período de crise nas exportações, crescimento da atividade industrial (SUZIGAN, 2000: 28). Procedendo a uma qualificação mais específica das teorias ao caso brasileiro, Suzigan constata que embora o capital levantado devido à expansão das exportações incitasse o desenvolvimento industrial, tido como uma “extensão do capital cafeeiro”, não estabelecia uma relação linear, mas contraditória entre acumulação cafeeira e investimento industrial, pois, além de num momento de crise das exportações o mercado interno ser capaz de manter aquecida a produção, ao subordinar-se ao comércio de exportação, a produção industrial estava também subordinada ao mercado internacional, sendo tão incentivada quanto limitada por ela.

Quanto à eficiência das políticas governamentais, auxiliando o desenvolvimento industrial, Suzigan, mostra-se cético, afirmando que restringiam-se a algumas regulações da tarifa aduaneira, incentivos e subsídios esporádicos e investimentos em infraestrutura. Essa opinião, no entanto, não é partilhada por Nícea LUZ (1978: 208), que afirma que “[se] *não obtiveram os industrialistas uma tarifa verdadeiramente protecionista, não deixou, contudo, o governo de recorrer a outras medidas para satisfazer a indústria brasileira*”. No entanto, seria somente na década de 1930 que o governo federal adotaria algumas medidas verdadeiramente protecionistas.

Outro fator que parece ter colaborado para as freqüentes oscilações na defesa da indústria nacional advém do debate sobre a realidade brasileira que toma corpo durante a Primeira República. Através de viagens, expedições, mapeamento e catalogação da flora, fauna, geologia, hidrologia e etnia, a intelectualidade nacional buscava desvendar a realidade do Brasil, tido como um “desconhecido jovem gigante”. Essa busca de auto-conhecimento era, no entanto, mais do que uma tênue tentativa de fazer as pazes com o passado; através dele é que se tornaria possível vislumbrar um futuro para a nação brasileira, determinar qual sua verdadeira vocação. Seria a partir desse novo quadro que se traçariam os caminhos que levariam o país em direção ao progresso. E

“[por] mais divergentes que fossem estas análises a respeito da realidade nacional, pelo menos em um ponto todos pareciam concordar: o Brasil, com suas fronteiras quase continentais, ostentava um patrimônio geográfico invejável, que o distinguia dos demais países. ... No início do século XX, período em que a voracidade das potências imperialistas parecia não ter limites, as dimensões do país insuflavam o orgulho nacional.” (LUCA, 1999: 86)

Foi assim que, em nome da produção nacional, surgiu “... paralelo ao protecionismo industrial, um protecionismo agrícola, traduzindo-se ambos num amplo movimento a favor da defesa da produção nacional.” (LUZ, 1978: 79)

A defesa da produção agrícola não excluía o desenvolvimento industrial, enfatiza Sonia MENDONÇA (1997: 83), e mesmo a pauta do movimento Ruralista, diante do diagnóstico de crise e atraso

²²⁶ Analisando a questão dos choques adversos, SUZIGAN (2000) compara as posições de Furtado e Tavares relativas a expansão das importações Dean, Nicol, Peláez e Leff; para o desenvolvimento capitalista tardio utiliza: Silva, Mello, Tavares, Cano e Aureliano; e para a intervenção governamental toma F.R.Versiani e M.T.Versiani

verificado nesse setor, incluía quatro “... grandes linhas de intervenção [propostas no debate ruralista] como capazes de superá-los: povoamento/colonização; educação; modernização/racionalização produtiva e crédito/cooperativismo.”, nas quais a modernização implicava não somente o desenvolvimento de uma 'agricultura científica', mas na mecanização da produção no campo.

Já o discurso nacionalista-industrialista apresentava-se fundamentado em duas facções distintas: uma apoiada no conceito de "indústria natural x indústria artificial" e outra defensora de um protecionismo industrial irrestrito. Tidas como indústrias naturais estavam aquelas cuja matéria-prima era de procedência nacional, enquanto que o rol das artificiais incluía aquelas dependentes de matéria-prima importada. A produção siderúrgica, contudo, mesmo dependendo do carvão importado, por ser considerada “mãe de todas indústrias”, acabava por esquivar-se dos ataques mais vorazes, surgindo como ponto de discórdia sua vinculação, ou não, à exportação de minérios, riqueza que certamente faria o futuro da nação.

Esse debate é que faria com que a história da defesa e implantação da siderurgia no Brasil se apresentasse fortemente vinculada ao exame da exploração do minério de ferro. Porém isto não se deve simplesmente à presença de jazidas abundantes o suficiente para viabilizar uma produção ou exportação em massa, mas à carência de recursos financeiros, carvão mineral e tecnologia nacional. Essa ausência levou a uma corrida ao exterior, a partir da década de 1940, principalmente aos Estados Unidos, quando a vinda desses recursos ficou definitivamente condicionada à exportação de minério de ferro. Fruto destas transações, a Companhia Vale do Rio Doce, constituiu-se num elemento de grande importância para o desenvolvimento da indústria siderúrgica nacional, pois, embora todo o debate anterior tivesse como principal objetivo o estabelecimento de um parque siderúrgico nacional, foi somente com a implantação de uma política definitiva, relativa à exploração de recursos naturais, no caso do minério de ferro, com a consolidação da Companhia Vale do Rio Doce, que se viabilizou seu estabelecimento.

FERRO E SIDERURGIA NO BRASIL

A primeira tentativa de produção de ferro no Brasil ocorreu ainda no século XVI. Dela tomou parte Afonso Sardinha que, tendo verificado a existência de minério de ferro no Morro de Araçoiaba²²⁷, ali “... começou em 1590 uma fábrica de ferro de dois engenhos para a fundição do ferro e aço ...” (CÂMARA DE SÃO PAULO apud VERGUEIRO, 1979: 06) Tendo passado por várias mãos a fábrica funcionou até 1629, ficando posteriormente abandonada. Tendo sido reativada somente em 1770, funcionou por cerca de seis anos, quando, ainda incapaz de prover lucro significativo, nem possuir alvará régio, foi mais uma vez fechada. Seguiu-se um novo período de abandono, sendo construída sobre suas ruínas uma destilaria de açúcar. Sob a tutela do Conde de Linhares, então ministro da Guerra, desde 1800 a montanha de Araçoiaba vinha sendo examinada com a finalidade de ali construir uma nova fábrica de ferro. Para executar os planos, em 1810, o capitão Frederico Luís Guilherme Varnhagen foi chamado de Portugal, onde dirigia a Real Fábrica de Figueiró dos Vinhos. Os trabalhos de construção e operação da Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema ficaram a cargo de uma equipe sueca, comandada por Carlos Gustavo Hedberg. Seguiu-se, no entanto, uma série de desentendimentos entre Varnhagen e Hedberg, devido principalmente a suspeitas de que nem Hedberg nem seus conterrâneos possuíam conhecimentos suficientes para dar prosseguimento aos trabalhos, resultando no afastamento de Varnhagen. Somente quando se tornou patente a incompetência e a má índole do sueco, que Varnhagen foi reconvocado, concluindo a construção da fábrica em 1818 e colocando-a em operação. Porém, mesmo tendo funcionado por muitos anos,²²⁸ essa fábrica jamais foi capaz de dar lucro²²⁹. (VERGUEIRO, 1979; LIMA, 1976; “Industrialização de base”, jan/1956)

Outras quatro iniciativas datam ainda do período imperial: a Real Fábrica do Morro de Gaspar Soares (ou Morro do Pilar, próximo a Congonhas – MG), a Fábrica Patriótica (ou Fábrica de Ferro do Prata – MG) e duas de Monlevade (em Caeté e São Miguel de Piracicaba – MG).

A cargo do Intendente Câmara,²³⁰ a construção da Real Fábrica do Morro de Gaspar Soares teve início em 1808 e foi concluída em 1825, graças ao auxílio do engenheiro alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege. Sempre dando prejuízos, a fábrica foi se deteriorando aos poucos, sendo seus últimos bens liquidados em 1831. No segundo projeto, Eschwege também estava envolvido e, com o apoio do Conde de Palma, começaria a construção da Fábrica Patriótica (Congonhas - MG) em 1811, obtendo a primeira corrida de ferro em 1812. Embora essa iniciativa tivesse auferido pequeno lucro, a fábrica foi fechada em 1822. (ESCHWEGE, s/d) Uma nova tentativa para produção de ferro na Região de Minas

²²⁷ O Morro de Araçoiaba localizava-se em Biraçoiaba, posteriormente Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, a atual cidade de Sorocaba - SP

²²⁸ Nem Heitor Ferreira LIMA (1976), nem Nicoulau Pereira de Campos VERGUEIRO (1979) mencionam por quanto tempo permaneceu funcionando a fábrica de Ipanema, Mário Lópes Leão, no entanto, coloca que foi reativada entre 1864 e 1869, devido a necessidade de ferro para confecção de armamentos durante a Guerra do Paraguai, o que leva a considerar a possibilidade de ter funcionado de forma intermitente, até as últimas décadas do século XIX.

²²⁹ SOARES E SILVA (1972) salienta que o derradeiro problema de Ipanema e que contribuiu de forma decisiva para seu fracasso, era a qualidade do minério não adequada aos fornos suecos, onde usualmente se empregava um minério muito mais ácido e puro. Porém, ainda segundo Soares e Silva, não havia tecnologia suficiente na época para detecção ou mesmo solução do problema.

²³⁰ Manuel Ferreira da Câmara Bithencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e Diamantes.

Gerais foi a do engenheiro francês Jean Antoine de Monlevade²³¹. Formado como o segundo melhor aluno pela Politécnica de Paris, Monlevade ganhou uma viagem de estudos, escolhendo como destino o Brasil²³². Após ter trabalhado em diversos locais com Eschwege associou-se a Luiz Soares Gouvêa, para construção de um alto-forno em Caeté, que entrou em funcionamento em 1818, mas que também acabou sendo abandonado. Também à Monlevade se deve a experiência de maior sucesso do período, quando seguindo para São Miguel de Piracicaba – MG, “... em vez de um alto-forno, êle construiu algumas forjas catalãs e ensinou seus escravos a arte de fazer o ferro.”(BAER, 1976: 78) Esse empreendimento durou toda sua vida e, já no século XX, seria sobre esse mesmo sítio que a siderúrgica Belgo-Mineira iria construir sua nova sede. Além dessas fábricas de maiores dimensões, ESCHWEGE (s/d) menciona a existência de pelo menos 16 pequenos fornos²³³, que se incumbiam de produzir ferramentas para a lavoura e mineração, (LIMA, 1976; SOARES E SILVA, 1972) também no levantamento do conselheiro Crispiniano Soares (presidente da província) em 1864, há uma estimativa de cerca de 120 unidades, indicando ser essa uma atividade conhecida desde cedo na região. (“A iniciativa,...”, out/1943, OBSERVADOR nº 93)

Fazendo um apanhado da siderurgia brasileira nesse período, o General Edmundo SOARES E SILVA (1972), ressalta a ausência de técnicos e acadêmicos preocupados com o problema, acreditando que os esforços por parte da coroa foram tenazes, constantes e generosos. Já Heitor LIMA (1976: 162), acredita no contrário; para ele essa indústria não teve o “... desenvolvimento que merecia, principalmente por carência de apoio governamental e pela falta de continuação de nossa economia, localizando-se em lugares distantes dos principais centros de produção.”

Já durante a Primeira República, sucessivos avanços e retrocessos marcaram o ritmo do desenvolvimento da siderurgia brasileira, tendo sido ao longo desse período que entraram em cena atores decisivos para o desenrolar desse drama. Tendo como pano de fundo um quadro político e econômico pouco estável à nível nacional e um cenário internacional dominado pelas expectativas de uma guerra, as primeiras décadas da República brasileira pareciam condenadas a assistir a permanência do país como importador de manufaturas e exportador de matéria-prima. Nas palavras de Paul SINGER: (1984: 216) “... o Brasil permanece inteiramente à margem da Segunda Revolução Industrial até ao fim deste período.”(1885-1930)

A partir de 1910²³⁴, no entanto, começam a se desenrolar alguns episódios que marcariam de forma definitiva o processo de industrialização do país, em especial o nascimento da indústria de base. O primeiro, dentre eles, foi certamente a constatação das abundantes jazidas de ferro brasileiras, através

²³¹ SOARES E SILVA (1972: 25) apresenta o engenheiro francês com o nome de Félix Monlevade, afirmando serem escassas as informações a seu respeito.

²³² Na revista O Observador Econômico e Financeiro – XCIII, especula-se sobre a opção do Monlevade pelo Brasil ter sido consequência da correspondência que vinha trocando com José Bonifácio. (OBSERVADOR, nº 93, 1943)

²³³ Sendo o da Fábrica de Ferro do Prata (Itabira do Mato de Dentro) o único com maiores proporções, havendo fábricas de ferro também em: Vila do Príncipe, Antonio Pereira e Cocais (ESCHWEGE, s/d).

²³⁴ PELÁEZ (1972), no entanto localiza a realização do Congresso de Estocolmo em 1908, talvez se confundindo com a convocação feita pelo Presidente Roosevelt nesse mesmo ano.

da apresentação de estudos no Congresso Internacional de Estocolmo (DORNAS FILHO, 1945)²³⁵, que acabaram por despertar o interesse de investidores estrangeiros. (PEREIRA, 1967; PIMENTA, 1950). A tabela a seguir apresenta algumas das empresas que viriam a adquirir jazidas no Brasil (PELÁEZ, 1972: 178).

	JAZIDA	EMPRESA COMPRADORA
AMERICANO	Alegria e Cota	Brazilian Steel Co.
	Morro Agudo	The Brazilian Iron and Steel
	Caué e Sant'Ana	The Brazilian Iron and Steel
INGLÊS	Conceição e Esmeril	Itabira Iron Co.
ALEMÃO	Córrego do Meio	Phel Hartenback (representante do sindicato alemão)
	Córrego do Feijão	Deutsche Luxemburgische-Bergsweks Aktiengesellschaft
FRANCÊS	Candoga	Société Franco-Brasilienne
	Serra do Mascate	And Bernard Gôudechax & Cia.
	Jangada	Bracuhy Falls Co.
	Nhotin	Société Civile des Minas de Fer de Jangada Bracuhy Falls Co. (franco-belga)
BELGA	Gaia	Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira(Acieres Reunies de Burbach-Eick-Deudelange S.A.)

A atração despertada pelo relatório apresentado por Orville Derby²³⁶ fundamentava-se em dois aspectos principais: primeiramente a abundância de minério e em segundo seu alto teor de ferro. As vantagens do minério de ferro brasileiro, comparativamente ao de outras localidades pode ser mais bem compreendida levando-se em conta os dados apontados por N. J. G. POUNDS (1966). Ao distinguir os diversos tipos de minério de ferro como a hematita, magnetita, limonita, siderita, etc., bem como uma relação das impurezas mais recorrentes nestes minérios, tais como o enxofre, manganês, sílica, titânio, fósforo etc., o autor salienta o maior teor de pureza da magnetita (~72.4%), seguido pela hematita (~70%) e limonita (60%), bem como o quanto algumas impurezas chegam a ser desejáveis, como o manganês, enquanto outras podem inviabilizar a exploração do minério, como o enxofre. Seguindo com uma análise das fontes mundiais de ferro, Pounds afirma não ser possível precisar com exatidão as dimensões das reservas de ferro no mundo, mas acredita que o Brasil

“... poderá vir a ser o maior depósito de minério de ferro de alta qualidade do mundo. As jazidas maciças de

²³⁵ A realização do Congresso Internacional de Estocolmo em 1910, foi fruto de uma convocação do Presidente Roosevelt, que receoso quanto ao abastecimento de recursos naturais para o parque industrial americano, em 1908, levou a cabo um extenso levantamento das fontes de recursos nacionais, concluindo ser necessário um levantamento mundial, a fim de que pudesse ser estabelecida uma política americana mais definitiva. (PEREIRA, 1967: 28)

²³⁶ Durante o governo do Presidente Afonso Pena, o então Ministro da Viação Miguel Calmon, havia organizado a Comissão Geológica do Brasil responsável (1907) pelo Serviço Geológico e Minerológico do Brasil, cuja finalidade era um levantamento completo dos recursos minerais, questão levantada pelas tentativas de exploração do carvão em Santa Catarina. Assim o território nacional foi dividido em três distritos: o sul, das jazidas de carvão, pelo qual ficou responsável Paulo Oliveira; o Central, compreendendo Minas Gerais, à cargo de Gonzaga Campos; ficando Antonio Olinto incumbido do Norte enquanto a direção geral atribuída à Orville Derby. Foi, portanto, baseado, principalmente no relatório já realizado por Gonzaga Campos que se fundamentou o trabalho apresentado por Derby em Estocolmo. (SOARES E SILVA, 1972 : 49)

Minas Gerais são de uma hematita de alto teor, de origem sedimentar. No melhor deles a sílica foi lixiviada, deixando um minério macio e facilmente trabalhado, com até 68% de ferro. As reservas reais deste minério foram calculadas em 16.250 milhões de toneladas, e as reservas potenciais em muito mais do dobro.” (POUNDS, 1966: 61),

sem contar as reservas do Mato Grosso e outras menores em São Paulo, Bahia e no vale do Amazonas.

Assim, o minério brasileiro leva vantagem sobre o americano que, embora de alto teor é de difícil extração, visto suas reservas serem subterrâneas; já o minério Inglês, relativamente abundante e de fácil extração, é de baixo teor de pureza; o francês e luxemburguês, embora abundante e de alto teor de ferro, ou encontra-se em camadas profundas ou em reservas individualmente pequenas; o ferro alemão, também abundante e de alto teor, exige exploração subterrânea; já as jazidas suecas são extensas e de boa qualidade, tendo como inconveniente somente a dureza do minério; a Noruega possui jazidas semelhantes às da Suécia, porém bem menores; na Europa Ocidental (Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Bulgária e Romênia) as jazidas são pouco significativas volumetricamente; na Espanha, Itália e Portugal, destaca-se o minério de Bilbao e Elba, porém, enquanto o primeiro possui baixo teor o segundo encontra-se quase esgotado; os abundantes minérios russos são de baixíssimo teor de pureza; já a Índia possui boas e grande jazidas, inclusive de fácil extração, enquanto o Paquistão tem suas melhores reservas nas montanhas "inacessíveis do Norte"; Vietnã, Birmânia e Malásia limitam-se a exportar o pouco minério que possuem; China e Coreia possuem reservas ainda pouco exploradas ou conhecidas; espera-se poucas novidades, restando somente a de Musan com alguma significação; no Japão, a exploração das inúmeras pequenas jazidas não é considerada compensatória; a Austrália e a Nova Zelândia são também países com boas e abundantes jazidas, porém pouco exploradas; enquanto na América do Sul, excetuando-se o Brasil, somente a Venezuela apresenta reservas minerais de qualidade, mas elas já se encontram totalmente dominadas por empresas estrangeiras, em especial a Bethlehem Steel Company, americana. (POUNDS, 1966).

No Brasil, às vantagens apresentadas anteriormente, somavam-se ainda a existência de uma possível via de escoamento, a ferrovia Vitória a Minas e o baixo custo para aquisição das jazidas. Além do que

“Pelo regime constitucional brasileiro de então, as minas pertenciam ao proprietário do solo, fosse este nacional ou estrangeiro, de modo que a aquisição de jazidas era uma transação das mais simples: não havia necessidade de trabalho de pesquisas, nem para localizá-las, nem para a estimativa da quantidade do minério de ferro, e do seu respectivo teor, porque os mapas e os dados divulgados no Congresso de Estocolmo eram os seus melhores e mais seguros guias.” (PIMENTA, 1950: 119)

Além dos investidores estrangeiros, essa corrida despertou a atenção da parcela interessada no desenvolvimento de um parque siderúrgico nacional. Para esse grupo, a mera exportação do minério não era vantajosa; além disso, numa análise mais cuidadosa passou-se a verificar que algumas das companhias estrangeiras que haviam adquirido jazidas no Brasil, na verdade não tinham a intenção de explorá-las a curto prazo. A finalidade da compra residia na possibilidade de controle da oferta do produto e a conseqüente manutenção de seu preço no mercado internacional, garantindo ainda a posse

de reservas significativas para o futuro. Esse era o caso da St. John Del-Rey Mining Company²³⁷, proprietária de jazidas no vale do Rio Paraopeba desde o Império e que até 1934 não havia cogitado explorá-las. (PEREIRA, 1967)

Nos primeiros anos da república “*a exploração das minas de ferro não preocupava o Governo de então. A sua atenção estava voltada mais para as minas de carvão, situadas no sul do País.*” (PIMENTA, 1950: 115), tendo sido, inclusive, em função das expectativas geradas pela possibilidade de exploração desse mineral que se constituiu o Serviço Geológico e Mineralógico, que produziria o relatório apresentado em Estocolmo e se modificaria a legislação, a fim de incentivar sua exploração, regime que facilitaria a aquisição das jazidas por grupos estrangeiros. (SOARES E SILVA, 1972)

Outro fator que pesava contra a instalação de usinas siderúrgicas no país, em especial na região do Vale do Rio Doce, era a ausência de carvão mineral de boa qualidade, pois mesmo as jazidas do sul do país não apresentavam características condizentes, naquele momento,²³⁸ à sua utilização para a produção siderúrgica, enquanto o carvão vegetal, facilmente produzido na região, devido à abundância de matas, não era considerado adequado para uma produção de qualidade e em grande escala.

Isto, contudo, não significa a ausência total de tentativas de estabelecer uma siderurgia de grande porte no território nacional. Embora em discurso o Presidente Nilo Peçanha se mostrasse pronto a incentivar a instalação de grande siderúrgica²³⁹, o auxílio governamental efetivo era considerado escasso, situação que só melhoraria em 1918 com a concessão de empréstimos e garantia de fornecimento para o Estado. Em consequência desses pequenos incentivos, diversos projetos foram apresentados ao governo, destacando-se entre eles o da Itabira Iron Ore Co. e o de Wigg e Trajano de Medeiros. (SOARES E SILVA, 1972). Porém, enquanto o primeiro seria intensamente debatido até a década de 1930, o segundo mesmo recebendo facilmente a concessão, jamais chegou a concretizar-se. Houve ainda diversas tentativas de estabelecimento de siderúrgicas, mas muitas delas naufragaram já nos primeiros anos, devido à falta de capital ou de experiência por parte de seus proprietários. Como reflexo dessa situação, a produção brasileira de aço gusa, mesmo tendo dobrado, sofreu um acréscimo pouco significativo na primeira década do século XX. (BAER, 1976)

Constituídas nesse período, GOMES (1976) enumera três usinas: a Usina Esperança, Usina Burnier e Usina União. Grande destaque deve ser dado à Usina de Esperança (em Itabira do Campo, hoje Itabirito – MG), pioneira na utilização do carvão vegetal. Na verdade, a adoção desse processo foi fruto de seu re-aparelhamento, visto ter sido construída ainda em 1888 pela firma Amaro e

²³⁷ A St. John Del Rey Mining Company Ltda. seria posteriormente adquirida pela Hanna dando ensejo a mais um episódio da luta pela manutenção de nossas jazidas minerais. (PEREIRA, 1967)

²³⁸ GOMES (1976), diz que os problemas apresentados pelo carvão nacional, se devem a elevada proporção de cinzas que produz, entupindo com facilidade as saídas do forno e a grande quantidade de enxofre, que durante o processo acaba sendo transmitida para o ferro. Porém estudos realizados pelo Prof. Fleury Rocha, que em 1924 enviara diversas amostras para serem analisadas em laboratórios da Europa e Estados Unidos, já indicavam a possibilidade de utilização do carvão de Santa Catarina para o coque metalúrgico, embora o do Rio Grande do Sul não fosse indicado.

²³⁹ Em 1909, o Presidente Nilo Peçanha, oferece “... *privilégios especiais de monopólio e de subsídio com o fito de induzir capitais, quer nacionais, quer estrangeiros, a estabelecerem uma indústria de aço de grande escala.*” (BAER, 1976: 80) e em 1910, “... *concede redução de fretes nas estradas de ferro federais, isenção de direitos de consumo e outros favores, a indivíduos e empresas que montasse no Brasil estabelecimentos siderúrgicos.*” (GOMES, 1976: 149)

Gerspacher, de propriedade de Amaro da Silveira, Alberto Gerspacher, Carlos G. da Costa Wigg e Henrique Hargeaves que, com pouco capital disponível e experiência insuficiente, logo a venderam (GOMES, 1976: 143). Foi adquirida pela empresa Forjas e Estaleiros em 1891, que comprara além da usina e suas minas, as minas de Itabira do Campo, de Monlevade e Antonina (todas em MG), a antiga fábrica de Ponta d'Areia (Niterói –RJ) e a serralheria de Manuel Joaquim Moreira & Cia., com a intenção de produzir ferro e produtos metalúrgicos. Vendida novamente, a Usina Esperança passou às mãos de José Joaquim Queiroz Júnior, chamado o "Bandeirante do Ferro" devido à qualidade da produção que alcançara na Usina de Esperança utilizando carvão vegetal. (“A iniciativa ...”, out/1943” OBSERVADOR Nº 93) Tal qualidade seria posteriormente citada como exemplo da viabilidade da utilização do carvão vegetal para o coque siderúrgico na região do vale do Rio Doce e que o habilitaria a fornecer material para produção de armamentos (granadas e tubos de ferro fundido centrifugado). (GOMES, 1976)

A Usina de Burnier, segundo GOMES (1976: 146), foi uma “irmã gêmea da de Esperança”, tendo em comum com ela inclusive Carlos G. da Costa Wigg como sócio, além do filho de Alberto Gerspacher, J. Gerspacher. Embora estivesse em funcionamento até pelo menos a década de 1970, jamais teve a mesma importância histórica da Usina de Esperança.

O mesmo pode-se dizer da Usina União (Arraial do Inflacionado, à margem do Rio Piracicaba, no sopé da Serra do Caraça), que teve suas atividades interrompidas muito mais cedo. De iniciativa do engenheiro Alberto Betim Paes Leme, J. Alberto Martins da Costa e José Gomes de Almeida Costa, sua falta de êxito foi atribuída à dificuldade de obter financiamento e à deficiência de transportes, devido a interrupção da linha da Central do Brasil em Ouro Preto. (GOMES, 1976)

Entre a 1ª Guerra Mundial e a década 1930, com frequência, surgiram unidades pequenas, cuja produção de ferro e aço apresentava-se como atividade complementar à principal, esse era o caso, por exemplo, da Aços Paulista (São Paulo – SP, 1919) e da Dedini S.A. (Piracicaba – SP, 1920). Contudo, o crescimento do consumo interno de manufaturas de ferro e aço, especialmente de laminados, fazia com que quase a totalidade do produto fosse importado, pressionando o governo a tomar medidas mais efetivas no incentivo da produção nacional. Mas foi somente no final da Primeira Guerra Mundial, com o decreto de 1918 referido acima, que algumas empresas seriam beneficiadas (em 1922, a Usina Esperança usufruiria dos benefícios dessa legislação, através da isenção de privilégios quando comprada por J. J. Queiroz)

Assim, além da ampliação da Usina Esperança por Queiroz Júnior que a tornou o empreendimento mais bem sucedido do período, em 1917 foi fundada a Companhia Siderúrgica Mineira (Sabará – MG), dos engenheiros Amaro Lanari e Cristiano Guimarães. Essa companhia iria associar-se à Acieries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange (através da intermediação do Príncipe Alberto), acabando por constituir a Companhia Belgo-Mineira. Reunindo capital belga, luxemburguês e brasileiro, promoveria a construção de uma nova e moderna fábrica em Monlevade (1934), a primeira usina integrada do país, sendo considerada por alguns autores como o acontecimento mais

significativo na siderurgia brasileira da década de 30. (BAER, 1976)

Mais quatro usinas, apontadas por GOMES (1976), foram construídas antes da década de 1930: a Usina de Caeté (Caeté – MG), Usina de Rio Acima (Rio Acima – MG), Usina de Morro Grande (Santa Bárbara – MG) e Usina da Saudade (Barra Mansa – RJ). Destas, somente a Usina de Caeté, de propriedade de João Pinheiro (especializada na produção de refratários), não contou com a participação do engenheiro J. Gerspacher, que ainda trabalhou na Usina de Baldomero Barbará (Barra Mansa – RJ) e é tido pelo autor como um dos grandes contribuidores da siderurgia nacional.

SUZIGAN (2000) e GOMES (1976) lembram ainda da fundação da Companhia Eletro-Metalúrgica Brasileira e da Eletro-Siderúrgica Brasileira. Tendo a primeira sido fundada pelo engenheiro Flávio de Mendonça Uchoa, em Ribeirão Preto – SP, em 1921. Com fornos elétricos, essa empresa recebeu incentivos governamentais através da isenção de impostos, inclusive federais. A crise de energia elétrica de 1925 e o aumento nos fretes de minério proveniente de Minas Gerais, apesar do recebimento de benefícios públicos, levaram-na à falência em 1929. O caso da Eletro-Siderúrgica Brasileira, de Juiz de Fora – MG foi semelhante. Implantada por Acácio Teixeira em 1907, foi inaugurada somente em 1921 e fechada ainda na década de 1920, sem ter recebido ajuda significativa do Estado.

Resumindo a atuação governamental referente ao incentivo à siderurgia durante a Primeira República, GOMES (1976: 152) coloca que:

“A República deixou morrer as forjas de Minas Gerais que, por modestas e primitivas que fossem, eram passíveis de melhoramento, especialmente com sua adaptação ao método catalão. Deixou morrer Ipanema, que, embora deficitária, foi um empreendimento útil. Deixou entrar em falência a usina de Monlevade, a mais próspera de todas antes da moderna fase da siderurgia nacional, que Francisco Paes Leme de Monlevade, um dos mais ilustres engenheiros do país, neto de João de Monlevade, tentou salvar. Nada fez até 1918 para amparar as novas usinas a carvão de madeira com fornos altos modernizados.”

O impulso que se querida dar, e se deu de fato, ao incentivo da criação da indústria siderúrgica no Brasil, teve a maior repercussão na terceira década do presente século. Usinas a carvão de madeira, de potência ainda modesta para a época, mas muito superiores às criadas no tempo do Brasil-Reino e do Brasil-Império, e cuja produção se contava por toneladas e não por arrobas, com uma tecnologia moderna e um funcionamento não deficitário, começaram a ser instaladas no país.

A Fábrica de Ferros São João de Ipanema foi a primeira experiência de siderurgia a ser tentada no Brasil

Fig. 40: Vista da Fábrica Ferros
(anônimo, s.d.)

Fig. 41: Vista da Fábrica de Ferros
(OBSERVADOR n°93, 1943)

Fig. 42: Edifício sede da Fábrica de Ferros
(AUTORA, 2004)

Fig. 43-44: Residências da Fábrica de Ferros
(AUTORA, 2004)

Fig. 45: Parte da Nova Carta da Capitania de Minas Gerais com a localização das principais siderúrgica da região
(ESCHWEGE, s.d.)

Fig. 47: Usina Esperança
(OBSERVADOR, 1943)

Fig. 46: Usina Esperança
(OBSERVADOR, 1943)

Fig. 48: Local da antiga
Usina Esperança
(AUTORA, 2003)

Fig. 49: Forno da
Usina Esperança
(ITABIRITO, 1992)

A Usina Esperança (antiga Usina Queiroz Jr.) foi um marco no desenvolvimento do emprego do carvão vegetal como matriz energética na região.

Fig. 50: Vila operária da Usina Esperança
(OBSERVADOR n°93, 1943)

Fig. 51: Grupo Escolar Laura Queiroz
(ITABIRITO, 1992)

Fig. 52: Vila Operária da Usina Esperança
(AUTORA, 2003)

A ITABIRA IRON ORE COMPANY E A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Um episódio que germinara ainda nos anos de 1900, marcaria definitivamente a exploração do minério de ferro brasileiro. Protagonizado pela Itabira Iron Ore Company²⁴⁰, o projeto Farquhar, assumiu grande relevância na implantação da indústria siderúrgica nacional, que culminou com a realização dos Acordos de Washington, impulso primordial para o estabelecimento de parâmetros definitivos para a exploração e exportação do minério de ferro brasileiro e desenvolvimento da indústria de base no país.

A origem desse projeto relaciona-se à divulgação das extensas reservas minerais brasileiras, através do relatório de Gonzaga Campos. Antes mesmo de sua apresentação no Congresso de Estocolmo, o empreendedor inglês Gotto já averiguara *in loco* suas potencialidades e adquirira opções de compra, em 1909, de uma extensa área na região de Itabira – MG. Segundo SILVA (2000: 92), essa concessão contava “... com reservas de minério de ferro equivalentes a 1 bilhão de toneladas e área territorial de 76.800 km².” De volta à Inglaterra, Gotto fundou o Brazilian Hematite Syndicate²⁴¹ em nome do qual procuraria a direção da Cia. Vitória a Minas a fim de verificar as condições para exportação do minério por essa via.

Datando de 1901, a primeira concessão para construção dessa ferrovia objetivava dar vazão a crescente produção agrícola do Vale do Rio Doce, ligando Vitória – ES à Peçanha – MG. Em 1902, a concessão da Companhia Estrada de Ferro Bahia e Minas foi adquirida pela Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas e estendida de Peçanha a Diamantina. Quando, em 1909, a direção da empresa foi procurada pelo grupo inglês, haviam sido construídos 313 km de linha, no entanto, conforme estudos executados pela companhia, todo o traçado teria que ser reforçado; seria aconselhável também sua eletrificação, além de modificações no percurso a fim de que atingisse a região de Itabira. O custo final de transporte do minério por tonelada/quilômetro, apesar do acréscimo devido a tais modificações, foi considerado compensatório, levando a Brazilian Hematite Syndicate a interessar-se por sua aquisição (referente a 73.3%).

Contudo, antecedendo à consolidação das opções de compra, era imperativo confirmar a concessão desses novos favores junto ao governo. Obtida através do decreto nº 7.773 de 1909, embora não limitasse a quantidade de minério a ser exportada, concedeu um “privilégio de zona”, que representava praticamente o monopólio da região, e ainda ofereceu incentivos adicionais como a eliminação do limite de capital, com lucros garantidos pelo Tesouro Nacional (PELÁEZ, 1972), obrigava a companhia concessionária a

“... a sua custa, dentro do prazo de três anos, que era também o prazo para a estrada de ferro ficar construída até Itabira, a construir à margem da estrada, em ponto mais conveniente, escolhido de acordo

²⁴⁰ O episódio da Itabira Iron Ore Co. é descrito em toda a bibliografia estudada: PIMENTA, 1950; PEREIRA, 1967; PELÁEZ, 1972; SOARES E SILVA, 1972; GOMES, 1976; BAER, 1976; SILVA, 2000; SUZIGAN, 2000, não apresentando qualquer discrepância significativa. Esta forma procedeu-se a uma seleção nas citações conforme a maior ou menor profusão de detalhes, relativa ao enfoque dado pelo autor, salientando-se algumas das diferenças nas notas.

²⁴¹ O grupo Brazilian Hematite Syndicate possuía sua sede em Londres e era composto por: Baring Brothers, Cecil Rhodes, Ernest Cassel (proprietário de minas na Suécia) e C. Rothschild. (PELÁEZ, 1972)

com o Governo, um estabelecimento metalúrgico, de instalação aperfeiçoada, capaz de produzir, utilizando minério do país, numa média anual de 1.000 toneladas de produtos brutos de ferro.” (PIMENTA, 1950: 121)

Exercendo as concessões transferidas pela Brazilian Hematite Syndicate, a Itabira Iron Ore Co., fundada em 1911 por Cassel e Rothschild, iria em busca de capital nos mercados de Amsterdã e Paris. Entretanto, dois obstáculos dificultariam a obtenção de capital: o clima de instabilidade gerado pela possibilidade de uma guerra e uma maciça campanha nacional contra a exportação do minério de ferro. (PELÁEZ, 1972). Segundo BAER (1976), essa campanha partia principalmente de funcionários públicos federais e do Estado de Minas Gerais, para os quais era preferível aguardar uma escassez mundial do minério, para então exportá-lo de forma mais vantajosa. Sem conseguir o capital necessário para dar prosseguimento ao projeto, em 1918, a Itabira Iron foi vendida ao grupo formado pelas empresas British Ironmasters Dormann, Singel Ltd., Lloyds Bank e Lora Inverforth²⁴², “... outro grupo inglês de banqueiros e grandes negociantes de ferro. Esse grupo convidou um empresário americano Percival Farquhar para representar seus interesses no Brasil e solucionar os problemas técnicos e legais da exportação de minério.”²⁴³ (PELÁEZ, 1972: 181).

Visto como um “... *colorful engenheiro americano que tinha uma impressionante folha de serviços na América Latina*” (PELÁEZ, 1972: 181), Farquhar já era conhecido no país por seu envolvimento

“... na organização de uma série de empreendimentos, desde os últimos anos da década de 1890, e que abrangiam desde a construção da ferrovia cubana, ferrovia guatemalteca, a Companhia de Bondes do Rio de Janeiro, a Rio Light and Power Company, a Port of Pará, a Estrada de Ferro Madeira-Marmore, no interior do Brasil, até a promoção da criação de gado e atividades madeireiras no Sul do Brasil.” (BAER, 1976: 91),

que entre ações, arrendamentos e concessões tinha parte nas ferrovias: Mogiana, Paulista, Vitória Minas, Rede Ferroviária do Paraná, além da Madeira-Marmore e de incorporadoras imobiliárias como a Amazon Land Colonization Co., Brazil Land Cattle and Packing Co., Brazil Lumber and Colonisation Co.²⁴⁴, além de controlar um total de 138.648 km² (cento e trinta e oito mil e seiscentos e quarenta e oito quilômetros quadrados), área que Antéro do AMARAL (1915) calcula ser cinco vezes maior que a Bélgica. O que teve graves consequências, pois atraiu a atenção dos defensores da soberania nacional para o projeto da Itabira Iron Ore.²⁴⁵ Assim, ao mesmo tempo em que Farquhar conseguia minimizar as dificuldades na disputa entre americanos e ingleses pela primazia na concessão de favores do governo brasileiro, através da associação de capital americano ao sindicato, seu envolvimento em projetos tidos como imperialistas, fez com que o da Itabira Iron Ore Co. ganhasse quase que imediatamente fortes opositores.

No momento, Farquhar parecia ser, sem dúvida, a escolha mais acertada para chefiar a Itabira Iron e no ano seguinte já submetia um novo plano à apreciação do governo. Nele propunha que, em troca da

²⁴² Para PEREIRA (1967: 29), essa transação se deu em 1915.

²⁴³ As colocações de BAER (1976), SILVA (2000), PEREIRA (1967) e PELÁEZ (1972) quanto a chegada de Farquhar apresenta uma diferença sutil, enquanto para os três primeiros autores, Farquhar, apoiado por um grupo financeiro americano adquirira ações da Itabira, que buscava parceiros na América do Norte; para PELÁEZ (1972) ele fora chamado diretamente pelo grupo inglês que recentemente adquirira a Itabira Iron.

²⁴⁴ Manuel BANDEIRA (1973:192) inclui no curriculum de Percival Farquhar a responsabilidade de representar Société Anonyme du Gaz, Brazil Railway.

²⁴⁵ Entre os nacionalistas destaca-se Alberto Torres, Antéro Freitas do Amaral e Dr. Alberto de Faria, além de Monteiro Lobato, todos autores de artigos em periódicos do período que buscavam denunciar a infiltração do capital estrangeiro, em especial do Sindicato Farquhar, na economia nacional ameaçando a soberania do país. (AMARAL, 1915)

concessão para exportar 4 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (pelo porto de Santa Cruz – ES) e da liberação para construção de uma nova ferrovia de bitola larga ao lado da existente, construiria uma usina siderúrgica integrada, com produção de 1500 toneladas/ano, fazendo também o transporte, como carga de retorno e com frota da própria companhia, de carvão de pedra para abastecimento da usina. Entretanto, segundo PIMENTA (1972), Farquhar não tinha real intenção de construir a usina. Para o autor, sua inclusão na proposta de 1919 deve-se a modificações na legislação do Estado de Minas Gerais, pois em 1916, a fim de conceder favores à Cia. E. F. Vitória a Minas, o governo federal havia transformado a obrigatoriedade de construção da siderúrgica em facultativa, porém, antevendo suas intenções, o governador Artur Bernardes aumentou de 200 para 3.000 réis o imposto estadual pago por tonelada de minério exportado por empresas que não produziam ferro dentro do território mineiro. Fato que tornava inviável sua exportação sem a construção da siderúrgica. Essa hipótese, apoiada por PEREIRA (1967), é contestada por BAER (1976), afirmando que Farquhar teria feito grande esforço para juntar capital para construção da usina, o que não se efetivou somente devido à falta de interesse de investidores europeus e americanos em promover a indústria de base em países subdesenvolvidos.

Embora o projeto tivesse sido sancionado no ano seguinte, havia despertado novamente o clamor nacionalista, levando o presidente Epitácio Pessoa a submetê-lo à aprovação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas, onde aos interesses regionais mineiros se uniram aos dos industrialistas do Centro Industrial Brasileiro, dos engenheiros da Escola da Minas de Ouro Preto, de partidários da siderurgia nacional, produtores de carvão nacional, defensores da indústria local e membros da sociedade civil (SILVA, 2000). Seu registro no Tribunal de Contas também se deu sob protesto, obrigando a uma apreciação por parte do Congresso. Assim tomava corpo um embate que se prolongaria por mais 20 anos.

Em 1923, uma conferência nacional reunia representantes do Poder Legislativo, industriais e especialistas para estudar a questão da Itabira Iron. Suas conclusões transformaram-se em decreto legislativo que incentivava a construção de três grandes siderúrgicas por agentes nacionais nas regiões do Vale do Rio Doce e do Rio Paraopeba e na região carbonífera do sul do país, ou seja, desconsideravam por completo a proposta do americano em favor da produção nacional. (PEREIRA, 1967). Todavia, estas medidas nunca foram efetivadas e, em 1927, um novo projeto seria submetido por Farquhar. Nele eram dispensados alguns privilégios, como o monopólio do transporte (ferrovia e porto), a fim de se ver livre da obrigação da usina. Tendo agradado tanto ao Congresso Nacional como ao governo de Minas Gerais, em pouco mais de dois meses, já contava com todas as aprovações de que necessitava. A crise de 1929, entretanto, faria naufragar mais uma vez as tentativas de Farquhar. Segundo BAER (1976), passada a crise restava a Farquhar recorrer somente ao empresário alemão Fritz Thyssen. Porém, com Osvaldo Aranha como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, pouco simpático à Alemanha, seus planos foram vetados pelo governo.

Com Vargas assumindo a presidência,

*“[na] década de 30, o debate sobre o **regime legal das minas** assumiu o primeiro plano da agenda e se constituiu num dos aspectos mais importantes da legislação **nacionalista** adotada pelo governo. Associada ao desenvolvimento da siderurgia, a questão da exploração das reservas minerais se articulou com a percepção do atraso do **desenvolvimento econômico** do país. Como tal, a **siderurgia** foi considerada como o problema mais grave a impedir o desenvolvimento, fundando sólidos alicerces no **industrialismo** e na visão de **segurança nacional** então associada à propriedade de **recursos naturais**. Essa posição está claramente presente em Vargas e se expressa no interior do aparelho de estado tanto através de técnicos como através do segmento militar.” (SILVA, 2000, 97). grifo meu*

Através das palavras de Silva, pode-se observar alguns dos principais pontos que influenciariam o nascimento da Companhia do Vale do Rio Doce, que no fundo não deixavam de ser um mecanismo de controle do Estado, tanto sobre a economia, como sobre o território.

No âmbito nacional, a política centralizadora adotada por Vargas, assumia um caráter apaziguador, colocando as disputas regionais de lado em favor de um bem maior – a nação. Desta forma, os conflitos que opunham o setor industrial ao agrícola, cafeicultores a pecuaristas e burgueses a operários, deveriam ser suplantados pela defesa da produção nacional. Configurava-se, assim, uma postura claramente **nacionalista**, onde a concentração do poder na esfera federal era anunciada como uma forma de garantir o desenvolvimento uniforme da nação, pois possibilitaria que nenhum grupo fosse privilegiado em detrimento de outro, que os objetivos traçados para o futuro do país fossem atingidos sem qualquer desvio.

Nesse contexto, nada mais almejado para o futuro da nação brasileira do que sua ascensão a níveis mais elevados de desenvolvimento e independência. Fato que implicava em alcançar uma certa estabilidade financeira e equilíbrio na balança comercial, ou seja, desenvolvimento significava **desenvolvimento econômico**. Alcançar isto, demandaria todavia, não só mobilizar apoios políticos mas basicamente modernizar a economia brasileira, transformando a pequena produção nacional, quase artesanal, em produção em série, significava conduzir o país em direção à chamada “Segunda Revolução Industrial”.

O crescimento industrial, que fora no passado objeto de intensas disputas e embates regionais, despontava revestido de glórias. Como principal instrumento na promoção do desenvolvimento, a política industrialista adotada pelo governo constituir-se-ia em importante fator de integração nacional, pois a proliferação de indústrias pelo território geraria empregos, aumentando o poder aquisitivo de uma parcela da população que vivera até então de uma produção praticamente de subsistência, o que significaria sua inclusão no mercado consumidor, que por sua vez possibilitaria incremento da produção, além da redução das importações. Enquanto ideologia, o **industrialismo** assumiria também o papel de defensor da soberania nacional.

Embora fosse um país independente, há mais de um século, economicamente, o Brasil era ainda dependente. As relações comerciais internacionais que desde o Período Colonial faziam do país um exportador de matérias-primas e importador de manufaturas, durante a Primeira República pouco haviam se alterado, tendo inclusive se agravado muito com as sucessivas crises da borracha, do açúcar e do café. Essa dependência que, frequentemente, possibilitava a instituições estrangeiras extrair quantidades que pareciam cada vez maiores dos recursos naturais brasileiros, é que exacerbava o

sentimento de ameaça à soberania nacional. Além disso, a corrida pelas jazidas de ferro, ao ameaçar o desenvolvimento da siderurgia, colocava em risco a fabricação de armamentos, que num contexto de guerra configurava-se em ameaça à **segurança nacional**.

Assim o apelo por soberania é que conduziria a **siderurgia** a ser incumbida de responder aos clamores nacionalistas por segurança e desenvolvimento industrial mais amplo, pois com seu desenvolvimento a a manufatura básica do ferro, necessária a produção industrial, seria feita dentro do território nacional.

Reflexo dessa postura foi a grande atenção dada às questões relativas às condições de desenvolvimento desse setor, sendo criadas duas importantes comissões a fim de analisá-las: a Comissão Nacional de Siderurgia do Ministério da Guerra e a Comissão Revisora do Contrato do Ministério da Viação.

Tendo como principal meta um balanço da siderurgia no Brasil, a Comissão Nacional de Siderurgia, formada em 1931, publicou seu relatório no final de 1935. Suas principais conclusões, interpretadas por PELÁEZ (1972), indicavam o tratamento da questão siderúrgica em separado da exportação de minério de ferro: enquanto a solução do problema do combustível seria resolvida com a exportação de minério e importação de carvão, a da siderurgia caberia ao Estado empresariar e construir uma grande siderúrgica no Vale do Rio Doce. (TRONCA, 1984)

Com o vencimento do prazo para início das obras da Itabira, em 1930, a Itabira Iron Ore optou pelo pagamento de multa mensal pelo atraso, prolongando-o por mais doze meses. Após o vencimento desse novo prazo, o presidente convocou uma comissão para revisar seu contrato, a Comissão Revisora do Contrato de 1931. O relatório dessa comissão, apresentado no mesmo ano, partia de seis quesitos básicos, sendo suas recomendações apresentadas na forma de um novo contrato, que seria ainda submetido à Comissão Nacional de Siderurgia. Esse novo contrato incluía modificações nas cláusulas de forma a desvincular siderurgia e exportação do ferro, possibilitar o uso público das linhas férreas e dos portos, limitar as prorrogações dos prazos das concessões, incentivar a exportação do minério de ferro e impor maior limitação dos favores concedidos (taxas e alíquotas de impostos) etc. (SOARES E SILVA, 1972)

Para TRONCA (1984: 344), enquanto o relatório da Comissão Nacional de Siderurgia representava um veto ao projeto de Farquhar, o da Comissão Revisora o aprovava, inclusive prorrogando seus direitos por mais dez anos e congelando os impostos de exportação do minério. O autor salienta também que, enquanto a primeira comissão era formada por militares que durante os anos 20 já haviam se pronunciado contra esse projeto, o grupo que compunha o segundo contava, entre outros, com apenas um militar (único voto desfavorável ao relatório) e além de um representante da Itabira Iron Ore Co..

O contrato da Itabira Iron foi examinado por outras inúmeras comissões e órgãos *ad hoc*, tais como: Comissão dos Onze, Comissão de Obras Públicas e Transportes, Comissão de Segurança Nacional, Comissão de Transportes e Comunicações, Comissão de Finanças e Orçamentos da Câmara dos Deputados etc. Porém, a análise decisiva caberia ao Conselho Técnico de Economia e Finanças do

Ministério da Fazenda. (PELÁEZ, 1972: 187)

Estudando a atuação das forças armadas na processo decisório que levou à implantação da Usina de Volta Redonda, TRONCA (1984) coloca que até a instituição do Estado Novo em 1937, era clara a indecisão de Vargas quanto à adoção de uma política definitiva para a questão siderúrgica. Indecisão que se acentuava diante dos pareceres divergentes das entidades por ele convocadas a opinar sobre o assunto. Isso, todavia, não significava que essa questão tivesse passado para um segundo plano e, embora politicamente ela não se resolvesse, um arcabouço jurídico vinha se constituindo.

Uma das primeiras medidas nesse sentido foi à suspensão dos atos que implicassem na alienação ou oneração de qualquer jazida mineral, através de dois decretos de 1931. Dois anos mais tarde, a criação do Departamento Nacional da Produção Mineral, subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio tornava-se responsável por todos os assuntos referentes a mineração, do ensino técnico à geologia, da produção de energia ao aproveitamento das águas. Seguindo-se a implementação do Código de Minas e do Código das Águas, ambos decretos vinculados à Constituição de 1934, cujo principal mérito era a separação entre a propriedade do solo e a do sub-solo, ou seja, a partir deles todas as jazidas conhecidas ou desconhecidas foram incorporadas ao patrimônio da nação de forma inalienável e imprescritível. (SILVA, 2000: 98)

O interesse pelo minério brasileiro não cessara e, em 1937, a empresa americana DuPont mostrava-se interessada em investir no país, enviando uma equipe técnica para analisar a viabilidade da construção de uma siderúrgica. Constatando a existência de mercado para produtos laminados, propôs a construção de uma siderúrgica de carvão vegetal, que poderia situar-se em Vitória ou no Rio de Janeiro, com participação de aproximadamente 26% de capital nacional. Proposta que seria recusada pelo governo brasileiro, segundo BAER (1976), devido a fortes pressões por parte de nacionalistas.

Tratado a partir de 1937 sob um ponto de vista mais técnico do que político (TRONCA, 1984), o problema da siderurgia e da exportação de minérios foi destaque no discurso de Vargas em 1938, quando, mostrando-se bem a par da questão, afirmou considerar propostas que conjugassem a exportação de minério à siderurgia, implicassem elas no estabelecimento de empresas privadas (associando capital estrangeiro ao nacional), estatais ou paraestatais (associada ao capital nacional). Entre os projetos apresentados e que seriam submetidos a apreciação de órgãos consultivos estava os da Itabira Iron Ore Co. e de Raul Ribeiro da Silva e do engenheiro Denizot. (BAER, 1976)

Esses projetos seriam analisados por dois conselhos: o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Viação e o Conselho Federal de Comércio Exterior. Nestes conselhos a opinião do então Major Edmundo de Macedo Soares e Silva, professor de Engenharia do Exército e membro da Comissão Nacional de Siderurgia, desempenharia um papel decisivo. Tendo estudado metalurgia na França entre 1925 e 1930, Soares e Silva seria enviado novamente à Europa (Alemanha, França, Itália, Bélgica, Polônia, Holanda, Áustria e Inglaterra) em 1938, a fim de estudar seu estado de desenvolvimento tecnológico e a conseqüente possibilidade de absorção do minério de ferro brasileiro,

seguindo posteriormente aos Estados Unidos com as mesmas finalidades. (SOARES E MACEDO, 1972) Na opinião de TRONCA (1984), seriam suas colocações e argumentos, corroborados pelas informações que colhera nessas viagens, que mais fortemente influenciariam a política siderúrgica e de exportação de minérios adotada por Vargas.

Analísado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, o projeto de Denziot propunha-se a escoar o minério de ferro via Central do Brasil, tendo o Estado como mero financiador e regulador, enquanto o de Raul Ribeiro da Silva solicitava uma participação mais direta do Estado, como sócio, propondo-se a buscar empréstimos no exterior, pretendia o transporte do minério também pela Central do Brasil, além de construir uma usina siderúrgica e uma hidroelétrica na Ilha do Governador. Para tanto solicitava direito de desapropriação dos terrenos necessários, bem como isenção de todos os tipos de impostos e taxas. E, embora para o relator as maiores vantagens estivessem reunidas no projeto Itabira, o parecer dos conselheiros não lhe foi tão favorável. Estes apontaram outros aspectos considerados problemáticos e dos quais o projeto não dava conta; entre eles estavam a necessidade de estabelecimento da indústria de base no país, controle das minas por empresas estrangeiras, a longevidade das concessões ferroviárias e portuárias, possibilidade de aproveitamento do carvão nacional, excesso de favores concedidos etc. (SOARES E SILVA, 1972) O segundo parecer (1939), do Conselho Federal de Comércio Exterior, cujo relator era o Almirante Ari Parreira, ressaltava a necessidade de manter o monopólio da exportação de minério pela Central do Brasil, instituir uma indústria siderúrgica estatal e criar um instituto para regulação desse setor.

Chamado a opinar sobre o assunto, o então Major, Edmundo de Macedo Soares e Silva salientou a impossibilidade de exportação do minério para a Alemanha, em substituição ao sueco, pois as usinas alemãs teriam que se readaptar, sendo o minério brasileiro interessante para países como a Inglaterra e os Estados Unidos, cujo minério possui características semelhantes ao nacional, daí o interesse de Farquhar. A proposição de Soares e Silva mostrava-se a favor da separação entre indústria e exportação, da implantação de uma grande usina no Vale da Paraíba com hulha nacional e importada. (SOARES E SILVA, 1972; TRONCA, 1984)

Uma nova tentativa de interessar empresas estrangeiras a investir no Brasil seria incitada por Osvaldo Aranha (BAER, 1976: 99) e contaria com a participação intensa de Edmundo Soares. Buscando reaproximar o Brasil dos Estados Unidos, Aranha tratou de interessar a United States Steel Ltda. Que, em 1939, enviara uma comissão ao país. Acompanhada por Soares e Silva, a comissão propunha a construção de uma usina que misturaria o carvão nacional ao importado; localizar-se-ia na baía de Sepetiba – RJ e faria uso da ferrovia Vitória a Minas para abastecer-se de ferro. Conquanto as perspectivas fossem extremamente promissoras, contando inclusive com aprovação do governo federal, a Comissão Financeira da United States Steel considerara que a construção de uma usina no exterior naquele momento seria um risco muito grande. (SOARES E SILVA, 1972) A versão desse episódio apresentada por BAER (1976),²⁴⁶ afirma que essa desistência ocorreu devido a uma

²⁴⁶ cuja referência é Wirth,

modificação no Código de Minas no início de 1940, que proibia capitais estrangeiros na mineração e metalurgia, levando a empresa americana a fazer exigências quanto à garantia de direito sobre as minas, que, obviamente, não foram atendidas.

Ainda segundo BAER (1976: 101), “*durante 1940, grande número de companhias siderúrgicas e empresas consultoras de engenharia foi convidado a analisar os problemas siderúrgicos brasileiros*”. (Brassert, Arthur G. McKee, Wenner-Gren e Krupp). Seria somente com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, intensificando o receio norte americano da proliferação das idéias nazistas no sul do país, onde se concentrava uma populosa comunidade de imigrantes alemães, que se superaria a postura ambígua assumida por Vargas até então.

Contudo, a complexidade do contexto internacional que envolveu esse episódio parece levar a opiniões divergentes quanto a intencionalidade ou não das ações de Vargas na disputa que se instaura entre americanos e alemães pelo apoio brasileiro, uma disputa que parece assumir o caráter de jogo, com todos preocupados em não desperdiçar suas cartas, jogando-as sem explicitar suas reais intenções. Diferentes autores atribuem a cartas diversas a responsabilidade pela virada do jogo, a concessão do empréstimo americano para a montagem de uma usina siderúrgica de grande porte no Brasil, através da assinatura dos Acordos de Washington. Para TRONCA (1984) teria sido o discurso ambíguo de Vargas, interpretado como de apoio ao Eixo, levando o embaixador alemão no Rio a se pronunciar favoravelmente ao empréstimo solicitado para construção da siderúrgica, que despertara os americanos para a ameaça de perder o Brasil como aliado. Na opinião de PEREIRA (1967: 48), “... *a instalação de siderúrgicas no Brasil, no Chile e na Colômbia fazia até parte dos planos do Pentágono, de desconcentrar o parque industrial norte-americano, então seriamente ameaçado com as perspectivas de Hitler chegar a bom termo, em suas experiências com as bombas V2*”. Para BAER (1976) Vargas fizera declaradamente um jogo duplo. Enfatizou aos Estados Unidos a importância de um projeto siderúrgico nacional e convidou os alemães a apresentarem uma oferta, que fez com que os americanos acreditassem que teria aceito. Para Moniz BANDEIRA (1973), mais do que jogo duplo, Vargas na verdade já havia decidido que a instalação da indústria siderúrgica no Brasil seria feita por empresa nacional e estatal, carecendo somente de financiamento. Já para SILVA (2000: 100), depois de 1937, apesar

“... dos protestos dos credores privados norte-americanos devido à escassez da cobertura cambial, os Estados Unidos reorientaram sua política externa em relação ao Brasil renunciando a vantagens de curto prazo em favor de objetivos estratégicos de longo prazo. ... Assim, antes mesmo da entrada dos Estados Unidos na Guerra, as relações bilaterais com o Brasil se regiam por um clima favorável permitindo que, em maio de 1941, fosse assinado um acordo para aquisição de minerais estratégicos entre as autoridades brasileiras e o presidente do Export-Import Bank of Washington (EXIMBANK)”

Assinado ainda em 1940, devido à conjuntura da guerra, esse empréstimo só se concretizaria com a assinatura dos Acordos de Washington em 1942, quando então os 20 milhões de dólares passariam a 280 milhões²⁴⁷. Fazia parte dos Acordos a desvinculação entre siderurgia e exportação do minério de

²⁴⁷ O valor emprestado pelos Estados Unidos para TRONCA (1984) é de 200 milhões de dólares e não de 280 milhões e os Acordos são quatro e não seis como aponta SILVA (2000).

ferro, a exportação de minério seria feita somente ao governo britânico e à Metals Reserve Company, órgão do governo americano, seria efetuada a negociação das pendências da Itabira Iron Ore Co., cujas jazidas seriam adquiridas pelo governo britânico e transferidas, sem qualquer ônus, ao governo brasileiro; 14 milhões de dólares financiados pelos Estados Unidos deveriam ser aplicados na constituição de uma empresa exportadora, cujos equipamentos, tanto para o prolongamento e remodelação da ferrovia Vitória a Minas, quanto para reestruturação do porto de Vitória, deveriam ser comprados nos Estados Unidos, garantindo a exportação de 1,5 milhões de toneladas/ano, metade para cada país e a preços fixos por três anos, condição renovável até o fim da guerra. Essa companhia exportadora deveria ser brasileira, dirigida por cidadãos brasileiros e norte americanos, pelo menos até que se liquidassem as pendências com o EXIMBANK. (SILVA, 2000) Assim, o Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, além de criar a Companhia Vale do Rio Doce também determinava que as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e a Itabira de Mineração S.A., ambas do grupo Farquhar,

“(...) deveriam ser encampadas, os acionistas indenizados pelo governo federal, e os contratos em vigor rescindidos. Os bens das duas empresas, assim como os da Estrada de Ferro Vitória a Minas, seriam incorporados ao patrimônio da União e seriam administrados por um superintendente até a organização definitiva da Companhia Vale do Rio Doce.”(SILVA, 2000: 106)²⁴⁸

Outra determinação dos acordos constituía-se na construção de uma usina siderúrgica, que deveria ser realizada pelo Estado com capital e técnicos americanos e brasileiros (Caixas Econômicas e Institutos da Previdência e do Tesouro Nacional). A partir de então, com a definição do dimensionamento da usina, capacidade de processamento e produção, o grande impasse a ser vencido pela Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional²⁴⁹, presidida por Guilherme Guinle, dizia respeito à localização da usina, mais do que um problema de logística deveria satisfazer os requisitos da “*nova ordem territorial e urbana*” do projeto de governo de Getúlio Vargas, que pretendia a ordenação do território de modo que intensificasse “*... os fluxos e trocas internas, integrando o mercado nacional.*” (LOPES, 1993:23)

Em virtude disso, o debate que nascera ainda durante as décadas anteriores, no bojo dos projetos siderúrgicos apresentados por empresas particulares, nesse momento levava em conta prioritariamente a minimização dos deslocamentos no transporte da matéria-prima e do produto acabado e os custos nele envolvidos. Entre Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro a disputa era acirrada, com cada estado enfatizando suas vantagens enquanto os demais apontavam os obstáculos, pois, enquanto Minas Gerais abrigava as maiores reservas do minério, a distância do mercado consumidor e do carvão mineral ampliavam os gastos com infraestrutura, ocorrendo o oposto com São Paulo, onde os grupos de pressão enfatizam as vantagens do Vale do Paraíba, já com uma ampla rede ferroviária implantada e ponto intermediário tanto para o transporte dos minérios de ferro (Minas Gerais) e carvão (Rio Grande do Sul), como próximo aos principais mercados consumidores: São Paulo e Rio de Janeiro. Já

²⁴⁸ Seria com o capital oriundo das desapropriações de suas empresas que Percival Farquhar se uniria a empreendedores brasileiros para implantar uma usina de aços especiais na região do Vale do Aço, a Aços Especiais Itabira, que construiria a nova cidade de Timóteo.

²⁴⁹ Um outro aspecto que foi discutido pela comissão dizia respeito ao emprego do carvão mineral nacional, sendo enviada uma amostra para análise aos Estados Unidos. (OBSERVADOR nº 93, 1943)

no Rio de Janeiro, a própria capital apresentava condições bastante favoráveis como a facilidade de escoamento da produção pelo porto ou ferrovia, menor distância das minas de carvão do sul do país e abundância de energia e água. Considerado como fator de desempate a capacidade de defesa, segundo a qual a localização no alto da serra, seria uma vantagem estratégica, pois manteria a usina fora do alcance da artilharia naval, dependendo somente da defesa terrestre e antiaérea, ficando estabelecida pelo Decreto-Lei nº 3.002 de 30 de janeiro de 1941 sua localização no município de Volta Redonda, entre Barra do Piraí e Barra Mansa no Estado do Rio de Janeiro²⁵⁰. (COSTA, 1991)

A CIDADE DE VOLTA REDONDA

Para Alberto LOPES (1993) Volta Redonda está para o nacionalismo populista de Getúlio Vargas como Brasília está para o desenvolvimentismo liberal de Juscelino Kubitschek, ambas mais do que cidades-modelo, seriam “*cidades-monumento*” desses períodos da história brasileira. Assim

“Volta Redonda não seria um mero projeto fabril. Nem a escala nem a localização do empreendimento permitiram abandonar à sua própria sorte o imenso contingente de trabalhadores necessários à implantação e operação das instalações fabris. Além disso, a edificação da cidade operária permitiria estabelecer uma nova relação entre capital e trabalho, patrocinada exemplarmente pelo Estado” (LOPES, 1993: 55)

Para projetar este espaço, foi chamado um dos mais requisitados urbanistas do momento Atílio Corrêa Lima,²⁵¹ que propôs uma estrutura urbana quase linear, que num primeiro momento, dada sua inadequação ao sítio, foi rejeitado pela Comissão Executiva. No segundo projeto apresentado observou-se uma clara referência à Cidade Industrial de Tony Garnier, sem que no entanto se excluíssem suas contradições, pois, enquanto o desenho urbano dialogava diretamente com o projeto utópico, o confronto com a realidade o afastava dele, o que se devia ao fato de que os fatores que regiam os processos sociais em Volta Redonda serem diametralmente opostos aos da sociedade imaginada por Garnier. Esse era o caso, por exemplo, de sua inserção num contexto administrativo autoritário ao contrário da autonomia da cidade industrial do outro, ou ainda a vinculação com atividades agrícolas, quase ausente no projeto brasileiro e primordial para o francês. (LOPES, 1993)

O confronto com a realidade traria ainda outras consequências na construção da cidade, pois das 3.200 habitações programadas, até 1946 somente pouco mais de mil e quinhentas haviam sido construída (PIQUET, 1998). Isso fez com que o assentamento planejado como provisório (Rústico) fosse se tornando permanente, e regiões de prostituição e comércio livre de bebidas se consolidasse como “cidade livre”. Nesse período, podia-se distinguir três frentes de urbanização: a cidade nova, que vinha sendo construída nas áreas desapropriadas das fazendas Santa Cecília e Bom Retiro; a cidade velha, que crescia abrigando os empregados que não encontravam moradia disponível; e áreas urbanizadas por especuladores imobiliários.

²⁵⁰ Além do que Alberto LOPES (1993) aponta como fatores para a escolha de um local no Rio de Janeiro, a perspectiva de construção de novas unidades em Minas e São Paulo (USIMINAS/USIMINAS e Cosipa)

²⁵¹ Formado pela Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, em 1925 (com 24 anos), Atílio Corrêa Lima participou também do projeto das cidades de Goiânia e da Cidade do Motocross, além do Plano Urbanístico para o Recife (1942), além de grandes conjuntos residenciais em São Paulo

Assim a cidade é composta por um conjunto de ruas amplas, de traçado reticulado, que são organizadas paralelamente a dois eixos estruturadores: o primeiro é formado pelo conjunto de quarteirões do bairro Conforto, paralelo à linha férrea, em seguida vem a área comercial, ao lado da qual encontra-se outro bairro residencial - o Santa Cecília, que é cortado pelo segundo eixo, constituído por um parque linear. Enquanto nestes bairros predominam as casas geminadas com jardim e quintal²⁵², os morros, onde estão localizados os bairros Laranjal e Bela Vista, abrigam casas isoladas de diferentes estilos arquitetônicos, destinadas aos técnicos norte-americanos e oficiais mais graduados. Este “zoneamento urbano” somado aos diferentes modos de ocupação do espaço nas três áreas de expansão da cidade, constituiriam um território hierarquicamente segregado e que como mostra Claudia de SOUZA (1992), daria ensejo a conflitos sociais.²⁵³

A radical diferenciação entre o modo de vida propiciado àqueles que trabalhavam e residiam em casas da Companhia e àqueles excluídos, seria sempre um fator de inquietação, pois com os planos de expansão que se seguiram nas décadas de 1950 e 1970, a demanda por habitação continuava a transbordar, extravasando os limites das cidades, da nova, da antiga e da ilegal. Assim como em outras cidades empresariais, mecanismos de atração, coação, exploração e punição faziam parte do processo de arregimentação da mão-de-obra. No caso específico de Volta Redonda, o apelo ao patriotismo²⁵⁴ somava-se à possibilidade de desfrutar de outros benefícios, a criação de uma moeda de troca, o “boro”, e o poder de polícia representado pela presença da guarda da companhia, que detinha os infratores no chamado “Núcleo 100”. (COSTA, 1991)

Essa dualidade que Claudia SOUZA (1992) verifica na sociedade de Volta Redonda, entre “*incluídos e excluídos*”, nem mesmo após a abertura da cidade e sua emancipação do município de Barra Mansa, a mistificação da figura de Vargas, reunindo todos em torno de um projeto nacional, seria rompida.

Com relação aos conflitos urbanos tão pouco a emancipação da cidade e a institucionalização de uma prefeitura municipal, em julho de 1954, representou qualquer alívio, pois, ainda que a partir desse momento tenha sido possível notar um processo preparatório ao desligamento da usina com relação à cidade,

“A dominância da CSN no cenário local permitia o que podemos chamar de uma inversão de posições em sua relação com o Município. Não é o Executivo que instaura a discussão sobre matéria de sua competência e interesse; pelo contrário, o prefeito é ‘convocado’ para o estudo da tributação aplicável à empresa siderúrgica.” (SOUZA, 1992: 65)

O ano de 1973²⁵⁵ marca a abertura da cidade, com o início da comercialização das casas que, desde de

²⁵² A escolha de casas geminadas havia sido uma imposição por parte da CEPSN, apoiada pelo clero local, que acreditava ser essa aspiração dos operários brasileiros, em nítida oposição a idéia de Atílio Corrêia Lima que via nos edifícios de habitação coletiva a resposta para a minimização dos custos através do emprego da tecnologia. Seria somente com o plano de Hélio Modesto de 1953 que áreas de residências dariam lugar conjuntos habitacionais coletivos. (LOPES, 1993)

²⁵³ Além da habitação os empregados da CSN tinham acesso a escola, assistência médica e podiam freqüentar o clube.

²⁵⁴ Claudia de SOUZA (1992) salienta inclusive, que estes operários eram muitas vezes literalmente recrutados para trabalhar na CSN, visto que o abandono do emprego chegou a ser considerado crime de deserção, viam-se obrigados a passar por um verdadeiro ritual de iniciação a fim de serem contratados, era a transformação do “*JecaTatu em Arrigo*”.

²⁵⁵ Para SOUZA (1992) essa inflexão no modo de atuação da empresa vinha sendo gestada desde 1967, quando foi “instituída a era do planejamento”, através do Decreto-Lei n° 200 e quando foram feitos estudos para reformulação da estrutura organizacional da empresa.

1964, vinham sendo construídas através da CECISA (Imobiliária Santa Cecília)²⁵⁶, e a entrega dos equipamentos urbanos à municipalidade. Contudo, a declaração da cidade como área de segurança nacional, subordinada diretamente ao governo federal, manteria pelos 10 anos seguintes a supremacia das “vontades” da indústria sobre as da administração municipal.

Um sinal da capacidade de manobra da CSN em comparação à escassez de recursos enfrentada pela administração municipal é a constatação de que, enquanto inúmeras fazendas e áreas vizinhas à cidade eram invadidas ou loteadas ilegalmente, as terras pertencentes à companhia jamais foram invadidas, mesmo quando essa loteava terras mais distantes, mantendo uma área intermediária desocupada, para valorização futura. Os anos setenta seriam um período marcado por lutas sociais, em que os sindicatos e a igreja se firmariam como os principais grupos de pressão, um período que SOUZA (1992) considera de aprendizado para as lutas das décadas seguintes, quando entre os movimentos sociais, os conflitos urbanos estariam sempre representados.

E assim como a cidade-vitrine expõe, a cidade-monumento representa em suas ruas e edifícios as glórias e os fracassos dos projetos sobre os quais assentara suas bases.

²⁵⁶ Com o desenrolar da parte D do plano de expansão da usina, as tensões já bastante acentuadas, para conseguir moradia, fez com que a empresa se visse obrigada a buscar uma solução, que veio através da criação do Grupo de Trabalho de Estudo das Vendas das Casas, em 1961 e que três anos depois se transformaria numa imobiliária a CECISA, braço da política imobiliária da CSN e que atuaria de duas formas, aparentemente contraditórias: venda e construção de habitação. (LOPES, 1993)

Fig. 53: Mapa de localização da CSN
(OBSERVADOR, 1950)

Fig. 54: Propaganda de inauguração da CSN
(GEOCITIES, s.d.)

Fig. 55: Passeio pelo Santa Cecília
(OBSERVADOR, 1950)

Fig. 57: Vista da cidade e da CSN
(OBSERVADOR, 1950)

Fig. 56: O projeto da cidade operária
(LOPES, 1993)

Fig. 58: Vista do bairro Santa Cecília
(OBSERVADOR, 1950)

Fig. 59: O bairro Santa Cecília
em 1942
(CPDOC, s.d.)

Fig. 60: Escola Técnica
(OBSERVADOR, 1950)

Fig. 63-66: Residências
(OBSERVADOR, 1950;AUTORA, 2002)

Fig. 61-62: Área Central
(AUTORA, 2002)

Fig. 67: Vista geral da cidade e da usina
(AUTORA, 2002)

Fig. 68: O mosaico mineiro de Rugendas
(FAYET, s.d.)

O maior trem do mundo

O maior trem do mundo
Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão
O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância,
minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e
destruição.
O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo.
Meu coração itabirano.
Lá vai o maior trem do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei, não voltará
Pois nem terra, nem coração existem.

Carlos Dummond de Andrade
(FROCHTENGARTEN, 2004)

III.1 URBANIZAÇÃO E CIDADES EM MINAS GERAIS

Apesar do desenvolvimento econômico e do processo de urbanização do Estado de Minas Gerais não terem ocorrido de forma homogênea, consubstanciando a idéia do “mosaico mineiro”, eles tem um elemento embasador comum: a organização urbana gerada a partir da exploração aurífera nos séculos XVII e XVIII. Estrutura que, no momento de sua implantação, significou uma ruptura com o padrão marcadamente agrário e fundamentado nas fazendas, vigente no restante do país, e que foi interrompido com a decadência da mineração. Assim, embora a região designada “mineradora central” jamais tenha perdido completamente sua importância assiste-se, ao longo do século XIX, uma reversão do quadro gerado pela mineração do ouro, quando as cidades mais do que dominar o universo rural o haviam antecedido. Um quadro que a implantação de cidades siderúrgicas no segundo quarto do século XX reviveu.

Na primeira parte deste capítulo busca-se, através da análise bibliográfica, apresentar as condições sobre as quais se assentou o processo de urbanização gerado pela instalação de usinas siderúrgicas no Estado de Minas Gerais, mais especificamente no Vale do Rio Piracicaba. Já na segunda parte procura-se dar voz a fontes documentais a fim de conhecer as especificidades do Vale do Aço e do projeto, implantação e desenvolvimento das cidades siderúrgicas de Monlevade, Ipatinga e Ouro Branco.

III.1.1 URBANIZAÇÃO DOIRADA: CIDADES E TERRITÓRIO

Entendendo a “*natureza do processo de urbanização brasileiro*” como o modo com que se dá a relação entre a sociedade e a ocupação do território, Klara MORI (1999: 54) observa que desde seus primórdios até os dias atuais ela foi dominada pela visão do espaço brasileiro como uma “*dádiva natural, derivando das excelências da paisagem as perspectivas futuras do país*”. Assim a ocupação do território teve sempre uma estreita relação com o desenvolvimento de atividades produtivas, com a busca por riquezas levando à ampliação das fronteiras, cuja consolidação se dava a partir de sua efetiva ocupação.

Neste processo merece destaque a ocupação do território mineiro, especialmente após a descoberta das minas de ouro, pois ela marcou o início de “*...uma nova forma de colonização, altamente urbanizada, mesmo nas regiões mais afastadas do litoral...*”, quando a coroa portuguesa passou a assumir muitos dos encargos relativos à ocupação da colônia,²⁵⁷ a princípio transferidos aos donatários e colonos (REIS, 1999: 08).

²⁵⁷ Nas palavras de Nestor Goulart REIS (2000a: 21): “A maioria dos núcleos urbanos, instalados nos dois primeiros séculos de colonização, o foi pelo esforço e interesse dos colonos e donatários, com o estímulo da Metrópole mas sem a participação direta desta.”, sendo que das trinta e sete povoações fundadas entre 1532 e 1650 apenas sete o foram pela coroa portuguesa.

O novo projeto português para sua colônia americana²⁵⁸ viabilizava-se pelo estabelecendo de uma estrutura eclesiástica capaz de atingir²⁵⁹ todos os principais pontos de seu plano de ação, pois a difusão e o fortalecimento de instituições religiosas significava a possibilidade de intensificação do controle tanto fiscal quanto moral da população em áreas que ultrapassavam os limites das possessões portuguesas, além do que a vinculação das paróquias e dioceses a uma base territorial estável implicava na necessidade de institucionalização do poder em nível local. Assim, à reforma eclesiástica seguiu-se uma reforma jurídica, uma militar e uma administrativa, todas calcadas no fortalecimento da autoridade real via reforma urbana (FONSECA, 2001).

O impacto destas reformas fez-se sentir mais fortemente na província mineira, pois a necessidade de controle da produção de ouro²⁶⁰ levou a criação de novas vilas e cidades, assim enquanto no restante do território predominava a formação de grandes latifúndios decorrente das concessões de terras em sesmarias²⁶¹ e conseqüente papel secundário dos núcleos urbanos²⁶², o controle da produção aurífera dado pela concessão de datas²⁶³ e pujança das cidades mineradoras deste período, marcou profundamente a organização espacial mineira.

O conjunto de vilas e cidades²⁶⁴ formado na região das minas a partir do século XVIII constituiu uma “... trama urbana complexa e efervescente”²⁶⁵ (RODOARTE, 1999: 14), compondo-se de núcleos geograficamente próximos, originados de pequenos arraiais vizinhos às lavras que, com a exploração do ouro, haviam crescido e ganhado vitalidade, concentrando a maior porção da população da região. Esta distribuição original da população urbana reflete-se numa ocupação também específica do

²⁵⁸ O projeto português possuía quatro objetivos básicos: estabelecer um código de regulamentação para as áreas auríferas, definir uma jurisprudência sobre os aventureiros, refrear a crescente autoridade dos grandes proprietários e ampliar seus domínios territoriais frente aos espanhóis (DELSON, 1997).

²⁵⁹ A relevância desta medida adotada pelo governo português está no seu reflexo na estruturação das cidades mineradoras, pois com a implantação das igrejas antecedendo a constituição das cidades, ou mesmo a formação de um núcleo urbano, com a reforma urbana que tomou corpo durante o século XVIII, encontrou grandes dificuldades, pois a necessidade de incorporação das igrejas já existentes limitava a de escolha dos sítios e o traçado das vias.

²⁶⁰ A preocupação portuguesa com o controle da região das minas, que se resumia à garantia de seus rendimentos, tanto pela fiscalização da produção quanto pagamento de impostos, tornara-se mais difícil com o aumento da população na região das minas. Fato que ocasionara disputas pela concessão de datas e a abertura de caminhos de abastecimento (ABREU, 2002). Este fato levou a coroa portuguesa à constatação de que o efetivo controle e conquista da região aurífera não dependia da defesa contra estrangeiros, mas sim de assegurar o respeito à autoridade real.

²⁶¹ Que podiam tornar-se ainda maiores que as concessões iniciais devido à possibilidade de ampliação pelo usucapião ou direito de posse efetiva.

²⁶² Esta institucionalização do “fenômeno do latifúndio” (DELSON, 1997), teve como decorrência o que REIS (2000a) chamou “dispersão rural”, a qual se intensificou com o crescimento da produção açucareira, levando a pulverização da população nas fazendas, onde se localizava a principal atividade econômica²⁶². Este fato possibilitou a ampliação do poder dos grandes proprietários, que controlando terras, pessoas e recursos econômicos, adquiriam um poder que se não era suplantado, competia fortemente com a autoridade oficial sediada nos núcleos urbanos. Segundo Oliveira VIANA (1974), havia um antagonismo entre a política de colonização e a de exploração econômica ditada pela metrópole portuguesa, pois, enquanto se buscava concentrar nas cidades e vilas o poder, situando nelas as principais instituições políticas, o desenvolvimento de atividades produtivas nas fazendas gerava vigorosos núcleos dispersos, dificultando o controle e regulação das atividades econômicas coloniais.

²⁶³ As datas eram os terrenos auríferos, que possuíam dimensões bastante reduzidas em comparação às sesmarias.

²⁶⁴ O período que vai de 1711 até 1814, foi dividido pelo autor em três, sendo que entre 1711 e 1712 houve a elevação do três principais povoados à categoria de vila (Ouro Preto, Mariana e Sabará); entre 1713 e 1729 foram criadas seis vilas e entre 1789 e 1814 seis povoados foram elevados à vila. (RODOARTE, 1999)

²⁶⁵ Cabe destacar também o papel civilizatório atribuído às vilas e cidades, pois ao fazer contraponto ao vasto espaço desconhecido, despovoado e hostil, o sertão²⁶⁵, eram vistas como “sedes da civilização”. De maneira que a formação e consolidação das cidades mineradoras representavam uma rápida proliferação da “civilização” pelo território, fazendo com que o que antes fora considerado “... morada de índios e feras,... menos de meio século depois, surpreendentemente, já conta[sse] com núcleos urbanos bem sedimentados, aparelho burocrático, templos, irmandades religiosas e praticamente todos os elementos que constituem a vida social.” (SILVEIRA, 1997: 13)

território, dando origem ao que o autor chamou “estrutura urbana regionalizada”²⁶⁶.

III.1.2 O “MOSAICO MINEIRO” E SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO

Esta regionalização de Minas Gerais refere-se a uma diferenciação na sua estrutura produtiva que tem impactos sensíveis na sua organização urbana e segundo a qual as regiões não somente especializam sua produção, como se desenvolvem em ritmos e momentos diversos, sem que haja uma articulação e alavancagem entre elas, compondo a imagem do “mosaico mineiro”²⁶⁷. Esta visão baseada na diferenciação e especialização das atividades econômicas, no entanto, faz sentido somente a partir do momento em que o desenvolvimento de atividades específicas provoca alterações suficientes para diferenciar determinada área das demais (CUNHA, 2004), de modo que, às regiões e territórios designados *sertão e minas*, termos úteis na regulação das dimensões das áreas de concessão²⁶⁸ e determinação dos tributos a serem recolhidos, no correr do século XVIII somaram-se *currais, matos e campos*. Denominações que se devem ao desenvolvimento da atividade agro-pastoril ao longo dos caminhos no sul e norte da província e que, ao formarem uma paisagem de campos arados, caracterizaram as regiões dos *campos* e *currais*, opostas às áreas tomadas pela mata atlântica, os *matos*.

Esta organização em mosaico também teve reflexos na formação da malha urbana da província, verificando-se que no período da exploração aurífera a fundação de vilas e cidades concentrou-se no núcleo central minerador, enquanto a partir da segunda metade do século XVIII, com a abertura do novo caminho para o Rio de Janeiro²⁶⁹ e o incremento da produção agro-pastoril, núcleos urbanos começaram a proliferar no sudeste²⁷⁰. Assim, juntamente com a região central, a região sul e sudeste²⁷¹ são as que apresentam maior índice de desenvolvimento²⁷² e onde se localizam as cidades com maior

²⁶⁶ O entendimento da organização mineira em regiões tem suas raízes nos trabalhos de autores ditos “revisonistas”, que a partir da década de 1980 buscaram explicar como, como a decadência da mineração não levou a uma decadência da economia de todo o estado, permitindo que este mantivesse um elevado contingente populacional e escravos pesquisas conduzidas. Dentre estes autores Clotilde PAIVA (1996) destaca: Gorender e Cardoso, nos anos 1970 e nos 1980, destaca-se especialmente o trabalho de Martins, seguido por Slenes e Libby, entre outros,

²⁶⁷ Segundo Roberto Zimbrão Affonso de PAULA (2001) esta posição, também presente nos trabalhos de autores vinculados à Universidade Federal de Minas Gerais (Marcelo Godoy, Alexandre Cunha, Clotilde Paiva, Mario Marcos Rodoarte e Roberto Mont-Mór) foi proposta por J. Wirth.

²⁶⁸ Segundo CUNHA (2004), enquanto nos sertões era possível obter concessões de até três léguas, nas áreas das minas estas não deveriam exceder meia légua.

²⁶⁹ Enquanto Capristano de ABREU (2002), embora reconheça que as dificuldades de fiscalização na arrecadação de impostos e contrabando de ouro devia-se a proliferação de picadas, enfatiza a relação da abertura de um caminho mais direto das minas ao Rio de Janeiro pela necessidade de abastecer à região das minas, Rafael STRAFORINI (2006) acredita ser a fiscalização da produção aurífera seu principal objetivo.

²⁷⁰ Analisando a função das Estradas Reais, Rafael STRAFORINI (2006) coloca que a concessão de inúmeras sesmarias ao longo destes caminhos e próximas a região aurífera foi uma estratégia da coroa portuguesa que, juntamente com a concessão das datas auríferas concedeu cartas de sesmarias destinadas a suprir com produtos agrícolas os núcleos mineradores.

²⁷¹ Na divisão apresentada por Alexandre CUNHA (2002) para a primeira metade do século XIX, elas correspondem a quatro regiões: X, XII, XIII e XVI (respectivamente: Diamantina, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central-Oeste e Sudeste)

²⁷² Nível de desenvolvimento que é definido pelo autor pela demanda de bens especializados, ou seja, um mercado consumidor de produtos externos, o que geraria uma intensa circulação de capital, o oposto do que ocorreria em regiões de baixo nível desenvolvimento, nas quais predominaria o consumo de produtos locais. (RODOARTE, 1999)

nível de centralidade²⁷³, ou seja, aquelas onde se concentravam bens e serviços com alcance espacial mais abrangente²⁷⁴ (RODOARTE, 1999).

É no poder centralizador das cidades da região central que reside sua importância, pois mesmo com a decadência da produção aurífera e a decorrente redução do crescimento urbano não houve um abandono tão intenso destas cidades. Isto porque,

“Do ponto de vista econômico, as Minas estiveram longe de um cenário definido pela preponderância total da atividade mineradora, ou pela pequenez das atividades de mercado. Na verdade, a mineração não somente conviveu com o comércio, a agricultura e os ofícios como também serviu de suporte para o seu desenvolvimento.” (SILVEIRA, 1997: 87)

Uma produção diversificada que não se limitava à subsistência, abastecendo tanto o interior da capitania como as rotas para as capitanias vizinhas²⁷⁵, portanto de âmbito regional. Assim, mesmo antes do arrefecimento da euforia mineradora, enquanto o sul da província já se especializara na produção de gêneros de primeira necessidade e voltava-se o mercado do Rio de Janeiro, assistia-se a um significativo deslocamento dos habitantes da região das minas, os quais *“...passaram a se dedicar a várias outras atividades econômicas ocupando e desbravando territórios inexplorados a partir do núcleo minerador central.”*²⁷⁶ (RODOARTE, 1999:12),.

No entanto, uma vez que o comércio de mercadorias nas novas áreas de produção, tanto ao norte como ao sul, era controlado por comerciantes sediados em cidades do núcleo central, seu crescimento econômico não era acompanhado por um proporcional crescimento na ocupação do território (Paiva apud RODOARTE, 1999)²⁷⁷, encontrando-se aí um dos fatores que impediram que apesar do enfraquecimento produtivo da região mineradora central, suas cidades perdessem sua importância como centros regionais.

²⁷³ A análise do autor fundamenta-se teoria de Christaller, segundo a qual o nível de centralidade é dado pela oferta de bens e serviços ditos centrais, ou seja, aqueles cujo mercado mínimo é de grande extensão (em oposição a bens e serviços de consumo freqüente). A avaliação feita por Mário Marcos RODOARTE (1999: 61) estas atividades seriam as ocupações liberais (exceto religiosos), comerciantes e parte dos artesãos

²⁷⁴ Uma centralidade que é reafirmada pelos trajetos dos correios, cujas linhas regulares, analisadas por Mário Marcos RODOARTE (1999), mostra que ao longo de todo o século XIX há uma baixa integração leste-oeste nas porção norte, predominando as ligações norte-sul a partir de cidades do centro minerador e do sul Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Juiz Fora, Campanha, etc., havendo no sul da província uma rede com ligações mais complexas e estruturadas.

²⁷⁵ Roberta DELSON (2004), no entanto, demonstra que embora a produção têxtil centrada nas fazendas realmente fosse voltada para o auto-consumo, o desenvolvimento de uma atividade proto-industrial em fábricas nas cidades e comunidades criadas para esta finalidade, promovidas pela própria coroa portuguesa, eram destinadas a suprir a carência de produtos importados da Inglaterra. Uma produção que, apesar das distâncias envolvidas, era considerada como “substituição das importações”, pois considera o funcionamento da metrópole e colônia com uma unidade econômica.

²⁷⁶ Rodoarte refere-se ao trabalho de Clotilde PAIVA (1996)

²⁷⁷ Em seu estudo sobre o setor comercial de Minas Gerais no século XIX, Marcelo GODOY (2002) coloca que embora grandes comerciantes fossem, por vezes, também fazendeiros, suas aplicações mais substanciais estavam em imóveis urbanos e aplicações financeiras, o que ajuda a entender a maior concentração de comerciantes nas regiões de alto nível de desenvolvimento (chega a ser o dobro das de baixo nível de desenvolvimento) e em núcleos de maior centralidade (GODOY & RODOARTE, 2004).

III.1.3 INDUSTRIALIZAÇÃO E SIDERURGIA EM MINAS GERAIS

Em conformidade com a noção de “mosaico”, observa-se que ao longo do século XIX enquanto o centro da província continuava marcado pela atividade mineradora e concentrava suas primeiras indústrias modernas, ao sul propagava a cultura do café, algodão e do fumo, no oeste e norte predominava a pecuária de corte, enquanto a região leste mantinha-se praticamente desocupada. De tal modo que apesar da busca por novos territórios, induzida pela decadência da produção aurífera e a crise no sistema colonial português²⁷⁸ tivessem levado o governo imperial a oferecer benefícios fiscais e concessão de terras àqueles interessados em explorá-las, além de declarar guerra à nação botucuda,²⁷⁹ a região do vale do Rio Doce, continuou caracterizada como sertão até meados do século XX, quando a chegada da ferrovia e a implantação de grandes indústrias alterou definitivamente sua paisagem quase intocada.

Na opinião de Ricardo Zimbrão A. de PAULA (2001), a exemplo de seu processo de ocupação, a industrialização de Minas Gerais também ocorreu de forma regionalizada e pode ser dividida em três períodos, verificando-se em cada um deles a concentração de atividades industriais em diferentes regiões. O primeiro período, que vai até a década de 1890, foi marcado pelo desenvolvimento da indústria, especialmente a têxtil, na porção central do estado. Esta concentração da produção na região mineradora central (14 indústrias)²⁸⁰ também foi resultado do deslocamento do centro dinâmico da economia mineira oriunda da região norte após a década de 1870 e constituiu-se num dos fatores que ajudaram a amenizar o abandono das cidades desta região devido à queda da produção aurífera, contribuindo para a manutenção de sua centralidade. Conforme demonstra Roberta DELSON (2004), esta produção não estava concentrada somente nas cidades, nem se destinava unicamente ao consumo local e apesar das proibições de produção da manufaturas no Brasil e especificamente de tecidos em Minas Gerais ela nunca cessou, atingindo a expressiva soma de oito jardas (7,314 milhões de metros) entre 1827-28.²⁸¹

Entre as décadas de 1890 e 1930, observa-se um novo deslocamento do centro dinâmico da economia mineira, agora da região central para o sul, na zona da mata. Esta região que teve suas primeiras povoações formadas a partir da abertura do “caminho novo”²⁸², ao redor do qual se estabeleceram

²⁷⁸ A crise do sistema colonial refere-se a intensa pressão que as metrópoles não industrializadas, vinham sofrendo da Inglaterra para absorção de seus produtos manufaturados, levando-as a intensificar a exploração dos recursos naturais de suas colônias. No caso do Brasil, após a vinda da família real portuguesa, a determinação de incentivos fiscais para ocupação dessa área e é sintomática destas pressões, levando a tentativas de abertura de novas fronteiras. (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992)

²⁷⁹ A chamada “Guerra Justa” contra os botucudos, acusados dentre outras coisas de antropofagia, admitia somente duas soluções: civilizá-los ou extingui-los, sendo Guido Malière, militar francês incumbido de comandar a divisão do Rio Doce a partir de 1819, um dos poucos a preferir a primeira opção, sendo ele o responsável pela constituição de inúmeros aldeamentos que dariam origem a cidades como: Cataguases, Ubá, Muriáe, etc. Foi também Malière encarregado em auxiliar no transporte do maquinário da usina de Monlevade em 1827. (DIÁRIO DO AÇO, 1999)

²⁸⁰ Seguida pela porção norte (6), zona da mata (4), sul (3) e oeste (1)

²⁸¹ Justificada por desviar a atenção da população local da mineração para uma atividade menos lucrativa, além do acordo inglês de exclusividade de fornecimento para Portugal (Alvará de 1785) (DELSO, 2004).

²⁸² Enquanto o caminho paulista para as minas de Cataguases levava cerca de dois meses, mesmo o caminho antigo vindo do Rio de Janeiro levava menos de trinta dias (ANTONIL: 1982). O caminho novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas, descrito pelo Padre ANTONIL (1982: 78) seguia do Rio de Janeiro a Irajá; passando pelo ao engenho do alcaide-mor, Tomé

pontos de apoio às tropas que se dirigiam do Rio de Janeiro às minas, teve seu desenvolvimento industrial sustentado pela cultura cafeeira que dominou a região nas últimas décadas do século XIX. Transformada em principal centro armazenador da produção cafeeira²⁸³, a cidade de Juiz de Fora tornou-se importante centro comercial e bancário, o que lhe permitiu “... *uma maior concentração e acumulação de capital, refletidos no crescimento e na diversificação da economia urbana, engendrando um surto industrial.*” (PAULA, 2001: 76). A indústria que floresceu na zona da mata mineira neste período foi principalmente a têxtil e alimentícia (bebidas), contudo, sua dependência dos grandes centros (tanto externos para importar tecnologia e insumos básicos, quanto internos para absorver sua produção), bem como a escassez de infra-estrutura (energia elétrica, água, transportes e comunicação) e falta de representatividade política junto ao governo do estado, somados ao direcionamento da política industrial mineira visando sua centralização no entorno de Belo Horizonte a partir de 1930, foram fatores que levaram ao seu declínio²⁸⁴ (PAULA, 2001). Este período marcou uma reestruturação das cidades mineradoras, pois com a produção agrícola comandando o desenvolvimento de atividades urbanas alterou-se também o tripé sobre o qual se fundava sua noção de urbanidade: o excedente (ou produção), o poder e a festa. Assim, na cidade mineira que ganhou vida a partir da metade do século XIX o campo se sobrepõe ao urbano²⁸⁵, o Estado à Igreja e o laico ao religioso, numa inversão quase total do quadro anterior e que determinou uma relação urbano-rural que perdurou até a década de 1940, quando a industrialização tomou impulso no Estado (CUNHA & MONT-MÓR, 2000).

Um novo deslocamento do centro econômico para o centro do estado ocorreu entre os anos trinta e meados da década de 1950, quando a implantação do parque siderúrgico mineiro, combinada a políticas governamentais de centralização econômica fizeram da região central novamente o principal pólo econômico do estado (SINGER, 1968). Este deslocamento foi fundamental para consolidar Belo Horizonte como “...*centro de integração política e econômica do ‘mosaico mineiro’.*” (PAULA, 2001:

Correia; pelo porto do Nóbrega no rio Iguaçu, até o porto da freguesia de Nossa Senhora do Pilar; em canoa, subindo pelo rio de Morobaí, ou indo por terra, chegava-se ao sítio do Couto, daí seguia ao pouso que chamam Frios, às roças do capitão Marcos da Costa, do Alferes, e então ao Pau Grande, morro Cabaru, atravessava o rio Paraíba, na altura da venda de Garcia Rodrigues se passava ao rio Paraibuna, nas vizinhanças do qual se passava pela roça do Contraste de Simão Pereira; de “Matias Barbosa, e daí à roça de Antônio de Araújo, e desta à roça do capitão José de Sousa, donde se passa à roça do alcaide-mor Tomé Correia. Da roça do dito alcaide-mor se vai a uma roça nova do Azevedo, e daí à roça do juiz da alfândega Manuel Correia, e desta à de Manuel de Araújo..., que chamam da Ressaca, e desta à Ponta do Morro,” até o rio das Mortes. “E quem segue a estrada das minas gerais da roça sobredita de Manuel de Araújo da Ressaca do Campo, vai à roça que chamam de João Batista; daí à de João da Silva Costa, e desta à roça dos Congonhas, junto ao Rodeio da Itatiaia, da qual se passa ao campo do Ouro Preto.”

²⁸³ Esta condição é conquistada por Juiz de Fora devido principalmente às suas condições de acessibilidade, dadas pela conclusão da Rodovia União & Indústria em 1861 e da ligação ferroviária com o Rio de Janeiro, concluída em 1875.

²⁸⁴ O autor salienta ainda que outro fator que influenciou a decadência da produção industrial de Juiz de Fora diz respeito às desvantagens competitiva com relação às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, tanto na transação comercial, quanto no reinvestimento dos lucros e ainda no preço e qualidade dos produtos, uma vez tinham acesso mais rápido às inovações tecnológicas. (PAULA, 2001)

²⁸⁵ Embora a atividades agrícolas sempre tenham sido as que empregavam o maior número de mãos (especialmente escravas) (SILVEIRA, 1997 e GODOY et al, 2003) as cidades abrigavam uma parcela expressiva da população e era a fim de suprir suas demandas que se organizava a produção agrícola (MONT-MÓR, 2001; MONT-MÓR, 2001a), enquanto com o desenvolvimento de uma agricultura de exportação e o recrudescimento da mineração, é a cidade que passa a se organizar a fim de oferecer serviços e infra-estrutura (serviços financeiros, de comunicação e abastecimento) que o campo requer. Configura-se um quadro de favorece a dispersão da produção e com ela uma certa descentralização do poder que a cidade mineradora conseguira concentrar.

94), atingindo com quase cinquenta anos de atraso a finalidade para a qual fora construída. Assim, a partir da década de 1930 o interventor de Minas Gerais Benedito Valadares (1933-1945) vendo frustrados seus planos de acabar com a dependência do café através do incentivo a policultura²⁸⁶, acatou as reivindicações dos industriais mineiros e passou a incentivar a concentração de indústrias nas vizinhanças da capital.

As principais medidas adotadas neste sentido focalizavam o fornecimento de energia²⁸⁷ e redes transportes²⁸⁸ além de linhas de crédito, datando de seu governo o lançamento das bases da Cidade Industrial de Contagem²⁸⁹. Cidade cuja construção representava a integração²⁹⁰ não somente das regiões mineiras, mas a busca do desenvolvimento de todo o interior do país através do aproveitamento de seus recursos naturais, pois tornando-se um pólo industrial em pleno *hinterland*, amenizaria as disparidades regionais, possibilitando a propagação do desenvolvimento território nacional, portanto da nação brasileira, nas palavras do próprio governador:

“A cidade industrial contribuirá para criar a[sic] desenvolver um grande centro de produção e de consumo em pleno hinterland. A sua projeção far-se-á sentir por todo um vasto espaço de nossa Pátria, oferecendo maiores oportunidade às regiões produtoras de matérias primas, acelerando as permutas mercantis entre várias zonas de Minas e de outros Estados vizinhos, promovendo maior movimentação de capitais, de braços e de produtos.

A iniciativa reveste-se, portanto, de um sentido nitidamente nacional, seguindo as diretrizes da política do Presidente Getúlio Vargas de valorização do elemento humano e dos recursos naturais do interior, no sincero objetivo de que Minas possa contribuir sempre e cada vez mais para o engrandecimento do Brasil.” (OBSERVADOR ECONÔMICO, nº 64, 1941: 54).

No entanto, num dos aspectos que poderiam ter alavancado rapidamente a indústria mineira, a defesa de Minas Gerais como local para instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, Valadares teve uma participação bastante tímida, privilegiando sua fidelidade a Vargas durante as discussões quanto a localização do empreendimento²⁹¹.

A política industrial dos governos subsequentes, Milton Campos (1947-1951) e Juscelino Kubitschek

²⁸⁶ Embora a industrialização não fosse um dos objetivos principais de Benedito Valadares, que seguindo a linha de João Pinheiro acreditava que a base da economia mineira deveria estar na agricultura e na agroindústria, buscando no incentivo a policultura uma saída para a dependência da cultura cafeeira, postura que seria levado a abandonar devido ao aumento do custo de vida e escassez de oferta, ocasionados pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial (PAULA, 2001).

²⁸⁷ O Plano de Eletrificação do Estado de Minas Gerais descrito pelo secretário da Viação de Minas Lucas Lopes, tem por objetivo quebrar o círculo vicioso, segundo o qual “não se instalam indústrias importantes porque não há energia elétrica disponível e não há energia porque não existem indústrias que garantam o seu consumo.” (OBSERVADOR ECONÔMICO, nº 124, 1946: 137). Objetivo que busca alcançar através da reunião de hidroelétricas particulares (em 1946 existiam 405), construção de novas grandes usinas e sistemas de transmissão num conjunto de sete sistemas integrados “... em condições de acudir, com o potencial elétrico necessário, às expansões de progresso de todas as regiões.”

²⁸⁸ A construção de um “Parque rodoviário” para Minas Gerais pode ser acompanhada por notícias no OBSERVADOR ECONÔMICO (nº 41, 1939) se dá conta da construção de 36.828 km de estradas no ano de 1937.

²⁸⁹ O projeto da cidade industrial de Contagem, descrito no OBSERVADOR ECONÔMICO (nº 64, 1941) contempla um núcleo industrial de 84 alqueires aproximadamente, ligado à capital por uma grande avenida ao longo da qual se localiza a “cidade operária”. É interessante observar o destaque do projeto industrial frente ao habitacional comparando-se o desenho urbano da área da “cidade industrial” e das vilas operárias para abrigar o operariado, pois como refletindo a relevância e importância de cada um destes espaços a área industrial possui formas menos convencionais e busca adequar-se a hidrografia local, enquanto as vilas operárias são quadriculas abruptamente interrompidas pela proximidade da via férrea.

²⁹⁰ A busca pela integração do território através da implantação de redes de infra-estrutura (vistas como meios eficazes de reduzir as disparidades regionais através da promoção do desenvolvimento local e intensificação das trocas), nas décadas de 1930 à 1950, não eram exclusivas ao contexto mineiro, assim nas reportagens do Observador Econômico são freqüentes reportagens discutindo tanto projetos quanto o andamento de obras viárias (ferrovias, rodovias e portos) e energéticas (produção e logística do carvão, usinas e redes de distribuição de energia elétrica), além da exploração de recursos naturais vistos como capazes de auxiliar neste processo.

²⁹¹ Ricardo Zimbrão de PAULA (2001: 137) salienta “... que Valadares foi um dos interventores mais fiéis ao Governo Federal. Por isso ficou tanto tempo no poder estadual..., um exemplo disso foi sua atitude com relação à implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, ... participando timidamente na defesa deste projeto para Minas...”

(1951-1955) se distinguiram pelo modo mais moderado com que o primeiro²⁹² buscou a modernização do estado, pois enquanto Milton Campos, através do seu Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção²⁹³, buscava uma “*modernização equilibrada da indústria e da agricultura*”, Juscelino, embora centrasse foco nos mesmos aspectos que seu antecessor, “*concentrou-se no problema da infra-estrutura para impulsionar o desenvolvimento industrial ... [abrindo] mão do planejamento global em favor de programas mais específicos.*” (PAULA, 2001: 142). Assim, foi durante o governo de Kubitschek que ocorreu um efetivo favorecimento da promoção da industrialização na região leste de Minas (OBSERVADO ECONÔMICO nº193, 1952), sentida principalmente pela priorização dos projetos das hidroelétricas de Salto Grande e Tronqueiras, pela centralização dos serviços de fornecimento de energia elétrica com a criação da CEMIG, bem como pela viabilização de uma antiga aspiração dos mineiros, uma grande siderúrgica estatal: a USIMINAS²⁹⁴.

“A década de 1970 marcou o grande crescimento da economia mineira, quando na visão dos mineiros após terem aguardado pacientemente o país e o estado encontrarem-se em condições políticas e econômicas favoráveis ao seu desenvolvimento, promoveu-se uma intensa campanha para industrialização do estado” (PAULA, 2001)

Com uma ampla infra-estrutura disponível e suas finanças em dia, em 1972, o Governador Rondon Pacheco (1971-1975) reivindicou junto ao governo federal incentivos para implantação de uma fábrica de automóveis e uma nova e grande usina siderúrgica. Reivindicações que, no artigo da Revista VISÃO (ago/1972), assumem uma conotação de compensação pela instalação da COSIPA em São Paulo (1966)²⁹⁵ e resultariam na implantação da AÇOMINAS, no município de Ouro Branco em 1977. Assim,

“Minas Gerais, nos anos 70, será lembrada como uma das experiências de industrialização mais exitosas do país. Essa foi uma época de dramáticas mudanças estruturais, quando um grande surto de investimentos veio reverter a perda de posição relativa do estado no contexto nacional, dando início a um processo de diversificação e adensamento da estrutura industrial, de consolidação de novos setores industriais, e de ampliação da inserção nacional e internacional.” (Santos apud SIMÃO, 2004: 34)

Este surto de desenvolvimento industrial, no entanto, não foi capaz de romper com as disparidades regionais, nem na estrutura produtiva²⁹⁶ (SIMÕES, 2003) quanto menos na distribuição da população ou

²⁹² Enquanto Milton Campos, através do seu Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, buscava uma “modernização equilibrada da indústria e da agricultura”, Juscelino, embora centrasse foco nos mesmos aspectos que seu antecessor, “concentrou-se no problema da infra-estrutura para impulsionar o desenvolvimento industrial ... abria mão do planejamento global em favor de programas mais específicos.” (PAULA, 2001: 142)

²⁹³ A amplitude deste plano pode ser sentida pela apresentação de seus resultados feita por Omer MONT’ALEGRE (1950) em reportagem ao OBSERVADOR ECONÔMICO, em dezembro de 1950 (nº 179), onde se observa mais uma preparação da infra-estrutura para o desenvolvimento industrial do que um incentivo direto, que pode ser sentido pela preocupação com a formação técnica voltada para produção agrícola e agroindustrial, sem qualquer menção a escolas técnicas industriais. Este enfoque induz também ao direcionamento dos investimentos em rodovias e energia privilegiarem as regiões oeste, sul, sudoeste e sudeste além da central (e no caso das rodovias a ligação nordeste com a Bahia), em detrimento da leste, norte e extremo oeste.

²⁹⁴ A Usiminas começou a ser construída em 1955, numa parceria entre um grupo japonês e o governo, seu processo de implantação será apresentado mais a frente.

²⁹⁵ Competição que pode ser observada pela clara intenção de concorrer com o estado de São Paulo na localização de indústrias, especialmente a automobilística, sendo citadas Fiat, General Motors e Toyota, todas interessadas em levar suas fábricas para o estado de Minas Gerais (VISÃO, 1972).

²⁹⁶ Na avaliação de Rodrigo SIMÕES (2003: 138) nos anos 70 há uma diversificação na indústria mineira, com a “a instalação de indústrias de bens de capital (POLIHECKEL, KRUPP, CBC, USIMEC, ISOMONTE dentre outras), de fertilizantes (ARAFÉRTIL, FOSFÉRTIL) de celulose (CENIBRA), de automóveis (FIAT) - se inicia a modernização da estrutura industrial do Estado, o faz de forma parcial, sem conseguir alcançar uma integração intersetorial diversificada. Os complexos econômico espaciais identificados para 1980 demonstram claramente este fato.” mas ela permanece presa a três setores: agroindústria, metal-mecânico e minero-siderúrgico. Enquanto nas duas décadas seguintes a continuação do

de renda (SIMÃO, 2004), de tal forma que apesar de uma certa integração do território, viabilizada pela constituição de uma ampla malha viária,²⁹⁷ o “mosaico mineiro” ainda persiste²⁹⁸, com a região do Triângulo Mineiro concentrando atividades ligadas à pecuária e agricultura e algumas indústrias; a pouco densa Noroeste marcada pela extração mineral e pecuária; a Zona da Mata encontra-se fortemente vinculada à pecuária, ao café e a produção industrial; a região Sul tem sua base produtiva fincada na indústria, na pecuária e no café; no Vale do Rio Doce a siderurgia faz surgir ilhas de desenvolvimento; no norte do estado, vales do Jequitinhonha e Murcuri, a pecuária de corte e agricultura de subsistência são as principais atividades econômicas; já o Centro-Oeste do estado conseguiu atrair e manter indústrias têxteis, siderúrgicas e de alimentos; enquanto na Região Central, onde se situa a capital, é a rede serviços e finanças que colabora com seu desenvolvimento.

A organização da malha urbana mineira²⁹⁹ não podia, portanto, deixar de apresentar disparidades regionais, verificando-se um maior adensamento nas áreas de maior desenvolvimento, como o centro e o sul em marcante contraste com o norte do estado. Observa-se também uma maior concentração urbana em torno da capital Belo Horizonte e dos centros regionais, com destaque para Juiz de Fora na Zona da Mata, Araxá e Urberlândia no Triângulo, Governador Valadares e Ipatinga no Vale do Rio Doce, e, timidamente, Montes Claros no Norte.

transbordamento paulista possibilita o adensamento da cadeia produtiva com a incorporação dos subsetores elétricos e eletrônicos e má localização dos petroquímico e carboquímico, levam ao desenvolvimento da indústria de máquinas e equipamentos e ao mesmo tempo a um desestímulo à têxtil, vestuário e calçados.

²⁹⁷ Minas Gerais possui a maior malha rodoviária do Brasil, correspondente a 16% de toda a malha viária existente no País (GUIANET, s.d.).

²⁹⁸ Seguindo a divisão regional do estado de Minas Gerais pelo IBGE, Rocyler SIMÃO (2004) coloca que disparidades podem ser verificadas também internamente as regiões, sendo a Sul uma das mais homogêneas (leite, café e indústrias) e a do Vale do Rio Doce uma das mais heterogêneas.

²⁹⁹ Segundo Ricardo RUIZ (2004) a rede de cidades brasileiras em comparação com a norte americana, é mais fortemente polarizada pelos grandes centros urbanos, assim a distribuição da rede urbana mineira sofre influência de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia e Brasília.

A ocupação e organização do território brasileiro e mineiro através da fundação de vilas e desenvolvimento de atividades econômicas.

Fig. 70: Fundação de vilas e cidades no período colonial (Base: DELSON, 1997)

Fig. 71: Centralidade e desenvolvimento das regiões mineiras no século XIX (base: RODOARTE, 1999)

Fig. 69: Vilas e cidades mineiras no período colonial (base: DELSON, 1997)

Século XVII

Século XVIII

Século XIX

Fig. 72-74: Distribuição das atividades econômicas pelo território nacional (HERVÉ & MELO, 2005)

Fig. 75: O mosaico mineiro
 (base: RODOARTE, 1999)

Fig. 76: Plano de Elitrificação de Minas Gerais
 (OBSERVADOR, 1952)

Fig. 77: Plano rodoviário mineiro
 (OBSERVADOR, 1950)

Fig. 78: Deslocamento do desenvolvimento industrial mineiro entre 1890-1950
 (base: IBGE, 2005)

III.2 O Vale do Rio Piracicaba e as CIDADES SIDERÚRGICAS MINEIRAS

Do percurso histórico da urbanização mineira apresentado anteriormente, a digressão ao período colonial deve-se a persistência de noções e estruturas gestadas naquele momento e que, embora tenham se alterado no correr dos séculos, influenciaram definitivamente a organização espacial mineira, sendo reconhecíveis ainda hoje. Dentre elas destaca-se a ocupação e desenvolvimento econômico desigual e descompassado do território; a formação de grandes latifúndios que devido a restrições nas concessões nas áreas mineradoras, foi menos acentuada na região das minas; a intensa produção organizada nas fazendas, levando alguns autores a encontrem no século XVIII as raízes da industrialização mineira³⁰⁰, fator que ajuda a compreender tanto a vitalidade do universo rural mineiro como o enfraquecimento das cidades nos séculos XIX e início do XX. Mas, acima de tudo é a estrutura urbana formada pelas cidades mineradoras do período colonial que torna possível traçar um paralelo com as cidades siderúrgicas do moderno, pois se constituindo de agrupamentos urbanos organizados independente da produção de um excedente agrícola, têm reflexos profundos na organização territorial e na própria constituição da noção de urbanidade.

Assim, embora haja diferenças³⁰¹ marcantes entre as cidades originadas da produção aurífera daquelas originadas de empreendimentos siderúrgicos, é possível dizer que o tipo de urbanização promovido pela implantação de grandes indústrias siderúrgicas no século XX não é totalmente estranho ao urbanismo mineiro, com a construção de “cidades novas” marcando tanto a região central do estado durante o período colonial quanto à região do Vale do Rio Piracicaba na segunda metade do século XX.

³⁰⁰ Este é o caso de Roberta Marx DELSON (2004: 13), para a qual a existência de unidades têxteis ainda no século XVIII, configurando o que a autora chama proto-industrialização. Esta atividade industrial localizava-se tanto na cidade como em núcleos de povoação indígenas e contava em sua maior parte com mão de obra que embora fosse mal remunerada e intensamente explorada, era assalariada. Esta produção, salienta autora, difere da que ocorria na Europa no mesmo período somente por ter como alvo o mercado interno, mas não somente a subsistência. “*O ponto sobre a produção no Brasil colonial e no dezenove era fornecer tecidos necessários a um mercado interno amplo e geograficamente espalhado, e todos os indicadores sugerem que o objetivo foi alcançado com sucesso.*” (“*The point of textile production in colonial and nineteenth century Brazil was to provide needed fabrics to a very large and geographically far-flung internal market, and all indicators suggest that the goal was successfully met.*”)

³⁰¹ A principal delas reside na própria condição do Brasil como colônia portuguesa no século XVIII e república no XX, bem como o próprio desenvolvimento tecnológico, implica em demandas completamente diferenciadas de materiais, equipamentos, formação e principalmente no dimensionamento das estruturas envolvidas, tanto para suporte quanto produção. Da mesma forma observa-se diferenças no tipo de estrutura urbana que se pretende constituir e suas finalidades, pois mesmo ambas sendo destinadas a abrigar a população empregada em atividades urbanas, enquanto as cidades coloniais possuíam uma finalidade de fiscalização diretamente ligada ao poder central, as siderúrgicas foram erguidas como empreendimentos meramente produtivos, com forte participação de capital privado³⁰¹, pelo menos no momento de sua implantação. Quanto à organização administrativa, enquanto Ouro Branco e Ipatinga, guardam alguma semelhança com a independência administrativa das cidades do ouro, tendo sido pensadas como unidades politicamente independentes, Timóteo e Monlevade nasceram como núcleos industriais, portanto muito mais subordinadas ao poder da fábrica do que do Estado. Outro aspecto em que um paralelo entre elas se torna difícil, refere-se ao planejamento e projeto, pois embora no período colonial houvessem diretrizes de implantação, projetos urbanísticos detalhados eram pouco comuns.

III.2.1 O VALE DO AÇO

Observando as regiões mineiras nota-se que a do Vale do Rio Doce permaneceu caracterizada como *sertão* ao longo de todo século XIX, sendo uma das menos dinâmicas e menos povoadas da província (PAIVA, 1996)³⁰², situação que não desagradava totalmente à coroa portuguesa, pois a dificuldade em atravessá-la, dada tanto pelo desconhecimento da área como pela existência de uma densa mata atlântica, considerada perigosa e insalubre devido a proliferação de mosquitos nos alagadiços e a presença dos temidos índios botucudos³⁰³, faziam dela uma “barreira natural”, facilitando o controle do comércio de ouro e barrando as invasões vindas do nordeste (DIÁRIO DO AÇO, 1999)³⁰⁴.

Assim, foi somente com a chegada da ferrovia no início do século XX que o vale dos rios Piracicaba e Doce começou a apresentar diferenças consideráveis com relação ao que viajantes do século XVIII e XIX haviam encontrado³⁰⁵. No entanto, mesmo estas transformações foram ainda tímidas, o que pode ser observado pela descrição de paisagem observada em 1930 a partir da janela do trem por Preston JAMES (1933: 101)³⁰⁶:

*“Uma chuva pesada durante a noite havia encharcado o chão e a densa vegetação, e conforme engrenávamos uma nevoa branca flutuava sobre a folhagem escura da floresta. O trilho único passou por milhas e milhas de mata fechada (highwoods) – árvores gigantes, pregueadas por cipós, literalmente pendendo sobre a estreita faixa de terra limpa. A cada curva havia novas e fascinantes vistas da floresta; mas somente a longos intervalos nós passávamos por sinais de habitação humana.”*³⁰⁷

O geógrafo americano observou ainda o processo de devastação da mata atlântica da região, que a fim de dar lugar a plantações de subsistência como o milho, arroz, feijão, mandioca e banana ia sendo indiscriminadamente derrubada e queimada. Em seus relatos apresentou uma paisagem que se altera somente ao aproximar-se de Antonio Dias, povoado que considerou marco do início da região das minas, onde os sinais de ocupação eram mais antigos e as transformações provocadas por ela mais evidentes, levando-o a afirmar que *“Havia ainda retalhos de floresta em alguns fundos de vale mais*

³⁰² Juntamente com o Extremo Noroeste, o Sertão do Rio Doce é uma das regiões que foram menos visitadas por viajantes estrangeiros, havendo poucas informações disponíveis sobre elas. Estas regiões possuíam baixíssima densidade demográfica com enormes extensões de mata virgem, sendo frequentes referências a “vazios” e áreas desocupas. Segundo PAIVA (1996), a precariedade de informações à respeito destas regiões também é um indício de seu baixo desenvolvimento e dinâmica.

³⁰³ Descendendo dos Aimorés, “...que em guerra com os tapajós se refugiaram na densa mata atlântica e foram se distanciando de tudo e de todos até perderem seu nome e se transformarem nos hostis botucudos, uma grande nação indígena que se subdividia nas tribos dos Puris, Coroados, Macomis, Naknuck, Zamplans, etc, ocupando uma vasta região de matas, às margens dos rios Piracicaba (rio sem peixe ou de peixe pequeno) e Watu (rio largo ou doce).” O temor dos índios botucudos, no entanto foi em parte incutido pela coroa portuguesa, que a fim de estimular e justificar sua expulsão ou eliminação engendrou o mito do canibalismo, sem que haja qualquer comprovação (DIÁRIO DO AÇO, 1999: 06), um temor que levou o geógrafo americano Preston JAMES (1933) a comparar o Vale do Rio Doce ao Mohawk Valley dos Estados Unidos.

³⁰⁴ Barreira cujos limites apontam também para o fim do universo civilizado, sendo a “Ponte Queimada” um dos poucos pontos de travessia (entrada para o sertão), e era para além dela, margem norte do Rio Doce para onde eram enviados os degradados, na esperança que eles fossem exterminados pela floresta ou pelos seus habitantes ou, na última das hipóteses, que ali permanecessem fundando novas povoações e combatendo os índios. (DIÁRIO DO AÇO, 1999: 06)

³⁰⁵ A situação de isolamento da população da região era tamanha, que a ferrovia tornou-se principal referência, levando a que “...com a ocupação efetiva das terras devolutas nas margens da ferrovia, muitas vezes os moradores de uma região oferec[essem] mão de obra gratuita para a construção de uma estrada de rodagem...”, que os levasse às estações (ROSA, 1976: 136)

³⁰⁶ Geógrafo da Universidade de Michigan que percorreu os vales dos rios Doce e Piracicaba em setembro de 1930.

³⁰⁷ “A heavy rain during the night had soaked the ground and the thick vegetation, and as we stated off a white mist was floating thru the dark foliage of the forest. The single track passed thru miles and miles of highwoods – the giant trees, draped with lianes, literally hanging out over the narrow ribbon of cleared land. At every curve there were new and fascinating vistas of forest; but only at long intervals did we pass signs of human habitation.”

estreitos, ou nas encostas em terraço; mas a maior parte da terra estava coberta por forração e arbustos esparsos.”³⁰⁸ (JAMES, 1933: 106). A descrição de uma fazenda, próxima à Santa Bárbara também parece de especial interesse para entender a região, pois ao mesmo tempo que aponta para diferenças com relação aos “*isolados abrigos de barro*” vistos nas clareiras no médio Rio Doce³⁰⁹, nela encontra-se a mesma simplicidade das edificações e uma estrutura produtiva complexa, na qual o desenvolvimento de variadas atividades denota a busca pela auto-suficiência exigida pelo isolamento ocasionado pela precariedade das vias e grandes distancias dos principais centros, condições semelhantes a de fazendas de outras regiões do estado.

Esta descrição de uma estruturação espacial organizada em torno das fazendas, com núcleos urbanos esparsos e pouco expressivos, alguns datando ainda do período de incursões em busca de ouro, como Antônio Dias (1706) e Itabira (1720), e pequenos povoados como São Sebastião do Alegre de Timóteo e Santo Antônio do Piracicaba (surgidos a partir de sesmarias concedidas a Francisco de Paula Silva, 1832) foi também reconhecida por Heloisa COSTA (1995). Para a autora um marco fundamental na organização urbana da região atualmente conhecida como “Vale do Aço” foi a implantação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, que passou a funcionar como espinha dorsal do vale “... *transformando seu meio-ambiente original, diversificando e incorporando mercados e produtos, fazendo surgir e consolidando entrepostos comerciais, embriões das atuais áreas urbanas, estabelecendo ao longo do tempo as condições necessárias à produção industrial.*” (COSTA, 1995: 52)

Esta ferrovia, considerada como de penetração (LANNA, 2002), nasceu da união de duas concessões Araxá- Peçanha e Peçanha-Vitória e tinha como objetivo ligar o interior mineiro à costa capixaba. Em 1902, no entanto, conflitos com a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, referentes à concessão Vitória-Peçanha, levaram a uma revisão no contrato, quando então se determinou “... *que o anterior projeto de Vitória à Peçanha tenha um desenvolvimento maior, indo até Diamantina em direção ao tão almejado norte de Minas Gerais e ficando cancelados os estudos aprovados da ferrovia Peçanha ao Araxá.*” (ROSA, 1976: 83). Modificação justificada pelo intenso surto de crescimento por que passava Diamantina (1870-1930), consolidando-se como principal entreposto comercial do alto Jequitinhonha³¹⁰ (MARTINS, 2000) e pela proximidade desta com Curvelo, prevista como ponto final

³⁰⁸ “*There were still patches of Forest in some of the narrower valley bottoms, or on the steeper hill slopes; but most of the land was covered with grass and scattered shrubs. The original forests had not returned.*”

³⁰⁹ A descrição desta fazenda, Fazenda do Rio Peixe, parece bem acertada, já que foi considerada por Claudio GUERRA (2001) como representativa das grandes propriedades que surgem na região de Itabira com a exploração aurífera. Segue a descrição feita por Preston JAMES (1933): “*The typical fazenda is a group of buildings...The main dwelling, altho built of mud plastered on a framework of poles, is generally whitewashed, and has doors and Windows, and a red tile roof. Around the dwelling are barns, storage sheds, hen houses, and other smaller structures, as well as a corral and a carefully fenced garden patch in which there is a confusion of bananas, maize, manioc, rice, beans, and sugar. The buildings are surrounded by pastures, with herds of poor cattle gaining what sustenance they can from them. On a nearby slope – never in the valley, although there is no frost to enforce this traditional practice, there is a plantation of coffee, and always a platform near the fazenda for the drying of the product.*”

³¹⁰ Com a decadência da mineração de diamantes a fortuna reunida pelos grandes comerciantes foi aplicada em diversas atividades, desde comércio até indústrias e prestação de serviços, caracterizando o período como a “Belle Époque” diamantinense fruto de um projeto de ligação desta cidade ao porto de Vitória – ES, num momento em que Diamantina. Neste contexto a chegada da Estrada de Ferro Central do Brasil (Ramal Diamantin-Corinto) em 1914, foi considerada “*consolidação definitiva de Diamantina como ‘boca de sertão’ e entreposto comercial do nordeste mineiro.*” (MARTINS, 2000: 292).

da Central do Brasil, permitindo a conexão com outras linhas. Contudo, além de oferecer um caminho de escoamento da produção mineira, a Vitória-Minas visava prover uma ligação da porção norte do Espírito Santo, cuja ocupação vinha sendo incentivada pelo governo provincial e que até então permanecia praticamente isolada³¹¹, além do que a partir de 1904 ganhou força a idéia de transformá-la em tronco principal de uma vasta rede ferroviária ligando o Rio de Janeiro às ferrovias baianas e daí todo o nordeste do país (ROSA, 1976). Os trabalhos de construção começaram no Espírito Santo em 1904 e entre as dificuldades de enfrentar furiosos aimorés, “*A estrada avanç[ou] em plena selva e, na medida que vai desbravando as terras, provoca sua colonização.*” (SINGER, 1968: 240), até que em 1909, o interesse na exportação de minério de ferro das jazidas de Itabira, visto como única esperança para sanar os déficits financeiros que o transporte de café, madeira e passageiros haviam colocado a empresa, levou a uma mudança em seu traçado em direção a esta cidade³¹². Adquirida pela Itabira Iron Ore Cia. a Estrada de Ferro Vitória-Minas além das dificuldades financeiras foi também alvo de campanhas nacionalistas enfrentando disputas com o governo do estado de Minas Gerais, que buscou vincular a exportação de minério à construção de uma grande siderúrgica no estado, causando grandes atrasos na sua conclusão. Assim, embora em 1922 já tivessem sido concluídas as estações do Calado e Ipatinga, núcleos originais das atuais cidades de Coronel Fabriciano e Ipatinga, o trecho Cachoeira Escura-Itabira foi concluído com mais de vinte anos de atraso (1943)³¹³ (ROSA, 1976).

Embora a chegada da ferrovia ao vale do Rio Piracicaba tenha causado algumas transformações, com a constituição de núcleos de povoamento em torno das estações, foi somente a partir da década de 1930, com a implantação das primeiras grandes siderúrgicas à base de carvão vegetal, que alterações mais profundas se fizeram sentir na região.³¹⁴ A implantação destes empreendimentos industriais causou impactos que foram muito além de alterações no meio físico local, ela provocou uma completa reestruturação social, econômica e ambiental.

Dentre as principais alterações, a primeira refere-se à concentração fundiária, pois a fim de garantir o suprimento de carvão vegetal para abastecer seus fornos, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que inaugurou sua nova usina em Monlevade em 1937, procedeu a compra de vastas extensões de terra³¹⁵.

³¹¹ Segundo Lea ROSA (1976) a penetração pelo Vale do Rio Doce foi tentada desde o século XVI, no entanto foi somente com o desenvolvimento do interior de Minas Gerais e a necessidade de prover um mercado consumidor capaz de auxiliar na efetivação da ocupação do baixo Rio Doce, cuja ocupação o governo provincial vinha tentando desde a primeira metade do século XIX (inclusive com a fundação de núcleos agrícolas povoados por imigrantes), que a busca por efetivar esta ligação se tornou mais premente.

³¹² É importante salientar que, apesar dos atrasos que implicavam, mudanças de traçado eram freqüentes, sendo que já durante o detalhamento dos estudos para o percurso até Diamantina, a avaliação do valor do fretes havia levado a se decidir por interrompê-lo em Serro e investir numa ligação com a Bahia (ROSA, 1976).

³¹³ As dificuldades financeiras da empresa neste período foram agravadas pelo contexto político e econômico do período, compreendendo tanto a crise do café (principal produto transportado pela ferrovia), quanto à queda da bolsa de valores de Nova Iorque, a Revolução de 1930, a promulgação do código de Minas em 1932 e aberta oposição do governo mineiro exigindo a associação entre exportação de minério e construção de uma grande siderúrgica (OBSERVADOR ECONÔMICO, fev/1948), além dos danos causados pelas condições ambientais da região, com cheias que destruíam constantemente trechos recém construídos e alagadiços onde a malária e impaludismo provocavam baixas continuamente. (ROSA, 1976)

³¹⁴ É importante salientar que desde muito cedo proliferavam pequenas fundições na região e conforme se pode observar no segundo capítulo, desde o século XIX algumas usinas de menor porte já haviam sido erguidas até mesmo com certo sucesso.

³¹⁵ Segundo Heloísa COSTA (1995) era uma extensão “... correspondendo à quase totalidade do atual município de Coronel Fabriciano.” e GUERRA (2001) dá conta de que em 1950 a Belgo-Mineira já possuía 200 mil hectares.

Procedimento que seria repetido pela ACESITA na década de 1940³¹⁶ e Usiminas na de 1950³¹⁷, resultando num processo de expulsão da população do campo e redução das atividades de subsistência. Esta desarticulação da produção trouxe, de imediato, duas consequências: disponibilidade de mão-de-obra para os trabalhos de construção das fábricas e a necessidade de alojar tal contingente. Outra consequência foi a quase completa destruição da mata original, além do que, com a concentração da população nos núcleos urbanos edificadas pelas empresas, a “*substituição do homem e do boi pela árvore*” (JPD apud COSTA, 1995: 71) trouxe dificuldades de abastecimento, pois a liquidação de inúmeros pequenos proprietários significou uma drástica redução na oferta de produtos destinados ao mercado local, em especial alimentos (frutas legumes e hortaliças)³¹⁸. Aspecto que torna evidente o equívoco de uma organização produtiva segundo a qual, embora a cidade determine a produção do campo, preocupou-se somente com o excedente comerciável esquecendo-se da própria subsistência³¹⁹.

Estas transformações podem ser sentidas pela descrição apresentada no OBSERVADOR ECONÔMICO em 1938 (nº 26: 73) de um viajante que parte de Belo Horizonte em direção ao Vale do Rio Doce:

“O perfil orographico daquela zona vae aos poucos se alterando, logo no início da viagem, depois da Serra do Cuyabá; as montanhas roliças vão se aprumando e se eriçando, em ângulos agudos e caprichosos; o arvoredo, já tão raro e rachitico nos arredores de Bello Horizonte, vae desaparecendo de todo à medida que o viajante se distancia da capital e se aproxima da zona do minério de ferro, cuja estanha topographia é ainda tão pouco conhecida. Allí a terra é uma combinação desorientadora de granitos, de mármore, de mica, de saibros polychromaticos, de areias brancas, tudo à vista, nas camadas extratificadas dos barrancos, nas grotas, nos recôncavos das montanhas pelladas, nas grandes massas criadas pela erosão. A vegetação alta rareia mais e mais, esturrada pelo calor do céu aberto e pela reverberação daquela pedraria desordenada, que pavimenta os caminhos, se encrosta nos valles e ainda sobrea para se amontoar no leito dos córregos e dos riachos, concorrendo para mais ainda afastar as terras marginaes do contato das poucas águas que banham a sáfara região.

Ninguém planta, e como ninguém planta, ninguém colhe... Mas, mesmo que se plantasse, a terra não produziria. Afora pequenas manchas de várzeas banhadas pelas águas das serras íngremes, ou de um ou outro raro tracto de terra trabalhado com esmero por algum sitiante providente – de que a região inteira tem tão poucos – o resto é só campo razo ou mattagal rachitico invadido de assalto pela samambaia, ou senão escapas de chão negro, onde o fogo das queimadas já transformou em carvão e cinza todo o arvoredo. É a zona do minério de ferro.”

Este descompasso entre campo e cidade foi visto por Heloisa COSTA (1995: 75) como uma relação que nasce adulterada, uma vez que “*as cidades se abastecem e realizam suas trocas com outros centros*” e a monocultura do eucalipto transforma o campo numa extensão da fábrica, transformando o campo num “*espaço industrial não construído*” e fazendo desaparecer a diferenciação entre rural e urbano. Na região, esta indiferenciação tornou-se ainda mais explícita após a implantação da CENIBRA (1973), quando o emprego de uma gestão “moderna” e “flexível” levou a empresa a buscar na terceirização da maior parte de sua força de trabalho e na oferta de um eficiente sistema de transporte a solução para o problema de alojamento da mão de obra. No entanto, se esta substituição do ônibus

³¹⁶ Somente entre 1944 e 1951 a ACESITA adquiriu 4.153ha, aproximadamente 2/3 do atual município de Timóteo (COSTA, 1995) e que em 1964 ultrapassava 81.000 ha (RELATÓRIO 1964, 1965).

³¹⁷ O caso da Açominas em Ouro Branco, embora guarde semelhanças com o destas cidades, especialmente pela concentração fundiária, diferencia-se tanto pelo período de sua implantação, quanto o estado já possuía um infra-estrutura viária e energética constituída, como por localizar-se numa micro região já bastante ocupada, próxima à Belo Horizonte.

³¹⁸ Esta dificuldade, constatada no depoimento de Dna. Wilma SPERANCINI (2004), é outro ponto onde é possível um paralelo com a cidade mineradora do século XVIII, pois como coloca Capristano de ABREU (2002: 81): “*Não se pode crer o que padeceram ao princípio os mineiros pro falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão sem terem outro sustento.*”

³¹⁹ Pois embora, teoricamente, fosse possível a importação de produtos de subsistência, as dificuldades de acesso e grandes distâncias somadas a baixa remuneração da população operária tornava este procedimento pouco aconselhável, especialmente nos primeiros momentos de implantação das usinas.

pela moradia foi, por um lado, aparentemente capaz de reduzir o impacto ambiental e o ônus da construção de uma cidade, por outro gerou um padrão de urbanização periférico, com núcleos dispersos e carentes³²⁰ de infra-estrutura, determinando uma sensível queda da qualidade de vida da população atingida.

Assim enquanto a expansão da área de produção diluía as fronteiras entre urbano e rural, as acentuadas disparidades intra-regionais faziam nascer novas, pois numa região onde “*a cidadania se dá pelos portões das fábricas*” (COSTA, 1995: 192), a precariedade das condições de vida³²¹ a que a população foi submetida com a terceirização decorrente do processo de flexibilização e das privatizações, reduziu o nível de conscientização, enfraquecendo a capacidade de luta e conseqüentemente suas conquistas.

No relatório preliminar da FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO para o Vale do Aço (s/d), elaborado na primeira metade da década de 1970, as disparidades intra-regionais aparecem associadas à “*fraca coesão e complementaridade dos centros existentes*”, que embora destinados a tornarem-se pólos regionais, têm esta condição ameaçada pela deficiência de sua infra-estrutura (saneamento e sistema viário). Neste contexto a pretendida consolidação da Região Metropolitana do Vale do Aço como pólo regional, hoje já bastante avançada, levou a centralização do crescimento em torno de suas principais cidades (especialmente Ipatinga, com aponta SIMÕES, 2003). Crescimento que, numa região de relevo acidentado com poucas planícies, usualmente situadas nas margens do Rio Piracicaba e seus afluentes, inicialmente seguiu o curso destes rios, fazendo do binômio rio-ferrovia seu eixo estruturador, mas que a partir da década de 1970³²², com a continua polarização das cidades siderúrgicas (Timóteo e Ipatinga), fez com que o crescimento ocorresse perpendicularmente ao eixo inicial, buscando a aproximação de outros municípios, como Santana do Paraíso e Belo Oriente, Mesquita e Ipaba (COSTA, 1995).

Contudo, esta reestruturação da malha urbana não modificou o padrão de ocupação inicial, caracterizado pela urbanização de fundos de vale, ele seguiu acompanhando os cursos d’água, porém agora de menor porte³²³. As conseqüências deste processo de ocupação observadas na expedição ao Rio Piracicaba³²⁴, vão desde “... *um violento processo de assoreamento e diminuição da vazão.*” até,

³²⁰ As condições de moradia nos núcleos como Floresta Escura e Perpétuo Socorro são a materialização destes contrastes, encontrando-se neles um padrão que se repete na periferia de centros maiores (com Governador Valadares), onde vão se alojar os trabalhadores, obrigados ainda a longas viagens diárias (COSTA, 1995).

³²¹ Vale salientar, contudo, que a precariedade das condições de vida já podiam ser notadas desde a década de 1930, quando a produção carvoeira passou a dominar a paisagem rural da região, pois ela criara “...*um proletariado cuja importância numérica tem escapado à investigação estatística, e cuja situação econômica, social e sanitária, infelizmente ainda não interessou nosso estudiosos dessas especialidades. O resultado final dessas condições do meio e do trabalho é o seguinte: a região siderúrgica mineira é hoje uma zona sem agricultura, de via caríssima, habita por uma considerável massa operaria mal remunerada, enferma e extraordinariamente móvel. A paisagem revela tudo isso: velveta a pobreza da terra, a riqueza bruta do sub-sólo, a indigência das populações rurais, a miséria do operariado, as deficiências do saneamento, a precariedade dos meios de comunicação rodoviária.*” OBSERVADOR ECONÔMICO (nº 26, 1938: 75)

³²² Na década de 1970 ocorreram grandes projetos de expansão das usinas da USIMINAS e ACESITA, que a fim de abrigar a ampliação de seu contingente operário promoveram a construção de novos conjuntos residenciais, que foi capaz de alojar somente uma parcela dele.

³²³ Conforme se poderá observar a seguir, em Timóteo os fundos de vale sempre foram os primeiros locais a serem ocupados, enquanto em Ipatinga, no momento inicial (até a década de 1960), buscou-se privilegiar os terraços e somente com o crescimento é que a urbanização desceu em direção às planícies aluviais (VASCONCELOS, 2002).

³²⁴ Esta expedição foi organizada pela Secretaria da Bacia do Rio Doce (Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente), com a participação de técnicos deste órgão, bem como de diversas prefeituras e algumas empresas da

do ponto de vista social, um grande esvaziamento demográfico “...*caracterizando-se como ‘a região que mais perdeu população em Minas Gerais’.*”, na década de 1990 (GUERRA, 2001: 09).

Apesar deste relativo esvaziamento, o processo de conurbação que já começava a se evidenciar nos anos 1970, não sofreu qualquer tipo de reversão, levando a necessidade de tratamento conjunto de questões ambientais e urbanas. A formação da Região Metropolitana do Vale do Aço (1998), composto por 22 municípios, capitaneados pelas cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano, Santana do Paraíso e Timóteo foi um passo importante neste sentido, uma vez que promoveu um maior diálogo entre os municípios. No entanto, assim como em outras regiões metropolitanas a do Vale do Aço apresenta grandes disparidades internas, com as cidades sede apresentando condições de moradia muito melhores do que as do colar metropolitano (COSTA & COSTA, 2000). Uma heterogeneidade interna capaz de fazer com que apesar das cidades de Ipatinga e Timóteo apresentarem IDH-M (Índices de Desenvolvimento Humano Médio) em torno de 0,8, seu índice geral, apesar da região ter sido uma das que mais cresceu na última década no estado, não chega à 0,7 (0,687), mantendo a última colocação entre regiões metropolitanas brasileiras (PNUD, 2003).

região e pesquisadores da UFMG. Partindo em junho de 1999 da nascente do Rio Piracicaba, em Ouro Preto e seguindo até onde ele deságua no Rio Doce (Ipatinga), os objetivos da expedição eram: avaliar a situação geral do meio ambiente físico, social, econômico e cultural na bacia, ouvir e dialogar com diferentes segmentos, orientar e incentivar a formação de comitês locais e por fim elaborar diagnóstico da situação atual com propostas de mudanças (GUERRA, 2001).

Fig. 79-80: O traçado original e o atual da Ferrovia Vitória-Minas (ROSA, 1976)

Fig. 81: As minas do Quadrilátero Ferrífero (RACHE, 1957)

Fig. 82: O município de Antônio Dias e seus distritos (Acervo: ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1936)

Fig. 83: Evolução Urbana do VRP (COSTA, 1985)

Fig. 84: Carta de Ipatinga – Vale do Rio Piracicaba (IBGE, 1982)

III.2.2 MONLEVADE

A história da siderúrgica Belgo-Mineira na cidade de João Monlevade inicia-se em 1917, quando os

recém-formados engenheiros da Escola de Minas, Cristiano França Teixeira Guimarães, Amaro Lanari e Gil Guatimosin, juntamente com Sebastião Augusto de Lima (banqueiro e comerciante) e Américo Teixeira Guimarães (industrial), fundaram a Companhia Siderúrgica Mineira em Sabará. Seu mais importante ponto de inflexão, no entanto, é 1921, ano em que o grupo belga ARBD (Acieries Reunies de Burbach-Eich-Dudelange)³²⁵ passou a participar da sociedade constituindo a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e quando foi decidida a construção de uma nova unidade, próxima à São Miguel do Piracicaba (MEMÓRIA BELGO, s.d.)³²⁶. O local onde seria construída a nova usina, um patamar intermediário do acidentado terreno às margens do Rio Piracicaba nas proximidades do salto³²⁷, fora adquirido mesmo antes da formação da companhia³²⁸ e pertencera a Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade, engenheiro francês que ali haviam erigido uma usina no século anterior (CARVALHO, 1998).³²⁹

No escopo do projeto industrial estava a construção de uma cidade operária, que seguindo os moldes do grupo em empreendimentos semelhantes na Bélgica³³⁰, promoveu na década de 1930 o primeiro concurso público para construção de uma cidade no Brasil³³¹ (LIMA, 2003).

O edital do concurso propunha um programa para 300 moradias (7 tipos), uma escola, uma igreja, um armazém, um cinema e um clube, que deveriam ser projetados nas vizinhanças da usina, reservando a margem oposta do rio para futuras ampliações. Dentre as 13 propostas concorrentes foi possível o

³²⁵ O primeiro contato com o grupo foi apadrinhado por Arthur Bernardes (então governador de Minas Gerais), que sensibilizou o Rei Alberto II da Bélgica, em visita ao Brasil, que por sua vez introduziu os brasileiros a Gaston Barbanson, líder industrial belga (GOMES, 1976).

³²⁶ A intenção era manter a usina de Sabará como piloto, testando e ensaiando métodos de produção e ainda como unidade de treinamento de pessoal, portanto mantendo-a atualizada e em perfeito funcionamento. Assim investimentos foram feitos também em Sabará, que em 1925 tornou-se a primeira usina integrada da América Latina (GOMES, 1976).

³²⁷ O salto foi aproveitado para construção de uma usina hidroelétrica, a Usina Barbanson com capacidade para produzir 15.200 HP (OBSERVADOR ECONÔMICO, 1943).

³²⁸ Segundo as informações que constam no histórico da empresa, este seria um indicativo que desde o princípio havia a intenção de construir uma nova unidade industrial, projeto que fora adiado devido, por um lado, aos “*resultados não muito animadores da usina piloto [Sabará], por outro, pela demora na construção de um ramal ferroviário que garantiria o funcionamento da usina em Rio Piracicaba*” (MEMÓRIA BELGO, s.d.). O ramal ferroviário ligando a Central do Brasil à Vitória-Minas foi executado somente em 1935 (OBSERVADOR ECONÔMICO, 1943).

³²⁹ A informações sobre João Monlevade encontradas na Enciclopédia de Municípios Mineiros e no Observador Econômico são conflitantes. Enquanto na primeira havia apenas um Monlevade: Jean Antoine Félix Dissandes de Monlevade, francês que se casa com uma brasileira em monta uma fábrica de ferros na fazenda de sua propriedade, até que em 1891, dois anos após paralisar suas atividades, foi adquirida pela Forjas e Estaleiros do Barão de Mauá e funcionou até 1897, ficando parada até sua aquisição na década de 1920 pela ARBED (CARVALHO, 1998). Já a versão do Observador Econômico, reza que em 1817 Felix Dissandes e Monlevade, tendo Diogo Sturz como sócio, iniciou a construção da usina, com sua morte esta passou a ser conduzida por João Antônio de Monlevade (possível filho de Félix), até que este, por sua vez, falecesse e as atividades fossem interrompidas. Sua retoma se daria pelas mãos do sobrinho de João Monlevade, Francisco Monlevade, que em sociedade com a Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros tentou, mas falhou em reativa-la, passando, então ao seu credor o Banco Ultramarino, do qual foi comprada pela ARBED (Acierie Reunies de Burbach-Eich-Dudelange) (DORNAS FILHO, 1945).

³³⁰ Esta experiência vinha da associação com a SAMOD (Société Aonyme pour la Construction de Maisons Ouvrières à Dudelage – uma associada de uma das empresas cuja fusão deu origem a ARBED), empresa que desde os anos 1910 vinha se especializando na construção de conjuntos residenciais para trabalhadores e que em 1919 promoveu o concurso para a construção da Colonie du Brill. A construção dos bairros operários em Sabará também foram experiências que trouxeram alguma contribuição para a construção da nova cidade (LIMA, 2003).

³³¹ Segundo LIMA (2003: 312): “*Para a Belgo-Mineira o concurso constituiu um meio de difusão e respaldo junto ao governo, para ampliação das suas atividades com a usina de Monlevade. Mais do que isso, o convite feito a especialistas teve o sentido de garantir a qualidade das soluções técnicas que seriam implantadas, bem como um o respaldo unto ao meio profissional para esta realização.*”

resgate de somente três, as de Lincoln Continentino³³², Angelo Murgel³³³ e Lucio Costa. Dentre estes projetos o mais contrastante é o de Lucio COSTA (1936) que apesar do uso de técnicas construtivas e uma estética moderna, reeditava muitas das posturas comuns aos núcleos habitacionais construídos por empresas (CORREIA, 2000)³³⁴ e enquanto Costa enfatiza o aspecto lúdico de edifícios mergulhados no verde, os outros autores se pautam por questões técnicas, como o dimensionamento de vias e o traçado de redes de infra-estrutura (MURGEL, 1936; CONTINENTINO, 1936). Sem acesso a qualquer registro quanto aos parâmetros que levaram a escolha da proposta de Lincoln Continentino, seja a convocação ou resultado, pode-se somente especular quanto as duas justificativas. É neste sentido que se aponta para dois aspectos: a previsibilidade de crescimento e a notoriedade do autor no contexto mineiro, como razões que podem ter influenciado na sua escolha.

O conjunto edificado³³⁵, no entanto, não seguiu completamente os projetos inicialmente traçados pelos por Lincoln Continentino e João Penna, e ainda na fase de projeto, a companhia solicitou a modificação do centro comercial e administrativo para a parte baixa da cidade, onde, mesmo com seu crescimento na margem oposta manteria uma maior centralidade (CONTINENTINO, 1936). Os constantes questionamentos quanto ao seu dimensionamento, devido aos elevados custos da construção da cidade e à busca por transferir para a cidade a hierarquização da fábrica, intensificando a diferenciação entre os bairros destinados a operários e técnicos graduados ou pessoal administrativo, reivindicada a partir de 1940, fez com que “...ao desenho inicial fossem sobrepostos outros desenhos e redesenhos...”, resultando numa malha urbana que, em 1953, era constituída por “... pequenos núcleos, espalhados pela área da companhia, estendendo bastante o núcleo originalmente projetado. Estes núcleos constituíam vilas residenciais que margeavam o rio Piracicaba e subiam pelas suas encostas.” (LIMA, 2003: 368) e, enquanto algumas ruas e edifícios ainda eram capazes de nos remeter ao projeto de Continentino, a presença da grande igreja na margem oposta do rio lembra o quanto ele foi alterado.

Observando o histórico da empresa nota-se que fora as dificuldades iniciais, relativas à fábrica de

³³² Formado em engenharia civil pela Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte em 1923, Lincoln de Campos Continentino (1900-1976) especializou-se em engenharia sanitária na Universidade de Harvard (EUA) e teve uma atividade profissional bastante diversificada, atuando como professor (UFMG) e técnico em diversos órgãos públicos (Inspetoria de Engenharia Sanitária e Secretária de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, além ter sido assessor da prefeitura de Belo Horizonte entre outras. Assim participou de trabalhos que foram desde estudos para implantação de ferrovias até projetos urbanos de remodelação e construção de cidades em Minas e outros Estados (LEME, 1999).

³³³ Angelo Murgel (1907-1978) foi arquiteto formado pela Escola Nacional de Belas Artes, atuou tanto no meio acadêmico, lecionando na Faculdade Nacional da Universidade do Brasil (1952), tornando-se vice-diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1974. Como profissional, tem entre suas principais obras o projeto para o Edifício Cine Brasil, Igreja de São Judas Tadeu (RJ), Novo Hotel das Nações (MG), Penitenciária Agrícola do Estado de Minas Gerais (1932) Universidade Rural do Rio de Janeiro (1938), sedes dos Parques Nacionais de Itatiaia (RJ, 1937) e Iguaçu (PA, 1939), etc (LIMA, 2003).

³³⁴ Na proposta de Lucio Costa revela-se uma conciliação entre o moderno e o tradicional, seja na utilização de técnicas (paredes de taipa ou concreto armado e lajes de concreto ou taquara) ou organização urbana, reforçando muitos princípios usuais a núcleos fabris (neutralização da rua, dispersão, moradias econômicas, higiênicas e protegidas de estranhos, ingerência sobre produtos comercializados), o que “... revela não apenas o empenho do projetista em traduzir as demandas colocadas pelo programa estabelecido pela Belog-Mineira, como os vínculos íntimos existentes entre os núcleos fabris ... e a idéia de moradia de massa proposta pelas vanguardas modernistas.” (CORREIA, 2000: 14).

³³⁵ A coordenação dos trabalhos de construção tanto da usina quanto da cidade foi deixada a cargo do engenheiro Louis Ensich, que não se furtava em opinar sobre sua construção. Empreiteiras de Belo Horizonte, como Carneiro de Rezende & Cia e Empresa de Construções Geraes Ltda., entre outras foram contratadas para construção da cidade. (LIMA, 2003)

Sabará, a Belgo-Mineira parece ter sempre direcionado seus investimentos de forma correta, evitando mergulhar em crises acentuadas³³⁶. Assim, nas décadas seguintes, a usina cresceu e ao seu redor cresceu a cidade, fazendo com que o afastado povoado de Carneirinhos³³⁷, que funcionara como “válvula de escape” absorvendo o contingente operário ao qual a empresa não fora capaz de oferecer moradia, fosse definitivamente incorporado à cidade operária, transformada em sede de distrito em 1948.

À abertura da cidade, com a venda das moradias aos trabalhadores e a transferência dos logradouros públicos à municipalidade, seguiu-se a emancipação do município de Rio Piracicaba (ex-arraial de São Miguel do Piracicaba) em 1964.³³⁸ Contudo, apesar da desvinculação com a usina, ao percorrer o município de João Monlevade sua origem industrial continua a ser facilmente distinguível, seja por suas pequenas dimensões (cerca de 99km²) e pela reduzida população rural³³⁹, ou mesmo pelo traçado das ruas e homogeneidade das construções em alguns bairros. Uma presença que vai muito além da percepção física, da grande massa de edifícios que divide a cidade ou mesmo das colunas de fumaça que tomam o céu e do ruído ensurdecedor das máquinas, pois apesar da drástica redução do pessoal empregado diretamente pela usina³⁴⁰ e da cidade contar atualmente com atividades comerciais e de serviços diversificadas o suficiente para tornar-se pólo micro-regional, a Belgo é ainda essencial para sua economia, empregando diretamente quase quarenta por cento de todo pessoal ocupado no setor secundário, um poder que fica mais evidente levando-se em conta que os 60% restante deve se dividir por 270 unidades fabris localizadas no município.

³³⁶ Durante a guerra passou a produzir trilhos, nos anos 1950 com o desenvolvimentista em plena marcha, investiu numa trefilaria em Contagem, seu período mais crítico parece ter sido a década de 1960, quando sentiu diretamente a desaceleração do mercado. A partir dos anos 1970, no entanto, ela firma-se no cenário nacional e mesmo a crise dos anos 1980, não seria sentida com tanta intensidade (MEMÓRIA BELGO, s.d.; VISÃO, 1967 à 1992)

³³⁷ A origem de Carneirinhos também é controversa, com o site oficial da cidade afirmando que este povoado ser formado após a implantação da usina (CIDADES MINEIRAS, s.d.) e a Enciclopédia de Municípios Mineiros (CARVALHO, 1998) afirmando que o povoado data do século XIX,

³³⁸ Embora não tenha dados quanto ao processo de emancipação política de Monlevade, as informações contidas no site Cidades Mineiras dão conta da formação de uma Comissão Pró-Emancipação em 1958, sendo que sua efetivação data de 1964, um intervalo de tempo bastante significativo, indicando não ter sido de todo tranquilo. (CIDADES MINEIRAS, s.d)

³³⁹ Segundo dados do Censo IBGE 2000, dos 66.690 habitantes somente cerca de 1,48% vive no campo (IBGE, 2000)

³⁴⁰ Observa-se que desde a década de 1970 tem havido uma gradual diminuição do pessoal empregado diretamente pela empresa, que nos anos 1970 empregava uma média de 9.200 pessoas, já nos anos 1980 este número estava em torno de 7.700, atingindo cerca de 6.200 nos anos 1990 e chegando à 2001 com não mais do que 2.986, sendo que deste 1.459 na unidade de Monlevade. (dados retirados dos balanços anuais publicados na Revista Visão e do Balanço Anual de 2001).

JOÃO MONLEVADE

Fig. 85: Área residencial central

Fig. 86: Projeto de residência
(LIMA, 2003)

Fig. 87-88: Projeto de Lincoln Continentino
(perspectiva e implantação)
(LIMA, 2003)

Fig. 89-90: Vistas das duas margens do rio
(DORNAS, 1945; PAIXÃO, 1953)

Fig. 97-107: Residências
(AUTORA, 2003)

Fig. 93: Vista da usina e da cidade
(AUTORA, 2003)

Fig. 94: Vista dos fundos da usina
(AUTORA, 2003)

Fig. 95-96: A igreja São José Operário e o solar Monlevade
(PREFEITURA DE MONLEVADE, s.d.)

Fig. 108: O centro comercial
(AUTORA, 2003)

III.2.3 IPATINGA

Concebida a partir de uma associação entre capital nacional e o japonês³⁴¹, a USIMINAS (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.) foi fruto do empenho da Sociedade Mineira de Engenheiros e da Federação das Indústrias de Minas Gerais, que em 1955, conseguiram interessar empresários japoneses a investir na construção de uma usina siderúrgica no Vale do Rio Doce. Dentre os fatores que influenciaram a escolha do local de implantação da usina³⁴² foi privilegiada a logística. Levando em conta a proximidade com a linha da ferrovia Vitória-Minas, que permitia tanto o escoamento da produção, quanto o abastecimento de matéria prima (fosse o minério de ferro das jazidas, fosse o carvão, via porto de Vitória), a existência de planícies banhadas pelo rio Piracicaba e suficientemente grandes para implantação da usina e da cidade, levou a escolha de uma área de aproximadamente trezentos hectares próxima à usina da ACESITA (GOMES, 1976).

O local escolhido situava-se entre o rio Piracicaba, a Estação Nossa Senhora (próxima ao atual bairro Horto) e o povoado denominado Barra do Alegre³⁴³ e fora de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira³⁴⁴, que montou ali um serviço de produção de carvão a fim de abastecer sua nova usina em Monlevade. Verifica-se desta forma que foi a produção de carvão vegetal para a Belgo-Mineira e posteriormente para a ACESITA que deu o primeiro impulso de crescimento ao lugarejo, anteriormente marcado pela produção de gêneros alimentícios (gado e lavoura) nas fazendas, crescimento que se levou o povoado de 60 casas e 300 habitantes (HARDY FILHO, 1970) a condição de distrito de Coronel Fabriciano em 1953 (CARVALHO, 1998).

Com a aquisição da área, começou a ser planejada uma “cidade industrial”, cujo projeto ficou a cargo do arquiteto Raphael Hardy Filho³⁴⁵. Com uma equipe multidisciplinar, o processo de projeto iniciou-

³⁴¹ Segundo reportagem do OBSERVADOR ECONÔMICO (nº288, 1960), inicialmente o governo federal e o estado de Minas Gerais tinham uma participação de 60% e os japoneses de 40%, no entanto Ademar BARBOSA (1972) afirma que o BNDE subscreveu 73,2% do capital social inicial, enquanto os acionistas japoneses participaram com apenas 18,7% de um total de Cr\$ 1.208.880.000,00, percentuais que, na verdade, equivalem aos arranjos feitos em 1971 a fim sanear as finanças debilitadas pelos custos de implantação e prejuízos operacionais de seus primeiros anos. A participação do estado na estrutura acionária da empresa só crescerá com o passar dos anos, totalizando já na década de 1980 o mesmo valor de 1991 quando foi privatizada: 94,9% (PEREIRA, 2000).

³⁴² Estavam sendo considerados também: Belo Horizonte, o Vale do Rio Paraopeba, Lafiete e Governador Valadares. (GOMES, 1976)

³⁴³ Este povoado formara-se inicialmente como acampamento para os trabalhadores da Estrada de Ferro Vitória-Minas, durante a construção da estação do quilometro 457, situada na margem do ribeirão Ipanema, próxima ao local onde o Rio Piracicaba deságua no Rio Doce, que não proliferou devido às condições pouco salubres da localidade (DIÁRIO DO AÇO, 1999). Uma ocupação mais permanente da região se deu somente a partir dos anos 1930, quando José Fabrício Gomes (nativo de Barra do Alegre ou Água Limpa) se apossou “... de uma área de terra em matas viagens, para fazer uma plantação e ficar mais preto da estrada de ferro, onde venderia seus produtos agrícolas. Decorrido dois anos, cedeu a posse para José Cândido de Meira, que instalou um grande serviço de extração de madeira. Mais tarde, cedeu a posse para o senhor Alberto Giovanini que construiu uma casa e iniciou uma criação de gado.”, área que foi adquirida pela Belgo Mineira em 1934 e em 1958 pela USIMINAS (MORAES, 2004: 22).

³⁴⁴ Segundo José Augusto MORAES (2004), a Belgo-Mineira exercia forte pressão sobre os posseiros a fim de que estes ou vendessem suas propriedades ou se dedicassem à produção de carvão.

³⁴⁵ Formado em arquitetura pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1938 e pós-graduado em urbanismo (1967) Raphael Hardy Filho, além de atuar profissionalmente como arquiteto, com obras ligadas a indústrias (Companhia Armazém e Silos do Estado de Minas Gerais, Usina de Furnas, Centro de Abastecimento de Belo Horizonte, Refinaria Gabriel Passos e USIMINAS) e como superintendente técnico da COHAB-MG, lecionou na Escola de Arquitetura da UFMG, onde foi chefe do departamento de planejamento urbano e coordenador do curso (HARDY FILHO, 1970) constituindo, juntamente com Shakespeare Gomes, Sylvio de Vasconcellos e Eduardo Mendes Guimarães, a segunda geração de professores, não mais vinculada a tradição clássica, mas fortemente comprometida com os ideais modernos (OLIVEIRA, &

se pelo dimensionamento do conjunto de edificações a ser construído. Considerando-se que somente a operação da usina exigiria cerca de 5.000 trabalhadores (uma média de 10 homens para cada 1.000, de um total pretendido de 500.000 toneladas anuais), aos quais seriam somados os trabalhadores empregados na sua construção e aqueles ocupados em atividades complementares (comércio e serviços), levou-se em conta também que parte deste contingente se alojaria nas cidades vizinhas (Coronel Fabriciano e Timóteo), chegando a uma população total de cerca de 40.000 habitantes³⁴⁶ para 1960 e que em 1975 deveria atingir 150.000³⁴⁷.

O plano de Hardy tinha como objetivo lançar as diretrizes de planejamento urbano da cidade, permitindo que a iniciativa privada passasse a atuar cada vez com maior intensidade, segundo ele “*O planejamento urbano e a arquitetura teriam, pois que permitir um desenvolvimento somente limitado por algumas diretrizes básicas sobre as questões relativas ao uso do solo urbano.*” (HARDY, 1970: 38), de modo que evitaria incorrer no “*paternalismo*” reinante em outras unidades construídas e geridas por empresas³⁴⁸.

A exemplo de Brasília³⁴⁹, as 4.000 residências programadas, distribuídas em nove bairros³⁵⁰ interligados por um sistema viário amplo e veloz, funcionariam como “unidades de vizinhança”, compondo uma estrutura urbana formada a partir de dois eixos principais. Organização que permitia localizar os bairros em áreas mais baixas e planas, preservando a vegetação dos morros, que serviria de barreira natural à poluição sonora e atmosférica gerada pela usina.

Embora o plano tenha sido implantado quase na íntegra (até 1970 haviam sido edificadas cerca de 3.270 moradias, com contornos se não idênticos, muito próximos dos projetados por Hardy) e embora o resultado geral seja bastante satisfatório, seu planejamento apresentou falhas, algumas bem graves. A principal delas refere-se a um equívoco no cálculo de direção dos ventos, considerados como soprando de sudeste para noroeste (SE-NW) quando na verdade deslocam-se preferencialmente na direção NNE-SSW (VASCONCELOS, 2002), o que rompeu o esquema de proteção fundamentado no binômio morro-vegetação, tornando os bairros destinados a gerentes e técnicos (Castelo e Cariru)³⁵¹ alvos diretos dos efeitos maciços da poluição atmosférica produzida pela indústria. Outro aspecto no qual o plano de Hardy falhou diz respeito à polarização das atividades nos bairros Cariru e Horto, onde

PERPÉTUO, 2005), como é possível observar no estudo de Hardy para pré-fabricação da moradia, vendo-a como um bem de consumo, não de raiz (HARDY FILHO, 1971).

³⁴⁶ Destes, 8.200 seria a população ativa, da qual 6.000 estariam empregados diretamente pela USIMINAS (HARDY FILHO, 1970).

³⁴⁷ Cálculo que, se a princípio pareceu superdimensionado, chegando a 1960 com pouco mais de 9.000 habitantes, mostrou-se bastante realista com a população de 1980 atingindo pouco mais de 150.000 (www.ibge.gov.br)

³⁴⁸ Levando-se em conta que o apelo paternalista fundamenta-se na constituição de uma comunidade que funcione como uma família, onde o pai é o patrão e os filhos, obedientes e submissos, são os empregados, HARDY FILHO (1970: 40) parece não ver contradição entre a eliminação deste sistema e a constituição de uma comunidade, afirmando ao final do texto que esta é uma cidade “*onde as famílias vivem e labutam em paz e com a tranquilidade de saber que, ela e a vizinhança, são donos de seus próprios destinos, donos de suas próprias casas, e todos fazem parte de uma só comunidade, de uma só família.*”

³⁴⁹ As referências à Brasília vão além da inspiração, uma vez que o projeto foi também submetido à aprovação de Lucio Costa, cujo aval foi amplamente alardeado.

³⁵⁰ Os nove bairros que constavam do plano inicial eram: Horto, Cariru, Castelo, Imbaúbas, Bom Retiro, Novo Cruzeiro, Ideal e Vila Ipanema.

³⁵¹ A hierarquização dos bairros, muito evidente na cidade, foi justificada por Raphael HARDY FILHO (1970) como consequência da

foram projetados centros de comércio e serviços de maior porte, que se encontram quase abandonados, como o amplo centro comercial do Cariru e do Horto, onde se estabeleceram apenas algumas agências bancárias. De modo que, a pretensão de evitar o congestionamento da área central, viu-se frustrada, sendo exatamente no local do antigo povoamento, uma região que não fora objeto de planejamento da empresa, que se concentrou o número mais expressivo de estabelecimentos comerciais e serviços, bem como a prefeitura, biblioteca municipal e do Fórum, etc.

O direcionamento do crescimento da cidade também acabou fugindo do que fora planejado, o que se deu não tanto por qualquer erro na previsão da intensidade de crescimento populacional, já que os 150.000 habitantes previstos para 1975 foram atingidos somente em 1980, mas pelo abandono de planejamento no seu período de maior crescimento.

População Residente no Município de Ipatinga (habitantes)

1 960	1 970	1 980	1 991	2 001	2 004
9 114	47 882	150 322	187 418	206 338	229.133

Fontes: IBGE, 2000

O que não quer dizer que o mercado imobiliário não tenha representado papel primordial na atual configuração da cidade. Ocorreu exatamente o oposto, com poucas terras disponíveis, visto grande parte pertencer à USIMINAS e o restante estar concentrado nas mãos de poucos proprietários³⁵², e um poder público ainda pouco estruturado, predominaram duas formas de ocupação que chamarei “espontânea” e “imobiliária”. A primeira ocorria sem qualquer tipo de controle ou planejamento, como ocorreu ao redor do centro e no Bom Jardim, sendo a segunda conduzida pelos grandes proprietários e marcada pela especulação imobiliária, especialmente nas décadas de 1970 e 80, quando se formaram loteamentos distantes e desligados da malha existente, promovendo a valorização das áreas intermediárias (Cidade Nobre, Vila Formosa, Limoeiro e Veneza). Segundo Sueli VASCONCELOS (2002), a terceira etapa na urbanização de Ipatinga ocorreu nas décadas seguintes quando as áreas de risco em encostas e várzeas passaram a ser ocupadas³⁵³.

Esta estrutura fundiária dicotômica acabou por gerar o que Tânia BRAGA (1997:47) chamou de “cidade dual”³⁵⁴, ou seja, uma cidade produzida pela indústria e outra pelo mercado imobiliário³⁵⁵. Uma divisão que ao invés de instigar o incremento dos padrões urbanísticos, com o mercado tentando igualar os padrões oferecidos pela indústria, somente fortaleceu o papel da habitação como elemento de barganha e controle por parte da empresa, pois a baixa qualidade dos novos loteamentos ressaltava as vantagens e camuflava as desvantagens do emprego fabril.

³⁵² A concentração fundiária em Ipatinga pode ser sentida

³⁵³ A primeira etapa dizia respeito ao povoado ao lado da ferrovia, a segunda à chegada da USIMINAS, havendo ainda uma quarta iniciada nos anos noventa, quando começam a proliferar edifícios com mais de oito pavimentos no Horto e Cidade Nobre (VASCONCELOS, 2002).

³⁵⁴ Para a autora a história da cidade pode ser dividida em três fases: Pré-urbana, dual e cidadã (BRAGA, 1997).

³⁵⁵ A concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários se refletiu na formação do mercado imobiliário da cidade, que acabou sendo completamente dominado por ele, verificando-se que somente, “uma delas [família proprietária] foi responsável por 40% de todos os lançamentos imobiliários feitos no município desde sua fundação até 1991” (BRAGA, 1997).

A postura da empresa quanto ao controle urbanístico da cidade, embora embasada por um discurso liberal é marcada pela ambigüidade. Ambigüidade que se evidencia ao considerar a intenção inicial de fazer da “cidade da empresa” uma “cidade aberta” e promover uma rápida desvinculação das questões urbanas, o que se confirma com a implantação de um programa de venda das casas aos funcionários já em 1964 (HARDY, 1970), mas que é posta em cheque pela garantia de preferência na compra do imóvel incluída no contrato de venda, permitindo que a empresa mantenha em seu poder um valioso instrumento de controle sobre os destinos da cidade.

No entanto, enquanto o controle do espaço logo passou a ser feito de forma mais sutil, o operariado foi sempre vigiado com mão de ferro. Mesmo não havendo uma política declarada de formação do trabalhador que implicassem em punições devido à má conduta, a proximidade da direção da usina com as autoridades locais fazia da polícia uma extensão dos fiscais da fábrica. Um episódio que marcou a história local, foi o massacre de 1963, quando o confronto com a polícia resultou na morte de sete pessoas³⁵⁶. Assim, o descontentamento quanto as condições de trabalho e moradia oferecidas, especialmente nos primeiros anos de funcionamento, tinham pouco espaço para ocorrer, havendo relatos de coações e espancamentos. E se, fundiariamente a cidade não era tão aberta quanto se pretendia, José Augusto MORAES (2004: 44) afirma que fisicamente ela também não o era, sendo que até pouco antes da emancipação, *“A cidade era dividida ao meio por uma extensa cerca de arame farpado. Só deixaram uma passagem de largura de um caminhão, por onde passavam os habitantes naturais de Ipatinga em direção a Coronel Fabriciano.”*³⁵⁷ Esta segregação, no entanto, era apenas mais uma que os habitantes do antigo povoado tinham que enfrentar, vendo-se privados de desfrutar

³⁵⁶ Dentre os pesquisados, o relato do massacre que contem mais detalhes é de José MORAES (2004). Segundo ele, ocorreu que, os empregados da USIMINAS, já descontentes com as péssimas condições de vida (baixos salários, má alimentação no restaurante da empresa e precariedade dos alojamentos), se rebelaram contra a proibição de levarem o leite da merenda noturna para a casa (uma represália a suspeita de roubos dentro da fábrica), sendo então presos e espancados pela polícia militar local. Agressão que levou a um pique no dia seguinte em frente ao portão principal, quando a dificuldade em dispersar a multidão fez a polícia abrir fogo, atingindo tanto os operários quanto transeuntes, entre eles uma menina de três meses.

No entanto, há outras versões, como a encontrada no **Metasita 53 anos** (METASITA, s.d.3), que embora também afirme tratar-se de um protesto dos funcionários a violência que vinham sofrendo, na primeira ela era justificada por roubos na usina, enquanto que nesta ela era uma tentativa de reprimir o nascimento do movimento sindical na cidade: *“Havia, entretanto uma resistência muito grande por parte da diretoria da empresa. Revoltados com as péssimas condições de vida e o tratamento desumano da empresa, os operários decidem não mais ficarem coniventes com a situação e lotam a assembléia do dia 6 de outubro para reivindicarem. No mesmo dia, alguns que chegavam para trabalhar e outros saindo do turno se depararam com policiais que os revistaram e espancaram sem piedade. Cansados com toda aquela circunstância em que se encontravam no momento, eles partem para uma movimentação agitada, onde serão sufocados a bala de fuzil e metralhadoras que dispararam por mais de quarenta minutos; os protagonistas dessas cenas é uma tropa de policiais militares. O episódio passa a ser conhecido como “O Massacre de Ipatinga”, deixou um saldo de dezenas de mortos e centenas de feridos. No final, os operários ainda foram considerados réus provocadores, enquanto os soldados foram apenas afastados da corporação e os oficiais promovidos pelos “bons serviços” prestados ao regime militar.”*

Outras versões defendem que os conflitos se originaram quando a USIMINAS, a fim de impedir o livre trânsito de seus funcionários à ACESITA, onde se localizava a sede do sindicato, instalou uma cerca de arame farpado e manteve um vigia que permitia somente a passagem de funcionários devidamente identificados com um crachá, os que não o apresentassem perdiam direito a remuneração, tendo sido uma discussão com um vigia exatamente devido a falta do dito crachá o estopim que deu origem a discussão da qual o “massacre” foi o resultado (depoimento de José Deusdedit Rueda & Nahas Jr., 1991). A proibição de sair com o leite oferecido dentro da usina e o estado precário dos alojamentos também aparecem como elementos tidos como gatilhos do conflito (depoimento Jorge Noman in Rueda & Nahas Jr., 1991), o que indica que, para indivíduos diferentes pode ter havido motivações diferentes, demonstrando que para o operariado ipatinguense a situação era tão sensível e se tornara tão insuportável que qualquer pequeno desentendimento poderia gerar um conflito de grandes proporções, como realmente ocorreu.

³⁵⁷ Segundo Sueli VASCONCELOS (2002: 95) a construção da cerca ocorreu devido a intensificação do crescimento desordenado da área central, enquanto para Tania BRAGA (1997: 55) ela foi uma representação do descaso da Usiminas com o poder municipal, que recém constituído, via seu acesso à área cercado.

tanto das benfeitorias construídas pela usina³⁵⁸ quanto dos benefícios provenientes da significativa receita gerada pelos impostos industriais, devido ao descaso com que a prefeitura de Coronel Fabriciano tratava um de seus distritos mais promissores. O descontentamento com esta condição levou a criação da Sociedade Amigos de Ipatinga, com a finalidade de lutar pela emancipação do município, conquistada em 1964. (DIÁRIO DO AÇO, 1999; MORAES, 2004; USIMINAS, 1990).

Embora a emancipação do município tenha sido um passo importante na redução do controle da USIMINAS sobre Ipatinga, ela pouco avançou até que entrassem em cena outros agentes, com destaque para a Igreja, a CENIBRA, o sindicato³⁵⁹ e principalmente, o fortalecimento do poder municipal viabilizado pelas mudanças da Constituição de 1988 (BRAGA, 1997)³⁶⁰. Assim, foi só na década de 1980, que a cidade passou a se organizar mais independentemente da usina, possibilitando um encurtamento nas distâncias entre o que fora obra da indústria e o que não fora, entre aqueles vinculados à ela e os não.

No entanto, esta aproximação não significa que cessaram as dicotomias, nem os conflitos, a presença da empresa ainda é fortemente sentida, seja nos planos de organização espacial, quanto social e econômica. Uma cidade que entre outras coisas herdou da indústria um elevado índice de área verde por habitante (127m²/hab), um pungente desenvolvimento econômico (tornando-se pólo regional), possuindo clubes, parques, teatros, escolas e hospitais que lhe conferem um índice de desenvolvimento humano de 0,8 (PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA, s.d.), também recebeu da indústria boa parte da poluição que vem degradando seus rios, da população que tomou sua periferia e o desarranjo das condições ambientais em toda uma região.

³⁵⁸ Ilustrando esta diferença Tânia BRAGA (1997) demonstra que ainda em 1989 enquanto as áreas construídas pela usina tinham índices de infra-estrutura muito próximos de 100%, a cidade pública a média para abastecimento de água era de 75,65%, para rede de esgoto 67,35%, serviço de energia elétrica 91,65 e telefonia 35,9%.

³⁵⁹ O papel da igreja católica foi no sentido de conscientização dos direitos, com padres franciscanos da Pastoral Operária auxiliando na organização de grupos de luta por melhores condições de habitação e trabalho. Já a CENIBRA influenciou esta guinada pelo impacto econômico de sua implantação, enquanto o sindicato, embora o que se formou na cidade seja claramente “patronal”, auxiliou na formação de lideranças (como Chico Ferramenta eleito prefeito duas vezes) (BRAGA, 1997).

³⁶⁰ O impacto da privatização da Usiminas parece não ter sido tão drástico como em outras cidades, devido principalmente a dois fatores: desde o início da década de 1980 ela vinha buscando reduzir o quadro de funcionários com programas de produtividade e formação, e como a privatização houve uma pulverização do controle acionário da empresa, com participação dos empregados em mais de 10% de seu controle acionário, o que levou a decisão de reduzir o quadro funcional através de programas de demissão voluntária, gradualmente implantado somente a partir de 1995 (USIMINAS, s.d.; PEREIRA, 2000). Além do que, é importante salientar, que no momento de sua privatização a Usiminas já encontrava-se financeiramente saneada, por este motivo escolhida para iniciar o programa de privatização das siderúrgicas brasileira (DURANTE, 1999).

IPATINGA

Fig. 109-110: Projeto, implantação e perfil
(HARDY, 1970)

Fig. 112: Vista geral
(VASCONCELOS, 2002)

Fig. 113: A modulação das residências
(HARDY, 1971)

Fig. 111: Área do projeto

Fig. 114: propriedade fundiária
(BRAGA, 1997)

Fig. 115-116: A cidade e a área da USIMINAS
(GOOGLEEARTH)

Fig. 117-118: O centro
(AUTORA, 2004)

Fig. 119-124: Habitações
(AUTORA, 2004; HARDY, 1790)

Fig. 125: Vista geral
(AURTORA, 2004)

III.2.4 OURO BRANCO

Como colocaram Heloisa e Geraldo Costa (COSTA & COSTA, 1997), a história da Açominas pode ser contada de duas formas, uma que inclui seu projeto nas expectativas mineiras de cumprir sua vocação histórica tornando-se sede do parque siderúrgico brasileiro e outra que vincula seu projeto aos planos nacionais de desenvolvimento do regime militar. Isto porque embora as primeiras decisões relativas a construção de uma grande siderúrgica no Vale do Paraopeba datassem do governo de Arthur Bernardes (decreto de 09/jan/1924), somente em 1966 ela começou a se efetivar³⁶¹. Ainda assim, segundo GRECO (1984) o projeto só saiu do papel e, com as dificuldades financeiras posteriores, não foi abandonado durante seu período de maior crise, devido à presença de um de seus “pais” na vice-presidência da república³⁶². Com a aprovação do CONSIDER (Conselho Nacional de Siderurgia), em 1975, e determinação do local de sua implantação, uma área a menos de sete quilômetros do núcleo urbano da cidade de Ouro Branco no Vale do Paraopeba, estabeleceu-se um convênio entre o Governo do Estado de Minas Gerais, o município de Ouro Branco³⁶³ e a Açominas que determinou a contratação da Fundação João Pinheiro (FJP)³⁶⁴ para elaborar o Plano de Desenvolvimento Urbano para a localidade (RESENDE, 1979).

Concebido num momento em que a construção de um “Brasil grande” parecia se concretizar através da implementação de ambiciosos projetos de infra-estrutura, concebidos também como indutores do desenvolvimento local, esperava-se que a AÇOMINAS cumprisse este papel. As modificações econômicas e sociais esperadas para a região impactada tiveram como base os levantamentos referentes ao Vale do Aço realizados pela FJP, predominando uma visão bastante otimista quanto ao crescimento da região. Um exemplo deste otimismo pode ser verificado no trabalho de Adriana RESENDE (1979)³⁶⁵ cujos cálculos mais pessimistas para o crescimento populacional induzido pela

³⁶¹ Desde de 1963 havia uma solicitação dos dirigentes do Estado de Minas Gerais, junto ao Conselho Nacional de Siderurgia para aprovação da instalação de uma usina siderúrgica no vale do Rio Paraopeba, autorização que foi homologada somente em 1975, através da resolução nº 31/75 do CONSIDER, de outubro de 1975. (RESENDE, 1979)

³⁶² Segundo o autor: “A Açominas é um projeto polêmico desde o seu início, pois com exceção do Boverno de Minas Gerais, de suas classes produtoras e de Ernesto Geisel e seu Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, todos foram contra sua implantação.”, o período mais crítico, quando o projeto quase para é o início dos anos 1980, quando Aureliano Chaves era vice do General Figueiredo (GRECO, 1984: 343).

³⁶³ A escolha de Ouro Branco foi justificada pela oferta de ampla infra-estrutura de transporte existente (ligação com os principais mercados consumidores nacionais e portos para importação do carvão e exportação da produção), proximidade das fontes de matéria prima (minério) e também por se inserir nos planos governamentais de desconcentração industrial. (AÇOMINAS, 1980)

³⁶⁴ A Fundação João Pinheiro é uma entidade do Governo de Minas Gerais, voltada para a realização de projetos de pesquisa aplicada, consultorias, desenvolvimento de recursos humanos e ações de apoio técnico ao Sistema Estadual de Planejamento e demais sistemas operacionais de Minas, nas áreas da administração pública e privada, economia, estudos históricos, culturais, municipais e político-sociais. Criada pela Lei 5.399 de 12 de dezembro de 1969, seu nome é uma homenagem a [João Pinheiro da Silva](#), político e ex-governador de Minas Gerais de 1906 a 1908, pai de Israel Pinheiro, que governava Minas Gerais na época da criação da FJP. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, s.d.)

³⁶⁵ O trabalho de Adirana RESENDE (1979) tem por objetivo verificar quais os possíveis impactos da Açominas na estrutura agrícola da micro-região. A autora conclui que, embora desde a década anterior venha-se verificando uma progressiva estagnação do setor agrícola, com a redução da área cultivada e um aumento nas pastagens, esse processo se intensificará devido ao aumento do valor da terra, com conseqüente fracionamento das propriedades e desestímulo a investimentos em tecnologia. No entanto, apesar deste caráter negativo, sua visão geral é otimista, acreditando que haverá um rearranjo dos pequenos produtores, os quais buscarão formas de incrementar a produção e assim suprir o crescente mercado consumidor local, um mercado ampliado pelos demais setores produtivos, cujo desenvolvimento propiciara tanto um aumento no poder aquisitivo, quanto uma melhor distribuição de renda.

indústria, previam uma população em torno de 115.000 habitantes para o ano de 1990³⁶⁶ e a proporcional inversão da relação rural x urbana, enquanto as previsões seguindo a tendência histórica computavam pouco mais de 25.000 habitantes e uma quase igualdade entre população rural e urbana (vide AnexoI_ tab06).

Mesmo sem que estas cifras jamais tenham sido atingidas³⁶⁷, as transformações provocadas pela Açominas na pacata cidade de Ouro Branco³⁶⁸ foram imensas, a cidade que vivia da produção da batata³⁶⁹, milho e feijão, com mais de 60% da sua população vivendo no campo, passou a viver basicamente de atividades urbanas, verificando-se pelos dados divulgados pelo IBGE para o ano de 2004, que 99,92% da sua população encontra-se ocupada em atividades urbanas, sendo 37,4% empregadas diretamente na indústria de transformação, ou seja, dos 13% da população que permanece na área rural, menos de 1% ainda é capaz de tirar dela seu sustento³⁷⁰.

A referência aos problemas enfrentados no Vale do Aço, levou os planejadores a buscar um controle ainda maior sobre o desenvolvimento de toda a cidade, implicando na aquisição de áreas destinadas não somente à construção da usina e da cidade operária, mas também um cinturão verde e áreas agrícolas³⁷¹, num total de 12.864,83 hectares desapropriados e adquiridos pela companhia³⁷² (AÇOMINAS, 1980b)³⁷³. A área objeto do plano foi então, dividida em quatro zonas funcionais: urbana, industrial, agrícola e de preservação³⁷⁴, sendo a urbana novamente dividida, agora em setores, dezenove ao todo, sendo nove reservados para futuras expansões, preservando o núcleo antigo e evitando a degradação das matas e dos recursos hídricos das imediações.

³⁶⁶ As previsões mais otimistas consideravam uma população de 60.000 para 1980 e 180.000 para 1990, gerando 4.000 empregos diretos e 40.000 indiretos somente na primeira fase. (AÇOMINAS, 1980)

³⁶⁷ Em julho de 2005 a população de Ouro Branco contava 32.237 habitantes (IBGE, 2000).

³⁶⁸ “O povoado de Santo Antônio de Ouro Branco foi fundado em fins do século XVII, provavelmente no ano de 1664, como consequência do processo de ocupação iniciado com as primeiras bandeiras que, subindo o Rio das Velhas à procura de ouro, desbravaram a região, assentando-se ao pé da Serra do Ouro Branco, também denominada, à época, Serra do Deus Te Livre” (RESENDE & SASSAK, s.d.). Sua denominação deveu-se a distinção da coloração clara do ouro encontrado nesta localidade em comparação com o de Ouro Preto, o arraial tornou-se freguesia em 1724, em 1911 aparece como distrito de Ouro Preto, conquistando a condição de município em 1953 (CARVALHO, 1998).

³⁶⁹ No período aurífero o povoado se firmara pela produção alimentícia, impossível no terreno pedregoso de Ouro Preto, iniciando em meados do século XIX a produção de vinhos, tornando-se inclusive sede da Companhia de Vinhos Nacionais. Já no início do século XX, a batata, introduzida pelo português Álvaro José dos Santos e seu associado, o comerciante Diogo Mendes dos Reis, passou a caracterizar a agricultura da cidade, tornando-se, na década de 40, a maior produtora de batatas do Estado (RESENDE & SASSAK, s.d.).

³⁷⁰ A redução na área plantada, embora baseada em estimativas quanto à pecuária, apresenta uma sensível redução com relação aos valores de 1970, observando-se que a área atual corresponde a menos de 14% do que fora antes da implantação da Açominas, passando de 16.680 ha em 1975 (área de estabelecimentos agropecuários em RESENDE, 1979) para 2.330 ha em 2004.

³⁷¹ Que caso estivesse inserido totalmente em Ouro Branco corresponderiam a quase 50% de toda sua área urbana.

³⁷² As áreas pretendidas extrapolavam em muito a área direta de intervenção da companhia, foram então declaradas de utilidade pública e desapropriadas. Desapropriações justificadas pela necessidade de garantir o sucesso do plano como um todo, evitando que especuladores se aproveitassem do desenvolvimento local para empreender de forma irresponsável. Estas desapropriações foram um dos fatores que causou maior descontentamento da população local, que também se sentia inferiorizada diante dos novos moradores. Dificuldades que levaram a manutenção de diferenças sociais e a impossibilidade de cumprimento do ideal de integração entre a comunidade local e o operariado (PEREIRA, 1992)

³⁷³ Adquiridos de 322 proprietários, num processo que embora a empresa afirme ter buscado tornar “evitar agressão aos proprietários das terras envolvidas, contornando as ações judiciária, através a negociação direta.” (AÇOMINAS, 1980b: 12), deixou marcas profundas na comunidade, como pode ser observado pelos depoimentos colhidos por Doralice PEREIRA (1992).

³⁷⁴ Centro do antigo povoado, que possui um igreja ainda do período colonial e a “Estrada do Ouro”, caminho que segue até Ouro Preto e possui um conjunto de pontes de pedra edificadas por escravos durante os séculos XVII e XVIII.

A intenção era que a construção da cidade acompanhasse as fases de implantação do empreendimento industrial, previsto para ser executado em três fases, de modo que no final da primeira deveriam ter sido construídas em torno de 5 mil habitações³⁷⁵. Estas construções, no entanto seriam capazes de abrigar somente uma parcela da população estimada em 60.000 habitantes, era esperado que o restante fosse suprido pelo mercado imobiliário local, de tal forma que se procedia a “... *urbanização do dobro de terrenos necessários para moradia dos empregados da Açominas, colocando-se à venda, para terceiros, os lotes não utilizados*” (AÇOMINAS, 1980b). Procedimento que visava afastar Ouro Branco do estigma das comunidades fechadas geridas por empresas³⁷⁶ através da promoção de condições propícias ao desenvolvimento do mercado imobiliário (que auxiliava ainda liberando a indústria de encargos com a construção urbana) e à integração do novo contingente populacional com os antigos moradores. Contudo, se integração e diversidade eram pré-requisitos para a manutenção do caráter “aberto” da cidade, a hierarquização dos bairros retomava padrões comuns á núcleos fechados, onde a hierarquia da fábrica se via refletida no desenho urbano, destinando-se os setores mais próximos da usina, 8 (Metalúrgicos, 1º de Maio, Bandeirantes e São Francisco), á população de renda baixa e média, o setor 10 (Pioneiros) à média e alta, o setor 4 (Siderurgia) à média, 17 (Inconfidentes) à alta, ficando o setor 3 como centro principal.

Para dar conta de um projeto tão ambicioso foram feitos vultuosos financiamentos externos³⁷⁷ e em 1976 iniciaram-se as obras de construção da usina e da cidade³⁷⁸. No entanto, as dificuldades financeiras porque passou todo o país na década de 1970 e a falta de vontade política nos anos 1980 (GRECO, 1984), levaram a um atraso de quase dez anos na construção da usina³⁷⁹ e, com o encerramento da primeira etapa de construção da cidade em 1986, a companhia buscou repassar os financiamentos diretamente aos funcionários através da Caixa Econômica Federal e da Caixa Econômica de Minas Gerais da empresa e

“A partir de então, a política empresarial da AÇOMINAS em relação a seus funcionários se restringirá a programas de creche para filhos menores de seis anos, de alimentação ... e transporte grátis para o trabalho dos que residem em Ouro Branco, Congonhas e Lafaiete.” (PIQUET, 1998: 109)

Deste momento em diante a prefeitura passou a atuar como principal agente conformador do espaço, uma atuação que conta, no entanto, com o aval da companhia, que buscou manter funcionários nos mais elevados escalões da administração municipal³⁸⁰ e deter grande parte das terras das vizinhanças.

Assim, este “... ‘último capítulo’, *da história contemporânea da produção do espaço urbano sob a grande indústria*,” (COSTA & COSTA, 1997), tem desdobramentos, pois embora a presença do Estado como promotor de condições favoráveis à produção e a reprodução da força de trabalho tenha se

³⁷⁵ Sem contar os acampamentos de madeira para abrigar cerca de 21000 (vinte um mil homens)

³⁷⁶ Também desde o plano inicial a empresa deixou claro seu afastamento, responsabilizando-se somente pela urbanização dos lotes destinados ao comércio e serviços, que deveriam ser adquiridos e edificados pelos interessados. As áreas de lazer e recreação ficariam a cargo da comunidade, cabendo a ela somente um certo incentivo e apoio (AÇOMINAS, 1980b)

³⁷⁷ Sua composição acionária inicial era a seguinte: 40% da USIMINAS, 20% da CVRD, 20% do Tesouro Nacional do Estado de Minas Gerais e 29% (sic) de fornecedores estrangeiros (PEREIRA, 1992)

³⁷⁸ Os primeiros bairros a serem construídos foram: Siderurgia, Pioneiros, Inconfidentes e Primeiro de Maio.

³⁷⁹ Até os últimos anos da década de 1990, havia-se implantado somente as duas primeiras etapas deste cronograma. – ver após privatização.

³⁸⁰ Um exemplo desta “camaradagem” é a edificação de um complexo de lazer próximo ao centro antigo, num amplo terreno doado pela empresa, parte do “Projeto Integração” (PIQUET, 1998).

reduzido sensivelmente, após o processo de privatizações e pelos avanços tecnológicos, a mão forte da indústria ainda pode ser sentida na construção do espaço urbano e na formação do trabalhador. O que se pode verificar pelo controle que ainda exerce sobre o mercado de trabalho de algumas cidades, como em Ouro Branco, onde das 5.338 pessoas ocupadas na indústria de transformação, 4.000 são empregados diretos da Açominas, ou seja, mesmo após a privatização (1993) a usina responde sozinha por mais de 78% dos empregos no setor industrial e quase 30% de todo pessoal ocupado (IBGE, 2000). Outra forma de controle se dá através do engajamento em projetos de desenvolvimento local, mesmo em áreas completamente distantes do seu “business core”³⁸¹, como o projeto de Parceria Rural implementado nas áreas da empresa para as atividades de reflorestamento, pecuária e agricultura, pois ao ceder em arrendamento módulos de terra aos pequenos empresários rurais da região, que devem então receber orientação técnica a fim de implementar técnicas de manejo sustentável, garantem a preservação e valorização de seu próprio patrimônio, além de, como ela mesma reconhece “... *também auxilia na manutenção do adequado distanciamento das atividades industriais em relação as áreas de ocupação urbana.*”, evitando conflitos quanto a emissão de poluentes (AÇOMINAS, s.d.).

Com relação à organização espacial, se por um lado a influência da AÇOMINAS em Ouro Branco permitiu a manutenção de uma certa qualidade urbanística, por outro ela constituiu-se num empecilho à livre atuação do mercado imobiliário, presente na proposta inicial. Além do que, há que se admitir a existência de falhas inerentes ao próprio plano, destacando-se entre ela o superdimensionamento, ou ainda o excessivo distanciamento entre os setores. Assim, se por um lado os limites rigorosos para urbanização dos setores, o amplo e hierarquizado sistema viário e as distancias entre os bairros, possibilitava manter um certo controle sobre seu crescimento, por outro, com a frustração das estimativas projetadas a cidade parece marcada por imensos vazios, as avenidas parecem grandes demais, os bairros distantes demais e o que era para ser terra de todos, parece terra de ninguém.

³⁸¹ Investimentos em cultura e lazer também são comuns, além dos recentes cuidados com questões ambientais, que independentemente do retorno que podem trazer em termos financeiros e vinculação de uma imagem positiva, indubitavelmente representam uma melhoria nas condições de vida local.

OURO BRANCO

Fig. 126-127: Localização e implantação

Fig. 128: O centro antigo
(CASTRO, 1997)

Fig. 129: Os setores

Fig. 130-132: Vista geral dos bairros
(AÇOMINAS, 1980b)

Fig. 133: Paisagem da cidade
(CAMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO, s.d.)

Fig. 135: A área urbana do município
(GOOGLEARTH)

Fig. 136: O centro antigo
(AUTORA, 2003)

Fig. 140-141: Os centros comerciais
(AUTORA, 2003)

Fig. 142: vista geral
(AUTORA, 2003)

Fig. 134: Zoneamento do município

Fig. 137-139: Habitações
(AUTORA, 2003)

Fig. 143: Monumento SINERGIA de Vilma Nöel
(cartão postal)

Hino de Timóteo

*Timóteo dos meus sonhos
És o meu berço natal
Pensando em ti é que componho
Toda expressão do meu ideal.*

*Terra de riqueza cheia de encantos mil
És uma estrela engatada a brilhar
No coração do meu Brasil!*

*Terra de lindas montanhas
Onde a brisa adquire o perfume
Por isso que causas até,
As terras vizinhas
Inveja e ciúme.*

*Berço dos bons timotenses
Terra é meu lindo rincão
Prá saudar-te é que faço
Esta marcha que nasce
Do fundo do meu coração.*

*Será que tu recordas como eu
Daquela tarde de abril
Em que Timóteo se emancipou
Para ao Brasil.*

*Teu sino alegre sempre a badalar
E os brotinhos sempre em flor
Tu é a mais linda inspiração
De um trovador.*

*Minha cidade querida
O sonho de minha vida
Eu hei de sempre te amar
Eu hei de sempre te amar.*

*Teu povo bem ouvida
Seria ingratição.
Havemos sempre de o ter
No coração.*

*Mas se algum dia eu daqui me for
E não voltar a ti rever
Lembrar- te-ei com todo meu amor
Até morrer.*

IV.1 DE TIMÓTEO A ACESITA: A FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UMA CIDADE

Como o presente, a cidade compõe-se de uma sucessão de passados, de tal forma que seus espaços são mais do que o que ora aparentam, pois embora cada fragmento urbano guarde sua história, seu conjunto é lido e vivido de forma diversa ao longo do tempo. Assim, a história da cidade se conta não somente pelas transformações de seus espaços e edifícios, mas pela re-semantização do léxico urbano, uma leitura constantemente atualizada pela sua imersão em novos contextos e pela emergência de camadas soterradas pelo tempo.

Ao descortinar aspectos esquecidos, esta dinâmica enriquece a leitura do presente e atualiza o passado, de tal modo que, mais do que expor todas as camadas do tempo, neste trabalho busca-se conhecer a cidade de Timóteo, revelando os fatores que deixaram marcas mais profundas, aqueles que penetraram grande número de camadas e causaram transformações que podem ser sentidas até hoje, imprimindo no presente reminiscências de diversos passados.

É neste sentido que se buscou detectar na história de Timóteo tanto os eventos mais significativos no relacionamento entre a indústria e a cidade, quanto os tempos dos quais se tornaram representativos. Num quadro amplo, a história da cidade e seu relacionamento com a companhia podem ser divididos em dois períodos, verificando-se num primeiro um intenso esforço de identificação e coexistência entre ambas, traduzido num movimento cujo objetivo era aproximar e identificar a cidade à indústria, Timóteo à ACESITA. No entanto, com o passar do tempo observa-se a inversão deste movimento, com a abertura da cidade legalizando esta tendência e o plebiscito para decisão do nome da cidade oficializando que Timóteo não é ACESITA, mas ACESITA é Timóteo.

Aprofundando a análise destes dois grandes períodos, chega-se a quatro tempos, três deles tratados na primeira parte do capítulo, relativa ao período de grande identificação entre cidade e empresa, e o quarto na segunda, quando a separação entre elas é mais nítida. O primeiro é o tempo dos “pioneiros” que tem como marco a chegada de uma grande empresa industrial próxima a um pequeno povoado e como figura-chave “doutor” Alderico. O segundo tempo é marcado pela intensificação da construção da cidade operária e ampliação da usina, quando se destaca o General Edmundo Macedo Soares³⁸²; é o período em que se consolida a identidade local fundamentada numa forte coesão social. O terceiro tempo corresponde ao momento de consolidação da consciência cívica da população local, quando a desvinculação entre cidade e empresa, legalmente representada pela “abertura da cidade”, ganha sentido de fato, pipocando greves e manifestações em oposição à usina. Alterações de ordem tecnológica e gerencial marcam o quarto tempo, quando a relação entre cidade e indústria aparece mediada por instituições públicas e embalada pela questão ambiental.

A fim de fazer uma leitura tanto factual quanto perceptiva destes tempos, busca-se construir para cada um deles uma imagem que agrega dados e impressões extraídos de documentos e memórias. Esta imagem deve ser vista como uma fotografia do passado tirada no presente; seu valor não reside tanto

³⁸² A escolha do ano 1946 para seu início deve-se ao fato deste ter sido o ano em que foi contratado o projeto urbano.

na precisão do relato histórico, embora ela seja imprescindível, mas em sua capacidade de síntese de um dado período, na construção de um registro datado do passado.

IV.1.1 O POVOADO E A COMPANHIA (ATÉ 1946)

A formação do povoado que deu origem à cidade de Timóteo tem suas raízes no século XIX, quando a pressão inglesa e a decadência da produção aurífera³⁸³ levaram a coroa portuguesa a buscar novas áreas de exploração³⁸⁴. Entre as áreas que se buscava colonizar estava a do vale do rio Doce³⁸⁵, território que o temor às tribos indígenas e as matas insalubres haviam transformado em barreira ao contrabando na região das minas³⁸⁶. Assim, a fim de promover sua ocupação de forma mais sistemática, além dos incentivos fiscais e doação de terras, foi necessário que os portugueses garantissem o acesso e a segurança aos povoadores³⁸⁷ abrindo estradas, construindo pontes e estabelecendo quartéis e aldeamentos.

Foi neste contexto que, em 1847, Francisco de Paula e Silva solicitou a posse de uma sesmária na região³⁸⁸, onde organizou a Fazenda do Alegre. Situada em local deslocado das principais rotas de colonização³⁸⁹, às margens do córrego denominado “Thimóteo”, um afluente da margem direita do rio Piracicaba a poucos quilômetros do ponto onde este deságua no rio Doce, esta fazenda cresceu e passou a englobar três sesmarias: Alegre, Limoeiro e Timóteo³⁹⁰, possuindo pastos para criação de gado, mulas e cavalos, além de produzir açúcar³⁹¹. Legada a seus descendentes, os 7.267 ha da Fazenda do Alegre, em 1907³⁹², já pertenciam a diversos proprietários, entre eles os irmãos Sebastião e

³⁸³ Conforme apresentado no terceiro capítulo (notas 278 e 279), a Inglaterra vinha pressionando as colônias, no sentido de torná-las mercados consumidores para seus produtos manufaturados, obtendo vantagens na troca com as materiais-primas locais. O que, com o declínio da produção aurífera brasileira, a partir da década de 1870, levou a Coroa portuguesa a buscar novas riquezas passíveis de comercialização.

³⁸⁴ Embora expedições tenham sido enviadas ainda no século XVI (Tomé de Souza -1554, Martim Carvalho – 1567, Sebastião Fernandes Tourinho - 1572 e Luís de Brito – 1574) (DIÁRIO DO AÇO, 1999), foi somente no século XIX que houve uma preocupação com a fixação da população na região.

³⁸⁵ Esta intenção da coroa portuguesa foi expressa nas cartas régias de 13 de maio e 2 de dezembro de 1808, nas quais o caráter comercial da ocupação pode ser observado na obrigatoriedade de tornar produtivas as concessões e fazer uso da mão-de-obra indígena, associada à sua educação cívica e religiosa (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992).

³⁸⁶ Barreira tanto ao envio de ouro quanto à chegada de mercadorias, como o gado oriundo das margens do rio São Francisco.

³⁸⁷ O Comandante Geral das Divisões Militares no vale do rio Doce e Diretor Geral dos Índios da Província era Guido Thomaz Marlière, que por sua crença na civilização dos índios, tornando-os elementos úteis à sociedade, não como escravos, mas como trabalhadores assalariados, era considerado um grande humanista (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992).

³⁸⁸ Embora a solicitação date de 1847, Francisco de Paula salienta que vinha cultivando as terras já há dezesseis anos, o que é confirmado por relatos que atestam sua presença no local desde 1831 (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992).

³⁸⁹ O local onde se estabeleceu a Fazenda do Alegre fora concessão feita a Felício Moreira da Silva, em 24 de outubro de 1825, que se acredita ter retornado à Coroa porque a terra não fora cultivada (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992).

³⁹⁰ No entanto, os artigos que contam a história do município de Coronel Fabriciano relatam que estas três sesmarias foram presente de Dom Pedro II a Francisco de Paula e Silva Santa Maria, recém-chegado de Leopoldina (IBGE, 1957; ASSOCIAÇÃO Comercial, 1985) e não um de seus descendentes, que manteve e ampliou suas poses (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992).

³⁹¹ Segundo relatos de 1855 havia “...huma fazenda denominada Alegre com três sesmarias de terra medidas de cultura confrontando para a nascente com o rio Doce, para o sul com ribeirão do Belém, para o poente com terras de Francisco José Ribeiro da Costa e Manoela Archanjo de Andrade, para ao norte com o rio Paricicava[sic]; assim somos senhores de hum corrigo denominado Baratinha e outro dito Olaria, os houve por compras e levarão os ditos córregos pouco mais ou menos duzentos alqueires onde já tenho princípio de propriedade”. (Livro de Registros Paroquiais 05 apud CARNEIRO & FAGUNDES, 1992: 40)

³⁹² A descrição da fazenda contida nos autos do processo de medição e divisão judicial de seus terrenos em 1906 é a seguinte: “... compõe-se em sua maior parte de terras em matta virgem, com algum campo de capim gordura, capoeiras, de abundante e espessa vegetação denotando boa qualidade do terreno, com exceção de quase todos os altos morros, cuja

João Malachias Ferreira, que neste ano doaram parte de suas terras para construção da capela de São Sebastião, em torno da qual se organizou o arraial, chamado a partir de então São Sebastião do Alegre.

A denominação Timóteo veio posteriormente e tem uma origem controversa até hoje. Segundo alguns (CARVALHO, 1998; SILVEIRA, s.d.)³⁹³, ela é fruto da popularidade do comerciante Manoel Timóteo que, por volta 1915, se estabeleceu no povoado, tornando-se uma referência tão forte que acabou por nomear a localidade. Já a história local considera o nome oriundo da proximidade do córrego do Timóteo (GONZAGA, 1980), assim denominado por Eschwege ao fazer o mapeamento da região no início do século XIX (IMAGEM, s.d.).

Oficialmente, a fundação da vila de Timóteo data de 1840, quando pertencia à freguesia de Santana do Alfíe, até que, em 1891, passou a Comarca de São Domingos do Prata, da qual São José do Gramma tornou-se distrito em 1923, trazendo Timóteo para sua jurisdição. Em 1938, foi criado o município de Antônio Dias Abaixo e o núcleo urbano de Timóteo foi encampado como distrito deste.

Nesse momento, conforme pode-se observar no levantamento realizado pelo Serviço Geográfico do Estado de Minas Gerais (1939), com uma economia baseada na produção rural, seja de gêneros alimentícios, seja de carvão³⁹⁴, o núcleo “urbano” possuía pouco mais que seis ruas (vide mapa) organizadas em torno da capela de pau-a-pique e seu pequeno cemitério nos fundos³⁹⁵ (Elo Diocesano, abril/2003). No entanto, esta condição sofreria profundas mudanças em poucos anos, pois a partir de 1942, o engenheiro Alderico Rodrigues de Paula passaria a percorrer a região buscando um local adequado para a implantação de uma grande siderúrgica, a Aços Especiais Itabira (ACESITA).

Devido à ligação de Percival Farquhar com a ACESITA³⁹⁶, a história remonta à década de 1910; no entanto, 1942 pode ser apontado como marco definitivo para a concretização da empresa, quando a assinatura dos Acordos de Washington, determinando a nacionalização das jazidas brasileiras adquiridas por estrangeiros, possibilitou a Farquhar, em associação com dois brasileiros, Athos de Lemos Rache³⁹⁷ e Amyntas Jacques de Moraes³⁹⁸, aplicar o valor das indenizações pagas pelas minas

vegetação rachítica prova inferioridade do terreno, formando todo o terreno conhecido pela denominação de Alegre uma só parte ou gleba bem distinta; e bem assim nos terrenos chamados Baratinha e Olaria, pertencentes à mesma Fazenda do Alegre, porém separados della por uma facha de terras devolutas... (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992: 42).

³⁹³ Seguindo a mesma linha de raciocínio, no entanto com datas diversas, Suely SILVEIRA (s/d: 1) afirma que “Manoel Timóteo foi um ‘mulato’, dono de uma vendinha localizada na mineração da Lavrinha, em época anterior a 1830 e que se fixou nas margens do Ribeirão Timóteo (nome posteriormente dado com o tempo [sic])”.

³⁹⁴ Fato confirmado tanto pelos números do censo de 1940, que contam no município de Antônio Dias quase cinco mil trabalhadores no setor primário, sete no secundário e menos de sessenta no terciário (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992: 1937), quanto pelos depoimentos do senhor José Fausto D’ÁVILA (17/11/2002), que veio trabalhar numa carvoaria pertencente à Belgo-Mineira em 1941, ou seu Perácio BICALHO (15/11/2002), cujo pai se empregou como seleiro numa fazenda em Coronel Fabriciano em 1934.

³⁹⁵ A capela inicialmente construída de tábuas e coberta de folhas de palmeira foi substituída em 1915 por uma de taipa de mão, sendo assistida por padres de Mariléia, Jaguarauçu e Fabriciano até 1930, quando foi construída a primeira casa paroquial; a efetivação da paróquia, no entanto, ocorreu somente em 1963, quando a atual capela (construída na década de 1950) tornou-se Matriz (ELO DIOCESANO, abril/2003).

³⁹⁶ Este aspecto, explorado no segundo capítulo, encontra-se bem descrito em reportagem do OBSERVADOR ECONÔMICO de jun/1937(nº 17, a).

³⁹⁷ Athos de Lemos Rache (1903-...) vinha de uma família ligada à produção de ferro, filho de Mário Rache (antigo superintendente da usina Esperança (GOMES, 1976)), sendo possuidor da Fundação Burnier, e segundo ATAÍDE (1986), foi o autor da idéia de criar uma usina de aços especiais utilizando carvão vegetal e pelo empréstimo junto à Carteira Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, que possibilitou sua construção. A familiaridade com o assunto pode ser verificada por sua participação nos projetos da AÇOMINAS e USIMINAS, empresa da qual foi diretor, e pelo análise sobre o papel da

pertencentes à Itabira Iron Ore Co. na construção de uma usina de aços especiais³⁹⁹ na região do vale do rio Doce⁴⁰⁰.

Com as jazidas localizadas em Itabira⁴⁰¹ e a necessidade para implantação da usina de combinar a proximidade destas a uma extensa área de relevo pouco acidentado, fácil acesso a vias de escoamento e disponibilidade de recursos energéticos (hídricos e vegetais – madeira), as buscas restringiram-se às proximidades do vale do rio Piracicaba⁴⁰². Incumbido de selecionar o local mais adequado, o experiente engenheiro Alderico Rodrigues de Paula⁴⁰³ começou considerando Itabira que, mesmo sendo mais próxima das jazidas, era por demais montanhosa e apresentava dificuldades para abastecimento de água e carvão. Nova Era e Antônio Dias também foram consideradas, sendo descartadas por causa da topografia acidentada; com relação ao Calado (posterior Coronel Fabriciano), a detenção de grandes extensões de terra próximas à linha férrea por parte da Belgo-Mineira (área que hoje é Ipatinga) inviabilizava o negócio. Por intermédio da indicação de um conhecido do Governador Valadares, Dr. Alderico encontrou, às margens do rio Piracicaba, uma das raras planícies extensas da

siderurgia no desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e dos caminhos tomados na construção da USIMINAS (RACHE, 1957).

³⁹⁸ Amyntas Jacques de Moraes (1898-1977) formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1927), e após participar da construção dos açudes de Orós e Poço dos Paus (CE) e da estrada de ferro Leopoldina, fundou a Companhia de Serviços de Engenharia (SERVIENGE), da qual se originaram as empresas CONIQUEL, CODEMET, CITABRIAN e MATSULFUR. Como grande empresário, fundou ainda as companhias Melhoramentos Ferroviários, Carioca de Bens Móveis, Organizadora Industrial S/A, Nacional de Ferro-Liga, entre outras. Segundo ATAÍDE (1986), as minas em Itabira que possibilitaram o início da empresa eram de sua propriedade; contudo, o material oficial da empresa dá conta somente da compra das jazidas da Brazilian Iron and Steel Co. em 1947 (ACESITA, 1989).

³⁹⁹ Embora Lea de SOUZA (1989) coloque que a idéia da produção de aços especiais ocorreu somente durante o planejamento da segunda fase da primeira expansão da usina, isto parece pouco provável, visto o próprio nome da empresa “Aços Especiais Itabira”

⁴⁰⁰ A atuação de Farquhar, no final da década de 1930, foi resumida por Werner BAER (1976: 94) da seguinte forma: “*Com alguns associados brasileiros, ele fundou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, a qual compraria a opção de Farquhar sobre a Itabira Iron sem a usina siderúrgica. Em setembro de 1939 Vargas autorizou a nova companhia, concedendo-lhe o direito de explorar e exportar o minério de ferro e de operar a estada de Ferro Vitória a Minas. Entretanto, nos anos subseqüentes, Farquhar encontrou dificuldades na obtenção de financiamento para a companhia. Finalmente, em 1942, o Governo brasileiro desapropriou a empresa. Com o dinheiro que lhe foi pago pelo Governo Brasileiro, Farquhar e alguns associados brasileiros fundaram a empresa siderúrgica ACESITA (Aço Especiais Itabira) que foi construída próximo de Itabira. Farquhar justificou a localização da usina, longe dos centros consumidores, com base em que a empresa produziria aços especiais de tal qualidade que, a despeito dos custos de transportes, eles seriam competitivos. A medida que a usina foi construída, foram obtidos mais financiamentos do Banco do Brasil e em 1952 o banco tinha o pleno controle da companhia.*”

⁴⁰¹ Segundo Lea de SOUZA (1989: 14), “*Apesar da venda, o Grupo Farquhar ficou ainda com grandes jazidas de minério em Itabira e concessões de quedas d’água no rio Piracicaba. Com isso, Percival Farquhar reativa a sua idéia de construção de uma siderúrgica na região.*”, ATAÍDE (1986), no entanto, diz que as jazidas eram de propriedade de um de seus sócios, Amyntas Jacques de Moraes.

⁴⁰² Segundo José FERREIRA (1997), foi definido por Athos Rache e por Constantino Nicholoff, enviado da H. A. Brassert, empresa norte-americana responsável pela elaboração do projeto definitivo da usina, que sua localização deveria ser entre Itabira e Aimorés, ao longo da Estrada de Ferro Vitória-Minas.

⁴⁰³ No **Boletim Informativo da Associação dos Aposentados de ACESITA** (n.º 03, s/d), onde se relata a vida de alguns de seus mais eminentes associados, consta que Alderico Rodrigues de Paula era natural de Bonfim (MG), trabalhou na Secretaria de Agricultura até 1932, quando se formou engenheiro pela Escola de Minas de Ouro Preto (ATAÍDE, 1986), quando passou a trabalhar na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais onde, além da prospecção de petróleo no Acre e levantamentos geológicos no Rio Grande do Sul participou da abertura de estradas como a São Romão (MG)-Formosa (GO) e a Rio-Bahia, até ser contratado definitivamente pela ACESITA em 1944, para a qual já fazia levantamentos desde 1942. Após os estudos para construção da hidroelétrica, foi nomeado Superintendente Geral e incumbido da “... derrubada das matas, terraplanagem e levantamento topografico, ligação (por balsa com Cel. Fabriciano, ramal ferroviário e ponte Mauá. Construiu-se também estrutura de apoio como armazém, hospital, hospedaria, serraria, olaria, hortas, etc. Paralelamente orientou a execução de um plano de urbanismo para a cidade, iniciou a construção das primeiras casas nas Bromélias e Técnicos, além dos acampamentos do Algodão e Quitandinha”. Segundo José Nazareno o senhor Alderico Rodrigues de Paula (1906-1999) era engenheiro, trabalhara participando em expedições de levantamento geológico no Acre e no Rio Grande do Sul até ser contratado definitivamente pela ACESITA em 1944, para a qual já fazia levantamentos desde 1942.

região, era a Fazenda Angelina, de propriedade do farmacêutico Raimundo Alves Carvalho⁴⁰⁴.

Selecionada a área, ele iniciou as negociações para sua aquisição, “Mas a compra não foi fácil”, como afirma ATAÍDE (1986: 45), pois os proprietários não tinham interesse em vender a fazenda. Com a recusa inicial, Alderico de Paula passou a adquirir em seu nome as propriedades no entorno⁴⁰⁵ (Fazenda do Alegre, Fazenda Cachoeirinha, Fazenda Querubino, Fazenda do Vieiras, além de terras na região do Barreiro, Atalho e Timotinho), de modo que, ao fim dos conflitos, que foram desde ameaças de desapropriação até telegramas ao presidente da República, quando Raimundo Alves concordou em se desfazer de seus quase quatrocentos hectares, perto de quinhentos outros já haviam sido adquiridos (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992: 66).

Acertada a localização da usina, em 31 de outubro de 1944, foi oficializada a fundação da empresa, com o nome de Companhia de Aços Especiais Itabira Ltda. (ACESITA), sendo subscritos 171 acionistas e capital de Cr\$ 64.000,00 (equivalente a aproximadamente US\$ 3.500.000,00). O objetivo do empreendimento era a construção de uma usina com auto-suficiência em matérias-primas e energia, capaz de produzir “... aços especiais⁴⁰⁶ de tal qualidade que, a despeito dos custos de transportes, eles seriam competitivos” (BAER, 1976: 94). Assim, além da aquisição das minas da Brazilian Iron and Steel Co., em Itabira, e grandes extensões de terra para plantio de eucalipto⁴⁰⁷, da construção da indústria e da cidade operária, previa-se a construção de uma hidroelétrica⁴⁰⁸.

Hoje, no entanto, a imagem representativa deste tempo não é a destas obras, mas a da singela igreja de São Sebastião e do povoado que se organizava ao seu redor. Atestando a juventude do povoado, suas ruas eram por demais largas e retilíneas para se enquadrarem na tradição colonial mineira, além do que, partiam do córrego do Alegre, enfrentando o morro sem curvas e meandros até atingirem o rocio da pequena igreja. Esta construção de paredes de taipa e teto de folhas de palmeira, com o pequeno cemitério aos fundos, era tão simples quanto o casario ao seu redor e, assim como ele, não resistiria ao

⁴⁰⁴ Raimundo Alves de Carvalho havia chegado à região em 1922 para gerenciar a farmácia da Estrada de Ferro Vitória-Minas, situada no Córrego Nossa Senhora (atual Parque Industrial da Usiminas), iniciando a construção da Fazenda Dona Angelina em 1928 (SILVEIRA, s/d).

⁴⁰⁵ Esta estratégia visava tanto obter preços menos elevados, pois não criava expectativas quanto à valorização das terras devido à implantação de um grande empreendimento nas vizinhanças, quanto acelerar sua implantação, uma vez que oficialmente a companhia ainda não existia (ATAÍDE, 1986).

⁴⁰⁶ A idéia inicial era que a usina produzisse um milhão de toneladas de aço por ano, no entanto, restrições orçamentárias levaram a serem previstas três etapas de 60 mil t/ano. No entanto, as 180 mil t foram atingidas somente na década de 1970 (vide AnexoI_tab 01) e a produção de aços especiais iniciou-se somente em 1955, pois o funcionamento da aciaria dependia da conclusão da hidroelétrica, quando então se iniciou a fabricação de chapas de aço silicioso (FUNDAÇÃO ACESITA, s.d.2).

⁴⁰⁷ Segundo Francisco Magalhães GOMES (19760), a ACESITA “foi uma das companhias que mais cuidou do reflorestamento”.

⁴⁰⁸ A usina de Sá Carvalho localiza-se a 21 km da usina da ACESITA, na Cachoeira do Salto, Município de Antonio Dias, ela foi inaugurada em 1951, constituindo-se na única fonte de energia da usina até 1971 e, na época, a maior do Estado. Segundo José FERREIRA (1997), a concessão de exclusividade para exploração da usina foi consequência das boas conexões políticas dos sócios, vencendo a resistência da CVRD, que de 1944 a 1947 partilhava a concessão. Na data de sua construção, era a maior hidroelétrica mineira, sendo responsável por fornecer eletricidade para as cidades de Timóteo, Coronel Fabriciano, Antônio Dias (até 1983) e Belo Horizonte (1952-1961), e também para as usinas da Belgo-Mineira, em Monlevade (1952-1960) e da Usiminas, em Ipatinga (160-1961) (ACESITA, 1989). Em 1999 a usina foi vendida à CEMIG (s.d.).

tempo, sendo totalmente reconstruída na década de 1950⁴⁰⁹. Mas por trás de toda esta singeleza se escondia uma intensa vida social, e ainda que não houvesse coreto ou mesmo um jardim organizado, a banda de música fazia soar alto seus acordes em frente à igreja, enquanto na loja de “seu Joaquim” eram representadas peças como “*Rei Herodes*” e “*O diabo atrás da porta*”. Também a fazenda deste comerciante tornava-se sede do clube de futebol local, o Florestino Social Clube. Assim, do alto do morro, a vila de Timóteo testemunhava a chegada do “doutor Alderico”, insuspeita das transformações que suas sucessivas visitas iriam provocar. E, enquanto as fazendas iam se agrupando e a produção agrícola ia minguando, a pouco menos de cinco quilômetros, uma extensa planície às margens do rio Piracicaba começava a ser desmatada. Nesse local, destino de homens, máquinas e mercadorias que constituíam quase toda a carga desembarcada na estação do Calado, começavam a ser plantadas as sementes da moderna cidade de Timóteo, relegando à pequena vila o papel de abrigar parte desse contingente de estranhos.

⁴⁰⁹ Segundo depoimento de Joana Coelis de Araújo, a construção da nova Matriz de São Sebastião ocorreu em 1954, quando Monsenhor Rafael era o responsável pela paróquia. Por intermédio da compra de votos, cada um correspondente a um tijolo, a própria comunidade incumbiu-se de erguer a nova igreja (CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 2003).

Fig. 144-146: O povoado de Timóteo (localização e situação nas décadas de 1930 e 1940)
(ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO; SILVEIRA, s.d.1)

Fig. 147-148: Sede das fazendas Angelina e do Alegre
(SILVEIRA, s.d.1)

Fig. 149-151: A capela e o entorno da praça 29 de Abril
(SILVEIRA, s.d.1)

Fig. 152-155: Sedes das fazendas da região (Pedro Estevão, Joaquim Ferreira Souza, dos Maia, Tonico Lunga)
(SILVEIRA, s.d.1)

IV.1.2 A CIDADE EMPRESARIAL DA ACESITA (1946-1968)

Iniciados em 1945, com levantamentos topográficos, seguidos dos serviços de terraplanagem, construção dos acampamentos provisórios e oficinas de apoio (mecânica, serraria, cerâmica⁴¹⁰ e pedreiras), os trabalhos para a construção da usina foram conduzidos por profissionais estrangeiros⁴¹¹, enquanto a construção da cidade era levada a cabo pela própria empresa⁴¹², contando com técnicos nacionais e trabalhadores oriundos da região⁴¹³.

Embora desde o início se explicitasse a necessidade e intenção de construir uma ampla estrutura urbana⁴¹⁴ para dar apoio ao empreendimento, a elaboração de um plano urbanístico inicialmente foi tida como fator secundário, de modo que “... as primeiras habitações construídas pela ACESITA não obedeciam a nenhum critério de planejamento,... [pois] do ponto de vista da empresa, não se faziam urgentes neste momento grandes investimentos no setor de moradia.” (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992: 66). A grande disponibilidade de terras adquiridas pela empresa, a parca urbanização da região e a ausência de pessoal qualificado⁴¹⁵ cuja atração justificasse maiores dispêndios eram fatores que permitiam um certo descaso com o urbano, priorizando-se o projeto industrial. Portanto, as primeiras moradias operárias não seguiram nenhum projeto urbano pré-definido, localizando-se o mais próximo possível da área industrial; as casas eram edificadas em pau-a-pique ou com a madeira dos caixotes dos equipamentos importados dos Estados Unidos, fazendo com que alguns bairros recebessem apelidos como *Mundo Vira*⁴¹⁶ e *Vai quem quer*⁴¹⁷ ou, ainda, *Vila dos Caixotes*⁴¹⁸.

⁴¹⁰ Nazareno ATAÍDE (1986) diz que eram cinco as olarias construídas pela ACESITA. Situada entre os bairros *Bromélias* e *Timotinho* estava a número 1, no *Santa Maria* a 3, no *Algodoal* a 4, no *Quitandinha* a 5 e uma das poucas remanescentes, a número 2, é o Forno Hoffman, no atual bairro Novo Horizonte, próximo ao Olaria. Construído para fornecer tijolos refratários para revestimentos dos fornos, este edifício tornou-se um dos cartões postais da cidade, e após ter passado por uma “restauração”, na década de 1990 foi transformado em clube (CENTRO de Tradições Mineiras, 1989).

⁴¹¹ No caso, o projeto siderúrgico era de autoria da H. A. Brassert Co., contando com equipamentos importados dos Estados Unidos, enquanto a construção da hidroelétrica, projetada pela Empresa Brasileira de Engenharia, teve como responsáveis o engenheiro americano Lloyd Pratt, o suíço Fancis Salgat e o francês Marcel Berthe (ACESITA, 1989).

⁴¹² De acordo com José FERREIRA (1997), as obras civis foram levadas a cabo tanto por trabalhadores contratados diretamente pela empresa como pela Companhia Melhoramentos Ferroviários, de propriedade de Athos Rache e Amynthas de Moraes, os sócios brasileiros de Percival Farquhar.

⁴¹³ Segundo LEMOS & PIRES (1992), muitos funcionários que trabalharam na construção da usina e da cidade foram trazidos por Athos Rache que, sendo empreiteiro e tendo participado da construção da ferrovia Vitória-Minas, nela os havia recrutado.

⁴¹⁴ Em CARNEIRO & FAGUNDES (1992), já em maio de 1945 iniciaram-se os contatos para contratação de Romeu Duffles para elaborar “... um projeto de urbanização para a região, dando prioridade à construção de uma vila operária”.

⁴¹⁵ Como se pode perceber pelas entrevistas, a maior parte do pessoal empregado na construção da usina era oriunda das redondezas (as únicas exceções são a família Duffles e José Luiz Batista, sendo que a maioria dos entrevistados ou seus familiares, esteve envolvida de alguma forma com a produção de carvão para a Belgo-Mineira), sendo o pessoal especializado abrigado na sede da fazenda Dona Angelina (atual Restaurante ACESITA).

⁴¹⁶ Este acampamento localizava-se “... na margem do Piracicaba, na entrada da ponte, debaixo do viaduto que passa sobre a Estrada de Ferro”, e seu nome é uma referência à fazenda Mundo Vira, antiga propriedade de Amynthas Jacques de Moraes (em Itabira) (ATAÍDE, 1986: 216).

⁴¹⁷ Situava-se onde hoje é a laminação, e recebeu este nome porque eram muitas casas e muita gente circulando no local. No entanto, quando foram construídas habitações melhores, o controle na distribuição das casas levou este novo bairro a ser apelidado de *Vai quem pode*. Segundo ATAÍDE (1986), o *Vai quem pode* localizava-se atrás do *Cruzeirinho*.

⁴¹⁸ Solicitados a colaborar na localização da *Vila dos Caixotes* os entrevistados (Sr. Fausto, Fernando Sena e Sr. Wavá) disseram tratar-se da área onde hoje se situa o Centro Norte, sem que, no entanto, fossem capazes de precisar sua localização.

Os primeiros bairros construídos foram o *Quitandinha*⁴¹⁹ e o *Algodoal*⁴²⁰. No entanto, enquanto o *Quitandinha* abrigava o escritório⁴²¹ (hoje Associa⁴²²) e a escola⁴²³ da companhia, sendo mais tarde completamente reconstruído em alvenaria, o outro contava com cerca de oitocentos “barracões” de madeira que foram totalmente demolidos e jamais reconstruídos. Outra área que foi ocupada sem planejamento no início da implantação corresponde às imediações da antiga sede da fazenda Angelina (atual restaurante ACESITA). Além de uma capela (São José), construída em 1946, ao seu lado (atual Rua Vinte de Novembro) foi erguido um conjunto de galpões, onde funcionaram armazém, açougue, padaria, barbearia, farmácia, cinema e ambulatório⁴²⁴ (FUNDAÇÃO ACESITA, 2000 e 2000a).

A fundação do ACESITA Esporte Clube em 1945⁴²⁵, do cinema São José em 1947 e o início da construção do Hospital da ACESITA em 1946 (concluído em 1956) demonstraram que preocupações com o lazer e a saúde dos operários existiram desde os primeiros momentos, assim como com a necessidade de melhorar as condições de acessibilidade, sendo construída a Ponte Mauá⁴²⁶ e aberta a estrada que liga a usina à vila de Timóteo.

A contratação de um projeto urbano ocorreu somente em 1946, quando foi chamado o engenheiro Romeu Duffles Teixeira⁴²⁷ para “... elaborar um projeto de urbanização para a região, dando prioridade à construção de uma vila operária” (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992: 40). No entanto, o projeto entregue em 1953 não foi seguido na íntegra, verificando-se que somente o bairro *Funcionários* possui traçado idêntico ao inicialmente projetado⁴²⁸ por Romeu Duffles. Mas, apesar das diferenças, algumas diretrizes gerais foram seguidas, como se podem observar pelo perfil das ruas e a organização dos

⁴¹⁹ O nome *Quitandinha* é um exemplo do humor que marcou a história desta comunidade, que diante da rusticidade das instalações oferecidas, em especial o edifício em madeira onde eram alojados os solteiros, deram ao local o mesmo nome do luxuoso cassino de Petrópolis, *Quitandinha* (ACESITA, 1989).

⁴²⁰ Segundo Nazareno ATAÍDE (1986: 215), o *Algodoal* foi um bairro construído no início; eram aproximadamente 800 barracas muito pequenas, “... todas de pau-a-pique e sapé, na beira do rio Piracicaba, de frente para o Pinga, zona Boêmia de Coronel Fabriciano e de toda a região”, era o porto de embarque da balsa, do qual hoje não resta nada.

⁴²¹ O escritório da usina funcionava nos momentos iniciais em Antônio Dias, mudando-se seis meses depois, já em 1945, para um escritório de madeira no bairro *Quitandinha*. (FUNDAÇÃO ACESITA, 2000).

⁴²² A Associa é o nome da cooperativa de consumo dos funcionários da ACESITA. Ela foi fundada com o auxílio financeiro da ACESITA em 1984 e em dois anos já possuía quase 3.200 associados (ATAÍDE, 1986). Hoje ela possui farmácias e armazéns tanto nas áreas de exploração do carvão vegetal como na cidade (*Centro Norte, Quitandinha e Timirim*).

⁴²³ Tratava-se das Escolas Reunidas ACESITA; só em 1949 foi criada a Escola Municipal Ana Moura (MEMÓRIA AMBIENTAL DE TIMÓTEO, 2000). A ACESITA construiu também: Escola Estadual Getúlio Vargas (*Funcionários*), Escola Estadual Carlos Drumond de Andrade (*Olaria*), Escola Estadual Tenente José Luciano (*Quitandinha*), Escola Estadual Percival Farquhar (*Técnicos*) e as escolas técnicas: Escola de Formação Profissional (criada em 1954 em convênio com o SENAI), Colégio Macedo Soares (localizado no centro, foi criado em 1956 e doado aos padres salesianos, que o mantiveram até 1971) e Instituto Educacional Monsenhor Rafael (administrado pelas irmãs da Beneficência Popular, numa pequena construção na praça 1ª de Maio, a fim de atender a população feminina. O Instituto foi crescendo até que em 1971, com o novo prédio no *Timirim*, incorporou os alunos do Colégio Macedo Soares, sendo posteriormente encampado pela UNILEST) (ATAÍDE, 1986).

⁴²⁴ O serviço de assistência médica foi implantado em 1945 e era dirigido pelo Dr. Pedro Sampaio Guerra, atendendo, além dos acidentes de trabalho, doenças como a febre amarela, malária e verminoses, comuns na região (MEMÓRIA AMBIENTAL DE TIMÓTEO, 2000). Mas além destas doenças, Nazareno ATAÍDE (1986) coloca que eram comuns pacientes com surtos psicóticos, em decorrência da necessidade de “ajustes do homem do campo aos novos hábitos, ao intenso ritmo de trabalho, horários rígidos, etc., além de uma alimentação fraca, de difícil aquisição” (ATAÍDE, 1986: 230).

⁴²⁵ Para atividades de lazer e cultura, vide capítulo VI.

⁴²⁶ Recebeu este nome porque a companhia construtora era a Empresa Mauá do Rio de Janeiro (ATAÍDE, 1989).

⁴²⁷ As principais recomendações da ACESITA a Romeu Duffles no projeto dos bairros operários eram: - lotes amplos, para evitar conflitos com vizinhos, criação de aves e vegetais; - respeito e valorização da paisagem natural; - “atenção para o problema religioso, facilitando-o, para que o catolicismo contribuísse eficazmente no combate a idéias extremistas”; - a casa como local de repouso (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992: 42).

⁴²⁸ O *Bromélias* e *São Cristóvão*, embora apresentem um traçado bem próximo, acabaram tendo quarteirões menores e mais regulares que os inicialmente projetados, enquanto os demais foram bastante alterados.

espaços no bairro das *Bromélias* e no centro, onde, embora a localização tenha sido completamente alterada, o esquema definido por uma grande alameda central e quadras comerciais abertas foi mantido.

A maioria dos bairros construídos nas décadas seguintes, como: *São Cristóvão, Alvorada, Timotinho, Garapa, Serenata, Funcionários, Timirim, Santa Maria, Olaria e Novo Horizonte*, apresenta traçados bastante diferentes do plano original, embora se localizem em áreas cuja ocupação estava prevista. Situação oposta ao Centro e aos bairros *Quitandinha* e *Técnicos*, que ocupam áreas anteriormente destinadas à expansão da usina. (vide mapa evurb, 1940)

Apesar da conclusão das obras e do início do funcionamento da usina, com a primeira corrida de gusa ocorrendo em 1949⁴²⁹, imagens, depoimentos e entrevistas que falam da usina e da cidade nesse período pintam um retrato dominado pela incompletude, pelo porvir, o que transparece na fala de José Moreira de Castro que era Escrivão de Paz no povoado em 1947:

... não possuíamos água potável, luz, prédio escolar, igreja, praças, calçamentos e nem urbanização na cidade, poucos prédios de construção que pudessem aparecer, nenhum de alvenaria, mesmo prevendo breve e risonho futuro... (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992: 43).

Imagem que começaria a se alterar a partir de 1950, quando o Banco do Brasil assumiu o controle acionário da companhia.

A participação do Banco do Brasil na empresa existiu desde os primeiros momentos, quando os sócios não conseguiram reunir mais que 65% (US\$ 2,1 milhões) do capital inicial previsto (US\$ 3,2 milhões) para a concretização do empreendimento⁴³⁰. O agravamento das dificuldades iniciais pode ser sentido pela compra dos equipamentos da laminação e de algumas oficinas em leilões de sucata de guerra nos Estados Unidos. A situação tornou-se insuportável em 1950, obrigando a contratação de sucessivos empréstimos que, começando em US\$ 7,5 milhões, neste mesmo ano, atingiram a casa dos US\$ 20 milhões, com o custo total para conclusão da usina e da cidade sendo atualizado para US\$ 25 milhões⁴³¹, valores que levaram o Banco do Brasil a transformar sua dívida em 79% do capital da empresa e tornando-se acionista majoritário da empresa (LE MOS & PIRES, 1992).

Ao assumir o controle da empresa, o Banco do Brasil realizou estudos⁴³² a fim de determinar a viabilidade do empreendimento. Nesses estudos, a ACESITA era vista como um empreendimento de

⁴²⁹ Em 1949 realizou-se a primeira corrida de gusa e foi inaugurada a forjaria (ATAÍDE, 1986), considerada “*uma das melhores seções de que dispõe o conjunto*”, que juntamente com a venda do gusa, constituiu-se em importante fonte de recursos por intermédio da venda de enxadas, machados, facões e garfos (**Observador Econômico**, set/1953).

⁴³⁰ Para José FERREIRA (1997: 48), o equacionamento financeiro do projeto só se viabilizou graças às relações pessoais dos sócios. “*Athos Rache era sobrinho e genro de Pedro Demóstenes Rache, diretor da Agência Especial de Financiamento do Banco do Brasil. Amyntas de Moraes, por sua vez, era sobrinho de João Vieira de Macedo, fazendeiro gaúcho, ..., amigo pessoal de Getúlio Vargas, assim como Pedro Rache*”, sendo eles os responsáveis por intercederem em favor da liberação de recursos junto ao Banco do Brasil. Além disso, na disputa com a CVRD pelo direito de exploração da Cachoeira do Salto, contaram com o apoio de Luciano J. de Moraes, irmão de Amyntas, então diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral.

⁴³¹ Estimando-se que o custo de implantação final superou em 200% do que fora inicialmente planejado (LE MOS e PIRES, 1992).

⁴³² Formaram-se duas comissões dirigidas, respectivamente, pelo General Edmundo de Macedo Soares, apoiado por Paulo Miguel Bohometz, e Glycon de Paiva, auxiliado por Fonseca Costa, sendo que o diagnóstico que prevaleceu foi o da “*... primeira comissão [que], assessorada por empresas americanas, concluiu pela continuidade das obras de montagem da usina e pela necessidade de sua ampliação sucessivamente para 120 mil e 240 mil toneladas/ano de aço bruto de modo a torná-la economicamente viável*” (FERREIRA, 1997: 50).

grande importância para o desenvolvimento industrial do país, tanto por ser a única usina que se propunha à fabricação de aços especiais⁴³³, quanto por sua auto-suficiência energética e em termos de matéria-prima. Estas condições lustravam os brios da nação por fazê-la, à exceção da tecnologia importada⁴³⁴, totalmente independente de outros países. Assim, sob a óptica nacionalista, mesmo a construção da cidade operária assumia ares desenvolvimentistas, sendo comparada em reportagem do OBSERVADOR ECONÔMICO (1953: 81) à interiorização promovida pela CHESF e por Volta Redonda, afirmando-se que, assim como esses empreendimentos, a ACESITA “passará a marcar, no mapa do Brasil, um novo núcleo de vida, de trabalho, repetindo em termos civilizados tudo que praticaram os bandeirantes” e transformando

... o que era selva, hostil ao homem pelas condições sanitária, tornou-se num centro de civilização. Além de cuidar de sua produção de aços especiais, ACESITA realiza obra de ocupação do território, no sentido social econômico e político. O capital investido no empreendimento não pode, assim, ser considerado apenas em função de um fábrica. E isto justifica plenamente o amparo que lhe tem dado o Governo federal. (OBSERVADOR ECONÔMICO, 1953: 81)

Assim, a tomada do controle acionário da companhia pelo Banco do Brasil marcou um momento de ruptura no relacionamento entre a cidade e a indústria, quando um projeto urbano e social de cunho nacionalista passou a ser incorporado de forma definitiva ao industrial, marcadamente desenvolvimentista.

A implementação desses projetos e a concretização dessa visão ficaram a cargo do General Edmundo de Macedo Soares e Silva⁴³⁵ que, indicado para o cargo pelo presidente do Banco Central, assumiu a direção da empresa em junho de 1952. Em sua gestão (1952-1957) foram traçados os rumos da política urbana e industrial adotada pela empresa, notando-se pela primeira vez uma preocupação com o conjunto do empreendimento, que afirmou ter o desejo de transformar num “... marco definitivo que fará o seu prazer e a sua honra; e mais [sic]; acima de tudo colocará o Brasil no nível das nações mais adiantadas, ...” (**Índice de Suplemento de ACESITA**, 1953).

Diante de objetivos tão nobres e grandiosos, para Macedo Soares o projeto de Farquhar e seus associados pareceu muito acanhado, sendo lembrado por ele em depoimento concedido ao CPDOC em

⁴³³ A disponibilidade de aços especiais mais acessíveis seria um elemento impulsor do desenvolvimento da indústria mecânica brasileira, em especial a automotiva, cujos componentes de aços finos chegam à casa dos 25%, que até então era totalmente dependente de mercadorias importadas (OBSERVADOR ECONÔMICO, 1953).

⁴³⁴ Condição que era vista como facilmente remediável pelo investimento na formação de profissionais por meio de cursos profissionalizantes, bem como via intercâmbio com outros países, postura defendida constantemente por Macedo Soares (SOARES E SILVA, 1945: 44).

⁴³⁵ O General Edmundo Macedo Soares e Silva era professor de Engenharia do Exército e membro da Comissão Nacional de Siderurgia; foi presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, e tendo acompanhado todo o processo de implantação da indústria de base no país, foi chamado com frequência pelo presidente Vargas, a fim de emitir pareceres sobre a questão. Segundo TRONCA (1983), suas colocações e argumentos foram os que mais fortemente influenciaram a política siderúrgica e de exportação de minérios adotada por Vargas. Entre os principais cargos que ocupou estão os de ministro da Viação do governo Dutra, governador do Estado do Rio de Janeiro, diretor-presidente da CSN e da ACESITA, vice-presidente e, posteriormente, consultor da Mercedes-Benz do Brasil, presidente da Confederação Nacional das Indústrias, ministro da Indústria e do Comércio do governo de Costa e Silva, foi ainda consultor da Cosipa, Mannesma, Dedini e Stand Eletric. Foi defensor da desvinculação entre o comércio de minério de ferro e a indústria siderúrgica; defendeu a implantação de uma usina de carvão mineral na região do rio Doce juntamente com a United States Steel Co. Foi ainda professor na Escola Superior de Guerra, escreveu o livro “O ferro na história e na economia do Brasil” e inúmeros artigos sobre mineração e siderurgia para a revista Observador Econômico.

1987⁴³⁶ como “*uma coisa pequeninha*” que lhe coubera transformar em grandiosa. Assim, acreditava, como muitos outros militares chamados a dirigir estatais durante o período militar, que fora “chamado para corrigir as coisas”⁴³⁷, incumbindo-se de “transformar a empresa” que, embora tivesse equipamento completo, vendia pouco quando chegou.

Com relação ao trabalho desenvolvido na empresa, afirmou que na usina teve “... *que aumentar o trem de vergalhões e fazer o trem de chapas*”, possibilitando que “*Por volta de 1955 a usina pass[asse] a funcionar com equipamento que comprei*”⁴³⁸, e na parte urbana, construiu tudo: “*Eu construí tudo: a cidade, as escolas, o posto de saúde, as casas, tudo*”⁴³⁹ (FARIAS & HIPOLITO, s/d: 135). O que, se não é totalmente verdade, foi a impressão que deixou. Dessa forma, embora não tenha sido o diretor que ficou mais tempo no cargo, sua gestão foi a mais marcante e seu nome um dos mais celebrados ainda hoje.

Contando com recursos oriundos do Banco do Brasil e do Banco Francês Parybas, respectivamente para ampliação da usina, compra de terras e equipamentos, Macedo Soares iniciou a elaboração e aplicação do primeiro plano de expansão da usina. Este plano previa aumentar a produção para 240.000 t/ano, englobava também a adequação da forjaria à produção voltada à indústria automobilística, a implantação do setor de laminação de chapas de aço silício, a instalação do forno elétrico de redução, da rede d’água industrial, trens desbastadores, poços elétricos, etc., exigindo o incremento da produção de carvão e energia elétrica, o que levou a ampliar a capacidade da barragem de Sá Carvalho e a compra de terras para plantio de eucalipto (ACESITA, 1989).

Além destes trabalhos de ampliação, um dos principais objetivos de Macedo Soares era garantir um corpo operário devidamente capacitado, para não somente manter a usina em funcionamento, mas acompanhar seu desenvolvimento; objetivo que o levou a investir em duas frentes: no incentivo à formação técnica, por intermédio do estabelecimento de cursos profissionalizantes e do intercâmbio com instituições e profissionais estrangeiros⁴⁴⁰, e na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, pois acreditava que: “Se não houver boas condições, não teremos pessoal capacitado para a indústria” (ATAÍDE, 1986: 136).

Uma expressão clara da visão do general quanto aos desafios a serem enfrentados neste sentido pode

⁴³⁶ Este depoimento faz parte do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), iniciado em 1975, que conta com depoimentos de personalidades que se destacaram na vida pública nacional a partir do início da década de 1920.

⁴³⁷ Vide Trabalho Programado 10.

⁴³⁸ Realmente, mesmo antes do início dos trabalhos de ampliação, já no primeiro ano da administração de Macedo Soares, observando-se um salto na produção de gusa que, embora não atinja as 60 mil t/ano previstas no projeto original, chega à casa das 40 mil t/ano (vide tab. produção 1949-1957).

⁴³⁹ O ânimo e o ímpeto com que Macedo Soares se entrega à tarefa que lhe fora destinada podem ser sentidos pela sua descrição das realizações do seu segundo ano como presidente da empresa: “*Do seu conjunto resultaram: 458 residências, das quais 219 permanentes foram edificadas e não contemos as residências provisórias na mata e acampamentos. Da mesma forma, a nossa rede de água, que está sendo executada de forma definitiva, estende-se mais cerca de 9 km, do mesmo modo, nossa rede de esgoto. A área pavimentada agora abrange 26.000m². A instalação de colaboradores, para esterilização da água; o reforço do abastecimento de água, de 259.000 litros por 24h, com a construção da barragem do Zé Adão, e o início da arborização, são marcos a assinalar...*” (Índice de Suplemento de ACESITA, 1953).

⁴⁴⁰ Sua crença na necessidade de formação da mão-de-obra para a indústria foi demonstrada em inúmeras ocasiões, afirmando ser este um fator essencial para o desenvolvimento da indústria brasileira; para tanto, achava vital o investimento em formação (OBSERVADOR ECONÔMICO, 1945 e 1957).

ser observada neste trecho, extraído de um discurso proferido em almoço comemorativo no final de seu segundo ano como presidente da empresa:

*“Em terras mais avançadas e em civilização, mais adiantadas na sua industrialização, não encontramos os mesmos problemas que temos que enfrentar em ACESITA. Assim, temos que nos preocupar muito mais com o **bem estar dos nossos colaboradores**, numa **região de pouco progresso** ainda. Pensamos desde logo em dar o maior **desenvolvimento possível à nossa cidade**, e daí o **planejamento** feito para que, com todo o rigor possível – com os elementos de que dispomos e com os que temos ido buscar longe **de ACESITA**⁴⁴¹ – tenhamos um projeto harmonioso e possa a nossa cidade oferecer-vos, no futuro, o conforto de que necessitais e que mereceis. **Iluminação, calçamento, sistema de águas e esgotos, escolas, clubes, corpo de bombeiro**, tudo isso foi objeto de atenção... . Queremos que **ACESITA seja o orgulho do Brasil**, com já o são outras **cidades nossas construídas expressamente para objetivos predeterminados**, como Belo-Horizonte,... Goiânia,...; ACESITA será como outras cidades industriais, entre as quais podemos citar: Siderópolis, em Sta. Catarina, e Volta Redonda, no vale do Paraíba.” (Índice de Suplemento de ACESITA, 1953) (sem grifo no original)*

Assim, fica claro que além da criação de cursos técnicos como os oferecidos pela Escola de Formação Profissional⁴⁴², criada por ele em 1954, era necessário fazer da cidade, tanto quanto da fábrica, objeto de orgulho e honra.

Para ele, não há distinção entre a cidade e fábrica; ambas são ACESITA, fazendo com que a condição de uma seja transferida à outra, o que justifica o emprego constante, nos documentos deste período e na referência dos moradores mais antigos, do nome ACESITA tanto para a usina quanto para a cidade.

Visando completar esta visão de progresso, foi incentivado também o desenvolvimento de atividades de lazer, com a criação do Clube Elite e da Comissão de Bem-Estar Social (1952), assim como foi instituído o concurso de jardins (ATAÍDE, 1986), ocorrendo ainda nesta época os primeiros desfiles carnavalescos (SENA, 22/abr/2002) .

Esta intensificação da vida social na comunidade muitas vezes requereu obras de infra-estrutura, como rede de telefonia e de iluminação, além de obras civis, como o centro comercial (1953 - farmácia, açougue e confeitaria), a sede do Elite Clube (1952), a Praça 1.º de maio (1955), a ponte Mauá (1956), o Colégio Edmundo Soares Macedo (1956 – dirigido por salesianos), o cinema Marabá (1955 – atual Cobal ⁴⁴³) e o Colégio Técnico de Metalurgia (1963) (ATAÍDE, 1986).

Outro fator que vinha sendo negligenciado, e que pela primeira vez recebeu maior atenção, foi o abastecimento de gêneros alimentícios. Como era comum na região, com a drástica redução do número de pequenas propriedades e o núcleo de operários crescendo rapidamente, a dificuldade de obter alimentos frescos logo se impôs. E, embora desde 1946, a empresa houvesse pensado em organizar uma Cooperativa de Consumo, esta não chegou a concretizar-se (ATAÍDE, 1986)⁴⁴⁴, de modo

⁴⁴¹ É interessante notar o emprego de ACESITA como o nome do local, não somente da usina, uma constante tanto nos documentos deste período quanto na referência dos moradores mais antigos e que resiste até os dias de hoje.

⁴⁴² Em convênio com o SENAI, eram oferecidos cursos como os de soldador, eletricista, traçador, mecânico, etc. Até que em 1963, anexo à escola, foi criado o Colégio Técnico de Metalurgia (ATAÍDE, 1986).

⁴⁴³ Posteriormente, o cinema foi transferido para o novo prédio, que hoje abriga a Igreja Universal.

⁴⁴⁴ Segundo José Nazareno ATAÍDE (1986), somente em 1959 foi fundada a Cooperativa de Consumo, organizada pelos próprios funcionários; no entanto, a despeito do desejo da ACESITA que queria que cooperativa e armazém funcionassem em conjunto, rivalidades e rixas tornaram a coexistência ainda mais difícil, o que levou ao fechamento da cooperativa em 1972. As dificuldades de abastecimento continuaram até a abertura da cidade, pois com o armazém da companhia como único fornecedor local, além da limitação no crédito e oferta de produtos, as enormes filas tornavam o atendimento caótico.

que em 1953 a companhia determinou a criação da “Fazenda Ipanema”⁴⁴⁵, que deveria ser responsável pelo abastecimento dos armazéns⁴⁴⁶ da ACESITA (**Relatório 1953**).

Entre as melhorias empreendidas, como iluminação, calçamento, sistema de águas e esgotos, escolas, clubes e corpo de bombeiro, também foi construído um grande número de novas casas⁴⁴⁷ e foram projetados pelo menos mais oito novos bairros (Timirim, Serenata, Olaria, Santa Maria, Timotinho, Centro, Cruzeirozinho e Novo Horizonte). Alguns desses bairros foram construídos e ocupados rapidamente (Timirim e Olaria), enquanto outros foram concretizados somente nas décadas seguintes, com traçados bastante diferentes do projetado inicialmente (Cruzeirozinho e Novo Horizonte), ou ainda permanecem até hoje com uma ocupação esparsa, lotes vazios e ruas não asfaltadas, como o Sereneta. A área central também teve seu traçado definido nesse momento, com a construção de um único edifício em alvenaria e que abrigava estabelecimentos comerciais e o cinema no térreo, tendo o pavimento superior ocupado por apartamentos para os solteiros⁴⁴⁸. (projeto e foto do relatório)

Embora, em 1957, Macedo Soares tenha deixado a presidência da ACESITA⁴⁴⁹ e os presidentes seguintes não tenham cuidado com tanto afinco da construção da cidade⁴⁵⁰, a consciência de que a urbe era uma condição primordial para consolidação do projeto industrial não foi abandonada. Nas administrações seguintes manteve-se o cuidado com a cidade, o que levou, pela primeira e única vez na história da empresa, à inclusão de um arquiteto no quadro de funcionários da companhia atuando na cidade. Contratado para comandar o Setor de Obras e Serviços da ACESITA, José Luiz Batista e Silva chegou à cidade em 1962. Sendo o único arquiteto atuando na região, conciliava o trabalho na ACESITA com um de meio expediente na Prefeitura de Coronel Fabriciano, além de realizar trabalhos como autônomo em casa.⁴⁵¹ Embora o número de projetos não revele⁴⁵² sua presença, parece ter sido

⁴⁴⁵ Embora nos relatórios subsequentes haja menção corrente do desempenho dos armazéns, a Fazenda Ipanema não é mais citada até 1966, quando é feito o anúncio da venda de lotes desta para os funcionários. E mesmo não sendo possível afirmar com certeza se tratar da mesma fazenda, vale lembrar que as terras onde se implantou a Usiminas pertenciam à Fazenda Ipanema, situada às margens do córrego de mesmo nome.

⁴⁴⁶ Em 1962, a companhia possuía 12 armazéns de abastecimento localizados nos núcleos de produção de carvão e reflorestamento, além dos localizados no núcleo urbano.

⁴⁴⁷ Alguns como o Cruzeirozinho e Novo horizonte seriam construídos com traçados completamente diferentes, provavelmente na década seguinte quando se iniciaram os projetos para o segundo plano de expansão da usina.

⁴⁴⁸ As dificuldades em localizar os projetos deste período fizeram com que as conclusões apresentadas fossem baseadas, principalmente, em depoimentos, fotografias e nas plantas do acervo da ACESITA, cujas datas finais de alteração são 1967, 1969 e 1973.

⁴⁴⁹ Desde a morte de Getúlio Vargas, em 1954, o General Edmundo Macedo Soares vinha acumulando a direção das duas principais siderúrgicas nacionais (CSN e ACESITA), permanecendo à frente da CSN até 1959 (FARIAS, s/d).

⁴⁵⁰ O arrefecimento no ritmo das obras urbanas pode ser sentido pelos valores expressos nos relatórios anuais, assim, enquanto em 1953, quase 5% dos ativos imobilizados se referiam a gastos com a obras públicas (que poderiam ser somados ainda aos 6,9% destinados a edifícios sociais e comerciais), em 1970 este total não chega a 1%. O mesmo pode-se dizer das construções que vão de 8,3% em 1954 para pouco mais de 1% em 1970. (**Relatórios Anuais 1953-1972**)

% dos Ativos Imobilizados	1953	1954	1955	1956	1958	1960	1961	1962	1969	1970
obras públicas	4,91									0,14
construções em andamento		8,33	12,18	14,27	7,67	6,89	1,64	0,73	0,48	1,03

⁴⁵¹ Com apenas dois anos de formado e trabalhando na Secretaria de Viação e Obras Públicas de Belo Horizonte, em 1960, recebeu convite para trabalhar na ACESITA. Com um salário três vezes melhor, e uma filha recém-nascida, sem casa certa para morar, telefone ou estrada asfaltada, partiu para Timóteo onde atuaria por cerca de 15 anos. (BATISTA E SILVA, 24/mar/2002)

decisiva para a consolidação de uma filosofia de trabalho no departamento de serviços e obras da empresa, testemunho disso é a atuação de Fernando Sena, seu auxiliar e sucessor na ACESITA.⁴⁵³

Assim, em 1958, a companhia já havia edificado 2.734 residências⁴⁵⁴; a cidade possuía, além da igreja, do armazém, açougue e farmácia, um centro comercial com lojas, agência bancária e cinema, dois clubes, banda de música, time de futebol, hospital, quatro escolas primárias e um colégio técnico (**Relatório 1958**, 1959).

Mas não era somente a área urbana que crescia e recebia novos habitantes, pois a necessidade de aumentar a produção de carvão vegetal implicou na aquisição de novas terras⁴⁵⁵ e, conseqüentemente, na ampliação do número de empregados ocupados na fabricação de carvão, fazendo com que a população vinculada à empresa em 1964 fosse estimada em cerca de 50 mil pessoas⁴⁵⁶, das quais 25 mil na cidade e o restante no campo⁴⁵⁷, sendo aproximadamente 5 mil empregados diretos da ACESITA⁴⁵⁸.

Assim, ao registrar uma imagem da cidade neste segundo tempo de sua história observa-se que ele foi um tempo marcado pelo dinamismo dos acontecimentos e também pela fixação de filosofias e formas. Dinamismo porque foi durante este período que a ACESITA modificou radicalmente a paisagem e a vida da população local, provocando alterações tão marcantes que permanecem influenciando nos destinos da cidade até os dias de hoje. Assim, são as formas urbanas e a identidade coletiva construídas neste período que, ao penetrar outras camadas de tempo, permanecem caracterizando a cidade e sua comunidade.

Assim, um retrato da cidade desse período mostra o quanto ainda era difícil chegar até ela: o trajeto de Belo Horizonte a Timóteo, cerca de duzentos e dez quilômetros e mais de quatorze horas (TRIBUNA DO AÇO, 1995) de estrada de chão batido, com muita poeira e barro, percorrendo uma infinidade de curvas fechadas, subidas e descidas íngremes, até se vislumbrar o rio Piracicaba serpenteando entre o mar de morros onde a cidade parece mergulhada.

⁴⁵² Além dos três bairros, a rotatória da saída para Coronel Fabriciano e Ipatinga e do Centro Comercial 31 de Outubro, projetou e construiu muitas casas em Timóteo e Fabriciano, onde projetou também o prédio da prefeitura. Retornando a Belo Horizonte (déc. 1970), projetava e construía edifícios, vendendo-os em seguida. (BATISTA E SILVA, 24/mar/2002)

⁴⁵³ Fernando Sena ingressou na empresa ainda jovem, e vindo trabalhar com José Luiz Batista, apaixonou-se pelo urbanismo. Impossibilitado de fazer este curso, oferecido somente em Belo Horizonte, mesmo continuando a trabalhar no projeto e construção de novos bairros, acabou formando-se engenheiro metalúrgico. (SENA, 22/abr/2002)

⁴⁵⁴ Apesar das dificuldades em calcular o número preciso de casas construídas pela companhia, visto os relatórios nem sempre apresentá-las ou descrevê-las de forma diversa (ora se fala em rurais e urbanas, ora em provisórias ou desmontáveis ou barracos ou para solteiros), observa-se que, mesmo com a abertura da cidade em andamento, novas casas continuaram a ser edificadas, porém agora com o financiamento da COHAB. (vide tabela dados sociais AnexoI_tab03)

⁴⁵⁵ O **Relatório de 1965** registra como de propriedade da ACESITA um total de 801.516.454 m² (cerca de 80.152 ha).

⁴⁵⁶ Deve-se levar em conta que a empresa possuía terras em diversos municípios e estados, fazendo com que neste momento a população a ela vinculada ultrapassasse o total do município após sua emancipação (em 1970 Timóteo tinha 32.760 habitantes (IBGE, 2000).

⁴⁵⁷ O processo de concentração fundiária no vale do rio Doce remonta à implantação da Usina de Monlevade, que, empregando carvão vegetal, passou a concentrar extensas áreas para cultivo de eucalipto. A segunda etapa seria a implantação da própria ACESITA, com a aquisição de várias fazendas para a construção da usina, da cidade e das plantações de eucalipto. Uma quarta etapa seria levada a cabo pela CENIBRA e pela terceira expansão da usina da ACESITA, na década de 1980 (COSTA, 1995).

⁴⁵⁸ Os **Relatórios** de 1954 e 1955 falam em cinco mil empregados, mais de quatro mil empregados na usina siderúrgica. Já em 1956 são computados 4.804, número que cairia para 4.235 no último ano de gestão de Macedo Soares (1957); porém com seu afastamento, o número de empregados voltou a crescer até atingir os 6.023 em 1963, ano em que foram concluídas as obras do primeiro plano de expansão.

Nela, via-se a grandiosidade dos galpões, chaminés e fornos da usina que em meio à planície faziam contraponto à casa sede da Fazenda Dona Angelina, antigo escritório, que com toda sua simplicidade e rusticidade acolhera os fundadores da empresa. Esta casa ampla e avarandada, uma das poucas de alvenaria, marcava o início do novo centro, cujas ruas amplas e retas, ainda de terra, demarcavam grandes quarteirões. Alguns deles ocupados por casas de madeira e pau-a-pique, enquanto outros estavam tomados pelo mato. Era ainda ao redor da capela de São José que se concentrava grande número de atividades – o cinema, o armazém e o alojamento de solteiros – que, lentamente, foram sendo transferidos para o novo centro comercial.

Na continuidade do olhar, percebe-se que, ao mesmo tempo em que os acampamentos margeando o rio iam desaparecendo, nos pequenos vales ao longo dos córregos iam se abrindo novos bairros com seus limites claramente delimitados pela declividade acentuada dos morros. Assim, seja seguindo em direção ao sul, ao centro velho e ao bairro dos Funcionários, ou a leste ao bairro das Bromélias ou ainda a oeste rumo a Coronel Fabricano e os bairros dos Técnicos e Quitandinha, encontravam-se calçadas gramadas, com muros baixos permitindo apreciar casas de tipologia simples, mas cuidadosa, que assentadas em terrenos generosos eram ladeadas por jardins, de modo que, enquanto na varanda frontal se desfrutava a beleza das flores, nos quintais havia espaço para horta e mesmo um pequeno pomar.

Já tomando a direção da área rural, observa-se a mata que ainda cercava boa parte da cidade, sendo derrubada para alimentar os fornos, as pequenas clareiras irem se agigantando e as cabeças de gado, que já não eram abundantes, irem rareando; em seu lugar, esbeltos e rápidos os eucaliptos iam ganhando terreno. Do outro lado do rio, com a estação do Calado, a cidade de Coronel Fabriciano também acelerava o ritmo, ampliando seu comércio e abrigando como podia os novos migrantes.

Fig. 156: As possíveis localizações para a usina da ACESITA (IBGE, 1987)

Fig. 157-158: A Fazenda Angelina (ACESITA – Arquivo Central)

Fig. 159: Evolução urbana de Timóteo – década de 1940

Fig. 162: Evolução urbana de Timóteo – década de 1950

Fig. 160-161: A Capela de São José e os galpões da ACESITA (ACESITA - Arquivo Central)

OBS.: A elaboração dos mapas de evolução urbana foi feita através da reunião de informações oriundas de diversas fontes, com destaque para os projetos obtidos junto à Acesita, referências em jornais e entrevistas, bem como a comparação com o elaborado por Bernardo FURTADO (2005). Refere-se portanto a primeira menção do bairro, sem que se considerasse sua delimitação exata, portanto serve somente como síntese das informações reunidas e não como expressão exata do crescimento urbano da cidade.

Fig. 163-164: As casas de pau-a-pique e sapé do Angico (Serenata) -1946 (ACESITA - Arquivo Central)

Fig. 165: A primeira escola no Quitandinha (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992)

Fig. 166-167: As casas de madeira da Vila dos Caixotes (ACESITA, 1986)

Fig. 168-169: Vistas do centro ainda por construir (ACESITA, 1986)

Fig. 170-171: A construção do Bromélias
(ARQUIVO CENTRAL;
ACESITA, 1986)

Fig. 172-173: A Vila dos Técnicos
(ARQUIVO CENTRAL)

Fig. 174-175: O Quitandinha e Timirim em construção
(ARQUIVO CENTRAL)

Fig. 176-179: As novas escolas no Quitandinha e Funcionários, o cinema e o novo hospital
(ARQUIVO CENTRAL)

Fig. 180-186: Residências
(ARQUIVO CENTRAL)

Fig. 187: A cidade e a usina em 1968
(ARQUIVO CENTRAL)

Fig. 188: A cidade e a usina em 1971
(Relatório 1971, 1972)

IV.1.3 A CIDADE ABERTA: TIMÓTEO OU ACESITA? (1968-1992)

Com o fim da primeira expansão da usina, em 1963, ficou ainda mais evidente a gravidade da situação financeira da empresa, pois às vésperas de completar vinte anos, ainda não fora capaz de equilibrar suas contas. Nos relatórios de 1963 e 1964, além dos fatores conjunturais⁴⁵⁹, a capacidade produtiva da aciaria, muito inferior à laminação, era apontada como responsável por limitar o incremento da produção e, conseqüentemente, das vendas. Sem capital de giro suficiente para bancar uma expansão, a empresa precisava ter seu plano de expansão aprovado, a fim de obter qualquer tipo de financiamento, fazendo com que a principal preocupação dos presidentes da companhia, a partir de então, fosse demonstrar a viabilidade de novos investimentos, o que os levou a adotar uma política de contenção de despesas e ir em busca de novas fontes de recursos⁴⁶⁰.

Neste contexto, os gastos com a construção da cidade, considerados um dos principais fatores de endividamento, acabaram finalmente por se mostrar compensatórios, pois além de terem proporcionado o desenvolvimento da região e garantido a oferta de mão-de-obra, eram passíveis de ser convertidos em “*fonte de recursos*”. Assim, a partir de 1964, acreditando já ter cumprido sua missão civilizatória, a ACESITA adotou a estratégia de “liberar o capital empatado na cidade”, promovendo sua abertura, ou seja, passou a planejar “A venda aos operários das casas que compõem o conjunto residencial da Companhia [como] uma recuperação de recursos da empresa, que podem ser reinvestidos em outras casas ou na expansão da indústria”. (**Relatório 1965**, 1966: 06)

Essa intenção de desincumbir-se da cidade foi reforçada pela emancipação de Timóteo do Município de Coronel Fabriciano em 1964, do qual era distrito desde 1948⁴⁶¹. Segundo o Sr. Waldetário VITORINO DIAS, 28/mar/2002⁴⁶², havia um intenso jogo político por trás da emancipação da cidade, uma vez que a Prefeitura de Coronel Fabriciano, “... *naquela época, não tinha nenhuma renda em decorrência da atividade da ACESITA, nem mesmo de Imposto Territorial e Urbano, porque ela havia isentado a ACESITA de todos os tributos. A filosofia tributária da época era do Imposto de Venda e de Consignações*”.

⁴⁵⁹ Os fatores apontados são a crise política, que na realidade irá refletir somente na produção do ano seguinte, inflação e decréscimo da produção industrial do país “*A retração do mercado do aço, em decorrência, principalmente, da queda de produção da indústria automobilística, a elevação de taxas cambiais, as crises políticas, as sucessivas greves e o crescente agravamento da crise inflacionária, influíram, decisivamente, na estrutura econômico-financeira da Empresa, cuja capacidade de produção nominal permanece limitada a 120.00 toneladas anuais de lingotes.*” (**Relatório 1963**, 1964: 04) (AnexoII_mapa04, AnexoI_tab03)

⁴⁶⁰ Neste processo de saneamento econômico destacam-se duas estratégias adotadas pela direção da empresa: a dispensa de pessoal – contrariamente ao que se afirma no relatório de 1964, não parece nada gradual, havendo uma redução de mais de mil funcionários de um para o outro (1964 – 6023, 1964 – 4879). A outra estratégia diz respeito ao aproveitamento dos passivos da empresa como fonte de recursos; assim, além da abertura da cidade operária, a Fazenda Ipanema em Ipatinga também é loteada; a fim de aproveitar as propriedades rurais, cogita-se até mesmo o investimento em pecuária, além da associação com a Companhia Vale do Rio Doce para exportação de minério das minas em Itabira (**Relatório 1965**, 1966).

⁴⁶¹ O local onde hoje se situa a cidade de Coronel Fabriciano começou a ser ocupado com a chegada de Francisco Romão, que numa canoa fazia o transporte entre as cidades da região. Em 1922, com a chegada da ferrovia e a construção da estação do Calado, o povoado ganhou maior importância, ocorrendo a transferência da sede da povoação de Santo Antonio de Piracicaba de Melo Viana para o Calado. No entanto, o impulso definitivo para a criação da cidade foi a exploração madeireira para produção de carvão promovida pela Belgo-Mineira a partir de 1934 (vide mapa). Com o crescimento do núcleo urbano e incremento da sua infra-estrutura, em 1948, o distrito de Coronel Fabriciano, assim chamado desde de 1938, conquistou o status de município em 1948 (ASSOCIAÇÃO Comercial e Industrial, 1985).

⁴⁶² O Sr. Waldetário Vitorino Dias teve uma vida repleta de mudanças, desde os tempos de menino em Dionísio, de estudo em São Domingos do Prata, até o trabalho junto a um caixeiro viajante, funcionário e depois proprietário de um laboratório em Belo Horizonte, até o retorno ao Vale do Aço como almoxarife da CVRD na ponta de linha da Ferrovia Vitória-Minas, depois no escritório da ACESITA e, finalmente, abrindo sua própria gráfica e presidindo a Associação Comercial de Timóteo.

Em decorrência disso, a arrecadação municipal não era favorecida pela vinculação com Timóteo; este, por sua vez, também não tinha qualquer vantagem em permanecer distrito de Coronel Fabriciano, pois, sem uma arrecadação condizente, não havia recursos para serem aplicados na região. Outro aspecto interessante é que a concentração de atividades econômicas nas cidades operárias de Ipatinga e ACESITA tinha consequências sobre a representação nos órgãos do poder político local, sendo que “... dos 11 vereadores, 1 só era de Coronel Fabriciano”, tornando ainda mais difícil a administração não ser influenciada pelo interesse das empresas sediadas nesses distritos. Esta versão, semelhante à apresentada pelo Sr. Perácio BICALHO⁴⁶³ (15/nov/2002), segundo o qual, embora a arrecadação municipal fosse

... inexpressiva, os municípios dependiam absolutamente de verbas do estado,... quando a cidade se emancipou, não se pagava ICM, se pagava um tributo que chamava Imposto sobre Vendas e Consignações, ... as prefeituras recebiam uma certa parcela que quase nunca vinha, porque não havia sistematização do processo, e mesmo assim a prefeitura de Fabriciano isentou a ACESITA durante alguns anos, no ano em que a ACESITA ia começar a pagar, Timóteo se transformou em cidade e Ipatinga também. Então Fabriciano perdeu suas principais fontes de renda.

Embora as impressões do senhor Waldetário – “seu” Vavá – pareçam bastante coerentes, enquanto as do Sr. Perácio apresentem algumas contradições⁴⁶⁴, o material pesquisado favorece à postura do Sr. Perácio, pois nele o processo de emancipação da cidade é constantemente descrito como uma “luta” que começou a ser travada ainda na década de quarenta⁴⁶⁵, mas que somente em 1962, devido ao empenho do deputado estadual Geraldo de Moraes Quintão e representantes locais (ANÔNIMO, s.d.), conquistou-se a primeira vitória. Embora, a princípio, tenha sido vetado pelo governador do Estado, Magalhães Pinto, data desse ano a promulgação da nº 3.185 (posterior Lei 2.764 de 30 de dezembro de 1962), cujos anexos I e II dão conta da emancipação dos municípios de Timóteo e Ipatinga⁴⁶⁶ (DIÁRIO DO AÇO, 29/04/1979). Após dois anos de intensas reivindicações, finalmente, em 29 de abril de 1964 foi homologada a emancipação política de Timóteo, fato descrito pelo jornalista Euclides SABARÁ (1993) como motivo de grandes celebrações na cidade, tanto nas ruas quanto no Elite Clube, onde teve lugar o “Baile da Vitória”⁴⁶⁷.

A partir de 1967, além da emancipação política de Timóteo, a ACESITA encontrou uma conjuntura favorável tanto local quanto mundialmente, pois nesse momento a capacidade instalada das siderúrgicas brasileiras estava próxima de atingir seu limite e os elevados preços praticados no

⁴⁶³ O Sr. Perácio de Araújo Bicalho trabalha na prefeitura do município de Timóteo desde sua criação, natural da região, filho de pai seleiro e posterior proprietário de um bar, aos 17 anos, após concluir seus estudos no seminário em Congonhas, empregou-se numa empreiteira de carvão da USIMINAS, onde permaneceu cinco anos até ser contratado como escriturário na Prefeitura de Timóteo, onde chegou a exercer o cargo de vice-prefeito (gestão 1989-1993 de Geraldo Nascimento) e permanece empregado até hoje.

⁴⁶⁴ Se o imposto era estadual, não havia como ter sido isentado pela Prefeitura de Coronel Fabriciano, a não ser que ele se referisse ao IPTU e não Vendas e Consignações ou ICM.

⁴⁶⁵ Segundo o Sr. Perácio BICALHO (15/nov/2002), anos antes houvera uma tentativa de emancipação de Timóteo da qual seu pai participara e que fora frustrada devido à cooptação de um dos vereadores, o que impediu que ela saísse da esfera local. Pelo que consta no material pesquisado, a primeira tentativa de emancipação do município de Timóteo ocorreu logo após a instalação da ACESITA, ainda na década de 1940, cujo fracasso levou à condição de distrito de Coronel Fabriciano (PREFEITURAS MUNICIPAIS do Vale do Aço, 1998; PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1981).

⁴⁶⁶ Ipatinga foi emancipada em 29 de junho de 1964 (CARVALHO, 1998).

⁴⁶⁷ Quanto ao controle do executivo, embora não tenha sido possível verificar o número de eleitores em Coronel Fabriciano no período, a comparação do quadro evolutivo da população destes três municípios indica que mesmo Ipatinga só superou a população de Coronel Fabriciano na década de 1970, enquanto Timóteo até hoje abriga uma população 25% menor (vide AnexoI_tab06).

mercado norte-americano indicavam a viabilidade da exportação da produção brasileira (**Visão**, ago/1968), fazendo com que o segundo plano de expansão da ACESITA⁴⁶⁸ não encontrasse grandes dificuldades para ser aprovado. Especialmente levando-se em conta que, a partir de 1967, o general Edmundo de Macedo Soares⁴⁶⁹ assumiu o Ministério da Indústria e Comércio do governo Costa e Silva, cuja postura era diametralmente oposta a do governo Castelo Branco que, além da política recessiva, não via a siderurgia como um setor prioritário (GRECO, 1984).

Batizado com o nome do presidente do Banco do Brasil responsável por sua aprovação, Nestor Jost⁴⁷⁰, também internamente o plano encontrou um contexto favorável, com seu início coincidindo com as comemorações do Jubileu de Prata da companhia e a presidência de Wilkie Moreira Barbosa que, oriundo do Banco do Brasil e ex-aluno de Macedo Soares na Escola de Engenharia do Exército (ATAÍDE, 1986), tinha trânsito tranqüilo junto às duas instituições⁴⁷¹.

O plano aprovado em 1969⁴⁷² deveria ser concluído em 1980 e constava de duas etapas. A primeira, chamada de 2ª Expansão, pode ser considerada uma complementação da 1ª Expansão, pois pretendia simplesmente equilibrar a produção da aciaria à capacidade da laminação, elevando a produção para 300.000 toneladas/ano. Mas, se a primeira etapa era tida como simples e de curto prazo (aproximadamente três anos), a segunda etapa, ou 3ª Expansão, seria de longo prazo e implicava em transformações bem mais profundas, tanto técnica quanto administrativamente.

Assim, no contexto deste grande plano, a abertura da cidade era somente mais uma parte, sendo descrita no **Relatório 1966** (1967: 03) como uma “... providência [que se] inscreve em plano de alcance mais amplo, que é o de encerrar a fase de ACESITA como um núcleo fechado, situação que não mais se justifica no estágio atual de desenvolvimento da região do Vale do Rio Doce”. A abertura, no entanto, não significou um completo desligamento da indústria dos cuidados com a cidade, mas sim uma nova forma de ela se relacionar com a população e participar do desenvolvimento do novo município. Participação que, como se nota pela *Escritura Pública de Reconhecimento de Domínio* lavrada em 31 de outubro de 1968, continuou a ser intensa.

Nesse documento se esclarece que a ACESITA

⁴⁶⁸ Booz-Allen and Hamilton International Corporation foi a firma contratada para realizar o plano de reestruturação administrativa da companhia que incluía o desligamento da ACESITA da prestação de serviços urbanos (ACESITA, 1989).

⁴⁶⁹ Entre os principais feitos de Macedo Soares no ministério está a criação do CONSIDER e do GCIS (Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica), responsável pela elaboração do relatório que serviria como base para a elaboração do Primeiro Plano Nacional de Siderurgia, revertendo a visão pessimista colocada pelo Relatório Booz-Allen, contratado em 1965 pelo então ministro do Planejamento Roberto Campos por indicação do BIRD (GRECO, 1984).

⁴⁷⁰ Na verdade, segundo Mauricio LEMOS & Júlio PIRES (1992), Nestor Jost pretendia a privatização da companhia, pois, ao mesmo tempo em que o Banco do Brasil não pretendia transferir a empresa para o BNDE, já sobrecarregado com COSIPA, USIMINAS e COFAVI, ele não tinha condições (técnicas ou financeiras) para administrá-la, além do que, já havia encontrado interessados na aquisição.

⁴⁷¹ Segundo um dos entrevistados, a fim de evitar que houvesse o que chamou de sucateamento da empresa, com a separação da produção da extração de matéria-prima, dependia da aprovação deste plano que enfrentou a oposição da Sociedade Mineira de Engenheiros e industriais paulistas, levando o presidente da ACESITA, Wilkie de Moraes, a buscar apoio num movimento popular encabeçado pela Associação Comercial de Minas. Apoio que foi expresso em audiência com o presidente Costa e Silva e ao qual o presidente teria respondido afirmativamente. (VITORINO DIAS, 28/mar/2002).

⁴⁷² Segundo Mauricio LEMOS e Júlio PIRES (1992) o plano foi posto no papel em 1970 e deveria contar com três fontes de recursos: externos, para equipamentos importados; FINAME/BNDE para equipamentos nacionais; Banco do Brasil para reformas civis.

... como pioneira na região, foi forçada a construir, por sua própria conta, a cidade de ACESITA, nesta localidade, na qual tudo lhe pertence, inclusive estação de captação de água e respectiva rede de iluminação pública fornecida pela Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho, rede de esgotos, rede telefônica local e interna na usina[sic] Siderúrgica (...). Calçamentos de vias públicas e logradouros públicos e obras de arte, escolas primárias, secundárias e técnicas, clubes, hospital, cemitério, praças e jardins e demais benfeitorias existente III) – que já agora, considerando o grande desenvolvimento do município de Timóteo e atendendo ao geral apelo da população local e atendendo ainda a que muitos dos serviços públicos que mantem e que podem ser melhorados por sua natureza em razão da emancipação (de Timóteo) digo política, administrativa e econômica de Timóteo, da competência da municipalidade, tem por bem e pelo presente instrumento, ouvido o poder competente do Município de Timóteo, declara o reconhecimento de domínio público sobre avenidas, praças, ruas e outros logradouros públicos da cidade de ACESITA;... (sem grifo no original)

Desta forma, ao mesmo tempo em que transfere “... à Prefeitura para que passe a administrar ou promover os seguintes serviços públicos: a) limpeza urbana; b) remoção de lixo; c) cemitério secular; d) conservação das vias públicas no perímetro urbano; e) serviços de esgotos da cidade”, a companhia permanece responsável pelos serviços de abastecimento de água, iluminação pública, além de prover, pelos próximos cinco anos, imóveis para abrigar o zelador do cemitério, a sub-prefeitura e almoxarifado municipal em ACESITA⁴⁷³, doando ainda um “... trator e quatro carretas para serviços de limpeza pública urbana de ACESITA”.

De um modo geral, o conteúdo do documento demonstra que a abertura da cidade operária interessava mais à empresa do que à administração municipal, fato que se explicita no caso da transferência das redes de abastecimento de água, iluminação pública e calçamento das ruas⁴⁷⁴. Nota-se também que, apesar de submeter-se às leis municipais e continuar responsável por esses serviços, a ACESITA deixa claro que não abre mão de influir no desenho da cidade caso lhe convenha, deixando acertado que

“... nos Bairros denominados NEO [sic] e VAI QUEM QUER a Prefeitura fará apenas os serviços de saneamento, sem nenhum compromisso de obras de infra-estrutura, uma vez que se realizados, poderiam vir a ser danificadas ou tornadas sem efeito posteriormente, tendo-se [sic] em vista que tais áreas destinam-se à expansão da Usina Siderúrgica.”

Percebe-se ainda que a manutenção dos serviços de infra-estrutura e a oferta de equipamentos e imóveis por parte da empresa, muito mais do que uma preocupação com o conjunto da cidade, é uma forma de garantir boas condições de moradia para seus empregados, viabilizando a atração de pessoal mais especializado, o que implica numa restrição da sua área de interesse. Intenção que se evidencia nos relatórios anuais a partir de 1969, nos quais, ao mesmo tempo em que saúda a abertura da cidade apresentando o número de casas vendidas, que em 1972 somavam 1.676, destaca o projeto para conclusão do centro comercial (**Relatório 1966**, 1967) e a permanência da empresa no provimento de habitação à população, seja por financiamento das casas postas à venda (em 1972 representaram

⁴⁷³ Segundo o senhor Perácio BICALHO (15/nov/2002) “... a água continuou a ser administrada pela ACESITA, até que ... por volta de 75, fez-se um convênio da Prefeitura e da COMAG, depois transformada em COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) e ela, assumiu todo o processo. Mas a energia elétrica continuou sendo administrada pela ACESITA. Basicamente, o que ficou na mão da Prefeitura foi o calçamento e a limpeza das ruas.”

⁴⁷⁴ Estabelecendo-se, no caso do abastecimento de água, inicialmente a organização de um convênio entre a prefeitura e a companhia, que permanece responsável pelo serviço até “quando interessar à prefeitura” assumi-lo. Quanto à iluminação pública, fica acertado que devido à sua complexidade e ao custo elevado serão necessários levantamentos técnicos mais detalhados para determinar a “conveniência ou não de sua transferência à municipalidade”. Em contrapartida, o hospital e as escolas da companhia estão isentos de impostos municipais; o calçamento a ser realizado pela prefeitura nas áreas transferidas à municipalidade terá um abatimento de 60%, enquanto o das áreas que excedem este perímetro deverão ser pagos nos cinco anos subsequentes com desconto de 40% do total medido.

80%⁴⁷⁵), seja por parcerias com o governo estadual (COHAB).

Neste sentido, pode-se dizer que a abertura da cidade operária pouco iria colaborar no processo de integração entre o antigo povoado e a cidade da fábrica, com as benfeitorias a encargo da ACESITA concentrando-se no centro Norte, ou seja, em áreas próximas à usina e que esta tinha interesse em manter em bom estado. A única exceção é a doação do terreno para construção do bairro Primavera⁴⁷⁶ (consócio entre a prefeitura e o governo do estado), que tem a intenção declarada de promover a “... *unificação, ligando a sede política administrativa de Timóteo à sua Cidade Industrial, a ACESITA,...*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1973: s.p.).

Observa-se, portanto, que a abertura da cidade não significou a venda de todas as terras de propriedade da empresa, nem na área central (vide mapa com áreas da ACESITA em 1991), nem na área rural. Também não significou seu desligamento total da construção de novos bairros, mas sim uma nova forma de relacionamento, agora intermediada pelo poder municipal. E, se financeiramente a abertura da cidade foi um bom negócio para a empresa, politicamente parece ter sido ainda mais promissora, pois permitiu o estreitamento de laços já existentes.

Um dos aspectos onde esta aproximação se mostra mais evidente é o freqüente “empréstimo” de funcionários para exercer cargos técnicos na prefeitura. Conforme disse o senhor Perácio BICALHO (2002), isto “... *foi muito comum nos primeiros tempos, quando a prefeitura não tinha muitos recursos*”; então havia empregados da ACESITA que “davam umas horas por dia aqui” (na prefeitura). Este foi o caso de advogados, engenheiros e também do arquiteto José Luiz Batista que, após o expediente na empresa, “fazia um bico” na prefeitura ajudando a organizar o setor de fiscalização de obras. No entanto, mesmo após a formação de um quadro técnico bem qualificado, lembra seu Perácio, “... *este tipo de intercâmbio ainda existiu. Hoje, por exemplo [2002], nós temos o secretário de desenvolvimento econômico, que foi cedido pela ACESITA. Ele licenciou lá e veio para cá*”. Assim, torna-se ainda mais difícil apontar com exatidão quais aspectos e projetos municipais sofreram influência da ACESITA, pois nesta relação simbiótica, muitas vezes seus interesses estão encobertos por justificativas técnicas gestadas internamente, não aparecendo na esfera política. Mas se, por vezes, a participação da ACESITA na administração municipal de Timóteo parece difusa e pouco evidente, em outras ela é bastante evidente, especialmente nos momentos iniciais, quando sua presença é essencial, tanto no provimento de serviços públicos, cujos encargos o município ainda não tinha recursos para suprir, quanto na oferta de pessoal técnico para organizar e supervisionar os serviços municipais.

⁴⁷⁵ **Relatórios Anuais 1969-1972 (1970-1973)**

Ano	Escrituras lavradas	Compras financiadas
1969	156	
1970	740	592
1971	422	
1972	358	

⁴⁷⁶ Das 546 unidades residenciais previstas para serem construídas em 1972, 471 situavam-se no Bairro Primavera (**Relatório 1971, 1971**).

Contudo, se os primeiros prefeitos⁴⁷⁷ tiveram grandes dificuldades de compatibilizar o minguado orçamento municipal com as despesas públicas, a partir de 1967, com o novo Código Tributário (Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966), a arrecadação municipal saltou de 102 milhões para 1 bilhão e 200 mil cruzeiros novos (BICALHO, 15/nov/2002); arrecadação que permitiu o aparelhamento da administração municipal, por intermédio da realização de concurso público (1970) para formação do quadro municipal e da compra de equipamentos para dar início a um extenso programa de obras que visavam não somente equiparar Timóteo (centro sul) à ACESITA (centro norte), mas também absorver o crescimento esperado para a cidade.

As grandes expectativas de crescimento que marcaram a década de 1970, em Timóteo foram incrementadas pelo início da 3ª Expansão da usina (1972), que previa ampliar a capacidade de produção para 1 milhão de toneladas/ano e incrementar a fabricação de aço inoxidável⁴⁷⁸, além da adequação e atualização tecnológica da usina⁴⁷⁹. A fim de absorver todo este crescimento e objetivando centrar seus recursos no que hoje se tem chamado “*bussiness core*” da empresa, promoveu-se uma descentralização administrativa, com a criação de três empresas subsidiárias: a Forjas ACESITA⁴⁸⁰, a ACESITA Florestal⁴⁸¹ e a Itavale, responsáveis, respectivamente, pela fabricação de produtos destinados à indústria automotiva, exploração do carvão vegetal e extração e comercialização de minérios⁴⁸².

Essas mudanças tiveram reflexos que extrapolaram em muito os limites até mesmo da região do Vale do Aço, pois a fim de aumentar a produção de aço, havia a necessidade de ampliar a produção de carvão vegetal⁴⁸³, o que levou a ACESITA a intensificar a aquisição de terras, chegando a possuir

⁴⁷⁷ Não foi possível obter muitas informações sobre as administrações de José de Araújo e Jaimar de Castro Coura, sendo a escritura de abertura da cidade e o relato do senhor Perácio Bicalho as principais fontes para as duas primeiras gestões.

⁴⁷⁸ A produção de aços especiais iniciou-se em 1951; no entanto, é somente em 1955 que começam a ser produzidas chapas de aço silicioso, constando o ano de 1965 como o de início da fabricação de inox (ACESITA, s.d.).

⁴⁷⁹ Que seria executada a partir de convênios com empresas estrangeiras.

⁴⁸⁰ A FASA (Forjas ACESITA) foi criada em 1974, segundo Maurício LEMOS & Júlio PIRES (1992), num momento de empolgação com o crescimento da economia nacional. Tendo como parceira a Sumitomo Metals Industries, que a partir de 1977 passou a se desinteressar pelo negócio, levando a participação da ACESITA a passar 60% para 90%. Enfrentando problemas técnicos e um mercado fortemente competitivo e estagnado, até 1992 a empresa jamais atingiu sua capacidade nominal de produção, ficando a efetiva em torno de 30% desse total. Este superdimensionamento e a perda de pessoal especializado para o mercado, somados à crise dos anos 1980, fizeram com que, as vésperas de sua privatização, o prejuízo acumulado fosse mais do que suficiente para a construção de uma nova FASA.

⁴⁸¹ Criada com a finalidade de produzir o carvão vegetal para a usina de Timóteo, a ACESITA Energética (até 1984 denominada Florestal ACESITA) passou a ser responsável por 120 mil ha de florestas de propriedade da ACESITA (80 mil no vale do Jequitinhonha, 20 mil no vale do rio Doce e 12 mil no vale do Mucuri), administrando uma área total de 264 mil ha que lhe foi transferida em comodato. Enfrentando a concorrência do carvão produzido a partir de mata nativa (cerca de 36% mais barato), a empresa jamais conseguiu dar lucro, o que tornou proibitivos os investimentos necessários para suprir 100% da demanda de carvão vegetal da usina. A partir da década de 1990, seguindo a tendência das demais usinas da região, a ACESITA passou a misturar ao carvão vegetal o coque importado (LEMONS & PIRES, 1992), o que fez com que a Energética fosse levada a buscar na indústria moveleira e na construção civil novos mercados consumidores. Hoje ela continua a abastecer a usina da ACESITA em Timóteo, porém, a partir de 1995, com a criação da Preservar Madeira Reflorestada Ltda. consolidou seu compromisso com a produção de madeira para multiuso (ACESITA ENERGÉTICA, 2006).

⁴⁸² Na constituição destas subsidiárias, a ACESITA buscou parceria com empresas que, juntamente com o capital, trouxessem novas tecnologias, entre elas estão a japonesa Sumitomo Metals Industries Ltd., sua associada na Forjas ACESITA S.A. e a Níquel Santa Maria S.A. na Itavale (empresa de mineração) (GOMES, 1976).

⁴⁸³ Tendo por base os dados levantados no Relatório Booz-Allen, mas sem seguir suas determinações, em 1967 foi elaborado o Plano Siderúrgico Nacional que previa para a década de 1970 ampliações nas principais siderúrgicas estatais brasileiras. A partir de então, se reavivaram as discussões em torno da matriz energética (carvão mineral x carvão vegetal), da localização e dimensão das unidades produtiva (VISÃO, 1968; EXAME, 1970).

cerca de 100 mil hectares⁴⁸⁴. Assim, enquanto a ACESITA vendia um número considerável de imóveis urbanos, passou a comprar propriedades rurais, especialmente na região do Vale do Jequitinhonha⁴⁸⁵.

Observa-se, portanto, que, embora a ACESITA continuasse responsável por alguns serviços urbanos, e a eminente contratação de pessoal para os trabalhos de expansão e operação da usina a mantivesse atuando na produção de moradia para seus empregados, a responsabilidade de cuidar de ruas, praças e equipamentos urbanos foi sendo cada vez mais assumida pelo poder municipal. Esse fato pode ser constatado na **Relação de Atividade do Prefeito Antônio Silva** (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1973) para o biênio 1971-72, na qual a ênfase em obras de infra-estrutura demonstra também que (AnexoII_mapa01), contrariamente ao que se podia imaginar, os bairros construídos pela ACESITA careciam de obras tanto quanto o restante da cidade, pois, embora em sua maior parte as redes de água potável, esgoto e pluvial tivessem sido construídas pela companhia, em alguns bairros (Quitandinha, Bromélias, Técnicos e Centro), elas não tinham sido completadas. Além do que, a pavimentação de ruas e calçadas sempre fora relegada a segundo plano pela ACESITA, o que fica claro na Escritura de Transferência de Domínio Público, na qual este serviço é deixado totalmente a cargo da prefeitura.

Fora as obras de infra-estrutura⁴⁸⁶, nas duas administrações⁴⁸⁷ seguintes, Jésus Martins⁴⁸⁸ e Geraldo Ribeiro, a criação de programas de cunho social ganhou força, com a implantação do FAST (Fundo de Ação Social de Timóteo), a construção de escolas (Cachoeira do Vale, Ana Rita, Primavera e João XXIII), praças (Centro Sul, Olaria, Timirim, Quitandinha, São Cristóvão e Cachoeira do Vale) e centros de esportes (Primavera e Cachoeira do Vale). Datam desse período também a construção do Mercado Municipal, da Matriz São José (Timirim), do Quartel da Polícia Militar (4ª Companhia da PM-MG), do Centro Social e Urbano (CSU) e do Conjunto Habitacional Repouso para Idosos Tio

⁴⁸⁴ No **Relatório de 1965** (1966) consta que a empresa possuía um total de 801.516.454 m², ou seja, aproximadamente 80 mil ha, enquanto em 1976 Francisco GOMES (1976) diz que a ACESITA possui cerca de 100 mil ha, o que significa a aquisição de aproximadamente 20 mil ha em dez anos, mas isto é pouco se comparado aos 264 mil computados em 1992 (LEMO & PIRES, 1992). Um pouco da evolução na aquisição de terras da ACESITA pode ser observada na tabela 03 do Anexo 1.

⁴⁸⁵ No site da empresa (ACESITA ENERGÉTICA, 2006) destacam-se as transformações provocadas nas cidades de Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas, Veredinha e Turmalina, todas cidades com população que vai de 15 mil a 31 mil habitantes (IBGE cidades@) e onde a chegada da ACESITA Energética levou a criação de milhares de empregos e investimentos “... em obras de infra-estrutura e na melhoria dos serviços de atendimento à população, com destaque para a educação, saúde e lazer, melhorando a qualidade de vida nesses municípios”. O que não se menciona é a quantidade de terras adquiridas pela empresa, novamente um processo de concentração fundiária que levou a uma completa reestruturação produtiva na região, cuja população passou a depender fortemente da ACESITA, como se pode observar pelas atividades que a empresa passou a patrocinar na região (ACESITA ENERGÉTICA, 2006).

⁴⁸⁶ Até 1981, haviam sido executados trabalhos na rede de água pluvial nos bairros de Cachoeira do Vale, Olaria, Primavera, São Cristóvão e Alvorada, além de redes de eletrificação na área rural e nos bairros de Cachoeira do Vale, Macuco, Alegre, Ana Moura e Centro Sul. As obras de calçamento e urbanização foram executadas nos bairros: Alegre, John Kennedy, São José, Serenata, Ana Rita, Santa Rita, Primavera, Ana Malaquias, Olaria, Nossa Senhora das Graças, Bela Vista, Cachoeira do Vale Santa Maria, Garapa, João XXIII, Alvorada, Técnicos, Quitandinha, São Cristóvão e nos bairros rurais de Pelonha e Macucuco.

⁴⁸⁷ As informações sobre as administrações municipais foram extraídas principalmente da entrevista com o senhor Perácio Bicalho, de material produzido pelas administrações e recortes de jornal (obtidos do acervo da Biblioteca Municipal de Timóteo nas pastas “prefeitos”).

⁴⁸⁸ As informações obtidas sobre Jésus Martins de Assis (1973-1976) são bastante escassas, constando apenas de um informativo de 1977, que pouco esclarece sobre sua administração (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1977).

Nestor. A partir de 1979 surgem as primeiras preocupações com o combate às enchentes⁴⁸⁹, reforma do cemitério⁴⁹⁰ e começa a ser pensada a reformulação da área central norte (ACESITA), que em 1981 já possuía os canteiros centrais e calçadas que a caracterizam até os dias de hoje.

A integração entre Timóteo e ACESITA ganhou destaque no início da década de 1980, sendo abordada pela administração municipal sob dois ângulos, físico e psicológico. Desta forma, ao promover a construção de três pontes ao longo do córrego do Timóteo, a prefeitura afirmava ter conseguido “... integrar fisicamente a sede ao Município”, faltando somente “... uma maior conscientização dos moradores para se promover uma verdadeira integração psicológica entre os dois núcleos”. (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1981a: 45). No entanto, a integração psicológica que se pretendia por intermédio da realização de um plebiscito para definição do nome da cidade, a ser escolhido entre Timóteo e ACESITA⁴⁹¹, parece ter reavivado ainda mais as diferenças. Assim, em outubro de 1980, Geraldo Ribeiro convocou um plebiscito onde os moradores eram chamados a responder à pergunta: “*Você é a favor ou contra a mudança do nome de Timóteo para ACESITA?*” No entanto, em vez de ajudar na aproximação entre os dois núcleos, o ressurgimento da questão do nome da cidade, que já era polêmica devido às incertezas quanto à origem do nome Timóteo, acirrou os ânimos, fazendo ressaltar as diferenças entre o antigo povoado e a cidade da fábrica. Enquanto de um lado os “acesitanos” pregavam a mudança, afirmando que somente com a chegada da companhia a região ganhou importância e que, pela quantidade de obras e pessoas a ela associadas, a companhia era a verdadeira fundadora da cidade – segundo Padre Abdala Jorge, o nome Timóteo é artificial, “... *não condiz com a realidade. (...) o nome ACESITA se impôs desde antes da emancipação política da cidade. A cidade sempre foi, e continuará sendo, ACESITA*” –, por outro lado, moradores mais antigos defendiam ferrenhamente a permanência do nome Timóteo, pois a comunidade existia muito antes da chegada da ACESITA – em 1980, contava 119 anos e fora ela que acolhera e adotara como filhos os trabalhadores da empresa (GONZAGA, 1980). Contudo, nada espelha melhor as dificuldades de conciliação do que o resultado do plebiscito. Embora se tivesse registrado nas urnas uma arrasadora vitória em favor da mudança, pressões políticas⁴⁹² levaram à não homologação da lei de mudança do nome da cidade para ACESITA (FIRMINO, 1994). Resultado que oficializa a idéia que a ACESITA vinha tentando incutir na população desde a abertura da cidade, e que Seu Nelito (Manoel Assis Bowen, ex-presidente da Câmara de Timóteo), resume muito bem: “A cidade não é a usina”. Assim, em 1980, mais uma vez se reafirma oficialmente a separação entre a cidade e a usina, Timóteo não é ACESITA.

⁴⁸⁹ Neste momento a principal preocupação ainda é com os efeitos da enchente, levando a administração a preferir investimentos em inspeções sanitárias, vacinações e desinfecção e limpeza de bueiros e córregos em vez de em obras de prevenção (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1979).

⁴⁹⁰ A reforma, descrita nos jornais como “reurbanização”, do cemitério e a construção de uma nova capela e velório se prolongaram durante as duas próximas administrações.

⁴⁹¹ Vale ressaltar que esta não foi a primeira tentativa de modificar o nome da cidade; em 1970 houve uma tentativa de mudança do nome da cidade para Guadalajara, em homenagem a conquista da Seleção Brasileira de Futebol no México, mas que foi frustrada (SILVEIRA, s.d.).

⁴⁹² Em 1994, os jornais novamente dão relevo à discussão, entrevistando partidários de ambos os lados. Segundo reportagem assinada por Edmilson FIRMINO (1994), o principal articulador da vitória dos timotenses sobre os acesitanos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais foi o ex-deputado Emílio Gallo e o advogado Geraldo Quintão.

Um relacionamento mais direto entre a ACESITA e a administração municipal reaparece somente com Leonardo da Cunha (Lelé)⁴⁹³ como prefeito, quando ela foi chamada a colaborar na construção da sede da Fundação Mineira da Criança (FUMIC), na promoção do carnaval⁴⁹⁴, na solução do problema das enchentes⁴⁹⁵ e no Programa de Formação de Novos Empresários⁴⁹⁶. Comprometida com a implantação de seu plano de expansão, neste período a empresa parece ter realmente se desligado dos problemas da cidade, com sua participação nestes projetos consistindo principalmente na doação de terras⁴⁹⁷ para viabilizar os empreendimentos. Novamente, este afastamento não significou que deixasse de ser responsável por mudanças significativas na estrutura urbana da cidade, e em conformidade com o que já se previa no termo de transferência para o município, os bairros Neo (na verdade Neu – núcleo de expansão da usina) e Vai Quem Quer⁴⁹⁸, localizados a leste da usina e entre os bairros Técnicos e Quitandinha, foram completamente demolidos a fim de dar lugar à nova laminação de aço inoxidável (vide AnexoII_mapa03,04 e 06).

Quanto à atuação da prefeitura no desenvolvimento urbano da cidade, nota-se que, nesta primeira administração de Leonardo da Cunha, maior atenção foi dispensada às áreas periféricas, como os bairros de Cachoeira do Vale⁴⁹⁹, Ana Moura⁵⁰⁰, Alvorada, Limoeiro e Macuco; atenção que reflete o crescimento dessas áreas na última década e que a localização, ao longo do mesmo eixo viário⁵⁰¹ onde se inicia a implementação do novo distrito industrial (Núcleo Industrial Maia, no bairro do Alegre), indica que se espera que continuem a crescer.

Estas expectativas de crescimento, no entanto, não se confirmaram por causa, em grande medida, da crise econômica que assolou o país no início da década de 1980, sendo que das 55 empresas que tinham elaborado planos para se instalar na cidade nos anos seguintes, não mais que 7 buscaram apoio

⁴⁹³ A “restauração” do forno Hoffman também é reivindicada por Leonardo Cunha.

⁴⁹⁴ Também assunto a ser tratado no capítulo 6.

⁴⁹⁵ As enchentes na região são apontadas como eventos marcantes principalmente nos anos 1979, 1980, 1982, 1983, 1985, 1987, 1992, e 1996 (DIÁRIO DO AÇO, 1999). Segundo reportagem do anuário *Vale do Aço 2000* (DIÁRIO DO AÇO, 1999), já em 1982 os danos causados pelas chuvas em Cachoeira do Vale são atribuídos à ponte da CVRD que, por ser muito baixa, funcionaria como barragem durante o período de cheias; no entanto, reportagem da revista CIDADES (1986) aponta que a questão da ponte surge após terem sido iniciadas as obras de retificação e dragagem do Rio Piracicaba, que passa então a ser analisada pelo DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), CVRD e ACESITA.

⁴⁹⁶ Iniciativa da prefeitura visando gerar empregos e que contava com incentivos estaduais por inserir-se na busca da diversificação do parque industrial mineiro. O novo distrito industrial estava dividido em 11 núcleos com lotes que variam de 3 mil a 140 mil m² (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1986).

⁴⁹⁷ Com exceção da enchente, quando participa disponibilizando pessoal técnico para avaliação do problema. Mas já para a FUMIC (Fundação Mineira da Criança), a ACESITA doa uma área de 350 mil m² para construção do Lar do Menor, no bairro Primavera (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1986), para cada escola de samba (quatro no total) um lote para erguer sua quadra, e para o Programa de Formação de Empresários disponibiliza glebas para implantação das novas indústrias.

⁴⁹⁸ Segundo Nazareno ATAÍDE (1986: 219), nenhum dos dois bairros possuía casas de boa qualidade, nem primavam pelo planejamento. Enquanto o primeiro fora surgindo aos poucos e possuía grande número de casas, sendo densamente habitado, o Neu constituía-se de “três ruas paralelas, barracas de madeira, muito pequenas, com apenas quatro cômodos. ...foi levantado quando das primeiras expansões a usina”.

⁴⁹⁹ Nos bairros de Cachoeira do Vale e Vale Verde são construídas novas escolas, e no primeiro são realizadas obras de contenção.

⁵⁰⁰ O bairro Ana Moura é objeto do projeto CURA, que pretende provê-lo de redes de infra-estrutura (água, esgoto, pluvial e calçamento); também são desapropriadas áreas de risco e reassentadas famílias, iniciando-se ainda a construção de um posto de saúde.

⁵⁰¹ Eixo composto pela BR-381 e pelas avenidas dos Rodoviários e dos Pinheiros.

do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (PROGRIDE)⁵⁰². Para a indústria siderúrgica, a situação foi ainda mais grave, pois, além da queda nas vendas, o aumento abrupto dos juros tornou calamitosa a situação financeira das empresas que haviam empregado vultuosas somas em projetos de expansão na década precedente, como era o caso da maior parte das siderúrgicas nacionais.

Diante da crise, começaram a ganhar força as discussões acerca do papel do Estado na condução da economia, em especial no setor produtivo. Sinal deste interesse é a mudança na forma de análise do desempenho setorial das 200 maiores empresas realizada pela revista VISÃO: quem é quem na economia brasileira (1979-1992), que, em 1980, após uma reportagem específica sobre o crescimento no número de estatais⁵⁰³, passou a avaliar os dados separadamente para estatais, empresas privadas nacionais e privadas internacionais. Para Antonio GRECO (1984), no entanto, um dos principais responsáveis pela caótica situação financeira em que se encontravam as siderúrgicas na década de 1980 era a autonomia administrativa e política de seus diretores, cujos bons relacionamentos somados à falta de poder político da SIDERBRÁS e à ausência de um quadro técnico permanente no ministério e no CONSIDER (organizado em função de GT – grupos de trabalho) faziam com que o poder político desses técnicos competentes lhes garantisse autonomia administrativa, permitindo que não respondessem por suas decisões financeiras equivocadas. Assim, o único aspecto no qual as siderúrgicas estatais brasileiras não possuíam autonomia era o financeiro.

Embora a ACESITA fosse a única das siderúrgicas estatais que não havia sido encampada pela SIDERBRÁS⁵⁰⁴, respondendo diretamente ao Banco do Brasil e, dessa forma, permanecendo vinculada ao Ministério da Fazenda e não ao da Indústria e Comércio como CSN, COSIPA, USIBA, CST, etc. (VISÃO, 1980) (vide AnexoIII _org01), seu caso se encaixa perfeitamente na descrição feita por Antonio Grecco. Tendo por nove anos um mesmo diretor, Amaro Lanari Guatimosin (1972-1980), tomou corpo uma estrutura administrativa extremamente centralizada, tornando praticamente impossível a coordenação entre as áreas administrativa, técnica e executiva da empresa, o que acarretou problemas que iam desde o projeto até a operação dos equipamentos⁵⁰⁵ (LEMONS & PIRES, 1992). Como consequência, os custos estimados para a expansão foram facilmente superados e os

⁵⁰² Este programa parece vir substituir o iniciado na gestão anterior, configurando o início da rivalidade entre Geraldo Nascimento (PT) e Leonardo da Cunha (PMDB) e que se estende até a gestão atual.

⁵⁰³ Segundo a reportagem, em 1977 eram 573 estatais, em 1978 passaram para 582, em 1979 para 607, até chegar às 654 em 1980. Destas, a maior parte controlada pela União e classificada como pertencente ao setor terciário e 92 ao secundário (VISÃO, 1980: 42). Com relação às siderúrgicas, ao longo da década de 1980, a análise indica que, embora numericamente inferior (aproximadamente 15%), as estatais tinham maior peso, possuindo uma média de 70% do patrimônio líquido e empregando mais de 50% da mão-de-obra, o que fez com que fossem as principais responsáveis pelo fraco desempenho do subsetor (o setor era composto por três subsetores: metalurgia, siderurgia e não-ferrosos). Um exemplo de que os problemas financeiros das siderúrgicas não eram apenas conjunturais está no seu desempenho nos últimos anos desta década, quando as empresas privadas apresentaram lucros, enquanto as estatais permaneceram no vermelho (AnexoI_tab 10).

⁵⁰⁴ Feito que, segundo José FERREIRA (1997), foi conseguido por Amaro Lanari Guatimosin ainda no seu primeiro ano na presidência da empresa, o que lhe garantiu maior autonomia administrativa.

⁵⁰⁵ A descrição dos problemas enfrentados durante a execução do projeto de expansão feita por Mauricio LEMOS & Júlio PIRES (1992) é bastante detalhada. Nela, os autores enumeram entre os problemas: necessidade de execução de um novo projeto (a firma inicialmente contratada não fora capaz de detalhá-lo), ocorreram falhas na compra, nas obras e na instalação dos equipamentos; os prazos foram muito curtos, e problemas de projeto implicaram numa demora de 3 anos para se dominar a produção de aços inoxidáveis e silicosos.

custos de produção se elevaram. Sem poder contar com recursos do Banco do Brasil⁵⁰⁶, a empresa fez pesados empréstimos no exterior⁵⁰⁷, o que agravou ainda mais sua situação financeira, fazendo com que, em 1981, o presidente Figueiredo a incluísse na lista de estatais privatizáveis e foi somente graças aos esforços do então senador Tancredo Neves que o projeto de privatização foi engavetado⁵⁰⁸.

Embora tivesse afastado o fantasma da privatização, a situação financeira da ACESITA continuava a se deteriorar, com sua dívida real ultrapassando US\$ 1,1 bilhão, em 1982⁵⁰⁹. A fim de sanar suas finanças e reunir recursos suficientes para completar sua expansão, as jazidas de ferro em Itabira foram vendidas à CVRD; o Banco do Brasil fez dois aportes de capital e transformou parte significativa da dívida em partes beneficiárias (LEMOS & PIRES, 1992). Porém, mesmo em meio a esse turbilhão de dificuldades, a companhia não deixou de cuidar do provimento de habitação para seus funcionários que, em 1986, superava os 8 mil. Assim, sempre buscando parceria com COHAB e o BNH, nos anos da expansão a empresa participou diretamente da construção dos bairros Recanto, Vale Verde e Novo Horizonte (1982), além de construir conjuntos residenciais e apartamentos.

A partir de 1989, com a posse de Geraldo Nascimento (PT) na prefeitura, o relacionamento da ACESITA com o poder local tornou-se ainda mais distante. Adotando uma postura mais combativa, a gestão desse ex-presidente do sindicato dos metalúrgicos de Timóteo (METASITA) iniciou com um levantamento dos equívocos das gestões anteriores⁵¹⁰ e seguiu centrada nos problemas ambientais do município, promovendo já no primeiro ano de mandato um seminário sobre a situação ambiental do Vale do Aço (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1989). Realmente a partir daí, nota-se uma preocupação clara com o planejamento da cidade, iniciando-se em 1990 as pesquisas que serviriam de base para a elaboração do seu primeiro plano diretor. Esse planejamento, como na maioria das cidades brasileiras, acabou sendo deixado em segundo plano diante da necessidade de resolver problemas mais eminentes; um exemplo disso é o fato de que o plano foi concluído somente em 1997. Com a prefeitura mantendo uma postura que buscava cada vez mais independência com relação à ACESITA, a empresa é pouco mencionada nos informativos municipais, e quando isso ocorre aparece como

⁵⁰⁶ Sem poder contar com o suporte do Banco do Brasil, a empresa buscou capitalizar-se fazendo uso do monopólio de importação de bobinas de inox, comprando-as com financiamento de doze meses e vendendo-as à vista no mercado interno. No entanto, incapacitada de quitar seus débitos, mesmo este expediente esgotou-se rapidamente (FERREIRA, 1997).

⁵⁰⁷ De acordo com José Artur Ferreira (1997), a ampliação dos custos do projeto de expansão nunca foi aprovada pelo Banco do Brasil, fazendo com que, além dos valores oriundo do Banco do Brasil, a empresa buscasse, para compra de equipamentos nacionais, créditos junto ao BNDE (FINAME) e para equipamentos importados no EXIMBANK (Japão e USA), Samuel Montagou (Inglaterra) e Parybas (França). Nas palavras de Júlio LEMOS & Maurício PIRES (1992: 14) “*O Banco do Brasil recusou-se a fazer novos aportes, fazendo com que a companhia procurasse fontes alternativas de financiamento. Em primeiro lugar, utilizaram-se de recursos de curto prazo, oriundo do monopólio na importação de aços inox. Conseguindo financiar as importações por um ano, a cia. Conseguia se financiar por vias transversas. Tal método foi, no entanto, muito limitado, partindo a cia. Para a tomada de empréstimos externos via Lei 4131, e posteriormente via Resolução 63 do Banco Central.*” (LEMOS & PIRES, 1992: 14)

⁵⁰⁸ Sua argumentação ainda se fundamentava na condição da companhia como empresa de interesse nacional, e que não podia correr o risco de ser controlada por estrangeiros, além do que, segundo o senador, ela encontrava-se em tal situação somente porque fora negligenciada pelo Estado que, por meio do Banco do Brasil, recusara novos aportes de capital (LEMOS & PIRES, 1992: 14).

⁵⁰⁹ Nos dois anos seguintes, ela nem mesmo é classificada pela revista VISÃO (1983-1984) entre as 200 maiores empresas brasileiras.

⁵¹⁰ Como exemplos dessa postura podem-se mencionar: a reestruturação do FAST (Fundo de Ação Social de Timóteo), a auditoria dos gastos da gestão anteriores e a proposta de reestruturação administrativa (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1989).

devedora da comunidade e não mais como benfeitora. Essa nova atitude com relação à companhia fica evidente nas discussões sobre a produção de moradias⁵¹¹, quando a administração afirma “... *que a Cia. ACESITA tem de assumir de vez a sua parcela de responsabilidade. Como proprietária de 65% dos terrenos da cidade, a empresa deve ceder os locais para o assentamento das famílias carente*”, visto que “... *em 46 anos de existência, não construiu mais que 3.750 casas*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1990). Assim, embora ela tenha colaborado no maior projeto habitacional desenvolvido nesta gestão, a construção de 1.500 moradias no bairro do Limoeiro (financiadas pela Caixa Econômica Federal), as discussões sobre a aquisição do terreno se prolongaram por dois anos até que ela se convencesse de sua viabilidade.

Assim, observa-se que a partir da abertura da cidade houve um progressivo afastamento da ACESITA do controle do espaço da cidade; no entanto, não se pode dizer que ela deixou de determinar seu crescimento, pois, além de continuar a construir moradias para seus empregados e participar de loteamentos juntamente com o poder municipal, a empresa manteve a pose de extensas áreas no centro e ao redor dele. Outro fator que deve ser levado em conta é que, por intermédio da implantação do seu projeto de expansão, ela foi responsável pela atração de uma nova leva de migrantes que, ao não encontrar moradia nas proximidades, buscou abrigo nas cidades vizinhas, especialmente em Coronel Fabriciano. Assim, esse município, apesar de não possuir grandes empresas, passou de uma população 35% menor do que a de Timóteo na década de 1960, para 20% maior na de 1970, chegando a ser 27% superior no início do século XXI⁵¹². Nas palavras de Heloisa COSTA (1995: 92): “*Ao longo dos anos setenta, Coronel Fabriciano se consolida como pólo migrante, de baixa renda e sem vínculo com as empresas, embora também abrigue grande número de operários das duas usinas*”(ACESITA e USIMINAS).

Mas não foi somente na área urbana do Vale do Aço que a presença da ACESITA foi sentida. Com a necessidade de crescimento da produção de carvão vegetal impulsionando a aquisição de terras, no momento de sua privatização (1992), ela possuía propriedades em três estados, perfazendo 264 mil ha (LEMON & PIRES, 1992), sendo sua participação nas comunidades localizadas nos vales do Mucuri e Jequitinhonha, especialmente neste último, quase tão intensa quanto no início de sua implantação no vale do Rio Doce⁵¹³ (ACESITA ENERGÉTICA, 2006).

Portanto, o retrato que fica desse tempo não é de uma cidade, suas ruas e monumentos, mas de uma região, de suas estradas e rios, de suas matas, montanhas e indústrias. É a imagem das florestas de eucalipto virando carvão, das montanhas se desmanchando em grãos de minério e dos longos trens de

⁵¹¹ Além das 1.500 casas no bairro do Limoeiro, foram construídas cerca de 400 habitações (posteriormente se falou em 700) no Novo Tempo, e foi assinado convênio com CEF para construção de mais 336 apartamentos no Limoeiro (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1990 e 1992).

⁵¹² Segundo dados do IBGE, população residente estimada em 1999 para Timóteo era 70.325 hab. contra 95.933 hab. Para Coronel Fabriciano (IBGE) (vide AnexoI_tab06).

⁵¹³ Embora não mais se empenhe na construção de uma comunidade fechada ou mesmo de uma cidade, por intermédio da ACESITA Energética, a empresa colabora ou patrocina a construção de edifícios públicos como o da Prefeitura de Itamarandiba, doa veículos às secretárias de saúde, constrói escolas, cercas, pontes, etc., além de promover a realização de atividades culturais e recreativas (ACESITA ENERGÉTICA, 2006).

ferro que seguem pela velha Vitória-Minas, serpentando e furando morros até atingirem o mar e daí ganharem o mundo. É a imagem de grandes, médias e pequenas rodovias que não se cansam de riscar o chão; dos rios Piracicaba e Doce lutando para manter seu curso, suas águas, sua flora e sua fauna. É a imagem do urbano adentrando o campo, apagando fronteiras, redefinindo e sublinhando diferenças sociais; das fábricas que pontilham a margem dos rios, pintando a terra, a água e o ar de cinza.

Fig. 189-190: Evolução urbana de Timóteo – década de 1960 e o bairro de Cachoeira do Vale (GOOGLEARTH)

Fig. 191-192: Evolução urbana de Timóteo – década de 1970 e o bairro do Macuco (GOOGLEARTH)

Fig. 193-194: Evolução urbana de Timóteo – década de 1980 e o Centro Sul (GOOGLEARTH)

Fig. 195: Perspectiva do projeto do novo centro comercial para a cidade
(Relatório 1964, 1965)

Fig. 196-197: Maquete do novo escritório da ACESITA (1970) e o novo edifício da Prefeitura do Município de Timóteo (Acervo pessoal J.L. Batista; SILVEIRA, s.d.1)

Fig. 198-199: Projeto do bairro Primavera e mapa de propriedades da ACESITA na área central em 1991
(ARQUIVO ACESITA)

ACESITA
 Municipal
 Particular
 usina

IV.2 DE ACESITA A TIMÓTEO: NOVOS PARÂMETROS PARA A RELAÇÃO EMPRESA X MUNICÍPIO

Caracterizar o relacionamento entre a ACESITA e o poder municipal nos últimos quinze anos é uma tarefa que exige levar em conta as mudanças de postura da administração pública municipal e da empresarial da ACESITA, tanto quanto um espectro mais amplo de fatores que condicionaram tais mudanças. Neste contexto, não se deve considerar a privatização da companhia e as subsequentes reorganizações societárias que transformaram a estatal quase falida numa associada do maior grupo produtor de aço do mundo, ACELOR-MITTAL⁵¹⁴. Mais do que uma reestruturação societária, as sucessivas alterações no quadro acionário da companhia representaram mudanças tecnológicas e administrativas que se refletiram no papel que ela desempenhou, e ainda desempenha, localmente. Dentre elas vale destacar a emergência do “discurso verde” como elemento embasador de sua política social, fazendo com que os cuidados com o meio ambiente ditassem o tom do que se passou a entender por “responsabilidade social”. Esta, por sua vez, ganhou novo status, tornando-se cada vez mais um elemento de marketing internacional, o que pode ser observado pelo início da elaboração dos chamados “balanços sociais” e da importância que estes assumiram na construção da imagem da empresa, uma atitude que confirma a máxima da globalização: “pensar global e agir local”.

Contudo, se nesse período a ACESITA passou por profundas mudanças administrativas, não foi diferente com o poder municipal.

IV.2.1 DISCURSO AMBIENTAL, RESPONSABILIDADE SOCIAL E PLANEJAMENTO URBANO

Considerando a década de 1950 como o momento de emergência do ambientalismo, Philippe LAYRARGUES (1998) afirma que a partir de então ocorreu a chamada “ecologização da sociedade”, ou seja, a penetração da problemática ambiental tão profundamente que tornou-se capaz de influenciar o modo de vida das pessoas e, assim, intervir em instâncias decisórias superiores, entrando definitivamente na agenda política. Segundo este autor, daí em diante, a cada década o ideário ambientalista foi incorporado por novos grupos, sendo a década de 1950 marcada pelo ecologismo dos cientistas; a de 1960, das organizações não-governamentais; a de 1970, dos políticos, e a de 1980, dos empresários. Assim, embora desde o primeiro momento o discurso tenha se pautado pela racionalidade, inicialmente dada pelo embasamento científico das proposições, somente trinta anos depois a busca por um desenvolvimento sustentável levou à sua incorporação por setores ligados ao mercado financeiro.

Num contexto dominado pelo liberalismo e em que os avanços tecnológicos têm aprimorado a precisão das pesquisas científicas, o prenúncio de catástrofes ambientais ocasionadas pelas mudanças climáticas globais tornou mais retumbante o alarme dos neomalthusianos sobre as limitações da terra

⁵¹⁴ A união da Mittal Steel (companhia foi fundada em 1976, mas que só ganhou destaque internacional a partir de 2004 quando foram combinadas a indiana ISPTAT Internacional (adquirida em 1995) e a LNM Holdings da Bósnia – AnexoIII_org4) com a ARCELOR (resultante da união da francesa USINOR, da belga ARBED e da espanhola ACERIALIA em 2002); criando o grupo ARCELOR MITTAL foi anunciada ainda em 2006, mas deve-se efetivar somente em 2007 (ARCELOMITTAL, s.d.).

em absorver uma explosão demográfica, fazendo com que nos anos 1980 se retomassem as discussões a cerca do significado de “desenvolvimento”. Tendo como principal referência o relatório “Nosso Futuro em Comum”, elaborado pela ONU em 1987, surge então o termo “desenvolvimento sustentável” (BUSATO, 1996).

Contudo, se neste relatório ele é entendido no sentido de preservação do meio ambiente como suporte à existência humana, ao ser encampado pelo empresariado, ele passou a significar a manutenção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades necessárias pelo indivíduo para sua sobrevivência, levando o setor a transformar o discurso ambiental em parâmetro de atuação e fazer dele um de seus principais “garotos propaganda”. Conforme demonstra Philippe LAYRARGUES (1998), o que houve foi uma apropriação ideológica que integrou a lógica ecológica à econômica e fez do setor empresarial o mais apto a oferecer e implantar soluções que viabilizassem o desenvolvimento sustentável⁵¹⁵. Contudo, apesar do nivelamento proporcionado pela noção de que todos estariam unidos em favor de um objetivo comum funcionar como uma nuvem de fumaça, encobrindo o caráter contestatário dos movimentos ambientalistas e dificultando o reconhecimento de sua verdadeira natureza pela opinião pública; esta, mesmo no Brasil onde é especialmente menos atenta e atuante, foi capaz de fazer empresas e o governo sentir sua pressão em favor do meio ambiente⁵¹⁶ (BUSATO, 1996).

Desse modo, como coloca José Sérgio LEITE LOPES (2006: 32), nota-se que, se por um lado os “... *empreendedores eles próprios, causadores principais da degradação ambiental, também se apropriam da crítica à sua atuação e procuram usá-la a seu favor (...) partes das populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seu interesse e reivindicações*”, configurando o que o autor denominou “ambientalização dos conflitos sociais”. Porém, se para as empresas os cuidados com o meio ambiente permitem a divulgação de uma imagem positiva, auxiliando na abertura de novos mercados e, conseqüentemente, o incremento de seu faturamento⁵¹⁷, para o poder público eles vinculam-se à obtenção de verbas, seja junto a instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

O condicionamento da aprovação de planos e projetos ambientais para captação de recursos e o papel da cidade como principal palco destes conflitos fazem dos planos diretores municipais importantes instrumentos para o equacionamento da questão ambiental. Considerando-se o “... *objetivo do Plano Diretor não [ser] resolver todos os problemas da cidade, mas sim ser um instrumento para a definição de estratégias para a intervenção imediata, estabelecendo poucos e claros princípios de ação para o conjunto dos agentes envolvidos na construção da cidade, servindo também de base para*

⁵¹⁵ Esta posição é conquistada por causa do reconhecimento da capacidade financeira, tecnológica e racional, vista em oposição a entidades governamentais e filantrópicas, vistas como utópicas, arrogantes, autoritárias e alarmistas.

⁵¹⁶ Segundo a autora, pesquisas conduzidas pelo IBOPE e Vox Populi têm demonstrado que a população de um modo geral incluiu a preservação ambiental ao rol de suas preocupações cotidianas, sendo levada em conta tanto nos seus hábitos cotidianos, como compras e separação do lixo, quanto nas perspectivas de futuro, com o reconhecimento da preservação ambiental como condição imprescindível ao desenvolvimento.

⁵¹⁷ Sua utilização como moeda de troca na negociação salarial e atração de mão-de-obra especializada também não é um fator que deve ser desprezado, prova disso é a continuidade das premiações e ranqueamento das empresas conforme a opinião de seus empregados, como os prêmios LIF, da Câmara de Comércio França-Brasil e Balanço Social, da Ethos e IBASE, bem como o ranking de melhor empresa do setor siderúrgico para se trabalhar da revista Guia Você SA.

a gestão pactuada da cidade” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2002: 40), ele não somente deve ajudar na arbitragem de conflitos, como também levantar e organizar demandas, sendo assim responsável por sua legitimação e legalização.

Contudo, conforme o próprio texto do estatuto das cidades reconhece, a elaboração de planos diretores já foi vista como definidora de um projeto de cidade, negando-lhes sua condição de política pública, ou seja, de campo de explicitação de conflitos. Sua capacidade de refletir a situação local pode ser detectada até mesmo pela própria ausência de um plano, o que mais do que a dominação de um grupo cujos interesses poderiam ser feridos com a sua elaboração, pode indicar um equilíbrio da força política de grupos opostos.

Este parece ter sido o caso de Timóteo que, embora nas últimas seis eleições tenha levado ao poder somente três candidatos (vide AnexoI_tab02), passou por períodos bastante conturbados, pois o revezamento de prefeitos de partidos políticos opostos (especialmente PT e PMDB) levou as gestões a serem marcadas por discursos de mudanças e reformas, postura tidas como necessárias para corrigir os equívocos das anteriores.

Contudo, como se nota na gestão de Leonardo Lelé da Cunha (1993-1996), estas reformas, via de regra, diziam respeito somente à administração precedente, de modo que seu plano de governo para o segundo mandato, sucedendo o petista Geraldo Nascimento, foi baseado nos mesmos programas que havia buscado implantar em sua gestão anterior (1983-1988)⁵¹⁸.

Reformas mais profundas foram sentidas somente na administração posterior, de José de Anchieta Poggiali⁵¹⁹ (1997-2000). Reclamando da dívida herdada e de uma redução de quase 30% na arrecadação do município em decorrência de mudanças na Lei Robin Hood⁵²⁰ (“Timóteo comemora aniversários...” (1998)⁵²¹, Poggiali determinou uma ampla reforma administrativa e tributária⁵²².

⁵¹⁸ Como o FAST, o programa de microempresas no novo distrito industrial, o de habitação no Novo Tempo etc., tendo como preocupação nova somente a incorporação de cuidados com o meio ambiente e a criação da ADT (Agência de Desenvolvimento de Timóteo) (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1993).

⁵¹⁹ José Anchieta de Mattos Pereira Poggiali é farmacêutico-bioquímico, filho de político local (seu pai foi prefeito de Coronel Fabriciano), participou da fundação do PSDB em Timóteo e se destacava na comunidade por sua participação em entidades sociais e religiosas (clubes de lazer, escolas de samba, associações de bairro e grupos jovens) (DIÁRIO DO AÇO, 1999).

⁵²⁰ A Lei nº 12.040, ou Lei *Robin Hood*, foi promulgada pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em dezembro de 1995. Tinha por objetivo desconcentrar a renda, transferindo recursos para regiões mais pobres e incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais. Para isso, determinava novos critérios para a distribuição da cota-parte do ICMS dos municípios, segundo os quais as parcelas seriam condizentes não somente com a arrecadação municipal, mas também com a população, área, investimentos realizados nas áreas de saúde, educação, saneamento e preservação ambiental, entre outras. Isto implicava na possibilidade de municípios menos ativos economicamente ou que possuíam extensas áreas de preservação receberem recursos antes concentrados naqueles mais dinâmicos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, s.d.2; LEI 12.040).

⁵²¹ Pelo que se pode averiguar nos dados disponíveis (Plano Diretor 1997 e Secretária da Fazenda do Estado de Minas Gerais – vide AnexoI_tab09a), a queda mais significativa na arrecadação municipal deu-se em 1996, primeiro ano em que passou a vigorar esta lei, sendo que reformas posteriores fizeram com que as perdas verificadas neste momento fossem recuperadas nos anos seguintes.

⁵²² A reforma tributária pretendia que os impostos fossem “... graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1998), de modo que a cobrança do IPTU por exemplo, além de considerar a tipologia do imóvel, seu uso, dimensões, índice de valorização e localização, permitia descontos de até 90%, conforme a renda do proprietário. Assim, apesar da criação da taxa de saneamento e manutenção das existentes taxas de iluminação, coleta de lixo, inspeção sanitária e limpeza pública, pretendia-se uma redução de cerca de 20% para o contribuinte (Jornal PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, fev/1999).

No entanto, embora tenha iniciado o mandato enfatizando a necessidade de planejamento, onde “... *todas as ações do Executivo devem estar baseadas num planejamento prévio e dentro de uma visão de futuro*” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1998: 16), deixou que as decisões quanto às atividades prioritárias fossem tomadas pelos Conselhos Setoriais, criados para representar os sete setores nos quais a cidade foi dividida para distribuição de recursos do orçamento participativo, o chamado PROPOR (Programa de Prioridades Orçamentárias)⁵²³. Essa forma de administração que visava a uma maior participação da comunidade nas decisões da administração municipal e também o conhecimento de problemas locais, possibilitando agilizar seu atendimento, implicava numa certa descentralização administrativa⁵²⁴, fazendo com que, apesar dos esforços de planejamento representado pela finalização do Plano Diretor de Desenvolvimento em 1997⁵²⁵ e o recadastramento de imóveis, a imensa dívida deixada e a falta de pagamento de fornecedores e funcionários por mais de seis meses alguns considerassem a sua administração como a pior que a cidade já tivera⁵²⁶.

A despeito desses problemas, observando-se os informativos da prefeitura desta gestão, nota-se uma grande preocupação com a diversificação de atividades econômicas, e há uma sensível ampliação das preocupações com o meio ambiente. O desenvolvimento de programas de fomento a pequenos produtores e indústrias vinculadas à produção de peças em inox aparecem então como lados opostos de uma mesma moeda. Compondo a visão geral que tem predominado na cidade nos últimos anos, os projetos voltados a pequenos produtores aparecem vinculados ao turismo, pois promovem o desenvolvimento de atividades não poluidoras e geradoras de renda para uma camada da população que não possui formação suficiente para integrar o quadro das grandes empresas da região. Ademais, colaboram para sua fixação no campo ou em núcleos distantes da principal área urbana, auxiliando na melhoria da qualidade de vida destas comunidades. Programas como os de incentivo à piscicultura, à produção de frutas e doces, mel de abelha, leite, açúcar mascavo, rapadura e de chapéu de palha, freqüentemente realizados em conjunto com EMATER, IEF e PERD, pretendiam também tornar as comunidades instaladas em zona rurais e próximas a zonas de preservação ambiental parceiras na sua manutenção e fiscalização, pois ao auxiliar a população a aproveitar melhor os recursos naturais disponíveis na região, promovia-se a vinculação entre ela e o meio ambiente, levando a que,

⁵²³ Cada setor receberia R\$ 200 mil, e as ONGs, R\$ 100 mil, num total de R\$ 1,5 milhões, fora os R\$ 750 mil destinados a obras de caráter municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1998).

⁵²⁴ Embora não seja possível afirmar categoricamente o problema desta gestão, parece dever-se mais a dificuldades de execução dos planos, à não-compatibilização com os custos dos projetos, do que a sua concepção, visto Poggiali ter continuado a ser bem visto pela população apesar do fracasso de sua administração. Além do que, há de se levar em conta as dificuldades de promover grandes alterações em instituições consolidadas, especialmente quando dizem respeito à descentralização do poder, o que usualmente implica na redução de autoridade individual.

⁵²⁵ Este plano foi fundamentado nos planos elaborados fora da prefeitura por firmas especializadas contratadas especificamente para este propósito, como a RUMOS – Consultoria e Planejamento, responsável pelo Plano Diretor de 1989 e a LEME – Engenharia S.A., encarregada do Plano diretor de Esgotos 1989.

⁵²⁶ Segundo o senhor Perácio Bicalho (2002) (vinculado às administrações posteriores) “... *Tivemos uma experiência dramática para a cidade por que o último prefeito, uma pessoa jovem, bem sucedida na profissão dele, bioquímico, que ganhou a Prefeitura do atual Prefeito (...) no dia 1º de Janeiro quando nós entramos aqui, (...) os meus salários estavam atrasados 6 meses! O comércio virou um caos na cidade, nenhum servidor tinha crédito, a Prefeitura não comprava de mais ninguém. (...) Carreiros tinham 10 meses sem pagamento. Os imóveis da Prefeitura, temos 100 casas alugadas pela cidade, 1 ano sem pagamento. A COPASA em 4 anos nunca foi paga nem 1 mês. Água... Telefone...a rede virtual que o Prefeito anterior contratou em 18 meses e devia 18 meses! (...) Eu não tenho a menor dúvida que foi a pior administração que já passou pela Prefeitura, em que pese o fato de outras administrações terem também sido muito ruins!*”

consciente da dependência deste para seu sustento, passasse a evitar sua degradação (ANÔNIMO, s.d.1., s.d., PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1999; PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1997; como no Plano de Manejo do PERD, 2002).

O desenvolvimento de atividades industriais, especialmente as vinculadas à produção de aço inox, embora também estivesse voltado apenas à criação de micro, pequenas e médias empresas, destinava-se a empregar uma população com melhor qualificação e alocada na cidade. Entre as principais providências neste sentido contam o estabelecimento do Centro Federal de Educação Tecnológica de Timóteo⁵²⁷, a doação de lotes⁵²⁸ e incentivos fiscais pela prefeitura⁵²⁹ aos empreendedores interessados em se instalar no município, para as empresas ligadas à produção de peças em inox, a participação da ACESITA garantindo outros benefícios, como assistência técnica e disponibilidade de equipamentos e locais para instalação⁵³⁰ (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1998; 1999a e 1999b).

O fomento à instalação de empresas de beneficiamento de aço inox vinculava-se ao projeto “Timóteo: capital nacional do inox”, cujo objetivo era “... *transformar o município num importante centro fornecedor de serviços e produtos elaborados a partir da utilização do aço inox*”⁵³¹.⁵³² Além da geração de emprego e renda, este projeto visava à promoção da cidade, seu “marketing” tanto interno quanto externo, pois como observa Heloisa e Geraldo COSTA (2000: 1071), mais do que atrair investimentos e diversificar a economia local se pretendia “*promover a inserção do município de Timóteo em áreas mais amplas de desenvolvimento estadual, nacional e, até mesmo internacional*”. Neste sentido, sua inclusão no rol das dez como melhor IDH-M do estado também foi bastante explorada⁵³³.

Embora aparecesse desde o primeiro ano da gestão de Poggiali, o cuidado com a imagem da cidade ganhou força a partir de 2000, com a implantação de programas, como o “Florir Timóteo”, “Natal de 1

⁵²⁷ O CEFET de Timóteo foi realizado em parceria com o CEFET de Minas Gerais e apoiado pelas principais indústrias da região (ACESITA, USIMINAS, CENIBRA, CEPLAC, VANTEC e SINDIMIVA); ocupando o antigo Colégio Percival Farquhar, ele oferecia inicialmente os cursos de metalurgia e química industrial, prevendo a implantação do turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1999a).

⁵²⁸ Vale ressaltar que apesar da doação do terreno, presumivelmente no Distrito Industrial do Limoeiro, no material estudado há pouca menção de melhorias realizadas na área, somente algum arruamento, limpeza e os já mencionados incentivos fiscais (vide AnexoII_mapa12).

⁵²⁹ Os incentivos fiscais, descontos no IPTU, IPI e imposto de renda de pessoa jurídica seriam proporcionais ao número de empregos gerados no município, sendo cem o mínimo para se candidatar aos benefícios (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1999b).

⁵³⁰ Com o objetivo de “... *transformar o município num importante centro fornecedor de serviços e produtos elaborados a partir da utilização do aço inox*”, a Prefeitura Municipal e a Associação Comercial de Timóteo, com o apoio da Agência de Desenvolvimento de Timóteo, formularam o projeto “Timóteo: capital nacional do inox”. Projeto que visava incentivar a implantação de empresas prestadoras de serviços em aço inox na cidade; para tanto, receberiam incentivos municipais, estaduais e federais, além da própria ACESITA, que implantou o Centro de Processamento de Aços Especiais (CEPAE) “*onde as empresas podem se instalar dispondo de galpões com toda infra-estrutura necessária (ramal ferroviário, energia elétrica, gases diversos)*” A participação da ACESITA no projeto ocorria também por intermédio da Fundação ACESITA que, juntamente com a Associação de Aposentados e Pensionistas de Timóteo, oferecia cursos gratuitos para formação de mão-de-obra ligada à transformação do aço inox (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1999a).

⁵³¹ A partir de então foi incentivada também a produção de artefatos, desde cubas e esquadrias até porta-retratos, enfeites e bijuterias, sendo realizadas exposições com a Mostra Multi-Expor no Terminal Rodoviário Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1999a).

⁵³² O programa foi lançado pela Prefeitura Municipal e Associação Comercial de Timóteo em 1997 e era coordenado pela Agência de Desenvolvimento de Timóteo, responsável por auxiliar os interessados na obtenção de incentivos municipais, estaduais, federais e da própria ACESITA (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1998).

⁵³³ Com um IDH-M de 0,768, em 1991 a cidade foi considerada a quarta melhor classificada no Estado, passando para a terceira colocação em 2000 com IDH-M de 0,831, ambos superiores à média do Estado e do País (vide AnexoI_tab19).

milhão de luzes”, “Memorial Centro Sul”, limpeza pública e os projetos de melhoria dos centros norte e sul⁵³⁴. Além disso, em 1999 e 2000, a prefeitura voltou a incentivar os desfiles de carnaval, sendo estes os últimos anos em que as escolas de samba da cidade voltaram a desfilar (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1999b e 2000). Com estes projetos ocorrendo concomitante à entrada da USINOR como acionista majoritária da ACESITA, não é surpresa que a presença da empresa fosse constante, pois com a possibilidade de internacionalização de sua produção, manter uma imagem positiva junto à comunidade local tornara-se tão importante quanto incrementar sua produção.

No entanto, se por um lado a atenção com a imagem da cidade relacionava-se à promoção do turismo, por outro se observa uma busca intensa por vinculá-la à proteção do meio ambiente, consolidando a imagem de uma cidade consciente de seus recursos naturais e da necessidade de conservá-los. Recursos que, no contexto geral de valorização dos cuidados com o meio ambiente, tornaram-se cada vez mais espelho da própria cidade, pois como reflexo das condições de vida por ela oferecidas, também demonstram o quanto o poder municipal e as instituições locais estavam atentos aos anseios da população e aptos a atendê-los. Assim, se desde o início da década de 1990 já constava da agenda municipal o cuidado com o meio ambiente, nos últimos anos dessa década eles ganharam ainda mais força. Um exemplo disso é o estabelecimento de um zoneamento ambiental para o município, proposto pelo Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de 1997. Nele, além de atenção especial às áreas vizinhas ao PERD, com o estabelecimento de uma zona tampão de 50 m, a partir da divisa⁵³⁵ foram determinados cuidados especiais para os fundos de vale e as encostas; incluindo, ainda, o plano de saneamento ambiental, que previa a construção de redes coletoras e estações de tratamento de esgoto para cerca de 90% da área urbana do município. Contudo, sem que tivesse ganhado a força de lei, dada por sua aprovação pela Câmara Municipal, ou que os recursos para sua efetivação se viabilizassem, o plano serviu apenas como apoio ao pessoal técnico da prefeitura, sem qualquer efeito fiscal.

No contexto regional, a década de 1990 foi marcada pelo retorno das reivindicações para constituição da Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA)⁵³⁶. Contudo, como salientam Geraldo e Heloisa

⁵³⁴ Além de algumas reformulações viárias de pequena monta (rampas de acesso e mudança de mãos de direção), estas reformas diziam respeito principalmente à recomposição dos passeios, colocação de arcos de aço inox nos canteiros, mudança do camelódromo e incentivo à colocação de letreiros de inox nas lojas (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 2000).

⁵³⁵ Este zoneamento, no entanto, não é condizente com o proposto no Plano de Manejo do PERD de 2002 (PERD, 2002) (vide AnexoII_mapa10) e será profundamente alterado pelo Plano Diretor de 2004.

⁵³⁶ Embora desde a implantação da USIMINAS se esperasse que as cidades de Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga funcionassem em conjunto, com cada uma desempenhando uma função complementar com relação à outra, levando a que em 1974 fosse criada a AMVA (Associação dos Municípios da Micro-Região do Vale do Aço) (DIÁRIO DO AÇO, 1984), a institucionalização da RMVA era vista como uma forma de facilitar sua integração, já que viabilizava a obtenção de recursos a serem empregados em obras que beneficiariam diversos municípios. No entanto, mesmo que esta complementaridade de funções se verificasse, pelo menos até a década de 1980 não era possível caracterizar nenhuma das cidades como metrópole (a partir de 1990, Ipatinga passou a exercer maior polarização, conquistando parte do setor terciário antes concentrado em Coronel Fabriciano). Embora a complexidade da discussão sobre a conceituação e definição das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas exija e mereça mais atenção do que a aqui dispensada, vale notar que foi somente quando a metrópole passou a ser entendida não somente como uma grande cidade, mas como uma região composta por cidades que extravasam suas fronteiras, rompendo com a dicotomia campo-cidade e cuja influência se estende a áreas circunvizinhas, que foi possível a instituição desta região (FIGUEIREDO, 1994). Observa-se, no entanto, que sua constituição fundamentou-se mais em decisões político-administrativas do que em parâmetros analíticos ou

COSTA (2000), sua efetivação em 1998 (LEI COMPLEMENTAR nº 51/98)⁵³⁷ não foi capaz de promover um planejamento conjunto entre os municípios que a compõe⁵³⁸, verificando-se um agravamento das disparidades locais em vez de sua redução, pois se por um lado verificava-se a ausência de um Plano de Desenvolvimento Integrado⁵³⁹, uma exigência legal descumprida, por outro notava-se que predominavam iniciativas pontuais, preocupadas em responder a interesses específicos que portanto, dificilmente colaboravam para minimizar as disparidades e induzir a “solidariedade espacial” da região. Assim, mesmo os encontros e fóruns de debate entre as autoridades locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 1999a; 1999b; 2000b) têm tido resultado concreto somente quando se trata de atividades de interesse comum e que não implicam competição entre as cidades⁵⁴⁰, como a unificação de tarifas de telecomunicações, transporte, abastecimento e meio ambiente (COSTA & COSTA, 2000).

Nos dois últimos mandatos (2001-2004 e 2005-2008), Geraldo Nascimento do PT voltou a se eleger prefeito; no entanto, se no primeiro mandato teve de lidar com os problemas financeiros e administrativos herdados da gestão anterior, no segundo, uma sequência de mandatos judiciais já o afastaram do poder por três vezes⁵⁴¹ em menos de dois anos. No entanto, mesmo em meio a essas dificuldades, em 2003 foi finalmente terminado o plano diretor do município. Votado e aprovado em 2004 (LEI 2.500 de 07/05/2004), o novo Plano Diretor focaliza, principalmente, a ordenação territorial do município, sendo os aspectos sociais e econômicos tratados somente à medida que se relacionam com sua organização espacial. Embora ainda carecendo de bases mais precisas de levantamentos⁵⁴², o plano demonstra a consciência das limitações do planejamento quando não acompanhado de intensa fiscalização e engajamento da comunidade, o que invariavelmente leva à constituição de parcerias com instituições e associações locais, municipais, estaduais e federais. Embora a incorporação de instrumentos de regulação urbana propostos pelo Estatuto das Cidades (CÂMARA DOS DEPUTADOS,

conceituais, uma vez que realmente não há uma única cidade-sede, mas sim um grupo de cidades principais, nem mesmo uma certa homogeneidade territorial, social ou econômica entre elas, como seria de se esperar respectivamente no caso das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas (MATOS, 2000; COSTA, 2002).

⁵³⁷ Esta lei foi substituída pela LEI COMPLEMENTAR 90/2006, que institui o Colar Metropolitano, ficando a região constituída pelos quatro municípios-sede: Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano e Santana do Paraíso e o Colar Metropolitano pelos municípios de: Açucena, Antonio Dias, Belo Oriente, Braúnas, Bugre, Córrego Novo, Dom Cavati, Dionísio, Entre-Folhas, Iapu, Ipaba, Jaguarapu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Naque, Periquito, Pindo d'Água, São José do Goiabal, São João do Oriente, Sobrália, Vargem Alegre.

⁵³⁸ Segundo os autores, “*As tentativas de uma gestão articulada entre os três municípios terminaram em fim de 1978, com a edição do plano [de Desenvolvimento Integrado do Aglomerado Urbano do Vale do Aço, 1978]...*”

⁵³⁹ Assim como os autores, não foi possível localizar até o momento nenhuma iniciativa neste sentido.

⁵⁴⁰ Segundo Geraldo e Heloisa (COSTA & COSTA, 2000), o sucesso da RMVA na promoção da “solidariedade territorial está condicionada a fatores como: as diferenças sócio-espaciais entre o municípios, suas experiências de planejamento, as iniciativas que vêm ocorrendo nos municípios economicamente mais fortes.

⁵⁴¹ Foram cinco cerimônias de integração de posse, com Geraldo Nascimento sendo sucessivamente substituído pelo segundo colocado nas últimas eleições, Leonardo Lelé da Cunha. As acusações de improbidade administrativas são devidas ao contrato com empresa de iluminação pública dos irmãos Jannani que, em troca por um deságio de 20% na dívida que tem com a prefeitura de Timóteo, teriam oferecido contribuir com a campanha eleitoral de Nascimento (GUERRA, 2006), mas a encrenca ganha ainda mais colorido quando se considera a participação das empresas dos irmãos Jannani em concorrências fraudulentas em todo o país (ISTOÉ, s.d.) e ainda o afastamento do Juiz Juscelino José de Magalhães, responsável pelas liminares contra Nascimento, devido “*postura venal e parcial*” por possuir dívidas cujos credores seriam opositores do atual prefeito (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Estado de Minas Gerais, 2006).

⁵⁴² Segundo informações recebidas em 2004, estava para ser contratado um levantamento plani-altimétrico que possibilitaria a atualização e correção do mapa da cidade, até então em base Acad e sem geo-referenciamento.

2002), como as “operações urbanas”, “transferência do direito de construir” e “outorga onerosa”, demonstrem sua atualidade, eles parecem ter sido ainda pouco explorados⁵⁴³, com sua vinculação a planos e projetos específicos, como o tratamento dos fundos de vale e encostas, deixados para ser tratados separadamente, são as ADEs (Áreas de Diretrizes Especiais) Ana Moura, Cachoeira do Vale, Petrópolis e os Fundos de Vale.

As preocupações ambientais são evidentes em todo o plano, aparecendo como elemento de destaque no zoneamento. Assim, a determinação da localização das ZEIS (zonas especiais de interesse social) é coincidente com ocupações irregulares em áreas de risco (inundáveis ou em morros) que, por usualmente se situarem nas extremidades da malha urbana⁵⁴⁴, têm a maior parte de seu perímetro fronteiro às áreas de proteção ou preservação ambiental merecendo, portanto, maior atenção do poder público. A própria instituição da APA (Área de Proteção Ambiental) da Serra do Timóteo e projetos paisagísticos para fundos de vale e encostas na área urbana também são exemplos da intensificação dos cuidados ambientais. No entanto, somando-se essas determinações à inexistência de áreas destinadas à agricultura e pecuária, às dimensões reduzidas das áreas passíveis de abrigar atividades de turismo e recreação (ZP-1)⁵⁴⁵, verifica-se que a garantia da qualidade ambiental da cidade acabou por implicar numa séria limitação na disponibilidade de áreas para expansão urbana e desenvolvimento de atividades econômicas que não de pequeno porte.

Caracterizado pela ocupação dos poucos terrenos planos nas margens dos córregos e rios, o desenvolvimento urbano de Timóteo passou a enfrentar problemas mais sérios somente a partir do momento em que a escassez de áreas próximas transformou os morros e os recuos entre as construções e os cursos d'água nas únicas opções para novos loteamentos. Essa escassez de áreas urbanizáveis nas vizinhanças da malha já fora notada em planos anteriores e a solução adotada, tanto anteriormente quanto agora, é o incentivo ao adensamento daquelas cuja infra-estrutura tem capacidade ociosa (os bairros Centro Norte, Funcionários, Novo Horizonte, Serenata e ao longo da Avenida ACESITA⁵⁴⁶).

Com o Parque Estadual do Rio Doce ocupando cerca de 40% do município, e os bairros localizados próximos à sua divisa, sendo, em sua maioria, originários de assentamentos sem planejamento e que, distantes da cidade e, portanto, pouco valorizados, acabaram por abrigar uma população com menos recursos, fato que fez da região objeto constante de preocupação da administração do parque e da prefeitura. Com o atendimento de uma antiga reivindicação, principalmente por parte da ADT, a

⁵⁴³ Outros instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade contidos no plano são o “estudo de impacto de vizinhança e do “direito de preempção”; não há, contudo, nenhuma menção ao IPTU progressivo, uma das medidas tidas como mais eficientes no combate à especulação imobiliária.

⁵⁴⁴ As exceções são as ZEIS de Cachoeira do Vale e Nova Esperança que, localizadas às margens do rio Piracicaba e ao longo do principal eixo viário da região, merecem especial atenção, principalmente a última, tendo em vista a construção da nova ponte ligando Timóteo diretamente com o centro de Coronel Fabriciano. (vide foto satélite)

⁵⁴⁵ Mesmo atividades de reflorestamento com fins comerciais são permitidas somente na ZP-1 (Preservação Relativa), não na ZP-2 (Preservação Absoluta) e menos ainda na APA.

⁵⁴⁶ Contudo, seja pela alta concentração fundiária ou pela escassez de investidores, o mercado imobiliário tem-se mostrado pouco inclinado a investir na verticalização (o único edifício com mais de 5 pavimentos localiza-se no Centro Norte e sofreu inúmeras transformações, tanto de uso como de programa, sendo que sua construção já dura mais de oito anos, não estando concluído ainda na última visita), fazendo com que o adensamento desejado deva depender da flexibilidade da legislação com relação a coeficientes de aproveitamento, taxa de ocupação e parcelamento, para se concretizar.

duplicação da BR-381 e a construção de uma ponte ligando diretamente Timóteo ao centro comercial de Coronel Fabriciano⁵⁴⁷, parece estar se confirmando a tendência de intensificação da ocupação do setor leste da cidade⁵⁴⁸. Sentida desde a década de 1990, após a instalação do distrito industrial do Limoeiro (década de 1980) e de bairros com melhor infra-estrutura, como o Alphaville (1994), a efetivação dessa tendência pode ser comprovada pelo número de ocupações irregulares (13 num total de 38 em todo o município) neste setor, justificando plenamente a intensificação da fiscalização facilitada pela criação de uma comissão específica para este fim⁵⁴⁹.

Fechando as preocupações ambientais, o capítulo V do Plano Diretor (LEI 2.500, 2004) trata do “saneamento ambiental”, ou seja, da manutenção e da execução de redes e estações de tratamento de água e esgoto, visando principalmente à adequação e complementação do projeto elaborado na década de 1990 e que ainda não fora complementado⁵⁵⁰.

Portanto, de um modo geral, pode-se dizer que, nas últimas duas décadas, a cidade de Timóteo tem-se debatido a fim de conciliar objetivos aparentemente opostos, demonstrando que são, na verdade, somente lados opostos de uma mesma moeda. Assim, tem buscado transformar obstáculos em trampolins, como ao fazer dos córregos e morros que limitam seu crescimento elementos de sua paisagem e transformando as restrições impostas pela preservação ambiental em oportunidade de diversificação de suas atividades econômicas e de inclusão de comunidades distantes no desenvolvimento da cidade. No entanto, se internamente essa busca freqüentemente pode ser considerada bem-sucedida, no contexto regional as dificuldades continuam a se acumular, com disparidades regionais ampliando-se e os conflitos de interesse acirrando-se.

⁵⁴⁷ Conforme se pôde verificar na última visita e as fotos de satélite demonstram, embora a duplicação tenha sido feita, os anéis de acesso não foram concluídos, impossibilitando sua utilização (vide fotos satélite).

⁵⁴⁸ Segundo Bernardo FURTADO (2005: 14), na década de 1990 esta região foi a “... *alternativa da população sem recursos da região de Cachoeira do Vale, conforme Cachoeira tornou-se mais integrada a cidade e com mais recursos e serviços disponíveis ela também se tornou mais cara, fazendo do Macuco uma solução ‘natural’.*” (“... *it became as an alternative to the population without resources from the region of Chachoeira do Vale, i.e. as Cachoeira [area 4] becomes more integrated to the city and with more resources and services available it also becomes too expensive, Macuco[area 5] is therefore the ‘natural’ solution.*”)

⁵⁴⁹ A Comissão Permanente de Fiscalização da Expansão Urbana no Entorno do Parque Estadual do Rio Doce é constituída por representantes das prefeituras limítrofes, do IEF, IBAMA, Polícia Militar, FEAM e do Ministério Público Estadual. Reunindo-se trimestralmente, busca (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 2004a e 2004b) coordenar as ações voltadas à preservação da área de entorno, garantindo, assim, a integridade do parque.

⁵⁵⁰ Infelizmente não há dados precisos disponíveis quanto ao andamento das obras, sabendo-se somente que em 2004 havia sido aprovado o projeto da ETE do Limoeiro, cuja execução aguardava somente a liberação de verbas (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO, 2004a).

IV.2.2 PRIVATIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO EMPRESARIAL

Desde o período colonial, as empresas estatais estiveram presentes na economia brasileira; no entanto, somente a partir de Getúlio Vargas no poder que a intervenção estatal na economia tornou-se mais contundente⁵⁵¹, passando de 20 empresas estatais federais em 1940 para 573 em 1977⁵⁵². Contudo, já nos anos 1970, esta postura estatizante começou a ser questionada. Estas primeiras críticas foram vistas por Armando PINHEIRO (2000) mais como um movimento contra a “desprivatização”⁵⁵³ do que a favor da privatização, uma forma dos empresários privados demonstrarem sua insatisfação por estarem afastados do processo decisório⁵⁵⁴, o que levava o Estado a conceder subsídios fiscais e creditícios a fim de fortalecer as empresas privadas nacionais. Além disso, durante o período da ditadura militar, privatizar soava muito semelhante a desnacionalizar, o que representava por em risco a segurança e o desenvolvimento da nação, concluindo-se que, se a privatização não era prioridade para o empresariado, era menos ainda para o governo.

Embora uma mudança nesta visão ainda fosse demorar pelo menos mais quinze anos para se impor, o agravamento da situação econômica a partir de 1979, obrigando o governo a priorizar o controle da inflação e o equilíbrio das contas externas em detrimento do crescimento em curto prazo, fez com que a participação direta do Estado na produção passasse a ser questionada novamente. Nesse momento, no entanto, a questão ainda não dizia respeito à ineficiência do setor público estatal, mas a uma limitação do aumento das funções do estado, de modo que “... não se tratava de uma guinada ideológica quanto ao papel desenvolvimentista do Estado, mas antes uma mudança na ênfase da política econômica...” (PINHEIRO, 2000: 156), na qual essas empresas serviam cada vez mais como instrumento. Assim, em vez de serem responsáveis por incentivar o desenvolvimento de indústrias privadas, como se pretendia nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (SARAVIA, 2004), o papel das estatais tornou-se cada vez mais vinculado à política macroeconômica, com o rígido controle de preços⁵⁵⁵ aos quais foram submetidas a partir de 1975, sendo visto como medida de contenção da inflação e uma forma de subsidiar as importações (PINHEIRO, 2000).

Contudo, esta medida, além de não remediar a crise econômica, deteriorou ainda mais a saúde financeira das estatais, que por causa da limitação do crédito e obrigadas a buscar empréstimos no exterior, submeteram-se às crescentes taxas de juros internacionais⁵⁵⁶. Além disso, a redução do valor

⁵⁵¹ Sem tomar partido quanto à vinculação desse incremento da ação estatal na economia uma ideologia política ou a uma postura pragmática, o autor a atribui à emergência de cinco fatores: desenvolvimentismo, segurança nacional, nacionalização de empresas privadas estrangeiras, verticalização e diversificação de atividades das grandes estatais e a estatização de empresas mal administradas (PINHEIRO, s/d).

⁵⁵² De acordo com a Secretaria de Controle das Empresas Estatais - SEST, entre 1960 e 1970 surgiram 153 empresas estatais, e entre 1970 e 1980, o número atingiu a cifra de 215. Em 1985, elas são, segundo a SEST, 226. De acordo com os nossos dados, na conclusão do exercício 1985, elas eram 275 (210 sociedades anônimas, 29 sociedades limitadas e 27 empresas públicas) (SARAVIA, 2004).

⁵⁵³ Ou seja, contra a estatização de empresas privadas que estavam em más condições financeiras.

⁵⁵⁴ visto que possuíam somente um assento no Conselho de Desenvolvimento Econômico.

⁵⁵⁵ Não somente o controle de preços, mas em 1975 houve uma real redução do valor dos produtos e serviços oferecidos pelas estatais (PINHEIRO, 2000).

⁵⁵⁶ Segundo Carlos GARCIA (2004), especialmente entre 1977 e 78, o governo manipulou artificialmente a taxa de juros doméstica, a fim de estabilizá-la acima da internacional e, desta forma, incentivar a captação de recursos externos. Fato que se mostrou desastroso para as estatais, pois com a crise do petróleo em 1979, houve uma substantiva elevação nas taxas de

real dos preços e tarifas significava também um desvirtuamento da função dessas empresas, cujos objetivos produtivos eram sobrepujados pelos político-econômicos, ocasionando uma “... *continua deterioração do seu desempenho, com a expansão da demanda reprimida e a perda de qualidade de seus serviços*” (PINHEIRO, 2000: 157).

No início da década de 1980, atingidas pela crise tanto em decorrência da retração do mercado, quanto por causa dos ditames da política antiinflacionária de preços baixos e juros elevados, as estatais não apresentaram sinais de melhora da situação financeira⁵⁵⁷, o que levou o governo Sarney a tentar desvincular essas empresas dos ditames da política macroeconômica em favor de uma “... *gestão pública baseada no princípio de um certa autonomia empresarial; a partir da reestruturação dos mecanismos de financiamento*” (GARCIA, 2004: 44). Esta nova postura, que Licínio VELASCO JR. (1997) considerou condizente com a emergência de um Estado empresarial⁵⁵⁸, teve como consequência o fortalecimento do BNDES, que, como principal órgão de financiamento industrial do país, ganhou legitimidade como o mais apto a avaliar as consequências da crise financeira do Estado, sendo posteriormente chamado a comandar o processo de privatização. Assim, mesmo as privatizações da década de 1980 tiveram mais a ver com a “... *orientação pragmática deste Banco*”⁵⁵⁹, *que entendia a privatização como um meio de fortalecer uma intervenção desenvolvimentista em setores outros situados na ponta do desenvolvimento tecnológico...*” (VELASCO JR., 1997: 10), do que com as medidas levadas a cabo pelo Conselho de Desestatização⁵⁶⁰.

Portanto, nesse período, as desestatizações constituíam-se num meio de promover a realocação de recursos do BNDES, permitindo ao banco substituir devedores estatais não-executáveis por devedores privados executáveis. Desta maneira, foram vendidas somente empresas de pequeno e médio porte (a maioria reprivatizadas⁵⁶¹), pertencentes a setores dominados pela iniciativa privada e que tinham por objetivo o saneamento financeiro da BNDESPAR⁵⁶² (PINHEIRO, 2000; VELASCO JR., 1997).

Como um dos setores que mais haviam absorvido recursos do BNDES⁵⁶³ e era intensamente utilizado

juros, e especialmente a partir de 1981 iniciou-se uma política de desvalorização cambial que levou ao aumento nas taxas de juros internacionais.

⁵⁵⁷ Para Carlos GARCIA (2004), o impedimento das estatais substituírem seus passivos em moeda estrangeira por ativos da dívida pública dificultou ainda mais sua situação, o mesmo não ocorrendo com as empresas privadas que, fazendo uso desta estratégia, conseguiram sanear suas dívidas.

⁵⁵⁸ Processo que o autor, acompanhando a linha de Luciano Martins, considera ter-se iniciado com o regime militar, coexistindo ao Estado burocrático, que iria aos poucos substituindo.

⁵⁵⁹ Este papel desempenhado pelo BNDES pode ser sentido nos 17 processos, 11 foram de empresas controladas pela BNDESPAR (VELASCO JR., 1997).

⁵⁶⁰ Segundo o autor, a criação deste conselho era uma resposta às demandas “*antiestatistas*”, e, embora pouco efetivo, este conselho estabeleceu inovações importantes para a transparência e visibilidade do programa de privatizações, como o mecanismo público de vendas por meio da bolsa de valores e a contratação de empresas de consultoria privada especializada para avaliar e acompanhar o processo.

⁵⁶¹ Estas privatizações estavam no bojo do plano de saneamento da SIDERBRÁS, constando entre elas três siderúrgicas controladas pela SIDERBRÁS (COSIM, COFAVI E USIBA) e duas subsidiárias do BNDES (Cimental e Nossa Senhora Aparecida) (GARCIA, 2004).

⁵⁶² A BNDESPAR (BNDES Participações S.A.) era a empresa incumbida de administrar as ações e companhias incorporadas pelo BNDES.

⁵⁶³ A siderurgia nacional consumiu em 1963 85% dos recursos despendidos pelo BNDES e, ao longo da década de 1970, absorveu uma média de 53% dos investimentos no setor. O banco foi ainda responsável pelo financiamento dos planos de expansão da CSN, USIMINAS e COSIPA, além da implantação da CST e AÇOMINAS, direcionando 35% dos investimentos industriais para metalurgia e siderurgia durante o I (1972-4) e o II (1975-9) PNDs (ANDRADE & CUNHA, 2002).

como instrumento da política econômica, o setor siderúrgico foi um dos mais duramente atingidos pela crise. Sem poder contar com empréstimos nacionais⁵⁶⁴, com os juros internacionais elevados, mercado consumidor retraído e um quadro de pesado endividamento, mais do que as dificuldades para finalizar seus planos de expansão, na segunda metade da década de 1980, as siderúrgicas estatais brasileiras enfrentavam a ameaça da completa insolvência. Englobando as principais empresas do setor, a situação da SIDERBRÁS⁵⁶⁵ (vide AnexoIII_org1b) era sintomática deste estado das coisas, tornando inevitável o saneamento dessa *holding*. Segundo Carlos GARCIA (2004), o plano de saneamento do grupo SIDERBRÁS, iniciado em 1987, tinha três frentes: uma que visava o realinhamento tarifário, ou seja, gradualmente tornar o preço do aço compatível com o custo operacional das usinas, permitindo uma produção auto-sustentável; a segunda frente dizia respeito à privatização de companhias menores e produtoras de não-planos⁵⁶⁶, levando à privatização da COSIM, COFAVI, USIBA, CIMENTAL e Nossa Senhora Aparecida; e, finalmente, na terceira estava o saneamento financeiro das empresas do grupo (CSN, COSIPA, USIMINAS, AÇOMINAS e CST)⁵⁶⁷.

Como a única siderúrgica estatal que não compunha o grupo da SIDERBRÁS, a ACESITA estava fora deste plano, e seu saneamento dependeu de recursos oriundos diretamente do Banco do Brasil, que em contrapartida, pelos US\$ 575 milhões de que dispôs entre 1981 e 1985 (vide AnexoI_tab13), exigiu a venda das minas da companhia em Itabira à Companhia Vale do Rio Doce⁵⁶⁸.

Embora esta intensa injeção de dinheiro tenha melhorado a saúde financeira das usinas estatais⁵⁶⁹, reduzindo seu grau de endividamento não foi suficiente para promover sua desvinculação da política macroeconômica, nem torná-las auto-suficientes⁵⁷⁰ (GARCIA, 2004). Com o mercado interno reprimido, o aumento de cerca de 6,5% ao ano⁵⁷¹ na produção nacional de ferro deveu-se à

⁵⁶⁴ A partir de 1988, mesmo o financiamento nacional não era possível devido à resolução 469, segundo a qual estava vetado o acréscimo do endividamento de empresas públicas, o que se traduzia na proibição do banco fornecer empréstimo às siderúrgicas já bastante endividadas (VELASCO JR., 2005).

⁵⁶⁵ A SIDERBRÁS foi criada pelo Presidente Médici em 1972, como uma sociedade de economia mista, cujos objetivos eram: “I - promover e gerir os interesses da União em **novos empreendimentos siderúrgicos e de atividades afins, ressaltados os casos de empreendimentos vinculados a empresas existentes**; II – programar as necessidades dos recursos financeiros da União para a as suas subsidiárias e associadas; III promover, por intermédio de subsidiárias ou associadas, a execução de atividades relacionadas com a indústria siderúrgica no Brasil e no exterior” (IBS, 1972: 06 – sem grifo no original) e embora pela lei ela devesse se incumbir somente dos **novos** empreendimentos, em 1976 já havia incorporado todas as grandes siderúrgicas estatais, com exceção da ACESITA (vide AnexoIII_org1b), funcionando como uma *holding*. Com a posse de Fernando Collor de Mello, uma de suas primeiras medidas foi a dissolução da SIDERBRÁS, juntamente com a PORTROBRÁS e a INTERBRÁS.

⁵⁶⁶ Segundo o autor, desde o II PND já se previa que o Estado iria manter em seu controle somente as empresas produtoras de aços planos, deixando a produção de não-planos a cargo do setor privado.

⁵⁶⁷ Primeiramente, as dívidas seriam transferidas para a *holding*, em seguida, seriam transferidos recursos suficientes tanto para a *holding* quanto para as companhias, até que seu grau de endividamento se tornasse compatível com suas respectivas capacidades internas de pagamento. Segundo Carlos GARCIA (2004), isto implicou num desembolso desigual, com as empresas mais endividadas (CST e AÇOMINAS) abocanhando cerca de 75% dos recursos, enquanto a menos endividada (USIMINAS) ficou com pouco mais que 10% e, com a SIDERBRÁS incorporando as dívidas de suas subsidiárias, mesmo não tendo sido capaz de romper com a subordinação das estatais a política econômica, o plano teve relativo sucesso.

⁵⁶⁸ As minas foram vendidas por US\$ 70 milhões.

⁵⁶⁹ O saneamento foi feito por transferência das dívidas das empresas para a *holding* que, no entanto, recebeu um repasse da União 24% menor do que o previsto (PINHO, 2001).

⁵⁷⁰ A única exceção foi a USIMINAS, que apresentava uma situação mais equilibrada entre o endividamento e as vendas.

⁵⁷¹ De acordo com Marcelo PINHO (2001), este aumento na produção e a necessidade de desovar a produção deveram-se ao mau momento em que ocorreu a conclusão do plano de expansão das usinas iniciado no final da década 1970, que, devido a enormes atrasos, deu-se somente na segunda metade da década de 1980, situação especialmente difícil para COSIPA e AÇOMINAS.

reorientação das vendas para o exterior, o que não colaborava muito para recuperação financeira das empresas, já que foi calcada na aceitação de preços inferiores aos internos e na exportação de produtos de menor valor agregado (PINHO, 2001).

Com a continuidade dos balanços apresentando prejuízos⁵⁷², não foi surpresa que as discussões sobre a privatização ganhassem ainda mais força. Além disso, conforme argumenta Armando PINHEIRO (2000), a partir de 1990 nota-se o repentino desaparecimento de duas importantes justificativas para a manutenção do controle estatal: a segurança nacional e a desnacionalização da economia⁵⁷³. Com a definitiva entrada da desestatização para a agenda política nacional, houve também mudanças no modo de gerenciamento das empresas e de seu papel no processo de desenvolvimento do país, que passou a priorizar produtividade e eficiência em vez do preenchimento dos espaços deixados pela iniciativa privada, fazendo com que para algumas empresas, “... a privatização pass[asse] a ser encarada como alternativa ao seu fechamento (por exemplo: CSN)” (PINHEIRO, 2000: 162).

A esse quadro geral de insatisfação somou-se a dissolução da SIDERBRÁS e o papel-chave do programa de privatizações no discurso de mudanças adotado pelo governo Fernando Collor, fazendo que o Plano Nacional de Desestatização, posto em marcha já no primeiro ano de seu mandato, enfrentasse poucos obstáculos⁵⁷⁴.

Com o objetivo declarado de auxiliar na redução da dívida pública, para a qual se destinavam os recursos provenientes das privatizações, optou-se por iniciar o processo pelas empresas que se encontravam em melhores condições financeiras. No entanto, antes de iniciá-lo, alguns ajustes seriam necessários a fim de tornar essas empresas mais eficientes e competitivas e, assim, mais atraentes ao mercado. Comandadas pela recém-criada Comissão de Controle das Empresas Estatais, optou-se pela estratégia de promover o aumento da produtividade por intermédio da redução de custos; contudo, segundo Carlos GARCIA (2001), a única medida nesse sentido que obteve algum êxito foi relativa ao gerenciamento de mão-de-obra, iniciando-se um intenso programa de redução de salários e demissões nas empresas privatizáveis. Porém, ainda de acordo com este autor, não é possível culpar somente a privatização pelo elevado volume de demissões que ocorreram nesse período, pois, concomitantemente, ocorria um processo de reestruturação produtiva que englobava tanto aspectos

⁵⁷² Conforme averiguou Marcelo PINHO (2001), no apanhado geral da literatura sobre o tema, ademais os problemas de gestão, são apontados seis fatores que levaram as siderúrgicas estatais à crise que precedeu sua privatização: contenção dos preços, mau direcionamento, superdimensionamento dos projetos de investimento, elevado custo do capital, excessiva dependência de empréstimos externos; sujeição aos cartéis de distribuição e transporte do produto, e crise internacional da siderurgia.

⁵⁷³ Segundo o autor, este desaparecimento deve-se ao desenrolar do processo de democratização do país, com o afastamento dos militares do poder e externamente ao fim da Guerra Fria.

⁵⁷⁴ Segundo Carlos GARCIA (2001), o principal deles eram os sindicatos, porém mesmo estes foram, em alguns casos, seduzidos pela possibilidade de compra de ações pós-privatização (USIMINAS), ademais as maciças demissões precedentes já haviam minado um pouco de sua força, que enfrentou maiores dificuldades, principalmente, no caso da CSN e da COSIPA, em especial desta última. Isto, contudo, não quer dizer que havia consenso sobre a privatização, nem no conjunto da sociedade nem no governo, sendo que o conjunto de medidas que viabilizaram a implementação do plano foi fundamentado num sistema fechado de decisões, ou seja, sua base legal era oriunda de medidas provisórias e decretos, cuja “...conversão em leis muitas vezes não levou em consideração quase a totalidade das emendas feitas pelo Congresso” (VELASCO JR., 1997: 21).

gerenciais quanto tecnológicos⁵⁷⁵.

A escolha da siderurgia como precursora do programa de privatizações ocorreu porque, diversamente dos setores de comunicação, petrolífero e elétrico, ela apresentava menos barreiras jurídicas e institucionais para alienação das empresa; ademais, com a conclusão dos planos de expansão, as usinas apresentavam boa performance, estavam tecnologicamente atualizadas e com seu endividamento parcialmente solucionado, graças ao plano de saneamento da SIDERBRÁS (GARCIA, 2004). Segundo Licínio VELASCO JR. (1997), um dos principais gestores do plano, a escolha da USIMINAS⁵⁷⁶ para inaugurá-lo foi inspirada em parâmetros adotados pela Argentina, pois, além de ser uma das poucas estatais lucrativas, era de grande porte; tecnologicamente equiparava-se à suas concorrentes internacionais, e nela a resistência dos trabalhadores era menos acentuada, fatores que fortaleciam a credibilidade e confiabilidade do mercado e da sociedade tanto nas intenções liberalizantes do governo quanto no programa.

O novo modelo de privatização diferia do anterior (governo Sarney), principalmente por propor a venda de ações na bolsa de valores, o que, apesar de gerar incertezas quanto à estrutura societária resultante e significar a desistência do governo de controlar o setor industrial⁵⁷⁷, foi considerada uma estratégia bem-sucedida, pois reforçava o discurso liberal e democrático do governo, permitindo o acesso de uma parcela mais ampla da população às ações, ajudando também a enfraquecer as oposições (VELASCO JR., 1997).

Seguindo o modelo adotado para a USIMINAS, em 1991 foi privatizada a COSINOR; no ano seguinte, foi a vez da AFP (Aços Finos Piratini), CST e da ACESITA com suas subsidiárias (FASA e Energética); em 1993, CSN, COSIP e AÇOMINAS (vide AnexoI_tab13) também foram privatizadas, de modo que, em menos de três anos, o núcleo da siderurgia estatal brasileira, aproximadamente 70% do parque siderúrgico nacional, havia passado totalmente para as mãos da iniciativa privada⁵⁷⁸.

De um modo geral, emergiu da privatização uma estrutura compartilhada de controle do capital, com fraca participação de grupos estrangeiros, inicialmente concentrados na USIMINAS. Situação que iria se modificar radicalmente a partir de 1995, quando a saída dos bancos e entrada de grupos internacionais viriam acompanhadas da redução da participação dos fundos de pensão, compondo uma organização menos pulverizada da estrutura acionária das empresas (PINHO, 2001). Essas modificações organizacionais, no entanto, não se limitaram à parte gerencial, pois ao modificar suas

⁵⁷⁵ Embora em números absolutos o número de demissões do setor estatal seja avassaladoramente maior, proporcionalmente e em especial no período 1989-1993, as demissões feitas por companhias privadas, como Belgo-Mineira e Manessman, atingiram índices superiores mesmo ao da COSIPA, sendo ultrapassadas por esta somente no período posterior (vide AnexoI_tab14).

⁵⁷⁶ No primeiro decreto (nº 99.465 de 16/08/1990) foram listadas as empresas: COSINOR; a Aços Finos Piratini S.A.; CST; USIMINAS; USIMEC; Mafersa S.A.; COPESUL; as participações acionárias da PETROQUISA nas companhias de segunda geração que integram o Pólo Petroquímico de Triunfo; a participação acionária da PETROQUISA na COPENE; as participações acionárias da PETROQUISA nas companhias de segunda geração que integram o Pólo Petroquímico de Camaçari; a Indústria ICC; GOIASFÉRTIL, e a Mineração Caraíba Ltda.

⁵⁷⁷ Contrariando até mesmo um dos objetivos do PND, qual seja, “contribuir para a modernização do parque industrial do país, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia” (LEI nº 8.031 Art. 1º IV).

⁵⁷⁸ Obviamente que na composição acionária das empresas a permanência de bancos e fundos de pensão.

estratégias empresariais, os setores técnico e produtivo também foram afetados⁵⁷⁹.

A ACESITA era uma das empresas que poderia ser incluída no grupo das que enfrentavam o dilema “privatizar ou fechar”⁵⁸⁰, pois com a instabilidade gerencial⁵⁸¹ pela qual passou nos anos 1980, complicando ainda mais o já difícil quadro geral, ela enfrentava novamente sérios problemas financeiros. Embora as vendas das minas e os aportes de capital feitos pelo Banco do Brasil tivessem reduzido quase pela metade o seu endividamento líquido (em 1982 era de US\$ 968 b), às vésperas de sua privatização, ele era de US\$ 482 bi, enquanto seu patrimônio líquido estava estimado em apenas US\$ 44,5 bi. Assim, a principal resistência à sua privatização veio da comunidade local, e mesmo esta se viu enfraquecida pelo predomínio da imagem das estatais como “elefantes brancos”, empresas grandes e pesadas cujos gastos não justificavam sua manutenção. A inevitabilidade da privatização e o exemplo bem-sucedido da USIMINAS, segundo Cícero MACHADO (10/fev/2004), também colaboram para debilitar a resistência operária, verificando-se ainda que, nesse momento, as principais reivindicações coordenadas pelo sindicato local (Metasita) diziam respeito à reposição salarial e jornada de trabalho⁵⁸², sendo as greves deflagradas desde 1989 voltadas para este fim⁵⁸³.

Seguindo a tendência geral, logo após sua privatização a organização societária da ACESITA (vide AnexoI_tab16) apresentava forte participação de bancos e fundos de pensão, enquanto os empregados da própria empresa, reunidos no CIGA (Clube de Investimento do Empregados do Grupo ACESITA) conseguiram adquirir somente cerca de 12% das ações. Esta presença intensa de grupos institucionais (bancos e institutos de pensão somavam mais de 54% das ações) levou à presidência da companhia Wilson Brumer⁵⁸⁴. Com carta branca dos acionistas, Brumer partiu para a implantação de um programa de reestruturação focado na busca da lucratividade e competitividade internacional. Iniciando pelo que considerou a parte mais traumática da reorganização da empresa, o ajuste de pessoal, determinou o corte de 25% da folha de pagamentos. Isto significou a demissão quase imediata

⁵⁷⁹ Segundo Vanessa OLIVEIRA (2004), após a privatização, passado o período inicial de ajustes, juntamente com a maior internacionalização patrimonial das empresas houve uma redução nas atividades de pesquisa e desenvolvimento, tanto em virtude da possibilidade de acesso à tecnologia oriunda das matrizes, quanto ao foco no mercado externo, predominando a venda de semi-acabados.

⁵⁸⁰ Segundo LEMOS & PIRES (1992), nos três momentos em que foi discutida a privatização (1950, 1967 e 1981) da ACESITA, ela enfrentava este dilema.

⁵⁸¹ Maurício LEMOS & Júlio PIRES (1992) consideram que em termos gerenciais a empresa sempre foi instável, com a indicação do presidente constituindo-se num processo complexo, resultado de decisões políticas nas quais o Banco do Brasil, seu principal acionista, pouco influía. Na década de 1980, após a longa gestão de Amaro Lanari Guatimosin na presidência da empresa, a ACESITA enfrentou um período conturbado, com a rápida sucessão de quatro presidentes em três anos, o que ajudou a agravar as dificuldades administrativas que vinha tendo.

⁵⁸² A fraca adesão pode ser sentida pela decisão em assembléia de não participarem da greve geral convocada pela CUT em 22 e 23 de maio de 1991, em protesto contra o governo Collor e que tinha na pauta a “defesa dos serviços públicos” (CUT, s.d.) e pelo fracasso do protesto pela demissão de 28 funcionários (METASITA, s.d.3)

⁵⁸³ Nas entrevistas, no entanto, aparece outro aspecto que pode ter colaborado para a minguada oposição da oposição: a perspectiva de que a partir da aquisição de ações da empresa, os empregados teriam maior participação nas decisões da diretoria. Idéia que aparece como solução ideal proposta no relatório de Maurício LEMOS & Júlio PIRES (1992) e que levariam muitos dos entrevistados a se sentirem traídos após a privatização.

⁵⁸⁴ Wilson Nélio Brumer fez sua carreira na CVRD, onde começou como técnico de economia e finanças em 1976, passando a superintendente financeiro em 1984, até chegar à sua presidência em 1990, a qual deixou em 1992 para assumir a presidência da ACESITA. (GAZETA MERCANTIL: balanço anual – MG, 1995). Ele também tomou parte no Conselho da USIMINAS e CST e, em 1995, acumulava os cargos de vice-presidente do conselho de administração da Forjas ACESITA e presidente dos conselhos de administração da ACESITA Energética, Brasifco e Eletrometal, além de ser diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (REVISTA TECNOLOGIA HOJE, 2003), assumindo a Secretária de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais na gestão de Aécio Neves (2002-2006).

de cerca de 2.000 funcionários⁵⁸⁵, fazendo com que o impacto da privatização fosse instantânea e duramente sentido pela comunidade local, pois, sem cortes anteriores⁵⁸⁶, como nos casos da COSIPA e CSN⁵⁸⁷, mesmo as medidas mitigadoras⁵⁸⁸ adotadas pela empresa não foram suficientes para evitar uma sensível desaceleração da economia da cidade. Embora a estimativa divulgada pelo sindicato local seja exagerada (MACHADO, 10/fev/2004), para cada demissão realizada pela empresa havia a perda de três postos de trabalho na cidade; a queda no número total de pessoas ocupadas no município entre os anos de 1980 e 1996 não foi pouco expressiva, passando de 17.287 em 1980 para 12.710 em 1996. Assim, enquanto em 1980 o pessoal ocupado na indústria de transformação correspondia a 53,5% de todo pessoal empregado na cidade, em 1996 esta relação era pouco superior a 40%, chegando a 36% em 2003. Valores que são ainda mais significativos quando se considera que em 1980 o total de empregos na indústria de transformação somava 9.260, enquanto a ACESITA empregava 8.116 pessoas, o que correspondia a 87,6% dos postos na indústria e 46,6% de todo pessoal ocupado na cidade, números que passariam respectivamente para 50,8% e 18,7% em 2003.

O plano de ação, posto em prática após a privatização, previa também a renegociação de contratos com fornecedores, o alongamento da dívida, melhoria da produção e qualidade dos produtos, além de uma nova política comercial, com a destinação de recursos para marketing e um aumento no *mix* de produtos, mais direcionados a mercados específicos e ao *business core* da empresa (REVISTA TECNOLOGIA HOJE, 2003; HINCHBERGER, 1995). No entanto, somente com o retorno da lucratividade e sua dívida renegociada, a companhia retomou os investimentos na produção, promovendo a partir de 1994 sua quarta expansão. Com a melhoria das condições financeiras e a contratação da empresa de consultoria McKnsey, em 1995 a reestruturação passou a ocorrer de forma mais sistemática (MACEDO, 2000).

Entre as principais medidas adotadas estão: a substituição do carvão vegetal pelo coque importado no alto forno de redução⁵⁸⁹, a alteração da “rota tecnológica” da produção de aços inoxidáveis na

⁵⁸⁵ Ele defendia que “em vez de eliminar 2.000 empregos, nós estávamos salvando os outros. A companhia não podia sustentar aquele nível de emprego. Mas eu estou convencido que o problema não era somente de pessoal. Havia burocracia demais, atrasando a tomada de decisões”. “But we knew that rather than eliminating 2,000 jobs, we were saving the others. The company could not sustain that level of employment. But I’m convinced that the problem was not just personnel. There was bureaucracy, slow decision making” (HINCHBERGER, 1995).

⁵⁸⁶ Embora Maurício LEMOS & Júlio PIRES (1992) afirmem que entre os preparativos da privatização estava o corte de 10% do pessoal, ao examinar o quadro de número de funcionário, verifica-se que isto não ocorreu; se houve corte com esta intenção, ele não passou de 3%.

⁵⁸⁷ Segundo Marcelo PINHO (2001), as demissões tinham dois propósitos: enxugar a folha de pagamento, facilitando o equilíbrio das contas internas, e enfraquecer os sindicatos. Novamente, a exceção foi a USIMINAS, onde antes da privatização não houve demissões e, mesmo posteriormente, seu número foi bem menos expressivo. Já na CSN, antes da privatização foram demitidos dois mil funcionários loteados no Estado de Santa Catarina e na COSIPA mais de 500, números que só não foram maiores devido a dificuldades das empresas de reunir recursos para arcar com tais demissões.

⁵⁸⁸ Buscando minimizar suas consequências, iniciaram-se as demissões pelo escalão superior (o número de gerentes passou de 230 para menos 80, o pessoal no escritório em Belo Horizonte de 500 para 55), institucionalizou-se um programa de incentivos à aposentadoria, garantiu-se a continuação do plano de saúde por mais um ano e uma firma de recolocação foi contratada. Além disso, segundo Brumer, em menos de dois anos e meio, o incentivo à criação de pequenas empresas, prestadoras de serviços levou à montagem de 25 a 30 novas empresas, com aproximadamente 1.000 funcionários (HINCHBERGER, 1995).

⁵⁸⁹ O Alto-forno 1 e o Forno-elétrico de Redução, para produção de ferro-cromo, continuaram a ser alimentados por carvão vegetal.

aciaria⁵⁹⁰, e a ampliação da capacidade de produção de aços inoxidáveis planos, fazendo que, já no ano seguinte, parte da planta fosse desativada⁵⁹¹ e a empresa fosse organizada em “unidades de negócios”⁵⁹², com um corte de 796⁵⁹³ postos de trabalho, medidas de ordem tecnológicas, cujo impacto foi amplificado por virem acompanhadas da terceirização de importantes setores, como a fábrica de gases (assumida pela AGA) e o grupo de automação industrial (comando pela IBM), ademais ainda em 1992 o núcleo técnico, responsável pelo desenvolvimento tecnológico, foi extinto⁵⁹⁴.

Quadro de investimentos da ACESITA na usina em Timóteo entre 1994-1997

<i>Área</i>	<i>Tipo de investimento</i>	<i>Valor (mil US\$)</i>
Redução	Expansão	20.000
Aciaria	Expansão	38.500
Laminação a quente	Modernização	24.000
Laminação a frio (inoxidável)	Expansão	227.000
Laminação a frio (silício)	modernização	1.005

Fonte: FERREIRA, 1997

Quanto ao discurso de focalizar a produção no *business core* da empresa, ele pareceu aplicar-se somente à usina de Timóteo, pois nesse período a empresa como um todo buscou “... a ampliação dos seus negócios na área de mineração e siderurgia para além de seu núcleo de especialização (barras de aços comuns e especiais e aços planos alto-carbono, inoxidável e siliciosos)” (FERREIRA, 1997: 70), sendo adquiridas a SIFCO e a Eletrometal (posteriormente negociada com a Aço Villares), ambas voltadas para a produção de forjados para a indústria automobilística (respectivamente carbono e especial), além do acordo com CVRD e Kawasaki Steel para, unidas, controlarem a CST, levando a ACESITA à compra de 34,14% de seu capital. Acordo que, dado o dispêndio de US\$ 110 milhões e a subsequente queda dos valores das ações da empresa⁵⁹⁵, colocou a ACESITA novamente em uma situação financeira pouco confortável⁵⁹⁶.

Com relação à política comercial, também foram tomadas medidas incisivas, destacando-se aquelas voltadas à aproximação com os clientes. Neste sentido, passaram a ser desenvolvidas atividades que

⁵⁹⁰ Passa de duplex à triplex, ou seja, após a primeira (pré-tratamento do gusa, cromo e cromo nos fornos elétricos) e segunda (refinamento no conversor a oxigênio) etapas, há uma terceira de correção da composição química no conversor VOD (Vacuum Oxygen Desgazing) (FERREIRA, 1997).

⁵⁹¹ A laminação de barras finas foi fechada totalmente, significando uma redução de 25% do efetivo do setor de laminação (FERREIRA, 1997).

⁵⁹² Eram quatro unidades de negócios: produção de laminados de aço inoxidável, produção de laminados de aço carbono e aço ao silício, fornecimento de serviços de apoio e assessoria à produção e fabricação de produtos básicos (ferro gusa e aço bruto) (FERREIRA, 1997).

⁵⁹³ Somente em março/1996 foram demitidas 548 pessoas, fora as 100 demitidas em janeiro, o que, segundo José FERREIRA (1997), teria levado à saída do diretor industrial.

⁵⁹⁴ Embora a ACESITA nunca tenha primado pelo desenvolvimento de novas tecnologias (como a USIMINAS), desde a década de 1980, quando estabeleceu convênio com a UFMG, USIMINAS, IPT, IPÊM etc., possuía um quadro técnico com boa formação. Logo após a privatização, a nova direção decidiu extinguir a Gerência de Pesquisas, optando pela compra de tecnologia em detrimento do desenvolvimento próprio. Mesmo a reativação do Departamento de Pesquisa e Tecnologia em 1995 não significou uma mudança de perspectiva, uma vez que, formado por técnicos transferidos do setor de metalurgia, tem uma produção marcada por relatórios de práticas-padrão (FERREIRA, 1997).

⁵⁹⁵ O lote de mil ações preferenciais da ACESITA passou de R\$ 5,56 em abril para R\$ 2,30 em setembro de 1996 (FERREIRA, 1997).

⁵⁹⁶ Para José FERREIRA (1997), a compra das duas primeiras se justifica por sua associação com a Forjas ACESITA – FASA e pelas condições favoráveis na aquisição destas, o que não ocorreu no caso da CST, quando o autor estima que foi pago um ágio de cerca de US\$ 50 milhões.

visavam desde o atendimento de exigências específicas até parcerias com os clientes na divulgação dos produtos em jornais e televisão⁵⁹⁷. Embora desde a década de 1980 programas de melhoria da qualidade tivessem sido implantados (FERREIRA, 1997; SOUZA, 1989), somente a partir de 1992 buscou-se adequá-los às normas ISO 9000, o que permitia atingir mercados mais exigentes, fazendo com que a conquista da certificação ISO 9000 (relativa à excelência no atendimento ao cliente⁵⁹⁸), em 1994, se insira no rol das medidas voltadas à satisfação do cliente.

A manutenção de um bom relacionamento com a comunidade local também compunha a pauta do novo programa gerencial, de modo que, em 1994, foi criada a Fundação ACESITA, instituição responsável pelo gerenciamento de projetos de cunho social, cultural, ambiental e comunitário voltados para o desenvolvimento da cidade e região⁵⁹⁹. Mesmo que, inicialmente, a criação desta entidade possa parecer pouco significativa, ao ser inserida no conjunto de medidas que a ACESITA vinha implementando desde a década de 1960, a fim de se distanciar dos problemas da cidade, ela ganha importância, pois representa a institucionalização de mais uma separação entre a cidade e a indústria. Com a criação da Fundação ACESITA, o relacionamento da cidade com a indústria passa a ser mediado por ela, pois esta assume a responsabilidade pela condução de projetos que vão desde geração de renda, formação profissional e capacitação continuada, saúde, cuidado de crianças e idosos até educação ambiental.⁶⁰⁰

No segundo semestre de 1995, a súbita queda da demanda interna (GAZETA MERCANTIL: balanço anual – Minas Gerais, 1996) fez arrefecer o entusiasmo dos anos que se seguiram à privatização, especialmente a partir do segundo semestre de 1993, quando tanto o mercado interno quanto o internacional se mostravam aquecidos, fator que, somado ao enxugamento da folha de pagamentos, auxiliou as siderúrgicas brasileiras a atingirem recordes de produção e saírem do vermelho, possibilitando que, pela primeira vez na sua história, ACESITA e USIMINAS distribuíssem dividendos aos seus acionistas⁶⁰¹. À tendência de queda verificada em 1997 veio somar-se a crise financeira deflagrada nos países do Leste asiático no final desse ano, de modo que, quando as usinas estavam concluindo a primeira leva de reformas e ampliações pós-privatização, tiveram de se confrontar com um mercado mundial com demanda em retração, superoferta e queda de preços

⁵⁹⁷ Esta visão fundamenta-se na noção de que quanto mais o cliente vender, mais aço comprará; nas palavras de Wilson Brumer, “O mercado não consome aço. Ele consome produtos feitos de aço.” (“The market does not consume steel. It consumes products made from steel.”) (HINCHBERGER, 1995).

⁵⁹⁸ A certificação ISO 9002 é concedida pela ABS Quality Evaluatins Inc. e se refere à engenharia de produtos, operação, controle de processos e inspeção, enquanto a ISO 9001 acrescenta certificação de desenvolvimento do produto; com a desativação do centro de pesquisa e desenvolvimento, esta última ficou fora do alcance da empresa.

⁵⁹⁹ A atuação da Fundação ACESITA será analisada com mais cuidado no sexto capítulo.

⁶⁰⁰ A maior parte destes projetos é de caráter multiplicador (instrução de instrutores) e desenvolvida pela Fundação ACESITA em parceria com prefeituras, escolas ou entidades não-governamentais, tendo como público-alvo estes estabelecimentos ou diretamente a população local.

⁶⁰¹ Assim, apesar da crise do início de 1993, com a retomada do crescimento do setor automotivo no segundo semestre, a maior parte das siderúrgicas conseguiu fechar o ano com lucros (GAZETA MERCANTIL: balanço anual - MG, 1994). Com a continuidade do crescimento do mercado nacional e internacional, no ano seguinte a única a ter prejuízo foi a COSIPA (GAZETA MERCANTIL: balanço anual - MG I, 1995). No entanto, segundo semestre de 1996, a desaceleração da indústria automobilística nacional dá os primeiros sinais de queda, fazendo com que as empresas busquem intensificar suas exportações (GAZETA MERCANTIL: balanço anual - MG, 1996). Queda que num primeiro momento é atribuída à falta de grandes projetos no setor (JORGE, 1998).

(ANDRADE, 1998). Sacudida pela crise mundial, a indústria brasileira que, após a estabilização econômica viabilizada pelo Plano Real, vinha crescendo⁶⁰², enfrentou dificuldades para se equilibrar novamente, sendo a siderurgia, devido à importância da Ásia como mercado consumidor⁶⁰³, a primeira a ser atingida. Assim, já em 1998, em vez de aumento da produção nacional esperado devido ao aumento da produtividade e às ampliações promovidas durante o período anterior, verificou-se queda tanto na produção quanto nas vendas e no faturamento das empresas (vide AnexoI_tab18).

Para a siderurgia brasileira e mais especificamente para a ACESITA, 1998 foi um ano marcado também pela internacionalização, com a entrada do grupo USINOR no quadro de acionistas da empresa⁶⁰⁴ (vide AnexoI_tab06). Após a tomada de controle pelo grupo francês, houve um melhor delineamento de seu foco estratégico, buscando-se progressivamente concentrar as atividades comerciais e produtivas no atendimento de seu mercado original, qual seja, venda interna de aços planos inoxidáveis e siliciosos. Especialização que permitiria elevar a qualidade da produção e ampliar o *mix* de produtos, proporcionando também um melhor atendimento dos clientes, cujas necessidades específicas seriam mais facilmente satisfeitas (OLIVEIRA, 2004).

Dentre as prioridades da nova administração destaca-se a redução do endividamento, objetivo cujo alcance deveria se dar por meio de um novo enxugamento do quadro de funcionários e pela alienação de ativos físicos que não pertenciam ao *core business* da empresa⁶⁰⁵. Portanto, ainda em 1998 foi implantado o Plano de Redução do Quadro de Pessoal, verificando-se ao final do ano uma redução de mais de setecentos empregados⁶⁰⁶, com a relação entre empregados diretos da empresa e população local passando de 14% em 1991, para pouco mais de 4% em 2000 (vide AnexoI_tab02 e 17). Visando à redução das despesas com pessoal, também foram feitos ajustes no quadro funcional, com a reprogramação de férias, eliminação de horas extras e alteração do regime de turnos, havendo, em contrapartida, a introdução de um sistema de remuneração variável conforme o desempenho das equipes formadas devido à implantação do Plano de Metas por Equipe (PME).

Já os benefícios que se esperava dessa associação eram de três ordens: logística, tecnológica e gerencial, respectivamente o acesso à rede mundial de distribuição do grupo, melhoria no rendimento dos equipamentos e aprimoramento de técnicas de comercialização e marketing (**Relatório Anual**,

⁶⁰² Observando a taxa anual de crescimento do PIB (vide AnexoI_tab11), nota-se que a partir de 1998, há uma queda brusca demonstrando a desaceleração da economia ocasionada tanto pela crise asiática quanto pela liberação do câmbio.

⁶⁰³ O reflexo do que ficou conhecida como a “Crise dos Tigres Asiáticos” foi fortemente sentida na siderurgia, pois “A Ásia tem um papel crucial no mercado siderúrgico, tendo sido responsável, em 1997, por 45% do consumo mundial e 33% das importações globais de aço. A crise financeira que assola a região gerou queda brusca da atividade industrial, com drástica redução dos produtos internos brutos, à exceção da China”. (ANDRADE, 1998).

⁶⁰⁴ Quanto à internacionalização da siderurgia brasileira, os autores estudados dão destaque ao caso do grupo Gerdau, que desde 1989 a havia adotado como estratégia empresarial. Deste ano até 1999, a Gerdau preferiu adquirir prioritariamente unidades de pequeno porte a investir na construção de novas plantas (exceção da argentina SIDAR; após a aquisição da AmeriSteel, tornou-se mais agressiva e buscou ampliar seu leque de produtos adquirindo também a Birmingham Southeas; com sua capacidade instalada no exterior, superando a nacional, correspondia a 51% em 2003 (OLIVEIRA, 2004).

⁶⁰⁵ Apesar desta diretriz, ainda em 1998 foi inaugurada a Cetubos, responsável pelo fornecimento de tubos redondos e quadrados para a indústria automotiva e moveleira. Ainda em 1998 foram vendidas a FASA (para Krupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda.) e em 2000 a Usina de Sá Carvalho foi vendida para a CEMIG, enquanto se determinava a orientação de venda da SIFCO e a saída da ACESITA do controle da Aços Villares (Eletrometal).

⁶⁰⁶ Segundo o **Relatório Anual** (1999), 555 funcionários aderiram ao programa de demissão voluntária. É interessante notar que, apesar de todas estas demissões, somente oito anos depois da privatização, quando já se havia estabilizado o número de empregados da empresa, voltaram a ocorrer greves na ACESITA (METASITA, s.d.).

1999).

A liquidação de ativos iniciou-se ainda em 1998, quando foi vendida a FASA (para Krupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda.), seguindo-se a da Usina de Sá Carvalho para a CEMIG em 2000, da SIFCO, as ações da Aços Villares (Eletrometal) e da CST nos anos seguintes, chegando a 2006 com uma estrutura societária bem mais enxuta (vide AnexoIII_org3). Estas vendas, contudo, não incluíram a ACESITA Energética⁶⁰⁷, observando-se que, das empresas que permaneceram, é a única que não está diretamente ligada à estratégia de especialização produtiva assumida a partir de 1998⁶⁰⁸.

A decisão de manter a ACESITA Energética parece ainda mais surpreende ao se considerar a venda da Usina de Sá Carvalho, indicando não ser a manutenção da auto-suficiência energética um dos itens no qual se pautou essa decisão. A perspectiva de ampliação do consumo de carvão pela usina também parece não ter sido motivo suficiente, uma vez que há poucos anos (1994) dois alto-fornos haviam sido convertidos para o carvão mineral. Além disso, em 2003 foi criada a Preservar Madeira Reflorestada, empresa cuja “... *atividade principal é o processamento de madeira de eucalipto para uso múltiplo...*” (PRESERVAR Madeira Reflorestada, s.d.), ou seja, uma atividade muito distante do *core business* da empresa. Embora nos relatórios não haja nenhuma explicação oficial sobre esta postura, ela parece diretamente ligada à tentativa de firmar uma imagem da ACESITA como empresa social e ambientalmente consciente, o que, além de contribuir com a melhora do relacionamento com a comunidade local, satisfaz exigências do mercado internacional e serve como instrumento de divulgação; portanto, ligada diretamente a estratégias comerciais e de marketing. Neste sentido, a conquista da ISO 14.001 em 2001, permitindo que seus produtos carregassem o “selo verde”, significou não somente a ampliação de cuidados com o meio ambiente, mas também a ampliação de mercados para seus produtos, justificando não somente a manutenção da Energética, como também a criação da Preservar Madeira Reflorestada.

A política ambiental tem sido destaque não somente no relacionamento com clientes externos, mas também com a comunidade local e, embora a atenção com a produção de carvão vegetal já se evidenciasse na década de 1970, levando Francisco GOMES (1976) a considerar a ACESITA uma das empresas que mais cuidou da produção de eucaliptos, ela já foi motivo de conflitos com a comunidade local⁶⁰⁹.

⁶⁰⁷ Cetubos e ASCIPAR podem ser incluídas no rol de empresas voltadas à ampliação do atendimento de necessidades mais específicas e especialização produtiva, enquanto as demais associadas que permaneceram eram responsáveis pela comercialização

⁶⁰⁸ ACESITA Internacional Ltda., ACESITA Empreendimentos, Aços Planos do Sul (administradora da participação na CST), ACESITA Energética, ACESITA Argentina, SIFCO, Panxa Trading Co (representação comercial no exterior), Centro de Serviços ASCIPAR (CELQUI e CECA) e CETUBOS; coligadas: Indústrias Villares S.A. (20,75%), Aços Villares S.A. (11,58%) e Elevadores Atlas S.A. (10,42%) (**Relatório Anual**, 1999).

⁶⁰⁹ Na década de 1950, durante a gestão do general Edmundo Macedo Soares, a produção de carvão era contratada por intermédio da BENEPO (Beneficência Popular). Embora esta entidade, administrada pelo pároco local, Monsenhor Rafael, tivesse como finalidade auxiliar as famílias na geração de renda, oferecendo cursos de alfabetização para adultos, costura, datilografia, etc., ela acabou intermediando a contratação de carvoeiros. Vista pelos religiosos como uma forma de ajudar a empregar a população pobre que chegava à cidade, a contratação dos carvoeiros por intermédio da entidade eximia a empresa de pesados encargos sociais (seja diretamente vinculados ao salário, seja indiretos, como moradia, saúde e educação), o que em vez de proporcionar melhores condições de vida acabava por agravar ainda mais a situação de um número crescente de indivíduos (o **Relatório 1955** fala numa população total de 30.000, sendo apenas 12.000 situada no

Os impactos na nova mudança do quadro societário da companhia, que em 2002 passou ao controle da ARCELOR⁶¹⁰, foram bem menos drásticos que nos casos anteriores. Mantendo-se vinculada ao grupo francês, tanto o corte de pessoal quanto o remanejamento interno ou mesmo a política comercial e as decisões tecnológicas adotadas parecem ter seguido a direção já adotada quando passou a ser controlada pela USINOR. Assim, prosseguiu-se com as reformas programadas do alto-forno 2 e da aciaria, bem como com a ampliação da capacidade da laminação a quente, a desativação da produção de barras e a garantia da certificação ISO 14.000, por intermédio da inauguração da fábrica de briquetes (terceirizada) e do desempoeiramento da casa decorrida do Alto-forno 2, entre outras. A venda das ações da CST também seguiu conforme o planejado, do mesmo modo que o atendimento da demanda interna por aços especiais planos, sendo o ano de 2002 apontado no **Relatório Anual** (2002) como marco do “... *fim de um ciclo de mudanças estruturais*”. O que parece se confirmar no ano seguinte quando, com seu saneamento financeiro viabilizado pela alienação das ações da CST, a ACESITA volta a dar lucro e passa a buscar com mais afinco a ampliação de seu mercado consumidor, principalmente no exterior.

Contudo, é 2004 que assinala de forma definitiva a boa fase por que passa a empresa. Livre dos grandes encargos financeiros que seu endividamento lhe impunha, contando com o reaquecimento do mercado e o fim das grandes reformas na usina garantindo sua estabilidade funcional, neste ano ela bateu recordes de produção e faturamento, com suas ações sendo as mais valorizadas (138%) da Bolsa de São Paulo (**Relatório Anual 2004**, s.d.). A força desses resultados auxiliou a empresa a manter seu saldo positivo no ano seguinte quando, a partir do segundo semestre, a desvalorização do dólar e a retração na demanda levaram a um resultado menos compensador que o do ano anterior (**Relatório Anual 2005**, s.d.).

A tranquilidade com relação a questões financeiras também parece ter sido um dos fatores que possibilitaram a retomada de planos de reestruturação, destacando-se dentre eles a reconversão do Alto-forno 1 do coque para o carvão vegetal, cujo aumento na demanda exigiu a intensificação do plantio de eucalipto, justificando a manutenção da ACESITA Energética (**Relatório Anual 2004**, s.d.). A disponibilização de recursos por parte do BNDES num total de R\$ 198,7 milhões correspondente a 60,4% do valor total do investimento para expansão e modernização de sua produção⁶¹¹ (IBS, 2006b).

Mas se no horizonte econômico e produtivo da ACESITA parece não haver grandes conturbações, o mesmo não ocorre no administrativo, acontecendo em janeiro de 2006 uma oferta não solicitada de

núcleo urbano e 18.000 no campo, número que no **Relatório 1961** atinge 20.000). Sem que tenha sido possível localizar documentos impressos e dada a resistência dos entrevistados em falar sobre o tema, não foi possível averiguar por quanto tempo vigorou este arranjo, certamente alterado a partir de 1974 com a criação da ACESITA Energética.

⁶¹⁰ A ARCELOR foi criada em 2002 pela união da ACERALIA (Espanha), ARBED (Luxemburgo) e USINOR (França) (ARCELOMITTAL, s.d.).

⁶¹¹ A maior parte deste valor deve ser aplicada na compra de equipamentos objetivando ampliar sua capacidade de produção de laminados a quente de 850 mil toneladas/ano para 900 mil toneladas/ano e ainda em nove projetos menores para modernização em diferentes pontos de sua linha de produção. (IBS, 2006b).

compra da ARCELOR pela MITTAL⁶¹² (IBS, 2006a). A consolidação do negócio programado para ocorrer em 2007 não se deu, no entanto, sem que houvesse resistência por parte do grupo luxemburguês⁶¹³. Para a ACESITA, a fusão dos dois maiores grupos de siderurgia do mundo⁶¹⁴ significou uma ampliação ainda maior de sua crescente internacionalização, conduzida pela expansão de suas fronteiras comerciais do Cone Sul, onde já vinha instalando unidades de serviços (Chile, Argentina e Colômbia) (IBS, 2006c).

No entanto, apesar dessas constantes reestruturações societárias, da mesma forma que as crises enfrentadas no passado, a ACESITA manteve-se envolvida intensamente com a comunidade local; o que se tem constado é que, ao longo do tempo, esse relacionamento tem se tornado cada vez mais distanciado, não pela sua retirada total, mas pela inclusão de um número crescente de agentes intermediários, passando de um contato direto com a comunidade e seus problemas, para um intermediado pelo poder público municipal e, posteriormente, por um braço da própria companhia, a Fundação ACESITA. Assim, embora a partir de 2002 esta fundação tenha voltado a se limitar a atividades educativas e recreativas, com a ACESITA sendo chamada diretamente a agir junto com a prefeitura e outros órgãos na solução de problemas urbanos e ambientais, estas são tratadas cada vez mais como parte do “negócio”, subordinadas à mesma lógica do lucro da produção propriamente dita, só que aqui representada pelo retorno na forma de marketing empresarial.

⁶¹² O grupo Mittal nasceu na Índia em 1976 com a fundação da Mittal Steel, e dirigido por Lakshmi N. Mittal tem-se mostrado um dos mais dinâmicos mundialmente, que por sua agressiva política de aquisições demonstrando um rápido crescimento, levou seu presidente a ocupar a posição de terceiro homem mais rico do mundo (MAIDMENT, 03/10/2005). O grupo configura-se hoje como a maior e mais global das companhias siderúrgicas, que com a incorporação da ARCELOR, passou a ser o responsável por cerca de 10% da produção mundial de aço bruto com capacidade produtiva de 113 milhões de toneladas; emprega 330 mil pessoas e em mais de 60 países (ARCELORMITTAL, s.d.).

⁶¹³ Que buscando evitar a fusão anunciou a intenção de comprar em junho/2006 a companhia russa SEVERSTAL.

⁶¹⁴ Em 2005 a produção mundial de aço estava assim organizada:

World's Largest Steel Producers		
Company	Country	2004 Production*
Mittal	Netherlands	57
Arcelor	Luxembourg	42.8
Nippon Steel	Japan	31.3
JFE	Japan	30.2
POSCO	South Korea	28.9
Shanghai Baosteel	China	19.9
Corus, Netherlands	U.K.	19.1

*Millions of tons. Source: company reports (Forbes, 03/10/2005)

Fig. 200-201: Evolução urbana de Timóteo – década de 1990 e o bairro Alphaville (GOOGLEARTH)

Fig. 202-203: Evolução urbana de Timóteo – década de 2000 e o distrito industrial do Limoeiro (GOOGLEARTH)

Fig. 204-205: Mapas de zoneamento e setores do Plano Diretor de 2004

Fig. 206-207: A antiga casa de hóspedes, atual Fundação Acesita

Fig. 208: Vista geral a partir do centro em direção ao noroeste - 2004

Fig. 209: O Vale do Aço (jan/2007)
(GOOGLEARTH)

Fig. 210: Vista aérea em 1961
(ARQUIVO CENTRAL ACESITA)

Cidade - trabalho

*Que acorda com o apito da fábrica
E capacete de aço
De homens de ferro, de coração de ouro
E braço valente,
Tudo é que é gente...*

Pasta Timóteo-história
Biblioteca Municipal de Timóteo

V.1 OS PROFISSIONAIS E OS ESPAÇOS DA CIDADE DE TIMÓTEO

A primeira metade do século XIX foi o momento em que pela, primeira vez, as cidades foram “... *problematizadas em questão urbana, concebidas como um espaço de tensões empíricas e conceituais,....*” (BRESCIANI, 1990:12), quando se buscou nas políticas de intervenção no meio urbano a resposta tanto para problemas sociais quanto econômicos, fazendo com que, mais do que palco ou cenário, o urbano se tornasse o principal elemento condutor do enredo. Contudo, se até então caixeiros-viajantes, filósofos ou escritores⁶¹⁵ concebiam e propunham novas formas urbanas, a transformação do urbanismo em disciplina acadêmica e prática política⁶¹⁶ passou a exigir a presença de especialistas, levando médicos, sanitaristas, paisagistas, engenheiros e arquitetos a reivindicá-lo como atribuição profissional.

Neste contexto, já na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos, nota-se a formação de um corpo de “profissionais da cidade” composto, principalmente, por “profissionais do design”⁶¹⁷: arquitetos, paisagistas e planejadores regionais⁶¹⁸ (CRAWFORD, 1995: 62), enquanto no Brasil os planos e projetos urbanos eram predominantemente comandados por engenheiros civis e sanitaristas⁶¹⁹. Embora não seja possível atribuir unicamente a atuação de profissionais com diferentes formações a diversidade nas soluções propostas, é interessante notar que, mesmo partilhando preocupações estéticas e técnicas⁶²⁰ semelhantes, a solução para os problemas de congestão e

⁶¹⁵ Estes seriam o que Françoise CHOAY (2002) chamou “pré-urbanistas”, que a autora separou em progressistas, culturalistas e sem-modelo, estando entre eles Robert Owen, Charles Fourier, Victor Considérant, Etienne Cabet, Pierre – Joseph Prodhon, Benjamim Richardson, Jean-Baptist Godin, Julio Verne, Jonh Ruskin, William Morris, Friedrich Engels, Karl Marx, P. Kropotkin, entre outros

⁶¹⁶ Na verdade, para Françoise CHOAY (1985: 03), o projeto fundador dos escritos teóricos sobre urbanismo datam da renascença italiana (1452), quando o texto de Leo Battista Alberti “*De re aedificatoria*” determinou um conjunto de princípios e regras que deveriam reger a totalidade da construção do espaço, da casa à cidade. Contudo, somente na segunda metade do século XIX, é que as pretensões científicas embutidas no termo “urbanismo” por Ildefons Cerdà (1867) cimentaram a criação de uma “*nova ciência urbanizadora*”.

⁶¹⁷ Na análise de Margareth Crawford, a aproximação entre planejadores e paisagistas, embora breve, está na base da institucionalização destas profissões nos Estados Unidos no final do século XIX e início do XX. Embora com origens diversas, os planejadores diretamente vinculados à resolução dos problemas sociais e os paisagistas tradicionalmente ligados a questões estéticas e patrocinados pela elite, estes profissionais iriam encontrar no desenho de cidades empresariais um campo de trabalho onde seria possível reunir suas preocupações estéticas e sociais, pois, enquanto elas reuniam problemas semelhantes aos de uma cidade tradicional, nelas muitas das questões que deveriam ser enfrentadas apareciam em escala mais reduzida, facilitando seu planejamento (especulação imobiliária, dimensões, complexidade social, choque de interesses, entre outros).

⁶¹⁸ Embora pertencentes a movimentos que iriam se distinguir (City Beautiful, Parques e Planejamento Urbano – City Beautiful, Parks e City Planning), David J. EDELMAN & David J. ALLOR (2003) citam Frederick Law Olmstead, Daniel Burham, Edward Bennet, John Nolen, Chales Eliot, George Kessler, Sidney, além de Herbert Hare e Ladislav Sego, e os planos das cidades de Kansas, Detroit, Dayton, Cincinnati, Chicago, Indianápolis, Dallas, Saint Louis, e outras.

⁶¹⁹ No rol de urbanistas que atuaram no Brasil apresentado por Cristina LEME (1999), dos 43 nomes que compõem o que a autora chamou primeira e segunda geração, somente quatro se formaram em escolas onde o curso de Arquitetura não era vinculado à Engenharia Civil (Cristiano Stockler das Neves, Atílio Correia Lima, Rino Levi, Lúcio Costa e os estrangeiros Joseph Bouvard e Alfred Agache). Dentre os engenheiros e sanitaristas atuando no país nas últimas décadas do século XIX e iniciais do XX, destacam-se Saturnino de Brito, Teodoro Sampaio e Lourenço Baeta Neves.

⁶²⁰ O que não quer dizer que não houvesse preocupações sanitárias nas cidades norte-americanas, mas como coloca Richard CURRENT (et ali 1967: 385): “*As cidades fizeram algum progresso lidando com seus problemas de transporte, iluminação urbana, esgoto e abastecimento de água. Elas não tinham feito progresso suficiente, no entanto, para tomar conta adequadamente do rápido crescimento populacional*”. (“*The cities made some progress in dealing with their problems of transportation, street lighting, sewage disposal, and a water supply. They did not make enough progress, however, to take adequate care of the fast-growing population*.”). Além do que a ênfase em preocupações sociais e políticas, como mostra Carl SMITH (1995), fez com que as reformas urbanas assumissem o caráter de reformas políticas e morais, de modo que, embora os problemas sanitários também fossem objeto de atenção, eles apresentavam-se tratados de forma diversa do que

insalubridade das cidades pós-revolução industrial no Meio-oeste⁶²¹ norte-americano usualmente assumiu a forma de sistemas de parques e bulevares⁶²², enquanto no Brasil predominavam as obras de infra-estrutura (especialmente transporte, esgoto e água) e a remodelação das áreas centrais. Assim, a disputa da cidade como campo legítimo de atuação profissional manifesta-se não somente como uma disputa por uma fatia de mercado, mas também como uma forma de pensar e agir sobre ela.

No Brasil, esta disputa seria protagonizada por engenheiros e arquitetos e veio acompanhada de reivindicações por uma melhor regulamentação profissional⁶²³. Uma das respostas a tais reivindicações foi o Decreto Federal 23.569 de dezembro de 1933 (vide AnexoIV), que, por intermédio da determinação das competências das atividades destes profissionais, possibilitava uma certa distinção entre elas. No entanto, esta distinção não foi considerada satisfatória nem por Rino LEVI (1959: 02), o qual lamentava que “... *as únicas atribuições exclusivas que o decreto deu aos arquitetos foram referentes às ‘obras de grande decoração arquitetônica’ e à ‘arquitetura paisagística’*”, nem por Angelo Murgel, que afirmava que o decreto dava “... *indistintamente ao architecto e ao engenheiro em todas as suas especializações a capacidade de projectar, fiscalizar, construir e dirigir obras e todos os trabalhos complementares. Os campos profissionais de cada tecnico não ficaram ainda delimitados*”⁶²⁴ (OBSERVADO ECONÔMICO, 1937b). Assim, embora a leitura do decreto pareça sugerir exatamente o contrário, pois mesmo determinando uma nítida diferenciação na atribuição de atividades, como aquelas onde há maior ênfase técnica atribuídas ao engenheiro civil e as que exigem maiores aptidões artísticas⁶²⁵ ao arquiteto, o decreto estabelece que:

foi no Brasil, pois, enquanto aqui o embelezamento era um aspecto secundário, lá, por estar atrelado ao saneamento político e social da cidade, ele aparece como seu condutor, além do que a implantação de planos e projetos de embelezamento ou parques e bulevares parece ter sido muito mais ampla e efetiva nos Estados Unidos do que no Brasil. Assim, o que ora se argumenta é que, enquanto no Brasil as preocupações sanitárias eram respondidas por intermédio da elaboração de projetos de saneamento (regulação dos fluxos: água, esgoto, chuva e transportes) e remodelação das áreas centrais, usualmente comandados por engenheiros e sanitaristas, nos Estados Unidos, estas eram suplantadas por preocupações sociais e políticas, levando à elaboração de projetos elaborados por paisagistas e arquitetos.

⁶²¹ Os trabalhos pesquisados mencionam somente cidades do Meio-Oeste (CRAWFORD, 1995 e CIUCCI, 1972), e a atuação de George Kessler também concentrou-se neste área; no entanto, não foi realizada uma pesquisa mais ampla para verificar sua ocorrência em outras regiões.

⁶²² Como demonstra Francisco DAL CO (1972: 154), a integração da natureza ao meio urbano, observada no desenho das cidades na América do Norte do século XIX, deve-se muito mais à inspiração do bucólico “landscape gardening” inglês, que faz do ideal de natureza um elemento de ligação entre razão, ética cristã e democracia, do que aos modelos utópicos europeus. Assim, a presença de parques e bulevares tem suas raízes nas buscas por grandes perspectivas, revividas pelo urbanismo barroco do “city beautiful” e na difusão do que Dal Co chamou “Parks Movement”, movimento que ganhou força a partir do desenho de cemitérios e da formação de comissões de parques na década de 1830, influenciando grandemente o desenho dos subúrbios norte-americanos do final do século XIX (REPS, 1987) e como mostra Margareth CRAWFORD (1995), muitas cidades empresariais.

⁶²³ A desvinculação das escolas de Arquitetura dos cursos de Engenharia foi um aspecto importante que se concretizou para a maioria das escolas brasileiras somente na década de 1940, sendo a primeira a nascer independente a da Universidade Federal de Minas Gerais, criada em agosto de 1930. Em São Paulo, a FAU/USP foi separada da Engenharia Civil em 1948, e a FAU/Mackenzie, em 1947; na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a arquitetura foi separada da Belas Artes em 1945, e na Federal da Bahia isto ocorreu somente em 1959. (FAU-UFBA, s.d.; FAU-UFRJ, s.d.; FAU-UFMG, s.d.; FAU-USP, s.d.; FAU-Mackenzie, s.d.).

⁶²⁴ O artigo “*Finanças do architecto*” faz parte de uma reportagem maior sobre arquitetura no Brasil, publicada no n.º 16 (abr/1937) da revista. O artigo é a transcrição do debate entre engenheiros e arquitetos do Rio de Janeiro e São Paulo (Armando Godoy, Penna Firme, Angelo Murgel, Enéas Silva, Alves de Souza, Santos Maia, Cordeiro de Azevedo, Marcelo Roberto e Gerson Pinheiro) promovido pela revista.

⁶²⁵ Como indica a proposta de Angelo Murgel de seguir a legislação alemã, reafirmada no final da reunião por Wladimir Alves de Souza, é bastante provável que a insatisfação com o decreto se deva ao fato da diferenciação na condição do engenheiro como técnico e do arquiteto como artista, e não como no caso alemão do engenheiro como construtor e do arquiteto como projetista.

- a) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares; ...
 c) o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;
 (Decreto Federal 23.596, Capítulo IV, art. 28 e 30)

são atribuições que devem ser partilhadas por ambos, ou seja, apesar da distinção entre “construtor” e “projetista” insinuada nos demais itens, ao determinar que tanto planos e projetos quanto a construção de edifícios e da cidade componham o rol das atribuições destes dois profissionais, o decreto perpetua a indistinção entre elas.

Seguindo as idéias difundidas pelos CIAMs⁶²⁶, em especial pela “Carta de Atenas”⁶²⁷, segundo a qual a habitação é vista como a função urbana a partir da qual se deve desenvolver toda a cidade⁶²⁸, parece ter ganhado força entre os profissionais brasileiros a idéia de que “A distinção entre arquiteto e urbanista não tem nenhuma razão de ser” (PRADO, 1945), pois “Arquitetura e urbanismo são a mesma coisa. Urbanismo é a arquitetura da cidade, ambos são forma e função.” (KNEESE DE MELLO, 1950: 291). Atribuía-se, assim, ao urbanismo o mesmo poder transformador conclamado pela arquitetura⁶²⁹.

Esta aproximação entre arquitetura e urbanismo, no entanto, não significou a conquista da cidade como campo de atuação exclusiva destes profissionais, pois, como se observa nas falas exaltadas de Marcelo ROBERTO (1948) e Carlos CARDIM FILHO (1946), não havia como negar a contribuição dos engenheiros para o progresso do país, o que indica que a busca por uma determinação mais precisa das atribuições de engenheiros e arquitetos estava muito mais fortemente ligada à tentativa de garantir o reconhecimento de sua contribuição individual no desenvolvimento da sociedade do que à necessidade de garantir uma faixa do mercado⁶³⁰. De tal modo que a conquista da cidade como atribuição profissional significava, principalmente, a legitimação de sua missão civilizatória⁶³¹, do papel desses

⁶²⁶ Embora Cristina LEME (1999) considere o desenvolvimento do planejamento urbano no país uma decorrência mais direta dos planos de melhoramento do que da influência do movimento modernista por intermédio dos Congressos do CIAM (Congrès Internationaux d'Architecture Modern), nos artigos sobre urbanismo pesquisados na revista ACRÓPOLE (1941-1965), a referência à Carta de Atenas (publicada no nº 109, maio, 1947) é constante (dos doze artigos, em oito há referência direta aos congressos ou arquitetos a eles vinculados).

⁶²⁷ Segundo Rebecca Scherer (LE CORBUSIER, 1993), havia pelo menos três versões da Carta de Atenas: a primeira era a publicação oficial dos *Anais Técnicos*, feita pela Câmara Técnica de Atenas em grego e francês em 1933; outra anônima publicada por Le Corbusier em 1941 na França, que incluía observações próprias e imagens, sendo esta a mais difundida; uma terceira versão foi publicada nos Estados Unidos, em 1942, e fazia parte da obra de José-Luis Sert “*Can our cities survive?*”. Outra versão que comparava o texto de Le Corbusier com as atas do congresso foi publicada em holandês. Conhecendo somente a versão de Le Corbusier, não é possível indicar qual destas versões foi publicada em 1947 na revista Acrópole (CIAM, 1947), somente que não se trata desta versão. Embora ela pareça ter auxiliado na formação da opinião de alguns profissionais, como se observa nos textos publicados na própria revista por Eduardo KNEESE DE MELLO (/1950), Carlos A. Gomes CARDIM FILHO (1946) Marcelo ROBERTO (1948), a filiação de arquitetos brasileiros ao grupo (Scherer menciona Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Firmino Saldanha e José de Souza Reis) indica que esta não foi a única nem a mais importante referência ao pensamento moderno.

⁶²⁸ “O ponto de partida de todo plano da cidade deve ser uma célula representada por uma simples residência, que agrupada a outras células semelhantes forma uma unidade de vizinhança de tamanho eficaz. Com esta célula como ponto de partida, residências, locais de trabalho, áreas de recreação devem ser distribuídos através da área urbana na mais favorável relação possível.” (CIAM, 1947)

⁶²⁹ Embora de forma menos explícita, os textos de Carlos CARDIM FILHO (1946) e Marcelo ROBERTO (1948) seguem a mesma linha.

⁶³⁰ Esta preocupação, no entanto, não estava ausente e pode ser percebida facilmente na reportagem de maio de 1937 do Observador Econômico sobre “As finanças do arquiteto” (OBSERVADOR ECONÔMICO, 1937b).

⁶³¹ No debate promovido pelo OBSERVADOR ECONÔMICO (1937b), observa-se que, embora todos concordem haver uma dificuldade de compreensão quanto à contribuição do arquiteto, Angelo Murgel e Armando de Godoy falam diretamente da necessidade de educar a população para que ela seja capaz de reconhecer e valorizar sua atuação.

profissionais na instrução do público quanto às benesses do desenvolvimento tecnológico e no modo de fazer uso dele no dia-a-dia.

Assim, mais do que propor novas formas ou desenhos, a missão de arquitetos e engenheiros era propor novos usos, uma nova forma de se viver, fazendo do conhecimento técnico instrumento de transformação da sociedade. Esta idéia, presente no cerne do movimento moderno, seria prontamente adotada pelos profissionais brasileiros que, como aqueles que Anatole KOPP (1990: 14, 16) chama “verdadeiros modernos”, iriam abraçar a idéia de que

... a arquitetura ‘moderna’ não era apenas formas depuradas e técnicas contemporâneas, mas também e sobretudo a tentativa de participar, ao nível do ambiente, na transformação da sociedade... esses arquitetos não tinham por objetivo a realização de uma obra-prima pessoal, mas a edificação em grande escala de tudo aquilo que os habitantes da cidade de pedra sempre estiveram privados.

E embora José DURAND (1972) afirme que foi somente durante o período militar que a politização reforçaria a adoção de uma postura radicalmente moderna por parte significativa dos profissionais brasileiros, na qual o caráter técnico seria sobrepujado pelo social, desde pelo menos a década de 1930 clamores quanto à necessidade do arquiteto assumir seu papel de responsável pela síntese entre os novos recursos tecnológicos e as novas necessidades do homem podiam ser ouvidos. Como clamava Gerson POMPEU PINHEIRO [sic] (1937:35):

Raros, raríssimos são os architectos que compreenderam-na [a arquitetura] em seus verdadeiros fins.(...) Não existe um passado artístico aproveitável na architectura do Brasil. Existe uma nova concepção da vida, como existem novos recursos technicos para executar as creações do moderno architecto.

Nesta postura, que é também de crítica ao mero formalismo, seja ele clássico ou moderno, já está embutida a idéia de que a uma nova arquitetura deve corresponder um novo arquiteto, profissional capaz de combinar competência técnica à artística, e que vê no programa de necessidades um reflexo da ordem social e econômica daqueles que iriam habitá-la, sem perder de vista o significado daquele objeto específico para o conjunto da sociedade (MACEDO, 1979).

Portanto, se até então a ocupação do arquiteto no Brasil não fora resultado de pressões sociais, mas de uma percepção da edificação

... não basicamente [como] um problema técnico, de tratamento racional, mas uma questão humana que exigia soluções estéticas e funcionais, por meio da incorporação de elementos ideológicos enfáticos nestes aspectos, elaborados em outros contextos sociais. (DURAND, 1972: 95).

A partir da difusão do ideal moderno, não somente ela assumiu estes contornos, como também se legitimou a reivindicação de maior autonomia criativa, há muito posta pelos arquitetos.

Neste contexto, o que José Carlos DURAND (1972) considerou uma tentativa de manter a “*identidade entre o criador e a obra*”⁶³² pode ser lido não somente como a busca da afirmação da arquitetura na condição de profissão de homens livres, cuja obra artesanal, expressão do gênio, permitira ao seu criador escapar da condição de proletarização determinada pelo assalariamento, mas também como uma tentativa de lhes assegurar maior liberdade de ação e assim viabilizar a concretização dos planos

⁶³² Segundo José Carlos DURAND (1972: 101), no Brasil, dada a impossibilidade de realização de seu objetivo social, os arquitetos buscaram preservar “...no interior da grande burocracia, a concepção artesanal de seu ofício”, fazendo de um trabalho cujo caráter usualmente anônimo, como no caso dos grandes projetos públicos (aeroportos, cidades novas, escolas, praças, etc.), uma obra assinada.

de transformação que se acreditava necessários⁶³³.

E não se tratava somente de convencer a sociedade da relevância do papel do arquiteto na garantia deste futuro, mas de convencer empresários e o Estado a financiarem sua execução. No contexto da primeira metade do século XX – em que a busca pela consolidação de uma identidade nacional podia ser sentida tanto politicamente, com o fortalecimento do poder central, como economicamente, com o ideal de progresso⁶³⁴, ou ainda culturalmente, com o grande impacto causado pela Semana de 1922 –, na arquitetura e no urbanismo ela associava-se à cientificidade e racionalidade das técnicas construtivas e métodos de planejamento que se vinham difundindo no país, cujo objetivo era fazer das cidades e seus edifícios símbolos do ingresso do Brasil num novo estágio de desenvolvimento. Entre os edifícios, o Palácio da Cultura (Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro) e entre as cidades, Brasília, são sem dúvida os que mais impacto causaram, cativando leigos e profissionais que fariam deles referência constante em seus projetos.

Mas o Estado não foi o único que encontrou na antiga tradição de fazer da arquitetura e do urbanismo uma expressão de seu poder e seus ideais; industriais e empresários também se apresentariam como “mecenas”, contratando arquitetos e engenheiros para dar forma a seus sonhos. Se com maior ou menor intensidade vilas operárias, núcleos fabris e cidades empresariais são o resultado de projetos de cunho econômico, político e social de seus financiadores, em cada casa, esquina ou praça, a marca do gênio dos profissionais que as conceberam também se encontra presente, fazendo delas expressão material de suas crenças e desejos.

Assim, seja pelo controle da indústria sobre a cidade e seus espaços, ou por sua condição de “cidade nova”, portanto de uma estrutura urbana planejada a partir da tábua rasa para atender a objetivos específicos, as cidades empresariais apresentam-se como *locus* privilegiado para se analisar o papel dos profissionais da cidade na sua conformação, pois foi a partir de planos e projetos elaborados por estes profissionais que suas ruas foram abertas e seus principais edifícios foram erguidos. Contudo, a materialidade que ora se observa não é fruto somente de projetos e planos, muitos traços resultaram da ação incisiva do destino, como diz Giulio ARGAN (2001: 52):

O projeto tece a sua trama sutil e clara dentro da turbulenta névoa do destino, tornando-a menos densa... [mas] quando as forças externas prevalecem o plano trai as razões e as vontades institucionais do planejamento: a falência do projeto abre a porta à desordem do destino.

De modo que, este capítulo, ao analisar a organização do espaço urbano de Timóteo, propõe-se a buscar “... saber se tudo aquilo que houve foi projeto ou destino, se o homem constituiu segundo os próprios desígnios ou se, pensando fazê-lo, fez algo que já estava dito e decidido” (ARGAN, 2001: 12), e para isso procura na história de vida, nos relacionamentos e atividades profissionais de alguns dos

⁶³³ Para Marageth CRAWFORD (1995: 62), nos Estados Unidos esta busca por garantir um campo profissional significava ocupar posições antes tomadas por uma “*educated middle class*”, ou seja, por pessoas culturalmente instruídas e economicamente independentes, mas sem nenhuma formação acadêmica. Assim, exigia-se de paisagistas, arquitetos e planejadores que fossem levados a provar tanto sua competência técnica quanto seu posicionamento social, comprovando serem os mais aptos a “...atingir os padrões contemporâneos de racionalidade, eficiência e excelência técnica.” (“...meet contemporary standard of rationality, efficiency and technical expertise”), pois somente adicionando à competência técnica um certo grau de independência financeira, reuniam condições suficientes para garantir uma atuação ética e socialmente consciente.

⁶³⁴ Como foi visto no capítulo II.

principais profissionais envolvidos na construção da cidade de Timóteo, pistas para entender intenções mais e menos explícitas de seus desenhos e neles os reflexos de outras temporalidades e espacialidades. Este procedimento possibilita a análise de espaços e edifícios para além de sua forma inicial e final, ou seja, nem puramente projeto, nem puramente destino, substituindo a noção de acaso pelas de intenção e consequência.

Neste sentido, a história profissional e de vida dos profissionais incumbidos pela ACESITA de projetar e construir a cidade e seus edifícios foi considerada um importante instrumento de análise, pois, sem que fosse possível acessar, localizar, identificar e datar com precisão os projetos e seus autores, foi através dela que se buscou subsídios para identificar alguns dos princípios que nortearam a construção do espaço da cidade para além da lógica imposta pela indústria e do poder municipal (analisadas no capítulo anterior) ou da comunidade (a ser tratada no próximo capítulo).

Assim, o ponto de partida da primeira parte deste capítulo é a história profissional e de vida de Romeu Andrade Duffles Teixeira, José Luis Batista e Fernando Sena, histórias que ajudam a compreender de que modo profissionais de formações tão distintas acabaram por ser contratados pela empresa para exercerem uma mesma função: projetar bairros e edifícios que viabilizassem o projeto industrial da companhia em Timóteo. Ou ainda, de que maneira um engenheiro industrial, um arquiteto e um engenheiro mecânico fizeram da cidade seu objeto de trabalho, demonstrando que, apesar de suas diferentes especialidades e diferenças na suas noções de modernidade, ainda é ela o ponto de contato que possibilitou vestir um profissional com a pele de outro.

No entanto, ao final deste caminho ainda cabe responder o que significou para a cidade em termos de organização espacial e visual a atuação destes profissionais, se suas obras determinaram o destino da cidade ou se foi este que as “projetou”. Questão que remete à materialidade presente, onde se procura vestígios dos projetos originais e sinais do que foi retocado ao longo do tempo, atualizando assim o papel da indústria na construção de Timóteo por intermédio de seus profissionais.

Contudo, não foi somente a atuação destes profissionais “transmutados” que influenciou o destino de Timóteo; a mão do destino também pode ser sentida na interpretação que a comunidade faz de seus edifícios e espaços. É neste sentido que na, segunda parte deste capítulo, se busca analisar a cidade. Este outro olhar focaliza os elementos formadores da paisagem local numa tentativa de identificar aqueles que colaboram para a formação de uma imagem que identifique a cidade. Não é, portanto, uma busca centrada no extraordinário, mas no ordinário, ou melhor, nos elementos cujo conjunto caracteriza o lugar e permite a distinção de marcos. Nesta busca por compor uma imagem da cidade onde o usual é tão relevante quanto o excepcional, busca-se apoio no que Kevin LYNCH (1997: 11) chamou “imaginabilidade”, ou seja, sua capacidade de evocar uma imagem forte no observador, ou como diz o autor: “... *é aquela forma, cor ou disposição que facilita a criação de imagens mentais claramente identificadas, poderosamente estruturadas e extremamente úteis do ambiente*”. Assim, numa cidade marcada por dicotomias como público e particular, curvo e retilíneo, plano e montanhoso, vertical e horizontal, largo e estreito, coletivo e individual, público e privado, moderno e

tradicional, velho e novo, ou simplesmente norte e sul, busca-se identificar de que forma eles se apresentam combinados e que imagem compõe⁶³⁵.

Esta imagem, entretanto, ao englobar os projetos e destinos que a desenharam, acaba por torná-los indistintos, dificultando o reconhecimento de elementos que estão na sua essência. Assim, do mesmo modo que no passado a implantação da grande usina deslocou o centro do povoado para as margens do rio, impondo à comunidade uma nova imagem, alterações no traçado das vias, construção de novos edifícios, adensamento de alguns bairros e surgimento de outros têm lentamente tornado a usina cada vez menos visível. Esta tentativa de “apagamento”, que com maior ou menor intensidade ocorre também em outras cidades siderúrgicas brasileiras, como Monlevade, Ouro Branco, Ipatinga e Volta Redonda, revela-se no fortalecimento de outras imagens, como a da capela de São José e da Praça 1º de maio. Assim, para fechar este capítulo, busca-se verificar o quanto da imagem atual da cidade é fruto do projeto industrial, não somente onde a indústria a construiu e o quê, mas quais as conseqüências de sua ação por meio das transformações e significação que a comunidade local lhes atribui, ou seja, como a cidade pode ser lida hoje.

V.1.1 ROMEU ANDRADE DUFFLES TEIXEIRA: PARQUES E ESPORTES NA CIDADE⁶³⁶

Romeu Andrade Duffles Teixeira era de família carioca⁶³⁷ que migrou para Minas Gerais durante o governo de Dom Pedro II⁶³⁸, adquirindo uma fazenda nas proximidades de Barbacena. Produzindo óleo das sementes de laranja, compotas de frutas e até tijolos para a construção da nova capital, a família prosperou, impulsionando o desenvolvimento do próprio lugar, que logo deixou de ser chamado Sítio para tornar-se Antônio Carlos, distrito de Barbacena⁶³⁹.

No entanto, toda esta prosperidade foi abalada por dívidas de jogo⁶⁴⁰, o que provocou uma certa dispersão da família e comprometeu a educação dos mais jovens. Como o mais velho⁶⁴¹ de sete

⁶³⁵ Contudo, deve-se levar em conta que tanto as histórias quanto as análises fundamentaram-se no material e informações que foi possível reunir, ficando ainda inúmeras questões sem uma resposta definitiva.

⁶³⁶ A busca por informações a respeito do projeto inicial para a construção da cidade pela ACESITA levou ao nome do engenheiro Romeu Duffles Teixeira. No entanto, embora desde o primeiro ano da pesquisa tenham sido realizadas consultas a obras de referência, entidades de classe, órgãos públicos onde havia trabalhado e mesmo ao catálogo telefônico, foi somente em 2005, com a retomada das consultas ao catálogo telefônico, que foi possível localizar algum parente, de modo que as informações pessoais e a maior parte das demais sobre este engenheiro foram obtidas junto à sua família, numa reunião em 28/jul/2005, onde estavam presentes, sua cunhada (Vanda Rodrigues Duffles Teixeira) e os filhos dela (Marcos e Roberto)

⁶³⁷ Segundo os membros da família entrevistados, o nome Duffles é de ascendência holandesa, remontando a um sanitarista que veio para o Rio de Janeiro durante o governo de Dom João IV e foi incumbido de sanear a cidade de Itaguaí - cidade próxima a Septiba – RJ, que no período colonial vivia da produção açucareira e, em 1818, quando passou à categoria de vila, sofreu com surtos de febre amarela (PREFEITURA DE ITAGUAÍ, s.d.).

⁶³⁸ Quando a empreiteira do avô ganhou uma licitação para construir um trecho da ferrovia que ligava Ouro Preto ao Rio de Janeiro e encantados com a região acidentada próxima à Barbacena, adquiriram um pedaço de terra e organizaram uma fazenda.

⁶³⁹ A estação da Estrada de Ferro Dom Pedro II foi inaugurada em 1878 (funcionou até 1889), quando passou à E. F. Central do Brasil (1889-1975) (DUCK & RAZABONI, s.d.).

⁶⁴⁰ Segundo contam, os tios-avós tinham por hábito ir jogar no cassino da Urca no Rio de Janeiro, onde perderam largas somas, obrigando a família a se desfazer da maior parte de seus bens a fim de cobrir tais dívidas.

⁶⁴¹ Entre os direitos que tal condição lhe atribuía, estava a herança da Ordem da Rosa, o que teria dado direito de sentar à mesa do imperador.

irmãos, Romeu foi “o” escolhido para estudar, enquanto o irmão Gilberto⁶⁴² ia trabalhar no Banco Hipotecário. Descrito pelos sobrinhos e pela cunhada como um autodidata, minucioso e idealista, tal atribuição não deve tê-lo desagradado, além do que parece ter sido durante os anos de estudo em Belo Horizonte que tomou contato com uma paixão que iria acompanhá-lo, mesmo em sua carreira como engenheiro: o futebol.

Estudando em Belo Horizonte num período em que a cidade buscava consolidar seu destino de símbolo da República, provando-se moderna, bela, prática e saudável, Romeu Duffles Teixeira aí vivenciou a emergência do esporte como prática de lazer moderna e socialmente aceita⁶⁴³, pois, como diz Marilita RODRIGUES (2006: 54):

Criar uma nova imagem de cidade significava, também projetar para ela corpos que representassem esse novo ideal. Para uma cidade símbolo da República em Minas, os valores ligados à racionalidade, à higiene, à assepsia e à civilidade também deveriam estar impregnados nos corpos dos cidadãos que habitariam essa cidade.

Sob o emblema da modernidade, nas primeiras décadas do século XX, a prática de esportes começou a se popularizar na cidade⁶⁴⁴ e fez nascer os primeiros clubes e associações esportivas. A partir da reforma do ensino de 1906 em Minas Gerais, os esportes foram incorporadas ao currículo escolar, fazendo de escolas como Anglo-Mineiro e Isabela Hendrix (metodistas), Colégio Arnaldo e Instituto Claret (católicas), Ginásio Mineiro e Escola Normal (públicas) as grandes responsáveis por transformar o jogo popular em esporte. Calcadas no modelo inglês⁶⁴⁵, que via no desenvolvimento físico, tanto quanto no intelectual, um fator necessário à formação de indivíduos capazes de exercer adequadamente suas atividades, estas escolas, em especial o Colégio Anglo-Mineiro⁶⁴⁶, tiveram um papel determinante na difusão de esportes como o tênis, a natação⁶⁴⁷, o críquete e, principalmente, o futebol⁶⁴⁸.

⁶⁴² No entanto, Romeu não foi o único a graduar-se; o pai dos entrevistados também conseguiu graduar-se em Agronomia na Universidade de Lavras.

⁶⁴³ É importante salientar que uma completa aceitação do esporte e, com ele, de seus heróis se consolidaria na capital mineira somente na década de 1930; até então, como mostra Marilita RODRIGUES (2006), são frequentes as críticas ao papel crescente que vinham assumindo na educação dos mais jovens e na vida das pessoas, afastando-as dos estudos e alienando-as de assuntos mais relevantes, como da política e do que se entendia como cultura. A autora demonstra ainda que, enquanto os jogos de futebol praticados pela elite eram aceitáveis, sua prática por operários era associada aos bares, portanto à jogatina e à embriaguez.

⁶⁴⁴ Em sua análise dos espaços de lazer da cidade de Belo Horizonte, Marilita RODRIGUES (2006) destaca também a relevância de outras atividades de lazer, como o teatro e as festas religiosas, além do ciclismo, do ruge, futebol, tênis, críquete, patinação, luta romana, boxe, tiro ao alvo, natação e ginástica.

⁶⁴⁵ Marilita Rodrigues coloca que, embora o esporte tenha sido introduzido por uma escola francesa, o modelo francês dava pouca importância ao desenvolvimento físico dos alunos, enquanto o modelo inglês buscava combinar o desenvolvimento físico ao intelectual, habilitando os estudantes não somente para realizações intelectuais, mas também “... ‘para o exercício das profissões mais úteis no mundo hodierno para aquelas de que se originam a força, a riqueza, a supremacia dos povos: a indústria, o comércio, a agricultura’” (Félix Andrade apud RODRIGUES, 2006: 2011).

⁶⁴⁶ O ginásio metodista Anglo-Mineiro foi criado em 1914 e tinha como divisa “*mens sana in corpore sano*”. Além de dirigido por metodistas, seu corpo docente também era composto por professores ingleses provenientes de Oxford ou Cambridge e, segundo Carlos PAIVA (s.d.), historiador do América Futebol Clube, também por professores norte-americanos.

⁶⁴⁷ Este colégio possuía a primeira piscina construída na capital mineira, inaugurada em 1914 (RODRIGUES, 2006).

⁶⁴⁸ Segundo Marilita RODRIGUES (2006), embora, a exemplo do Rio e de São Paulo, seja atribuído a um estudante, Victor Serpa, filho da elite, que ao retornar de seus estudos introduziu o esporte nem Belo Horizonte (1904), há indícios de que o jogo já era praticado pela classe operária, cabendo a ele na verdade, somente a responsabilidade por sua difusão.

Embora não tenha sido possível uma confirmação sobre o colégio no qual Romeu Duffles Teixeira esteve matriculado⁶⁴⁹, o Anglo-Mineiro parece uma aposta mais acertada devido à estreita ligação de Romeu com o América Futebol Clube⁶⁵⁰, clube nascido por iniciativa de alunos deste ginásio⁶⁵¹ e onde o contato com professores estrangeiros poderia ajudar a explicar sua referência à cidade de Cincinnati no memorial do projeto feito para a ACESITA.

No entanto, com a ida para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil⁶⁵² e formou-se engenheiro industrial, o futebol teria de esperar alguns anos para mostrar-se novamente como elemento importante em sua vida, pois, ao regressar a Minas Gerais, empregou-se na Divisão de Obras e Viação do Estado como auxiliar de escritório. Coincidindo com o período de implantação do Plano Rodoviário de Minas⁶⁵³, em seus primeiros anos de atividade esteve envolvido com obras viárias, constando de seus registros o trabalho na construção do trecho Barbacena – Palmeira (Rodovia Santos Dumond – 1928 a 1929) e da estrada São Romão – Formosa (1933 a 1935)⁶⁵⁴. Em 1934 passou a exercer o cargo de auxiliar do serviço de estradas e somente em 1943 foi registrado como engenheiro, categoria na qual se aposentou dez anos mais tarde (documentação Recursos Humanos – SETOP, vide AnexoV)⁶⁵⁵.

Na análise dos projetos recuperados⁶⁵⁶ de sua autoria, verifica-se que foi somente a partir da segunda metade da década de 1930 que começou a elaborar projetos de urbanização⁶⁵⁷, em sua maioria jardins e praças esportivas (vide AnexoV), como: o jardim para a cidade de Paraguaçu (s/ data)⁶⁵⁸, as praças

⁶⁴⁹ Não foi possível nenhum tipo de confirmação quanto ao colégio cursado por Romeu Duffles; o Ginásio Anglo-Mineiro não existe mais e não foi possível obter uma relação de ex-alunos, nem deste nem do Ginásio Mineiro, que, embora Dona Vanda não se lembre com precisão, mencionou como possibilidade.

⁶⁵⁰ Segundo a família, ele teria sido um dos fundadores do clube; no entanto, mesmo tendo a mesma idade dos meninos que fundaram o clube (12 anos), seu nome não é mencionado por Marilita RODRIGUES (2006) e a consulta feita ao senhor Carlos Paiva, historiador oficial do clube, revelou somente que ele havia jogado no “2º quadro” do clube entre 1917 e 1919 (o irmão Gilberto também foi jogador do 1º e 2º quadros em 1920).

⁶⁵¹ Após um impulso inicial entre os anos de 1904 e 1907, quando foram criados: Sport Club, Plínio Foot-ball Club, Mineiro Foot-ball Club e o Athletico Mineiro Foot-ball Club (posteriormente Club Athletico Mineiro), a partir de 1908 o futebol voltou a ser notícia nos jornais da cidade, incentivando o surgimento de novos times como o Yale Athletic Club e o América Foot-ball Club. Embora pareça haver alguma contradição quanto à fundação deste clube, com a versão de Marilita RODRIGUES (2006: 173), reforçada por artigos de jornal e revista (ADEMG, 1995 e MOREIRA, 1997), afirmando que ele surgiu do “interesse de 17 meninos das imediações da Praça da Liberdade, que se reuniam embaixo de uma árvore próxima da casa comercial de Domingos de Meira...”, e o historiador do clube, Carlos Paiva, dizendo que foi “...fundado por garotos da elite mineira, em sua quase totalidade estudantes do “Gymnasium Anglo-Mineiro”, onde as aulas eram dadas em inglês, por professores norte-americanos na maioria. O nome do clube foi escolhido por sorteio. Entre os nomes estava ‘América Foot-ball Club’, em homenagem aos Estados Unidos da América, dos quais os meninos eram fãs, pelas histórias contadas por seus professores”, cabendo salientar que o local da dita árvore era muito próximo, praticamente vizinho, do local onde funcionava o Ginásio Anglo-Americano.

⁶⁵² As consultas feitas à associação de ex-alunos e ao departamento de diplomas da atual Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro ainda não tiveram resposta.

⁶⁵³ Embora, pelo texto apresentado na revista Observador Econômico (BESSAR, 1940), note-se que o transporte ferroviário ainda recebia maiores atenções, segundo a reportagem de 1939, no ano de 1937, haviam sido construídos 36.828 km de estradas de rodagem no Estado de Minas Gerais (OBSERVADOR, 1939).

⁶⁵⁴ Não foi encontrado registro de atividades entre maio de 1929 e fevereiro de 1932.

⁶⁵⁵ Pela documentação do Departamento de Recursos Humanos da SETOP, conclui-se que Romeu Duffles trabalhou nesta instituição de jan/1928 a jun/1929 e de out/1932 a dez/1953 na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. Portanto, “Juntando os períodos acima mencionados, ficou apurado que o Sr. Romeu de Andrade Duffles Teixeira obteve o exercício adquirido de 8.238 dias ou seja: 27 anos, 6 meses, 28 dias de serviços prestados.”

⁶⁵⁶ Gentilmente cedidos pela família e posteriormente doados ao Arquivo Público Mineiro.

⁶⁵⁷ As tentativas de consulta ao arquivo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, feitas desde 2004, não se viabilizaram pelo fato de o acervo se encontrar em processo de organização (até set/2006 ainda não estava disponível para consultas).

⁶⁵⁸ Segundo os sobrinhos, o projeto da praça de Paraguaçu foi tido como modelo para o interior do Estado. Mas como esta, que foi fotografada depois de concluída, não foi possível visitar as demais cidades para confirmar se tais obras foram

de esportes para as cidades de Carangola (1937), Belo Horizonte (1938), Alfenas (1948) e para a Usina Esperança (1944), parque e praça esportiva para o balneário Barreiro de Araxá (1937), o estádio de futebol de Astolfo Dutra (1953), a urbanização de Antônio Carlos (1954), além da urbanização geral e da praça de esportes da ACESITA (entre 1946 e 1953)⁶⁵⁹.

Analisando cada um destes projetos, observa-se que a Praça Osvaldo Costa, em Paraguaçu⁶⁶⁰, é a única onde não há nenhum espaço reservado para atividades esportivas. Localizada em frente à matriz da cidade, seu traçado é linear e simétrico, inserindo-se no que Silvio MACEDO e Fábio ROBBA (2002) classificam como “linha clássica”⁶⁶¹ e que não se distancia muito do projeto elaborado por Reinaldo Dierberger para a Praça da Liberdade. Como esta, a Praça de Paraguaçu apresenta-se dividida longitudinalmente em três sessões intercaladas por canteiros menos marcantes; os elementos mais altos concentram-se nas extremidades, fazendo com que, juntamente com as árvores de maior porte, as diferenças de nível e o passeio lateral superior auxiliem no afastamento da rua. Embora não seja possível afirmar que o projeto de Romeu Duffles Teixeira foi seguido à risca⁶⁶², a praça parece ter sido pouco alterada desde sua construção, com mudanças somente na cobertura do coreto, nas luminárias, na cobertura e no cercamento do espelho d’água.

A regularidade do traçado desta praça é uma característica que Romeu Duffles Teixeira parece ter reservado aos jardins, como se evidencia no caso do balneário de Barreiro de Araxá. Nele, enquanto o jardim frontal é dominado por formas geométricas e simétricas, desenhadas com o intuito de garantir a perspectiva grandiosa do edifício principal, o hotel, o esboço das áreas dedicadas a atividades esportivas é marcado por sua inserção em meio às árvores. Tanto as quadras quanto o estádio, ou as piscinas e o playground encontram-se cercados por uma vegetação exuberante e menos regulada, sem nenhuma simetria⁶⁶³. Embora não tenha sido este o projeto que foi executado⁶⁶⁴ e sua participação nele tenha sido pouco significativa⁶⁶⁵, sua importância reside em possibilitar a identificação de uma de suas principais referências teóricas, pois o trabalho sob a coordenação de Lincoln Continentino,

realizadas, e pesquisas pela internet permitiram confirmar somente o parque do Palácio da Liberdade, comentado mais adiante.

⁶⁵⁹ Em 1944, ele também foi incumbido de elaborar um parecer quanto ao plano de urbanização de Lincoln Continentino para a cidade de Curvelo (LIMA, 2003).

⁶⁶⁰ A cidade, emancipada em 1911, viveu da produção de seus engenhos e cafezais até a década de 1950, quando se implantou na cidade a Paraguaçu Têxtil. Foi também nesta década que os dois “esses” foram substituídos pelo “ç” no nome da cidade (ARAÚJO, 2002).

⁶⁶¹ Rigor que, sem dúvida, remete a influência das *beaux-arts* e do jardim à francesa.

⁶⁶² A análise baseia-se em fotografias de sua construção e não no projeto.

⁶⁶³ Não é possível, no entanto, atribuir-lhe uma referência ao pitoresco inglês, pois, além de o projeto não ter sido concluído, a determinação das espécies vegetais não parece ter sido uma preocupação do autor. Outro aspecto relevante e único deste projeto é que ele é o único de Romeu Duffles Teixeira, entre os analisados, em que a água é incorporada. Embora ela permaneça primordialmente como elemento de composição visual, o pergolado, o *Dancing Bar* e a área designada como “praia” promovem sua integração aos demais espaços.

⁶⁶⁴ Embora a disposição final das quadras não difira das últimas rasuras feitas no projeto, o desenho final do parque, elaborado por Burle Marx em seu primeiro trabalho com Mello Barreto, foi profundamente alterado (PORTO, 2005).

⁶⁶⁵ Segundo Daniela PORTO (2005), além dos projetos dos edifícios realizados pelo escritório de Luiz Signorelli, sob a direção de Lincoln Continentino, participaram do projeto da estância de Araxá os engenheiros Andrade Júnior (Serviço Geológico Federal), David Mourão e Carvalho Lopes (Departamento de Comércio, Indústria e Estâncias Hidrominerais do Estado), o arquiteto Aurélio Lopes (Divisão Sanitária da Diretoria de Saúde Pública do Estado), Fábio Vieira Marques e profissionais ligados ao governo do Estado de Minas Gerais, grupo no qual é possível que se incluísse Romeu Duffles. Outra possibilidade é que, com o afastamento do arquiteto incumbido do desenho do balneário, Aurélio Lopes, logo após o início dos trabalhos (LIMA, 2003), Romeu Duffles Teixeira, então auxiliar do serviço de estradas, tenha sido chamado a participar do projeto até que em 1944 Roberto Burle Marx foi contratado.

profissional profundamente imbuído de preocupações sanitárias e administrativas, parece ter conduzido Romeu Duffles Teixeira para os ideais da Cidade-Jardim, que estariam presentes nos projetos de Araxá (PORTO, 2005) e de Monlevade (LIMA, 2003)⁶⁶⁶. A importância de Continentino como exemplo para Romeu Duffles Teixeira também foi sentido por Fábio LIMA (2003: 173) que afirmou que “[Romeu Duffles] *Teixeira era amigo pessoal e admirador dos critérios urbanísticos desenvolvidos por Continentino...*”, notando-se a força de sua opinião no memorial do projeto de ACESITA, quando diz que a aprovação do “*ilustre professor*”, classificando o projeto de “...‘*notável, formidável, maravilhoso e afirmando que o seu autor mais uma vez estava de parabéns*’(...), *tranquilizaram o espírito, de quem tanto trabalhara*”, e que, se o projeto estava perfeito, “... *os parabéns eram também do professor, porque foram seguidas as boas idéias, que ele vem pregando, há tanto tempo*” (TEIXEIRA, 1952: 16).

O projeto do Parque do Palácio da Liberdade⁶⁶⁷ é outro que parece ter sofrido poucas alterações⁶⁶⁸. Nesse projeto destaca-se o aparecimento de elementos que seriam comuns a outros projetos de Romeu Duffles Teixeira, tais como os pergolados e quiosques ou mesmo as diferenças de nível das áreas dedicadas à prática esportiva. Esse esquema, caracterizado pela elevação do entorno das quadras e campos visando separar os jogadores do público e permitir que este assistisse às partidas em áreas sombreadas, pode ser encontrado com algumas variações em quase todas as quadras, campos e estádios abertos por ele projetados, e tem uma descrição mais completa no memorial da Praça de Esportes dos Operários da ACESITA (TEIXEIRA, 1952: 21):

*A idéia é circundar o campo por um aterro bem comprimido. Este aterro teria em sua parte superior uma pista de passeio, destinada à circulação fácil.
Uma arborização, com espécies adequadas, sombrearia os degraus, destinados aos assistentes.
Envolvendo esta pista existiria outra em nível mais baixo, ligada à primeira, por escadas suaves. A arborização da parte mais alta daria um aspecto agradável a este passeio.*

Assim, tanto nos perfis do estádio de Astolfo Dutra, como ao redor do rink de patinação e campo de vôleibol da Praça Rafael Mascarenhas em Alfenas um esquema semelhante foi proposto.

No projeto de Alfenas, no entanto, este esquema assume uma forma rigorosamente geométrica, com ovals concêntricas, vegetação, desníveis e mobiliário (pergolados e bancos) determinando um zoneamento rígido de atividades intercaladas por passeios (de dentro para fora: esportes, sombra,

⁶⁶⁶ Também foi neste trabalho que travou conhecimento com Alfred Agache, que embora tenha sido chamado a participar como consultor, dificuldades no acerto dos honorários afastaram-no (PORTO, 2005).

⁶⁶⁷ Em consulta verbal a uma das historiadoras do IEPHA fui informada de que dificilmente este projeto se localizava nas proximidades da Praça da Liberdade, o que as fotos parecem desmentir. Como sem uma confirmação oficial da localização deste projeto, foi explorado um outro caminho explorado para verificação do contexto deste projeto, partindo da afirmação da família de que Romeu Duffles Teixeira havia participado do primeiro projeto do Minas Tênis Clube, também situado próximo ao Palácio da Liberdade. No entanto, nem nos trabalhos sobre a história do clube (ÁVILA & MIRANDA, 1999; RODRIGUES, 1996), nem na consulta feita junto ao clube foi encontrada qualquer referência à sua participação. Contudo, considerando-se que o parque aquático público projetado por Romeo Di Paoli (IEFHA-MG, 1997) atual Minas Tênis Clube, foi executado tendo a “...*terraplanagem e infra-estrutura a cargo da prefeitura, e as edificações realizadas pelo governo do Estado*” (ÁVILA & MIRANDA, 1999: 69), há uma tênue possibilidade de que, como empregado da Secretária de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, ele tenha tomado parte nestes trabalhos (sem acesso aos projetos, não foi possível verificar se havia elementos que podiam reforçar ou descartar esta hipótese).

⁶⁶⁸ Observando-se as imagens de satélite, nota-se que a construção nos fundos do Palácio da Liberdade é bastante semelhante ao projetado; somente a ciclovia no entorno da quadra de tênis parece ter desaparecido, a piscina ocupa a área destinada ao banho de sol e um arvoredo está no lugar da edificação à esquerda, não sendo possível distinguir nenhum traço de uma arquibancada.

repouso e recreação infantil). Esta opção pela geometrização dos espaços esportivos, única entre os projetos analisados, pode estar associada à necessidade de harmonização com o desenho do jardim⁶⁶⁹, pois numa área de dimensões pouco generosas não havia espaço para a criação de elementos de transição⁶⁷⁰.

Outro aspecto da obra de Romeu Duffles Teixeira que merece atenção é a relação entre natureza e esporte, notando-se que a integração de uma ao outro é apenas parcial, pois a natureza presente em seus projetos, embora não esteja presa à geometria, é tão disciplinada quanto devem ser os corpos para a prática esportiva. Assim, a ausência de um desenho regular não significa uma aproximação com o pitoresco, pois a paisagem que propõe apresenta grande rigidez e está subordinada à funcionalidade dos espaços; suas árvores, canteiros e cursos d'água são dispostos e selecionados com finalidades mais práticas do que lúdicas, buscando sempre margear os caminhos e quadras. É isto que se observa na praça de esportes de Carangola, onde a verticalidade dos ciprestes ajuda a direcionar o olhar e demarcar a entrada, árvores de copas largas sombreiam os caminhos enquanto os gramados forram o entorno das quadras dando-lhes coerência, os cursos d'água são as barreiras que delimitam seu perímetro e, ao determinar a largura das áreas de circulação, os canteiros dimensionam seu fluxo⁶⁷¹. Contudo, o relacionamento entre esporte e natureza mostra-se realmente conflituoso somente ao se analisar o tratamento dado ao rio que margeia tanto esta praça de esportes quanto o clube de futebol da Usina Esperança. Em ambos, a proximidade da água, a existência de passeios em suas margens e de pessoas remando, pescando ou simplesmente descansando em suas águas insinua uma integração com o espaço projetado, mas em nenhum deles há sinal de um atracadouro ou pier para promovê-la, além do que, a ausência de uma ponte reforça ainda mais o papel do rio como obstáculo e, com isso, a de uma apropriação meramente funcional da natureza, longe de qualquer intento pitoresco.

Mas, se a relação esporte x natureza pode mostrar-se ambígua, o título do projeto da praça esportiva da Usina de Esperança⁶⁷²: “*Usina Esperança Futebol Clube – Praça de Esportes Campos de **brasilidade** e **eugenia***” (sem grifo no original), deixa poucas dúvidas quanto ao papel das atividades físicas como prática cívica e instrumento de melhoria da raça.

⁶⁶⁹ Tendo em vista o traçado clássico dos canteiros e do espelho d'água onde está situada a fonte luminosa.

⁶⁷⁰ Na observação de imagens de satélite da cidade de Alfenas não foi localizada nenhuma área com desenho que se assemelhasse ao desta praça, impossibilitando a confirmação de sua execução.

⁶⁷¹ Sem ter visitado a cidade nem a possibilidade de uma imagem de satélite (não disponível no Googleearth), a confirmação quando a execução deste projeto é duvidosa baseia-se em imagem disponibilizada pelo site da Prefeitura de Carangola (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA, s.d.) e, embora a presença do rio, do campo e até mesmo o contorno das montanhas se assemelhe ao da perspectiva analisada, não é possível garantir que o Estádio Roseli Soares corresponda ao projetado por Romeu Duffles Teixeira.

⁶⁷² Na análise das imagens de satélite da cidade de Itabirito, onde se situava a Usina Esperança, não foi identificado nenhum conjunto esportivo que apresentasse semelhança com o referido projeto; no entanto, uma área nas vizinhanças da antiga usina, formada por uma acentuada curva do rio, ladeada pela rodovia e cortada pela via férrea, possui conformação muito próxima, o que reforça a idéia de que este clube não foi construído.

Para Silvana GOELLNER (2005: 92)⁶⁷³ a eugenia fazia parte de

... um projeto político de abrangência nacional e que tinha como um dos seus objetivos criar uma população racial e socialmente identificada com a camada branca da sociedade. Camada essa que deveria ser aprimorada quanto às suas capacidades físicas e morais de forma a diferenciar-se dos corpos negros dos escravos ou dos descendentes destes, identificados pela aristocracia nacional, como pertencentes a uma raça inferior.

Contudo, se num primeiro momento a prática esportiva era identificada com a “elite”, o título demonstra que neste período ela já tinha sido amplamente absorvida pelo operariado não somente como uma distração proporcionada pelo patrão a fim de aliená-lo de questões políticas e sociais⁶⁷⁴, mas como forma de engajamento no projeto “*modelador da raça brasileira*” (CAPRARO, 2002). Inclusive, segundo Cristina Buarque de HOLANDA (2005: 82), a popularização do futebol deve muito aos times operários, pois foi por meio da assimilação de funcionários aos times dos patrões, que se reforçava o civismo, e com ele a identificação da equipe com a nação, no caso com a fábrica. Assim, no mesmo sentido que Marcos Virgílio da SILVA (2005: 100) demonstra como o Estado encontrou na eugenia uma forma de garantir à elite um local privilegiado no espaço da cidade, uma “eugenização” do espaço urbano, justificada pela necessidade de um combate mais rigoroso à “*degenerância*”, ela também compôs o repertório de justificativas de seleção do operário⁶⁷⁵. Neste contexto, o esporte apresentava-se como importante instrumento tanto de avaliação quanto de formação e, como se verá no próximo capítulo, de atração e cooptação do operariado⁶⁷⁶. Contudo, apesar de todo este conteúdo estar sugerido no título, sem um registro literal, é somente por intermédio dos projetos que se dá a perceber a importância que Romeu Duffles Teixeira atribui ao esporte. Assim, tanto seu envolvimento com o futebol quanto a seleção de projetos que optou manter consigo⁶⁷⁷, apontam para um interesse que extrapola a dedicação profissional, mas que não foi expresso em palavras, observando-se que, mesmo no memorial do projeto de urbanização de ACESITA (TEIXEIRA, 1952: 15), onde se destaca a parte dedicada à praça de esportes⁶⁷⁸, a única referência direta ao papel que atribui à prática esportiva ocorre a fim de justificar a criação de pequenos campos em diversos bairros, “*Próximos às moradias, concorreriam bastante para o divertimento e exercício dos operários e seus filhos, nas horas de folga,*

⁶⁷³ O trabalho de Silvana GOELLNER (2005: 93) enfatiza a prática esportiva feminina, como ela foi incentivada com o intuito de garantir “mães fortes” e assim gerar um povo forte, sem que, no entanto, como ocorreu em outros países, o esporte contribuísse para a emancipação feminina, pois sua importância residia “*Tanto quanto realizar um bom casamento, evitando por exemplo, as relações inter-raciais,[em] fortalecer o corpo feminino passando a ser uma necessidade nacional*”.

⁶⁷⁴ Deve-se ressaltar, no entanto, que assim como outras atividades recreativas e religiosas, o futebol também foi empregado como instrumento de controle do operariado, assunto que será tratado com mais profundidade no capítulo 6.

⁶⁷⁵ Embora nos textos estudados sobre vilas e cidades operárias, não haja notícias quanto a uma seleção “racial” dos funcionários, com a preferência por imigrantes europeus sendo usualmente justificada por sua melhor capacitação, o zoneamento das casas conforme a função exercida é que acabava por promover tal discriminação (Norris é o único caso em que o zoneamento é declaradamente fundamentado em etnias). Apesar de este aspecto ser tratado com mais profundidade no próximo capítulo, vale adiantar que com a valorização do esporte tornam-se frequentes os relatos de privilégios obtidos pelos melhores atletas, sendo esta, talvez, uma forma de “eugenização das vilas operárias”!

⁶⁷⁶ Este aspecto é estressado por André CAPRARO (2002), que afirma que a identificação entre as equipes de futebol e as nações é tão visível a ponto de ter levado mesmo autores de orientação marxista como David Harvey e Eric Hobsbawm a proporem o tratamento do futebol como atividade artística. Ele afirma ainda que a partir da década de 1930 o futebol tornou-se o termômetro da imagem do Brasil, quando “*... duvidava-se do futebol brasileiro, duvidava-se do Brasil.*”

⁶⁷⁷ Como foi dito anteriormente, somente o de urbanização de Antonio Carlos e as fotografias da Praça de Paraguaçu não são projetos dedicados a praças esportivas.

⁶⁷⁸ Tanto no memorial, onde tem uma sessão exclusivamente dedicada ao seu detalhamento e que corresponde a aproximadamente um terço de todo o documento, quanto nas plantas, sendo este o único espaço que mereceu pranchas exclusivas para seu detalhamento.

afastando-os do ambiente nocivo das tabernas”.

Contudo, se no projeto de ACESITA a presença de campos e quadras em todos os bairros da cidade e o detalhamento do clube deixam em evidência a importância do esporte, no projeto de urbanização de Antônio Carlos, isso não é tão claro. Embora o material recuperado apresente somente uma parte da cidade, pode-se notar sua preocupação em respeitar a topografia, traçando ruas curvas e quarteirões irregulares, a atenção com a escala humana prevendo passagens de pedestres nas quadras mais longas e dispondo as áreas de serviço e comércio próximas às áreas residenciais, aspectos que remetem aos princípios das “unidades de vizinhança” e das “cidades jardim”. Do mesmo modo que em ACESITA, destaca-se a escolha de um local plano e amplo para atividades esportivas, e que, ao contrário do que ocorre no projeto da cidade empresarial, neste a praça de esportes está muito mais inserida na malha urbana e mais distante das áreas verdes, sendo sua integração com o parque vizinho dificultada pela presença da ferrovia. Outro ponto comum aos dois projetos é sua organização em torno do eixo formado por cursos d’água, situando suas vias estruturadoras ao longo dos córregos Gameleira e o rio Bandeirinha⁶⁷⁹ em Antônio Carlos e Timóteo em Timóteo. É também no vale destes córregos que foram previstos, em Antônio Carlos, a maior parte dos equipamentos urbanos, deixando as áreas mais acidentadas para as residências. Contudo, se em Antônio Carlos esta é uma exigência dada pelas construções existentes e pela estrada de ferro, em Timóteo ela é a solução que melhor equaciona topografia e respeito à natureza⁶⁸⁰.

Contratado em 1945⁶⁸¹ por Percival Farquhar, Athos Rache e Luciano de Moraes⁶⁸², o “*plano da futura cidade industrial*”⁶⁸³ da ACESITA parece ter sido concluído somente quando o general Edmundo Soares encontrava-se na presidência da empresa, a partir de dezembro de 1952⁶⁸⁴. Nesses sete anos, o relacionamento entre o projetista e a empresa foi intermediado por Alderico Rodrigues de Paula, engenheiro que havia sido o responsável pela compra das terras e acompanhava os trabalhos de

⁶⁷⁹ Como esta cidade não foi visitada e sua área não é coberta por imagens de satélite com resolução suficiente para distinguir seu traçado, não foi possível confirmar se o projeto foi seguido ou mesmo como se organiza a parte não mostrada neste projeto.

⁶⁸⁰ Segundo Romeu Duffles TEIXEIRA (1952: 02), estas recomendações eram:

- a) *os lotes, destinados às futuras residências operárias deveriam possuir grande área. Assim as casas ficariam afastadas, umas das outras, evitando-se desavenças entre vizinhos, e haveria possibilidade de os moradores possuírem hortas, árvores frutíferas e criação de aves.*
- b) *respeito máximo à natureza, evitando-se soluções agressivas a seus encantos, os quais deveriam ser preservados e realçados pelos toques paisagísticos.*
- c) *atenção para o problema religioso, facilitando-o, para que o catolicismo contribuísse, eficazmente, no combate a idéias extremistas.*
- d) *a cidade deveria ser projetada de tal modo que o operário, ao regressar do trabalho cansativo, se esquecesse completamente, do ambiente trepidante da usina, durante o repouso calmo e reconfortante, indispensável a refazer suas forças, para as novas lutas cotidianas”.*

⁶⁸¹ Segundo Edilane CARNEIRO & Bruno FAGUNDES (1992: 66), “Em maio de 1945, a direção da ACESITA estabeleceu os primeiros contatos com o engenheiro Romeu Duffles, para que este elaborasse um projeto de urbanização para a região, dando prioridade à construção de uma vila operária”.

⁶⁸² Embora não tenha sido possível confirmar de onde veio a indicação do nome de Romeu Duffles Teixeira para o projeto, três hipóteses se colocam: o projeto da praça de esportes para a usina de Esperança, onde o pai de Athos Rache fora superintendente; indicação de Lincoln Continentino, que já havia projetado a cidade da Belgo-Mineira, era seu amigo pessoal e com quem havia trabalhado na Secretária de Viação e Obras Públicas no projeto do Barreiro de Araxá; ou ainda, pelo contato com Alderico Rodrigues de Paula, que havia sido seu chefe durante a construção da estrada São Romão – Formosa, também enquanto trabalhava na Secretária de Viação e Obras Públicas.

⁶⁸³ Para a elaboração do projeto de saneamento foi designado o engenheiro José Belém Barbosa, então chefe da Divisão de Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais.

⁶⁸⁴ Data do memorial descritivo.

construção da usina desde o início, sendo também o responsável por delimitar as áreas passíveis de urbanização e aquelas que deveriam ser reservadas à indústria e às suas futuras expansões.

Contando com um levantamento topográfico ainda em andamento e enfrentando um terreno bastante acidentado⁶⁸⁵, descrito como “... *constituído de algumas áreas planas e irregulares, separadas por grandes e profundas erosões, e cercadas de morros íngremes...*”(TEIXEIRA, 1952: 03), onde as planícies mais extensas estavam vetadas para a construção da cidade, a opção de Romeu Duffles Teixeira foi a ocupação dos vales ao longo do ribeirão do Timotinho⁶⁸⁶. Com a canalização desse córrego descartada em razão dos elevados custos que implicaria, Duffles adotou como solução a construção de “avenidas parque”⁶⁸⁷, vias amplas e arborizadas em ambas as margens do córrego, onde seriam organizados parques e playgrounds, e situadas as habitações coletivas; segundo o autor, “*A cidade se desenvolveria entre as avenidas parque e as encostas*” (TEIXEIRA, 1952: 05).

Assim, os terrenos “*acidentados e retorcidos*” ao longo do Timotinho seriam transformados em parques, servindo tanto a propósitos recreativos quanto sanitários, pois se apresentavam como um “... *bem admirável para quem trabalha tanto, em condições tão penosas, e um enlevo e distração para as vistas fatigadas. Além de constituir o indispensável pulmão ...*” (TEIXEIRA, 1952: 05).

No entanto, a solicitação da empresa de “*respeito máximo à natureza, evitando-se soluções, agressivas a seus encantos, os quais deveriam ser preservados e realçados, pelos toques paisagísticos*” (TEIXEIRA, 1952: 02), carregava mais do que preocupações quanto à salubridade do ambiente e o descanso dos empregados, ela era uma forma de racionalização dos recursos disponíveis, tônica que guia todo o projeto. Nesse contexto, mesmo a opção por lotes com frentes mais largas e menor profundidade, que implica maiores gastos com infra-estrutura, é vista como mais econômica⁶⁸⁸, uma vez que responderia a outras exigências da companhia: a grande dimensão dos lotes e o afastamento entre as residências, “... *evitando-se desavenças entre vizinhos e possibili[tando aos] moradores, possuírem hortas, árvores frutíferas e criação de aves*” (TEIXEIRA, 1952: 02). Condição que desonerava a indústria, pois, ao oferecer espaço para produção de alimentos, apresentava-se como uma forma de salário indireto e, ao reduzir a demanda por hortifrutigranjeiros, desincumbia-se de satisfazê-la.

⁶⁸⁵ Embora mencione uma viagem ao Rio de Janeiro para explicar o projeto, não há nenhuma referência a visitas ao local, levando a crer que o conhecimento que tinha do local limitava-se às informações fornecidas por Alderico Rodrigues e aos levantamentos que lhe foram entregues.

⁶⁸⁶ Embora Edilane CARNEIRO & Bruno FAGUNDES (1992: 66) afirmem que o primeiro projeto apresentado foi o da “Vila dos Técnicos”, pelos projetos encontrados, a área ocupada por este bairro hoje, juntamente com o atual centro comercial, parecem ser espaços reservados à usina, não sendo incluídos no plano geral de urbanização elaborado por Romeu Duffles Teixeira. A única indicação que pode sugerir que este bairro foi projetado por Romeu Duffles Teixeira encontra-se na relação de projetos que elaborou para a empresa, no item cinco: “*Anteprojeto do núcleo residencial, junto à Usina, o qual foi considerado como projeto*”, sem citar em qual setor se localiza ou mesmo sua inclusão no plano geral.

⁶⁸⁷ A concepção desta “avenida parque” se assemelha à “grande avenida” da cidade jardim proposta por Ebenezer Howard, mais do que às “parkways” norte-americanas, que foram concebidas como elementos de ligação entre parques.

⁶⁸⁸ “*O projeto dos núcleos, compreendidos entre as avenidas parque e os morros, obedeceu ao critério de quarteirões longos, sem dúvida mais econômicos. Estes quarteirões seriam dotados de passagens para pedestres, quando ultrapassassem o comprimento de 200 metros. Sendo mais estreitos, os seus lotes conservando [sic] a área sugerida, pela diretoria, teriam a frente mais larga e menor profundidade. Isto sem dúvida, permitira o afastamento das residências, umas das outras. Elas seriam mais isoladas e arejadas, além da vantagem de oferecerem aos seus moradores, maior privacidade.*” (TEIXEIRA, 1952: 07). Pelas medições possíveis de identificar nos layouts existentes no plano geral, os lotes variavam de 14 a 16 m de frente, por cerca de 35 m de profundidade. (desenho layouts - Plano Geral)

Além dessas justificativas, a opção por residências isoladas⁶⁸⁹ refletia a valorização dos ideais burgueses de privacidade e individualidade⁶⁹⁰, que fazia da casa o ponto de partida para a constituição de um habitat moderno⁶⁹¹; era a “célula de habitacional” que o movimento moderno iria proclamar “núcleo inicial do urbanismo”⁶⁹². No entanto, para Romeu Duffles Teixeira, as “células residências” englobavam não somente a habitação, mas todo o conjunto de equipamentos necessários para propiciar “*vida autônoma para seus habitantes*”. Composta por “... *um centro comercial, clube, pequena praça ajardinada, escola, capela e locais para atividades esportivas, junto à reserva florestal.*” (TEIXEIRA, 1952: 06), ele atribuía à “célula residencial” características que no urbanismo moderno ultrapassam até mesmo a idéia de “unidade habitacional”, aproximando-se da noção de “unidade de vizinhança”.

Embora não faça uso desse termo, é nesse sentido que se dá a organização proposta para a cidade, com seus núcleos residenciais situados ao longo das avenidas parque e dotados de equipamentos urbanos⁶⁹³ próprios. O resultado é uma estrutura predominantemente linear que, apesar da referência feita no memorial à cidade jardim de Ebenezer Howard⁶⁹⁴ e sua “grande avenida”, guarda poucas semelhanças com o esquema concêntrico com que este ilustra teoricamente sua proposta e que também não foi fielmente seguido nas duas primeiras cidades construídas com sua participação (Letchworth e Welwyn)⁶⁹⁵ (OTTONI, 2002). Outros aspectos que dificultam uma aproximação entre as concepções de Howard e o desenho de Romeu Duffles Teixeira para a ACESITA são a ausência de um centro claramente definido e de edifícios públicos. Além disso, se para Howard o coração da cidade jardim está no jardim central e em seus edifícios públicos (administrativos, de lazer e cultura), enquanto a indústria localiza-se no outro extremo e juntamente com a linha férrea marca o fim da cidade, na cidade industrial o centro é a planta fabril que, mesmo situada fora de seu centro geográfico, é o

⁶⁸⁹ Foram previstas, também, habitações coletivas para abrigo dos solteiros descritas como: “... *edifícios simples, dotados de conforto, com a capacidade julgada necessária ao desenvolvimento da população*” (TEIXEIRA, 1952: 14), embora sua localização em áreas planas não loteadas marginais às avenidas parque possa induzir a pensar edifícios verticalizados; sua descrição como “casas para solteiros” indicam o contrário (TEIXEIRA, 1952: 14).

⁶⁹⁰ Como confirmou Fernando SENA (2002), a busca pela individualização da monotonia seria uma constante na construção das casas, indo muito além da proposta de combate à monotonia por intermédio da variação do recuo frontal das casas (de 3 a 5 m) feita por Romeu Duffles Teixeira, havendo até cinco fachadas distintas para uma mesma planta.

⁶⁹¹ Segundo Telma CORREIA (2004a), a casa como habitat moderno pode ser entendida a partir de sua concepção como “*santuário doméstico*”, “*estojo do homem privado*” e “*máquina de morar*”, ou seja, como lar, espaço de repouso e vida familiar, como local de expressão da individualidade de seus moradores e, transformada em direito básico, torna-se elemento que justifica e onde se aplica o desenvolvimento tecnológico a fim de proporcionar renovação de forças para o trabalho, minimização dos custos e economia do tempo.

⁶⁹² Em sua versão da carta de Atenas, Le Corbusier coloca que “*A casa é o núcleo inicial do urbanismo. (...) Se ela deve conhecer interiormente o sol e ar puro, deve, além disso, prolongar-se no exterior em diversas instalações comunitárias*”. (LE CORBUSIER, 1993: 88).

⁶⁹³ Excetuando-se esta referência, os únicos equipamentos urbanos mencionados no memorial são: a praça de esportes (minuciosamente apresentada no final), a igreja e o hospital, que, apesar das mudanças no traçado urbano, foram todos edificadas exatamente no mesmo local onde haviam sido originalmente propostos.

⁶⁹⁴ Embora mencione Howard, parece que sua referência mais direta é o projeto de Unwin para a cidade de Letchworth: “*Estão aí explicadas as soluções encontradas, na elaboração do plano da ACESITA, que obedeceu, ao caráter de Cidade Jardim, e foi influenciado por tantos e variados fatores. Ele seguiu, guardadas as proporções, as idéias pregadas pelo grande publicista inglês Howard. Este idealista confiou-as na ocasião ao notável arquiteto Unwin, que a tornou realidade no projeto e realização da primeira cidade jardim do mundo, Letchworth (Inglaterra)*” (TEIXEIRA, 1952: 15).

⁶⁹⁵ Letchworth (1903) foi projetada por Barry Parker e Raymond Unwin, que, segundo Dacio OTTONI (2002), havia recebido influência também das idéias de Camillo Sitte, para o qual a Ringstrasse era uma “aberração”, o que levou a um desenho mais orgânico, com maior respeito à escala humana e à topografia, fazendo desaparecer também a rigidez que a grande avenida e o parque poderiam conferir à cidade. Já Welwyn (1920) foi projetada por Louis de Soisson, e seu desenho parece muito mais próximo do esquema radial concêntrico proposto por Howard, com a grande avenida, o parque e a área comercial determinando a intersecção entre os quadrantes, o que, apesar do cuidado com a topografia, resulta num desenho mais fechado que o de Letchworth..

espaço em torno do qual se desenvolve a vida urbana, observando-se que, embora em Timóteo o projeto inicial seja marcado pela linearidade, organizando-se paralelamente à área industrial, a cidade acabou por adquirir uma estrutura radial, tendo como ponto de convergência a usina⁶⁹⁶. (colocar esquemas – Romeu Duffles_cidJardim. cdr)

Mas, se por um lado é principalmente a idéia de “*restituir as pessoas ao campo*”, sem privá-las das vantagens da cidade (HOWARD, 2002: 107), presente em Timóteo na abundância de áreas verdes (parques e morros), na arborização intensa das ruas e na generosidade dos lotes residenciais, que permitem reconhecer atributos de cidade jardim no projeto da ACESITA, por outro, a incorporação da natureza solicitada pela indústria e enaltecida pelo próprio autor constitui acima de tudo uma exigência das condições topográficas do local e da falta de recursos financeiros, pois, como Duffles Teixeira deixa ver em alguns pontos do memorial, se pudesse optaria pela canalização do córrego do Timotinho e ocuparia o espaço conquistado com novos lotes⁶⁹⁷. Além disso, apesar da preocupação em garantir a proximidade das áreas verdes e o córrego ser o elemento estruturador do sistema viário principal, nenhuma parte do parque, nenhuma praça ou nem mesmo o playground foi objeto de maior atenção ou detalhamento⁶⁹⁸.

Entretanto, se a referência à cidade jardim demanda algum esforço para ser apreendida, a menção à Cincinnati (USA) guarda ainda mais pontos obscuros. Cincinnati é citada como um exemplo de cidade que, por sua própria configuração, forma o caráter de seus cidadãos:

‘... ambiente urbano é que plasma o caráter humano, de acordo com a própria feição, para fealdade ou para a beleza. Para isso temos de principiar pela formação de uma psicologia urbana e anseio cívico’ (TEIXEIRA, 1952: 16).

A referência termina no que parece ser uma exortação à divulgação propagandística do planejamento e, em última análise, ao respeito cego às suas diretrizes como instrumento formador do caráter do povo, respeito que deveria ser partilhado por toda a comunidade.

Daí a necessidade de uma propaganda sistematizada, como se fez alhures nos países de civilização mais avançada, como a América do Norte. Na cidade de Cincinnati [sic] ‘a propaganda do plano da cidade começou no Jardim da Infância e acompanhou todos os cursos preliminares e secundários, com o School Manual of the Plan of Cincinnati[sic]’. (TEIXEIRA, 1952: 16)

Assim, para Romeu Duffles Teixeira o plano urbano de uma cidade deveria ultrapassar sua condição de conformação do espaço físico e também instrumento de formação cívica e moral, pois deveria vir acompanhado da conscientização da população quanto às proposições feitas. Entretanto, esta conscientização e educação cívica não são garantia de uma gestão democrática da cidade, o que se verifica tanto nas cidades jardim inglesas quanto nos planos urbanos de Cincinnati, todos implantados de cima para baixo, contando com uma pesada participação do Estado e resultando em cidades que respondiam aos anseios de somente algumas parcelas da sociedade. Em Timóteo, assim como em

⁶⁹⁶ Há que se considerar, contudo, que a consolidação do centro comercial próximo à indústria veio a reforçar esta tendência.

⁶⁹⁷ “O córrego poderia, no projeto, ter sido canalizado, servindo de ponto de partida para o desenvolvimento do plano”; “Os córregos, que serpenteiam pelos vales, teriam o trato futuro, que as exigências da engenharia sanitária e os recursos financeiros permitissem. Perguntava-se, então, se valeria a pena sacrificar os lotes, obtidos com a construção de canais e as avenidas respectivas, com a solução focalizada” (TEIXEIRA, 1952: 11, 05).

⁶⁹⁸ O único espaço que recebeu maiores atenções foi a praça de esportes, cuja descrição ocupa mais de um terço de todo o memorial e ao qual ele dedica três pranchas, contra as sete restantes da cidade.

outras cidades empresariais, esta contradição fica ainda mais evidente, pois, se tratando de uma cidade cujo projeto foi contratado pela empresa industrial, o plano urbano se implanta a fim de servir unicamente a seus interesses, contribuindo para a formação moral do operariado, mas dificilmente para sua formação cívica. Desse modo, se Romeu Duffles vê no plano de Timóteo uma forma de contribuir para a educação cívica do povo brasileiro, a empresa via nele somente uma forma de abrigar o operariado. A responsabilidade do empreendimento para com a nação, principalmente até a década de 1960, era produzir aço para gerar riquezas; estas sim, capazes de alçar o país a novos patamares de desenvolvimento. Condição que se tornou ainda mais contundente quando, em 1952, o general Edmundo de Macedo Soares assumiu a presidência da companhia e fez da conclusão do plano e da melhoria das condições de vida na cidade uma de suas prioridades, reforçando, por meio do projeto urbano, o sentido cívico do projeto industrial (vide capítulo IV).

Contudo, se é o plano diretor de 1925⁶⁹⁹ e a proposta de um sistema de trânsito rápido⁷⁰⁰ que fazem John FAIRFIEL (1993) considerar Cincinnati⁷⁰¹ a primeira cidade importante a ter um plano reconhecido oficialmente e uma pioneira em planejamento urbano⁷⁰², foi o sistema de parques e

⁶⁹⁹ O plano de 1925 foi elaborado pelo TAC (Technical Advisory Corporation), a primeira empresa de consultoria em planejamento da América do Norte comandada pelo engenheiro húngaro Ladislav Segoe (ELDEMAN & ALLOR, 2003), George B. Ford e Ernest P. Goodrich, tendo como mentor o advogado Alfred Bettman. “*O plano de Cincinnati era um elemento do movimento de reforma política que pretendia substituir o controle do capital da ‘máquina política’ corrupta por decisões tomadas em favor do interesse público por uma comissão de planejamento urbano dominada pelos cidadãos. Esta comissão está encarregada de preparar um plano integrado de longo prazo para se tornar a base do desenvolvimento do capital do orçamento a ser implementado por uma administração urbana neutra.*” (“*The Cincinnati plan was an element of a political reform movement intended to replace corrupt “political machine” capital investment control with decisions made in the public interest by a citizen-dominated city planning commission. This commission was charged with preparing a long-range integrated city plan to become the basis for development of a capital budget to be implemented by a politically neutral city manager.*”). Portanto, ao contrário do plano de Nova York de 1916, mais do que regular o uso da terra garantindo iluminação, ventilação e circulação às edificações, o plano de Cincinnati fazia do zoneamento um instrumento de política pública voltado para comunidade, garantindo ao poder público meios de, mesmo no futuro, controlar a especulação imobiliária, intervindo e direcionando o crescimento da cidade (GERCKENS, 2001).

⁷⁰⁰ A elaboração da proposta de implantação do sistema de trânsito rápido para a cidade de Cincinnati iniciou-se ainda em 1905, mas somente assumiu maiores proporções a partir de sua associação com a solução do problema habitacional, em 1912 (ANÔNIMO, s.d.). No entanto, com o início da Primeira Guerra Mundial e os elevados custos da obra levando a confrontos políticos sobre a forma de concessão da operação do sistema, sucessivas paralisações fizeram que a obra permanecesse incompleta até 1925, quando a popularização e supremacia do automóvel permitiram que no novo plano diretor a solução da questão habitacional fosse assumida pelo zoneamento (FAIRFIELD, 1993). Assim, apesar do relatório favorável à sua complementação (BELLER, 1927) e de boa parte das linhas, e mesmo algumas estações já estivessem em estado bem adiantado, as obras foram paralisadas, permanecendo o que John Fairfield chamou de “*o buraco no solo de Cincinnati*” (“*Cincinnati’s hole in the ground*”).

⁷⁰¹ Com a derrota dos franceses e o fim da guerra com os índios, mesmo a proibição de novos assentamentos não foi capaz de reprimir a ação de companhias imobiliárias e especuladores privados em direção ao Oeste norte-americano. Assim, tendo adquirido oitocentos acres, em 1788, Israel Ludlow, Mathias Denman e Robert Patterson fundaram o assentamento nas proximidades da foz dos rios Linking Little Miami, às margens do rio Ohio, que, posteriormente, seria renomeado Cincinnati. Com a mesma estrutura reticulada que já se consagrara no Leste e que o sistema de distribuição de terra adotado pelo Continental Congress de 1785 havia consagrado (REPS, 1987), a cidade cresceu rapidamente, e já em 1820 possuía mais de 10 mil habitantes. Com sua localização estratégica favorecendo o comércio com soldados e viajantes, a cidade tornou-se um importante ponto de comercialização de carne, especialmente de porco, e com a chegada de imigrantes alemães na década de 1830, além de incrementar o comércio de embutidos, proliferaram as cervejarias. No entanto, a economia da cidade foi sempre marcada pela diversidade, “*sem que nenhum negócio isoladamente empregasse mais de 3% da força de trabalho da cidade*” (“*no single business employs more than three percent of the city’s workforce*”, OHIO HISTORICAL SOCIETY, s.d.), posição reforçada pela reportagem da Harper’s New Monthly Magazine (HARPER, 1883), segundo a qual a abundância de chaminés e o trânsito intenso no rio fazem com que seja constantemente comparada a Londres.

⁷⁰² “*...Cincinnati was leader in the city planning movement and the first major city to give official recognition to a master plan...*” (FAIRFIELD, 1993: 12).

avenidas (1907) de George Kessler⁷⁰³ que determinou as principais características da cidade, inclusive seu “embelezamento” e sua articulação estrutural, que podem ter sido tomadas por Duffles como fundamento do processo educacional. Esse plano buscou integrar, por intermédio de um sistema de parques e bulevares, a quadricula original, localizada na parte baixa da cidade e já densamente ocupada pelo comércio e serviços⁷⁰⁴, às retículas que compunham os bairros residências, menos densas e situadas em áreas mais elevadas, não somente embelezando a cidade, mas também, ao ampliar e melhorar as vias de circulação e espaços públicos, conferindo-lhe melhores condições para desenvolvimento futuro (SCHERMERHORN JR., 1912). Esta visão de conjunto e de futuro leva Mario MANIERI-ELIA (1972) e Francisco DAL CO (1972) a considerarem que os planos de George Kessler, mesmo que formalmente se aproximem do “City Beautiful” e proponham a inserção da natureza no meio urbano de modo semelhante ao “Parks Movement”, acabam por apresentar maior similaridade com o planejamento multidisciplinar e progressista que começou a tomar corpo nos Estados Unidos no final do oitocentos. Assim, apesar de preocupar-se com a reestruturação monumental e paisagística dos centros urbanos, observa-se que George Kessler reveste seus parques e bulevares de funções que vão muito além da estética ou da mera inserção do campo no meio urbano; ele os vê como meios de promover a separação entre áreas congestionadas, possibilitando a racional utilização das estruturas urbanas que, por causa da implantação dos parques e bulevares, tornam-se mais valorizadas e mais bem equipadas, promovendo uma reestruturação e redistribuição dos usos por toda a cidade, não somente das áreas monumentais.

A comparação entre o projeto da ACESITA e a organização formal de Cincinnati, incluindo a estruturação funcional do plano de George Kessler, no entanto, não traz grandes esclarecimentos quanto às motivações de Romeu Duffles Teixeira para citá-la. Tampouco é esclarecedora a indicação dos sobrinhos da Alemanha, país natal e onde estudou Kessler, como sua principal referência em urbanismo, pois o tom pitoresco das cidades jardim alemãs⁷⁰⁵ – como Margarethenhöhe e Hellerau (HALL, 2002)⁷⁰⁶ ou mesmo das vilas projetadas por Theodor Fischer, Richard Riemerschmid, Robert Schmohl e Olof Hallmann, visivelmente construídas seguindo os princípios estéticos de Camillo Sitte e imbuídas do espírito das vilas medievais da Bavária (TAGLIAVENTI, s.d.) – não parece ter sido a tônica que guiou o projeto da cidade mineira. Embora isoladamente nenhum desses aspectos pareça

⁷⁰³ Nascido na Alemanha, mas residindo nos Estados Unidos desde os dez anos, George Edward Kessler voltou ao país natal para completar sua formação cursando Engenharia Civil na Universidade de Jena e Botânica, “produção florestal” (forestry) e paisagismo (landscape design) com instrutores particulares. Após um curso em Moscou e Paris, com 20 anos retornou aos Estados Unidos, onde se empregou numa companhia de sementes até conseguir, por indicação de Olmsted, o emprego de Superintendente de Parques de Kansas City, Fort Scott e Gulf. Além de inúmeros projetos de bairros jardins e parques, das universidades de Kentucky, Miami, Mississippi e Cincinnati, George Kessler elaborou planos de sistemas de parques e bulevares para as cidades de Excelsior Springs (1890), Kansas (1893), Memphis (1900), Indianapolis (1905), Cincinnati (1907), Syracuse (1906), Oklahoma (1910), Fort Wayne (1911), St. Joseph (1912), South Bend (1912), Hamilton (1912) e Springfield (s.d.), bem como o plano geral (comprehensive plan) de Dallas (1911), no Meio-Oeste norte-americano.

⁷⁰⁴ A maior parte das indústrias se localiza a oeste do canal Miami-Eire e ao norte da cidade.

⁷⁰⁵ Segundo Gabriele TAGLIAVENTI (s.d.) na Alemanha o movimento cidade jardim foi muito influenciado pela visão romântica da cidade medieval difundida principalmente na obra de Camillo Sitte.

⁷⁰⁶ Na verdade, seriam mais bem caracterizados como subúrbios-jardim. Margarethenhöhe foi construída em 1906 em comemoração ao casamento da filha de Margarethe Krup. Projetada por Georg Metzendorf para abrigar os trabalhadores da Krupp, é considerada o melhor exemplo de subúrbio-jardim alemão (EUROPEAN GARDEN NETWORK, 2006).

suficientemente forte para justificar sua referência⁷⁰⁷, há outro aspecto da obra de Kessler que pode ter chamado a atenção de Romeu Duffles Teixeira: a inserção de áreas esportivas nas proximidades dos parques, fazendo destes tanto espaços de contemplação da natureza quanto de atividades recreativas.

Contudo, mais uma vez, essa postura mais progressista de George Kessler e que reafirma seu distanciamento do pensamento do “Parks Movement” (para o qual as únicas atividades recreativas inquestionavelmente aceitas nos parques eram os passeios⁷⁰⁸, a patinação no gelo e os piqueniques, como se pode observar no projeto de Olmsted para o Central Park de Nova York, no qual espaços destinados especificamente a atividades esportivas foram incluídos⁷⁰⁹ somente na década de 1930), não é exclusiva ao plano de Cincinnati. A presença de espaços esportivos nos sistemas de parques e bulevares projetados por Kessler aparece desde um de seus primeiros planos, o de Kansas City (1893), no qual ele afirma que, além da garantia do uso correto dos espaços da cidade (residencial, comercial e industrial), o plano tinha por objetivo “... *oferecer a todos os residentes oportunidade de recreação ao ar livre tão próxima de casa quanto fosse possível realizar*”⁷¹⁰ (Kessler apud GABELMAN, 1920: 08), prevendo desde playgrounds até piscinas, estádios e mesmo campos de golfe em nove parques. O mesmo ocorre nos planos de Indianápolis (WYNNS, s.d.) e Dallas onde, desde as últimas décadas do século XIX, a Comissão de Parques e Recreação reconhecia que a contribuição dos parques para “*a dispersão da desordem civil*” seria mais eficaz se em vez de “espaços passivos” eles se tornassem “espaços ativos”; afinal, “*flores e arbustos têm bom visual, mas o domínio público deveria ser útil e disponível*” (JEBSEN JR, 1979: 13)⁷¹¹.

⁷⁰⁷ Tratando-se da influência do urbanismo alemão transplantado para os Estados Unidos por George Kessler, seria mais natural que fosse mencionada a cidade de Kansas, cujo plano ganhou maior notoriedade, uma vez que tanto nas pesquisas em bibliotecas como na internet, entre os planos de parques e bulevares elaborados por George Kessler, o de Kansas City é o mais freqüentemente citado e facilmente encontrado. Uma cópia do folheto descritivo do plano encontra-se disponível para download no site do arquiteto (GABELMAN, 1920) e, embora dentro do contexto do movimento “City Beautiful”, o livro de William WILSON (1964) trata especificamente dele.

⁷⁰⁸ Passeios a pé, a cavalo ou em charrete eram as atividades mais usuais, mas passeios em barcos e a pesca também eram aceitáveis.

⁷⁰⁹ Com exceção do campo de críquete na porção oeste do parque e do Heckscher Playground, única área onde crianças eram inicialmente aceitas, foi somente após a transformação do Lower Reservoir no grande gramado central (Central Lawn) e a contratação de Robert Moses em 1934 como “park commissioner”, que as áreas ganhas com sua drenagem foram transformadas em quadras de esporte, campos de jogos, playgrounds e piscinas: “*Moses viewed all parks as places for active, wholesome play, for ball fields, tennis courts, swimming pools, and playgrounds; he believed in recreation, not conservation. For him, Central Park was ‘essentially a playground’.* ... *By the end of the 1930s, the park’s thirty-one-person recreational staff was overseeing a crowded schedule of folk dancing, kite flying, Ping-Pong, softball, baseball, football, field hockey, horseshoe pitching, shuffleboard, volleyball, lawn bowls, tennis, croquet, and ice and roller skating, as well as myriad festivals, carnivals, and tournaments*” (ROSENZWEIG & BLACKMAR, 1992).

⁷¹⁰ “...giving all the residents opportunity for outdoor recreation as near the homes as it is possible to accomplish” (GABELMAN, 1920: 08)

⁷¹¹ “*Flowers and shrubbery looked fine, but the public’s domain had to be useable and available.*” (JEBSEN JR., 1979: 13).

Fora do campo do urbanismo, no entanto, há outro aspecto de Cincinnati que pode ajudar a compreender sua menção: é o papel de destaque que assumiu na profissionalização do esporte nos Estados Unidos⁷¹², constituindo-se na primeira cidade a possuir um time de beisebol totalmente profissional⁷¹³. E, embora isso tenha ocorrido ainda nas últimas décadas do século XIX, foi somente em 1933 que se intensificaram as discussões sobre a profissionalização do futebol em Belo Horizonte, quando o América, clube que Romeu Duffles Teixeira ajudou a fundar e no qual jogou por duas temporadas⁷¹⁴, posicionou-se contra, entabulando um protesto que durou cerca de dez anos⁷¹⁵.

Assim, enquanto em Cincinnati bulevares e parkways dão coesão ao tecido urbano ligando parques e praças esportivas⁷¹⁶, em Timóteo estes espaços estão mergulhados no verde dos parques, promovendo uma integração com a natureza pautada pelo aproveitamento máximo das condições locais, e o uso da topografia e da vegetação existentes visa compor uma paisagem que tem na natureza o principal elemento de suporte das atividades esportivas, servindo tanto como pano de fundo, como oferecedor de condições mais favoráveis à prática esportiva, com o aproveitamento dos cursos d'água e desníveis servindo como limite e como arquibancada. Opções de projeto que se podem observar também em Araxá, Antônio Carlos e mesmo em Carangola e Esperança, e que ficam ainda mais evidentes na praça esportiva da ACESITA, cuja imersão no parque é total e o aproveitamento da topografia é que determina a localização e direcionamento das quadras, tanto na praça esportiva quanto nos campos e playgrounds situados nas margens das avenidas.

Assim, além de guiado por sua formação como engenheiro industrial ou mesmo pelas leituras que realizou ao longo da vida, Romeu Duffles Teixeira parece ter deixado em seus projetos a marca de suas paixões, com a precisão do traço e a riqueza de detalhes atestando o entusiasmo com que se dedicava a eles. Entusiasmo que parece ter esmorecido, a partir de meados da década de 1960, quando uma sucessão de solicitações para contagem de seu tempo de serviço para deferimento do pedido de

⁷¹² A profissionalização do esporte nos Estados Unidos, mais do que um movimento que visava garantir melhores condições de vida e de desenvolvimento dos atletas ou mesmo de popularização das atividades esportivas, com o afastamento da noção de “esporte” da de “jogo”, associado a apostas e à embriaguez, foi uma condição que os capitalistas acreditavam necessária a fim de consolidar o potencial do esporte como negócio lucrativo, pois possibilitaria a separação entre jogadores e “sócios” nos clubes, fazendo deles meros assalariados (MOORE, 1996). Considerado como esporte símbolo do país, desde meados do século XIX o beisebol já era jogado por todo o país, tanto pela elite como por operários e negros; assim, é natural que tenha sido o primeiro esporte a se profissionalizar.

⁷¹³ Além do que vale ressaltar que a tradição do esporte em Cincinnati, contando ao longo de sua história com 34 equipes esportivas profissionais, oito delas anteriores à década de 1940, interesse que se reflete na abundância de espaços esportivos, com a cidade abrigando hoje sete grandes estádios, dois times na liga principal, seis na secundária, e cinco times universitários, o que é bastante representativo para uma cidade com uma população em torno dos 330 mil habitantes. (WIKIPEDIA, s.d.).

⁷¹⁴ Cabe lembrar ainda que o América Futebol Clube foi fundado por alunos do Colégio Anglo-Mineiro e que seu próprio nome é um reflexo da admiração destes adolescentes pela cultura esportiva norte americana. Na história contada no site oficial do clube, consta que, apesar de alguns alunos serem torcedores do América do Rio de Janeiro, a escolha do nome foi feita por sorteio e a sugestão “América” era “*em homenagem aos Estados Unidos da América, dos quais os meninos eram fãs, pelas histórias contadas por seus professores...*” (PAIVA, s.d.).

⁷¹⁵ Enquanto os demais clubes da capital mineira abraçavam o profissionalismo, o América Futebol Clube, após ter conquistado uma sequência inédita até hoje de vitórias, vencendo cinco campeonatos consecutivos e se consagrado 10 vezes campeão mineiro na década de 1920, recusou-se a profissionalizar-se. Em protesto, alterou as cores de sua camisa, permanecendo amador até 1943, quando abandonou o verde do protesto para voltar ao tradicional uniforme vermelho (RODRIGUES, 2006). Embora Romeu Duffles Teixeira tenha jogado somente na equipe secundária, seu irmão Gilberto jogou na equipe principal em 1920, quando venceu o campeonato (WIKIPEDIA, s.d.1).

⁷¹⁶ Dos nove espaços dedicados à prática esportiva identificados no plano de Kessler, somente dois não estão localizados dentro ou diretamente ligados a áreas verdes.

aposentadoria aponta para certo desencanto, ou mesmo cansaço para o trabalho, momento a partir do qual, contam os sobrinhos, voltou a viajar com maior frequência, só que agora a regiões mais distantes e a passeio; voltou-se, também, para os livros e ao estudo do russo, há muito abandonado. Solteiro e sem filhos, faleceu em 1976 de ataque cardíaco enquanto organizava sua biblioteca⁷¹⁷.

⁷¹⁷ Infelizmente, a doação dos livros feita pelo sobrinho após sua morte, em duas consultas, não foi confirmada pelo Instituto Isabela Hendrix (Belo Horizonte), tornando impossível verificar seu conteúdo.

Fig. 212-213: Levantamento do município de Sítio (parcial - 1954) e posta do centro da cidade

Fig. 211: Romeu Andrade
Duffles Teixeira

Fig. 214-215: O primeiro time (1912) e o projeto da arquibancada do primeiro estádio do América Futebol Clube (1939)

Fig. 216: Os espaços de esporte em Belo Horizonte e suas mudanças (ROMANO, 1997)

Fig. 217-218: Vista de satélite dos fundos do Palácio da Liberdade e projeto para o Parque Palácio da Liberdade (1938)

Fig. 219-220: Fotografias da Praça Osvaldo Costa em Paraguaçu

Fig. 221: Localização da Praça Osvaldo Costa

Fig. 222-223: Vistas atuais da Praça Osvaldo Costa

Fig. 224-225: O Grande Hotel Araxá
vista aérea e de satélite

Fig. 226: O projeto de Romeu Duffles
para o Barreiro do Araxá (1937)
(acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 227-228: O balneário antes da reforma e o perspectiva do
projeto de Dierberger para o Barreiro do Araxá

Fig. 229: Projeto de Romeu Duffles para o estádio de Astolfo Dutra (1953?)

Fig. 230-231: O projeto da praça de Alfenas de Romeu Duffles (1948) e o da praça da Liberdade de Dierberger (1920)

Fig. 232: Perspectiva do projeto de Romeu Duffles para o clube da Usina Esperança (194?)

possível sítio do clube

local da antiga usina

Atual Estádio Roseli Soares

Fig. 233: Local da antiga usina
Esperança

Fig. 234-235: A cidade de Carangola e o
Estádio Roseli Soares

Fig. 236: Perspectiva do projeto de Romeu Duffles para Praça de Esportes em Carangola (1939)

(acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 237: Plano geral do projeto de Romeu Duffles para a ACESITA (1947-1951)
(acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 238-239: Organização geral do projeto de Romeu Duffles
(acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 240: Detalhe implantação nos lotes
(acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 241-242: Perfil da avenida parque e de uma rua residencial
(acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 243: Perfil das vias
(acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 244-245: Detalhamento do clube, implantação e cortes (1951)
(acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 246-247: Projetos para o atual bairro Funcionários (1946) e para o centro (atual bairro do Timirim) (1950) (acervo Vanda D. Teixeira)

Fig. 248-250: O projeto de Georg Metzendorf (1909 – original s/esc.) para o subúrbio jardim de Margarethenhohe, vista aérea (1980) e entrada no início do século. (KRUPP, s.d.)

Fig. 251-253: Sistemas de parques e avenidas projetados por George Kessler para as cidades de Kansas (1893), Saint Joseph (1912) e Indianapolis (1905)(originais sem escala) (KESSLER SOCIETY, s.d.; NATIONAL REGISTER, s.d.; INDY PARKS, s.d.)

Fig. 254-257: O plano de George Kessler para Cincinnati (1907) e postas da cidade e seus parques no início do século XX. (original sem escala) (acervo PUBLIC LIBRARY OF CINCINNATI.; CINCINNATI MEMORY PROJECT, s.d.)

V.1.2 JOSÉ LUIZ BATISTA: UM ARQUITETO EM PELE DE ENGENHEIRO⁷¹⁸

Natural de Ponte Nova (MG), José Luiz Batista da Silva⁷¹⁹ iniciou seus estudos de arquitetura no Rio de Janeiro (Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil) em 1953, mas, com a partida da mãe para Belo Horizonte, acabou pedindo transferência e formando-se “engenheiro-arquiteto”⁷²⁰ pela Universidade de Belo Horizonte em 1958.

Dos tempos de faculdade, as recordações mais marcantes dizem respeito à matemática e à geometria, disciplinas com as quais disse ter aprendido a “brincar”, fazendo delas instrumentos de racionalidade a serviço do conforto e da economia. Foi este pensamento que fez com que em toda sua atividade profissional optasse constantemente pelas aplicações mais racionais dos recursos materiais e tecnológicos disponíveis, indicando grande afinidade com o racionalismo difundido pelo movimento moderno e demonstrando que, como afirma Hugo SEGAWA (1999: 79), se nada havia “... *restado da restauração [da Escola Nacional de Belas Artes] após a saída de Lucio Costa*”⁷²¹, esse período foi marcante o suficiente para que uma geração de futuros arquitetos tivesse concisência das transformações em curso na arquitetura mundial”, fazendo que, vinte anos mais tarde, a escola ainda ajudasse a formar profissionais imbuídos destes conceitos.

Logo depois de formado, José Luiz Batista foi contratado como arquiteto pela Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, permanecendo em Belo Horizonte até 1961, quando foi convidado a trabalhar na ACESITA. Com um salário três vezes maior, apesar da inicial precariedade das condições de trabalho⁷²² e moradia⁷²³ e da distância a Belo Horizonte, cujo trajeto acidentado o afastava ainda mais da família, não hesitou em, acompanhado pela esposa e a filha recém-nacida, partir para Timóteo.

Em seus primeiros anos em Timóteo, era o único arquiteto residente nas imediações, o que fazia com que fosse intensamente requisitado, levando-o a atuar profissionalmente de três formas distintas: como funcionário de uma empresa privada (ACESITA), como funcionário público (prefeituras de Coronel Fabriciano e Timóteo) e como autônomo:

Quando eu fui para lá, eu era o único arquiteto, eu trabalhava das 7:00 horas da manhã à meia noite. Primeiro na companhia, depois das 17:00 horas ia para a prefeitura, aí jantava e ia para a prancheta da minha casa, lá no fundo onde eu trabalhava para os outros.

Na década de 1960, no entanto, a empresa enfrentava sérias dificuldades financeiras, fazendo com que em seu trabalho como encarregado do Departamento de Urbanismo, “...*que abrangia a parte urbana*

⁷¹⁸ As informações referentes ao arquiteto José Luiz Batista e Silva fundamentam-se em entrevista realizada em sua residência em Belo Horizonte – MG em 25 de março de 2002.

⁷¹⁹ O pai era farmacêutico e a mãe, professora.

⁷²⁰ Embora a escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, criada em 05 de agosto de 1930 e federalizada em 1949 (Lei nº 971), tenha sido a primeira da América do Sul a nascer desvinculada das Escolas Politécnicas de Belas Artes e Filosofia (FAU-UFMG, s.d.).

⁷²¹ Lúcio Costa dirigiu a Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro entre outubro de 1930 e setembro de 1931. (SEGAWA, 1999).

⁷²² Conta que, antes da construção da BR 381 (Fernão Dias), muito do material de construção vinha de trem e que “... *teve muita coisa que foi feita com carroça de burro, muito urbanismo de carroça de burro, essas de modelo antigo, grandes e pesadas. Aí carregava uns quilos e quem levava pra lá e pra cá os materiais e o pessoal, eram os burros*”.

⁷²³ Inicialmente foi alojado “... num apartamento de um quarto, eu, minha mulher e a empregada, nós fizemos um biombo pra separar da empregada, senão como é que a gente ia arrumar?!... aí, um mês depois arranjaram uma casa, a gente foi morar nela, que depois eu comprei”, inclusive afirmou ter sido o primeiro a adquirir e reformar a casa quando se iniciou a abertura da cidade (bairro dos Funcionários – foto).

de água, esgoto e as casas da companhia”, não fossem muito numerosas as obras urbanas. Constam entre as obras urbanas que realizou para a ACESITA somente os bairros Serenata e Primavera e o trevo entre Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, além de pequenas intervenções na área próxima à usina.

Mas se nem numérica, nem urbanisticamente estes projetos eram muito significativos, pois não apresentam grandes novidades⁷²⁴ com relação ao que já existia na cidade, por outro lado, eles evidenciam seu papel como elemento de ligação entre a empresa e o poder municipal, como no caso do bairro Primavera⁷²⁵.

O Primavera foi um bairro construído em parceria com o município, este interessado em promover a integração entre o centro sul e o norte, intensificada após a abertura da cidade, e a empresa desejando preparar-se para receber os novos contratados por causa da segunda expansão. Tendo participado diretamente apenas das primeiras etapas de construção deste bairro⁷²⁶, observam-se nelas os mesmos princípios que haviam guiado a organização do espaço da cidade até então: a ocupação das estreitas planícies às margens dos cursos d'água, com lotes residenciais de frente ampla (12 x 20 m), a fim de permitir o isolamento lateral das casas, todas térreas e avarandadas.

Outro momento em que José Luiz Batista aparece como importante elemento de ligação entre o poder municipal e a ACESITA ocorre quando se dá o processo de abertura da cidade, ocasião em que foi incumbido de *“desenhar as plantinhas para aqueles que comprassem a casa: uma planta de situação, o terreno e a planta baixa.”*, pois com a

... abertura da cidade, era necessário entregar para a prefeitura o arruamento, a rede de esgoto e a parte de iluminação pública. Para a companhia vender as casas, ela tinha que vender casa que desse para logradouro público, não logradouro particular dela.

Assim, ainda que de forma sutil, novamente sua influência foi sentida, pois nestas “plantinhas” buscou introduzir as regulações que aprendera na faculdade e na Secretária de Viação e Obras Públicas, guiando seus projetos pelas normas do Código de Obras da cidade de Belo Horizonte. Num momento em que a cidade não possuía ainda uma legislação urbana, a aplicação do código de obras de Belo Horizonte ajudou a caracterizar a paisagem urbana da cidade, coibindo abusos e o aparecimento do que José Luiz Batista chamou *aberrações*, garantindo que, ao mesmo tempo em que quebrava a uniformidade imposta pela origem empresarial, a paisagem mantivesse certa coerência. O respeito a

⁷²⁴ Ambos localizam-se nos vales de ribeirões, com uma estrutura predominantemente linear. A horizontalidade também marca os dois bairros, com grandes afastamentos frontais e residências isoladas nos lotes. No entanto, enquanto o Serenata destinava-se ao pessoal mais bem colocado, com lotes ainda mais generosos e a construção das casas deixadas a cargo dos proprietários, o Primavera foi construído em pelo menos quatro etapas, sendo que, nas duas primeiras, os lotes eram mais reduzidos, com o distanciamento da rua também inferior. Na quarta etapa, iniciada em 1978, surgem os primeiros edifícios verticais, uma opção pelo adensamento que parece ditada pela escassez de áreas planas, uma vez que ocupam áreas descartadas para a urbanização nas etapas anteriores. Vale salientar ainda que, enquanto o Primavera encontra-se plenamente ocupado, no Serenata ainda é possível encontrar lotes vagos.

⁷²⁵ O projeto obtido deste bairro mostra que sua construção ocorreu em quatro etapas, e embora não haja datas precisas das três primeiras, observando-se as plantas antigas da cidade, nota-se que embora elas não apareçam na de 1967, estão presentes nas de 1969 (sem os pontinhos que usualmente indicam residência ocupada), de modo que é provável que José Luiz Batista não tenha participado somente da última, pois em 1978 já havia saído da empresa. Nessa última etapa, que contou com a participação da COHAB-MG e para a qual parte do terreno foi doada pela prefeitura e parte vendida pela ACESITA, estava prevista a construção de 17 edifícios de três andares (total de 204 apartamentos) e 28 casas, todos construídos conforme o projeto.

⁷²⁶ Vide capítulo IV, a cidade de Timóteo foi emancipada de Coronel Fabriciano em 1964.

essas normas era considerado por ele de grande importância, estando presente tanto nos projetos feitos para a Aceista quanto nos aprovados e executados nas prefeituras, levando-o ainda a frequentemente deixar de cobrar por seus serviços. Em suas palavras:

... o código de obras, eu conhecia porque estudei em Belo Horizonte e na escola a gente fazia projeto dentro do código da prefeitura. Aí, em Timóteo e Fabriciano, eu fazia e conferia de acordo com ele. Aberrações eu não deixava passar não. Eu fazia até planta para dar de graça para o pessoal pobre que quisesse fazer casa simples não precisasse pagar engenheiro. Eu fazia estes modelozinhos assim, tipo embrião.

Nessa fala evidencia-se também sua postura com relação à Engenharia, ciência cujos conhecimentos acredita deveriam estar submetidos à arquitetura, esta sim, responsável por dirigir o trabalho de construção da cidade. De tal forma que, para José Luiz Batista, estava evidente a supermacia⁷²⁷ da arquitetura sobre a engenharia, o que assegurava ao arquiteto o direito de agir diretamente sobre a cidade sem intermediação alguma do engenheiro, pois ele também era detentor do saber construir. Portanto, para este engenheiro-arquiteto a construção era a finalidade última de sua profissão, fazendo com que o ato construtivo fosse mais do que a materialização do projeto; ele era símbolo da capacidade técnica do profissional, um direito conquistado por seu empenho e dedicação na construção de uma realidade melhor. Assim sendo, não é surpresa que o grande objetivo por trás de tanto trabalho, fosse a reunião de capital para financiar suas próprias construções, fazendo dele também um empreendedor.

Esta visão se confirma no prazer com que descreve os cuidados necessários à concretagem da cúpula da igreja Matriz de São José:

O problema ali era terminar a cúpula. A concretagem de uma cúpula é complicada, você tem que ter cuidado para ir concretando tudo igual, subindo tudo igualzinho, para o concreto poder curtir por igual. Se concretar um lado só ele trinca, assim, embora tenha que fazer tudo de uma vez só, tem que dar tempo da massa curtir, senão nunca chega em cima.

Ainda trabalhando para a ACESITA, responsabilizou-se tecnicamente e acompanhou as obras dos edifícios do novo Centro Comercial (1964), inclusive o que abrigou o Cine Marabá; além do novo escritório da empresa (1970)⁷²⁸, projetou e construiu o Colégio Monsenhor Rafael (hoje pertencente à UNILESTE – Universidade do Leste de Minas) e o Conjunto Residencial Pioneiros (no qual era sócio). Já os projetos e obras da sede social do ACESITA Esporte Clube⁷²⁹ e da sede do sindicato dos metalúrgicos, ele fez como autônomo. Em comum, todos esses edifícios têm o incontestado apego aos princípios da arquitetura moderna, seja na forma, na escolha dos elementos arquitetônicos ou materiais construtivos. Invariavelmente foram idealizados como estruturas de concreto independentes, têm planta livre e são regidos por linhas e ângulos retos; os tetos planos (ou sua cobertura em telhas pré-fabricadas é encoberta pelas platibandas), com programas ditando sua forma de modo a se estabelecer

⁷²⁷ Visão que se confirma em outros momentos da entrevista, quando demonstrou o desejo de diferenciar-se, formar uma elite: “Mas às vezes a gente gostava mais de ficar separado, né?! Formar uma elite, porque engenheiro metalúrgico, engenheiro hidráulico, engenheiro civil, engenheiro de não sei o que lá mais, era o que não faltava. O tempo que eu fui no Rio de Janeiro, os próprios, Oscar Niemeyer e outros lutavam para acabar com o título de engenheiro-arquiteto. Ficar só arquiteto, porque dava mais evidência”.

⁷²⁸ O projeto do novo escritório da ACESITA foi realizado mediante concurso, no qual venceu um escritório do Rio de Janeiro, mas a construção ficou a cargo da empresa.

⁷²⁹ Embora o clube tenha sido fundado em 1945, foi somente no final da década de 1960 que deixou de ser dedicado exclusivamente ao futebol, com a abertura da venda de cotas subsidiando a construção da sede campestre, situada no local designado por Romeu Duffles para o clube, porém com projeto de autoria de José Luiz Batista (a única coincidência é a posição do campo de futebol) (**Assim nasceu o AEC**, s.d.).

uma direta relação forma-função. Para José Luiz Batista, no Colégio Monsenhor Rafael merece destaque o cuidado com a insolação, pois nem as salas de aula nem as da administração deveriam receber nenhuma insolação direta, de modo que projetou todas voltadas para o sul e propôs combogós para proteger a face norte; no edifício Pioneiros, ele ressalta a racionalidade do programa⁷³⁰, que busca mesmo na padronização inicial dar margem para adaptações às necessidades individuais de cada família sem que isso implique em gastos vultuosos, indicando a reversibilidade do quarto de empregada em área social e a liberação do piso térreo para estacionamento possibilitada pela utilização de pilotis; os pilotis também aparecem como elementos importantes na sede do sindicato, com o térreo surgindo como espaço democrático a partir do qual se acessa o pavimento superior, com os escritórios e consultórios, e se abre o salão de reuniões que, semi-enterrado, tem sua capacidade inicial de 150 pessoas grandemente ampliada⁷³¹; já no clube, o grande balanço da marquise é que se sobressai; ela é o elemento cuja beleza está na potencialidade da tecnologia em satisfazer as necessidades do homem, é o exemplo mais acabado de como o conhecimento técnico da engenharia deve servir ao desenho arquitetônico, fazendo com que cada viga, cada apoio de pilar ultrapasse suas funções estruturais⁷³² para constituírem-se em aclamações às potencialidades do concreto e em atestados da capacidade técnica de seus idealizadores e construtores.

Talvez tenha sido exatamente este cuidado com a construção que, com o início da Segunda Expansão, em 1972, levou a ACESITA a transferi-lo para a área industrial, onde permaneceu até sair da empresa em 1977. Assim, apesar da intensificação do volume de obras civis e urbanas, a responsabilidade sobre o Departamento de Urbanismo passou para seu assistente, o engenheiro mecânico Fernando Sena, o que não significou que sua atuação sobre a cidade havia-se reduzido à área industrial, pois além de se ter constituído na principal referência de Fernando Sena, continuou trabalhando como autônomo e nas prefeituras, datando deste período os projetos do Sindicato dos Metalúrgicos, do ACESITA Esporte Clube e da Prefeitura de Coronel Fabriciano⁷³³, além de alguns projetos de residências.

Somente com a saída da ACESITA, no entanto, lhe foi possível iniciar a atividade de empreendedor. Foi quando fez um acordo com a empresa, que lhe vendeu o terreno, e com a soma do dinheiro reunido devido às longas jornadas diárias e ao fundo de garantia⁷³⁴ construiu o Conjunto Comercial 31 de Outubro. Nesse edifício, José Luiz Batista chama a atenção para o aproveitamento do pavimento superior, que avança três metros sobre a calçada frontal, permitindo que ao longo da galeria inferior

⁷³⁰ “Este aqui é um projeto de apartamento de dois quartos, para família recém casada, tem quartos, banheiro e quarto de empregada reversível para a parte social, com uma porta que dava também para o corredor íntimo.”

⁷³¹ “No pavimento de cima, sobre pilotis, funcionava consultório médico, dentário e tudo mais. Aqui nessa parte eu fiz o salão de reuniões e ele se estendia pra cá, para a parte livre, então deu para comportar 150-200, ficando o resto livre.”

⁷³² Respectivamente de liberação do espaço e de brise.

⁷³³ No edifício sede da Prefeitura de Coronel Fabriciano destaca-se a independência da estrutura de concreto, tornada evidente pelo afastamento dos pilares frontais da fachada. A ausência de revestimento, com o emprego de concreto e tijolo aparente, e do alinhamento vertical dos panos de vidro, são elementos que, além de externar suas funções, indicam sua confiança nesses materiais e o domínio de seu manuseio.

⁷³⁴ “Ai fui juntando dinheiro para comprar a fazenda, cheguei a ter muito garrote, muito boi. Então, quando eu saí da companhia fiz um acordo, ela me vendeu o terreno e com o dinheiro (fundo de garantia) e a venda dos bezerros, deu para fazer a obra.”

uma *loggia* proteja os transeuntes do sol e da chuva. Na parte posterior do edifício, um esquema semelhante se repete, integrando a galeria aberta à pequena praça que se organiza no miolo da quadra. No entanto, é a estrutura de concreto aparente que parece lhe ter proporcionado maior satisfação, levando-o a deixar sua assinatura gravada em baixo relevo no pilar central⁷³⁵.

Mas se na região esse foi seu projeto de maior porte, ao retornar para Belo Horizonte montou uma firma com o sobrinho, construindo cinco edifícios⁷³⁶. Eram edifícios de apartamentos, de três a oito pavimentos, localizados em bairros não muito distantes do centro de Belo Horizonte, que foram projetados respeitando a relação forma-função, seja no programa, seja no emprego dos materiais, de tal modo que a utilidade dos cômodos e a diferenciação dos materiais e suas funções, estruturais ou não, se evidenciam no jogo de volumes e cores das fachadas.

Nas palavras do próprio autor:

Uma coisa que eu considero muito importante em arquitetura é você distinguir os volumes, cada volume tem seu 'desígnio', não se parte um volume ou cômodo com estrutura ou com acabamento. Assim, você vê, só pode mudar na aresta, onde começa um acabamento. Aqui você não pode partir, mas tem que partir num ângulo de 90 graus, porque senão desmonta o volume, descaracteriza o volume... Eu gosto muito de jogar com estes volumes.

Assim, no contexto geral de suas obras e discurso, destaca-se a paixão pelo processo construtivo e pela tecnologia, ou seja, pela engenharia como disciplina e como profissão. Paixão que, mesmo tentando negar, ao dizer-se grato a “... Niemeyer e outros que lutavam para acabar com o título engenheiro-arquiteto e ficar só arquiteto...”, que às vezes gostava de “... formar uma elite, ficar separado da maré de engenheiros mecânicos, hidráulicos, civis e não sei mais o quê”, transparece no cuidado e precisão com que trata o projeto, com que chama a atenção para a racionalidade das estruturas, cuida da insolação, da funcionalidade dos espaços e da atenção que dispensa aos pormenores dos revestimentos. Que, no jogo entre o lembrar e o esquecer, revela-se quando o tom da voz aumenta e o discurso flui com facilidade ao mencionar a importância da geometria, com a qual aprendera a brincar; os colegas da escola de Belo Horizonte, cujos nomes esquecera, embora lembre-se de que “...eram todos ligados a construção, ... e [que havia] alguns caras bons de serviço”; na descrição detalhada do ponto de apoio das vigas do Clube e no branco das datas dos projetos; na recordação do nome de um único professor, o de matemática e mecânica, a pouca referência aos bairros que projetara em oposição à clareza com que reproduz o raciocínio que seguira para definir a divisão interna de alguns edifícios, ou ainda pela própria descrição que faz de suas atividades:

...no meu caso era só mais construir, projeto e construção, variava, mas convergia. Para que dar para o engenheiro construir, eu mesmo construo! (...) Lá na ACESITA⁷³⁷ era assim, eu fazia o projeto, pegava o projeto aprovado e fazia o contrato de responsabilidade técnica pela obra, o proprietário ia lá e contratava

⁷³⁵ “É num dos pilares, no pilar central, eu coleí o isopor com muito cuidado, e fiz o concreto com pouca brita, mais um caldo, né?! Para não machucar...”.

⁷³⁶ Embora o entrevistado sempre saliente que assumiu a responsabilidade técnica sobre as obras que construiu, no CREA estão registradas somente as ARTs (Anotações de Responsabilidade Técnica) da reforma de 1 metro quadrado no edifício em que reside em Belo Horizonte e dois projetos arquitetônicos em Timóteo, ambos no bairro dos Funcionários, sendo um de 2.156 m² na R. 95 n° 20, de 1994, e outro na Av. Juscelino Kubitschek n° 75, com 356 m², de 1985. Cabe notar, contudo, que somente em 1955 instituiu-se a ART, sendo que seu recolhimento passou a ser obrigatório somente a partir de 1967 e que o acervo pesquisado (informatizado) inclui dados de 1984 em diante (consulta CREA-BH).

⁷³⁷ Como grande parte dos moradores, o arquiteto José Luiz Batista não faz distinção, também, entre ACESITA e Timóteo, tornando muitas de suas falas ambíguas. Nesse momento ele se refere aos projetos particulares que realizou na cidade; portanto, ACESITA é, na verdade, Timóteo.

os pedreiros e a turma toda, mas eu era o responsável pela obra.

É, portanto, por sua fome de construir, cuidado com os detalhes, paixão pela tecnologia, características tão caras à Engenharia, que se considera “José Luiz Batista, um arquiteto na pele de engenheiro”.

Fig. 258: O bairro Serenata em 2007.
(GOOGLEARTH)

Fig. 259-260: A localização dos bairros e o bairro Primavera em 2007
(base PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO; GOOGLEARTH)

Fig. 261: O prédio da Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano
(acervo pessoal JOSÉ LUIZ BATISTA)

Fig. 262--267: Projetos particulares de reforma e residências
(acervo pessoal JOSÉ LUIZ BATISTA; AUTORA, 2002)

Fig. 268-270: As sedes do ACESITA Esporte Clube e do do sindicato de Timóteo e o Colégio Macedo Soares
(ACESITA ESPORTE CLUBE, s.d.; AUTORA, 2002, 2004)

Fig. 271: O edifício Pioneiros
(AUTORAS, 2002)

Fig. 272: Vista noroeste do
Centro Norte.
(AUTORA, 2005)

Fig. 273-275: O Conjunto Comercial 31 de Outubro e detalhes da circulação e externa e a assinatura no autor estampada no concreto.
(AUTORA, 2002)

Fig. 276-278: Edifícios construído como empreendedor em Belo Horizonte
(acervo pessoal JOSÉ LUIZ BATISTA)

V.1.3 FERNANDO SENA: UM ENGENHEIRO EM PELE DE ARQUITETO⁷³⁸

A trajetória de Fernando Sena na ACESITA inicia-se em 1967⁷³⁹, quando aos 16 anos e com habilidade para desenho, foi trabalhar como contínuo na Divisão de Urbanização⁷⁴⁰, chefiada por José Luiz Batista. Por intermédio do trabalho com José Luiz Batista, travou conhecimento com o universo da arquitetura e se apaixonou por ela.

Quando fui trabalhar na ACESITA já tinha uma queda muito grande para projeto, eu era projetista, mas na área industrial, mecânica, montagem, essas coisas. Aí, ... com a chegada de um arquiteto fiquei muito impressionado. Quando surgiu a chance, que a cidade foi aberta, a empresa começou a vender as casas aos funcionários, e a cidade estava começando a desgarrar dela nessa área urbana, eles me chamaram, Então eu fui trabalhando muito em projeto arquitetônico com ele, naquele início da abertura da cidade, eu tive como se fosse um curso de arquitetura. Trabalhando com um arquiteto e sendo o braço direito dele, eu peguei prática, trejeito de arquitetura e urbanismo...

Contudo, embora sonhasse em estudar arquitetura, a ausência deste curso nas redondezas levou-o a ingressar em Engenharia Mecânica, em Governador Valadares, para onde se dirigia todas as noites após o trabalho.

*Veja só como eu era deslocado, totalmente deslocado, estudando engenharia mecânica! Mas meu sonho era o seguinte: para não perder tempo, eu tinha que fazer engenharia, assim dava tempo de vir a engenharia civil, mas a engenharia civil não veio...*⁷⁴¹

Mesmo acabando por se formar engenheiro mecânico, ele nunca perdeu a afinidade e interesse pela arquitetura e, principalmente, pelo urbanismo. Interesse que alimentava com a leitura da revista Acrópole⁷⁴², e que fez com que, no início da segunda expansão da usina (1972), quando José Luiz Batista foi transferido para coordenar os trabalhos de reestruturação da usina, ele ficasse responsável pelos projetos e construção de moradias para os novos funcionários, função que exerceu até sua retirada da empresa em 1996. Essa mudança lhe acarretou grandes responsabilidades, ampliadas ainda mais pela ligação afetiva com o local e pela falta de formação, mas que assumiu com muita seriedade, Segundo suas palavras:

... eu tive que assumir muita coisa depois que o José Luiz Batista saiu da área de urbanismo e foi para a usina, ...

Foi no início da década de 1970, quando foi a primeira grande expansão da ACESITA⁷⁴³ e eles sentiram a necessidade de trazer um aspecto humano para dentro da usina. Então eu fiquei prematuramente com esta responsabilidade. Foi uma responsabilidade muito grande, a gente tinha muita vontade, mas não formação. E como eu era nascido lá, eu tinha uma ligação afetiva, temia muito tomar uma decisão, então eu pesquisava muito, muito, muito. Teve um lado bom da responsabilidade, tinha que fazer tudo, [pois] eu posso não ser bom,

⁷³⁸ As informações referentes ao engenheiro Fernando Sena Canto fundamentam-se em entrevista realizada em Volta Redonda – RJ, em 22 de abril de 2002.

⁷³⁹ Natural de Timóteo, Fernando Sena viveu o período de formação da cidade, presenciou suas mais marcantes transformações. C do tempo de menino, descreve como a mãe conservava a carne na banha de porco e preparava o chaminé caseiro de abacaxi; como ele e os irmãos cuidavam do pomar, da horta, das galinhas, porcos e da cabrita, criações que eram periodicamente fiscalizadas pela companhia.

⁷⁴⁰ Setor de Urbanismo, Divisão de Urbanização, Sessão de Urbanização, Setor de Arquitetura e Urbanismo, etc., foram nomes que a área que cuidava da construção de novos bairros, casas e edifícios da cidade da empresa recebeu ao longo do tempo, e que Fernando Sena, embora se lembrasse dos nomes, não soube ordená-los cronologicamente.

⁷⁴¹ Suas expectativas estavam na prometida implantação de um curso de Engenharia Civil que, embora não fosse a mesma coisa que a arquitetura, pelo menos se aproximava mais de seu trabalho.

⁷⁴² “Ele (José Luiz Batista) tinha muito, ele assinava, não sei se você conheça, a Acrópole, o fino da arquitetura, era o máximo.”

⁷⁴³ Embora se trate de uma complementação da primeira expansão, equiparando a capacidade da aciaria com a da laminação, considera-se que a primeira foi concluída em 1963, sendo esta referente ao segundo grande projeto de expansão da usina (vide capítulo IV).

mas posso me assessorar e cobrar ajuda. A empresa nos treinou muito bem, tinham cursos de orientação sobre como tomar decisões, como negociar, a gente fazia uns 4 a 5 cursos por ano.

Assim, confiando na experiência adquirida no período anterior, na capacidade gerencial aprendida nos cursos anuais e sua inata sensibilidade arquitetônica e urbanística, o pouco preparo foi compensado por muita vontade, fazendo com que Fernando Sena descrevesse da seguinte forma seu trabalho no Setor de Urbanismo:

Nos 29 anos em que trabalhei numa estatal (ACESITA), nunca tive mordomia nenhuma. Eram mais ou menos 9 pessoas [no departamento de urbanismo]: eu, um topógrafo, 3 ajudantes, uma secretária e 2 ou 3 outros elementos, para construir 18 bairros. Projetávamos, construíamos e tudo mais. Então o meu trajeto na empresa foi maravilhoso, porque eu vi tudo começar na ACESITA, é muito gostoso, sabe?! Você projetar, fiscalizar e entregar a casa, é como a mulher ao dar a luz!

Trabalho que ganhou importância com a aprovação dos financiamentos para a Segunda Expansão, pois a contínua atuação da ACESITA⁷⁴⁴ havia frustrado suas próprias expectativas de formação de um mercado imobiliário capaz de suprir a demanda por habitação após a abertura da cidade (1968), obrigando a empresa a voltar a construir novos bairros e casas, só que a partir de então contando com financiamentos de órgãos governamentais, como COHAB e BNH. Assim, partindo da análise dos levantamentos quanto à “*necessidade habitacional*” dos empregados, feitos pela Superintendência de Pessoal e Social, posteriormente pela DI (Divisão Imobiliária), iniciava-se seu planejamento⁷⁴⁵:

... a partir disso, eles [BNH e COHAB] determinavam o valor do FUNDEP[sic]⁷⁴⁶ e eu começava a pesquisar que terreno poderia utilizar. Se poderia ser um terreno mais plano, ou mais ‘morrado’, se poderia ser aterrado, etc., tudo conforme o que os empregados poderiam pagar de financiamento. Se fosse de 0 a 10 salários mínimos teria que ser um bairro plano, para ter o mínimo gasto possível com infra-estrutura.

De tal modo que:

... as construções novas estavam mais voltadas para custo, porque a casa tinha que ficar adequada com os preços, conforme as faixas [de salário] das pessoas que iam morar. Já não era mais construir casas para alugar, era para vender.

No entanto, a necessidade de padronização dos projetos residenciais a fim de reduzir os preços da construção, seria combatida pelos funcionários, principalmente

... alguns funcionários de nível superior que se rebelaram e fizeram movimento dentro da empresa, (...) Eles diziam que não queriam comprar casa, queriam fazer a nossa própria casa, para poder personalizar. Aí tentamos, modificar um pouco, (...) num loteamento que tinha umas trinta casas se fazia 3 ou 4 plantas diferentes, mudava a fachada e pronto. Mas ficava muito artificial, porque na verdade não mudava nada. Aí nós chegamos a conclusão que o bom mesmo era vender o lote. Era bom para a empresa, para o empregado, era bom para todo mundo, mas o governo não deixava, não existia financiamento, era complicado.

Impasse que seria resolvido somente quando, após ter tentado, e fracassado, obter financiamento de outros órgãos⁷⁴⁷, a própria ACESITA financiou o loteamento do bairro Timirim do Alto.

Dentre os dezoito bairros construídos neste período, ele destaca o Novo Horizonte, Vale Verde, Serenata e Recanto, sendo este último o que considera ideal, dizendo: “*Minha imaginação está toda neste bairro. Este bairro é tudo que eu sonhei! Tudo! Ele tem área de lazer e sobra espaço para você fazer piscina*”, conquistas que associa à verticalização, pois ela possibilitou que o bairro “...

⁷⁴⁴ Fernando Sena comenta que, após 1975, a empresa não tinha mais fôlego para continuar a construir na cidade, passando por um período de “vacas magras”, permanecendo de dois a três anos sem construir nenhum bairro novo.

⁷⁴⁵ “... a imobiliária pesquisava e perguntava: como você quer essa pesquisa? E eu falava: preciso [do número de funcionários interessados] na faixa de poder aquisitivo de zero a 3 salários, de 3,1 a 5, (...) por causa dos financiamentos do BNH e das COHABs.”

⁷⁴⁶ Na verdade, ele se refere ao valor que seria financiado pelo BNH, não ao FUNDEP (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa).

⁷⁴⁷ Somente a partir de 1975 com a aprovação do PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), que o governo passou a financiar a compra de lotes pelos trabalhadores (FINEP – GAP, 1985).

continuasse praticamente do mesmo tamanho, tendo mais área disponível para as crianças brincarem, para passear e muito mais verde”.

Assim, os sobrados e edifícios que compõem o bairro, localizado em meio à vegetação do morro que separa o córrego do Caçador e o ribeirão do Timóteo, aparecem para Fernando Sena como a concretização de um sonho que Brasília não foi capaz de realizar, porque para ele esta sempre foi sua principal inspiração, a referência que chegou com mais força:

O que chegou muito para nós, bem no início foi Brasília. Brasília foi o exemplo de tudo que eu estou te falando, talvez eu tenha tirado tudo dela. ... Eu nem sei, foi inconsciente. Por quê? Porque foi uma cidade projetada para o futuro. Hoje eu sei que está um caos, que teve muitos problemas, mas ele projetou as avenidas o mais para frente possível, né? E as quadras!, eu via aquelas quadras todas, sem nada, para o futuro! Aí eu via Timóteo, mal comparando, Timóteo tinha quadras vazias também, mas eu via que não tava legal aquilo, as ruas todas dos bairros da mesma largura, sem uma hierarquia...

Cuidado com o futuro que para ele significava o enaltecimento do planejamento como ferramenta essencial ao processo de concepção dos novos bairros e cujo valor buscou incutir nos moradores, promovendo reuniões anteriores à entrega das casas⁷⁴⁸ e entregando junto com as chaves pequenos “manuais” que, além das plantas de hidráulica, elétrica e de arquitetura, continham uma sugestão de ampliação⁷⁴⁹.

Contudo, das lições tiradas de Brasília, a verticalização parece ter sido uma das últimas incorporadas, pois a tradição de horizontalidade das casas isoladas em lotes com frentes generosas ainda está presente em bairros como Novo Horizonte de 1982 e Alphaville de 1994⁷⁵⁰. Assim, mesmo maravilhado com as possibilidades arquitetônicas e urbanísticas descortinadas pelo projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, a leitura que fez de Brasília não se fundamentou na transcrição dos padrões aí propostos, parecendo mais uma consequência da leitura do texto de Jorge Wilhelm sobre a cidade, publicado na revista Acrópole, em 1960, e reimpresso em 1970. Nesta edição especial, ao contrário do unísono ufanista de Eduardo KNEESE (1970)⁷⁵¹, o artigo de Jorge WILHEIM⁷⁵² (1970: 32) prima pelo tom crítico apontando tanto os erros como o que considera os acertos no projeto e execução da nova capital. Dentre os erros, ele destaca o caráter fechado do projeto de Lúcio Costa e da maioria dos

⁷⁴⁸ “Aí eu chamava as meninas do trabalho social e falava que o bairro já está sendo construído e precisava decidir quem ia [ter direito a uma casa]. Definindo quem eram estas pessoas, eram escolhidos os lotes, as casas que iam ficar. Então, eu quero que vocês façam uma exposição para grupos de 30 pessoas, para ir começando a conscientizar... a intenção era puxar neles o planejamento, o valor do planejamento. Quem sabe daí vai valorizar os arquitetos também, o pessoal do projeto... está tudo neste contexto aí.”

⁷⁴⁹ O primeiro bairro que foi entregue junto com o referido manual foi o Novo Horizonte e, embora não tenha sido possível verificar em quais outros isto ocorreu, o manual do Alphaville demonstra que esta experiência deve ter-se repetido, dada a evolução que se nota neste último. O manual do Alphaville, além dos projetos e plantas acima referidos, contém informações sobre os métodos construtivos e materiais empregados, com objetivo de esclarecer os proprietários quanto às garantias e responsabilidades assumidas por cada uma das partes na manutenção do imóvel (ACESITA, 1995).

⁷⁵⁰ Embora neste último a justificativa seja o pretendido alto padrão do loteamento, os lotes mantêm a tradicional frente de 12 m com 30 m de profundidade.

⁷⁵¹ O tom ufanista do artigo de Eduardo KNEESE (1970: 09) se deve à ênfase no deslocamento da capital, de modo que por meio do retrospecto de todos os momentos em que a transferência da capital para o interior do país havia sido pensada, ele vê sua inauguração como um marco de maturidade do país que, finalmente, é capaz de cumprir com suas metas, executar seus planos, pois como diz já no início: “Não admitem mais empirismos. ... Vivemos a era do planejamento. Tudo que fazemos deve ter o seu ‘porquê’. O ‘porquê’ humano e social. O ‘porquê’ técnico e artístico. O ‘porquê’ econômico. O ‘porquê’ estratégico. Brasília é uma cidade planejada”.

⁷⁵² Vale salientar que Jorge Wilhelm também participou do concurso, com seu projeto sendo classificado em quinto lugar. No texto publicado em 1970, no entanto, “Brasília 1970: um roteiro”, ele parece ver a nova capital com novos olhos fechando o artigo com uma nota bem mais otimista: “Deixamos assim Brasília 1970, uma cidade planejada objetivando condições urbanas para uma vida feliz de seus habitantes. Isto, senhores leitores, talvez venha a acontecer...” (WILHEIM, 1970a: 130).

demais concorrentes, que, sem margem para adequações do corpo social ao espaço proposto, “... idealizaram Brasília como gesto, fruto da decisão do homem, cidade que recriaria sua região”, tese que não lhe parece válida, pois “... acarreta uma forçosa negligência pelos fatores sociais e econômicos que dão vida à cidade”⁷⁵³.

Esses fatores, na visão de Fernando Sena, eram determinantes do sucesso de uma cidade, e a preocupação da empresa com a construção de praças, escolas e jardins, compatibilizando os interesses da comunidade com seus próprios, permitia-lhe satisfazer ambas sem ferir seus sentimentos de responsabilidade para com cada uma delas.

Uma vez que o relacionamento com a empresa foi muito bom, sempre marcado por uma “... convivência maravilhosa, uma coisa muito boa mesmo!”, sua saída em 1996, poucos anos após a privatização (1992), acabou sendo por ele considerada “catastrófica”. Isto se deveu não somente ao fato de ter assistido ao desespero de alguns colegas⁷⁵⁴, nem à mágoa pelas possíveis desavenças dos últimos momentos de trabalho, mas à dor do afastamento de uma atividade conduzida desde a adolescência e que lhe permitira desenvolver uma sensibilidade diversa da de engenheiro:

... é uma sensibilidade que falta para a engenharia, [porque] a sensibilidade de um engenheiro civil para achar uma solução estrutural é uma coisa, ele fecha os olhos e vê a viga trabalhando na veia, como se fosse um coração que está lá dentro, ele sabe, ele tem essa visão. O arquiteto da mesma forma, ele fecha os olhos e vê onde colocar cada cômodo, é uma sensibilidade diferente, (...) onde o mais importante é ter a sensibilidade de analisar socialmente o urbanismo, ver para onde tem que ir a cidade, qual avenida tem que ficar ou tem que mudar. ... O urbanista não trabalha com o presente, ele trabalha com o futuro, ele é o planejador, ele só trabalha com o futuro, não é como o engenheiro civil que tem que construir e cuidar para não cair.

Em sua fala, portanto, sensibilidade social confunde-se com responsabilidade social, traduzida no cuidado com o futuro da cidade e da sociedade que nela terá de habitar. Responsabilidade que os arquitetos e urbanistas modernos, crendo na capacidade do meio de formar o indivíduo, iriam chamar para si, fazendo de Fernando Sena um “engenheiro em pele de arquiteto”.

⁷⁵³ Mais à frente ele esclarece: “Voltando às costas para os possíveis fatores sócio-econômicos determinantes, Costa deve ter no entanto intuído que eles não modificariam o caráter e a forma resultante dum gesto arbitrário: uma capital implantada, toda pronta, concebida como uma unidade, expressando claramente seu caráter político. Tais propósitos só poderiam subsistir através dum plano formalmente rígido e duma disciplina subsequente: um plano fechado.” (WILHEIM, 1970a: 39)

⁷⁵⁴ Contando que “... teve colegas que entraram em parafuso, uma coisa horrenda! Uns ameaçaram se suicidar, uns morreram mesmo e outros começaram a ter doença de pele que não tinha explicação”.

Fig. 279: O bairro Recanto
(GOOGLEARTH)

Fig. 280-281: A localização dos bairros e
o Novo Horizonte.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO.
GOOGLEARTHS.d.)

Fig. 282: O manual do proprietário para o bairro do Novo Horizonte.
(acervo pessoal FERANDO SENA; ACESITA)

V.1.4 O DESENHO DA CIDADE DE TIMÓTEO: UM DESTINO E SEUS PROJETOS

Analisando o papel dos profissionais da cidade contratados pela ACESITA para desenhá-la, observa-se que nem tudo o que foi construído corresponde ao que foi projetado e, algumas vezes, mesmo os projetos parecem não coincidir com o ideal a partir do qual foram concebidos, apontando para dois níveis de distinção: entre o construído e o projetado e entre o projetado e o idealizado.

Esta distinção é mais patente no trabalho de Romeu Duffles Teixeira, cujo memorial possibilita apontar algumas diferenças entre a cidade imaginada e a projetada. Assim, se o ideal de Romeu Duffles era a cidade jardim de Howard, mesmo levando em conta as transformações que sua acomodação a um sítio real implicaria, como as que Parker e Unwin enfrentaram em Letchworth e Soisson em Welwyn, os pontos de contato entre o ideal de Howard e o projeto de Duffles são poucos. Consistem basicamente na integração da natureza ao espaço urbano através da grande avenida parque, da arborização das ruas (bulevares) e sua utilização como elemento limitador do perímetro urbano. Além disso, admitindo-se Letchworth e Welwyn como modelos, o respeito à topografia e à escala humana no dimensionamento dos percursos também pode ser incluído.

Tomando como referência o principal elemento que aproxima o esquema que se abstrai do projeto de Duffles ao esquema proposto por Howard, a grande avenida parque, nota-se que em ambos ele se constitui em elemento estruturador do sistema viário e de ligação entre áreas residenciais, servindo também de abrigo para algumas atividades comerciais – em Howard, a grande galeria, e em Duffles, os centros de bairro.

Convém lembrar, todavia, que enquanto Howard pensava numa organização radio-concêntrica, Duffles projetou uma cidade marcada pela linearidade⁷⁵⁵. Esta linearidade, no entanto, não se concretizou na forma pensada por ele. Em vez do córrego do Timotinho, foi o ribeirão do Timóteo que se tornou o principal eixo estruturador da cidade que, integrando-se ao centro sul e acompanhando o surgimento e crescimento de bairros no sentido leste-oeste, como Cachoeira do Vale e Limoeiro, tornou-se predominantemente radio-concêntrica. No entanto, isto não significa que a planta da cidade se tenha aproximado do esquema de Ebenezer Howard, pois, tomando como referência o poder de atração da indústria, observa-se que, enquanto no esquema howardiano domina a força centrífuga, com a localização das indústrias na periferia de um centro que, embora por elas impulsionado, é concebido como o foco da vida social, na Timóteo atual a força de atração é centrípeta, tendo a usina como ponto focal a partir do qual cresce e se organiza a cidade⁷⁵⁶.

E, embora não seja possível uma generalização desse processo para todas as cidades empresariais, nota-se que entre as cidades siderúrgicas estudadas um processo semelhante ocorreu em Volta Redonda e Ipatinga⁷⁵⁷, nas quais a usina deixou de marcar o limite da área urbana para tornar-se seu

⁷⁵⁵ Como observado anteriormente, o esquema

⁷⁵⁶ Mesmo a presença do rio e da ferrovia, embora tenha dificultado o crescimento nesta direção, não foi capaz de impedi-lo totalmente, provocando o crescimento de Coronel Fabriciano.

⁷⁵⁷ À exceção de João Monlevade, onde o crescimento foi empurrado para Carneirinhos, o que se pode justificar topografia ao redor da usina, bem como pelo controle da cidade pela indústria, uma vez que mesmo as casas e bairros por ela construídos

centro ou ponto focal⁷⁵⁸, posição central que é facilitada pelo seu incontestado domínio da empresa sobre a cidade, seja pelo controle fundiário, seja pelo emprego de grande parte da população, pois como afirma Flávio VILLAÇA (1998: 238):

Um ponto só se torna centro se e quando houver o círculo. Uma capela pode preexistir em relação ao centro de uma cidade, mas ela somente se tornará centro ou parte do centro se e quando surgir uma cidade ou povoado em torno dela que faça dela seu centro, isto é, se vier a existir algo do que ela se torne centro.

De modo que o centro de uma cidade não é necessariamente um ponto geometricamente determinado marcando a menor distância entre os diversos bairros, mas ele pode se tornar centro ao ser capaz de determinar a organização de seu entorno e de estabelecer um elo cognitivo que faz dele elemento de referência da cidade.

Assim, o que se verifica em Timóteo é que o espaço que originalmente seria o responsável por aglutinar atividades e indivíduos, o antigo povoado (centro sul), foi sobrepujado pelo projeto industrial que determinou a implantação de um novo centro próximo à usina. O fortalecimento desse novo centro não arrefeceu nem mesmo após a abertura e a emancipação da cidade, quando se buscou reforçar o centro antigo, onde foram instaladas as principais instituições políticas do município, além disso, a tentativa de integrar ambos por intermédio da melhoria das condições de acesso e a ocupação do percurso de ligação entre eles. Ao melhorar a acessibilidade dos moradores da porção sul da cidade ao centro norte, acabou por reforçar a polarização existente, ampliando a área de abrangência do centro norte em vez de valorizar o sul.

Contudo, se o plano de Romeu Duffles não foi capaz de ditar a forma com que a cidade deveria se organizar, seu estado atual guarda algumas reminiscências daquilo que projetou, pois se, por um lado, a idéia da grande avenida parque foi completamente abandonada, com os cursos d'água desaparecendo nos fundos dos lotes em vez de comporem a paisagem das avenidas parque que os ladeavam; por outro, a localização de edifícios importantes para a comunidade como o hospital, a igreja matriz e o clube foi mantida. Permanência que causa estranheza, uma vez que foram localizados no espaço que se pretendia constituir como centro da cidade operária, mas cuja natureza mudou, já que o centro foi completamente transferido para uma área mais próxima da usina.

Sobre a causa desta transferência, não se obteve nenhuma resposta oficial⁷⁵⁹, mas acredita-se que ela não foi espontânea, e sim relacionada à tentativa de garantir maior isolamento do operariado,

preservam ainda hoje as mesmas feições de quando foram edificadas. Já em Ouro Branco, como se pode verificar no capítulo três, o superdimensionamento da cidade, a alteração da política da empresa, incentivando a comutação em vez da construção de habitações, reduziu a pressão de crescimento da cidade, o que, somado à posse de quase todo o entorno da cidade operária pela indústria, evitou a ocorrência de um processo semelhante nesta cidade.

⁷⁵⁸ Em Timóteo, portanto, a indústria se constitui no ponto para o qual converge a malha viária, cuja organização somente não fecha o círculo devido à presença do rio. No entanto, considerando-se o crescimento de Coronel Fabriciano como decorrente da presença da ACESITA, sua circunferência se completa e o esquema se aproxima ao de Letchworth e Welwyn, com o ramal ferroviário deixando a periferia da cidade para atravessá-la a fim de ligar as áreas industriais.

⁷⁵⁹ Embora a localização do projeto de Romeu Duffles tenha sido relativamente tardia, dúvidas quanto à autoria e data do projeto da área central norte foram feitas desde os primeiros momentos da pesquisa, sem que se obtivesse qualquer resposta mais elucidativa. Para o sr. Fausto D'Ávila, por exemplo, ele foi projetado pelo sr. Alderico Rodrigues, assim como o restante da cidade. Já a maior parte dos entrevistados afirmou não saber nada a respeito da autoria do projeto, sendo poucos que conseguiram apontar alguma data para as edificações; recordavam somente que, embora o traçado das ruas já existisse há muito tempo, elas não eram pavimentadas, e algumas das quadras estavam ocupadas com habitações provisórias.

significando o controle da força de trabalho com relação aos bairros “livres”, como o povoado de Timóteo e o próprio Timirim, que é descrito por Nazareno ATAÍDE (1986: 217) como: “... *uma ilha de propriedade particular, cercada pelas terras já compradas pela ACESITA*”, e ainda é lembrado pela população como “Timirim das Cachaças”, porque aí era possível se embriagar⁷⁶⁰. Assim, na porção de terreno onde Romeu Duffles projetara o centro, foram erguidos os bairros residenciais Timirim, Olaria e, posteriormente, Novo Horizonte, que, apesar de mudanças significativas no desenho e na função, continuaram a abrigar o hospital, a igreja matriz, o clube e, com razoável aproximação, até mesmo as praças e o centro comercial desses bairros. Mantendo esses edifícios e auxiliado por sua localização intermediária entre o centro norte e sul, mesmo tendo perdido a condição de centro principal, o bairro do Timirim se constitui num importante centro secundário.

O dimensionamento dos lotes, com frentes largas e recuos frontal, lateral de fundos e o perfil das ruas, com uma faixa pavimentada seguida de uma gramada e arborizada até o meio-fio, também são elementos do projeto de Romeu Duffles Teixeira, que permaneceram inalterados até a década de 1960. Esta permanência, ao mesmo tempo em que possibilitou a construção de vias amplas e arborizadas, também foi responsável pela dificuldade de se definir uma hierarquia viária capaz de colaborar na organização do tráfego da cidade, pois mesmo as ruas internas dos bairros mais antigos como Técnicos, Quitandinha, Timirim e Olaria, além do Bromélias e Funcionários, possuem perfis muito semelhantes aos das periféricas, que no projeto original deveriam ser as avenidas parque.

No entanto, se a organização geral da cidade foi transformada pela supressão de seu principal elemento estruturador, as avenidas parque, o esquema de organização do centro proposto por Romeu Duffles parece ter sido transferido para sua nova localização próxima à usina. Embora haja dúvidas quanto à autoria do projeto dessa área⁷⁶¹, a atual Avenida 31 de Outubro, com sua pista dupla e amplo canteiro central, ao servir como eixo visual e elemento estruturador da malha viária, remete diretamente à avenida do projeto de 1953. Já a arquitetura moderna dos edifícios, com tetos planos e pilotis determinando percursos sombreados e um espaço público mais permeável ao pedestre, embora já esteja presente no edifício que hoje abriga a farmácia da ASSOCIA, tomou forma somente a partir de meados da década de 1960⁷⁶², quando os demais edifícios foram construídos, não havendo indícios de nenhuma participação de Romeu Duffles na sua elaboração, de modo que as principais marcas de modernidade que este engenheiro tentou imprimir na cidade foram profundamente retocadas; o destino, aqui representado pela indústria e seus proponentes, não poupou esforços para retocar seus traços, reconhecível somente em alguns bairros e em elementos isolados.

⁷⁶⁰ Uma vez que nas demais direções, ou não havia nenhum tipo de ocupação, como a leste e oeste, ou o rio aparecia como uma barreira de mais difícil transposição, devendo-se recordar que a principal zona de prostituição da região até aproximadamente a década de 1960 situava-se em Coronel Fabriciano.

⁷⁶¹ A planta desta área foi obtida junto à ACESITA e data de 1991, mas ela não consta nos projetos de Romeu Duffles, e José Luiz Batista diz não ter participado dele, lembrando que as ruas já existiam quando chegou à cidade, o que parece confirmar a opinião do senhor Fausto D'Ávila, de que foi projetada por Alderico Rodrigues (vide nota 760)

⁷⁶² Uma perspectiva geral, com edifícios idênticos de tetos planos e pilotis foi apresentada no **Relatório 1965** (1966), mas embora guardem alguma semelhança quanto à sua disposição e organização funcional com o que foi construído, as diferenças arquitetônicas com relação aos blocos comerciais existentes indicam que não foi exatamente este o projeto implantado.

A presença de José Luiz Batista na companhia significou que, pela primeira vez em sua história, a construção da cidade foi conduzida por um profissional especialmente treinado para fazê-lo; mais do que isso, foi por intermédio dele que chegou a Timóteo a noção e a prática da legislação urbana como instrumento de ordenação da cidade. O trabalho concomitante na empresa e nas prefeituras locais (Timóteo e Coronel Fabriciano) fez de José Luiz Batista um dos principais responsáveis por sua implantação, pois mesmo após a abertura da cidade e sua emancipação, foi somente na década de 1980 que se elaborou um código de edificações (Lei nº 736 de 1980), de modo que ao realizar projetos tanto para a ACESITA quanto para particulares, além de ser o responsável por fiscalizar outros projetos nas duas prefeituras, foi sua visão que determinou os parâmetros para as construções de Timóteo por quase vinte anos. Assim, mesmo não tendo participado da elaboração de uma legislação urbana municipal, sua atuação fundamentada no código de obras de Belo Horizonte guiou tanto seus próprios projetos como projetos alheios submetidos à aprovação dos órgãos municipais onde trabalhou, o que significou uma preocupação com a contenção de abusos, impedindo que, com a abertura da cidade, não se passasse de uma condição de extrema regulação pela empresa, para uma de completo descaso e, desse modo, a cidade rapidamente se descaracterizasse.

Outra importante contribuição de José Luiz Batista para a composição da paisagem urbana de Timóteo é a fixação de uma concepção arquitetônica moderna, ou seja, o uso de elementos arquitetônicos e materiais a ela associados. Embora não tenha participado dos projetos dos conjuntos comerciais que abrigam a farmácia da ASSOCIA, o Colégio Dom Bosco e o antigo Cine Marabá, com seus combogós, tetos planos e pilotis, ele projetou e construiu outros edifícios que, com a mesma linguagem, marcam a paisagem da cidade, tais como o Colégio Monsenhor Rafael, o Sindicato, o edifício Pioneiros e o conjunto 31 de Outubro. Desse modo, pode-se afirmar que, se Batista não foi o responsável por introduzir a estética moderna em Timóteo, colaborou de forma decisiva na configuração de uma paisagem que a tem como referência, imprimindo à cidade uma imagem de modernidade.

Dentre os bairros que projetou, o desenho urbano do bairro Primavera merece destaque, pois nele nota-se uma clara distinção entre as vias arteriais e locais, o que indica não somente uma organização interna mais coerente, como também uma preocupação com sua inserção na malha urbana da cidade como um todo, ou seja, pela primeira vez um novo bairro foi projetado considerando-se sua função no conjunto da cidade.

Essa preocupação é que Fernando Sena iria incorporar e transformar em importante parâmetro para a implantação de novos bairros, o que, no contexto da década de 1970, quando as cidades brasileiras apresentavam uma forte tendência à dispersão, auxiliou a evitar uma excessiva periferização de Timóteo.

Contudo, apesar de no discurso as preocupações urbanísticas de Fernando Sena serem as mais ressaltadas, sua principal contribuição diz respeito ao relacionamento entre a companhia e seus empregados-clientes na aquisição de imóveis. Esta intermediação se observa no empenho em

satisfazer as exigências de maior personalização das moradias por meio de alterações nas fachadas das casas, o que, além de evitar a repetição sucessiva de um mesmo modelo, veio a minimizar a monotonia da paisagem local distanciando Timóteo da imagem típica de uma cidade industrial e na elaboração de um manual para os novos proprietários que, além de instruções quanto ao uso do imóvel, apresentava uma sugestão de ampliação, constituindo-se numa tentativa de induzir outra forma de padronização, ou de pelo menos divulgar o que se considerava o mais adequado para a habitação dos funcionários.

Observa-se, portanto, que em Timóteo como em outras cidades siderúrgicas não foi somente a qualidade intrínseca aos projetos que determinou as formas da cidade, já que esta estava subordinada aos interesses da indústria, mas também a indústria não foi a única mão que alterou os destinos da cidade, pois, ao apropriar-se ou não de edifícios e espaços, a população local foi e ainda é quem reforçava ou não as intenções do plano industrial. Assim, se por um lado o abandono dos princípios que guiavam o projeto de Romeu Duffles Teixeira demonstra o poder da fábrica, de outro, o fortalecimento do bairro do Timirim como centro secundário mostra que ele não foi absoluto, mas forte o bastante para por meio do traçado de ruas e edifícios ter ditado padrões de ordenação urbana e desenho arquitetônico, determinando um modo de se viver na cidade, de vivenciar o urbano. Padrão que se tornou tão importante a ponto de levar o poder municipal a buscar, sob a égide do discurso de integração após a abertura da cidade, igualar os padrões urbanísticos da sede municipal aos da cidade fabril, tido como parâmetro a ser atingido; de modo que, o que se desejava era transformar Timóteo em ACESITA. Condição predomínio que o plebiscito da década de 1980 iria confirmar e que indica a permanência do poder dos projetos industriais na condução dos destinos da cidade.

Fig. 283: A área do projeto e o destino da cidade de Timóteo

Fig. 284-286: Os esquemas gerais da estruturas urbanas propostas por Ebenezer Howard, Romeu Duffles para a ACESITA e o da atual cidade de Timóteo

V.2 UMA LEITURA DA PAISAGEM URBANA DE TIMÓTEO

Em “*Saber ver a arquitetura*”, Bruno ZEVI (1994)⁷⁶³ lamenta nossa incapacidade de entender a arquitetura, segundo ele, oriunda da falta de hábito e de método para ler o espaço e suas representações. Uma dificuldade da qual Philippe PANERAI (2006: 12) também se queixa, pois uma vez que “... *conhecer a forma das cidades e reconstruir sua história é também orientar uma maneira de projetar.*”, nossa “*ignorância do fenômeno urbano*”, dada pela incapacidade de interpretar o espaço urbano, significa despreparo para projetá-lo, para intervir sobre a cidade. Levando-se em conta as três chaves de leitura possíveis para o espaço – física, psicológica e social (SOJA, 1993) –, é possível tentar aqui a leitura da paisagem de Timóteo atual.

Entendida como “... *conjunto de elementos naturais e artificiais, criado em tempos diferentes ..., que, portanto, reflete as formas e o resultado final da contínua dinâmica do espaço geográfico*” (VERVLOET, 2002: 134), a paisagem oferece no presente uma visão de passado e de futuro, o que se deve ao fato de, embora estar fortemente vinculada ao sentido visual, sua leitura implicar na compreensão de processos ainda em marcha. Assim, a rápida leitura que aqui se faz da paisagem urbana de Timóteo busca entender elementos físicos, como vias, edifícios, montanhas, cursos d’água, etc., como elementos sensíveis, tais como barreiras (limites), núcleos, percursos, marcos e setores (LYNCH, 1997), de modo a compor uma imagem que, embora de construção individual, seja genérica o suficiente para permitir seu reconhecimento por todos aqueles que com ela têm alguma familiaridade. Imagem construída a partir de levantamentos de campo, fotografias, plantas e entrevistas realizadas durante cinco anos de pesquisas; portanto, fruto de uma vivência e sensibilidade particulares, porém informadas teoricamente e, por isso, ao buscar identificar os elementos físicos (edifícios, monumentos, espaços, etc.) que caracterizam Timóteo e lhe conferem uma identidade visual distinta, torna-se comum e passível de ser partilhada, reconhecida, ou seja, objetivamente generalizada.

Para compor esta imagem, partiu-se, num primeiro momento, para a leitura da cidade como um todo, buscando-se em seguida uma leitura mais específica de alguns de seus espaços. Assim, inicialmente, tomou-se de empréstimo os elementos da análise de Kevin LYNCH (1997), mas que, devido a diferenças tanto nas características da cidade em questão quanto nos procedimentos empregados, implicaram numa reinterpretação destes elementos⁷⁶⁴. Desse modo, os percursos escolhidos acabaram

⁷⁶³ A análise de Bruno ZEVI (1994) diz respeito à forma como a arquitetura tem sido interpretada na literatura crítica sobre o tema, buscando mostrar que, embora ela tenha sido interpretada de diversas formas (política, filosófico-religiosa, científica, econômico-social ou técnica, fisiopsicológica e formalista), só mais recentemente se tem conseguido uma leitura espacial da arquitetura.

⁷⁶⁴ Dentre as diferenças destaca-se a dimensão das cidades, sendo as americanas grandes cidades. Em 2005, Nova Jersey tinha cerca de 240 mil hab., Los Angeles, 12 milhões hab., e Boston, 560 mil hab., enquanto Timóteo não chegava a 90 mil (WIKIPEDIA, s.d.). E embora o contexto nacional, origem e idade, também sejam elementos de forte diferenciação entre elas e Timóteo, as principais justificativas para a mudança na interpretação dos elementos são a escala da observação e seus fundamentos empíricos, uma vez que a análise não se refere somente a uma parte da cidade, nem se baseou em entrevistas específicas, mas numa visão geral da cidade e numa experiência individual quanto aos dados colhidos em campo, incluindo a verificação de pontos de referência por representantes da comunidade local.

por incorporar tanto rodovias interestaduais quanto vias arteriais urbanas; os pontos nodais foram entendidos principalmente como pontos de atração; as divisões de setores fundamentaram-se no seu isolamento ou caracterização visual própria, sendo considerados principais aqueles que identificam a cidade; os marcos foram entendidos como os edifícios que, mesmo sendo visualmente pouco representativos, servem de referência para comunidade local; finalmente, os limites foram determinados pelo reconhecimento de barreiras visuais e ao crescimento urbano.

V.2.1 SETORES E BAIRROS

O primeiro aspecto que se destaca na cidade de Timóteo é a diferenciação entre o centro sul e o norte, ou como a eles se refere a maioria de seus habitantes: entre Timóteo e ACESITA. Diferenciação histórica que a paisagem vem confirmar e reforçar, pois desde a posição topográfica relativa até a situação dos edifícios no lote, são muitos os aspectos marcados por posições antagônicas, observando-se que o antigo povoado organizou-se em terreno elevado e, portanto, mais acidentado, concentrando as edificações em torno da igreja, o que resultou numa malha urbana pouco regular e legível, com a espontaneidade das construções determinando quarteirões sempre distintos e lotes de dimensões reduzidas. O alinhamento das construções com a rua também é uma característica comum tanto no entorno imediato da praça quanto nas residências morro abaixo e acima, notando-se um sensível aumento no adensamento conforme o terreno torna-se mais íngreme e aproxima-se do alto do morro. As ruas, embora não tão estreitas quanto as das cidades coloniais mineiras, também não são muito largas; as calçadas são apertadas dificultando a arborização, por isso, muito escassa.

Já o núcleo construído pela usina priorizou as planícies ao longo dos córregos⁷⁶⁵, o que somado à opção por grandes lotes e casas isoladas resultou numa ocupação mais dispersa, tanto no centro comercial quanto nos bairros residenciais. Esta distinção funcional também é muito mais acentuada aqui que na área sede do município, onde residências e edifícios comerciais ergueram-se sobre o mesmo tipo de lote. Com quadras abertas, edifícios sobre pilotis e vias de dimensões mais generosas, a paisagem do centro norte é muito menos fechada, mais permeável e verticalizada. Mesmo nos bairros residenciais, considerados setores secundários e onde impera a propriedade particular, onde são poucas praças e as calçadas são menos generosas, o recuo das casas⁷⁶⁶ e a largura das ruas ainda fazem persistir a sensação de abertura, pois o limite visual é dado somente pelos morros nos fundos dos lotes.

Há, no entanto, bairros que guardam características próprias, dadas pelas limitações da topografia, pelo distanciamento de outros centros ou mesmo por uma ocupação menos regulada, como é o caso de Cachoeira do Vale, Alegre, Limoeiro e nos extremos da cidade de Macuco e Ana Moura; ou no

⁷⁶⁵ Como foi mencionado anteriormente, tanto o local de implantação da usina quanto da cidade foram incumbências do engenheiro Alderico Rodrigues, cabendo a Romeu Duffles projetar a cidade nas áreas por ele indicadas.

⁷⁶⁶ Como se pode observar pelas imagens, as reformas e ampliações que se seguiram à aquisição das casas ocorreram, principalmente, no sentido transversal e no fundo dos lotes, fazendo desaparecer primeiramente os recuos laterais e preservando a maior parte dos recuos frontais, tomados somente por abrigos e garagens.

sentido oposto, aqueles cuja organização rígida, dada por edifícios isolados, como no Recanto e em partes do Primavera, dificilmente terão sua paisagem alterada num futuro próximo.

Apesar de sua importância e da proximidade do centro norte, a área industrial da ACESITA é pouco visível da maior parte da cidade, sendo o alto do prédio de dez pavimentos no centro e o ponto mais elevado do bairro dos Técnicos os únicos locais próximos em que se vê mais da indústria além do que seu muro e edifícios mais periféricos. Assim, é somente a distância, seguindo em direção ao pico Ana Moura nos bairros Vale Verde e Novo Tempo, que a usina se faz perceber, que as chaminés e a fumaça delineiam claramente o perfil da cidade.

V.2.2 PERCURSOS E VIAS

Considerando-se a conurbação de Timóteo com Coronel Fabriciano e Ipatinga, bem como a polarização da região por estas cidades, a fim de entender o sistema viário de Timóteo foi preciso levar em consideração o papel da rodovia BR-381⁷⁶⁷ e o impacto que a alteração de seu traçado irá provocar. Essa via vem sendo incorporada à malha urbana e seu desvio para a margem oposta deve consolidar esta tendência, fazendo com que o traçado atual torne-se definitivamente uma via arterial ligando os bairros Santa Rita, Cachoeira do Vale, Alegre, Nova Esperança, Santa Teresinha e Limoeiro à cidade. A paisagem que ali se descortina é bem diversa daquela que se observa nas vias estruturais que se situam ao longo dos vales dos cursos d'água, principalmente por causa da presença marcante do rio, que a usina e os morros tornam invisível nos demais bairros. Além do que, contrariamente ao que ocorre com a rodovia, nas demais vias junto aos cursos d'água as margens foram tomadas por edificações, sendo raros os trechos em que ruas e avenidas permitem vislumbrá-los. Por outro ângulo, considerando-se os fluxos diários, a presença do rio também pode ser considerada mais significativa do que a dos córregos, pois com Coronel Fabriciano e Ipatinga situadas na margem oposta a Timóteo, sua transposição constitui percurso usual à grande parte dos moradores da região, enquanto os córregos permanecem escondidos nos fundos das casas, decretando a falência de qualquer possibilidade de concretização de uma paisagem fundamentada na incorporação da natureza por intermédio das “avenidas parque” idealizadas por Romeu Duffles Teixeira.

Sem dúvida, o principal percurso intra-urbano de Timóteo é a ligação entre os centros norte e sul, através das avenidas ACESITA, Juscelino Kubistchek e Monsenhor Rafael. Percurso que se destaca não somente por ligar estes centros, mas também por constituir-se no trajeto visualmente mais bem cuidado e por atravessar o bairro Timirim, onde se localizam edifícios símbolo da cidade. Portanto, embora não haja uma hierarquia que distinga claramente estas vias das demais⁷⁶⁸, o conjunto de edifícios no seu entorno ajuda a destacá-las. São tanto os grandes edifícios públicos, como os colégios

⁷⁶⁷ Refere-se ao trecho da Fernão Dias entre João Monlevade e Governador Valadares, ou seja, entre a BR-262 (Corumbá-Vitória) e a BR-116 (Rio-Bahia).

⁷⁶⁸ Embora haja uma variação na largura das vias, seu perfil geral é muito semelhante; não há variação na dimensão das calçadas nem do recuo das casas, que se alteram somente quando são transformadas em estabelecimentos comerciais ou de serviços.

Monsenhor Rafael e Getúlio Vargas, a Matriz São José, como o espaço da Praça 29 de abril e do sindicato da Metasita, quanto o conjunto mais ou menos homogêneo de residências, em especial ao longo do bairro Funcionários, que, com suas calçadas gramadas, cercas baixas e varandas arqueadas, dão identidade ao caminho e realçam os demais edifícios e espaços.

V.2.3 PONTOS NODAIS

Embora os dois centros da cidade possam ser considerados como principais pontos de referência, espaços símbolo da cidade e da dualidade que marca sua história, somente o centro norte pode ser considerado como um importante ponto nodal, uma vez que o sul, apesar de abrigar a sede da administração municipal, não é capaz de concentrar atividades suficientes para caracterizar-se como destino final, constituindo-se mais num último posto urbano antes dos bairros mais periféricos e rurais.

O contrário ocorre no centro norte, em especial ao longo da Alameda 31 de Outubro, onde se localizam as principais lojas, escritórios de prestação de serviços e instituições bancárias. Além de importante ponto nodal, esta via destaca-se também como elemento importante da paisagem local, tanto por seu perfil diferenciado⁷⁶⁹ quanto pelas funções dos edifícios que a margeiam. Assim, são aproximadamente mil metros de edifícios que, seja por sua história ou por sua arquitetura, têm forte significado local. Situam-se ao longo dela a Fundação ACESITA (antiga casa de hóspedes), o edifício residencial Pioneiros (de autoria de José Luiz Batista), o Colégio Dom Bosco (antiga BENEPO), três conjuntos comerciais (inclusive o 31 de Outubro também de autoria de José Luiz Batista), o único prédio com mais de cinco pavimentos da cidade (em fase de acabamento), o Banco do Brasil, o antigo Cine Marabá (atual igreja adventista), o edifício da farmácia da ASSOCIA, o grande hipermercado local e o hotel ACESITA (antiga sede da fazenda Dona Angelina que atualmente funciona como restaurante).

Considerando-se a capacidade de atração, o bairro do Timirim destaca-se dos demais, pois localizado num ponto intermediário, com vias de acesso rápido tanto aos centros norte e sul quanto à rodovia e, portanto, a Coronel Fabriciano e Ipatinga⁷⁷⁰, e concentrando edifícios importantes, como o hospital, a matriz, a maior escola secundária⁷⁷¹, varejão, a biblioteca municipal, o sindicato dos metalúrgicos e a sede campestre do ACESITA Esporte Clube, ele só não se consolidou como centro principal pela ausência de atividades comerciais e de prestação de serviços, maciçamente concentradas no centro norte. É interessante notar ainda que a área ocupada por esse bairro e pelo Olaria havia sido escolhida por Romeu Duffles Teixeira como centro da nova cidade operária e que, embora seu desenho tenha sido alterado, com exceção do centro comercial e das habitações coletivas, os edifícios previstos por

⁷⁶⁹ Juntamente com a Avenida Waldomiro Duarte, ela é a única com canteiro central, mas diferentemente desta cujo canteiro central não tem mais que meio metro de largura, entre as pistas da Alameda 31 de Outubro é que se concentram as árvores, corre a ciclovias e situam-se baias de estacionamento 45°.

⁷⁷⁰ Acesso que será ainda mais facilitado quando estiver concluído o novo trajeto da BR-381, permitindo uma ligação direta com o centro de Coronel Fabriciano.

⁷⁷¹ Antigo Colégio Monsenhor Rafael, atualmente pertence à UNILESTE.

ele mantiveram sua localização, como é o caso da matriz, do hospital, do clube e até mesmo dos jardins desses dois bairros⁷⁷².

O cruzamento dos bairros Olaria e Quitandinha é importante não tanto por sua capacidade de atração – não que esta seja irrelevante, dado que são bairros dos mais antigos da cidade e que abrigaram o escritório da companhia (atual ASSOCIA), sua primeira escola e praça de esportes –, mas por constituir um importante nó viário, ponto de passagem para aqueles que, vindo das demais cidades da região do Vale do Aço, se dirigem ao centro norte, ao centro sul ou mesmo ao Timirim.

V.2.4 IMITES E BARREIRAS

A determinação dos limites levou em consideração tanto sua capacidade de barrar o crescimento urbano local quanto de impedir uma integração visual com o entorno. Desse modo, a quase coincidência dos traçados da ferrovia Vitória-Minas, da rodovia BR-381 e do rio Piracicaba, embora constitua-se somente numa barreira horizontal e não vertical, compõe-se de elementos fortes o suficiente para tornar praticamente impossível uma identificação entre as margens opostas. Barreira que se torna ainda mais forte ao longo da área ocupada pela usina, onde os muros e morros do entorno tornam a usina pouco visível na maior parte da cidade. Assim, ao mesmo tempo em que o quinteto – rio, ferrovia, rodovia, usina e morros – gera uma forte barreira tanto visual quanto de acessibilidade com a margem oposta, a sinuosidade dos vales nos quais a cidade foi implantada faz com que esta sólida barreira seja pouco perceptível⁷⁷³.

Outra barreira de difícil transposição é o Parque Nacional do Vale do Rio Doce, que limita de forma definitiva seu crescimento na direção leste. Porém, enquanto o maciço vegetal e a topografia se incumbem de determinar um forte limite visual, uma efetiva contenção do crescimento nesta direção só se viabiliza pela instituição legal do parque como área de preservação permanente, garantida por meio da guarda constante de seu entorno, em especial nas proximidades dos bairros Limoeiro, Recanto Verde, Alphaville e Macuco.

Ao contrário do rio, da usina e do parque, imponentes obstáculos, os córregos não foram considerados como limites, pois, além de não constituírem barreiras visuais, foram rapidamente transpostos. Já os morros foram considerados como limites secundários, pois, apesar de determinarem o alcance visual na maior parte da cidade, lentamente vêm sendo ocupados e incorporados à malha urbana, tornando-se

⁷⁷² O que levanta a questão sobre a opção pela construção do centro comercial no local atual ter se fundamentado tanto numa maior aproximação com Coronel Fabriciano do que com Timóteo, configurando-se numa tentativa de manter o controle sobre o núcleo operário por intermédio de seu isolamento, uma vez que o acesso a Fabriciano era de mais fácil controle do que a Timóteo, em direção ao qual não havia qualquer barreira natural significativa a ser transposta.

⁷⁷³ Como esta parte da cidade encontra-se assentada em locais baixos e não há edifícios altos o suficiente para se enxergar para além dos morros que a contornam, a cada curva a usina se torna menos visível, de modo que, somente a distância e em pontos mais elevados nos altos morros, ou seja, locais ainda não ocupados, é que se vê a indústria.

permeáveis e assim deixando de ser barreiras⁷⁷⁴.

V 2. 5 MARCOS E EDIFÍCIOS

Como se observou previamente, é impossível falar da paisagem da cidade de Timóteo sem que se considerem as dicotomias nela presentes, pois as diferenças entre norte e sul, público e privado, curvo e retilíneo, plano e montanhoso, largo e estreito, moderno e tradicional, entre outras, mais do que a distinção entre imagem e fundo, são o que permite identificar os marcos urbanos da cidade, fazendo de espaços e edifícios o que Aldo ROSSI (1982: 161) chamou de “fatos urbanos”⁷⁷⁵, ou seja “...um fato singular determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma, por ser sede de vicissitudes antigas e modernas, por sua memória”⁷⁷⁶.

É neste sentido que se considerou como os mais importantes marcos urbanos da cidade de Timóteo a Fundação ACESITA⁷⁷⁷ e a Matriz São José⁷⁷⁸, constituindo-se nos únicos edifícios que, além de grande visibilidade, têm uma pesada carga simbólica, aparecendo como mais freqüente imagem de divulgação da cidade e da ACESITA.

Como marcos secundários, na área central, destaca-se a praça 1º de Maio que, embora visualmente não cause um grande impacto, constitui-se no único espaço público de permanência, e mesmo que limitada, de concentração da população. No seu entorno também se situam edifícios importantes para a comunidade local, tais como a capela São José, o escritório central da ACESITA e o Colégio Dom Bosco. Vale salientar que, embora a partir da segunda metade da década de 1960 a maior parte do comércio tenha se deslocado para a Alameda 31 de Outubro, os primeiros galpões de armazém, farmácia, alojamento e restaurante construídos no início da implantação da usina localizavam-se onde hoje é a Rua 20 de Novembro; os desfiles cívicos, procissões e as primeira rodas de samba também partiam desta praça.

A escolha do Hospital Vital Brasil como marco secundário fundamenta-se mais na sua relevância para

⁷⁷⁴ Dada a escala da análise, não pareceu apropriado considerar a separação entre bairros ou setores como limite, como fez Kevin Lynch. Esta pode ser identificada pela separação entre eles, decorrente tanto da distância quanto das diferenças formais.

⁷⁷⁵ Embora a noção de “fato urbano” desenvolvida por Aldo Rossi esteja intrinsecamente ligada à teoria do “lugar”, no âmbito deste trabalho não foi possível aprofundar esta abordagem.

⁷⁷⁶ “... un hecho singular determinado por el espacio y por el tiempo, por su dimensión topográfica y por sus formas, por él ser sede de vicisitudes antiguas y modernas, por su memoria.” (ROSSI, 1982: 161)

⁷⁷⁷ O edifício da Fundação ACESITA foi construído na década de 1970 para servir como casa de hóspedes, abrigando visitantes e funcionários mais graduados que aguardavam a disponibilidade de uma casa. A partir de 1992, ele passou a abrigar a sede da Fundação ACESITA, entidade responsável pela coordenação das atividades socioculturais promovidas pela empresa.

⁷⁷⁸ A construção da igreja matriz da cidade neste local já estava prevista no plano de Romeu Duffles Teixeira. No entanto, a construção da matriz de São José ocorreu somente na década de 1970, baseada no projeto de Yord Burtan, para a Basílica de São José Operário em Barbacena. Contudo, sua localização e a prévia existência da paróquia no centro parecem ter feito com que, apesar de grande destaque na paisagem, a vida religiosa da comunidade continuasse a se concentrar em torno da pequena capela construída pela ACESITA nas proximidades da Praça 1º de Maio.

a população local do que no seu impacto visual, apesar de este não ser totalmente desprezível⁷⁷⁹, pois, apesar de tanto a praça 29 de Abril quanto os edifícios do Colégio Monsenhor Rafael e do sindicato, seja por suas localizações ou dimensões, possuírem maior impacto visual, sua presença na vida cotidiana da comunidade local desde a década de 1940 faz com que tenha mais força como “fato urbano” do que qualquer um deles.

Outros marcos que, apesar de ainda serem usados freqüentemente como referência, carecem de algum empenho para serem encontrados são a ASSOCIA e o Forno Hoffman. Ambos constituem-se em edifícios símbolo dos bairros onde se localizam a ASSOCIA, antigo escritório da empresa representando o Quitandinha e o Forno Hoffman, último forno remanescente dos erguidos especificamente para fornecer tijolos para a construção da usina, do Olaria.

Os projetos de Éolo Maia⁷⁸⁰ para as escolas em bairros periféricos, como Vale Verde e Cachoeira do Vale⁷⁸¹, embora tenham causado grande impacto na paisagem, em vez de promoverem alguma melhora nestes bairros, acabaram por acentuar a precariedade da realidade local, tornada mais evidente diante da beleza e sofisticação dessas obras. Assim, toda a força das estruturas metálicas da escola no Vale Verde, e toda a graça dos arcos em tijolo aparente da escola em Cachoeira do Vale se diluíram quando mergulhadas em meio a construções semi-acabadas, a vias não pavimentadas e calçadas sem qualquer marcação, impossibilitando qualquer identificação desses edifícios com o local onde foram erguidos, negando-lhes a pretendida condição de símbolos destes bairros.

Embora a estátua *Sinergia*⁷⁸² no trevo de acesso a Coronel Fabriciano e Ipatinga e a Matriz de São José no centro sul também sejam utilizadas para representar a cidade, essas imagens fazem referência a aspectos específicos da cidade, como sua situação regional e o antigo povoado de Timóteo, tornando-se de mais difícil identificação geral. Além do que, embora de formas diversas, a localização de ambas compromete sua visibilidade. No caso da estátua, mesmo não havendo elemento algum obstruindo sua visualização, ela encontra-se num local ermo, mera passagem de veículos, o que faz dela uma imagem fugaz e, portanto, de mais difícil fixação. Já a Matriz de São José, embora se situe num ponto elevado do terreno e no coração do antigo povoado, o sentido das vias, o reduzido afastamento dos edifícios vizinhos e sua própria disposição, com a fachada voltada para o oeste, fazem com que seja visível

⁷⁷⁹ Tanto a Praça 29 de Abril quanto os edifícios do Colégio Monsenhor Rafael e do sindicato, seja por suas localizações ou dimensões, possuem maior impacto visual, porém menor importância na vida da comunidade local.

⁷⁸⁰ Éolo Maia projetou também uma capela do velório de Timóteo, que embora desde a década de 1980 conste das reclamações da população e das promessas de campanha dos prefeitos, juntamente com a “urbanização” do cemitério ainda não foi construída. A escola de Vale Verde também não foi concluída, além de o prédio principal apresentar dimensões bem mais reduzidas que as do projeto, extensas áreas de laboratórios, auditórios e biblioteca não foram nem mesmo iniciadas. (VASCONCELOS, s.d.)

⁷⁸¹ Ambos foram construídos durante a administração de Lelé Cunha na década de 1980, sendo utilizados repetidas vezes como elementos propagandísticos de suas administrações.

⁷⁸² Esta estátua de autoria de Vilma Noël representa as três cidades pólo do Vale do Aço: Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, tendo sido encomendada na década de 1990, quando se intensificou a luta pela consolidação da Região Metropolitana do Vale do Aço.

somente no seu entorno mais imediato, perdendo o posto de símbolo da cidade para a pouco utilizada Matriz de São José.

V.2.6 O DESTINO DA CIDADE EMPRESARIAL

Considerando-se que uma leitura da cidade hoje é também um exercício de atualização da sua imagem e, portanto, de reconhecimento do seu destino, ou seja, daquilo em que o projeto se transformou, ela é mais do que a descrição de ruas e edifícios, pois compreende tanto sua dimensão histórica quanto sensitiva. Desse modo, a imagem apresentada neste trabalho constitui uma construção particular engendrada a partir de informações comprovadas e percepções objetivas e sensíveis reunidas ao longo de seis anos de pesquisas e vivências⁷⁸³ na cidade, de modo a compor um conjunto de dados que a fundamentação teórica e a comparação com outras cidades da região ajudaram a sintetizar e ganhar um sentido mais amplo.

Na bacia do rio Piracicaba, Timóteo se destaca por ter nascido a partir de um projeto urbano, portanto como cidade nova⁷⁸⁴, ou seja, diferentemente da maior parte das cidades da região, cujo crescimento se deu a partir de um núcleo urbano cuja malha se expandiu conforme tinha sua população aumentada; a estrutura física de Timóteo foi concebida como um todo, com sua implantação precedendo sua ocupação. Nesse sentido, juntamente com João Monlevade e Ipatinga, Timóteo⁷⁸⁵ representa um tipo de construção do espaço urbano no qual a cidade não se “forma”, mas se “implanta”. Assim, a primeira imagem à qual a cidade se associa é a do “novo”.

⁷⁸³ Durante os seis anos do trabalho, a cidade foi visitada cerca de seis vezes, seus espaços foram fotografados e percorridos a pés, de carro, trem, ônibus e bicicleta, seus habitantes foram entrevistados, bibliotecas, escolas, sindicato e prefeituras, consultados.

⁷⁸⁴ Analisando o surgimento e desenvolvimento das cidades na bacia do rio Piracicaba, nota-se que, enquanto algumas cidades formadas no século XVIII em decorrência da corrida pelo ouro, como Barão de Cocais e Santa Bárbara, Nova Era e Itabira continuaram a crescer mesmo após o esgotamento das jazidas de ouro graças ao desenvolvimento da mineração de ferro⁷⁸⁴ e atividades a ela associadas; outras como São Gonçalo do Rio Abaixo, Rio Piracicaba e Antonio Dias, com o declínio da mineração passaram a ter sua economia cada vez mais apoiada no desenvolvimento de atividades agropecuárias (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, s.d.) (em Nova Era a partir de 1988 também esmeraldas), de modo que cidades fundadas com o intuito de comandar o campo acabaram por depender dele para sua sobrevivência, situação que se inverte novamente a partir da década de 1930, quando se inicia a implantação de cidades siderúrgicas na região. O que se deve, como coloca Roberto MONTE-MÓR (2001: 10), ao fato de as cidades siderúrgicas do século XX, da mesma forma que as mineradoras do século XVIII, constituírem-se num tipo de “*cidade que se desenvolve com base nos recursos minerais localmente definidos [como] uma comunidade de base industrial, necessariamente integrada em um sistema regional maior, diferentemente da comunidade agrícola de tendência autárquica gravitando em torno de um lugar central de bens e serviços*”.

⁷⁸⁵ Diversamente de cidades como Barão dos Cocais, Santa Bárbara e Nova Era que se formaram graças à descoberta de ouro, Timóteo, Monlevade e Ipatinga nasceram de um projeto industrial que incluía a implantação de uma cidade operária. Assim, a Timóteo atual deve muito mais ao plano urbano elaborado pela ACESITA do que ao povoado que hoje é a sede do município, o mesmo ocorrendo com Carneirinhos e João Monlevade, bem como Barra do Alegre e Ipatinga, cujos rumos foram completamente alterados pela implantação das usinas da ACESITA, Belgo-Mineira e Usiminas em seus arredores.

No entanto, não é somente a grandiosidade do empreendimento que impacta e marca a cidade; a “modernidade” é outra característica que veio embutida tanto no projeto industrial quanto no urbano, e que permanece forte até a atualidade. Ruas e calçadas largas, edifícios isolados com tetos planos e pilotis, constituem ali símbolos desta modernidade e ajudam a reforçar o contraste com o existente na região. Assim, como se apontou anteriormente e se pode observar nos levantamentos dos povoados de Timóteo, Coronel Fabriciano, Antônio Dias e Hematita de 1939⁷⁸⁶, a ocupação ao longo dos caminhos e a instalação dos principais edifícios no alto dos morros, as ruas estreitas e os largos conformados por casas e sobrados de porta e janela, como padrão da tradição urbana mineira, encontra no espaço urbano construído pela indústria o seu oposto. Na cidade construída pela ACESITA, os morros são preservados e os vales, ocupados; a tortuosidade das vias é racionalizada, sendo adotada somente para contornar os morros, não para enfrentá-los, e o zoneamento dos espaços, da casa à cidade, se acentua, separando “técnicos” de “funcionários”, “trabalho” de “lazer” e “público” de “privado”.

Diferenças que em Timóteo são ainda mais destacadas, pois ao mesmo tempo em que o projeto industrial se implantou, o povoado manteve suas características, fazendo com que a dualidade se constituísse na principal imagem da cidade. Dualidade que, mesmo evidente nos opostos que compõem sua paisagem – como público e particular, curvo e retilíneo, plano e montanhoso, vertical e horizontal, largo e estreito, coletivo e individual, norte e sul, moderno e tradicional, velho e novo, etc. –, torna-se mais facilmente compreensível ao ser analisada a partir da dicotomia que a originou, a relação público x privado.

Esta diferenciação, além de marcar a distinção entre o que era da fábrica e o que não era, justifica as mudanças no desenho do traçado entre as áreas residenciais e as comerciais construídas pela empresa. Assim, além de uma delimitação das áreas controladas pela companhia daquelas geridas pela municipalidade, público e privado designam um zoneamento funcional da cidade operária, indicando uma forma de ordenação de atividades que reforça a noção da casa como local destinado à sociabilidade privada, e do centro como local de uma vivência compartilhada, entre locais de retiro e convivência, da família e da comunidade, do individual e do coletivo, de repouso e de trabalho. Dessa forma, as áreas residenciais caracterizam-se pela horizontalidade das casas térreas, por edifícios afastados das ruas por muros e jardins, por ruas curvas e um espaço público diferenciado do privado, enquanto no centro comercial a divisão entre os lotes praticamente desaparece diante da permeabilidade dos edifícios sobre pilotis; são amplos conjuntos comerciais de dois pavimentos que tomam as quadras cuja regularidade e cuja linearidade compõe um traçado que tende à retícula.

O zoneamento, como símbolo de racionalidade e modernidade, também está presente, estendendo-se da fábrica à cidade, de modo que os nomes dos bairros foram concebidos indicando o status de seus moradores dentro da usina, diferenciando técnicos, funcionários e operários. A dificuldade dos menos qualificados de encontrarem uma casa e a acomodação dos solteiros nos alojamentos também

⁷⁸⁶ Na data do levantamento eram todos distritos do município de Antônio Dias, que hoje tem pouco mais de 10.200 habitantes.

representam um certo zoneamento, pois ao serem levados a buscar moradia em Coronel Fabriciano ou serem reunidos num local específico, faz-se novamente do espaço uma lente através da qual se vislumbra distinções, como entre qualificados e não-qualificados ou entre casados e solteiros.

Porém, além das dicotomias intrínsecas ao projeto industrial e apesar das tentativas de fundir a cidade da companhia e a cidade livre, ainda é esta dualidade que marca sua imagem, e se por um lado busca-se transpor para Timóteo os padrões urbanísticos de ACESITA, por outro, observa-se ao mesmo tempo tentativas, tanto do poder público quanto da companhia, de reduzir ao mínimo as evidências de sua origem industrial. Assim, embora se mantenha no mesmo lugar, progressivamente a usina parece afastar-se da cidade, ocultando-se cada vez mais entre os morros e muros.

Desse modo, embora o poder da usina paire sobre toda a cidade, sua condição industrial é cada vez mais ocultada, com muros e morros escondendo seus galpões e chaminés e fazendo com que ela apareça somente por intermédio da cuidadosa arquitetura dos edifícios administrativos, com o escritório e a Fundação ACESITA evidenciados por uma nova iluminação e um cuidadoso ajardinamento, tornando-se postais tanto da indústria como da cidade. Essas transformações refletem uma tentativa de obscurecimento da atividade produtiva da empresa diante de sua ação social que, como se demonstrou no capítulo anterior, não é exclusiva à ACESITA, constituindo-se num padrão de comportamento que tem sido cada vez mais difundido pelas empresas industriais e que se pode verificar de forma mais ou menos eficaz em outras cidades empresariais⁷⁸⁷.

Portanto, Timóteo atual é uma cidade que se defronta com a descaracterização de suas imagens de origem, a do povoado que se quer moderno e a da cidade operária que não se quer industrial⁷⁸⁸. Pois, com o desaparecimento das casas de porta e janela e a retificação e asfaltamento das ruas no centro sul somados ao ocultamento da usina no centro norte, a dicotomia que tão bem identifica esta cidade também vai se perdendo, e em vez de se construir uma imagem, apagam-se duas, afinal, como é possível entender e reconhecer uma cidade industrial sem suas chaminés ou uma cidade colonial sem seu casario?

⁷⁸⁷ Entre as cidades estudadas a que parece ter tido menos sucesso foi a CSN, onde a postura mais abertamente controladora de seu presidente tem gerado protestos acalorados por parte da população local. Já a mais eficaz, pelo menos a que vem conquistando o maior número de prêmios por sua atuação social, segundo o Balanço Social da Siderurgia de 2004 (IBS, 2005), parece ser o grupo Gerdau, seguido da ACESITA e Belgo-Mineira.

⁷⁸⁸ Esta dificuldade em encontrar uma imagem de referência faz com que, hoje, nem a estátua de aço no trevo que a liga a Coronel Fabriciano e Ipatinga, nem o edifício da Fundação ACESITA, principais postais da cidade, constituam-se em emblemas capazes de associá-la ao topônimo que adotou no final dos anos noventa, “Capital do Aço Inox”

Fig. 287: Uma leitura da paisagem urbana de Timóteo
(base GOOGL EARTH)

Fig. 288-292: Cinco postais da cidade de Timóteo: a Fundação ACESITA, a estatua das Três Graças, a Igreja de São Sebastião, a Matriz de São José e a Capela São José

Fig. 293-294: As praças do Centro Norte (1º de Maio) e Sul (21 de Abril)

Fig. 2957-298: As duas escolas projetadas por Éolo Maia, nos bairros Vale Verde e Cachoeira do Vale (SABBAG, s.d.)

Fig. 295-296: Imagens do Forno Hoffman, no bairro Olaria (AUTORA, 2002)

Fig. 299 À direita o Centro Norte visto a partir do bairro São Cristóvão (AUTORA, 2005)

Fig. 300: O Centro Sul visto a partir do bairro Ana Malaquias (AUTORA, 2005)

Fig. 301: Desfile do bloco Andorinhas
(acervo pessoal Vilma Sperancini)

Abram alas, olhos e corações

*É com limão-de-cheiro
É com o pé no chão
Abram alas, olhos e o coração
Vai passar o reinado da ilusão (bis)*

*(uma estrela)
Uma estrela molhada
Pode brilhar muito mais a
Ainda existe a pureza
Dos velhos carnavais
Despertem o Zé Pereira,
Cordões e ranchos gerais,
Esta mulata faceira
Pode sambar muito mais.*

*(vem morena)
Vem morena, vem despertar este silêncio de outrora,
Vem morena, anunciar que o carnaval chegou agora*

*Ginga, ginga, ginga,
Essa raça brasileira
A zueira não termina,
Quando chega a Quarta-feira (bis)*

*(E é por isso que eu digo)
Salve os foliões alarmados
Com nobres cordões se arrastando*

*Uma noite um furacão varreu
O carnaval das alamedas
Num entrudo assustador
Chorou a alma negra de emoção,
Ao ver o sonho que nascia
Morrendo nas águas da ilusão
Calunga, ô ô ô
NEGRA NADIR, o seu tempo não passou
Meus sinhô, VELHO QUINCÃO
tem quitanda na avenida
A tristeza acabou*

Lélio, Paulinho e Ziza do Cavaco
Unidos da Quitandinha Cáentrenós fev/1985

VI.1 FORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL EM CIDADES EMPRESARIAIS

Em sua conversa com Jacques Le Goff, Jean LEBRUN (apud LE GOFF, 1998) diz que é possível observar nas obras de pintores medievais idealizações a cerca da cidade. Para ele as representações de “*idades estendidas para o alto*” engendram mais do que uma dificuldade de elaboração do desenho em perspectiva, elas constituem concepções de um ideal de cidade, toda ela voltada para o alto.⁷⁸⁹ O direcionamento vertical verificado nestas pinturas e presente nas torres e catedrais das cidades medievais, além de expressar uma necessidade – dada a escassez de espaço intramuros – constituía-se em símbolo de poder e distinção moral⁷⁹⁰, projetando nas cidades os anseios daqueles incumbidos de representá-las ou capazes de efetivamente agir sobre elas.

Assim, mesmo antes dos primeiros planos e projetos elaborados por especialistas, cidades ideais já vinham sendo concebidas e, ao longo dos séculos, podem-se contar algumas centenas, ou até mesmo milhares, de lugares imaginados por pintores e escritores.⁷⁹¹ Dentre esta vasta e rica produção destaca-se o trabalho daqueles que tomaram a realidade na qual estavam mergulhados como ponto de partida para elaborar suas criações, concebendo cidades e sociedades que eram verdadeiras críticas ao universo que os cercava, as chamadas “utopias”.

Nome do país imaginado por Thomas MORUS (1997)⁷⁹², “Utopia”, ou não-lugar (ou+tópos), passou então a designar um projeto ou plano impossível de realizar, algo que só poderia existir num universo mágico, ou ainda, referir-se a “... *qualquer lugar ou situação ideais onde vigorem normas e/ou instituições políticas altamente aperfeiçoadas*”, como é definida atualmente (FERREIRA, 1999: 2038).

Já para Guilio ARGAN (2001: 09), as utopias devem ser entendidas “... *não tanto como prefiguração de um tempo melhor, mas como desgosto e impossibilidade de viver no atual*”, constituindo-se numa “*deformação orgânica da história*”, na qual a história “... *escapa de si mesma, rompendo a curva do próprio andamento cíclico e saindo pela tangente*”, de modo que as utopias só se realizam num tempo “a-histórico” e num local “a-espacial”. Mas, apesar destes deslocamentos, juntamente com os tratados de arquitetura e os escritos do urbanismo, Françoise CHOAY (1985) considera que, sem serem textos propriamente de urbanismo, as utopias⁷⁹³ são os textos instauradores de uma ciência do urbano⁷⁹⁴, pois

⁷⁸⁹ A cerca das representações de cidades medievais na pintura, Lewis MUNFORD (1998) comenta que a redução do plano horizontal, acentuando a verticalização, ocorria em detrimento das áreas livres e verdes, uma verdadeira antecipação do que estava por vir.

⁷⁹⁰ De poder, porque a possibilidade de construir edificações elevadas demandava custos elevados, devido à necessidade de emprego de pedras. De distinção moral, porque representava a busca por ideais religiosos, localizados num plano superior; portanto, o direcionamento para o alto representava também uma tentativa de aproximação com o divino. Para Lebrun, o sonho da verticalidade medieval se concretiza nos arranha-céus, sendo Manhattan a materialização deste sonho.

⁷⁹¹ A riqueza da literatura na criação e descrição de lugares pode ser atestada no livro de Alberto MANGUEL & Gianni GUADALUPI (2003) “*Dicionário de lugares imaginários*”, onde foram enumerados pouco mais de um mil lugares imaginados por autores de diversos períodos históricos e que tem em comum, embora serem inexistentes, mas terem sido imaginados na terra (e não em outros mundos ou dimensões, como os sonhos ou o céu ou inferno).

⁷⁹² A obra de Tomás Morus foi publicada em 1516.

⁷⁹³ A autora inclusive determina sete traços discriminatórios das utopias, que não devem ser confundidas com os textos de ficção, são eles: “[1] *uma utopia é um livro assinado*; [2] *nela um indivíduo se exprime na primeira pessoa do singular, o próprio autor e/ou seu porta-voz, visitante ou testemunha da utopia*; [3] *apresenta-se sob a forma de uma narrativa na qual se insere, no presente do indicativo, a descrição de uma sociedade-modelo*; [4] *essa sociedade-modelo opõe-se a uma sociedade histórica real, cuja crítica é indissociável da descrição-elaboração da primeira*; [5] *a sociedade-modelo tem como suporte um espaço-modelo que é sua parte integrante e necessária*; [6] *a sociedade-modelo está situada fora*

suas formulações constantemente se esmeravam em descrever a organização físico-espacial desses “não-lugares”, sendo constantemente utilizados como inspiração e ponto de partida para projetos urbanos. Utilização que se intensifica na segunda metade do século XIX quando o surto de urbanização induzido pelo desenvolvimento industrial fez das cidades foco de problemas sociais, políticos e econômicos que, mais do que reformar a estrutura física das cidades, exigia profundas mudanças na sua organização social⁷⁹⁵.

Num contexto em que vigorava a crença no ambiente como meio capaz de colaborar na formação do indivíduo, tanto as reformas das capitais européias quanto a intervenção de empresários industriais na oferta de habitações aos operários objetivavam incutir na população novos valores, transformando desde hábitos de higiene⁷⁹⁶ até modos de convívio social⁷⁹⁷. Assim, a construção de núcleos fabris foi vista pelos industriais tanto como uma forma de evadir-se das dificuldades inerentes às grandes cidades⁷⁹⁸, quanto, com o surgimento das grandes plantas fabris, da necessidade de aproximação das fontes de matéria-prima e energia. Além desses benefícios, o isolamento a que estavam sujeitos os trabalhadores favorecia sua arregimentação, fixação, capacitação e controle, de modo que, mais do que empreendimentos industriais, estes locais configuravam-se como experimentos sociais⁷⁹⁹; experimentos cuja dimensão e abrangência variavam grandemente, pois, como se demonstrou no primeiro capítulo, a atuação empresarial na construção de um habitat operário foi desde a edificação de simples conjuntos de casas até complexas estruturas urbanas, variou de rigorosos sistemas de vigilância e fortes laços de dependência econômica e cultural até organizações mais abertas e flexíveis. Desta forma, pode-se dizer que as cidades empresariais⁸⁰⁰, embora originárias de projetos econômicos,

do nosso sistema de coordenadas espaço-temporais, alhures; [7] ela escapa à influência do tempo e das mudanças” (CHOAY, 1985: 36).

⁷⁹⁴ A ponto de seus autores serem considerados “pré-urbanistas” por CHOAY (2002).

⁷⁹⁵ Mudanças que diziam respeito à mudança de hábitos de higiene e de convívio, por causa tanto da inserção de novos equipamentos no ambiente público e privado (de trabalho, lazer e saúde), quanto da chegada de novos contingentes populacionais, e com eles uma nova configuração da hierarquia social urbana.

⁷⁹⁶ Françoise BEGUIN (1981: 48) fala de uma “*disciplina suave*”, que consistiria na passagem de um “*conforto selvagem*” para um “*conforto disciplinado*”, sendo o primeiro marcado pela liberdade da vida desregrada nos cortiços e o segundo pelos compromissos assumidos a fim de viver numa casa proletária. “*Opressão doce e insidiosa, o conforto vai sujeitar os pobres a um duplo controle: um controle econômico pelo viés dos instrumentos que são propostos para produzi-lo; um controle político visto que, passando para o campo dos que têm alguma coisa a perder, (...) Controles cujos limites não são percebidos, já que o conforto nunca provoca um fenômeno qualquer de saturação, sempre há novos elementos para completá-lo, intensificá-lo, aperfeiçoá-lo, diversificá-lo.*”

⁷⁹⁷ A intensificação da separação entre público e privado, segundo Richard SENNETT (1998), fez do espaço público palco de uma sociabilidade burguesa mais formal, com a limitação do uso das praças, onde o comércio ambulante e acrobatas, entre outras atividades, foram banidos, transformando-se em locais de encontro entre semelhantes, de exposição a estranhos (platéia).

⁷⁹⁸ Telma CORREIA (1998b) aponta que a relação entre indústria e cidade no final do século XIX era contraditória, pois se, por um lado, a cidade oferecia facilidades, como a oferta mão-de-obra mais especializada, disponibilidade de infra-estrutura e proximidade do mercado consumidor e fornecedores, por outro, em especial as grandes cidades eram vistas como *locus* das questões social e sanitária. Nelas, os salários eram mais elevados, os trabalhadores mais organizados, as epidemias, constantes, e moralidade dos trabalhadores, precária.

⁷⁹⁹ Um exemplo emblemático desta conjugação entre projeto industrial (econômico) e social é a atuação de Robert Owen em New Lanark (vide capítulo 1).

⁸⁰⁰ Cabe ressaltar que, contrariamente a James ALLEN (1966), que inclui no rol das cidades empresariais núcleos urbanos que somente a partir de um determinado momento de sua história passaram a ser controlados por uma única empresa, ou daquelas experiências que tinham como fim primeiro a construção de uma nova ordem social e não o empreendimento industrial (este aparecendo como mera complementação), ou ainda dos conjuntos edificados espontaneamente por empreendedores imobiliários e indivíduos que buscam uma localização mais próxima do trabalho. Neste trabalho o emprego do termo “cidade empresarial” refere-se somente àqueles originalmente concebidos e construídos a fim de abrigar

são experiências emblemáticas do entrelaçamento entre projeto urbano e social, pois, ao construir núcleos urbanos, as empresas, intencionalmente ou não, propõem uma forma de organização social. Seja pela distribuição espacial, pelo programa e arquitetura dos edifícios e espaços públicos, ou pela imposição de regras de comportamento no trabalho e na vida privada, à construção do corpo físico segue-se a construção do corpo social, o qual, do mesmo modo que o primeiro, tem sua conformação condicionada tanto pela incisiva atuação da indústria quanto por grupos que se opõe a ela, demonstrando que, embora imperativa, a vontade da indústria não é absoluta.

Em alguns casos, no entanto, nem o projeto urbano nem o social compunham o plano inicial de ação de alguns empreendedores industriais. Isso ocorria somente quando o plano empresarial vinha atrelado a uma ideologia, fosse ela religiosa, social ou artística. Os empreendimentos construídos segundo estas filosofias são o que Margareth CRAWFORD (1995) chama “cidades modelo”⁸⁰¹, em oposição àqueles subordinados unicamente à lógica produtiva. Contudo, mesmo tendo sido idealizadas e edificadas para funcionarem como verdadeiras cidades, em seus momentos iniciais essas experiências não possuíam um corpo social com características de cidade no sentido pleno do termo, pois, além da ausência de liberdades políticas, motivada pelo seu fechamento e condição de propriedade privada, sua organização social ainda era rudimentar, não sendo possível mesmo distinguir mais que dois grupos sociais: empregados e patrões. Não havendo, portanto, correspondência alguma entre corpo social e estrutura física⁸⁰².

Essa correspondência entre corpo físico e social, para Leonardo BENÉVOLO (1991), foi reconhecida somente após o aprofundamento dos estudos sobre o Renascimento, quando se tornou primordial para o entendimento da história das cidades⁸⁰³. E é sobre ela que o autor fundamenta seu estudo das cidades.⁸⁰⁴ Tomando como ponto de partida a noção de que as estruturas físicas sobrevivem às estruturas sociais, BENÉVOLO (1991) acredita haver necessidade de períodos de adaptação para que uma se equipare à outra. No entanto, levando-se em conta as consideráveis distâncias entre o conceber, o construir e o apreender, a obrigatoriedade de uma correspondência direta entre físico e social, a fim

o conjunto de trabalhadores de uma única empresa industrial, sendo, de caráter permanente ou não, fruto de uma ação planejada ou não. Uma delimitação mais precisa para o emprego do termo “cidade empresarial”, no entanto, fica para outro momento.

⁸⁰¹ Margareth CRAWFORD (1995) diferencia “model towns” de “landscape cities”, respectivamente “cidades empresariais modelo” e “cidades empresariais industriais”. Enquanto as primeiras são subordinadas unicamente à lógica industrial, as outras vinculam-se a outras ideologias (como a religiosa, social ou artística).

⁸⁰² Para discussão sobre conceito de “cidade” e o emprego do termo “cidade empresarial”, vide capítulo 1.

⁸⁰³ Embora afirme que “A palavra cidade emprega-se em dois sentidos: para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Oriente Próximo e que então se identifica com a sociedade civil; ou para indicar a situação física desta sociedade” (BENÉVOLO, 1991: 13), e que “... o postulado da correspondência incondicionada entre cidade e sociedade só funciona bem para as épocas felizes, onde existe uma medida comum entre as duas realidades e um sistema de instituições que estabiliza tanto uma quanto outra” (BENÉVOLO, 1991: 17). É exatamente nessa confluência entre o físico e social que Leonardo Benévolo estrutura sua história das cidades. Fundamentada numa divisão que leva em conta o modo de usufruir, pensar e construir a cidade, determinado pela sociedade, as cidades posteriores ao Renascimento são classificadas em: Liberal, Pós-Liberal, Pós-Liberal Corrigida e Moderna.

⁸⁰⁴ O que não implica em concordar com o autor quando coloca a “Cidade Moderna” como o resultado de um longo processo de adaptação entre o corpo físico e social, processo que se inicia com a industrialização e dá origem à “Cidade Liberal”, que, ao sofrer as primeiras intervenções do Estado, torna-se “Cidade Pós-Liberal”. O estabelecido de um conjunto de regras sobre as quais se devem fundamentar as futuras intervenções faz desta cidade a “Cidade Pós-Liberal Corrigida”; e, finalmente, a incorporação de novos valores pela sociedade torna-a capaz de idealizar um modelo definitivo para as cidades, a “Cidade Moderna”. (BENÉVOLO, 1991)

de que seja possível entender um por intermédio do outro, parece por demais irreal. A espera de “*épocas felizes*”, quando haja uma “*correspondência incondicionada entre cidade e sociedade*”, pode funcionar enquanto modelo ou estereótipo que ajudam a compreender um determinado período e local, mas jamais para descrever uma realidade específica, pois, como lembra Bernard LEPETIT (2001): a cidade é composta de uma sucessão de tempos, que se atualizam constantemente de forma desigual, o que significa que, ao mesmo tempo em que partes da cidade permanecem imutáveis, outras estão se alterando.

No caso das cidades empresariais, assim como nas cidades novas, as grandes dimensões e a velocidade com que se estabelecem dão força ainda maior ao impacto causado por sua implantação, reforçando a idéia da “tábua rasa”. Como estruturas materiais que se impõem de uma só vez sobre o território, elas determinam de imediato uma nova forma de relacionamento com o espaço físico sobre o qual se localizam, provocam repentinas modificações no modo de vida daqueles que vivem em suas imediações e obrigam ao convívio com uma paisagem completamente diversa da anterior. Torna-se, assim, mais difícil a permanência ou detecção de “camadas subterrâneas” e a sobrevivência de tempos anteriores. Tanto estruturas físicas quanto organizações sociais e expressões culturais vêm-se, de um momento para o outro, cobertas por elementos novos, num processo que se intensifica devido à obrigatoriedade de adaptação a uma nova realidade e que perpassa todo o cotidiano, desde as atividades profissionais até as do dia-a-dia.⁸⁰⁵

Partir do “zero”, no entanto, mais do que uma necessidade, foi freqüentemente visto como algo desejável, pois facilitava o processo de conformação da sociedade nos moldes pretendidos. Juntamente com o isolamento, dado pela distância e pelo fechamento do núcleo operário⁸⁰⁶, o processo de desenraizamento da população, intensificado pela vinda de um vasto contingente populacional oriundo de várias regiões, se, por um lado, favorecia a dominação, por outro, gerava uma desagregação que dificultava a composição de uma identidade local, o que era vantajoso para os industriais, pois colocava mais um obstáculo na organização de movimentos reivindicatórios⁸⁰⁷. Nesse sentido, a própria organização espacial dos núcleos, onde é freqüente a ocupação dos bairros unicamente (ou majoritariamente) por empregados de mesma graduação (engenheiros, técnicos, operários, etc.), aparece também como indicativo de uma segregação intencional⁸⁰⁸.

⁸⁰⁵ Exemplos destas modificações e necessidade de adaptação podem ser encontrados nos depoimentos do Sr. Perácio e Dona Vilma. Do primeiro, quando o pai é obrigado a deixar o trabalho de seleiro, para abrir um bar, pois o cavalo perdera espaço para o carro, e da segunda, pelo receio que tem de cumprir obrigações simples, como ir ao armazém, enfrentando todo um grupo de pessoas desconhecidas.

⁸⁰⁶ O afastamento de outras cidades e o isolamento dos núcleos possibilitavam, além do controle e a exploração da mão-de-obra, por intermédio de um sistema de dupla extração da mais-valia, como operários e inquilinos, havendo ainda o lucro obtido diretamente pela venda de produtos nos armazéns e pelo emprego das cadernetas, eliminando por vezes o emprego de dinheiro vivo dentro do núcleo, substituído por moedas alternativas, como o “piscirico” em ACESITA (Vilma SPERANCINE, 2004) e o “boró” em Volta Redonda (COSTA, 1991).

⁸⁰⁷ Um exemplo disso pode ser verificado em Nova Lima, quando a companhia de mineração organizou um novo sindicato para fazer oposição ao existente, numa clara tentativa de, pela divisão, enfraquecer os trabalhadores (GROSSI, 1981).

⁸⁰⁸ Que pode chegar a extremos como em Norris - cidade construída na década de 1930, nos EUA, para abrigar os trabalhadores empregados na construção das barragens do projeto da Tennessee Valley Authority - onde há até mesmo distinções raciais, com negros reunidos numa determinada região da cidade, imigrantes estrangeiros em outra, e nacionais em uma outra (MCDONALD & MULDOWNY, 1982).

A extensiva vigilância e a ingerência da vida do operário para além dos portões da fábrica foram usualmente adotadas nos núcleos operários, com a finalidade de impor-lhes um determinado modo de vida, todo ele voltado para o trabalho fabril, o que implicava em afastá-lo de “tentações mundanas”, como a bebida e o jogo, reforçar os laços familiares e regar seus hábitos de higiene e convívio social; enfim, implicava na constituição de um novo habitat, todo ele regido pelos ideais burgueses e que tinha na casa seu elemento estruturador⁸⁰⁹.

Este controle assumiu diversas formas e apresentou intensidades também variáveis⁸¹⁰, havendo em muitos casos um literal exercício de poder de polícia⁸¹¹ sobre a comunidade, poder legitimado pela idéia de fazer dela uma “grande família”, ou seja, tornar forte a identificação do grupo com a indústria, a ponto de permitir que a autoridade de seus prelados se tornasse inquestionável. Nesse contexto, foram comuns as tentativas de associar a figura do patrão à do pai, possibilitando a legitimação de sua autoridade na premiação e punição de todos seus membros. Uma idéia construída por intermédio de discursos, boletins internos e promoção de atividades de lazer e recreação, como campeonatos de futebol, bandas de música, desfiles e festas religiosas e institucionais.

O sentimento de satisfação e orgulho por pertencer a uma “família” onde tais atividades eram possíveis colaborava na elevação da auto-estima pessoal do operariado⁸¹², que se tornava, então, passível de ser convertida em motivação para o trabalho⁸¹³ e submissão a salários menos compensadores que fora dela⁸¹⁴. Em contrapartida, essa maior identificação da comunidade facilitava a formação e consolidação de grupos de interesse, cujos objetivos nem sempre eram condizentes com os patronais.⁸¹⁵ Assim, um aprendizado de resistência, mais do que uma reação aos métodos de convencimento e coação, surgia como desdobramento da própria “educação” imposta pelo patronato. Resistência que, do mesmo modo que a “disciplina suave”, fazia uso de mecanismos inerentes ao sistema capitalista, apropriando-se de instrumentos próprio dele para combater um “adversário” aparentemente mais forte e preparado. Assim, fazendo uso dos termos utilizados por José Sérgio LEITE LOPES (1988), observa-se que, se por um lado havia uma “interiorização da dominação”, os embates com a companhia demonstram que por outro havia uma “exteriorização do conflito”.

Mais do que expressão de resistência e protesto, manifestações como greves e passeatas, constituição

⁸⁰⁹ Vide capítulo 1.

⁸¹⁰ As visitas surpresa nas casas e exame da vestimenta e higiene dos operários, bem como a obrigatoriedade na participação de eventos cívicos, também eram práticas constantes e cujo descumprimento implicava tanto em punições físicas como em multas ou mesmo dispensa. O controle moral estendia-se também ao armazém, onde a oferta e os preços dos produtos também eram controlados. Até mesmo a circulação dos solteiros e os assentos nos cinema eram vigiados. A educação e formação moral também eram reguladas de maneira rigorosa, tanto em Pedra como na Vila Maria Zélia, ficando somente com dois exemplos nacionais.

⁸¹¹ Verificável pela criação de “delegacias” e grupo policiais, como no “Núcleo 100” de Volta Redonda (COSTA, 1991), no episódio do “massacre de Ipatinga” e nas disputas em Nova Lima.

⁸¹² Um caso interessante é o do time de futebol da Usina Santa Bárbara, o CAUSB, que, embora nunca tenha chegado a jogar sequer na segunda divisão do campeonato paulista, é lembrado na cidade como um time vencedor, imagem que se estendia aos empregados da usina. (QUECINI, 2000)

⁸¹³ Muitas vezes vistas como “favores”, conforme LEITE LOPES (1978).

⁸¹⁴ O exemplo paradigmático dessa exploração é o de Pullman, onde os altos aluguéis e baixos salários levaram a uma greve que se estendeu por quase todo o país, levando ao questionamento desse tipo de empreendimento.

⁸¹⁵ Como o sindicato e os grupos de compra de Nova Lima (GROSSI, 1981) ou a identificação de insatisfações comuns na “família-nitrina”, motor de partida das primeiras movimentações coletivas (FONTES, 1997).

de sindicatos e redação de jornais e folhetos, eventos artísticos e culturais, pelo envolvimento de diversos grupos e uma parcela significativa da população, tornavam-se elementos de identificação social, símbolos capazes de representar toda a coletividade. Assim, mais do que a existência de uma consciência de classe, observa-se a formação de uma cultura local que, como observou Edward THOMPSON (1989: 44) a respeito da cultura da plebe inglesa do século XVIII, é

*...rebelde, porém rebelde em defesa de seus costumes. ...[e] Embora quando o povo busca uma legitimação do protesto, recorre amiúde às regulações paternalistas de uma sociedade mais autoritária e seleciona entre elas aquelas partes melhor pensadas para defender seus interesses do momento;*⁸¹⁶

O que que não há uma dominação cultural, mas o que Vera CANDIDO PEREIRA (1979: 139) chamou de “reinterpretação criativa”, pois,

... embora submetidos a um controle organizacional rígido e a um código cultural dominante, que lhes fornece as categorias e as práticas de trabalho de toda uma ‘cultura tecnológica’, os operários encontram meios e espaços para uma ‘reinterpretação criativa’ do sentido da divisão do trabalho, das relações sociais decorrentes e elaboram modelos ‘espontâneos’ de comportamento.

Portanto, nessas manifestações, expressa-se a consolidação de uma identidade local, importante parâmetro para a consolidação da cidade como tal, condição conferida pelo desenrolar de uma vida urbana que, embora seja fortemente influenciada pela presença da indústria, não é totalmente controlada por ela, onde os conflitos não são mera consequência da atuação empresarial, mas uma expressão da cultura da comunidade que se formou em torno dela.

Aproximando-se do entendimento de cultura de Raymond WILLIAMS (1992: 13), segundo o qual a cultura é um sistema de significações mediante o qual necessariamente “... uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada”, que no seu ponto de vista permite englobar tanto a visão materialista (centrada numa ordem social global, geradora direta das manifestações culturais), quanto da idealista (cuja ênfase está no espírito formador, ou seja, no papel das expressões culturais como geradoras de um modo de vida global), busca-se, por intermédio dessas expressões culturais, conhecer o tipo de sociedade que a ACESITA ajudou a formar na cidade de Timóteo. Este reconhecimento e entendimento da sociedade timotense têm como premissa olhar a cidade a partir de seus habitantes⁸¹⁷, procurando confrontar a intenção do plano empresarial com seu impacto social, num momento em que movimentos sociais e projetos urbanos e arquitetônicos se mesclaram para consolidar e dar identidade à cidade. Nesse contexto, destaca-se o período em que o general Edmundo Macedo Soares esteve na presidência da usina, pois foi a partir de sua administração que ao projeto industrial foi intencionalmente adicionado um projeto social, quando se evidenciou a intenção da indústria de construir mais do que uma “cidade empresarial”, de construir uma “cidade modelo”⁸¹⁸. Construção sustentada tanto por um discurso que conclamava a comunidade local a trabalhar não pelo bem da empresa, mas pelo bem da nação, como no que pronunciou no almoço de Natal de 1953, no qual diz que a ACESITA deve ser vista como

“... uma execução nossa, como uma obra dos que vieram para o Vale do Rio Doce, a fim de plantar um

⁸¹⁶ “... rebelde, pero rebelde en defensa de la costumbre. ...Pero cuando el pueblo busca una legitimación de la protesta, recurre a menudo a las regulaciones paternalistas de una sociedad más autoritaria y selecciona entre ellas aquellas partes mejor pensadas para defender sus intereses del momento; ...” (THOMPSON, 1989: 45)

⁸¹⁷ Dessa forma buscou-se privilegiar o uso de fontes orais e recortes de jornal.

⁸¹⁸ Para esta diferenciação, vide capítulo 1, e para atuação do general Edmundo Macedo, vide capítulo IV.

marco definitivo que fará o seu prazer a sua hora; e mais: acima de tudo colocará o Brasil no nível das nações mais adiantadas, elevando esta grande Pátria que é de todos nós, dos que nela nasceram e daqueles que para aqui vieram.” (Índice de Suplemento de ACESITA, 1953).

Objetivo que devia ser alcançado pela garantia de condições favoráveis à fixação de elementos cuja capacidade de trabalho fosse tanto técnica quanto física e moral, de modo que Macedo Soares esmerou-se não somente em trazer técnicos estrangeiros e criar cursos de formação, como também promoveu uma sensível melhora na infra-estrutura urbana e no desenvolvimento de atividades recreativas. Nesse período, também se destacou o papel da Igreja, intensamente utilizada pela empresa como elemento de apoio tanto no plano moral quanto diretamente na organização dos trabalhadores rurais. Ações que levaram ao fortalecimento dos vínculos da comunidade e à consolidação de uma identidade coletiva fortemente atrelada à indústria.

Conquanto a década de 1960, quando a cidade empresarial foi aberta e posteriormente emancipada, marque o fim da tutela direta da empresa sobre a moradia e o início da independência política do município, o que exigiu a montagem de instituições cuja finalidade era atender não somente aos empregados da usina, mas toda a comunidade local, ela ainda é marcada pela manutenção do vínculo com a ACESITA (vide capítulo IV). Foi somente na década de 1980 que a atuação do sindicato voltou a ser mais incisiva, e as manifestações culturais ocorridas na cidade parecem indicar a existência de uma vida social autônoma dos ditames da usina, ocorrendo neste período as greves mais significativas, as mais acirradas discussões sobre o nome da cidade, bem como a incorporação do protesto às festividades carnavalescas. De modo que é por intermédio dessas atividades que se evidencia a resistência à disciplina e regulação impostas pela empresa, resistência por vezes aberta e direta, como nos embates com o sindicato, e por vezes sutil e dissimulada por um clima de festa, como na organização dos blocos carnavalescos. Essa resistência, mais do que mera oposição à companhia, indica a consolidação de uma identidade que foi fortemente condicionada por sua atuação, que se construiu a partir dos elementos oferecidos pela indústria, transformando seus ensinamentos e imposições em instrumentos de luta, fazendo da sociedade timotense um exemplo primoroso de uma “sociedade industrial”.

Mas entender essa sociedade é mais do que entender esses eventos e momentos; é, pela análise dos discursos que buscam legitimá-los, encontrar mitos que lhes dão suporte, ou seja, quais foram os elementos e de que forma eles foram incorporados à cultura local a fim de se construir a imagem que hoje ela tem de si mesma. Permitindo esclarecer sobre que base se assenta a análise do papel desempenhado por diversos atores na constituição de um agrupamento populacional e sua transformação em sociedade, no caso de Timóteo, qual o papel da grande indústria, da Igreja Católica, das associações esportivas, do sindicato e de outras formas de organização da coletividade local, na realização de formas de expressão da cultura local, como o carnaval, os campeonatos esportivos, os bailes, as celebrações religiosas e mesmo as greves.

VI.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE TIMÓTEO

Se até a década de 1940 o crescimento da região do médio Rio Doce e do Vale do Piracicaba havia sido bastante lento, com a população que ocupava o povoado de quase cem anos ao redor da capela de São Sebastião e as fazendas da região do Alegre contando pouco mais de mil e setecentos habitantes, com a implantação da ACESITA a situação modificou-se radicalmente. Em menos de dez anos esse número saltou para mais de onze mil, um crescimento de quase sete vezes (6,76), sendo que, desse total, cinco mil eram empregados diretos da companhia, ou seja, cerca de 40% da população local trabalhavam para a ACESITA (vide AnexoI_tab01 e 08)⁸¹⁹.

Mesmo sem dados precisos quanto à origem desta grande leva de imigrantes atraída para a localidade pela perspectiva de facilmente encontrar trabalho⁸²⁰, observa-se pelas entrevistas que a maioria era oriunda da própria região⁸²¹, alguns já haviam inclusive trabalhado para a Belgo-Mineira, Companhia Vale do Rio Doce ou para empreiteiras de carvão e mineração a elas vinculadas⁸²².

Mas, apesar de haver certa familiaridade com a região e com as atividades de mineração e carvoaria, nota-se que eram raros os que vinham de cidades de grande e médio porte, de modo que o impacto do intenso burburinho de uma comunidade que em pouco mais de cinco anos ultrapassou os dez mil habitantes, mas que não possuía quase nenhuma infra-estrutura, parece ter sido desnorteador. No entanto, mesmo para aqueles como dona Núbia e dona Vilma⁸²³, que, ao contrário da maioria, estavam acostumadas a cidades maiores como Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora, o choque foi grande e a decepção maior ainda, pois não eram somente as condições materiais que eram precárias; a falta de atividades de lazer e culturais também se fazia marcante, o que levou-as, cada uma a seu modo, a rapidamente se empenharem em desenvolvê-las⁸²⁴.

Mas se estas senhoras sentiam tais deficiências na década de 1950, o que não dizer dos primeiros anos

⁸¹⁹ Com a concentração fundiária, houve também um declínio significativo das pequenas propriedades e, conseqüentemente, da produção agropastoril de subsistência que caracterizava a economia da região (vide capítulo III e IV).

⁸²⁰ Parece ter sido bastante comum a indicação de parentes e amigos, como no caso do sr. Kleber, que veio visitar um cunhado que lhe arrumou emprego na companhia, ou o esposo de dona Núbia cujo irmão acreditava poder fazer bons negócios na exploração de carvão, ou mesmo o sr. Paulo Della Libera, que veio na década de 1970 por indicação de um amigo.

⁸²¹ Entre os doze entrevistados que já se encontravam em Timóteo antes da década de 1960, somente o esposo de dona Wilma era de outro estado (Espírito Santo), nove eram de cidades da região (entre as cidades mencionadas estão: Ferros, Bom Jesus do Galho, Dionísio, Afonsos, Barão dos Cocais e Nova Era) e, dos dois que nasceram em Timóteo, um já vivia em Timóteo antes de 1940 (O pai do sr. Perácio Bicalho era celeiro numa fazenda e, embora tenha sido convidado para trabalhar para a companhia, com a venda da fazenda onde trabalhava preferiu trabalhar como autônomo).

⁸²² Entre os entrevistados, Antonio Carlos era terceira geração de metalúrgicos, o Sr. Wavá havia trabalhado na CVRD, José Fausto D'Ávila trabalhara para uma empreiteira de carvão da Belgo e mesmo o sr. Perácio, que nunca chegou a trabalhar para a ACESITA, trabalhou numa empreiteira que estava construindo o alto forno da USIMINAS. Também o sr. Kleber Barbosa, em entrevista ao Jornal de Timóteo (BARBOSA, 2002: 03), também afirma que a ACESITA “... *recrutou uma grande leva de ex-servidores de uma empreiteira da Vale do Rio Doce/EFVM*”.

⁸²³ Entre os entrevistados, as únicas exceções são dona Núbia e dona Vilma, sendo que a primeira havia trabalhado por muitos anos em ateliê de alta costura em Juiz de Fora e vivera com o marido em Belo Horizonte, enquanto a segunda nascera e fora criada em Conselheiro Lafaiete.

⁸²⁴ Dona Núbia começou a lecionar e foi uma das mais empenhadas em preservar a memória do centro sul, deu também aulas de catecismo e participou ativamente da organização de festas locais, como o Congado de São Sebastião e as procissões de Corpus Christi, e, apesar das dificuldades impostas pelas doenças e pela idade, ainda colabora no movimento de consciência negra dando palestras nas escolas. Dona Vilma, primeiramente, se envolveu com a organização do time de futebol onde o esposo era um dos craques, é uma das fundadoras da escola de samba Bocas Brancas e colabora em atividades com entidades beneficentes, como a FUMIC e APAE.

de implantação da usina?! Quando a precariedade e o imprevisto eram sentidos nas habitações construídas com a madeira dos caixotes que haviam embalado as máquinas, quando a cidade ainda não tinha um projeto urbano, quem dera um social! Contudo, ao contrário do que se poderia esperar, as raízes do desenvolvimento de atividades coletivas que denotassem a formação de um sentimento de comunidade, onde a identificação ultrapassava os portões da fábrica deixando o universo do trabalho para prolongar-se no cotidiano, em Timóteo não apareceu primeiramente para suprir necessidades materiais; não foram reivindicações quanto ao salário, à habitação ou mesmo alimentação e saúde, também bastante deficitárias⁸²⁵, mas a formação de um time de futebol que constituiu a primeira notícia sobre uma iniciativa de organização de seus trabalhadores.

Isto, no entanto, não deve ser visto como um sinal de que não havia conflitos ou reivindicações e insatisfações de outras ordens, mas somente que este foi o primeiro espaço onde foi possível uma forma espontânea de organização. Espaço que se alargou dando origem aos clubes e ligas esportivas que, diversamente das atividades que foram propostas desde o início pela ACESITA, como festas, missas, desfiles e procissões religiosas e cívicas, ou mesmo a Cooperativa de Consumo e o Fundo de Socorro ou ainda o carnaval de rua, que acabaram originando instituições que não hesitaram em expressar sua oposição à empresa (como os sindicatos – metalúrgicos e carvoeiros – e os blocos carnavalescos), os times de futebol e os clubes, mesmo sem dependerem diretamente da ACESITA⁸²⁶, não se opuseram abertamente a ela.

VI.2.1 O FUTEBOL, OS CLUBES E OUTRAS ATIVIDADES DE LAZER

O primeiro time de futebol de Timóteo, o Florestino Social Clube, foi fundado pelos moradores do povoado do Timóteo, tendo como sede a fazenda de Joaquim Ferreira de Souza, poucos anos antes do início da implantação da usina, em 1938. Contudo, a distância entre esta localidade e o sítio onde a companhia estava construindo sua cidade operária fez com que somente *a posteriori* houvesse uma maior integração dessa equipe aos campeonatos organizados pelo pessoal da empresa. Além do mais, no início a oferta de atividades de lazer pela ACESITA, como afirma o sr. José Nazareno ATAÍDE (1986: s/p), era feita “... *de maneira acanhada, muito precária. Disto são testemunhas os antigos Clubes Recreativos, a Corporação Musical, os Campos de Futebol, os Parques de Diversão em alguns bairros, as boas apresentações musicais no palco do Elite Clube*”⁸²⁷. Assim, acredita-se que,

⁸²⁵ Como foi observado no capítulo IV, desde sua implantação a empresa teve dificuldades em garantir o abastecimento de produtos agropastoris.

⁸²⁶ A maioria deles recebeu alguma forma de incentivo (doação de terreno, patrocínio de atividades, orientação na organização, etc.), mas, na maioria, a sobrevivência dependia da contribuição mensal dos sócios.

⁸²⁷ Embora o sr. José Nazareno ATAÍDE (1986) aponte para as datas de fundação de clubes e associações esportivas e recreativas anteriormente a 1975, diz que foi somente a partir do ano seguinte que “...*outras modalidades de esportes começaram a ser ensinadas e incentivadas através de competições, olimpíadas internas e externas*”. Idéia que é reforçada pelas reportagens das revistas Fato/Esporte de 1970 (ACESITA, 1970a, b e c) nas quais, além de uma breve menção à equipe de judô da USIPA (clube da Usiminas) não há menção alguma a outros times e esportes além do futebol e futebol de salão, apesar de que, a partir de 1967, o presidente expressar preocupação quanto à necessidade de diversificação de atividades do clube para sua sobrevivência: “*Em meados de 1967, sentindo que alguma coisa deveria ser feita, pesquisando outros clubes, colhendo exemplos, Cirênio [presidente do clube] chegou à conclusão de que somente com futebol o AEC não poderia sobreviver e, vendo o que aconteceu com o: Siderúrgica, Metaluzina [sic], Renascença, e outros grandes clubes*

apesar de desde a chegada dos primeiros operários para a construção da usina houvesse “peladas” e mesmo times organizados, foi somente em 1945 que se fundou oficialmente o primeiro time dos empregados da companhia, o ACESITA Esporte Clube⁸²⁸ (BERGO, 1996).

Entre seus fundadores está Brasileiro Wilkes de Minas, que descreve para a revista Fato/Esporte⁸²⁹ (ACESITA, 1970b: 33) como a idéia do time foi espontânea e não tardou em se concretizar:

... ‘A idéia de fundar um time de futebol era de todos nós, mas dificuldades eram enormes, pois faltava tudo estivemos [sic] que ‘dar um duro danado’ para que a idéia fosse avante. ... Um dia – prossegue o Brasileiro – após um treino, alguém lembrou que era melhor formar uma diretoria para resolver os problemas que a fundação do clube estava exigindo [sic], reunimos a turma e fomos para a nossa república⁸³⁰, que ficava onde é a Delegacia de Polícia. Com muita gente presente e depois de muita conversa, sem que chegasse a uma solução par ao caso acabei indicando o nome [do] Dr. Ismael para presidente, o que foi aceito por todos.’

O primeiro jogo oficial ocorreu no ano seguinte contra o Social (time de Coronel Fabriciano) e “... foi realizado sob intensa expectativa de um grande público que compareceu ao campinho da Igreja”⁸³¹. (ACESITA, 1997c: 30). Entusiasmo que parece ter contagiado também a companhia que, prontamente, cedeu um novo local para os jogos, realizando-se ainda em 1946 o primeiro jogo no novo campo, uma área da ACESITA no centro norte, onde funcionou o CRAPE⁸³² e hoje se situa uma filial da prefeitura (ATAÍDE, 1986: 234).

Rapidamente surgiram outros times⁸³³, e sentindo-se a necessidade de melhor organizar o campeonato⁸³⁴ local, já em 1955 foi fundada a Liga Acesitana de Futebol (LAF), posteriormente chamada Liga ACESITA na de Desporto (LAD)⁸³⁵.

Com o campeonato organizado, os times também buscaram melhorar, trazendo, da capital, jogadores profissionais em final de carreira, e jovens revelações dos times da região⁸³⁶ para compor seu plantel.

do passado, idealizou a construção de uma Sede Campestre. ‘É moda, dá resultados, preenche uma lacuna, satisfaz um sonho e atende a uma necessidade social’, pensava ele”. (ACESITA ESPORTE CLUBE, s.d.).

⁸²⁸ Segundo o sr. José Nazareno ATAÍDE (1986), os fundadores do ACESITA Futebol Clube foram Brasileiro Wilkes de Minas e Manuel Valentim do Carmo (fotógrafo); seus primeiros presidentes foram Josué Teodoro de Souza e Ismael Oliveira Fábregas

⁸²⁹ Foram localizadas somente as duas primeiras edições desta revista, que parece ter sido motivada pela euforia da conquista do campeonato mundial de 1970 pela Seleção brasileira, bem como pelo ingresso do ACESITA Esporte Clube para a divisão Extra do campeonato mineiro de futebol neste ano.

⁸³⁰ A República à qual se refere Brasileiro é provavelmente o alojamento de solteiros, situado onde hoje está o escritório da companhia, próximo à capela São José.

⁸³¹ A localização exata deste campo é dada pelo sr. Kleber BARBOSA (2002: 03): “...cujo primeiro campo situava-se onde esta o conjunto de lojas comerciais (entre a praça 1.º de Maio e a Alameda 31 de Outubro)”.

⁸³² Infelizmente não foi possível desvendar o era o CRAPE.

⁸³³ Em 1970 eram treze: ACESITA, Vila Nova (1948), Botafogo (Mecânica), Funcionários, Laminação, Industrial, São Cristóvão, Cachoeirinha, Cruzeiro, Náutico, Forjaria, Grêmio e Ipiranga (Fato/Esporte, 1970), além do Florestino e de outros que rapidamente se extinguiram, como o Siderúrgica, Metaluzina e Renascença (mencionados na história do ACESITA ESPORTE CLUBE, s.d.). Em 1988, na tabela da primeira fase do “Campeonato Acesitano” de futebol, apresentada no informativo da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO de abril de 1988, constam 15 times: ACESITA, Independente, Vila Nova, Industrial, São Cristóvão, Cachoeirinha, Ipiranga, Florestino, Renascença, Palmeiras, CAF, Olaria, Mensageiro, Laminação e Jaggar. E no atual campeonato participam 18 times: ACESITA Esporte Clube, Anápolis FC, Cachoeirinha EC, Esplendor EC, Florestino SC, Independente PEC, Independente EC, Industrial FC, Ipiranga EC, Juping EC, Laminação EC, Olaria EC, Palmeiras EC, Santa Cecília EC, São Francisco EC, Vila Nova EC (TIMES BRASILEIROS, s.d.).

⁸³⁴ “... o que mais incomodava era o número de times existentes aqui.” (MAGNANI, s.d.).

⁸³⁵ Entre os idealizadores da liga estão Kleber Barbosa, Diogo Sabará e Hélio Magnani, Diogo Sabará, quem conta que, após uma reunião com os dirigentes e decidido seu escudo, em 1º de maio de 1955 foi fundada a Liga Acesitana de Futebol. No mesmo ano ela se filiou à Federação Mineira de Futebol, em 1957 organizou um tribunal de justiça desportiva e, em 1964, com a emancipação do município, ela tornou-se Liga Acesitana de Desportos (LAD) (MAGNANI, s.d.).

⁸³⁶ Alguns dos jovens talentos trazidos para a cidade eram: Dico (José Raimundo) de Nova Lima, Dorvelino Rodrigues Coura de Dionízio, Nelson Gonçalves Torres de Pedro Leopoldo, Otávio e Izídio Sperancini de Conselheiro Lafaiete. Entre os jogadores que vinham de times grandes estão: Wilson Faria, que jogara no América e no Atlético (ACESITA, 1970b).

Este processo pode ser notado fortemente no ACESITA Esporte Clube, onde, como relata o sr. Kleber Barbosa⁸³⁷, bons jogadores eram rapidamente contratados pela companhia:

No início, o time limitava-se a treinar e realizar jogos amistosos contra equipes das redondezas. Mas com o passar dos tempos, já melhor estruturada, com um plantel renovado (ou reforçado) graças ao apoio recebido dos dirigentes da empresa, que facilitava o emprego pra quem era bom de bola, o time passou a alçar vôos mais altos, passando a enfrentar adversários de maior expressão, tais como: Social (Coronel Fabriciano), Democrata e Pastoril (Governador Valadares), Valério (Itabira) e até mesmo agremiações de Belo Horizonte, colhendo sempre bons resultados. Basta dizer que, em determinada época, chegou a permanecer invicto (sem derrotas por cerca de cinqüenta jogos, o que levou a ser cognominado de 'Esquadrão de Aço'. (BARBOSA, 2002: 03)

Esta melhora da equipe foi apontada pela revista Fato/Esporte (ACESITA, 1970b: s.p.) como um dos fatores que levaram o ACESITA E. C. a se profissionalizar, de modo que, apesar de até a década de 1970 o time ter vencido somente três vezes o campeonato organizado pela LAF (contra quatro do Vila Nova), com estes jogadores já era possível jogar com times do Rio e Belo Horizonte

E os resultados eram bons e entusiasmavam a torcida. ... que já não aceitavam jogos com Raul Soares, Bom Jesus do Galho, Nova Era, etc., porque o espetáculo não agradaria.". Ao mesmo tempo "As cotas dos Clubes profissionais subiram assustadoramente já não se podia falar em jogar com times profissionais do extra. Não havia outra coisa a fazer: o profissionalismo tornou-se inevitável, a fim de se manter o clube em atividade ...

No entanto, a fim de dar suporte à equipe era necessário que o clube conseguisse uma maior arrecadação, de modo que, já em 1967, o então presidente do clube Cirênio Guerra, pesquisando outros clubes, propôs a construção de uma sede campestre. Com o apoio dos colegas, solicitou à companhia a doação de uma área para o clube, que, após a anuência do Banco do Brasil, cedeu um terreno de 69.000 m² próximo ao bairro Timirim⁸³⁸ (ACESITA ESPORTE CLUBE, s.d.), onde desde 1958 a companhia já construía um campo de futebol⁸³⁹.

Mas, ao contrário de sua sede campestre, que em 1970, com a construção do grande salão de festas⁸⁴⁰, tornou-se também sua sede social, a equipe de futebol não conquistou o sucesso almejado. Sem grandes vitórias no profissional e com dificuldades para manter uma arrecadação⁸⁴¹ capaz de cobrir suas despesas, não tardou a que ela voltasse ao amadorismo. Mas, apesar de manter-se como um dos principais times da cidade, foi 14 vezes campeão, três a mais que o segundo maior vencedor da cidade, o Vila Nova (vide AnexoI_tab20), o time nunca mais recobrou a glória da década de 1970, quando venceu oito dos dez campeonatos da LAD, levando seus mais dedicados torcedores a lamentarem seu destino distante dos campeonatos oficiais, pois como lembra o sr. Kleber BARBOSA (12/nov/2002):

O ACESITA Esporte Clube foi o pai da sede campestre, mas passou a ser filho, dependendo da sede. Hoje, o

⁸³⁷ O sr. João Kleber Gualberto BARBOSA (12/nov/2002) é natural de Bom Jesus do Galho e veio para Timóteo com 16 anos, conseguindo trabalho na ACESITA por indicação do cunhado logo que chegou, em 1949. Começou como auxiliar de almoxarifado e se aposentou como supervisor em 1984, mas continuou na companhia até a privatização em 1992, quando se mudou para a Bahia com a esposa (casou-se em 1957), a fim de ajudar o mais jovem dos cinco filhos a se adaptar, retornando para Timóteo em 2002. Juntamente com o trabalho na usina, o sr. Kleber Barbosa também escrevia crônicas esportivas para o jornal Flan, foi um dos fundadores da Associação dos Aposentados de ACESITA e da LAF (Liga Acesitana de Futebol), da qual foi secretário, tesoureiro e vice-presidente, foi conselheiro e diretor do ACESITA Esporte Clube e diretor do Grêmio Recreativo Bocas Brancas.

⁸³⁸ Coincidentemente ou não, esta área é a mesma para a qual fora prevista a construção do clube no projeto inicial da cidade de Romeu Duffles Teixeira (vide capítulo V).

⁸³⁹ "Em 1958, a Companhia fez o campo no Bairro Timirim." (ATAÍDE, 1986: 134).

⁸⁴⁰ Projeto de José Luiz Batista (vide capítulo V).

⁸⁴¹ De 1965 a 1970, o ACESITA E.C. disputou a primeira divisão, neste ano passou para a Extra, onde chegou somente à final do turno de classificação. Segundo a revista Fato/Esporte (ACESITA, 1970b), o principal problema enfrentado pelos times do interior é a falta de arrecadação nos jogos, o que pode levar muitas equipes à falência. Na reportagem "Futebol deficitário", chega a prever que, se não houver um melhor aproveitamento dos três campos fechados disponíveis na cidade "...dentro de pouco tempo vermos eliminados muitos dos clubes do cenário esportivo Acesitano".

ACESITA Esporte Clube é relegado, o departamento de futebol, está à zero! Sendo que ele era o orgulho da cidade. Os antigos fundadores, os pioneiros, tinham orgulho de ver o ACESITA Esporte Clube, o time grená⁸⁴², o 'Esquadrão de Aço'.

Embora nenhum outro esporte apareça com tanto destaque quanto o futebol, ele não foi o único a ser incentivado pela ACESITA e, se a década de 1970 marca o apogeu e declínio do futebol Acesitano, ela também marca a difusão de outras modalidades esportivas, com a realização da Copa Integração, em 1975, e no ano seguinte, da primeira Olimpíada ACESITA (FUNDAÇÃO ACESITA, 2000a)⁸⁴³, eventos que, segundo o sr. Nazareno ATAÍDE (1986), demonstram o quanto havia se diversificado e difundido a prática esportiva na cidade, e que estão relacionados com a chegada do professor de educação física Francisco de Assis Oliveira Azevedo, contratado pela ACESITA em 1975 para organizar atividades esportivas entre os empregados e que acabou sendo um dos responsáveis pela criação da ALFA – Associação de Lazer dos Funcionários da ACESITA.

Este novo clube formou-se a partir da reunião de dois antigos clubes: o Elite Clube⁸⁴⁴ e o Clube Operário. Criados na década de 1950 pelo Gal. Edmundo de Macedo Soares, com a finalidade de proporcionar espaços apropriados às atividades de lazer dos empregados, como o próprio nome indica, o Elite Clube era destinado a funcionários mais graduados, dos setores técnicos e administrativos. Privilegiando atividades sociais, na sua sede no bairro Bromélias ocorriam as mais importantes e concorridas festas da região, em especial os bailes de carnaval e a festa comemorativa do aniversário da ACESITA, quando eram trazidos artistas famosos, como Caubi Peixoto, Ângela Maria, Carlos Imperial, Moacir Franco e até mesmo Roberto Carlos (entrevistas José CRUZ, 2002⁸⁴⁵ e Vilma SPERANCINI, 2004). Como disse o sr. Nazareno ATAÍDE (1986), até a conclusão da sede social do ACESITA E. C. ele era o “*ponto chique de toda a região*”. Já o Clube Operário era destinado aos operários e pessoal menos especializado, com sua construção descrita no relatório de 1953 como “... *uma praça de esportes, modesta, mas adequada à formação física da mocidade*”. (**Relatório 1953**, 1954; s.p.). Situado no bairro Olaria, embora nele também ocorressem festas e bailes, sua estrutura privilegiava as atividades esportivas, abrigando os jogos e campeonatos internos que, a partir da década de 1970, passaram a ser organizados pelas “ligas esportivas internas”⁸⁴⁶.

A consolidação da ALFA, no entanto, data somente de 1982, ano em que o antigo Clube Operário foi reinaugurado como “Praça de Esportes ALFA” (FUNDAÇÃO ACESITA, 2000a), e iniciou-se a construção de seu novo centro esportivo nas proximidades do bairro Primavera. Centro esportivo que

⁸⁴² Referência à cor do uniforme da equipe.

⁸⁴³ “A partir de 1976, outras modalidades de esporte começaram a ser ensinadas e incentivadas através de competições, olimpíadas internas e externas. Formaram-se 16 ligas esportivas internas, cada uma com sua administração própria.” (ATAÍDE, 1986: 206?)

⁸⁴⁴ Vale salientar que, além destes, hoje a cidade possui mais dois clubes: o Clube Campestre Choupana, construído pelo sr. Expedito Marcolino, em 1970, no centro sul, e o clube do SESI, também localizado no Timirim. Em **Memorial ambiental de Timóteo** (FUNDAÇÃO ACESITA, 2000), consta a fundação do Vila Nova Esporte Clube em 1948, provavelmente referindo-se à fundação do time responsável pela construção do campo de futebol ainda existente no bairro Quitandinha, local onde nasceu o clube.

⁸⁴⁵ Inclusive segundo o sr. José CRUZ (16/nov/2002), a escassez de moças solteiras na cidade fazia com que algumas fossem trazidas de trem de outras localidades.

⁸⁴⁶ Segundo Nazareno Ataíde (1986: 201?), a organização das ligas iniciou-se em 1976, quando “*Formaram-se 16 Ligas esportivas Internas, cada uma com sua administração própria. Seus líderes e Coordenadores, com dedicação extrema, trabalhando de graça como Técnicos, Mesários, Massagistas, Roupeiros, providenciam transporte, etc..., substituindo, por ideal, uma equipe de profissionais que a empresa não tem*”.

se pretendia de grande porte, reunindo praça esportiva, parque aquático e outras facilidades a uma área arborizada de cerca de 360.000 m², espaço que deveria possibilitar a ALFA estender “... suas atividades aos funcionários da Usina Hidroelétrica de Sá Carvalho, bem como aos funcionários de Belo Horizonte) um clube próprio e um arrendado) e de São Paulo” (ATAÍDE, 1986).⁸⁴⁷

Entretanto, os clubes não eram os únicos espaços de lazer da população local; mesmo antes dos grandes bailes e campeonatos esportivos, a patinação já fazia sucesso, reunindo sempre um público considerável em torno do “Rinque”. Este espaço, mencionado por quase todos os entrevistados como ponto de referência tanto do que existe hoje como da localização dos antigos edifícios, consistia numa grande pista de patinação situada ao lado do centro comercial construído na década de 1950 e que hoje abriga a ASSOCIA. Assim, enquanto alguns se divertiam patinando e contribuindo para a construção da nova igreja no Timirim (matriz de São José), já que a arrecadação do aluguel dos patins era destinada a este fim, outros podiam se divertir com a perícia ou inépcia dos patinadores. A vizinhança do cinema também parece reforçar o papel do rinque como ponto de referência, já que, logo ao lado, num galpão de piso cimentado, equipado somente com bancos de madeira capazes de comportar até duzentas pessoas, desde 1947, quando o sr. Wenceslau Martins Araújo conseguiu a concessão para explorar o cinema, ele se tornou o Cine São José⁸⁴⁸.

Mas se o rinque não sobreviveu à inauguração do novo centro comercial em 1954, ocorreu o contrário com o cinema que prosperou passando a ocupar uma das novas salas (onde funcionou a Cobal) e mudando de nome para Cine ACESITA. Mais de vinte anos depois, o cinema mudaria novamente de nome e endereço, mas não de proprietário, pois em 1975, pertencente a uma rede regional de cinemas, a Empresa de Diversões Piracicaba, também de propriedade do sr. Wenceslau Martins Araújo (ATAÍDE, 1986), ele foi transferido para um prédio construído especificamente para abrigar o novo Cine Marabá. No entanto, na década de 1990, esta imponente sala teria a mesma sina de outros cinemas país afora, sendo transformada em Igreja Universal e deixando Timóteo sem este tipo de entretenimento, que foi transferido para as modernas salas do Shopping Vale do Aço, em Ipatinga.

No entanto, nem todas as atividades de lazer de Timóteo estavam relacionadas à companhia, sendo que os piqueniques e pescarias nos córregos da região, em especial na Ponte Queimada, eram atividades habituais da população desde muito cedo. Além do que, a partir da década de 1970, o sindicato também passou a promover algumas festas e sessões de cinema (CRUZ, 16/nov/2002; SPERANCINI, 09/fev/2004) e mesmo admitindo a influência da companhia no comportamento sócio-político-cultural da cidade, Suely SILVEIRA (s.d.) relata um crescimento das atividades de lazer no centro sul com a

⁸⁴⁷ O projeto do novo clube foi elaborado pelo arquiteto Gil Pirolli, sendo que a única informação obtida a respeito do autor é sua vitória no Prêmio Construções Pré-fabricadas pelo projeto da sede da empresa Spress Informática em Belo Horizonte, oferecido pela Premo Construções e Empreendimentos S.A. (PREMO, s.d.). Além destas instalações, hoje os 1.500 sócios do clube têm ao seu dispor também uma área de piquenique e camping, a Lagoa Bonita no município de Bom Jesus do Galho a 54 km de Timóteo (ALFA, s.d.).

⁸⁴⁸ Em 1954 foi inaugurado um novo cinema, o Cine ACESITA, num salão no novo centro comercial onde funcionou a Cobal até que, em 1975, foi concluído o Cine Marabá, pertencente a uma rede regional de cinemas, a Empresa de Diversões Piracicaba, também de propriedade do sr. Wenceslau Martins Araújo (ATAÍDE, 1986). No entanto, esta imponente sala, na década de 1990, seguindo a mesma sina de outras salas país afora, foi transformada em Igreja Universal.

criação da Boite Mocambos e do Clube La Bamboleira. Com a popularização dos concursos de beleza, o Clube Campestre Choupana também parece ter ganhado mais destaque, promovendo anualmente o concurso “Garota Piscina de Timóteo” e, em 1981, pela primeira vez desde que começou a ser disputado em 1955, o time do centro sul, o Florestino Futebol Clube, venceu o campeonato local.

De um modo geral, pode-se dizer que o principal papel da ACESITA no desenvolvimento de atividades de lazer em Timóteo foi a disponibilização de espaços e recursos, o que não significa que sua participação foi, e continua sendo, isenta de interesses, voltada somente para a satisfação das necessidades de lazer da população local. Vale lembrar que a primeira iniciativa neste sentido partiu dos funcionários e não da empresa, com a criação do ACESITA Esporte Clube evidenciando tanto a ausência de atividades de lazer como a de um projeto social que guiasse as ações dos empreendedores nos primeiros momentos de implantação da usina. Esta situação se altera a partir da década de 1950, com a chegada do Gal. Edmundo Macedo Soares, momento a partir do qual há um melhor delineamento do que se pretendia construir como corpo social, principalmente de qual o tipo de empregado que a empresa queria manter em seus quadros e, conseqüentemente, em sua “cidade”, de modo que não somente há a contratação de pessoal mais especializado, como também se busca incrementar a formação do pessoal local, seja nas atividades profissionais por meio dos cursos técnicos, seja nas atividades de lazer por intermédio da criação dos novos clubes. Neste contexto, a distinção entre Elite Clube e Clube Operário indica mais do que o mero rebatimento da hierarquia da fábrica transposta para fora dela – é também uma forma de premiar a qualificação, incentivando a formação técnica, que tanto preocupava Macedo Soares.

Embora não tenha sido possível obter informações mais precisas quanto à forma de associação e a participação da ACESITA na construção destes clubes e na sua manutenção atual, constatou-se que minimamente ela foi responsável pela construção dos clubes Operário e Elite, bem como pela doação dos terrenos tanto da sede campestre do ACESITA Esporte Clube quando do Centro Esportivo da ALFA⁸⁴⁹, sendo que dos clubes hoje existentes na cidade, o único que parece não ter contado com apoio da empresa foi o Clube Campestre Choupana⁸⁵⁰, situado no centro sul. Além do mais, apesar de não se ter verificado qualquer obrigatoriedade de filiação a estes clubes, nota-se que a prática de descontos em folha de pagamento, usual na compra de mercadorias nos armazéns e farmácias, bem como no pagamento do aluguel das casas oferecidas pelas indústrias, em Timóteo foi também adotada em atividades que não eram patrocinadas diretamente pela ACESITA, sendo mencionada por Fato/Esporte (ACESITA, 1970), como uma das vantagens da Liga Acesitana de Futebol com relação a outras do interior do estado, bem como por dona Vilma SPERANCINI (2004) que contou ter ajudado a preencher os recibos das contribuições dos associados ao ACESITA Esporte Clube. Assim, se por um

⁸⁴⁹ A construção do Clube Operário é indiretamente mencionada no Relatório de 1953 e há menção a doações feitas pela empresa para melhorar sua estrutura, no **Relatório de 1969** (1970). Além disso, sua junção com o Elite Clube formando o ALFA indica que este clube também foi construído e era mantido por ela, com Nazareno ATAÍDE (1986: 201?) afirmando que “A ALFA já estendeu suas atividades aos funcionários da Usina Hidroelétrica de Sá Carvalho, bem como aos funcionários de Belo Horizonte) um clube próprio e um arrendado) e de São Paulo”.

⁸⁵⁰ Embora não haja confirmação oficial, pela sua localização é muito provável que o clube do SESI também tenha sido construído em terreno doado pela ACESITA.

lado ela não dirigia abertamente estas instituições, por outro, o respaldo oferecido pela garantia do pagamento das mensalidades dos sócios era um indicativo de seu apoio às atividades por eles promovidas. Mas, apesar desta vinculação não existir mais, o baile de aniversário da ACESITA continua sendo uma das mais importantes festividades da sede campestre do ACESITA Esporte Clube, e as olimpíadas das ligas internas ainda ocorrem no ALFA, sendo este o único momento em que os operários voltam a freqüentar o clube, pois, como afirmou Antonio Carlos DIAS (22/jul/2005), com a saída da empresa as mensalidades se tornaram muito elevadas, fazendo com que muitos deixassem de ser sócios.

É interessante notar ainda, como, desde muito cedo, o aprendizado de organização e burocratização foi absorvido pelos empregados, pois já em 1945, a criação do ACESITA Futebol Clube indica que não bastava haver um time de futebol, era necessário criar uma estrutura oficial para apoiá-lo; em 1955, a criação da Liga Acesitana de Futebol demonstra novamente uma necessidade de institucionalizar as atividades de recreação, que prossegue com a criação das “ligas internas” e da ALFA. Estas recorrentes oficializações do lazer, no entanto, implicavam invariavelmente num esforço extra, pois, como disse o sr. Nazareno Ataíde (1986:204?), “*Seus Líderes e Coordenadores, com dedicação extrema, trabalharam de graça como técnicos, mesários, massagistas, roupeiros, providenciando transporte, etc..., substituindo, por ideal, uma equipe de profissionais que a empresa não tem*”, um esforço que, se por um lado indica a incorporação de um “saber fazer” aprendido no trabalho burocrático nos escritórios da fábrica, visto que seus idealizadores invariavelmente trabalhavam no setor administrativo, por outro demonstra como este aprendizado foi incorporado em benefício próprio. Assim, mesmo que dentro dos limites impostos pela ACESITA, que obviamente não patrocinaria atividades que fossem ser consideradas danosas ao rendimento de seus empregados, foi a organização e oficialização dos times que pavimentaram o caminho para a criação do ACESITA Esporte Clube, o primeiro onde o acesso não era determinado pelo cargo ocupado na fábrica.

Fig. 2302: Localização dos espaços esportivos em Timóteo
(base GOOGLEARH)

Fig. 303: Os locais de encontro no centro norte

Fig. 304-306: Primeiro time oficial do ACESITA Esporte Clube, o brasão da Liga Acesitana de Desporto e o Time do Florestino (ACESITA, 1970c.; SILVEIRA, s.d.1)

Fig. 308-310: Alguns times em atividade na década de 1970: ACESITA, Funcionários e Vila novas. (ACESITA ESPORTE CLUBE, s.d.; ACESITA, 1970a, 1970b)

Fig. 307 Os prédios dos antigos Cine ACESITA e Marabá (AUTORA, 2005)

Fig. 313: O clube Operário na década de 1960 (Relatório 1961, 1962)

Fig.311: As primeiras obras de construção da sede campestre do ACESITA Esporte Clube (ACESITA ESPORTE CLUBE, s.d.)

VI.2.2 A IGREJA, OS SINDICATOS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS

Para Alain TOURAINE (2002: s.p.) a idéia de movimento social se opõe à de consciência de classe no sentido em que o primeiro refere-se a “... *um processo do desenvolvimento capitalista ou a um processo de crise social e econômica em termos objetivos*”⁸⁵¹, enquanto a segunda é uma tentativa de abordagem do conflito a partir do ponto de vista dos atores, sendo definido como:

... a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução do conflito. (TOURAINE, 2006: 01)

De modo que “... *são condutas coletivas e não crises ou formas de evolução de um sistema*”, o que não significa que estão alheios aos movimentos gerais da sociedade, mas que são manifestações que visam alterar a “... *distribuição vigente de recompensas e sanções sociais*” (ALEXANDER, 1998: s.p.) pela luta pelo controle específico de certos recursos materiais e culturais. Assim, embora não necessariamente estejam vinculados a uma determinada ideologia, os movimentos sociais “*São movimentos de natureza prática e histórica, mas que apenas podem ter êxito se forem capazes de empregar a metalinguagem civil para relacionar esses problemas práticos ao centro simbólico da sociedade e suas premissas utópicas*” (ALEXANDER, 1998: s.p.), o que significa que se constituem em conflitos onde o discurso é uma arma tão, ou até mais, importante do que a ação, pois mais do que conduzir a ação ou legitimá-la é pelo discurso que se constrói o problema.

É exatamente neste processo de “construção do problema”, ou seja, na elaboração e transmissão de um programa reivindicatório fundamentado no confronto entre a sociedade existente e a desejada, que no caso dos movimentos operários ganham importância instituições, como o sindicato e a igreja, que, ao se proporem a colaborar na solução dos problemas, são também as responsáveis por determiná-los, ou seja, selecionar as questões a serem solucionadas, legitimando-as na qualidade de problemas a serem resolvidos. Como coloca Jeffrey ALEXANDER (1998: s.p.):

“Antes de formar-se um movimento social, seja um movimento operário, seja um movimento pela libertação das mulheres, poucos atores reconhecem a existência do problema que é colocado pelo movimento, muito menos que haja uma solução para ele.”

Embora a construção do problema por parte destas instituições não seja isenta, reflexo único das necessidades dos trabalhadores, ela possibilita uma nova perspectiva sobre a situação, pois é uma visão que não parte unicamente do ponto de vista da empresa. Entretanto, mesmo possuindo agendas próprias e estando empenhadas em melhorar as condições de vida dos operários, em alguns momentos é possível identificar pontos de convergência entre seus objetivos e os da companhia, principalmente quando se trata da Igreja Católica.

Assim como a atuação da indústria, a organização de atividades culturais e associativas pela igreja e

⁸⁵¹ “The idea of social movement was conceived, at least in my mind, in opposition to the traditional concept of class conflict. Not opposition in the sense of being reformist. Instead when we speak about class conflict we refer, basically, to a process of capitalist development or a process of social and economic crisis in objective terms. When we began speaking, a long time ago now, about social movements, we tried to elaborate a new approach and to pass on the actor’s side.” (TOURAINE, 2002: s.p.).

pelo sindicato servia não somente para tornar o corpo operário mais coeso⁸⁵², como também para ensinar a população local a organizar-se, de modo que não tardaram a surgir instituições formadas espontaneamente a fim de atender a demandas verificadas pelo próprio operariado, como jornais, cooperativas de crédito e consumo, associações de comércio e dos aposentados, ou mesmo modificar o formato e criar novas festas. Desse modo, observa-se em Timóteo que, enquanto uma das primeiras preocupações da ACESITA foi com a saúde e alimentação dos operários, buscando organizar um fundo de socorro e uma cooperativa de consumo, a Igreja buscou agrupar os trabalhadores e incutir-lhes o sentimento religioso por intermédio da música e da formação para o trabalho, sendo iniciativa dos trabalhadores a criação dos clubes, dos sindicatos, da associação dos aposentados, de uma cooperativa de crédito e uma nova cooperativa de consumo, além da transformação do carnaval, de uma festa de celebração em um festival de protestos.

DOS ARMAZÉNS À ASSOCIA

Como se viu no capítulo IV, desde sua implantação a ACESITA teve dificuldades em garantir o abastecimento de produtos agropastoris para o consumo dos empregados. No entanto, a tentativa de organização de uma cooperativa de consumo fracassou rapidamente, o que levou a companhia a adotar um sistema de abastecimento por intermédio de armazéns.

Em 1962 eram 16 armazéns (**Relatórios 1962**, 1963) os incumbidos a prover mais do que gêneros alimentícios, pois como única fonte de abastecimento local, eles deveriam oferecer “tudo” o que era necessário aos operários, desde roupas até gasolina. Destes, pelo menos 9 estavam localizados na área rural, indicando que o abastecimento dos núcleos carvoeiros também se dava da mesma forma (**Relatório**, 1960, 1961). Segundo a descrição do sr. Raimundo de Souza Netto, o “seu Mundico”, gerente do armazém central, encontrada no material da exposição “Memória Ambiental de Timóteo” da FUNDAÇÃO ACESITA (1997),

O armazém central foi reformado na década de 1960, para atender a demanda criada. A ACESITA fornecia uma “vale-compra”, apelidado pelos operários de Boró ou Picilico. O “vale-pão” era trocado na bomboniere, ao lado do armazém. O “vale-leite” era fornecido pela ACESITA. A leiteria funcionava na “Vila dos Caixotes”. O leite começava a ser distribuído às 5h da manhã e de madrugada, muitas pessoas já esperavam em fila munidas de vasilhames. Os períodos de compra eram pré-determinados e o atendimento escalonado conforme critérios estabelecidos pela empresa, que instituiu um tratamento diferenciado entre seus funcionários, gerando insatisfação. Na opinião de alguns deles, os moradores do bairro Funcionários eram privilegiados pois faziam as compras antes dos demais, pessoas de baixa renda precisavam dormir na fila para fazer compra no dia seguinte e empregados com mais de 10 anos de empresa tinham direitos de fazer compras quinzenais e não mensais como faziam todos os outros.

Embora não haja notícia de um controle rigoroso quanto aos produtos comercializados, sabe-se que bebidas alcoólicas não eram permitidas e a qualidade e variedade também não eram prioridades. Pela descrição acima, percebe-se também que seu esquema de funcionamento era feito tanto de forma discriminatória, privilegiando os empregados mais bem graduados (residentes em bairros como o

⁸⁵² No sentido de conferir-lhe uma identidade comum, mais do que de igualdade.

Funcionários e Técnicos)⁸⁵³ e mais fiéis à empresa (antigos), quanto possibilitava grande controle e exploração dos empregados, pois os vales e o Boró ou Picilico, ao minimizar a circulação de dinheiro, permitiam à companhia a redução dos gastos diretos com mão-de-obra, ao mesmo tempo em que o crédito fazia dos empregados “eternos” devedores da empresa.

Com a abertura da cidade (1968), no entanto, o comércio local tomou grande impulso, fazendo que a companhia considerasse desnecessária sua manutenção e determinasse sua desativação em 1973⁸⁵⁴. Contudo, apesar de desde então o comércio local ter se desenvolvido significativamente, os descalabros da economia do início da década de 1980, momento que José Nazareno ATAÍDE (1986:) considera de “... *quase de desespero, quando a especulação e a exploração perseguiram o consumidor por toda parte*”, levou os funcionários a tentar novamente a organização de uma cooperativa de consumo, a Associa (Cooperativa de Consumo dos Funcionários da ACESITA). Fundada com grande apoio da companhia que, além de colaborar com a construção e adaptação do local de instalação, cedia funcionários e financiava as compras nos períodos iniciais, esta iniciativa foi muito bem-sucedida, expandindo-se para outros bairros e para as áreas de plantio de eucalipto, constituindo-se ainda hoje num dos mais importantes pontos de abastecimento tanto de gêneros alimentícios quanto de vestuário e medicamentos.

DO SESP AO METASITA

Um dos principais problemas enfrentados pela ACESITA quando chegou à região dizia respeito à insalubridade do local, que foi considerada como um dos fatores que retardaram a ocupação da região e, juntamente com o receio da ferocidade dos índios botucudos, fez dela uma barreira natural ao contrabando das minas no século XVIII (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992)⁸⁵⁵. Segundo Nilo BASTOS (1996: 25), nos primeiros anos da década de 1940,

Existiam na região várias doenças, dentre elas, a varíola, febre tifóide, malária, parasitoses [sic], que eram responsáveis pelo baixo nível econômico e social da região, constituindo território inexplorado para o desenvolvimento de medidas de caráter sanitário e educativo. A "malária dava até no galho de pau", diziam as pessoas da região. Quando uma epidemia de uma dessas doenças se tomava mais grave, as pessoas se mudavam para outro lugar. Muitas vezes isso fez com que os trabalhadores de uma mina ficassem paralisados durante meses. Era uma região, virgem de assistência médica e de saúde pública.

Assim, o cuidado com a saúde dos empregados foi desde o início uma das preocupações da ACESITA. No entanto, com poucos recursos, como afirma o sr. Nazareno ATAÍDE (1986: 229), a empresa “... *mal agüentava dar assistência médica comum*”, levando-a a buscar o apoio do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública⁸⁵⁶), órgão que vinha cuidando de sanear a região. Porém, logo depois de ter obtido

⁸⁵³ Condição reafirmada no depoimento do sr. Olinto Araújo (16/nov/2002), que afirma que “... no armazém, cada dia da semana era para um bairro”, e que o pessoal mais antigo, com mais experiência, tinha privilégios.

⁸⁵⁴ Segundo Nazareno ATAÍDE (1986), os armazéns perduraram tanto tempo somente porque até então não havia surgido outra solução para o abastecimento local de gêneros.

⁸⁵⁵ Vide capítulo 3.

⁸⁵⁶ “Criado em 1942, sob a estrutura do então Ministério da Educação e Saúde (MES) do Brasil, o SESP respaldava-se num acordo entre os governos norte-americano e brasileiro, e realizava suas políticas em parceria com o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA). Além disso, o SESP era financiado por recursos internacionais e também nacionais, possuindo completa autonomia jurídica, administrativa e financeira no âmbito daquele Ministério. Por fim, o acordo que o originou tinha, para os norte-americanos, um objetivo muito específico e imediato: criar condições sanitárias

sucesso no controle da malária, em 1949 a região foi acometida por um surto de tuberculose⁸⁵⁷ que, apesar do empenho desta instituição, apresentava-se de difícil solução. Além do que o rápido crescimento da população local fazia com que o custo do serviço de saúde se tornasse cada vez mais pesado para a empresa que, mesmo investindo em campanhas preventivas, como as competições do “maior bebedor de leite” e do “bebê mais robusto” (ATAÍDE, 1986) e do empenho de sua equipe médica, não era capaz de atender a todos, fazendo crescer a importância do atendimento dado na própria farmácia da companhia.

O primeiro local de atendimento médico dos empregados localizava-se no bairro Quitandinha, até que foi construído um hospital de madeira na Praça 1º de Maio ao lado do qual funcionava a farmácia. Segundo o sr. Olinto ARAÚJO⁸⁵⁸ (16/nov/2002), por ser a única da região, a farmácia atraía pessoas de toda redondeza; assim, além dos funcionários diretos da empresa, também carvoeiros e empregados de empreiteiras buscavam atendimento e medicamento nesta farmácia, que funcionava com o sistema de caderneta e desconto direto na folha de pagamento. O atendimento da farmácia era feito pelo próprio sr. Olinto Araújo e, anteriormente, por seu sogro que, ao contrário dele, que formado em contabilidade aprendera a profissão pela observação e prática cotidiana, “... *era um farmacêutico muito competente e um grande terapeuta*”, que depois de demoradas e bem estruturadas consultas, fazia o diagnóstico e a formulação indicada ao paciente.

Além da malária e da tuberculose, o sr. Olinto ARAÚJO (16/nov/2007) se recorda de que as principais enfermidades tratadas por ele e pelo sogro eram as verminoses, a coqueluche, o sarampo, as gripes e as doenças sexualmente transmissíveis, o que fazia a ACESITA levá-los para fazer palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis e controle de natalidade pelos núcleos carvoeiros e unidades da usina.

Na tentativa de melhorar esta situação sem aumentar significativamente seus custos, a ACESITA recorreu ao IAPI⁸⁵⁹, ao SESI⁸⁶⁰ e até mesmo tentou uma solução conjunta com Belgo-Mineira, IAPI e SESI, sem nenhum sucesso. Foi somente a partir da reunião dos empregados com o objetivo de criar um sindicato, em 1950, que começou a se organizar um sistema de assistência médica mais

adequadas nos vales do Amazonas e do Rio Doce que garantissem o provimento de matérias-primas cruciais aos esforços militares dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.” (CAMPOS, 2007). Este serviço de colaboração médico sanitária foi um dos principais responsáveis pelo controle da malária e, posteriormente, da tuberculose na região do vale do rio Doce. Programado para atender primeiramente só a região amazônica, rapidamente foi estendido ao vale do rio Doce e ramificou-se para outros estados da federação; o sucesso da iniciativa fez com que sucessivas prorrogações também prolongassem o contrato inicial, que iria somente até 1946, por mais 14 anos (BASTOS, 1996).

⁸⁵⁷ Segundo Nilo BASTOS (1996), o problema da tuberculose não havia sido considerado inicialmente no escopo dos trabalhos do SESP; no entanto, no decorrer dos levantamentos, verificou-se tratar-se de um grande problema, fazendo do programa de combate a tuberculose um dos mais importantes do serviço.

⁸⁵⁸ O sr. Olinto ARAÚJO (16/nov/2002) é natural de Nova Era, veio para Timóteo em 1956 para trabalhar na farmácia do futuro sogro. Mesmo sem formação médica ou farmacêutica, era contador. Com o afastamento do sogro, assumiu a farmácia até a companhia resolver pelo fim de sua concessão em 1984, quando a redução nas vendas e o aumento da inadimplência levaram-no a decidir por seu fechamento.

⁸⁵⁹ O IAPI foi criado em 1936, durante o Estado Novo, e após 1945 expandiu suas áreas de atuação, passando principalmente a financiar projetos de habitação popular nas grandes cidades.

⁸⁶⁰ O SESI nasceu como consequência dos debates sobre a condição operária e a intervenção do estado na economia, com os empresários industriais propondo, em 1946, a criação do FAT- Fundação de Assistência ao Trabalhador, da qual o SESI era um departamento então incumbido da distribuição de gêneros alimentícios (na época em crise na capital paulista). Financiado pelos empresários, expandiu sua atuação para a área educacional, assistência social e cultura. (SESI-SP, s.d.).

abrangente. Segundo o sr. Nazareno ATAÍDE (1986: 229), a idéia do sindicato foi colocada por “...um funcionário do Ministério do Trabalho, um identificador [que] sugeriu a Pedro Guerra⁸⁶¹ a criação de um Sindicato, visando a união e colaboração mensal dos empregados, para se vencer a tuberculose”.

Assim, mesmo antes da inauguração do novo hospital no bairro do Timirim (1952), os empregados começaram a se organizar e instituíram o Fundo de Socorro. Este fundo era composto somente pela contribuição mensal⁸⁶² dos associados, descontada em folha, mas sem nenhuma participação da empresa; ele visava garantir o tratamento, em Belo Horizonte, daqueles que contraíssem tuberculose. No entanto, em agosto de 1950, suspeitas de irregularidade no recolhimento das mensalidades⁸⁶³ levaram à direção do fundo o dr. Pedro Guerra, que propôs sua transformação em um serviço assistencial mais amplo, para o qual os trabalhadores que precisassem de auxílio financeiro pudessem recorrer, transformando o Fundo de Socorro em Associação Beneficente dos Operários da ACESITA (ABOA) (METASITA, s.d.2). Esta associação foi o segundo passo para a legalização do sindicato⁸⁶⁴ (COSTA & ARAÚJO, s.d.), que, no ano seguinte, virou Associação Profissional dos Empregados na Indústria Metalúrgica e de Material Elétrico do Município de Coronel Fabriciano, sendo finalmente reconhecida como sindicato em 1952, com o nome de Metasita (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Município de Coronel Fabriciano⁸⁶⁵)⁸⁶⁶.

Embora a inconstância⁸⁶⁷ e imprecisão dos relatos das atas de reunião, bem como a ausência de dados quanto ao número de associados e das atividades desenvolvidas pelo Metasita, não permitam afirmar com certeza se ele correspondia ao que a literatura tem considerado “sindicato pelego”, ou seja, um sindicato que, seja devido à falta de consciência de classe de seus integrantes ou à dependência das verbas oriundas do imposto sindical, dado o baixo número de associados, assumia uma postura pouco combativa (SOUTO JR., 2000), seu caráter assistencialista é patente desde seu nascimento e a ausência de reivindicações pode ser comprovada tanto pelo depoimento do sr. Dezete, que afirmou que desde

⁸⁶¹ O sr. Pedro Sampaio Guerra era um dos médicos da equipe da ACESITA e foi o idealizador e fundador do sindicato dos metalúrgicos, sendo descrito por Nazareno ATAÍDE (1986: 193) como “homem de profunda e ampla visão social e humana”.

⁸⁶² Nazareno ATAÍDE (1986) fala em Cz5 (cinco cruzeiros) e, embora em Metasita 50anos (METASITA, s.d.) se fale em cinco réis, esta moeda havia sido substituída pelo cruzeiro desde 1942.

⁸⁶³ Segundo impresso do METASITA (s.d.): “O desconto que nada tinha de ético, não foi adiante, proque um jornalista da época, conhecido como Siqueira, denunciou a Associação, pelo fato do Fundo não ser registrado no Ministério do Trabalho e pelo fato de haver indícios de desvio do repasse da verba a favor do Dr. Campos, ex-chefe da seção pessoal da ACESITA, e de outros poucos assessores da diretoria da Companhia.”, irregularidade que o dr. Pedro Guerra contesta dizendo que havia uma exigência de ter pelo menos um terço da anuência dos empregados para se formar a associação e que ele mesmo havia colaborado na coleta destas assinaturas (METASITA, 1989).

⁸⁶⁴ Segundo Costa (METASITA, 1989), na época a legalização dos sindicatos se dava por intermédio da adesão de pelo menos 1/3 dos empregados a uma associação.

⁸⁶⁵ Após a emancipação ele tornou-se Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos dos Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo, já que pouco depois (1965) o sindicato de Ipatinga se desmembrou (SINDIPA, s.d.).

⁸⁶⁶ A primeira reunião ocorreu no salão do Cine ACESITA, sendo as posteriores realizadas no Grupo Escolar ACESITA, no Clube Operário e na sede social do sindicato, que até 1978, quando foi inaugurada sua nova sede no Timirim, localizava-se no número 13 da avenida 1º de Maio, provavelmente onde hoje se localiza um estacionamento da empresa, em frente ao estádio (METASITA, s.d.2).

⁸⁶⁷ A relação das atas disponível para consulta apresenta um lapso de quase quatro anos, entre a 5ª e 6ª Ata, realizadas respectivamente em 15/nov/1952 e 16/fev/1956, o mesmo acontecendo entre a 6ª e 7ª atas (15/fev/1957 e 29/set/1963), mas entre 1966 e 1969 as notícias das reuniões tornam-se mais regulares, voltando a se espaçar e, a partir de 1973 até 1986, treze anos, são noticiadas somente 17 reuniões (METASITA, s.d.2).

que chegara, em 1949, “... *convive[ra] 2 anos sem movimento nenhum, sem ninguém reclamar e tal e coisa, reclamava mas não podia falar para a companhia saber, senão seria demitido,né?!’*” (METASITA, 1989), e mesmo pela história oficial da instituição (METASITA, s.d.3), segundo a qual:

O sindicato então criado sem nenhuma restrição da empresa, e com os primeiros presidentes diretamente ligados a ela, não tinha uma conduta de luta, que é adquirida pelo sindicato com o passar do tempo. O 3º presidente do sindicato é José Pimenta, 1956 a 1958. Nesta fase já é [sic] feito algumas reivindicações a empresa, mais [sic] sem muito empenho por parte do Pimenta, (...) Com a firmeza e vontade de lutar mostrada pelos trabalhadores aos poucos esta situação foi mudando, conquistas trabalhistas foram surgindo, mostrado que só conquista melhorias, quem vai a luta, quem não se curva, quem não se cala diante da opressão.

Assim, após o movimento inicial para sua consolidação, o sindicato passou por um período em que a tutela governamental e empresarial, que no caso de uma estatal como a ACESITA podia ser resumida numa única pessoa, o presidente da companhia, parece ter restringido sua ação a aspectos mais assistenciais do que reivindicatórios. Mas para além da conjuntura da época, vale salientar a importância da presença do general Edmundo de Macedo Soares na presidência da companhia, que com grande dinamismo e uma postura conciliadora buscou não somente alterar as condições de vida e trabalho dos operários, como também buscar uma aliança com os trabalhadores por meio do enaltecimento do trabalho como atividade cívica e promotora da higiene física e moral, valendo-se tanto de festividades, de obras urbanas e melhorias na educação quanto da Igreja.

Já a partir de 1962, o clima geral de incertezas e conflito também se faz sentir fortemente na cidade, que também está às voltas com o movimento de emancipação do município (SILVEIRA, s.d.), segundo Costa: “*O movimento sindical combativo que se estende pelo Brasil inteiro, nesse momento, influencia no sindicalismo de Coronel Fabriciano, que tinha Ipatinga e Timóteo como distritos*”. Neste mesmo ano, o presidente do sindicato foi deposto e assumiu o secretário geral, Geraldo dos Reis Ribeiro, que foi destituído após o golpe militar e uma junta governativa assume a instituição⁸⁶⁸.

Segundo Costa (METASITA, 1989): “*O movimento sindical combativo que estende pelo Brasil inteiro, nesse momento, influencia o sindicalismo de Coronel Fabriciano, que tinha Ipatinga e Timóteo como distritos*”. Assim, em 1963 ocorre a primeira greve na ACESITA⁸⁶⁹, um conflito armado com os trabalhadores da USIMINAS⁸⁷⁰, que desde 1958 passara a integrar o sindicato, e inicia-se o movimento para a constituição de um sindicato em Ipatinga.

Segundo Jorge Noman (RUEDA & NAHAS JR., 1991), a formação do sindicato em Ipatinga se deu sem atrito com o de Timóteo, embora o grupo que conduziu sua fundação fosse de oposição ao então presidente Geraldo Ribeiro. Assim, conta Noman: “*Nossa diretoria optou por uma política de relacionamento sem confrontação (...) porque os diretores da empresa eram também empregados, não*

⁸⁶⁸ Esta junta governativa era formada por: Sr. Otávio Sperancini, João Diogo Pereira e Manoel Ferreira (**Metasita 53 anos**, s.d.).

⁸⁶⁹ Esta greve foi ocasionada pela determinação de se reduzir o tempo de descanso dos trabalhadores no “trem de chapa”, que era de 30 minutos de trabalho e 30 de descanso, para 40 e 20 (ou de 20 e 40 para 30 e 30, segundo depoimento de Geraldo Ribeiro) (METASITA, s.d.3), trabalho que é descrito por Geraldo Ribeiro como “inferno”: “Quem não conheceu o trem-de-chapa perdeu, porque deixou de conhecer o inferno, porque o trem-de-chapa era igualzinho ao inferno. Para você ter uma idéia, as pessoas que trabalhavam lá usavam um tipo de tamanco feito de madeira com mais ou menos 8cm de altura para agüentar bem o calor das chapas de aço,o calor era muito forte. A pessoa recebia a chapa bem na frente do rosto”.

⁸⁷⁰ As diversas versões sobre o massacre são apresentadas no capítulo III.

donos”, diferentemente do que ocorria no Metasita, onde havia a influência do pessoal de Nova Lima. Esta posição mais firme com relação à defesa dos trabalhadores⁸⁷¹ é explicada por Antônio Carlos DIAS (27/jul/2005), um dos conselheiros do sindicato, segundo o qual: “*O trabalhador se identifica tanto com nós que tem prazer em nos ver ‘peitando’ o chefe. ..., o ‘cara’ se sente bem em ver cartas de protesto no mural. ... [porque] o dia que perder a identidade como trabalhador aí acaba*”, o sindicato deixa de ser necessário, não tem mais razão que justifique sua existência.

Mas, apesar de toda esta combatividade, não foram muitas as greves que a empresa teve de enfrentar; até 1986, Nazareno ATAÍDE (1986) contara somente quatro greves significativas, e pelos relatos dos fatos marcantes da Década de 50 a 90 (METASITA, s.d.1), até 2000 não foram mais que nove greves⁸⁷². A análise reforça a idéia da década de 1980 como um marco na expressão de posturas oposta às da ACESITA, pois além do carnaval, do plebiscito e da primeira gestão de Geraldo Ribeiro, foi durante esse período que ocorreram mais greves. Possivelmente um reflexo da filiação do sindicato à CUT, em 1985, e a eleição do novo grupo dirigente, o Sem Censura, que tinha Jose Geraldo da Costa na presidência. Mas se este é um momento de muita luta, ele é também considerado por Geraldo Costa e Almir Murta como de perda de força, com a greve de 1986 considerada um fracasso, já que, aproveitando-se do apoio governamental para reprimir a greve de protesto às medidas econômicas do governo, a empresa “*colocou para fora mais de 400 ativistas*” (depoimento Costa in METASITA, 1989).

No entanto, o que a primeira vista poderia ser atribuído à falta de organização ou mesmo coesão, fatores que debilitariam a força de qualquer movimento proposto pela instituição, indica também que a empresa sempre buscou manter o menos aparente possível os conflitos e a postura do próprio sindicato que parece ter adotado uma política que pode ser descrita como de “guerrilha”, visto que, em vez de partir para um confronto aberto, busca apoio nas bases, cuidando da instrução sindical dos jovens recém-chegados com bastante atenção e acreditando que a vitória final depende do sucesso em pequenos embates.

Assim, as reivindicações feitas pelo sindicato são incessantes e abrangentes, de modo que, embora possam ser inseridas em questões maiores como a salarial, carga horária e insalubridade, são muito mais específicas. Portanto, além dos grandes movimentos durante o período do dissídio, pequenas batalhas que são travadas cotidianamente, como mostram as denúncias em panfletos e cartas fixados nos murais, no jornal Sem Censura (METASITA, 2004) e no site do sindicato (METASITA, s.d.3). Neles fica clara a preocupação do sindicato em esclarecer e esmiuçar as estratégias da empresa e assim evitar

⁸⁷¹ Esta diferença de postura dos dois sindicatos pode ser observada também por sua filiação, pois enquanto o Metasita se filiou à CUT (1985) (Central Única dos Trabalhadores), o SINDIPA responde à Força Sindical.

⁸⁷² Em outubro de 1963 ocorreu a primeira greve (horário de descanso do pessoal do trem de chapa), em 1968 ocorreu a segunda (o motivo não fica claro), sendo que no período da ditadura não houve greve, sendo que somente em 1984 acontece uma nova greve, considerada uma das mais abrangentes (aumento de salário somente para as chefias, problemas de higiene, salubridade e segurança no trabalho). A greve de setembro de 1986 deveu-se às dificuldades de negociação salarial, e a dezembro foi um protesto contra as medidas econômicas do governo, havendo nesta ocasião confronto com a topa da ROTAM de Belo Horizonte. Em 1988 a greve deveu-se também à questão salarial, enquanto que a do ano seguinte decorreu do não cumprimento do acordo quanto a adoção da “tabela francesa”. Somente 1991 ocorreria a nova greve, mas de pequenas proporções e deflagrada visando à reposição de perdas salariais acumuladas; em 2000 ocorre nova greve onde as reivindicações vão desde salário até férias, horas extras e produtividades.

demissões e quaisquer outras formas de exploração ou manipulação, seja na forma de concessão de empréstimos associados a outros benefícios, nas estratégias para desmobilizar os empregados, camuflar o resultado das medições de poluentes, ampliar os horários de trabalho ou mesmo nos “enganos” nos cálculos salariais, buscando sempre estar atento para que a empresa cumpra os acordos feitos e não inviabilize a participação de seus membros nas assembléias do sindicato⁸⁷³.

Todas essas lutas e reivindicações, no entanto, não foram suficientes para eliminar totalmente o assistencialismo do rol das atividades do sindicato. Muito pelo contrário, além de ter inspirado a fundação da COPESITA (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados da ACESITA)⁸⁷⁴ e da Associação dos Aposentados⁸⁷⁵, ele ainda gerencia um plano de saúde próprio⁸⁷⁶, o Pró-Saúde, que oferece assistência médica, ambulatorial e odontológica aos seus filiados e mantém uma colônia de férias no município de Pontal do Linhares no Estado do Espírito Santo (METASITA, s.d.3). Assistencialismo que ajuda a fortalecer seus laços com a comunidade local, pois garante sua presença tanto dentro como fora da fábrica, tanto nos horários de trabalho quanto nos de lazer, nos piores e melhores momentos de seus associados e familiares.

DA BENEPÓ AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

A emergência da questão social no século XIX parece ter sido um dos principais fatores que despertaram a Igreja Católica para a necessidade de mudanças no seu relacionamento com a sociedade. Essa questão, segundo Jessie Souza (2003: 71), “... tem sido, principalmente para os papas uma questão do trabalho.”⁸⁷⁷

Neste processo, que ganha grande impulso a partir do pontificado de Leão XIII, ela buscou uma

⁸⁷³ Estes cuidados foram observados a partir da análise de jornal Sem Censura (METASITA, 2004) e do link “Mural” no site do METASITA (s.d.) entre setembro de 2005 e julho de 2006, além das entrevistas com Antonio Carlos DIAS (27/jul/2005) e Cícero Barbosa MACHADO (10/fev/2004).

⁸⁷⁴ A COPESITA foi criada em 1967 e continua funcionando até os dias de hoje, incumbindo-se não somente de possibilitar empréstimos com juros baixos, como também instruir seus associados na aplicação dos recursos obtidos (ATAÍDE, 1986).

⁸⁷⁵ A associação nasceu com o apoio e a cobertura do sindicato, que, além de abrigar suas primeiras reuniões, cedeu mobiliário e dava-lhe assistência jurídica. Após as primeiras conversas para sua concretização, em 1979, encabeçadas por José Serafim de Carvalho, Raimundo Machado Jacque e Antônio Lana Torres, a associação ficou paralisada por dois anos e meio, aí então assumiu uma nova comissão e seu estatuto aprovado. Contando com o apoio do sindicato e da ACESITA (cedeu o local da sua sede atual, no conjunto comercial do centro) (ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DE ACESITA, s.d.1). O objetivo da associação, descrito no artigo 2 do seu estatuto (atualizado em 1991) reza que: “A Associação dos trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Município de Timóteo, com fone e Sede neste Município, é constituída com o fim de representar legalmente os aposentados e pensionistas perante os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, bem como junto as empresas, entidades de classe, associações diversas, no sentido de proporcionar a participação e a promoção social de seus representados” (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO DE TIMÓTEO, 1991). Assim, entre as principais conquistas da associação, conta a extensão do plano de saúde dos funcionários ativos para os aposentados, permitindo que, como se lembra Nazareno ATAÍDE (1986), “O aposentado continu[e] ligado à sua empresa que, num gesto de justiça e reconhecimento, lhe retribui um pouco do muito que lhe deve. Eles deram à Companhia o melhor da sua vida”.

⁸⁷⁶ Vale salientar que, a partir de 1974, a ACESITA também ampliou seu plano de saúde (ATAÍDE, 1986), que apesar de ser considerado muito bom pelos empregados (DIAS, 27/jul/2005), estes ainda encontram dificuldades em legitimar os atendimentos psicológicos, problema que tem sido considerado pelo sindicato um dos principais atualmente e que é atribuído aos horários dos turnos, que impossibilitam tanto um descanso quanto um convívio familiar e o desenvolvimento de atividades sociais adequadamente.

⁸⁷⁷ Para Leão XIII, o problema estava na propriedade privada, e de Pio XI em diante, o foco fixa-se cada vez mais na desordem social (SOUZA, 2003).

reconciliação com a “modernidade”, ou seja, em vez da postura de negação e condenação às condições existentes, a Igreja buscava desempenhar um papel ativo na construção de uma sociedade mais justa. Segundo Jessie Souza (2002: 46), foi

“O medo da desordem como consequência do crescimento do proletariado internacional [que] levou a Igreja a divulgar, além das nacionalidades, seu discurso teológico-político de propaganda anti-revolucionária, legitimando-o, ao mesmo tempo, como um discurso crítico ao individualismo. A Igreja, colocando-se acima das classes, lança-se na pacificação da sociedade, buscando a solução da questão social pela via do paternalismo, e, principalmente, por meio da criação de um aparato jurídico-político que garantisse a harmonia social.”

Para tanto, era preciso não somente alterar seu modo de inserção, como também reorganizar sua doutrina social a partir de uma nova abordagem da teologia cristã. Neste processo, a publicação da encíclica papal *Rerum novarum* por Leão XIII (1891) foi decisiva⁸⁷⁸; nela fica clara sua opção pela defesa dos pobres.

“2. ... é necessário, com medidas prontas e eficazes, vir em auxílio do homens das classes inferiores, atendendo a que eles estão, pela maior parte, numa situação de infortúnio e de miséria imerecida.” (LEÃO XIII, s.d.).

Esta defesa, contrariamente ao que pensavam os comunistas e socialistas, grupos que a Igreja Católica iria combater com grande tenacidade, tem como premissa o estabelecimento da paz social, uma paz que é fruto do consenso entre as classes e não da exacerbação dos embates entre elas. Assim, a solução proposta pela Igreja Católica não decorreria do estabelecimento de uma sociedade igualitária constituída a partir da propriedade coletiva e cuja formação se daria somente após a vitória do proletariado sobre a burguesia, mas sim da aceitação do papel de cada um na hierarquia social determinada por Deus.

Partindo desse ponto de vista, a defesa da propriedade privada justificava-se pelo direito natural e pela liberdade, princípio que João Paulo II chamou de “primado do homem sobre as coisas”, ou seja, o direito natural do homem de possuir coisas e dispor livremente delas. Esse princípio permitia o estabelecimento de uma relação direta entre propriedade privada e trabalho, pois sem o direito à propriedade privada, o operário estaria também privado do direito de usufruir do fruto de seu trabalho, que não pertenceria somente a ele, mas à coletividade. Além de que, o trabalho era visto como “... o centro da finalidade divina do ser humano”, pois era por intermédio dele que o homem deveria concluir a criação divina, e, pelo trabalho árduo, redimir-se do pecado original, o que Jessie de SOUZA (2002) chamou de “economia da redenção”.

Como portadora dessa “verdade”, a Igreja Católica não somente negava a existência de qualquer conflito entre capital e trabalho, como se colocava como elemento vital para o entendimento entre as classes, pois era a principal, senão única, intermediária entre elas.

Intermediação que ela pretendia exercer por meio da instrução da sociedade, ou seja, servindo como “compasso moral” tanto para os ricos, incentivando o exercício da caridade, quanto aos pobres, que

⁸⁷⁸ O que não quer dizer que as encíclicas posteriores, como a **Quadragesimo anno** de Pio XI e a **Mater et magistra** de João XXIII, ou mesmo a **Gaudium et Spes** do Concílio Vaticano II e a **Centesimus annus** de João Paulo II, não tenham trazido contribuições, mas somente que a **Rerum novarum** além de ser a que inaugurou esta abordagem, considerada por R. ZAMBON (s.d.) como a “primeira encíclica social”, também a tratou com profundidade suficiente para ser ainda hoje uma das principais referências à visão católica da questão social.

deveriam aceitar sua condição⁸⁷⁹. Assim, a Igreja Católica incumbia-se tanto da intermediação entre os ricos e os pobres como entre os homens e Deus, legitimando sua missão educativa para além da catequese. Postura que iria conduzi-la cada vez mais a uma imersão no universo laico, com a proliferação de grupos leigos cujo objetivo era intervir mais direta e cotidianamente no comportamento moral dos homens⁸⁸⁰.

No entanto, conduzir o processo não significava suportá-lo sozinha, de modo que a colaboração do Estado no processo de pacificação das classes era considerada essencial, pois enquanto a Igreja cuidava da moral e do espírito dos homens, o Estado deveria apoiá-la, servindo como um de seus braços executivos.

“20. ... Os direitos, em que eles se encontram, devem ser religiosamente respeitados e o Estado deve assegurá-los a todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a sua violação.” (LEÃO XIII, s.d.).

No Brasil, embora a estreita vinculação entre o Estado e a Igreja Católica tivesse sido rompida com a proclamação da República e o fim do patronato⁸⁸¹, durante o governo de Getúlio Vargas o relacionamento entre eles voltaria a se estreitar⁸⁸². Segundo Kenneth SERBIN (1992: 03):

“Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, Igreja e Estado estabeleceram um novo pacto de cooperação, largamente informal mas não sem concessões da parte do governo. ... [e que] se tornou ainda maior durante o Estado Novo e permaneceu forte durante a administração Dutra (1946-1950) e o segundo governo Vargas (1951-1954).”⁸⁸³

Neste novo pacto, em troca de subsídios governamentais, a Igreja se colocaria como base de apoio para o governo⁸⁸⁴, fazendo uso de suas instituições e de sua oratória para colaborar na pacificação das classes e conclamar o povo ao respeito das leis e aos benefícios do trabalho. Portanto, ao aliar-se ao governo, a Igreja não somente se mantinha fiel a seus preceitos, como também obtinha subsídios para pôr em marcha suas obras⁸⁸⁵, assumindo o papel de responsável pela sustentação da política social do

⁸⁷⁹ “9. O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível.” (LEÃO XIII, 1891).

⁸⁸⁰ “15. Entretanto, a Igreja não se contenta com indicar o caminho que leva à salvação; ela conduz a esta e com a sua própria mão aplica ao mal o conveniente remédio. Ela dedica-se toda a **instruir e a educar** os homens segundo os seus princípios e a sua doutrina, Depois, esforça-se por penetrar nas almas e por obter das vontades que se deixem conduzir e governar pela regra dos preceitos divinos. ... Os instrumentos de que ela dispõe para tocar as almas, (...) **São os únicos aptos** para penetrar até às profundezas do coração humano, que são capazes de levar o homem a **obedecer às imposições do dever**, a **dominar as suas paixões**, a amar a Deus e ao seu próximo com uma **caridade sem limites**, a ultrapassar corajosamente todos os obstáculos que dificultam o seu caminho na estrada da virtude.” (LEÃO XIII, 1891).

⁸⁸¹ “... o patronato régio era um regime de dependência instituído em Portugal no limiar da era dos Descobrimento – [no qual] a igreja permanecia essencialmente sobre a tutela do Estado.” (SOUZA, 2002: 101). Sistema que se estendeu para as colônias e que permitia que o governante um controle tal sobre a Igreja que até mesmo o dízimo era recolhido pelo Estado, que em troca se responsabilizava pela construção de igrejas, capelas e confrarias, além da designação de párocos e bispos.

⁸⁸² Segundo Jessie de SOUZA (2003), no início do século XIX, ergue-se no Brasil o que ficou conhecido como a “questão religiosa”, ou seja, um intenso debate ocasionado pela proibição do ensino religioso nas escolas e do financiamento estatal de qualquer instituição religiosa.

⁸⁸³ “... With the rise of Getúlio Vargas to power, Church and state established a new pact of cooperation, largely informal but not without concessions on the part of the government. ... became even greater during the Estado Novo and remained strong during the Dutra administration (1946-1950) and the second Vargas government (1951-1954),” (SERBIN, 1992: 03).

⁸⁸⁴ Segundo Jessie de SOUZA (2002), esta separação entre o Estado e a Igreja foi o que possibilitou à última constituir e ampliar sua estrutura, criando livremente novas dioceses e paróquias e, deste modo, formar uma base mais sólida, tanto física como economicamente. Também foi a partir daí que a Igreja Católica brasileira iniciou um processo de “romanização”, ou seja, uma reaproximação dos preceitos católicos conforme ditados pela sua mais alta hierarquia, significando uma maior submissão à Roma.

⁸⁸⁵ Segundo Kenneth SERBIN (1992) a concessão de benefícios à Igreja Católica, feita por intermédio da Caixa de Subvenções, sendo muito facilitada quando, a partir de 1940 (até 1947), eles passaram a não depender mais da aprovação do poder legislativo, sendo decididas diretamente pelo responsável pelo Conselho Nacional de Serviço Social, órgão subordinado ao Ministério da Saúde e Educação, comandado sucessivamente por Francisco Costa e Gustavo Capanema, ambos defensores desta aliança.

Estado⁸⁸⁶. Entre as principais atividades desenvolvidas pela Igreja e que eram financiadas pelo Estado⁸⁸⁷ estavam escolas, hospitais, fraternidade, grupos de mulheres, as sociedades São Vicente de Paula, orfanatos, seminários para padres e universidades, organizados e gerenciados por ordens religiosas com o apoio de grupos leigos, como a Ação Católica Operária (ACO), os Círculos Operários (CO), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), etc.

Outro aspecto no qual a Igreja e o Estado estavam afinados era na forma pela qual a sociedade deveria se organizar, com ambos investindo seus esforços na formação de cooperativas e sindicatos, pois, como pretendia a doutrina social da Igreja, a organização da sociedade deveria “... *basear-se na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais, [pois] o corporativismo católico acreditava ser possível construir, a partir da solidariedade básica que redundaria dessa organização, elementos que harmonizassem a sociedade*” (SOUSA, 2002: 163). Instituições que, assim como as corporativas surgidas após a Revolução Industrial, deveriam ser utilizadas a fim de determinar uma organização hierárquica da sociedade, incumbindo-se, portanto, de organizar a base social de modo que fosse possível aos seus dirigentes, tanto espirituais quanto políticos, reconhecerem e distinguir mais facilmente entre os diversos grupos sociais, o que se, por um lado agilizava o atendimento de demandas específicas, por outro facilitava o controle e a vigilância. Situação que Jessie de SOUZA (2002) resumiu como: espiritualização das relações de classe pela Igreja e supervisão pelo Estado.

É neste contexto e imbuído de todo este ideário que o general Edmundo de Macedo Soares assumiu a presidência da ACESITA e se, desde o momento inicial, o papel da Igreja na conformação da sociedade local já se esboçava, com a capela constando entre as primeiras construções erguidas⁸⁸⁸, após a estatização da empresa ele tornou-se ainda mais evidente.

Como presidente de uma estatal, Macedo Soares era também representante do Estado, e como tal, ele iria incumbir-se de não somente melhorar o desempenho industrial da companhia, como também fazer dela um exemplo de civilidade, de modo que é neste momento em que o projeto industrial da ACESITA torna-se também um projeto social⁸⁸⁹. Projeto que, logo ficou claro, contaria com a participação intensa da Igreja Católica, datando de 1950 a chegada do primeiro pároco para a capela da ACESITA⁸⁹⁰, Monsenhor Rafael⁸⁹¹, que, como engenheiros, técnicos e outros profissionais, havia sido

⁸⁸⁶ Esta “aliança” era também uma forma de clientelismo, pois, embora de um lado houvesse um real “... interesse numa política racional de subsídios, por outro, se queria satisfazer legitimamente o maior número de pedidos possível” (SERBIN, 1992: 14) permitindo a Getúlio Vargas, por intermédio da Igreja, fortalecer seus laços com a população atendida.

⁸⁸⁷ Para Kenneth SERBIN (1992), embora o subsídio governamental não fosse vultoso, para as instituições ele era bastante representativo.

⁸⁸⁸ Embora não tenha sido possível verificar como Aminthas Jacques, Percival Farquhar e Athos Rache viam a presença da Igreja Católica na comunidade operária que começavam a construir, nem mesmo datar com exatidão o ano da construção da capela, ela já aparece em fotografias de 1946, inclusive durante uma festividade com grande público reunido em frente dela (CARNEIRO & FAGUNDES, 1992).

⁸⁸⁹ Para as obras urbanas construídas nesse período e seu posicionamento quanto à cidade e a moradia operária, vide capítulo IV.

⁸⁹⁰ Assim, apesar de a capela de São Sebastião, no centro sul, ser mais antiga, a capela da ACESITA tornou-se paróquia antes, em 1950, enquanto a primeira foi constituída somente em 1962.

⁸⁹¹ Não foram obtidas muitas informações a respeito do Monsenhor Rafael Arcanjo Coelho, sabe-se somente que era natural de Alvinópolis (ATAÍDE, 1986).

trazido pelo general para auxiliá-lo a implantar seu projeto, como ele mesmo colocou no almoço natalino de 1952:

“Assim, meus senhores, quando trouxemos, ontem, êsses homens que aqui estão conosco, foi para unir seus esforços aos nossos esforços, com o objetivo único de que êles se coloquem ao lado daqueles que trabalham e lutam, numa pátria livre, pela justiça e pela fé cristã...”
(Índice de Suplemento de ACESITA, 1953: s.p.).

Com o mesmo propósito, as Irmãs da Beneficência Popular⁸⁹² também foram trazidas e, juntamente com Monsenhor Rafael, fundaram o Instituto Educacional Monsenhor Rafael⁸⁹³ cujo objetivo era melhorar a formação básica de toda a família dos trabalhadores, de modo que, funcionando em um edifício cedido pela ACESITA, além da alfabetização, oferecia aulas de corte e costura e de datilografia.

Um entrelaçamento ainda maior entre a Igreja Católica e a companhia, no entanto, se daria com a criação da Benepó (Beneficência Popular), entidade que pretendia oferecer trabalho no reflorestamento de eucalipto a “...pessoas desempregadas que não tinham condições ou capacidade de trabalhar na Usina: menores, idosos, mulheres, deficientes físicos, etc. com a finalidade de aumentar a renda da casa, famílias inteiras eram admitidas a trabalhar” (ATAÍDE, 1986)., vista pela Igreja e a companhia viam este trabalho como uma forma de caridade, pois como diz Nazareno ATAÍDE (1986), “... significava dar ocupação e salários, embora magros, a muita gente desempregada que não tinha onde se agarrar”. Como conta Padre ABDALA (12/nov/2002), na época o Monsenhor Rafael foi procurado pelo Dr. Alderico Rodrigues de Paula, pois como as instituições reconhecidamente de utilidade pública estavam isentas do pagamento de impostos,

Monsenhor Rafael aceitou fichar as pessoas na Beneficência Popular, para a companhia não ter que pagar os ingressos[sic] sociais, que na mentalidade do monsenhor Rafael era para dar condições de trabalho a velhos, crianças e adultos no reflorestamento, plantio de eucalipto e no carvão. (Padre ABDALA, 12/nov/2002)

Mas como o próprio Padre Abdala admitia, essas pessoas “trabalhavam como escravos⁸⁹⁴, não tinham carteira assinada, era um absurdo a indiferença!”. Apesar de toda essa indignação, a situação começou a mudar somente quando⁸⁹⁵ grupos considerados comunistas, ligados à reforma agrária⁸⁹⁶,

⁸⁹² Segundo Mauro PASSOS (1986), no início do século XX, Minas Gerais tornou-se o centro do movimento católico leigo, devido principalmente à grande afluência de padres europeus, especialmente alemães, belgas e franceses. Entre essas instituições está a Confederação Católica do Trabalho, que, na verdade, funcionava como os sindicatos do período, ou seja, voltava-se principalmente à formação moral dos trabalhadores e ao assistencialismo. Posteriormente, a Ação Católica, embora atuasse em todo o país, era particularmente forte em Minas Gerais (SOUZA, 2002).

⁸⁹³ A partir de 1971, o instituto foi unificado ao Colégio Macedo Soares e transferido para o novo prédio no Timirim (Ataíde, 1986), que posteriormente foi incorporado pelo Colégio Dom Bosco até que este se retirou da região em 2003, transferindo suas unidades para o ICMG (Instituto Católico de Minas Gerais), mantido pela Sociedade Mineira de Cultura, também mantenedora da UNILEST (Universidade do Leste de Minas Gerais) à qual ele encontra-se hoje associado. Vale ressaltar ainda que esta universidade originou-se dos esforços do padre holandês Cornelius Maria de Man que, como membro da Associação dos Padres do Trabalho, elaborou o projeto para uma universidade no Vale do Aço, mais precisamente em Coronel Fabriciano, que em 1976 foi doada à Sociedade Mineira de Cultura, originando a atual UNILEST (DIÁRIO DO AÇO, 1999).

⁸⁹⁴ O processo artesanal de produção do carvão vegetal (no Vale do Jequitinhonha) e os malefícios por ele causados são descritos por Elizabeth DIAS et al (2002).

⁸⁹⁵ Embora Padre Abdala não tenha conseguido precisar até quando durou a Benepó, dizendo somente que foi antes do golpe de 1964, ele também associa o fim desta entidade com a criação da ACESITA Energética, que ocorreu no início da década de 1970, quando se iniciou a segunda expansão da usina.

⁸⁹⁶ Tratando-se do início da década de 1960, é provável que fossem membros das Ligas Camponesas, que ao levantar a questão da propriedade da terra, eram associadas aos comunistas e durante o governo João Goulart estavam muito ativas na região Centro-Oeste.

levaram a denúncia ao órgão antecessor do INCRA⁸⁹⁷, o que resultou em processos contra a entidade⁸⁹⁸ e um mal-estar entre esta população e a Igreja⁸⁹⁹. Entretanto, mesmo com Monsenhor Rafael se colocando como responsável⁹⁰⁰ e a companhia ter posto fogo na documentação⁹⁰¹, Nazareno ATAÍDE (1986) conta que a ACESITA acabou sendo responsabilizada e condenada por solidariedade econômica.

No entanto, mais surpreendente que a história em si é o quanto sua lembrança causa desconforto, havendo somente uma fonte escrita que menciona o episódio, o texto de Nazareno ATAÍDE (1986). Também entre os entrevistados, o único que falou com detalhes sobre os acontecimentos foi Padre Abdala, enquanto entre os demais, os poucos que não se mostraram desconfortáveis em falar sobre o assunto, diziam pouco saber dele⁹⁰². Assim, em última análise, o soterramento desta memória demonstra que ainda hoje há uma forte identificação da população com a ACESITA, pois sua “vergonha” é partilhada pela comunidade.

Identificação que sem dúvida vem do trabalho, mas que a Igreja, por intermédio de seus prelados, ajudou a construir, pois como diz Padre ABDALA (12/nov/2002) “.... foi [Monsenhor Rafael] quem ensinou a comunidade a gostar da ACESITA, ele fez até um hino para a ACESITA. Porque antigamente tudo girava em torno do altar, o altar era o centro da vida”. Um altar que, consagrado a São José, também celebrava o trabalho e os trabalhadores, já que este é o santo padroeiro dos operários. Mais do que padroeiro e protetor, como demonstra Mauro PASSOS (1986: 180), ao analisar a formação da classe trabalhadora de Belo Horizonte, São José era o modelo de operário ideal, de modo que a consagração da capela a este santo também reforçava o tipo de comportamento considerado adequado, ou seja, como São José, os operários deveriam ser amáveis e serviçais, fiéis à família, à pátria e à religião⁹⁰³, pois como José, era do suor do rosto que extraíam o ganha-pão da família,

⁸⁹⁷ O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi criado em 1970, a partir da fusão do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) que vieram a substituir a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), criada logo após o golpe de 1964.

⁸⁹⁸ Dizendo que havia sido procurado pelo Dr. Geraldo Abreu, quando da mudança da diretoria, que lhe advertira quanto à necessidade de modificar alguma coisa porque o problema social estava se agravando e a empresa iria demitir toda aquela gente: “A companhia não pode deixar estas pessoas trabalharem, elas não tem condições de trabalhar, nem de passar num exame médico. Ela vai colocar esta gente na rua,, milhares de pessoas vão ficar sem teto” (Padre ABDALA, 12/nov/2002).

⁸⁹⁹ Segundo Padre Abdala, tanto a companhia quanto o prefeito de Coronel Fabriciano colaboraram por, pelo menos momentaneamente, esvaziar sua igrejas, afirmando que ele era contra o recebimento de indenizações pelo funcionários, quando, na verdade, estava tentando defender seus direitos, visto que poderiam receber indenizações muito maiores do que as conquistadas.

⁹⁰⁰ “Eu falei: olha pessoal, a única coisa que eu pediria a vocês é ver se consegue que a companhia assine a carteira dessa gente, porque a responsabilidade é da companhia. É deles o departamento de carvão, o Monsenhor Rafael não tem conhecimento nenhum, é só o intermediário, não tem interferência nenhuma na companhia. Eu falei também com Monsenhor Rafael: Monsenhor o senhor vai ser procurado por pessoas aí de Belo Horizonte e eu falei com eles que a companhia que é responsável pelo departamento próprio de carvão, de modo que o senhor não tem conhecimento de nada. Mas o monsenhor Rafael falou que ele era o responsável, foi a primeira vez que eu me senti com ele assim, né?, ele era muito paternal, a gente compreendia, a intenção dele era boa!” (Padre ABDALA, 12/nov/2002)

⁹⁰¹ “... queimaram os documentos todos. O escritório deles era anexo à casa das irmãs, tinha um comodinho ali, era ali o escritório onde eles guardavam as coisas. Queimaram quase tudo, a gente viu eles queimarem os documentos.” (Padre ABDALA, 12/nov/2002).

⁹⁰² Apesar de ciente de que um maior aprofundamento da pesquisa, com a entrevista direta de carvoeiros que trabalharam na região no período pudesse ajudar a responder muitas das dúvidas que ficaram, no material pesquisado não foi possível precisar as datas de fundação e fechamento da Benepó, nem mesmo conhecer mais detalhes sobre seu funcionamento e os processos movidos contra a companhia.

⁹⁰³ Como demonstra o artigo transcrito pelo Mauro PASSOS (1986: 180) do jornal O operário de maio de 1920:

“José, o carpinteiro de Nazareth, foi um **modelo de vida privada para o operário moderno**.

devendo, como ele, suportar provações diante das quais outros teriam se revoltado.

No entanto, se a mansidão e a postura conciliatória de São José eram capazes de inspirar o comportamento dos operários e conduzir a atuação de Monsenhor Rafael, Padre Abdala assumiu uma atitude mais contestatória. Tendo chegado a Timóteo, que ainda hoje chama de ACESITA, em 1953, o Padre Abdala Jorge é a figura mais popular da cidade, sendo referência obrigatória em todas as entrevistas. Posição que conquistou por causa de sua postura austera e sincera, sempre se posicionando com extrema lucidez e sem se importar se suas atitudes parecem contraditórias. Assim, mesmo declarando seu afeto pela ACESITA, que para ele é mais do que a companhia, ACESITA é o lugar, um lugar que considera

“... modelo de uma cidade do futuro, porque eu prego de corpo, sangue e alma a socialização da democracia do social e, a gente vê aqui o ideal de uma cidade do futuro, com todos os prós e contras: a garantia do trabalho, o direito de receber do trabalho que é preciso para morar, se alimentar, para ter boa segurança com uma vida muito austera.” (Padre ABDALA, 12/nov/2002)

E, portanto, um lugar onde todas as conquistas partem do trabalho e que nasceu dele, afirma ainda que o apito da fábrica a marcar as horas do dia o encanta mais do que o badalar do sino de sua cidade natal, São João del Rei, onde

“... até hoje, é os sino da matriz de Nossa Senhora do Pilar que marca as horas. Aqui, quando eu cheguei, havia um apito às 6 horas da manhã, havia um apito às 4 horas, havia um apito às 10 horas da noite e às 11 horas. ... Eu não escondo não, eu prefiro o apito da usina, que é uma expressão do trabalho, da vida. Prefiro o apito do que o sino da igreja que eu batia.”

Mas, apesar do grande respeito pela empresa como a geradora do trabalho, e da profunda admiração por alguns de seus presidentes, em especial pelo general Edmundo de Macedo Soares, como intermediário entre os operários, o sindicato e a companhia, o Padre Abdala não hesitava em pôr de lado a via preferencial da conciliação para confrontar publicamente a ACESITA. Assim, além de reconhecer a responsabilidade da ACESITA no caso da Benepó, deixou de fazer sermões durante as missas para “... falar com a voz daqueles que não podem falar em sinal de protesto pelo que a companhia fez...”, e chamou de desumano o brusco divórcio entre a ACESITA e a cidade após a privatização, condenando a criação da Fundação ACESITA como intermediária num relacionamento que sempre fora direto.

Esta Postura se tinge de um colorido comunista, ao afirmar que

“A ACESITA é um modelo de cidade do futuro, porque aqueles que estão trabalhando é que tem as rédeas na mão. Hoje nos somos como uma das cidades mais importantes da história, a vitória do povo! Porque a classe trabalhadora conseguiu ter um braço político no país. O desafio é esse, porque uma mudança dessas, qualitativa, tem que mexer nas estruturas e não é fácil mexer numa estrutura, é um desafio dos maiores.” (Padre ABDALA, 12/nov/2002).

Ou mesmo que “não são as pessoas que estão a serviço do altar, mas é o altar que está a serviço das pessoas. Não é o homem está a serviço de Deus, mas Deus que está a serviço do homem. Tudo gira em torno da pessoa”, e que, embora admita ser “um padre que possui uma cultura comunista”, que

Desde sua mocidade deve ser o **typo ideal para todo o trabalhador** que desejar sinceramente conseguir um ideal ao mesmo tempo útil e elevado e nobre. Como rapaz, José foi **illibado** em vida, vivendo **longe dos meios corrompidos**, preocupado constantemente em ser **fiel à sua família, à sua pátria, à sua religião, a seu Deus**. Por isso procurou instruir-se nas verdades da fé, ouvindo com perseverança as instruções dos sacerdotes e obedecendo docemente aos conselhos dos ministros do Senhor. Todos o estimavam. Estimavam porque ele era prestimoso, **serviçal, amável**, caritativo com todos sem distinção de idade, sexo, posição, riqueza. Assim deve ser todo o operário consciente.” (sem grifo no original).

“entend[e] as vantagens e desvantagens do socialismo”, e mesmo reconhecendo os descaminhos da Igreja, jamais abriu mão de tê-la como guia. Assim, o Padre Abdala parece ter encontrado um equilíbrio delicado entre a conciliação e a contestação, apresentando-se não somente como intermediário entre a companhia e os trabalhadores, mas também como símbolo de um momento de transição na postura da Igreja Católica, quando a opção pelos pobres se fortalece e os laços com o Estado se enfraquecem. Assim, apesar de ter se formado como padre antes mesmo da convocação do Concílio Vaticano II (1962-1965), ele incorporou muitos dos ensinamentos, relutando mais em substituir a batina do que em opor-se à companhia.

Embora com menor destaque que em outras cidades siderúrgicas, como Volta Redonda (SOUZA, 1992) e Ipatinga (BRAGA, 1997), por exemplo, a participação da Igreja Católica na formação de lideranças⁹⁰⁴ mais combativas, também ocorreu em Timóteo. Na verdade, não exatamente em Timóteo, mas em Cocaís, onde se concentrava o maior número de trabalhadores do carvão e onde irmã Lila, membro de Comunidade Eclesiástica de Base, instruía e dava assistência a estes trabalhadores.

Assim, reunindo-se na capela do lugar, depois de rezar e ler a bíblia, o sr. Joaquim Maria LIMA⁹⁰⁵ (26/jan/2006) conta que começavam a conversar sobre as dificuldades enfrentadas, chegando à conclusão de que a única maneira de modificá-las era pela união, sendo “... aí, através da oração que a gente conquistou as pessoas para irem lá para a igreja, onde toda 4ª feira a gente se reunia”. Portanto, com o apoio e a orientação da irmã Lila e argumentando: “Vocês acham que Deus criou o mundo para nós ficarmos desse jeito? Para sermos mandados por homens como estes?! Com um salário como este?!”, em 1990, após um racha com o sindicato de Timóteo⁹⁰⁶, conseguiu fundar o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração de Antônio Dias e Região, do qual até então ainda era o presidente.

Um sindicato com uma postura marcadamente distinta do Metasita, já que não se baseia na assistência social, mas na organização e fortalecimento da consciência de classe, posição que Joaquim Maria LIMA (26/jan/2006) resume muito bem ao dizer: “Não adianta dar suporte financeiro, tem que ajudar a lutar”. Assim, em vez de tomar para si o cuidado direto com os trabalhadores, ele se empenha em reivindicar junto à Cenibra e às empreiteiras a melhoria no transporte, a construção de novos postos de saúde, incentivo à formação, o que, embora seja posto como uma opção, parece ser também uma necessidade, uma vez que o número de associados é de apenas 400, entre os 2.800 vinculados a

⁹⁰⁴ Uma das mais importantes no Brasil foi a Ação Católica Brasileira (ACB), criada em 1935 com o objetivo de “re Cristianizar” a sociedade e formar lideranças leigas e que era muito forte em Minas Gerais (MORAES, 2003).

⁹⁰⁵ O sr. Joaquim Maria das Graças Lima nasceu em na fazenda Clemente, em Antonio Dias, onde trabalhou na roça até os 17 anos. Com a morte dos avós e a venda da fazenda, empregou-se na área de plantio de eucalipto na CAFSB, empreiteira da Belgo-Mineira. Em 1976 foi trabalhar nos serviços de terraplanagem para a construção da usina de Ouro Branco, voltando para a CAFSB em 1979 e dois anos depois se empregou na ACESITA Energética, onde ficou por três anos. Finalmente, em 1984, foi trabalhar na CENIBRA, da qual ainda é empregado.

⁹⁰⁶ Acreditando que o sindicato não estava atendendo os trabalhadores como deveria e gastando de modo indevido seus recursos (abusos com telefone e etc.), quando recebeu apoio de somente um dentre os demais 23 diretores, montou uma chapa de oposição, que não venceu. Além do que, com a maioria dos trabalhadores concentrados em Antonio Dias e outras pequenas localidades, achou que seria apropriada a criação de uma sede nesta cidade, levando à fundação do sindicato em 1990.

empreiteiras na região⁹⁰⁷.

As diferenças entre estes sindicatos, no entanto, não para por aí, pois enquanto o Metasita é favorecido por sua inserção no contexto urbano, possibilitando uma maior aproximação com seus associados, o sindicato de Antônio Dias é penalizado pelo distanciamento que a própria natureza do trabalho de seus associados⁹⁰⁸ exige, tendo como consequência a dificuldade de identificação com esta organização, que, focalizando as questões do trabalho, não é tão presente no cotidiano do trabalhador. Além disso, enquanto em Timóteo a ACESITA concentra grande número de empregados e sua presença já faz parte da história local, para os trabalhadores rurais, na maioria das vezes não há uma “empresa” à cuja imagem possam se referir; são cerca de 25 empreiteiras que reúnem empregados alojados em pequenos municípios, povoados e “patrimônios”⁹⁰⁹ dispersos na região.

⁹⁰⁷ O sr. Joaquim Maria falou que eram em torno de 25 empreiteiras na região, empregando cerca de 2.800 trabalhadores, a maioria emprega entre 60 e 120 pessoas, com exceção da KTM, com aproximadamente 1.500 empregados. Já a Cenibra chegara a ter 6.080 trabalhadores ocupados em serviços rurais na região, mas com a privatização, este número tinha passado a 165 pessoas.

⁹⁰⁸ Feito em grandes propriedades, o plantio do eucalipto exige o deslocamento dos trabalhadores para áreas distantes dos centros urbanos (usualmente em torno de 40 km), o mesmo ocorrendo com o carvão, que é produzido nas chamadas “baterias” no meio da mata. Assim, reunindo entre 20 e 30 fornos, um carvoeiro e um ajudante para cada 7 deles, cada bateria não exige mais que 20 pessoas para ser tocada, enquanto que no plantio e colheita usualmente se trabalha em duplas ou pequenas turmas.

O processo de produção do carvão é descrito por Joaquim Maria LIMA (26/jan/2006): “Tem um forno na base de tijolo (16 m²), coloca as toras de madeira e o fogo por cima, na chaminé. Aquele fogo vai descendo e vai cozinhando, cabendo ao carvoeiro ir acertando o rodapé para não dar labareda, porque se der labareda queima tudo, vira cinza. Deixa queimar por 4 dias e já pode fechar. Aí tem que varrer e pegar um balde para esfriar. Onde é perto de água, eles colocam uma mangueira, mas precisa tomar cuidado com a água, ela quebra o carvão... Então tira o carvão, na minha época era com o garfo que enchia as gaiolas, tirava o carvão do forno, amontoava na praça da bateria, colocava no balaio, subia numa escada e virava dentro da gaiola. Era muito difícil, mas hoje é tudo mecanizado, tem lugar q as máquinas já entram com a madeira dentro do forno e já tiram tudo, o trabalhador só cuida de cozinhar o carvão.”

⁹⁰⁹ Patrimônios são agrupamentos de casas, usualmente organizado pelas empreiteiras, onde se situam os alojamentos e alguma espécie de bem feitoria como o armazém.

Fig. 313: Atual armazem da ASSOCIA no Quitandinha
(AUTORA, 2005)

Fig. 314-315: Prédio da atual farmácia da ASSOCIA e sede da
Associação dos Aposentados
(Relatório 1961, 1962; ARQUIVO ACESITA)

Fig. 316-317: Os galpões de alojamento e armazém no centro
no Quitandinha
(ARQUIVO ACESITA)

Fig. 319-320: O hospital Vital Brasil na década de 1960 e
atualmente

(AUTORA, 2005; ARQUIVO ACESITA)

Fig. 318: O antigo hospital
(ARQUIVO ACESITA)

Fig. 321-322: As celebrações em frente à Capela São José
(ARQUIVO ACESITA)

Fig. 323-325: A Corporação Musical Santa Cecília na década de 1950 e atualmente
(SILVEIRA, s.d.1)

Fig. 326-328: O uso do solo no Vale do Aço, as baterias de fornos da ACESITA, os modernos fornos no Vale do Jequitinha
(COSTA, 1985; ACESITA ENERGÉTICA, 2006, ACESITA, 1989)

Áreas industriais Áreas urbana Áreas reflorestadas Área do PERD

Fig. 329-331: o Colégio Salesiano na década de 1960 e atualmente
(ARQUIVO ACESITA; AUTORA, 2005)

VI.2.2 A CELEBRAÇÃO E A CONTESTAÇÃO NOS DESFILES CARNAVALESCOS

Diferentemente dos bailes de carnaval, comuns em diversas comunidades operárias, inclusive em Timóteo, e que são realizados em ambientes fechados, onde um controle, tanto na entrada quanto durante a festa, é mais facilmente exercido, o carnaval de Timóteo realizava-se nas ruas e tinha como marcas registradas a descontração e a espontaneidade. Era, portanto, bastante diverso dos desfiles relatados pelos antigos moradores da Usina Santa Bárbara, que, se não fosse pelo caráter de descontração, mais se assemelhavam a procissões⁹¹⁰ de Corpus Christi ou mesmo dos desfiles cívicos como os de 1º de maio e 7 de setembro, que juntamente com as festividades de 31 de outubro, aniversário da ACESITA, compunham o calendário festivo da cidade. Este último, como lembra Padre ABDALA (12/nov/2002), era

“...o feriado maior daqui, de ACESITA. Aí havia o desfile de todas as associações, das escolas e terminava sempre com a missa campal. ... o 1º de maio também era importante. havia desfile dos trabalhadores, representando o trabalho, encontrando na frente os estabilizados com a bandeira deles. No 7 de setembro, também tinha presença forte da ACESITA, que trazia os homens do campo, a turma do reflorestamento. Terminando sempre com a missa, porque o altar era um ponto de convergência.”

Assim, ao contrário destes desfiles e paradas, o carnaval Acesitano era marcado pela espontaneidade, e independência com relação à usina, pois, embora num determinado momento tenha contado com a participação da ACESITA, até mesmo dependido dela, esta jamais teve força para conduzir o espetáculo por si só. Fato que se torna mais visível com a constatação de que, o momento em que houve maior aproximação da companhia com a organização da festa foi também quando se constituíram os blocos caricatos, que faziam do humor instrumento de crítica à empresa e a outras instituições locais.

O nascimento do carnaval Acesitano é descrito por Manoelina LUSTOSA (1987), numa entrevista realizada com Tia Nadir⁹¹¹, da seguinte forma:

“Inicialmente sua família [de Tia Nadir] e alguns garimpeiros, companheiros de trecho que trabalhavam na construção de barracas pro pessoal que vinha pra cá, juntaram-se a ela para fazer o carnaval ‘Inventei de não ficar parada, fui à cabeceira do carnaval em 46. Fizemos um bloco, carregando um tronco de imbaúbas, que é madeira leve, fixamos nele um casco de tatu. Aí todo mundo saía atrás com uma espingardinha de pau cantando: tatu subiu no pau, atira, Antônio. Atira, Antônio’.
‘No outro ano, em 47, fizemos o carnaval de Sinhô. Meu irmão vestiu-se de fazendeiro, de botas, bigode, chapéu e chicote, e todo mundo cantando com ele ‘Samba, nego, branco não vem cá [sic]. Se vier, pau há de levar. Quando chega a madrugada, nego não quer levantar. Levanta, nego...’
*Eles dançavam animados na pracinha do Rink, em torno de um coreto de sapé, bem no centro de ACESITA*⁹¹². *‘A gente dava umas voltinhas e vinha embora, porque não tinha luz, não podia ficar no noitão. Ah! No começo era tão bom, modificou muita coisa. Não usava a diretoria da Companhia apreciar...’.*”

⁹¹⁰Os desfiles de carnaval organizados pela usina perfaziam um percurso de aproximadamente 2,5 km entre sua sede e a praça central. Organizado pela fábrica, contava com “carros alegóricos”, puxados por caminhões ou tratores, além dos foliões, sem que se tenha notícia de um samba-enredo ou mesmo um tema para o desfile; também não havia mestre-sala nem porta-bandeiras e ala de baianas; em vez disso, havia uma tropa de cavaleiros e alguns foliões fantasiados. Enfim, era algo que se assemelhava mais à organização das procissões do dia de Corpus Christi do que a uma escola de samba, procissões que faziam o mesmo caminho e possuíam também carros decorados, levando algumas crianças da comunidade. (QUECINI, 2000)

⁹¹¹ Com o nome de registro de Nair Gomes da Silva, Tia Nadir veio para a região acompanhando o irmão mais velho e o marido, o primeiro trabalhava como administrador da ACESITA, e o segundo era pedreiro (“peão de trecho”, como ela o descreve) (LUSTOSA, 1985)

⁹¹²Atual praça 1º de Maio.

A organização da primeira escola de samba, no entanto, se daria somente em 1966⁹¹³, quando ao grupo de foliões comandados por tia Nadir se uniu o pessoal da batucada de fundo de quintal do “Seu Quincão”⁹¹⁴, nascendo daí a Unidos da ACESITA (futura Unidos da Quitandinha). Embora não se tenha notícia de sua dimensão ou da estrutura exata da Unidos da ACESITA, ela desfilava da Cachoeirinha até o centro da cidade com seus foliões e alegorias embaladas pelas marchinhas que vinham fazendo sucesso país afora, como no ano em que, ao som de “*Eu bebo sim, estou vivendo*”, trouxe para o desfile uma grande garrafa de Coca-Cola⁹¹⁵ de onde saía uma formosa donzela⁹¹⁶. Assim, mesmo que de forma precária, a presença de uma bateria e a organização das fantasias e alegorias em torno de um tema comum levam a admitir a Unidos da ACESITA, senão no rol das escolas de samba, pelo menos no dos blocos carnavalescos.

No final da década de 1960⁹¹⁷, no entanto, a partida de Seu Quincão para Ipatinga e a conjuntura política de forte repressão⁹¹⁸ parecem ter feito arrefecer a febre carnavalesca, febre que voltou a se manifestar novamente em 1980, quando a lembrança da animação dos carnavais passados aflorou graças a uma grande enchente que interditou inúmeras estradas e impediu a população de festejar o feriado em outros locais, trazendo grande animação para o carnaval da cidade (LUSTOSA, 1985). Assim, o nascimento do “grande carnaval” em Timóteo data da década de 1980, quando alguns funcionários da área de promoção social da ACESITA⁹¹⁹ e da prefeitura reuniram-se com a comunidade para organizar um desfile.

A iniciativa quanto ao desfile, no entanto, é assunto controverso⁹²⁰, com Dona Vilma SPERANCINI (09/fev/2004) afirmando que ela coube à comunidade, e Fernando SENA (10/abr/2002)⁹²¹ que foi da ACESITA. Já Manoelita LUSTOSA (1987b) não toma partido, e em documento da biblioteca municipal, assinado por Raquel Drumond, salienta-se a participação da prefeitura que, segundo consta

⁹¹³ Há controvérsia com relação às datas deste primeiro desfile. Em arquivo da Biblioteca Municipal de autoria de Raquel Pacífico Drumond datando de 1962, sendo que a opção por 1966 deve-se ao depoimento de Tia Nadir e à entrevista com Dona Vilma Sperancine.

⁹¹⁴ Joaquim Cirilo, ou como era conhecido na cidade, Seu Quincão, foi também um jogador de destaque na cidade.

⁹¹⁵ Que em outra reportagem, da mesma autora, dois anos mais tarde, vira Brahma (LUSTOSA, 1987a).

⁹¹⁶ Outras marchinhas, utilizadas como inspiração para enredo e como tema musical para dos desfiles, foram: “Se a canoa não virar”, “Uma casa de sapê”, “Mas eu vou à lua se Deus quiser, mas se puder levar mulher”, “Tatu tá no pau” e “Casa de marimbo” (LUSTOSA, 1985).

⁹¹⁷ Não há registros precisos nem da data de partida de Seu Quincão, nem do último desfile da Unidos da ACESITA.

⁹¹⁸ Esse período ainda não foi estudado a fundo, mas trata-se do período da ditadura militar, quando a usina era considerada área de segurança nacional, portanto sob a administração e vigilância direta do governo federal, que usualmente nomeava seus diretores dentre o quadro técnico do exército.

⁹¹⁹ Mais precisamente: Ênio Resende, Nazareno Ataíde e Ivo Vilano (LUSTOSA, 1985).

⁹²⁰ Esta controvérsia quanto à iniciativa do desfile parece enraizada na extrema rivalidade que se desenvolve entre as diversas escolas, rivalidade que também parece ter sido apreendida no Rio de Janeiro. Assim, enquanto Fernando Sena participa da Vai-quem-quer, declaradamente apadrinhada pela ACESITA, Dona Vilma é uma das fundadoras da Bocas-brancas, sua mais temida rival e uma das que, segundo a própria, menos recebe patrocínio da usina.

⁹²¹ Seguindo a versão da história contada por Fernando SENA (2002), a ACESITA, seguindo as diretrizes de seu diretor administrativo Domingos Muchon, reuniu um grupo de casais interessados em organizar o carnaval de rua na cidade. Estes 5 ou 6 casais foram enviados ao Rio de Janeiro, onde receberam aulas de como montar uma escola de samba e organizar um desfile competitivo.

“A empresa criou as escolas de samba, né? Só que de uma forma muito organizada, muito certinha mesmo! Elas tinham que dar certo, não tinha nenhuma e de repente tinham 7 grandes. Foi tudo separado eqüitativamente por bairro. Aí, deu receita de bolo, né? Onde é que tem escola de samba boa? É no Rio, é? Então vocês vão e cada um escolhe a sua madrinha. Então nós aprendemos tudo! ... Nós (Vai-quem-quer), por exemplo, ficamos com a Portela, como madrinha e o cara da Portela deu uma lição para a gente do que é que é uma escola de samba. Aí, é que eu fui descobrir a seriedade da coisa. ...” (SENA, 10/abr/2002).

“... resolveu apoiar os desfiles de carnaval”. De uma forma ou de outra, o resultado foi que, financiados pela ACESITA, o grupo interessado partiu para o Rio de Janeiro⁹²², onde recebeu aulas de como montar uma escola de samba e organizar um desfile competitivo. Estes ensinamentos iam desde como escolher o enredo, selecionar o samba, organizar as alas, confeccionar fantasias, escolher mestre-sala e porta-bandeira, distribuir e construir carros alegóricos, ensaiar a bateria, até quais os quesitos e como eles deveriam ser julgados. Assim, cada um deles, devidamente apadrinhado por uma escola de samba carioca, deveria voltar à cidade e organizar a sua⁹²³.

Esta ligação com o carnaval do Rio de Janeiro permaneceu ao longo dos anos, com Dona Vilma e Sr. Otávio SPERANCINI (09/fev/2004) afirmando que, mesmo após já se ter formado um grupo local que conhecia e sabia como confeccionar fantasias e construir carros alegóricos, todos os anos alguns membros das escolas vão até o Rio a fim de aprimorar suas técnicas e conhecer novos materiais, aproveitando para assistir aos desfiles e visitar os galpões das respectivas madrinhas.

Quanto ao financiamento do desfile, os relatos apontam para a colaboração da Prefeitura Municipal na infra-estrutura (arquibancadas, policiamento, divulgação, limpeza, organização, etc.) e na doação de material para construção do galpão das escolas. A participação da ACESITA, após o momento inicial e doação de um terreno para sede social de cada escola, parece ter-se tornado mais partidária, colaborando mais com a escola que possuísse membros mais influentes dentro da empresa⁹²⁴, sendo que, de um modo geral, o sentimento de gratidão pelo impulso inicial se contrapõe às críticas quanto à sua interferência na constituição das escolas, desconsiderando laços de amizade e parentesco em favor de uma divisão baseada na distribuição espacial por bairros⁹²⁵. Talvez tenha sido esta a gota d’água que faltava para que a insatisfação com a interferência da companhia na vida da comunidade transbordasse na forma da criação de blocos caricatos, dando vazão a críticas anteriormente recalçadas.

Segundo o Sr. Fernando SENA (10/abr/2002), um dos fundadores do Tem-nada-a-ver⁹²⁶, a criação dos blocos caricatos⁹²⁷ foi consequência direta do formato excessivamente regulamentado do carnaval aprendido no Rio de Janeiro e que se desejava implantar em Timóteo. Em suas palavras:

“Ela [a ACESITA] organizou, falou é assim, é assado e pronto. E a gente falou, peraí, agora é a nossa hora de criticar, nós que estamos com o poder na mão (...) Então a gente descobriu, não sei aonde, que nos blocos podia criticar, aí nós fizemos uma reunião em casa, na quarta e tinha desfile dos blocos no sábado. ... e montamos um bloco, mas um bloco todo diferente. porque todos os blocos sambavam, aquele negócio do bloco ser meio escola de samba pequena, sabe? Aí, nós bolamos um bloco, bem autêntico. Nele ninguém

⁹²² Cinco casais representantes de áreas diferentes da cidade, foram enviados para o Rio de Janeiro, cada qual responsável por comandar a organização de uma escolas de samba, foram enviados para o Rio de Janeiro

⁹²³ São fundadas então as escolas de samba: Unidos da Quitandinha (Quitandinha, Olaria e Cruzeirinho), Vai-que-quer (Funcionários, Vila dos Técnicos, Serenata, e Recanto), Bocas-brancas (Bromélias, Santa Maria, Alvorada, Garapa e Timotinho), Ala Leste (Timirim, João XXIII e John Kennedy), Mensageiro (São Cristóvão e Ana Moura), Primavera (Primavera), Unidos do Vale (Cachoeira do Vale) e em 1982 a Alegria-Alegria, que já não segue mais a divisão por bairros.

⁹²⁴ Pelo menos esta é a impressão que se extrai dos relatos da Dona Vilma e Sr. Otávio SPERANCINI (2004)

⁹²⁵ Divisão unanimemente criticada, e como afirma Dona Vilma SPERANCINI (09/fev/2004) e que jamais chegou a funcionar de fato.

⁹²⁶ O bloco caricato Tem-nada-a-ver é o mais conceituado da cidade e, embora tenha pouco mais de vinte anos de existência, em 2000 foi tombado como patrimônio cultural da cidade.

⁹²⁷ Entre os blocos que foram surgindo com o passar dos anos, nem todos caricatos, contam-se: o Andorinhas (só de moças), Plumas e paetês (só de rapazes), Tô nem, Boi badalo, Deixeu fala e Super-heróis.

sambava, não cantava nada, andava em silêncio e todos de roupa preta. Com mala, com defunto, tipo um, um vendedor de funerária, não tocava samba. A bateria tinha um toque fúnebre, o surdo batia BUM! e o talado fazia BÂ!, BUM BÂ! Tinham também umas cornetas, então soava mais ou menos assim: FÓÓÓÓM! BUM BÂ! BUM BÂ! ... e o Carnaval que começou copiado, passou a ter criatividade, né?!”

Contudo, o começo impactante e entusiasmado, devido tanto ao esplendor e luxo das escolas de samba quanto ao humor inteligente e criativo dos blocos caricatos e que conquistou toda a região e tornou o carnaval de Timóteo famoso e concorrido, rapidamente se arrefeceu. Apesar da vontade e das promessas de manter sempre vivo o carnaval, foram frequentes os anos em que não houve desfile das escolas de samba, que foram se reduzindo até que ficassem somente três: Vai-quem-quer, Bocas-brancas e Unidos da Quitandinha. Os blocos, no entanto, continuam a desfilar e entusiasmar o público da mesma forma todos os anos desde quando surgiram.

Na condição de festa que tem sua origem relacionada à celebração da primavera, quando ritos de fertilidade eram tidos como responsáveis por garantir a sobrevivência do grupo, conclamando as forças da natureza a colaborarem com seu sustento e reprodução, o carnaval atual parece completamente diferente, seu descompromisso e irreverência parecem fazer dele uma outra festa. No entanto, ao seguir sua trilha através dos tempos e lugares, percebe-se a constância de alguns elementos que, em vez de desaparecerem, foram se transformando, recebendo novas significações e incorporando outros elementos. É assim que de rito mágico consagrado às forças ocultas da natureza, acabou tornando-se numa festa de irreverência e espontaneidade, uma celebração dos instintos naturais do homem, de sua sexualidade, sociabilidade e competitividade. Instintos que a moral cristã rechaçava, mas cuja força não permitia ignorar, fazendo com que fossem incorporados à sua liturgia como um momento que antecede os preparativos da redenção, momento de licenciosidade e imprudência, quando infringir as regras é lei. Inaugurando-se, assim, uma das premissas mais comemoradas do carnaval: a possibilidade de subverter a ordem estabelecida⁹²⁸ (LADURIE, 2002).

Mas subverter a ordem significa reconhecê-la e imaginar alternativas para ela, o que reflete tanto um certo descontentamento com o presente quanto preocupação com o futuro, bastante semelhante ao método adotado na construção de utopias. No entanto, as transformações carnavalescas concretizam-se, mesmo que num tempo fora do tempo⁹²⁹, como os antropólogos se referem ao momento de celebração dos ritos. É nesse tempo de excepcionalidade, que cada aspecto da realidade pode transformar-se no seu exato oposto, dando vazão às críticas reprimidas.

Das danças em torno da fogueira ao samba na avenida, o carnaval assumiu diversos formatos. No Brasil, a tradição carnavalesca veio de Portugal, onde o Entrudo⁹³⁰ era bastante popular. Esta festividade marcadamente burguesa, onde bailes de máscara e “guerras de água” constituíam-se em confraternizações permitidas somente entre iguais (tanto grupos sociais quanto etários), lentamente iria

⁹²⁸ Subversão que segundo DAMATTA (1981) relativiza opostos tidos como irreconciliáveis, tais como: tempo, gênero, rua e casa, a morte, o sagrado e o profano, a riqueza e a pobreza, a individualização e a coletividade, etc.

⁹²⁹ Nas utopias a grande questão era o espaço, ou melhor, o “não-espaço” ou “não-lugar”, enquanto o tempo tinha pouco ou nenhuma importância, podia ser qualquer tempo.

⁹³⁰ “Entrada da Primavera”, que com o cristianismo passa a ser celebrado entre o sábado Gordo e a Quarta-feira de Cinzas, que mesmo dentro de Portugal assumiu formas diversas, mas que se caracterizava por brincadeiras e disputas entre grupos mascarados. Para mais detalhes vide Maria Isaura Pereira de QUEIROZ (1999).

deixando o ambiente familiar dos grandes salões para realizar-se em clubes e agremiações. A popularização da festa, no entanto, custaria ainda a se concretizar.

Uma segunda fase do carnaval brasileiro é exatamente esta transição, quando a família burguesa passa a desfilar seu luxo e elegância pelas avenidas das cidades; são os corsos carnavalescos. Tempo em que o carnaval começa a configurar-se como uma festa tipicamente urbana e ocupar as ruas e os clubes onde, ao “populacho”, não é permitido brincar, somente assistir.⁹³¹

O samba e os desfiles carnavalescos são somente o mais recente episódio dessa história, quando a animação do samba e o ritmo forte das batucadas dos morros são permitidos no centro da cidade, quando a população pobre, composta também por negros e imigrantes, torna-se protagonista da festa, enquanto a burguesia é convidada a assistir.

No entanto, a reconstrução deste percurso para o carnaval de Timóteo, só é possível parcialmente, pois quando ele tomou vulto, na década de 1980, o Entrudo já havia caído no esquecimento a muito e os bailes e corsos já haviam se consagrado como manifestações tipicamente urbanas. Mas se, como a cidade, o carnaval timotense não se formou, mas foi implantado, ele preservou o espírito original da festa, constituindo-se numa celebração que ao reconhecer as mazelas da realidade, busca contestá-la. Binômio que permite, mesmo que no plano da fantasia, a proposição de uma nova realidade, fazendo do carnaval de Timóteo é uma manifestação cultural que demonstra quão tênue é linha que separa aqueles que pensam e fazem a cidade, daqueles que nela vivem.

Mais do que isso, ele é a expressão legítima da identidade de um grupo, de uma identidade que, sem negar sua origem industrial, mostra-se livre da tutela empresarial. Portanto, este evento que Roberto DAMATTA (1997) classifica como “*evento imprevisto*” é mais do que uma “*tradição inventada*” ou mesmo do que uma “*reinvenção criativa*”, pois nele não se recria um acontecimento ou se atribui a ele novos significados; nos cartazes, fantasias e encenações estão sintetizados os desejos e frustrações de toda a comunidade, fazendo dele não somente um momento de contestação, mas também de auto-reflexão, de reconhecimento, que, ao tornar-se público, dá o primeiro passo rumo à sua concretização.

⁹³¹ Maria Isaura QUEIROZ (1999) mostra que é nesta transição que começa o declínio do carnaval em Portugal, onde o Entrudo sobrevive ainda nas pequenas cidades.

Fig. 332: Desfile de 1º de Maio na década de 1960
(ARQUIVO ACESITA)

Fig. 333-336: Desfiles cívicos (7 de Setembro e 1º de Maio)
(SILVEIRA, s.d.; ARQUIVO ACESITA)

Fig. 337-339: Concursos de Miss e os bailes no clube
(SILVEIRA, s.d.; ARQUIVO ACESITA)

Fig. 340-344: A celebração no desfile das escolas de samba
(Acervo pessoal VILMA SPERANCINI)

Fig. 345-350: A contestação nos desfiles dos blocos caricatos
(RIBEIRO, 199; LUSTOSA, 1987b)

Fig. 351: Mapa de Timóteo para a população local
(Pasta Timóteo – história, Biblioteca Municipal de Timóteo)

Zaíra

Inutilmente, magnânimo Kublai, tentarei descrever a cidade de Zaíra dos altos bastiões. Poderia falar de quantos degraus são feitas as ruas em forma de escada, da circunferência dos arcos dos pórticos, de quais Lâminas de zinco são recobertos os tetos; mas sei que seria o mesmo que não dizer nada. A cidade não é feita disso, mas das relações entre as medidas de seu espaço e os acontecimentos do passado: a distância do solo até um lampião e os pés pendentes de um usurpador enforcado; o fio esticado do lampião à balaustrada em frente e os festões que empavesavam o percurso do cortejo nupcial da rainha; a altura daquela balaustrada e o salto do adúltero que foge de madrugada; a inclinação de um canal que escoia a água das chuvas e o passo majestoso de um gato que se introduz numa janela; a linha de tiro da canhoneira que surge inesperadamente atrás do cabo e a bomba que destrói o canal; os rasgos que, sentados no molhe, contam pela milésima vez a história da canhoneira do usurpador, que dizem ser o filho ilegítimo da rainha, abandonado de cueiro ali sobre o molhe.

A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

(CALVINO, 1990: 14)

VII.1 LEGADOS E RUPTURAS

Apesar dos dicionários (FERREIRA, 1999; PRIBERAM, s.d.) trazerem “legado” como sinônimo de “herança”, para o Direito esses termos designam formas diversas de transmissão dos bens de uma pessoa ao seu sucessor. O CÓDIGO CIVIL brasileiro (2002) os conceitua diferentemente :

“A herança não se confunde com o legado, porque aquela se refere à universalidade indistinta do patrimônio ou quota deste, ao passo que o legado refere-se a bens especificados, individualizados. Ademais, enquanto o herdeiro é obrigado a saldar os débitos hereditários, o legatário não se obriga por dívidas do patrimônio que constitui a totalidade da herança.”

Nesta tese legado tem, não obstante, um sentido amplo, pois o legado a ser avaliado não é oriundo da morte de indivíduo, instituição ou empresa que deixou de existir, mas de uma siderúrgica em pleno funcionamento. Além do mais, aos legatários cabem, no caso, tanto os direitos quanto as obrigações com relação à cidade ‘herdada’, ao contrário do que estabelece o código civil⁹³². Aborda-se, então, legado como aquilo que se transmite não quando a indústria fecha suas portas, mas quando ocorrem rupturas⁹³³ na sua forma de intervir na cidade. Assim, estas inflexões na relação cidade - indústria são recortes temporais dentro dos quais se reconhece uma forma característica de relacionamento, da qual resulta uma determinada cidade, ou pelo menos, uma determinada imagem da cidade.

É a partir desses momentos que se torna possível apreender, dentre toda a herança industrial, quais aspectos se tornaram mais relevantes para a formação urbana. Desse modo, o conceito de legado como uma herança posta e repostada ajuda a pensar, na leitura final e geral de Timóteo, quais os bens materiais e imateriais⁹³⁴ que lhe foram transmitidos pela indústria, fazendo da cidade o que ela é hoje.

Trata-se, portanto, de um legado transmitido ao longo do tempo e que ainda se desdobra, atingindo desde a materialidade de edifícios e monumentos até a imaterialidade do saber fazer operário ou do próprio modo de vida urbano, englobando um aprendizado político, econômico e de novas formas de sociabilidade. Um legado que é urbano porque se refere à cidade, mas não somente às suas ruas e edifícios, mas também à sua sociedade, ao modo de viver e conviver das pessoas, referindo-se ainda à sua organização econômica e política, ou seja, aos meios através dos quais a população ganha seu sustento obtém poder e relaciona-se com líderes e governantes, decidindo seus rumos.

Tudo isto constitui um legado que, embora específico e individualizado, não é uno, nem invariável, e cuja sobreposição forma diversas camadas que compõe a cidade, ou melhor, diversas cidades sob uma mesma designação, que fomos descobrindo escavando os “como”, “onde” e “por que” ou ‘por quem’ da cidade atual.

⁹³² Segundo o qual cabe ao herdeiro tanto os direitos quanto as obrigações, enquanto ao legatário são transmitidos somente bens individualizados, sem que ele tenha que arcar com qualquer obrigação (CÓDIGO CIVIL, 2002).

⁹³³ Deve-se lembrar, no entanto, que nenhuma ruptura não é total, as continuidades, mesmo que poucas, continuam a fazer parte do processo.

⁹³⁴ Embora não se trate de uma discussão sobre patrimônio, emprega-se os termos “bens materiais” e “bens imateriais”, no mesmo sentido que assumem como categorias jurídicas que designam respectivamente bens passíveis de serem apropriados e não passíveis de serem apropriados (FONSECA, 1997).

VII.2 TIMÓTEO, O LEGADO URBANO DA ACESITA

Curiosamente, observa-se no caso da ACESITA que, na mente de seus legatários, o legado da indústria pode anteceder sua implantação. Isto se evidencia tanto nos debates que a antecederam quanto nos mitos fundadores da cidade de Timóteo, encontrando-se na discussão sobre seu nome⁹³⁵ elementos importantes para entender a importância da indústria para a auto-estima e a identidade do local.

Os heróis escolhidos para protagonizar os mitos de origem e que fundamentam o favoritismo de um ou outro nome para a cidade foram de dois: os defensores do nome ACESITA, que exaltam Percival Farquhar como responsável pelas transformações que a implantação da empresa provocou na região e os que apoiaram o nome Timóteo, remetendo-se aos desbravadores da área quando inexplorada e inhóspita, Eschwege, o pioneiro no seu mapeamento e quem batizara o córrego local, e o mascote Timóteo, o primeiro a ali se fixar, abrindo caminho para a formação da povoação.

Mesmo não sendo possível afirmar com precisão os motivos desta escolha, aponta-se a possibilidade dela fundamentar-se numa maior identificação das atividades destes personagens com o paradigma desenvolvimentista e com as atividades atuais da população local, ao contrário do que seria o enfrentamento dos índios e o desbravamento da mata nativa⁹³⁶ por distantes e solitários sesmeiros ou militares que antecederam⁹³⁷ os escolhidos, pois para uma sociedade que se forma na década de 1940 em torno do trabalho fabril, nem o comércio, nem o conhecimento técnico, nem a própria chefia da fábrica eram elementos estranhos.

Mas, seja qual for o herói ou o mito de origem adotado pela população, na análise do relacionamento entre a indústria e a cidade é impossível não privilegiar o momento de implantação da ACESITA como marco fundamental na construção da Timóteo de nossos dias.

Encontrando-se na essência do mito fundador da ACESITA, o pioneirismo aparece como valor relevante para toda a cidade. Como fundamento do ideal desenvolvimentista, a industrialização foi vista não somente como um elemento imprescindível para o progresso econômico do país, mas também como uma forma de integrá-lo, através do reconhecimento e valorização das riquezas naturais de diversos cantos do território, que, ao serem exploradas, promoveriam o engrandecimento de toda a nação. Assim sendo, o projeto ACESITA, antes de sua concretização, promoveu regionalmente um

⁹³⁵ O nome da cidade aparece em Timóteo como um elemento importante para se entender o imaginário local, pois além da constante disputa entre Timóteo e ACESITA, na década de 1970 houve um movimento para mudá-lo para Guadalajara (SILVEIRA, s.d.), em homenagem ao local da vitória do Brasil na Copa do Mundo, reflexo da empolgação com o esporte, em especial o futebol, que dominava a cidade.

⁹³⁶ Embora o trabalho dos carvoeiros possa se assemelhar com o destes desbravadores, seu isolamento nos “patrimônios” e acampamentos faz com que seja pouco ouvidos.

⁹³⁷ Figuras como Guido Marlière, militar reconhecido por ser contrário à escravidão indígena e defender os índios contra os maus tratos dos colonizadores, ou mesmo Felício Moreira da Silva e Francisco de Paula e Silva, respectivamente, o primeiro a receber uma sesmaria na região e o donatário da sesmaria que daria origem à Fazenda do Alegre, ao redor da qual se ergueria o povoado. O preterimento destes nomes demonstra uma opção clara pela valorização de um determinado tipo de pioneirismo, já que não se trata de figuras totalmente esquecidas como foi a do deportado Cosme Fernandes Pessoa, primeiro colonizador de Santos (GITAHY, 1992), mas de personagens que são apresentados e descritos por historiadores e memorialistas locais, cuja atuação, no entanto, parece não ter se mostrado tão pioneira quanto a do mascote ou do empresário.

sentimento de inserção no progresso e modernidade, sentimento que perdura até hoje entre os habitantes de Timóteo.

Neste contexto, não é de se estranhar a valorização do “pioneirismo” da implantação da ACESITA e de personagens emblemáticas como exemplo do papel que a iniciativa privada soube desempenhar no desenvolvimento do país. Apesar da associação com Percival Farquhar ter sido um dos fatores que mais colaborou para o atraso de cerca de trinta anos na implantação de uma siderúrgica de grande porte em Minas Gerais⁹³⁸, ele ainda é tido como o grande empreendedor, aquele que concebeu e viabilizou a construção de uma usina que produziria no meio do “sertão” mineiro um tipo de aço do qual o país era, até então, totalmente dependente.

A implantação em território mineiro de uma grande⁹³⁹ usina de aços especiais tendo como matriz energética o carvão vegetal local, além de despertar sentimentos nacionalistas afirmou sentimentos bairristas, como uma resposta do estado de Minas Gerais à sua derrota quando da localização da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Assim, embora ambas as empresas tivessem suas raízes fincadas nos acordos de Washington, enquanto a CSN se mostrava como baluarte do empreendedorismo estatal, a ACESITA, mesmo tendo contado desde o início com vultoso financiamento governamental, tornou-se símbolo de resistência e persistência de investidores privados. Assim, a imagem que se construiu da ACESITA era a de uma empresa totalmente nacional, auto-suficiente em matéria prima e energia, possuindo minas, plantações de eucalipto e até sua própria hidroelétrica, o que lançou o envolvimento do norte-americano Farquhar com o capital estrangeiro ao esquecimento e fez esvanecer a existência da Belgo-Mineira, vista como uma empresa forânea, embora já tivesse construído sua vila operária na região há mais de dez anos e também não dependesse da importação de carvão mineral.

No entanto, para a maioria dos entrevistados, os grandes “pioneiros” da ACESITA não eram somente seus três fundadores Percival Farquhar, Aminthas Jacques e Athos Rache, a eles somava-se um quarto, o engenheiro Alderico Rodrigues de Paula. Responsável pela aquisição das terras, inclusive pela coação dos que não se mostravam dispostos a vendê-las, pelos primeiros trabalhos de construção da usina e, muito provavelmente, pela implantação da cidade operária, o dr. Alderico, como a ele se referem os entrevistados, tornou-se uma referência tão forte dos momentos iniciais da companhia na cidade que aparece no mesmo patamar dos sócios fundadores da ACESITA.

Neste momento de fundação, contudo, ao contrário do que se podia esperar e do que ocorria com a usina, que possuía um projeto industrial bem esboçado, a construção da cidade aparecia como uma obrigação secundária, que foi adiada tanto quanto possível. Prova disso é a contratação do projeto de urbanismo ter ocorrido somente quando já se iniciavam os trabalhos de terraplanagem e a construção das oficinas e acampamentos provisórios, ou ainda a demora de quase dez anos na construção de uma

⁹³⁸ Discussão do capítulo II.

⁹³⁹ “Grandeza” que o General Edmundo de Macedo Soares iria questionar, considerando o projeto “*uma coisa pequeninha*” (vide capítulo IV).

estrutura urbana mais ampla e permanente. Assim, se por um lado a intencionalidade de se construir uma estrutura urbana com dimensão e complexidade condizente com a de uma cidade, permite uma aproximação com o que se entende por “cidade nova”, o atraso na sua implantação e as sucessivas alterações por que passou o projeto deixam margem para considerar que para a empresa tratava-se simplesmente de equipar um “núcleo fabril”⁹⁴⁰.

Ajudando a tornar ainda mais imprecisa a definição do que seria o conjunto edificado pela ACESITA, a existência do antigo povoado de Timóteo, cerca de três quilômetros ribeirão à cima, permitiria considerar o povoamento pós ACESITA como constituindo uma “cidade mono-industrial”. Mas, considerando-se as modificações que Macedo Soares imbuído dos ideais nacionalistas implantou na década seguinte (1950), ela poderia passar a ser considerada uma “cidade modelo”, isto é, pautada por projeto social, não somente econômico⁹⁴¹.

Conquanto estas qualificações possam ajudar a descrever a ação da indústria na cidade, elas devem ser tomadas com cuidado, pois o preto e o branco do quadro que pintam se sobrepõem aos tons de cinza que matizam a história do lugar, deixando lacunas consideráveis na compreensão do processo histórico que conduziu os núcleos ao seu estado atual, dificultando se alcançar um entendimento mais amplo do papel da indústria na organização do espaço como legado urbano⁹⁴².

Por outro lado, é prudente reconhecer que se o processo de construção e organização econômica e espacial não era totalmente estranho à região – uma vez que, assim como as cidades do ouro, as cidades siderúrgicas mineiras constituíam-se em núcleos urbanos capazes de, através da implantação de uma nova atividade econômica pungente, reorganizar social e espacialmente todo seu entorno⁹⁴³. Da mesma forma que antes a descoberta de ouro fortalecera o caráter urbano de cidades como São João Del Rey e Ouro Preto, por exemplo, Timóteo teve suas estruturas produtiva, social e espacial profundamente alterada com a construção da usina da ACESITA, o que possibilitou que em menos de 20 anos (1946-1964), o distrito que levava quase um século para deixar de ser uma vila (1840-1938), se tornasse um município. E embora uma intensificação no processo de urbanização da região dos vales do Rio Doce e Piracicaba já pudesse ser notada desde a construção da Ferrovia Vitória-Minas, com a formação de núcleos ao redor das estações, era uma transformação tímida se comparada a que a nova usina siderúrgica iria provocar.

Além da urbanização, a implantação de uma usina siderúrgica de grande porte cuja matriz energética era o carvão vegetal, também incrementou a concentração fundiária, iniciada na década de 1930 quando a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira se instalou na região. Concentração que tomou grande impulso com a chegada da ACESITA e teve prosseguimento com a instalação da USIMINAS e

⁹⁴⁰ Discussão do capítulo I.

⁹⁴¹ Estendendo a discussão e levando-a ao extremo, não se deve esquecer que embora não tão isolada nem distante quanto as canadenses ou mesmo Marabá, Caraíba e outras construídas por mineradoras, do mesmo modo que as “cidades de exploração” (“resource towns”) a cidade operária construída pela ACESITA tem sua origem extremamente vinculada a exploração de recursos minerais locais.

⁹⁴² Discussão do capítulo I.

⁹⁴³ Para as diferenças entre elas vide capítulo IV.

mais recentemente com a CENIBRA, o que significou não somente um significativo deslocamento da população rural para os centros urbanos, como também dificuldades no seu abastecimento, visto que a progressiva redução do número de pequenas propriedades significou a substituição de uma produção predominantemente de subsistência e destinada ao mercado local, por extensas plantações de eucalipto.

Assim, no âmbito regional, o legado urbano da indústria no vale do rio Piracicaba é também rural, é um legado de profunda e pouco feliz alteração na sua estrutura produtiva e que põe a descoberto alguns dos lados mais perversos da industrialização: a expulsão do pequeno agricultor, freqüentemente coagido pelas grandes empresas a vender sua propriedade; a exploração da mão de obra pouco qualificada, que ainda luta para conquistar os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos; e a degradação ambiental, seja a dos rios, do solo e do ar causada pela fábrica na cidade e pelo desmatamento, pela monocultura do eucalipto e pelos fornos de carvão em meio à mata.

Este é, portanto, um legado do qual a indústria tem pouco orgulho e que a emergência da questão ambiental como parâmetro de competitividade tem feito que muitas delas busquem revertê-lo, ou pelo menos a se mostrarem empenhadas em fazê-lo⁹⁴⁴. Para a ACESITA este empenho aparece no seu envolvimento com projetos locais e regionais de recuperação do rio Piracicaba e tratamento das margens de córregos urbanos, da implantação de um centro de educação ambiental ou mesmo na participação em projetos de incentivo a diversificação de atividades econômicas. Qualquer atividade empresarial, especialmente a partir dos anos 1990, parece estar sempre revestida de preocupações com o meio ambiente, não importando se são de caráter assistencial, educacional, cultural ou simplesmente recreativo.

Mas, se nas últimas décadas o cuidado com o meio ambiente tem sido uma preocupação constante, para além da área da fábrica, intra-muros, melhores condições de salubridade continuam a ser intensamente reclamadas. Salubridade que não diz respeito somente à prevenção de exposição a altas temperaturas, gases tóxicos, percursos perigosos e esforços repetitivos, mas também ao estabelecimento de turnos capazes de garantir um período de descanso suficiente tanto ao corpo, quanto a mente, minimizando os problemas psicológicos que tem se tornado cada vez mais freqüentes entre os operários nos últimos anos. Assim, ao mesmo tempo em que o trabalho fabril constitui-se num legado que garante o sustento da família e confere identidade ao grupo, sendo através dele que se aprende a sobreviver, conviver e viver, ele é também um legado de dor e perda, debilitando o corpo e dificultando o convívio social.

Essa ambigüidade do legado que não se restringe a exploração direta do trabalhador na produção, pois a busca do lucro, que garante o sucesso do projeto industrial, assume formas muito mais complexas e sutis. Da promoção de festas cívicas e religiosas, a oferta de moradia, cuidados médicos, educação e lazer, todas atividades que a indústria se empenhou em promover, tem como finalidade fazer do empregado um empregado ideal, ou seja, além de buscar a satisfação do trabalhador - o que

⁹⁴⁴ Discussão do capítulo IV.

atualmente também traz dividendos à empresa já que os cuidados com a comunidade local contam pontos importantes na manutenção de uma imagem apreciada internacionalmente - são instrumentos de formação, induzindo a população a um comportamento considerado adequado.

Contudo, todo este instrumental, ao ser assimilado é também transformado, convertido em ferramentas de luta pela garantia de direitos como trabalhadores e como cidadãos⁹⁴⁵. Trata-se do momento que, numa cidade empresarial, representa mais do que a consolidação de uma consciência de classe, pois constitui expressão da independência da cidade ante a fábrica, da sociedade civil frente a seus mandatários. Tal momento em Timóteo é tardio, pois somente na década de 1980, mais de quinze anos após sua emancipação e doze da abertura da cidade operária, as atividades culturais e recreativas locais deixam de ser unicamente celebrativas, para tornarem-se expressão⁹⁴⁶ de uma identidade local, não necessariamente vinculada à indústria. Assim, seja nas greves, nas missas, no plebiscito ou no carnaval, neste momento fica claro que, ao contrário do que continuam a indicar os letreiros dos ônibus, Timóteo não é a ACESITA.

Portanto, se o legado social da ACESITA é, por um lado, de aproximação entre a indústria e a sociedade, por outro lado ele também é de contestação, afastamento, de identidade autônoma. Dos times de futebol à igreja e às cooperativas, o ideal de conagração em torno de um objetivo comum, apreendido no universo da produção fabril, passou a ser a inspiração para o ideal de ações em prol da assistência e defesa dos operários e não da empresa⁹⁴⁷.

Contudo, um entendimento mais preciso deste legado social depende de sua inserção no quadro espacial onde se realiza, do espaço urbano de Timóteo. Um espaço que foi em grande parte construído diretamente pela ACESITA, sendo em essência fruto da vontade de seus subseqüentes dirigentes, de seus projetos econômicos, políticos e sociais. Assim, da mesma forma que a demora na contratação do projeto e da construção da cidade demonstra a pouca importância que inicialmente foi atribuída a esse espaço, as alterações que lhe foram impostas indicam que, apesar das preocupações sociais reveladas a partir da década de 1950, a construção do espaço urbano pela indústria continuou dominada pela lógica financeira. Entre os elementos que atestam esta subordinação do social ao financeiro, está o desaparecimento da grande avenida-parque e o ocultamento dos córregos, que deixaram de ser elementos referenciais da paisagem e passaram aos fundos dos lotes; o deslocamento do centro para uma área mais próxima da indústria e mais isolada de outros núcleos urbanos, enquanto alguns de seus principais equipamentos eram mantidos na localização original e a alocação dos habitantes nos bairros e moradias seguindo a hierarquia da fábrica. Alterações que direta ou indiretamente visavam garantir

⁹⁴⁵ Discussão do capítulo VI.

⁹⁴⁶ Aqui talvez seja importante uma ressalva, já que a pesquisa em jornais de oposição (há notícia de ter havido pelo menos um) não foi possível (não constava de nenhum dos acervos pesquisados, sendo mencionada por uma das entrevistadas), o que, até certo ponto poderia pintar um quadro diverso do aqui descrito. No entanto, a escassa referência e a dificuldade de localização permitem inferir que, ou se tratava de um material de pouca circulação, ou seja, não capaz de exercer qualquer influência ou expressar o pensamento de uma parcela significativa da população local, ou, a ACESITA exerceu tamanha pressão que foi capaz de apagar os vestígios e esmorecer a memória mesmo de algo altamente significativo, em qualquer um dos casos a população ainda não se mostra capaz de expressar e fazer valer suas próprias vontades, de modo que o argumento ainda se sustenta.

⁹⁴⁷ Discussão do capítulo VI.

ganho nos lucros da empresa, pois embora muitas vezes não representavam uma economia direta nos gastos com a cidade, permitiam um melhor controle do operariado e de seus hábitos cotidianos, formando e reforçando os laços de dependência com a companhia. Assim, além de garantir um melhor desempenho no trabalho, as transformações no projeto, incutiam noções de higiene e normas de conduta social. Exemplo disso é a dificuldade de acesso à cachaça vendida livremente no Timirim, proibida dentro da área da empresa, e à zona de prostituição em Coronel Fabriciano⁹⁴⁸. Ao mesmo tempo eram construídos pela empresa edifícios escolares, um novo hospital, o ringue de patinação e o clube, além da capela (um dos primeiros a serem construídos) que, dando suporte à realização de atividades “sadias” fortaleciam os vínculos de lealdade e afeto com os colegas, com o trabalho e com o empregador. Tais vínculos, se por um lado ajudaram a construir uma identidade coletiva fortemente associada à ACESITA, por outro ajudaram a identificação de demandas contrárias aos seus interesses, levando a formação de grupos e instituições independentes e de oposição.

Assim, observa-se que se o projeto social nasceu com atraso e embora tenha sofrido modificações e vestido roupagens diversas a fim de adequar-se a exigências do momento, nunca deixou totalmente de lado seu caráter assistencial, já o projeto urbano, além de tardio e de ter sido implantado gradualmente, sofreu alterações que modificaram completamente sua concepção inicial. Da cidade-jardim organizada ao longo do córrego e cercada por um exuberante parque, construiu-se uma cidade-tentacular que dá as costas aos seus cursos d’água e morros. Da cidade como elemento de ligação entre o antigo povoado e a indústria, como a localização do centro no projeto inicial indicava, construiu-se uma cidade operária ao redor da usina. Dos diversos campos de futebol e alojamentos inseridos no verde dos parques, construíram-se alguns clubes fechados. De modo que, só inspecionando com olhos técnicos e com cuidado se é capaz de identificar, no traçado viário e na organização das quadras de bairros como Funcionários e Bromélias, ou mesmo na localização de alguns edifícios como a Matriz, o hospital e o clube, alguns vestígios da cidade idealizada.

No entanto, a cidade não é somente o que se construiu, sua condição é dada também pelo modo como é entendida e vivenciada. Vivência na qual se reafirma a dicotomia que marca toda sua história, de modo que, apesar das tentativas do poder municipal e da companhia de transformar estas dicotomias em dualidade, a Timóteo de hoje, como a de ontem, ainda se caracteriza pela distinção entre público e o privado, vertical e horizontal, montanhoso e plano, curvo e retilíneo, cidade e fábrica, entre o centro norte e o sul. Pois enquanto a dualidade significa separação dependente, a dicotomia indica uma relação de complementaridade competitiva, que aviva a persistente questão, muito além de um mero nome: Timóteo ou ACESITA?

Estas são somente algumas dentre as inúmeras conclusões possíveis a partir das respostas encontradas para parte das perguntas que se elaborou, ficando sem resposta tantas outras e muitas mais que nem

⁹⁴⁸Embora a cidade não fosse literalmente fechada, o principal acesso à Coronel Fabriciano era controlado, sendo que após as 22:00h era necessária a identificação, tornando os funcionários sujeitos a advertências e reprimendas. Assim, era comum que os mais experientes dessem nomes falsos. Conta-se inclusive que ao observar na lista nomes como: Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto ou mesmo Joaquim José da Silva Xavier, um encarregado dirigiu-se ao chefe dizendo: “O senhor não vai adivinhar quem passou por aqui ontem a noite!? Os inconfidentes.”

mesmo foram formuladas. Esta é, portanto, uma história filha de seu tempo, das fontes pesquisadas, das conversas e discussões entabuladas, das pessoas entrevistadas, dos retratos tirados, dos textos lidos e de quem a escreveu, porque como disse Marco Polo a Kublai Khan: “*Todas as vezes que descrevo uma cidade falo algo [da minha cidade], de Veneza.*”(CALVINO, 1990: 82).

Fig. 352: A versão local para o mascate Timóteo
(SILVEIRA, s.d.1)

Fig. 353-355: Os pioneiros anônimos da ACESITA
(ACESITA, 1989; FUNDAÇÃO ACESITA, 2000A)

Fig. 356-359: Os pioneiros reconhecidos da ACESITA: Athos de Lemos Rache, Percival Farquhar, o engenheiro Alderico de Paula Rodrigues e Aminthas Jacques de Moraes
(FUNDAÇÃO ACESITA, 2000a)

Fig. 360: O general Edmundo de Macedo Soares
(SOARES E SILVA, 1957)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMS, Richard (1976). “*Reforma e incerteza: a América ingressa no século XX, 1900-1918*” in LEUCHTENBURG, William E. (org.). **O século inacabado: a América desde 1900. vol.1.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. pp18-128.
- ABREU, Capristano (2002). **Capítulos de história colonial.** Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional – Departamento Nacional d Livro. 123p
- ACESITA (1970a). **Fato/Esporte.** Timóteo, julho-agosto.
- ACESITA (1970b). **Fato/Esporte.** Ano 1 nº01. Timóteo, jul. 37p.
- ACESITA (1970c). **Fato/Esporte.** Ano 1 nº02. Timóteo, ago. 36p.
- ACESITA (1989). **ACESITA: uma história feita de aço.** Belo Horizonte: Acessoria de Comunicação Social da ACESITA. 102p.
- ACESITA (1995). **Residencial Alphaville: manual do proprietário.** Timóteo: ACESITA, mimeo. 17p.
- ACESITA (s.d.). **ACESITA S.A.: histórico.** Pesquisada em jul/2006. <http://www.acesita.com.br/port/conheca_acesita/perfil_institucional.asp>
- ACESITA ENERGÉTICA (2006) . **Folha Florestal: informativo da ACESITA Energética Ltda..** Pesquisado em jul/2006. <<http://www.acesitaenergetica.com.br/folha0601.htm> >
- ACESITA ESPORTE CLUBE (s.d.). “*Assim nasceu o AEC (sede Campestre)*”. Pesquisado em mai/2007. <<http://www.sedecampestre.com.br/historia.asp>>.
- AÇOMINAS (1980a). **A usina: o projeto siderúrgico.** Belo Horizonte: AÇOMINAS - Superintendência de Coordenação externa. 50p.
- AÇOMINAS (1980b). **A cidade: pólo de desenvolvimento social.** Belo Horizonte: AÇOMINAS - Superintendência de Coordenação externa. 46p.
- AÇOMINAS (s.d.). **AÇOMINAS Gerdau.** Pesquisado em novembro de 2006. <<http://www.gerdau.com.br/GerdauAcominas/br/unidade/historia.asp>>.
- ADMG (1995). “*História e glória*”. **Revista comemorativa dos 30 anos do Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão).** “*História e glória.*” . Belo Horizonte: ADEMG. pp08-30.
- ALDANA, Ramón Losada (1968). **Dialética do subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 232p.
- ALEXANDER, Jeffrey C. (1998). “*Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*”. **Revista brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 13, n. 37. Pesquisado em mar/2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000200001&lng=pt&nrm=iso>
- ALFA (s.d.). “*O clube*”. **Alfa.** Pesquisado em mai/2007. <<http://www.alfaclub.com.br/clube.htm>>
- ALLEN, James B. (1966). **The company town in the american west.** Oklahoma - USA: University of Oklahoma Press. 205p.
- AMARAL, Antero de Freitas (1915). **Sindicato Farquhar: força e grandeza. Assalto e conquista, Nacionalismo.** Rio de Janeiro: s n.t. 53p.
- ANDRADE, Maria Lucia A. de (ger.) (1998). “*Crise na Siderurgia Mundial: A Visão da OCDE*”. **Informe setorial: mineração e metalurgia** – área de operações industriais 2, gerência setorial 2, nº 22, dez. Pesquisado em dez/2006. <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/is_g3_22.pdf>
- ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de & CUNHA, Luiz Maurício da Silva (2002). “*O setor siderúrgico*”. **As reformas estruturais.** pp147-181. Pesquisado em nov/2006. <www.finame.com.br/conhecimento/livro_setorial/setorial03.pdf>

- ANÔNIMO (s.d.). “*Os poderes do município*” (pasta “Timóteo”, biblioteca Municipal de Timóteo, mimeo).
- ANÔNIMO (s.d.1). “*Alternativas de combate ao desemprego da região*”. Pasta “prefeitos: Poggiali”, Biblioteca Municipal de Timóteo, s.n.t.
- ANÔNIMO (s.d.2). **Cincinnati Subway**. Pesquisado em mar/2007, <<http://www.forgottenoh.com/subway.html>>.
- ANTONIL, André João (1982). **Cultura e opulência do Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp. (Coleção Reconquista do Brasil). Texto-base digitalizado por: Evaldo Nunes de Almeida, 88p. Pesquisado em jul/2006. <<http://www.bibvirt.futuro.usp.br>>.
- ARAÚJO, Itamar Rodrigues (2002). **Breve histórico do município de Paraguaçu**. p16. Pesquisado em fev/2007. <http://www.paraguacu.mg.gov.br/Historico_Paraguacu_Ita.pdf>.
- ARCELORMITTAL (s.d.). **Arcelor Mittal**. Pesquisada em dez/2006. <<http://www.arcelormittal.com>>
- ARGAN, Giulio Carlo (1998). **A história da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 280p.
- ARGAN, Giulio Carlo (1998). **Projeto e destino**. São Paulo: Editora Ática. 334p.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA do Estado de Minas Gerais (2006). **Ata da 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA**, EM 11/10/2006. Pesquisada em jan/2007. <http://www.almg.gov.br/dia/A_2006/10/L171006.htm>
- ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS de ACESITA (s.d.). **Boletim Informativo**. nº02. Timóteo, ago/dez.
- ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO DE TIMÓTEO (1999). **Estatuto da Associação dos trabalhadores Aposentados e Pensionista do Município de Timóteo**. mimeo.
- ATAÍDE, José Nazareno (1986). **ACESITA: passo à passo**. Timóteo: mimeo. 243p.
- ATIQUE, Fernando (2004). **Memória moderna: a trajetória do Edifício Esther**. São Carlos: RiMa/FAPESP, 2004. 359p
- ÁVILA, Cristina & MIRANDA, Kátia (red. e pesq.) (1999). **Minas Tênis Clube – Tradição e modernidade**. Belo Horizonte. 184p.
- BAER, Werner (1976). **Siderurgia e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp. 71-111; 214-227.
- BALLEIRAS, Mary Helle Moda (2002). **Indústria e Habitação, arquitetura fabril no interior de São Paulo**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela EESC- USP, São Carlos. 321p.
- BANDEIRA, Moniz (1973). **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 491p.
- BARBOSA, Ademar de Carvalho (1972). “*A evolução da USIMAS nos anos da Revolução Brasileira*”. **Revista USIMINAS**, ano 03, n.6. Ipatinga-MG, out. pp.30-32.
- BARBOSA, Kleber (2002). “*Esquadrão de Aço*”. **Jornal de Timóteo**, 01 à 07/nov. pp.03.
- BASTOS, Nilo Chaves de Brito (1996). **SESP/FSESP: 1942 - evolução histórica - 1991 / SESP/FSESP: 1942**. Brasília; Brasil. Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde. 524p. Pesquisado em jun/2007. <<http://www.iah.iec.pa.gov.br/iah/fulltext/pc/monografias/iec/evolucaohistorica/partI.pdf>>
- BÉGÜIN, François (1991). “*As maquinarias inglesas do conforto*”. In **Espaços & Debates**. Ano XI, nº 34. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. pp39-35.
- BELLER, John A.(dir) (1927). **Report to city of Cincinnati on a rapid transit railway**. New York: the Beeler Organization. 166p.

- BENÉVOLO, Leonardo (1991). **A cidade e o arquiteto**. São Paulo: Editora Perspectiva. 144p.
- BENÉVOLO, Leonardo (2001). **A história da cidade**. São Paulo: Editora Perspectiva. 729p.
- BERGO, Claudio (org.). (1996) **Memória ambiental de Timóteo**. Timóteo: ACESITA. 8p
- BESSAR, Luiz (1940). “*Os caminhos de Minas Gerais*.” **Observador econômico**. nº 53, ano 5, jun. pp. 51-55
- BLAY, Eva (1985). **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel. 331p.
- BNDES (s.d.). **Relatório de atividades 2005: Programa Nacional de Desestatização**. Pesquisado em dez/2006. <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/catalogo.asp>> .
- BONDUKI, Nabil (1998). **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP. 342p.
- BRADLEY, Betsy Hunter (1999). **The works: the industrial architecture of the United States**. New York: Oxford University Press.
- BRAGA, Tania Moreira (1997). **Gestão ambiental, conflito e produção social do espaço sob o signo da (mono) indústria**. Dissertação de mestrado em Ciência Ambiental – USP. São Paulo. 142p.
- BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens (1964). **Relações industriais na sociedade tradicional brasileira: estudo de duas comunidades mineiras**. Tese, departamento de sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. 188p
- BRESCIANI, Maria Stella Martins (1990). “*Permanência e ruptura no estudo das cidades*”. In **Cidade & História**. Salvador, BA: UFBA, 1990. p.11-26.
- BRUAND, Yves (1991). **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo : Perspectiva. 398p.
- BUSATO, Janete Moro (1996). **A decisão de investir em gerenciamento ambiental: evolução da questão em Santa Catarina – estudo de caso**. Dissertação, Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas – UFSC. Florianópolis – SC. Pesquisada em jan/2007. <<http://www.eps.ufsc.br/disserta96/busato/index/index.htm#s>>
- CALVINO, Italo (1990). **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras. 150p.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS (2002). Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 273p.
- CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO (s.d.). Fotos. Pesquisado em jul/2007. <<http://www.camaraourobranco.mg.gov.br>>.
- CÂMARA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (2003). “*Histórias*”. **Casa de Memória de Timóteo**. Pesquisada em fev/2006. <<http://www.camaradetimoteo.mg.gov.br/historia/index.htm>>.
- CAMPAGNOL, Gabriela (2003). **Assentamentos agroindustriais: o espaço da habitação em usinas de açúcar da região de Piracicaba**. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela EESC-USP, São Carlos. 305p.
- CAMPOS, Rodrigo Pires (2007). “*Resenhas: Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública*.” **Cadernos de Saúde Pública**. vol.23, nº 5, Rio de Janeiro, mai. Pesquisado em jun/2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000500026&script=sci_arttext>.
- CANDIDO PEREIRA, Vera Maria (1979). **O coração da fábrica: estudo de caso entre operários têxteis**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda. 242p.
- CAPRARO, André Mendes (2002). “*O futebol, nacionalismo e tradição. Observações à partir de alguns escritos marxistas*”. **Revista Digital**, Año 8, nº 47. Buenos Aires, abr. Pesquisado em fev/2007. <<http://www.efdeportes.com/efd47/futebol.htm>>
- CARDIM FILHO, Carlos A. Gomes (1946). “*As profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor*.” **Acrópole**. nº 93, jan. pp 240-242.

- CARNEIRO, Edilane & FAGUNDES, Bruno (1992). **ACESITA - Timóteo: a história de uma cidade**. Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- CARPINTERO, Marisa Varanda Teixeira (1997). **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo - 1917-1940)**. Campinas, S.P: Editora da UNICAMP, 1997. 221p.
- CARVALHO, André (org.) (1998). **Minas: enciclopédia dos Municípios Mineiros /vol. 1 e 2**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias. 512p.
- CARVALHO, José Murilo de (2003). "*Lembrança de outro carnaval*". In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 05/jan. pp05-06
- CARVALHO, Maria Alice de (1983). **Cidade e fábrica**. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, UNICAMP, Campinas. 128p.
- CASTELLS, Manuel (2000). **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 590p.
- CASTRO, Murilo M. (1997). **Ouro Branco - de Minas Gerais para o Mundo**. Pesquisado em novembro de 2006. <<http://www.ourobranco.com/mmc081.htm>>
- CEMIG (s.d.). "*Capítulo I: empresas concessionárias*". **Companhia Energética de Minas Gerais**. Pesquisado em nov/2006. <<http://www.nuca.ie.ufrj.br/livro/acompanhamento/ncemig.htm>>
- CENTRO de Tradições Mineiras do Vale do Aço (1989). "*O forno Hoffman*". **Anotações para o povo ler**. Vale do Aço: Centro de Tradições Mineiras do Vale do Aço, ano 2, nº 18, Jan.
- CEPAL (s.d.). "*Mandato i misión*". **CEPAL**. Pesquisado em jun/2004. <<http://www.cepal.org>>.
- CERTIDÃO DE ESCRITURA Pública de Reconhecimento de Domínio, Timóteo, 31 de outubro de 1968.
- CHALHOUB, Sidney (1999). **Visões da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHOAY, Françoise (1985). **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva. 333p.
- CHOAY, Françoise (2002). **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva. 350p.
- CIAM (1947). "*Carta de Atenas*." **Acrópole**, nº 109, mai. pp. 1-4
- CIDADES (1986). "*Timóteo adota medidas conta enchentes*", set/out, s.n.t.
- CIDADES MINEIRAS (s.d.). **João Monlevade: síntese de sua história** (2004). jul. Pesquisado em jul/2006. <<http://www.cidadesmineiras.com.br/Monlevade/dados.htm>>
- CINCINNATI MEMORY PROJECT (s.d.). **Great Cincinnati Memory Project**. Pesquisado em mar/2006. <<http://www.cincinnati-memory.org>>.
- CIUCCI, Giorgio et al (1972). **La città americana**. Barcelona: Gustavo Gili. 510p.
- CLARK, Peter (coord.) (1993). **A evolução das cidades**. Rio de Janeiro: Abril Coleções. 175p.
- COBEN, Stanley (1976). "*Anos de Crise: a América na depressão e na guerra, 1933-1945*". In LEUCHTENBURG, William E. (org.). **O século inacabado: a América desde 1900. vol.1**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp367-475.
- CÓDIGO CIVIL (2002). "*Direito das Sucessões*". Arts. 1.572 a 1805, CC-Antigo - Art. 1.784 a Art. 2.027, Direito das Sucessões - Parte Especial - Código Civil - CC - L-010.406-2002. Pesquisado em jun/2007. <http://www.dji.com.br/civil/do_direito_das_sucessoes.html>
- COHN, Gabriel (1982). "*Problemas da Industrialização no século XX*". In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel. pp283-316.
- COLIGNON, Richard (1997). **A. Power plays: critical events in the institutionalization of the Tennessee Valley Authority**. Albany: State University of New York Press. 367p
- COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA (s.d.). **Biografia: Lincoln de Campos Continentino**. Memória Belgo - Núcleo Central, mimeo, s.n.t. 5p.

- CONTINENTINO, Lincoln (1936). "*Plano de urbanização da cidade operaria de Monlevade*". **Revista da Directoria de Engenharia**, n.5, vol.3, set. pp.282-287.
- CORCÍNIO DA SILVA, Ivanil (org.) (2001). **Kleber Gualberto Barbosa: o cronista das Gerais**. Timóteo-MG: Idéia/Unigraf. 69p.
- CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip (1996). "*O mundo urbano das casas pernambucanas : as cidade empresariais de Paulista e Rio Tinto*". In **IV Seminário de história da cidade e do urbanismo**. Rio de Janeiro : UFRJ/PROURB. pp390-403.
- CORREIA, Telma de Barros & GUNN, Philip (2004). **A organização do território pelo capital: o caso das vilas e núcleos gerados por empresas**. Simpósio FAU – USP, São Paulo, set. cd.
- CORREIA, Telma de Barros (1995). **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão, o projeto urbano de Delmiro Gouveia**. Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, São Paulo. 512p.
- CORREIA, Telma de Barros (1997a). "*A Gestão do tempo e a organização da cidade moderna*". **II Seminário DO.CO.MO.MO. Brasil**. Salvador, set.
- CORREIA, Telma de Barros (1997b). "*Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial*". In: **Anais do 7 Encontro Nacional da ANPUR**, V I, Recife, MDU-UFPE. pp715-727.
- CORREIA, Telma de Barros (1998a). "*Núcleo fabril X cidade livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná*". In **Anais do V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Campinas, PUC Campinas.
- CORREIA, Telma de Barros (1998b). **Pedra: plano e cotidiano operário no sertão**. São Paulo: Papirus. 390p.
- CORREIA, Telma de Barros (1999). "*O modernismo e o núcleo fabril: o plano da cidade operária da FNM de Atílio Correia Lima*". **III Seminário DO.CO.MO.MO. Brasil**. São Paulo, dez.
- CORREIA, Telma de Barros (2000). "*O modernismo e o núcleo fabril: o ante-projeto de Lucio Costa para Monlevade*". **Anais do VI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal.
- CORREIA, Telma de Barros (2004a). **A construção do habitat moderno no Brasil (1870-1950)**. São Carlos: Rima. 115p.
- CORREIA, Telma de Barros (2004b). **Vilas operárias e núcleos fabris e de mineração no Brasil: a construção e o desmonte**. Tese de livre docência em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo Modernos – EESC. São Carlos. 267p
- COSTA, Alkindar (1991). **Volta Redonda ontem e hoje: visão histórica e estática**. Volta Redonda: Sociedade Pró-Memória de Volta Redonda. 450p.
- COSTA, Geraldo Magela & COSTA, Heloísa Soares de MOURA (1997). "*Ouro Branco / AÇOMINAS: um último capítulo da história da produção do espaço para a indústria ?*". **Anais do 7º Encontro da ANPUR**, Recife: UFPE. pp510-521.
- COSTA, Geraldo Magela & COSTA, Heloisa Soares de Moura (2000). "*Região metropolitana e competitividade intermunicipal: uma conciliação possível?*". **.IX Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina-MG. pp.1055-1076. Pesquisado em jul/2006. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- COSTA, HELOISA SOARES DE MOURA & MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (2004). "*Cidades industriais planejadas e exclusão da força de trabalho*". In **Topos Revista de Arquitetura e Urbanismo**. Vol.02, n. 03, jul/dez.Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG – NPGAU.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura (1995). **Vale do Aço: da produção da cidade moderna sob a grande indústria a diversificação do meio-ambiente urbano**. Tese de doutoramento em demografia, CEDEPLAR-UFMG. 324p.
- COSTA, Lúcio (1936). "*Ante-projeto para a Villa de Monlevade: memorial descritivo*". **Revista da Directoria de Engenharia**, n. 3, vol.5, set. pp115-128.

- CPDOC (s.d.). “Arquivos do CPDOC” **CPDOC**. Pesquisado em jul/2007. <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/fotos/csn/pop_p43.htm>.
- CRAWFORD, Margaret (1995). **Building the workingman's paradise: the design of american new towns**. London, UK: Verso, 1995. 248p.
- CUNHA, Alexandre Mendes (2002). “A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século”. **X Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina-MG. 27p. Pesquisado em jul/2006. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- CUNHA, Alexandre Mendes (2004). “Esses espaços das Minas Gerais: considerações a cerca de um conceito dinâmico de região e seu uso à interpretação dos processos espaciais em curso entre os séculos XVIII e XIX.” **XI Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina-MG. 26p. Pesquisado em jul/2006. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- CUNHA, Alexandre Mendes e MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (2000). “A tríade urbana: construção coletiva do espaço, cultura e economia na passagem do século XVIII para o XIX em Minas Gerais”. **IX Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina-MG. pp.305-626. Pesquisado em jul/2006. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- CURRENT, N. Richard; DECONTE, Alexander; DANTE, L. Harris (1967). **United States history**. Glenview: Scott, Foresman and Company. 932p.
- CUT (s.d.). **Agência CUT de notícias**. Pesquisada em mai/2007. <<http://www.cut.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=8566&sid=22>>
- DAL CO, Francisco (1972). “De los parques a la región.” In CIUCCI, Giorgio et al. **La città americana**. Barcelona: Gustavo Gili. pp137-293.
- DAMATTA, Roberto (1997). **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco. 350p.
- DAMATTA, Roberto (1981). **Universo do Carnaval: imagens e reflexões**. Rio de Janeiro: Edições Pinakothke. 112p.
- DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos. (org.) (1999). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. pp09-18.
- DECRETO FEDERAL nº 23.569 de 11 de dez de 1933. **Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor**. Pesquisado em fev/2007. <<http://200.242.128.189/legislacao/d23569.htm>>.
- DELSON, Roberta Marx (1997). **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Ed. ALVA-CIORD. 124p.
- DELSON, Roberta Marx (2004). “The origin of Brazil's textile industry: an overview.” In **Conference IISH**, 11-13 November. 19p.
- DIÁRIO DO AÇO (1984). **Ipatinga Ano 20** (edição especial). Ipatinga: Diário do Aço, 28/abr.
- DIÁRIO DO AÇO (1999). **Vale do Aço 2000: um século de História**. Ipatinga: Diário do Aço Empresa Jornalística Revisão Ltda. 176p.
- DIAS, Elizabeth Costa; ASSUNÇÃO, A. da Ávila; GUERRA, Cláudio Bueno; PRAIS, Hugo Alejandro Cano (2002). “Processo de trabalho e saúde dos trabalhadores na produção artesanal de carvão vegetal em Minas Gerais, Brasil”. **Cadernos de Saúde Pública**. v.18, n.1, Rio de Janeiro jan./fev. Pesquisado em jun/2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2002000100027&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.
- DONACHIE, Ian & HEWITT, George (1993). **Historic New Lanark**. Edinburgh: Edinburgh University Press. 245p.
- DORNAS FILHO, João (1945). “Berço da siderurgia em Minas Gerais”. **Observador Econômico**. nº 114, ano 10, jul. pp49-56.

- DUCK, Wanderley & RAZABONI, Douglas (s.d.). “Antonio Carlos – antigo Sítio”. **Estações Ferroviárias do Brasil**, pesquisado em fev/2007 <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_linhacentro/antcarlos.htm>
- DURAND, José Carlos Garcia (1972). **A profissão de arquiteto: estudo sociológico**. Tese, Departamento de Ciências Sociais – FFLCH – USP, nov. 113p.
- DURANTE, Daniel Séllos (1999). **Um retrospecto das siderúrgicas privatizadas**. Monografia, Faculdade de Ciência Econômicas – UFMG, Belo Horizonte. 50p
- EDELMAN, David J. & ALLOR, David J. (2003). “Ladislav Segoe and the emergence of the professional planning consultant”. **Journal of Planning History**, vol. 2, nº 1, Feb. pp47-78. Pesquisado em dez/2006. <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/is_g3_22.pdef>.
- ELO DIOCESANO (2003). “História das paróquias de nossa diocese”. s.n.t., abril.
- ENGELS, Friedrich (1988). Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global.
- ENGELS, Friedrich (2000). **The housing question**. <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1872-hq/hq0htm>>, pesquisado em set/2006.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von (s.d.). **Pluto brasiliensis**. s.n.t.
- ESPAÇO & DEBATES: revista de estudos regionais e urbanos (1981). “Planejamento em crise”. Ano 1, nº1, jan. pp. 103-126.
- ESPINHEIRA, Ariosto (s.d.). **Viagem através do Brasil: Minas Gerais** vol.4, 6ª ed. São Paulo: Edições Melhoramentos. 122p.
- EUROPEAN GARDEN HERITAGE NETWORK – EGHN (2006). “**Margarethehöhe**”. Historical gardens. Pesquisado em ago/2006. <<http://cmsen.eghn.org/margarethenhoehe>>.
- EXAME (1970). “O país do ferro compra aço”. nº 39, set. pp155-182.
- FAIRFIELD, John D. (1993). **The mysteries of the great city: the politics of urban design, 1877-1937**. Columbus: Ohio State University Press. 320p.
- FAORO, Raymundo (1993). “A aventura liberal numa ordem patrimonialista.” **Revista USP – Dossiê liberalismo/neoliberalismo**, no 17, mar/abr/mai. São Paulo: USP. pp14-29.
- FARAH, Flavio & FARAH, Marta Ferreira Santos (1993). **Vilas de Mineração e de barragens no Brasil: retrato de uma época**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas. 94p.
- FARIA, Maria Auxiliadora & GROSSI, Yonne de Souza (1982). “A classe operária em Belo Horizonte: 1897-1920.” In **V Seminário de Estudos Mineiros: a República Velha em Minas**. Belo Horizonte: UFMG/PROED. pp165-199.
- FARIAS, Ignez Cordeiro de & HIPOLITO, Lucia (org.) (s.d.). **Edmundo de Macedo Soares e Silva: um construtor do nosso tempo**. Depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação CSN. 171p.
- FAU-Mackenzie (s.d.). “Histórico do curso de Arquitetura e Urbanismo”. Pesquisado em fev/2007., <http://www.mackenzie.br/universidade/arquitetura_ANTIGO/old/historia/index.html>.
- FAUSTO, Boris (1982). “A Revolução de 1930”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: Difel. Pp 227-255.
- FAU-UFBA (s.d.). “Histórico”. Pesquisado em fev/2007.<<http://www.arquitetura.ufba.br>>
- FAU-UFMG (s.d.). “Histórico”. Pesquisado em fev/2007. <<http://www.arquitetura.ufmg.br>>.
- FAU-UFRJ (s.d.). “Histórico”. Pesquisado em fev/2007. <<http://www.fau.ufrj.br>>.
- FAU-USP (s.d.). “Histórico”. Pesquisado em fev/2007. <<http://www.usp.br/fau/fau/index.html>>.
- FAYET, Ana Luisa (s.d.). **Imagens Etnográficas De Viajantes Alemães No Brasil Do Século XIX**. Pesquisado em jul/2007. <http://www.antropologiavisual.cl/fayet_imprimir.htm>.

- FEDERAÇÃO das Indústrias do Estado de São Paulo (1943). **A cidade do aço, impressões de Volta Redonda**. São Paulo: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. 218p.
- FERNANDES, Florestan (1960). **Mudanças sociais no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 401p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1999). **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2128p.
- FERREIRA, José Artur dos Santos (1997). **Transferência de tecnologia na produção de aços planos especiais: o caso ACESITA**. Dissertação, Instituto de Economia – UFRJ. Rio de Janeiro. 166p.
- FIGUEIREDO, Bruno Colombo (1994). **Vale do Aço: uma área metropolitana sem metrópole**. Monografia. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG.
- FINEP – GAP (1985). **Habitação popular: inventário da ação governamental**. Rio de Janeiro: Projeto. 202p.
- FIRMINO, Edmilson (1994). “30 anos: o aniversário é de Timóteo ou ACESITA”. **Diário do Aço**. s.n.t. 29/abr. (pasta “Timóteo”, Biblioteca Municipal de Timóteo)
- FLORIM WEBSITE (s.d.). **Sir James Roberts, Bart., LL.D., and Saltaire**. Pesquisado em jun/2007. <<http://www.florin.ms/SirJamesRoberts.html>>.
- FONSECA, Claudia Damasceno (2001). **Pouvoir, ville et territoire: gènese et représentation des espaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil). XVIII^e – début du XIX^e siècle**. Thèse de doctorat em histoire et civilisations pour l'École de Hautes Études em Sciences Sociales. Paris. 621p.
- FONSECA, Maria Cecília Londres (1997). **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro: Editorar UFRJ. 315p.
- FONTES, Paulo (1997). **Trabalhadores e cidadão: nitro-química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50**. São Paulo: Annablume. 202p.
- FROCHTENGARTEN, Fernando (2004). “*Memória e colonização em Carlos Dummond de Andrade*”. **Psicologia & Sociedade**; 16 (3), set/dez. pp97-101
- FUKUYAMA, Francis (2002). “*O fim da natureza humana e não-humana*”. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 04/ago. pp20-21.
- FUNDAÇÃO ACESITA (1997). **Memória educação**. Timóteo: Fundação ACESITA.
- FUNDAÇÃO ACESITA (2000). **Memória ambiental de Timóteo**. Timóteo: Fundação ACESITA.
- FUNDAÇÃO ACESITA (2000a). **Textos da exposição Memória ambiental de Timóteo**. Timóteo: Fundação ACESITA.
- FUNDAÇÃO ACESITA (s.d.2). **Painéis da exposição permanente**. Timóteo: mimeo. 22p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (s.d.). **Vale do Aço: estudo preliminar**. Belo Horizonte: FJP-CDU. (mimeo).
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (s.d.2). “*Minas em números*”. **Datas gerais**. Pesquisado em set/2006. <http://www.datagerais.mg.gov.br/site/int_minas_produtos_especiais_lei_robin_hood.php>.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (s.d.2). **História da Fundação João Pinheiro**. Pesquisado em set/2006. <<http://www.fjp.gov.br>>.
- FURTADO, Bernardo Alves (2005). **Land price and development, a criticism to the logic of urbanization: a case study of urban space production in Timóteo, MG, Brazil**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. 13p. (Texto para discussão n^o 258) <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- FURTADO, Celso (1958). **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 80p.
- FURTADO, Celso (1978). **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 89p.

- GABELMAN, Fred (1920). **"Souvenir" Booklet of The Park and Boulevard System of Kansas City.** Kansas-Missouri: Board of Park Commissioners. 39p. Pesquisado em jan/2007, <http://www.georgekessler.org/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=87>
- GALANTAY, Ervin Y (1975). **New towns: antiquity to the present.** New York: George Braziller. 180p.
- GARCIA, Carlos Henrique Menezes (2004). **O trabalho em rota de colisão: privatização, luta operária e estratégias sindicais na siderurgia brasileira.** Tese, Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas-SP. 286p.
- GARCÍA, Macário Alemany (2005). **El concepto y la justificación del paternalismo.** Tese, Facultad de Derecho, Universidad de Alicante. <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=14591>>. Pesquisado em maio/2007.
- GARNER, John S.(org.) (1992). **The company town: architecture and society in the early industrial age.** New York: Oxford University Press. 245p.
- GARTENSTADT MARGARETHENHÖHE (s.d.). Pesquisado em fev/2007, <<http://cmsen.eghn.org/margarethenhoehe>>
- GAZETA MERCANTIL: **balanço anual – Minas Gerais** (1994). “*Crescimento, apesar da crise.*” Ano I, nº 1, set. pp13.
- GAZETA MERCANTIL: **balanço anual – Minas Gerais** (1995). “*Faces da modernização: quatro dos maiores empresários do estado têm um ponto em comum: preparam-se para atuar em um mercado competitivo. Além disso, eles exibem trajetórias de sucesso.*” Ano II, nº 2, ago. pp13
- GAZETA MERCANTIL: **balanço anual – Minas Gerais** (1996). “*Mercado interno dá as cartas.*” Ano III, nº 3, ago. pp44.
- GEOCITIES (s.d.). **Cronologia 1941.** Pesquisada em jul/2007. <<http://br.geocities.com/bommotivobar/Cronologia37/cronologia1941.htm>>.
- GERCKENS, Laurence Conway (2001). “*The Comprehensive Plan in the 20th Century*” **National Planning Conference American Planning Association.** New Orleans, march. Pesquisado em jan/2007, <<http://www.design.asu.edu/apa/proceedings01/GERCKENS/gerckens.htm>>.
- GERMANO, José Paulo (1996). **Paulista “terra de gente feliz”: arquitetura do poder: o edifício fabril, Paulista palco recifense, da morada e do controle da força de trabalho.** Dissertação, FAU-USP Depto. Historia da Arquitetura. 180p.
- GITAHY, Maria Lucia Caira (1992). **Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista. 188p.
- GODOY, Marcelo Magalhães & RODOARTE, Mário Marcos Sampaio (2004). “*Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX.*” **.XI Seminário sobre a economia mineira.** Diamantina-MG. 37p. Pesquisado em jul/2006. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>.
- GODOY, Marcelo Magalhães (2002). “*Espaços canavieiros e mercado interno subsídios para o estudo da distribuição espacial da produção e comércio de derivados de cana-de-açúcar da província de Minas Gerais*” **.X Seminário sobre a economia mineira.** Diamantina-MG. 53p. Pesquisado em jul/2006. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- GODOY, Marcelo Magalhães; RODOARTE, Mário Marcos Sampaio e PAIVA, Clotilde Andrade (2003). “*Negociantes e tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX.*” **V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas (EBPHE).** Caxambu. 38p.
- GOELLNER, Silvana Vilodre (2005). “*Nacionalismo e eugenia: as mulheres e a construção do Brasil forte.*” **Anais do 9º Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física.** Recife. Pesquisado em fev/2007. <<http://www.boletimef.org/?canal=12&file=951&det=753>>

- GOMES, Francisco Magalhães Gomes (1976). **História da siderurgia no Brasil**. São Paulo: Editora Itatiaia Ltda. Editora da Universidade de São Paulo. pp141-364.
- GONZAGA, Jucá (1980). **Timóteo ou ACESITA**. s.n.t., mimeo (pasta “Timóteo”, Biblioteca Municipal de Timóteo), 29/set. mimeo, 1p.
- GOOGLE (s.d.). “*Tennessee Valley Authority map*”. In **Google Image search**. Pesquisada em jul/2007.
- GRAHAM, Ottis (1976). “” in LECHTENBURG, William E. (or). **O século inacabado> a América desde 1900**. vol.1. Rio de Janeiro:Zahar Editores.
- GRECO, Antonio de Monte Furtado (1984). **A siderurgia estatal brasileira: o gigante com pés de barro**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG. Belo Horizonte. p364
- GROSSI, Yonne de Souza (1981). **Mina de Ouro Velho: extração do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 265p.
- GUADALUPI, Gianni e MANGUEL, Alberto. (2003) **Dicionário de lugares imaginários**. São Paulo: Companhia das Letras. 495p.
- GUEDES, Joaquim **Um projeto e seus caminhos**. Tese de livre docência FAU-USP, 1981. 292p.
- GUERRA, Cláudio B. (org.) (2001). **Expedição Piracicaba: 300 anos depois**. Belo Horizonte: Segrac Editora e Gráfica Ltda. 156p.
- GUERRA, Warley (2006). “*Timóteo-MG: Cinco posses de prefeitos em apenas dois anos*”. **Jornal das Cidades**. s.n.t.
- GUIANET (s.d.). “*Rodovias federais*”. In **Minas online**. Pesquisado em ago/2002. <<http://www.guianet.com.br/mg/index.htm>>.
- GUNN, Philip O.M. (1997b). “*Os precursores de cidades empresariais na produção de assentamentos pro companhias e colonias no séculos XVII e XVIII.*” **Anais do 7º. Encontro da ANPUR**, Recife: UFPE. pp385-403.
- HALL, Peter (2002). “*Cidades da imaginação: visões alternativas da boa cidade (1880-1987).*” **Cidades do amanhã**. São Paulo : Editora Perspectiva. 550p.
- HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor (.1982). **História da Indústria e do trabalho no Brasil**. Ática. São Paulo.
- HARDY FILHO, Raphael (1970). “*Aqui Ipatinga*”. **Revista USIMINAS**, ano 02, n.2. Ipatinga-MG, out. pp30-42.
- HARDY FILHO, Raphael (1971). “*Mais aço para mais moradias*”. **Revista USIMINAS**, ano 02, n.3. Ipatinga-MG, out. pp49-68.
- HARGROVE, Erwin C. (2001). **Prisoners of the myth: the leadership of the Tennessee Valley Authority, 1933-1990**. Knoxville: University of Tennessee Press,. 371p.
- HARPER (1883). **HARPER’S New Monthly Magazine**. “*Cincinnati*”. Vol LXVII, nº 398. New York: Harper & Brothers July. pp246-265. Pesquisado em jan/2007, <<http://www.rootsweb.com/~ohhamil3>>.
- HERVÉ, Théry & MELLO, Neli Aparecida (2005). **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 312p.
- HINCHBERGER, Bill (1995). “*Wilson Brumer of ACESITA: birth of a private company.*” **Institutional Investor**, 07/jan. Pesquisado em dez/2006. <http://www.accessmylibrary.com/coms2/summary_0286-193070_ITM>
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (2002). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 316p.
- HOBSBAWM, Eric (1989). **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- HOBSBAWN, Eric (1990). *“O apogeu do nacionalismo 1918-1950”*. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBSBAWN, Eric (2001). *“A falência da democracia”*. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 21/jul. pp04-07.
- HOLANDA, Cristina Buarque de (s.d.). *“O futebol no imaginário da intelectualidade Brasileira de inícios do século XX: o embate teórico entre Lima Barreto e Coelho Netto.”* **Enfoques – revista eletrônica dos alunos do PPGSA/IFCS/UFRJ**. Pesquisado em fev/2007. <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/julho05/pdfs/julho2005_05.pdef>
- HORTA LIMA, Marcos Alberto (2005). **Legislação e trabalho em controvérsias historiográficas: o projeto político dos industriais brasileiros (1919-1930)**. Tese, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, UNICAMP. Campinas. 209p.
- HOWARD, Ebenezer (2002). **A cidades-jardim de amanhã**. São Paulo: Annablume, 2002. 211p.
- HUBBARD, Preston J.(1968) **Origens of the TVA: the Muscle Shoal controversy, 1920-1932**. New York: Norton Library. 340p.
- HUXLEY, Julian.(1944) **TVA adventure in planning**. Surrey: The Architectural Press. 142p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1957). **Enciclopédia de Municípios Brasileiros**, vol. 29. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBS (1972). *“Médici sanciona a lei que cria a SIDERBRÁS”*. **Boletim IBS**. nº 42, jul-ago. pp4-6.
- IBS (2005). **Balanco Social da Siderurgia de 2004**. s.n.t.
- IBS (2006a). *“Mittal aceita restrições para compra de ARCELOR”*. **Resumo da semana**. Edição 3, 05-09/jun.
- IBS (2006b). *“ACESITA vai ampliar área de distribuição no Cone Sul”*. **Resumo da semana**. Edição 5, 19-23/jun.
- IBS (2006c). *“ACESITA busca mercado nas Américas”*. **Resumo da semana**. Edição 13, 21-25/ago.
- IEPHA/MG (1997). **Dicionário biográfico de construtores e artistas de Belo Horizonte: 1894/1940**. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Belo Horizonte: IEPHA/MG. 315p.
- IMAGEM (s.d.). *“História ganha nova versão”* Pasta “Timóteo – história” da Biblioteca Municipal de Timóteo, s.n.t. pp9-10.
- INDY PARKS AND RECREATION (s.d.). *“The Indianapolis Historic Park and Boulevard System: momentum for today, legacy for tomorrow”*. Pesquisado em mar/2007. <<http://www.indygov.org/home.htm>>.
- ISTOÉ (s/d). *“PT - O homem dos mil esquemas”*.. Pesquisado em 04/01/2007, <http://www.terra.com.br/istoe/1864/brasil/1864_o_homem_dos_mil_esquemas.htm>
- ITABIRITO em revista. nº 1, ano 1, mai/1992.
- JACOBS, Jane (1969). **The economy of the city**. New York: Random House Inc. 267p.
- JAMES, Preston E. (1933). *“Notes on a journey up the Valley of the Rio Doce, Brazil”*. **The Journal of Geography**. March, vol. 32. Chicago, Ill: The Education National Council for Geographic Education. Pp. 98-107
- JEBSEN JR, Harry (1979). *“The Public Acceptance of Sports in Dallas, 1880-1930”*. **Journal of Sport History**, Vol. 6, nº. 3. Pesquisado em jan/2007, <<http://www.aafal.org/SportsLibrary/JSH1979/JSH0603/jsh0603b.pdef>>.
- JORGE, Danilo (1998). *“A espera do aço.”* **Gazeta Mercantil: balanço anual – Minas Gerais**. Ano V, nº 5, ago. pp32-34.
- KESSLER SOCIETY (s.d.). *“The Kansas City’s System”*. **George Kessler: architect and city planner**. Pesquisado em fev/2007. <<http://www.georgekessler.org>>.

- KNEESE DE MELLO, Eduardo (1950). “O arquiteto no Brasil.” **Acrópole**. nº 144, abr. pp289-292.
- KNEESE DE MELLO, Eduardo (1970). “*Porque Brasília*”. In **Brasília**, edição especial da revista **Acrópole: arquitetura, urbanismo, decoração**. São Paulo: Técnicas Brasileiras. pp09-22.
- KOPP, Anatole (1990). **Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa**. Nobel-Edusp, 5Th Paulo. 253p.
- KRUPP (s.d.). “*MKS – Historisch*”. **Margarethehohe**. Pesquisado em mar/2007 <<http://www.margarethe-krupp-stiftung.de/>>.
- KURZ, Robert (2002). “*O mecanismo da corrosão*”. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 18/ago. pp20-2.
- LADURIE, Emmanuel La Roy. (2002). **O carnaval de Romans: da candelária à quarta-feira de cinzas, 1579-1580**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 433p.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Ferrovias, cidades, trabalhadores 1870-1920**. Tese de livre docência, FAU-USP. São Paulo, 2002. 190 p .
- LAVEDAN, Pierre (1952). **Histoire de l’urbanisme: époque contemporaine**. Paris: Henri Laurens, Éditeur. 446p.
- LAYRARGUES, Philippe Pomier (1998). **A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume. 234p.
- LE CORBUSIER (1993). **A carta de Atenas**. Tradução e introdução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC: EDUSP.
- LE GOFF, Jacques (1998). **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 159p.
- LEÃO XIII (1891). **Rerum novarum: sobre a condição dos operários**. Pesquisada em jun/2007. <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>.
- LEFEBVRE, Henry (1991). **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes. 145p.
- LEI COMPLEMENTAR nº 51/98, de 20/01/2006. **Lei Complementar 51/98 Institui a Região Metropolitana do Vale do Aço, dispõe sobre sua organização e funções e dá outras providências**. Pesquisada em jan/2007. <http://www.ivojose.com.br/pub_vis.aspx?cd=27>
- LEI nº 2.500, de 07/05/2004. **Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Timóteo e dá outras providências**.
- LEI nº 8.031, de 12 de abril de 1990 - DOU de 13/4/90, **Cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências**. Pesquisada em dez/2006, <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8031.htm>>
- LEITE LOPES, José Sérgio (1978). **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 220p.
- LEITE LOPES, José Sérgio (1987). “*Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da ‘Crise do Brasil arcaico’*.”. In LEITE LOPES, José Sérgio (coord.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. São Paulo: Marco Zero/ UFEJ – Museu Nacional/ PROED. pp147-170.
- LEITE LOPES, José Sérgio (1988). **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés**. São Paulo: Editora Marco Zero. 623p.
- LEITE LOPES, José Sérgio (2006). “*Sobre processos de ‘ambientalização’ dos conflitos e sobre dilemas da participação*”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 12, nº 25, jan/jul. pp.31-64.
- LEITE NETO, Alcino (2002). “*O mundo negativo*”. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 08/dez. pp05-07.

- LEME, Maria Cristina da Silva (2001). “*Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional*”. In BRESCIANI, Maria Stella (org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade UFRGS. pp77-93.
- LEME, Maria Cristina da Silva (org.) (1999). **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAU-USP; FUPAM. 600p.
- LEMINSKI, Paulo (2001). **O ex-estranho**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda. 76p.
- LE MOS, Júlio Ribeiro & PIRES, Maurício Borges (coord.) (1992). **ACESITA, uma empresa especial: uma avaliação econômico-financeira**. Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo/CEDEPLAR. 96p.
- LEPETIT, Bernard (2001). **Por uma nova história urbana**. São Paulo, EDUSP. 323p.
- LEVI, Rino (1959). “*arquitetos de 1958: discursos*” in **Cadernos de estudos: centro dos estudantes universitários de arquitetura**. N°5, maio. São Paulo: mimeo – FAC.
- LILIENTHAL, David E.(1953) **TVA: democracy on the march**. New York: Harper e How Publisser. 294p.
- LIMA, Fábio José Martins de (2003). **Por uma cidade moderna: ideários de urbanismo em jogo no concurso para Monlevade e nos projetos destacados da trajetória dos técnicos concorrentes (1931-1943)**. Tese doutorado pela FAU - USP. 431p.
- LIMA, Heitor Ferreira (1976). **História política-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 434p.
- LINK, Arthur S. (1965). **História moderna dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Zahar.
- LOBATO, Monteiro. **O escândalo do petróleo e ferro**. São Paulo: Editora Brasiliense Ltda, 1959. 316p.
- LOPES, Alberto Costa (1993). **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. Dissertação Geografia – UFRJ.
- LUCA, Tania Regina de (1999). **A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP. 319p.
- LULCH, Ernest (1979). **O desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Salvat Editora. 143p.
- LUSTOSA, Manoelita (1985). “*A história do samba pede passagem*”. **Cá Entre Nós**. N° 1 Ano 1, Timóteo, fev.
- LUSTOSA, Manoelita (1987a). “*Na Quitandinha, a escola tradição de Nadir e Quincão*”. **Diário do Aço**. 19/fev.
- LUSTOSA, Manoelita (1987b). “*Tia Nadir, primeira dama do carnaval de ACESITA*”. **Diário do Aço**. 18/fev.
- LUZ, Nícia Vilela (1978). **A luta pela industrialização do Brasil: 1808 à 1930**. São Paulo: Alfa-Omega, 2ª ed.. 224p.
- LYNCH, Kevin (1997). **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 227p.
- MACEDO, Adilson Costa (1979). **A realidade profissional do arquiteto**. Brasília: UnB (mimeo). 15p.
- MACEDO, Concessa Vaz de (2000). “*A descentralização da produção e a terceirização do trabalho – tendências gerais e evidências da Companhia Aços Especiais Itabira – ACESITA S.A.*”. **IX Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina-MG. 29p. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- MACEDO, Silvio Soares & ROBBA, Fabio (2002). **Praças brasileiras**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado. 311p.
- MACEDO, Silvio Soares (1999). **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo. 143p.
- MAGNANI, Hélio (s.d.). “*Conversa de bar gera Liga de Futebol*”. Pesquisado em dez/2006. <<http://www.ligaacesitana.com.br/historia.html>>

- MAIDMENT, Paul (2007). “*Lakshmi Mittal's \$19 Billion Year*”. **Forbes**, 03.10.05, pesquisado em jan. <http://www.forbes.com/billionaires/2005/03/10/cx_pm_0310mittal_bill05.html>
- MANIERI-ELIA, Mário (1972), “*Por una ‘ciudad Imperial’*”. In CIUCCI,, Giorgio et al. **La città americana**. Barcelona: Gustavo Gili. pp03-136.
- MARICATO, Ermínia (org.) (1979). **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo : Editora Alfa-Omega. 166p.
- MARTINS, Marcos Lobato (2000). “*A presença da fábrica no ‘Grande Empório do Norte’: surto industrial em diamantina entre 1870 e 1930*”. In **.IX Seminário sobre a economia mineira**. Diamantina-MG. pp281-303. Pesquisado em ago/2006. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- MARX, Karl (1999). **O capital: crítica da economia política**. Livro1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2vol. 966p.
- MATOS, Ralfo (2000). “*Aglomerções urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil.*” **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. 22p. Pesquisado em 11/jan/2007, <<http://www.abep.nepo.unicamp.br>>_
- MCDONALD, Michael J. & MULDOWNY, John (1982). **TVA and the dispossessed: the resettlement of population in the Norris Dam area**. Knoxville: University of Tennessee Press. 334p.
- MEMÓRIA BELGO (s.d.). **A história da Belgo**. Sabará-MG: Belgo - Núcleo Central, mimeo. 14p.
- MENDONÇA, Sonia Regina de (1997). **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: HUCITEC. 219p.
- METASITA (1989). **Vídeo/história do Metasita**. (depoimentos dos senhores: Costa, Delzete, Pedro Guerra, Almir Murta, Padre Abdala, Antônio Brum, Geraldo Ribeiro, Marinho e Rossi). Mimeo. 8p.
- METASITA (2004). **Sem censura: informativo do METASITA**. nº 1475-1485 ano 15, jan-fev. Timóteo: METASITA.
- METASITA (s.d.) **Metasita 50 anos: sinal de resistência e solidariedade dos trabalhadores nesse “vale de lágrimas”**, mimeo. 2p. Pesquisado em 2005. <<http://www.metasita.org.br>> .
- METASITA (s.d.1). **Década de 50 a 90: fatos marcantes**, mimeo. 10p.
- METASITA (s.d.2). **Atas de Reunião do Sindicato (de 8/ago/1950 á18/06/2000)**. (mimeo)
- METASITA (s.d.3). **Metasita 53 anos: sinal de resistência e solidariedade dos trabalhadores no vale que queria transformar homens em aço**. Pesquisado em dez/2006. <<http://www.metasita.org.br>>.
- MINAMI, Issao (1994). **Vila Martin Smith, no alto da serra, em São Paulo, um exemplo típico de “model company town”**. Tese, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo. 278p.
- MINDLIN, Henrique E. (2000) **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora/IPHAN. 286p.
- MISH, Frederick C. (chief editor) (1989). **The new Merriam-Webster Dictionary**. Merriam-Webster Inc., Publishers: Springfield, Massachusetts.
- MONT'ALEGRE, Omer (1950). “*Minas: um programa de governo à serviço da economia*” **Observador Econômico e Financeiro**. Ano 15, Nº 179, jan. pp. 50-138.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (2001). **Fisionomia da cidade mineradora**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. 13p. (Texto para discussão nº 163). Pesquisado em jul/2006. <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo (2001a). **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR. 13p. (Texto para discussão nº 164) <<http://www.cedeplar.ufmg.br>>

- MOORE, Glenn (1996). "*Ideology on the Sportspage: Newspapers, Baseball, and Ideological Conflict in the Gilded Age*". **Journal of Sport History**. Vol. 23, Number 3. University of Melbourne. pp228-255.
- MOORE, Howard William (1984). **Company town: a history of Rockwood and the Roane Iron Company**. Kingston (Tn-USA): Roane County Heritage Commissio, Inc. 96p.
- MORAES, José Augusto de (2004.). **Ipatinga 40 anos: a história de uma cidade que se confunde com a construção de uma empresa siderúrgica**. Ipatinga-MG 105p.
- MORAES, Maria Blassioli (2003). **A Ação Social Católica e a luta operária: a experiência dos jovens operários católicos em Santo André (1954-1964)**. Dissertação de mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo. São Paulo. 207p.
- MOREIRA, Eugênio (1997). "*Futebol, paixão centenária da cidade*." jornal **Hoje em dia**. Belo Horizonte, 02/out. pp11.
- MORI, Klara Kaiser (1999). "*A ideologia na constituição do espaço urbano brasileiro*" In DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos. (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. pp49-71.
- Morus, Tomás (1997). **Utopia**. Porto Alegre: L&PM.170p.
- MUNFORD, Lewis (1998). **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martin Fontes. 741p.
- MUNHÓS, Wilson (1997). **Contratos, salários e paternalismo: o trabalho forçado em São Paulo na segunda metade do século XIX**. Tese em história social, Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo. 227p.
- MURGEL, Angelo A. (1936). "*Projeto da cidade operaria de Monlevade*". **Revista da Directoria de Engenharia**. n. 5, vol.3, set. pp.270-281.
- NATIONAL REGISTER OF HISTORIC PLACES (s.d.). "*Registration Form. OMB No. 10024-0018*". Pesquisado em mar/2007. <<http://www.dnr.mo.gov/shpo/nps-nr/99000595.pdf>>.
- NERUDA, Pablo (2004). **O coração amarelo**. Porto Alegre: L&PM Pocket. 88p.
- NEW DEAL NETWORK (s.d.). "New Deal photo gallery". In New Deal Network. Pesquisada em mar/2002. <<http://newdeal.feri.or>>.
- NEW DEAL NETWORK (s.d.). "New Deal photo gallery". In New Deal Network. Pesquisada em
- NOLLEN, John (org.) (1919). **Homes for workmen: a presentation of leading examples of industrial community development**. New Orleans: The South Pine Association. 250p.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1937a). "*A Itabira Iron Ore*" nº 17, ano 2, jun. pp. 41-54
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1937b). "*As finanças do architecto*." nº 16, ano 2, mai. pp39-43
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1938). "*O ferro no Brasil*". nº 26, ano 3, mar. pp73-76.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1939). "*Parque rodoviário de Minas Geraes*." nº 41, ano 4, mai. pp171.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1941). "*Cidade industrial (BH)*." nº 64, ano 6, mai. pp51-54.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1943). "*A iniciativa privada na siderurgia*", ano 10, nº 93. Rio de Janeiro, out. pp107-140.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1946). "*Eletificação de Minas Geraes*." nº 124, ano 11, mai. Pp136-143.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1948). "*Política mineira*". ano 12, nº 133. Rio de Janeiro, fev. pp.99-107.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1950). "*Fatôres da industrialização em Minas Gerais*." nº 193, ano 17, fev. pp113-119.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1950). "*Um novo capítulo em Volta Redonda*." nº 175, ano 15, ago. pp82-1125.

- OBSERVADOR ECONÔMICO (1952). “*Razões da industrialização de Minas Gerais*”.. Nº 193, ano 16. Riode Janeiro, fev/1952. pp. 51-54.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1953). “*Aços especiais para a indústria*”. nº 211, ano 18, ago, pp. 74-90.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1954). “*Aços especiais para a indústria*”. nº 211, ano 18, set. pp. 74-90
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1956). “*Industrialização de base*”. nº 239, ano 20, jan, pp. 27-28.
- OBSERVADOR ECONÔMICO (1960). “*USIMINAS aval do BNDE*”. Nº 288, ano 25. Rio de Janeiro, fev/1960. pp15.
- OHIO HISTORICAL SOCIETY (s.d.). “*Cincinnati*”. **Central Online Encyclopídia**. Pesquisado em jan/2007. <<http://www.ohiohistorycentral.org/entry.php?rec=681>>.
- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto de & PERPÉTUO, Maini de Oliveira (2005). “*O ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil*” In **Arquitextos 066**, Texto Especial 336, nov, Pesquisado em ago/2006. <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp336.asp>>
- OLIVEIRA, Francisco de (1976). “*A economia brasileira: crítica à razão dualista*”. In **Seleções CEBRAP 1**. São Paulo : Editora Brasiliense. pp05-78.
- OLIVEIRA, Vanessa Criscuolo Parreiras de (2004). **Reestrutração setorial e capacitação tecnológica na indústria siderúrgica brasileira**. Dissertação, Instituto de Geociências – UNICAMP. Campinas - SP. 152p.
- OTTONI, Dacio A. B. (2002). “*Introdução: cidade jardim: formação e percurso de uma idéia*”. In HOWARD, Ebenezer. **Cidade-jardim de amanhã**. São Paulo: AnnaBlume. pp10-101.
- PACHECO, João Carlos (2005). **Portal Carangola**. Pesquisado em mai/2005. <<http://www.portalcarangola.com/FotosdeCarangola/Publicar/index.html>>.
- PAIVA, Carlos (s.d.). **Enciclopédia do América**. Pesquisado em jan/2007, <<http://www.americamineiro.com.br/club/>>.
- PAIVA, Clotilde A. (1996). **População e economia nas minas gerais do século XIX**. Tese de doutoramento em Historia Social pela FFLCH-USP. São Paulo. 229p.
- PAIXÃO, Moacir (1953). “*Estrutura e rumos da siderurgia*”. **Observador Econômico**. nº 208, ano 18, mai. Pp26-39.
- PANERAI, Philippe (2006). **Análise urbana**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 198p.
- PANET, Amélia (org.) (2002). **Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano**. João Pessoa - PB: Unipê Editora. 161p.
- PAOLI, Maria Cecília (1991). “*Memória, história e cidadania: direito ao passado*”. In: **Direito a memória, patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico. pp25-29.
- PARKS, E. Taylor & PARKS, Louis (org.) (1966) F. **O pensamento de Roosevelt**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record. 311p.
- PASSOS, Mauro (1986). **A presença e o discurso da igreja na formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte (1890-1930)**. Dissertação de mestrado em Educação pela UFMG. Belo Horizonte. 235p.
- PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (2001). **Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado, Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas-SP. 165p.
- PECHMAN, Clarece (1984). **O dólar paralelo no Brasil**. Coleção Estudos brasileiros ; vol. 79. Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra. 156p.
- PELÁEZ, Carlos Manuel (1972). **História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil**. Rio de Janeiro: APEC. pp173-194.
- PENNA, Lincoln de Abreu. **República brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 215p

- PERD – Parque Estadual do Rio Doce (2002). **Plano de manejo**. Pesquisado em jul/2005. <<http://intranet.ief.mg.gov.br/parques/riodoce/plano.asp>>
- PEREIRA, Doralice Barros (1992). **AÇOMINAS: uma paisagem industrial na percepção dos moradores de Ouro Branco**. Monografia, IGC-UFMG.
- PEREIRA, Juliana Fantini Chaves (2000). **Privatização e reestruturação produtiva na siderurgia brasileira: estudo do caso USIMINAS**. Monografia, Faculdade de Ciência Econômicas – UFMG, Belo Horizonte. 50p.
- PEREIRA, Luciana Cherem (1999). **Privatização e reestruturação na siderurgia brasileira: estudo do caso da ACESITA**. Monografia, Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG.
- PEREIRA, Osny Duarte (1967). **Ferro e independência: um desafio a dignidade nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 591p.
- PEREIRA, Patrícia (2000). “*Timóteo de lira com sátiras políticas*.” **Estado de Minas**. Caderno Gerais/Carnaval. Belo Horizonte, 6/mar. pp24.
- PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (2001). “*Cidade: a importância de novos meios de falar e de pensar as cidades*”. In BRESCIANI, Maria Stella (org.). **As palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS. pp261-284.
- PERROT, Michelle (2006). **Os excluídos: operários, mulheres, prisioneiros**. Rio de Janeiro: Terra e Paz. 332p.
- PERROT, Michelle “*Maneiras de Morar*”. In: **História da Vida Privada, vol. IV**. Companhia das Letras. São Paulo, 1991, pp307-323.
- PEVSNER, Nikolaus (1977). **A history of building types**. Princeton: Princeton University Press. 333p.
- PIMENTA, José Dermeval (1950). **O minério de ferro na economia nacional: o vale do rio doce**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- PINHEIRO, Armando Castelar (2000). “*A experiência brasileira de privatização: o que vem a seguir?*” Textos para discussão 87. 34p. Pesquisado em nov/2006, <<http://www.bndes.gov.br>>
- PINHEIRO, Armando Castelar (s.d.). “*Privatização no Brasil: porque? até onde? Até quando?*”. **As reformas estruturais**. s.n.t. pp147-181. Pesquisado em 23/nov/2006, <<http://www.bndes.gov.br>>
- PINHEIRO, João Cesar de Freitas (2000a). **A mineração brasileira de ferro e a reestruturação do setor siderúrgico**. s.n.t. (manuscrito), UFMG.
- PINHO, Marcelo Silva (2001). **Reestruturação produtiva e inserção internacional da siderurgia brasileira**. Tese de doutorado pelo Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas - SP. 212p.
- PIQUET, Rosélia (1998). **Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 166p.
- PNUD (2003). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003**. Pesquisado em jul/2006. <www.pnud.org.br/atlas/PR/Regioes_Metropolitanas_2.doc>.
- POMPEU PINHEIRO[sic], Gerson (1937). “*A architectura no Brasil*.” **Observador econômico**. nº 16, ano 2, mai. pp31-35
- PORTO, Daniele Resende (2005). **O Barreiro de Araxá: projetos para uma instancia hidromineral em Minas Gerais**. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos. 341p.
- POUNDS, Norman John Greville (1966). **Geografia do ferro e do aço**. Rio de Janeiro : Zahar Editores. 222p.
- PRADO, Carlos da Silva (1945). “*Urbanismo – problema de arquitetura*.” **Acrópole**. nº 94, abr. pp. 329-331.

- PREFEITURA DE ITAGUAÍ (s.d.). “*História*”, pesquisado em fev/2007. <<http://www.itaguai.rj.gov.br/historia.asp>>.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE IPATINGA (s.d.). **Perfil do Município de Ipatinga**. Pesquisado em nov/2006. <[http://: www.Ipatinga.mg.gov.br](http://www.Ipatinga.mg.gov.br)>.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA (s.d.). “*História*”. **Prefeitura Municipal de Carangola**. Pesquisado em set/2006. < www.carangola.mg.gov.br/historia.htm>.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU (s.d.). “*Inicial*”. **Seja bem vindo!** Pesquisado em mar/2007. <www.paraguacu.mg.gov.br/licita.htm>.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1973). **Realização da administração do prefeito Antônio Silva**, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1977). **Zepeteco: órgão informativo do município de Timóteo**, nº 14, ano 2, jan. Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1979). **Timóteo: 2 anos de administração Geraldo Ribeiro**, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1981). **Guia Informativo do Município de Timóteo**, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1981a). **Timóteo em revista (1977-1981)**, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo..
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1984). **Guia**. nov/dez. Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo. pp15-17.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1986). **Informativo da Prefeitura Municipal**, out, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1988). **Timóteo**, nº 13, ano1, abr, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1989). **O povo no governo**, nº 03, ano1, nov, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1990). **Palavra direta**, nº 01, ano1, nov, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1992). **Palavra direta**, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1993). Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1997). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Timóteo (PDDUA)**, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1998). **Novos rumos**, nº 05, ano2, jan, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1999). **Novos rumos**, nº 07, ano3, fev, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1999a). **Novos rumos**, nº 13, ano3, nov, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (1999b). **Novos rumos**, nº 14, ano3, dez, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (2000a). **Novos rumos**, nº 18, ano3, mai, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (2000b). **Novos rumos**, nº 19, ano3, mai, Timóteo: Prefeitura Municipal de Timóteo.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (2001). **Relatório de acompanhamento: expansão urbana na região do entorno do Parque Estadual do Rio Doce**, out, mimeo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (2004a). **Relatório de acompanhamento: expansão urbana na região do entorno do Parque Estadual do Rio Doce**, jun, mimeo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMÓTEO (2004b). **Relatório de acompanhamento: expansão urbana na região do entorno do Parque Estadual do Rio Doce**, set, mimeo.
- PREFEITURAS MUNICIPAIS do Vale do Aço. **Cartilha do cidadão do Vale do Aço, perfil histórico, cultural e informativo** (1998). João Monlevade: Click Idéias Assessoria Ltda., edição 98. pp153-154/156-160/162/164/167/176/182/184-186.
- PREMO (s.d.). “*Obras*”. **Premo Engenharia e Construções Ltda.** Pesquisado em mai/2007. <<http://www.premo.com.br/obra.asp>>.
- PRESERVAR Madeira Reflorestada (s.d.). “*A empresa*”. **Duralipto**. Pesquisada em nov/2006. <<http://duralipto.com.br/>>
- PRIBERAM (s.d.). **Dicionário português on line**. Pesquisado em jun/2007. <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>>.
- PRITCHETT, C. Herman (1943). **The Tennessee Valley Authority: a study in public administration**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press. 333p.
- QUECINI, Vanda Maria (2000). **Usina Santa Bárbara: um espaço para a história, uma história para a memória, uma memória para o espaço**. 2º Relatório de Iniciação Científica - FAPESP, FAU-UNIMEP, Santa Bárbara d’Oeste, SP. 73p.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (1999). **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense. 237p.
- RACHE, Athos de Lemos (1957). **Contribuição ao estudo da economia mineira**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- REID, Don (1981). “*Decazeville: company town and working-class community, 1826-1914*”. In MERRIMAN, John M. (org.) **French cities in the nineteenth century**. New York: Holmes & Méier Publisher Inc. 303p.
- REIS FILHO, Nestor Goulart (1999). **A urbanização e o urbanismo na região das minas**. Cadernos do Lap nº 30. São Paulo: FAU-USP. 34p.
- REIS FILHO, Nestor Goulart (2000a). **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pini. 239p.
- REIS FILHO, Nestor Goulart (2000b). **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp. 410p.
- REPS, John William (1965). **The making of urban america: a history city planning in the United States**. New Jersey: Princeton University Press. 573p.
- RESENDE, Andirana Veiga (1979). **Siderurgia e desenvolvimento agrícola regional: o projeto da AÇOMINAS**. Monografia, CEDEPLAR – UFMG.
- RESENDE, Marcelo JB & SASSAK, Lana (s.d.). **Ouro Branco**. <[http:// www. idasbrasil.com.br /idasbrasil/ cidades/ OuroBranco/ port/apresent.asp](http://www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/cidades/OuroBranco/port/apresent.asp)>
- REVISTA TECNOLOGIA HOJE (2003). “*Em busca da competitividade*”. Pesquisado em dez/2006, <[http://www.ietec.com.br/ietec/techoje/techoje/especial/ 2003/03/11/2003_03_11_0007.2xt/ -template_interna](http://www.ietec.com.br/ietec/techoje/techoje/especial/2003/03/11/2003_03_11_0007.2xt/-template_interna)>
- REVOLUTIONARY PLAYERS (s.d.). “*Birmingham - The Industrial Landscape of the Black Countr* ”. **Revolutionary Players of Industry and Innovation**. Pesquisado em jun/2007. <[HTTP://WWW.SEARCH.REVOLUTIONARYPLAYERS.ORG.UK/ENGINE/RESOURCE/EXHIBITION/STANDARD/CHILD.ASP?TXTKEYWORDS=INDUSTRIAL+LANDSCAPE&LSTCONTEXT=&LSTRESOURCE TYPE=&LSTEXHIBITIONTYPE=&CHKPURCHASEVISIBLE=&TXTDATEFROM=&TXTDATETO=&X1=&Y1=&X2=&Y2=&SCALE=&THEME=&ALBUM=&RESOURCE=666&VIEWPAGE=%2FENGINE](http://www.search.revolutionaryplayers.org.uk/engine/resource/exhibition/STANDARD/CHILD.ASP?TXTKEYWORDS=INDUSTRIAL+LANDSCAPE&LSTCONTEXT=&LSTRESOURCE TYPE=&LSTEXHIBITIONTYPE=&CHKPURCHASEVISIBLE=&TXTDATEFROM=&TXTDATETO=&X1=&Y1=&X2=&Y2=&SCALE=&THEME=&ALBUM=&RESOURCE=666&VIEWPAGE=%2FENGINE)>

E%2FRESOURCE%2FEXHIBITION%2FSTANDARD%2FDEFAULT%2EASP&ORIGINATOR=%2FENGINE%2FSEARCH%2FDEFAULT%5FHNDLR%2EASP&PAGE=2&RECORDS=28&DIRECTION=1&PINTER=3237&TEXT=0&EXHIBITION=101&OFFSET=0>.

- RIBEIRO, Cústódio (/1999). "*Mais um show de irreverência: blocos anuanciam seus enredos para desfile de rua que começa a ressuscitar no sábado o debochado carnaval de Timóteo.*" **Vale do Aço**. Ipatinga, 9/fev. pp06.
- RICOUER, Paul (1955). "*Civilisation universelle et cultures nationales*" In **Histoire et vérité**, 2^{ème} ed., Paris: Seuil. pp.274-288.
- ROBERTO, Marcelo (1948). "*Arquitetura, urbanismo e o muro das lamentações.*" **Acrópole**. nº 125, set. pp165-170.
- ROBINSON, Ira M. (1962). **New industrial towons on Canada's resource frontier**. Chicago: Departament of Geography – University of Chicago. 190p.
- RODOARTE, Mario Marcos Sampaio (1999). **O caso das minas que não se esgotaram: a pertinência do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista**. Dissertação de mestrado em economia pelo CEDEPLAR-UFMG. Belo Horizonte. 179p.
- RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes (1996). **Constituição do sentido moderno de esporte: pelas trilhas históricas do Minas Tênis Clube**. Dissertação, Escola de Educação Física da UFMG. Belo Horizonte. p338.
- RODRIGUES, Marilita Aparecida Arantes (2006). **Constituição e enraizamento do esporte na cidade: uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)**. Tese de doutorado pela Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas da UFMG. Belo Horizonte. p338.
- ROLNIK, Raquel (1981). **Cada um no seu lugar!: São Paulo, início da industrialização: geografia do poder**. São Paulo. Dissertação de mestrado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, Universidade de São Paulo.
- ROMANO, Olavo (1997). **Muito além da cidade planejada: uma contribuição à história da região nordeste da capital**. Belo Horizonte: Colégio Magnum Agostiniano. 159p.
- ROSA, Léa Brígida Rocha de Abreu (1976). **Companhia Estrada de ferro de Victória à Minas (1890-1940)**. Dissertação de mestrado FFLCH-USP. São Paulo. 199p.
- ROSA, Léa Brígida Rocha de Abreu (1980). **Exportação do minério de ferro brasileiro em larga escala : 1910-1942**. Tese de doutoramento pela FFLCH-USP. São Paulo. 400p.
- ROSENZWEIG, Roy & BLACKMAR, Elizabeth (1992). **The Park and the People: A History of Central Park**. Boston: Cornel University Press. 622p. Pesquisado em mar/2007, <http://www.centralparkhistory.com/the_book/>.
- ROSSI, Aldo (1982). **La arquitectura de la ciudad**. Barcelona, Gustavo Gili. 239p.
- ROWAN, Jeremy David (2003). **Imagining corporate culture: the industrial paternalism of William Heskth Lever at Port Sunlight, 1888-1925**. Dissertation (doctor of Philosophy), Department of History, Faculty of the Louisiana State University and Agricultural and Mechanical College. Pesquisada em maio/2007, <http://etd.lsu.edu/docs/available/etd-0405103-153006/unrestricted/Rowan_dis.pdf>
- RUEDA, Lenira & NAHAS JR., Antônio (1991). **Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens**. Vol. 1e 2. Ipatinga: Prefeitura municipal de Ipatinga. 101p.
- RUIZ, Ricardo Machado (2004). **Redes de cidades comparadas: Estados Unidos, Brasil e Minas Gerais**. CEDEPLAR-UFMG. Belo Horizonte, Set. 22p.
- SABARÁ, Euclides Diogo (1993). "*O dia em que Timóteo foi emancipado*". **A tribuna do Aço**. Abr, s.n.t.
- SABBAG, Haifa Yazigi (s.d.). **Éolo Maia: uma trajetória com o espírito de Minas, e muita festa.** , pesquisado em mar/2007. <<http://www.arcoweb.com.br/debate/debate41.asp>>.

- SAINT-HILAIRE, Auguste de.(2000) **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 378p .
- SANTOS, Laymert Garcia dos (2003). “*República dos Silvas*”. In **Folha de São Paulo**. 05/jan, pp.7
- SARAVIA, Enrique (2004). “*Estado e Empresas Estatais. Criação e crescimento. O papel das empresas estatais como instrumento de política pública*”. Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, nov. 21p. Pesquisado em dez/2006, <http://www.planejamento.gov.br/arquivos_down/dest/palestra_enrique_Saravia_estados.pdef>
- SCHERMERHORN JR., Richard (1912). “*City planning*”. **Brooklyn Engineers' Club**, Proceedings 16. pp.102-143. pesquisado em jan/2007. <<http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/schermer.htm>>.
- SCHLESINGER JR., Arthur M. (1958). “*Remaking the Tennesse Valley*” in **The coming of the new deal: the age of Roosevelt**. Boston: Hughton Mifflin Company. pp319-334.
- SCHWARZ, Roberto (2003). “*Prefácio com perguntas*”. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais, 28/set. pp8-10
- SEGAWA, Hugo (1999). **Arquitetura no Brasil : 1900-1990**. São Paulo : Edusp. 224p.
- SENNET, Richard (1998). **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras. 447p.
- SERBIN, Kenneth P. (1992). **State subsidization of catholic institutions in Brazil, 1930-1964: a contribution to the economic and political history of the Church**. Working Paper #181 – Oct. Pesquisado em jun/2007. <<http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/181.pdef>>
- SESI-SP (s.d.). “*Institucional*”. **Site social da indústria**. Pesquisado em mai/2007. <<http://www.sesisp.org.br/home/2006/institucional/>>.
- SEVCENKO, Nicolau (1998). “*O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*”. In **História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. vol.3. São Paulo: Companhia das Letras. pp07-48.
- SEVCENKO, Nicolau (2003). “*It’s only MPB*”. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 05/jan. pp.9
- SIFFERT FILHO, Nelson e SILVA, Carla Souza e (s.d.). “*As grandes empresas nos anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças*”. **BNDES**. pp.175-409. <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro/eco90_11.pdef>.
- SILVA, Marcos Virgílio da (2005). **Naturalismo e biologização das cidades na constituição da idéia de meio ambiente urbano**. Dissertação, FAU-USP, São Paulo. p246.
- SILVA, Maria das Graças Souza (2004). **A terceira Itabira: os espaços político, econômico, socioespacial e a questão ambiental**. São Paulo: Editora HUCITEC. p254.
- SILVA, Marta Zorzal e (2000). **A Companhia Vale do Rio Doce no contexto do Estado desenvolvimentista**. Tese de doutorado pela FFLCH- USP, Depto. Ciência Política da. São Paulo.
- SILVEIRA, Marco Antonio (1997). **O universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: Editora HUCITEC. 203p.
- SILVEIRA, Suely Itamar Santiago (s.d.). **Memorial Timóteo Centro Sul**. Timóteo – MG: Governo Municipal de Timóteo, mimeo. 12p.
- SILVEIRA, Suely Itamar Santiago (s.d.1). “*Timóteo - O coração da história de São Sebastião do Alegre*”. **Casa de Memória**. Pesquisado em nov/2006. <<http://www.camaradetimoteo.mg.gov.br/historia/index.htm>>
- SIMÃO, Rocyler Cristina Santos (2004). **Distribuição de renda e pobreza no Estado de Minas Gerais**. Dissertação de mestrado em economia, ESALQ-USP. Piracicaba. 112p.

- SIMMELS, George (s.d.). “*O fenômeno urbano*”. In VELHO, Otávio O. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SIMÕES, Rodrigo Ferreira (2003). **Distribuição de renda e pobreza no Estado de Minas Gerais**. Tese de doutoramento em Ciências Econômicas - UNICAMP. Campinas. 183p.
- SINDIPA (s.d.). “*SINDIPA 40 anos*”. **SINDIPA**. Pesquisado em mai/2007. < www.sindipa.gov.br>.
- SINGER, Paul (1968). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 377p.
- SINGER, Paul (1984). “*Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento*”. In FAUSTO, Boris (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira III: o Brasil republicano (1930-1964)**, n.4, economia e cultura, vol.10. São Paulo: Difel. pp.209-245
- SITTE, Camillo (1992). **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. SP, Editora Ática.
- SKINNER, S. Joan (1999). *Form and fancy: factories and factory building by Wallis, Gilber % Partners, 1916-1939*. Liverpool: Liverpool University.
- SMITH, Carl (1995). **Urban disorder and the shape of belief: the great Chicago fire, the Haymarket bomb and the model town of Pullman**. Chicago: The University of Chicago Press. 395p.
- SOARES E SILVA, Edmundo de Macedo (1945). “*Geografia industrial*”. **Observador Econômico**. nº 109, ano 10, fev. pp. 33-46.
- SOARES E SILVA, Edmundo de Macedo (1957). “*A importância da engenharia no desenvolvimento do Brasil de hoje*”. **Observador Econômico**. nº 253, ano 25, mar. pp. 08-16.
- SOARES E SILVA, Edmundo de Macedo (1972). **O ferro na história e na economia do Brasil**. Rio de Janeiro: s.n.t. 192p.
- SOJA, Edward W. (1993). **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 324p.
- SOUTO JR., José Fernando (2000). “*Práticas Assistenciais em Sindicatos. Do ‘novo sindicalismo’: a persistência da roda*”. **XXIV Encontro Nacional da ANPOCS**. Petrópolis. Pesquisado em jun/2007. <<http://www.sindicalismo.pessoal.bridge.com.br>>
- SOUZA, Claudia Virginia Cabral de (1992). **Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda**. Dissertação de mestrado em planejamento urbano e regional, IPPUR-UFRJ. 207p.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de (2002). **Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 317p.
- SOUZA, Léa Cristina Fonseca de (1989). **A política de recursos humanos como alternativa pra a busca do controle de qualidade na empresa: um estudo do caso ACESITA**. Monografia para bacharelado em ciências econômicas pela UFMG. Belo Horizonte. s.n.t. (mimeo).
- SOUZA, Maria Adélia A. de (1999). “*O II PND e a política urbana brasileira: uma contradição evidente*” In CSABA, Deák e SCHIFFER, Sueli Ramos (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp. pp.111-144.
- SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de (1985). **AÇOMINAS: aspiração de várias gerações de mineiros**. Belo Horizonte : AÇOMINAS. 237p.
- SP360° (s.d.). “*Vila Maria Zélia*”. **SP360°**. Pesquisado em jun/2007. <http://www.sp360.com.br/passeios/pass_outros_vila-maria-zelia.html>.
- SPANN, Edward K. (1992). **Hopedale: from commune to company town, 1840-1920**. Columbus: Ohaio State University Press. 212p.
- STRAUCH, Ney (1958). **Zona metalúrgica de Minas Gerais e vale do Rio Doce**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia. pp. 78-119

- SUZIGAN, Wilson (2000). **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo: HUCITEC. 421p.
- SZMRECSANYI, Maria Irene (1994). “A cidade industrial: conceito e teoria na história do urbanismo.” **Revista Pós**, número especial Anais do Seminário Nacional “O estudo da história na formação do arquiteto”, São Paulo, out. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, s/d. pp.146-149.
- TAFURI, Manfredo (1972). “La montaña desencantada”. In CIUCCI, Giorgio et al. **La città american**. Barcelona: Gustavo Gili. pp.389-51.
- TAGLIAVENTI, Gabriele (s.d.). “The romantic tradition on 20th century town planning”. **A vision of Europe – city planning articles**. Pesquisado em mar/2007. <<http://www.avoe.org/cityplanart3.html>>.
- TEIXEIRA, Palmira P. (1990). **A Fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- TEIXEIRA, Romeu Andrade Duffles (1952). **Memorial do Projeto de Urbanização de ACESITA**. Belo Horizonte. 27p.
- TELLES, Sophia da Silva (coord.) (1991). **Dossiê Joaquim Guedes**. 3vol. Campinas: PUCC.
- TENNESSE VALLEY AUTHORITY ACT (2001).
- THOMPSON, Edward Palmer (1989). “La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?”. In **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Librería S. A. pp13-61.
- THOMPSON, Paul (1992). **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TIEZZI, Ricardo (coord.) (2005). **A usina da injustiça: como um só homem está destruindo uma cidade inteira**. São Paulo: Geração Editorial. 126p.
- TIMES BRASILEIROS (s.d.). **Times Brasileiros**. “Liga Acesitana de Desportos”. <http://www.timesbrasileiros.misterhost.com.br/MG/liga_Acesitana_de_desportos-mg.html>
- TOURAINÉ, Alain (2002). “The Importance of Social Movements” **Social Movement Studies**, vol.1, n.1, April. pp89-95(7). Pesquisado em jun/2007. <<http://www.ingentaconnect.com/content/routledg/csms/2002/00000001/00000001/art00006>>
- TOURAINÉ, Alain (2002). “Paralisia liberal”. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 09/set. pp12.
- TOURAINÉ, Alain (2003). “Integração crítica”. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 05/jan. pp8.
- TOURAINÉ, Alain (2006). “At the frontier of social movements”. **Sociedade e Estado**, dossiê: movimentos sociais, Brasília, v.21, n.1. Pesquisado em: mai/2007. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100003&lng=en&nrm=iso>.
- TRAVELWITH (2002). **Schefferville**. Pesquisado em jan/2007. <<http://www.travelwithjimandmary.com/Labrador2.htm>>.
- TRIBUNA DO AÇO (1995). “O arraial de Timóteo vira Cidade do Aço”. s.n.t., 24/abr.
- Tribuna do Aço**. 1993-2000
- TRONCA, Ítalo (1984). “O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)”. In FAUSTO, Boris (dir.) **História Geral da Civilização Brasileira III: o Brasil republicano (1930-1964)**, n.3, sociedade e política, vol. 9. São Paulo: Difel. pp. 337-360
- USIMINAS (1990). **USIMINAS conta sua história**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 182p.
- USIMINAS (s.d.). **USIMINAS Relatório Anual 2005**
- VARON, Conceição de Maria de Ferraz (1988). **E a história se repete... as vilas operárias e os conjuntos residenciais dos IAPS no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. 309p.
- VASCONCELLOS, Jô (s.d.). **Memorial Éolo Maia**. Pesquisado em mar/2007. <<http://www.eolojo.com.br/inicial.htm>>.

- VASCONCELOS, Sueli Gentil (2002). **Geomorfologia e urbanização no Vale do Aço: as planícies e a cidade de Ipatinga-MG**. Dissertação de mestrado em Geografia e análise ambiental UFMG-Depto. De Geografia. Belo Horizonte. 111p.
- VAZ, Lilian Fessler (1994). **Uma história da habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro – estudo da modernidade através da moradia**. Tese de doutoramento, FAU-USP. 229p.
- VEIGA, José Eli da (2002). **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados. 302p.
- VELASCO JR., Licínio (1997). “A economia política das políticas públicas: fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94”. **BNDES -Textos para discussão 54**. Rio de Janeiro, abr. 57p. Pesquisado em nov/2006, <<http://www.bndes.gov.br>>
- VELASCO JR., Licínio (2005). “Políticas reformistas no presidencialismo de coalizão brasileiro”. **BNDES -Textos para discussão 105**. Rio de Janeiro, out 97p. Pesquisado em nov/2006, <<http://www.bndes.gov.br>>
- VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos (1979). **História da fábrica de Ipanema e defesa perante o senado**. Brasília: Senado Federal. 153p.
- VERVLOET, Roberto José Hezer Moreira (2002). “A paisagem do diabo contemporâneo – como a dinâmica espacial articula as transformações da paisagem urbana segregando classes sociais” **Geografares**. nº3, jun. Vitória-ES. pp133-142.
- VIANA, Francisco José de Oliveira (1974). **Instituições política brasileiras**. Rio de Janeiro: Record. 313p.
- VILLAÇA, Flávio (1998). **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute. 373p.
- VISÃO: quem é quem na economia brasileira. (1968). “A força que o aço tem”. 30/ago. pp89-92.
- VISÃO: quem é quem na economia brasileira. (1980). “Acelera-se a estatização”. 29/ago. pp421-422.
- Visão: quem é quem na economia brasileira**. 1967-1992
- WEBER, Max (1958). **The city**. Illinois: Free Press. 241p.
- WEBSTER’S Encyclopedic Unabridged Dictionary (1993). Gramary Books: New Jersey.
- WEINBERG, Steven (2001). “Os limites da explicação científica”. In **Folha de São Paulo**. Caderno Mais! 24/jun. pp07-12.
- WELLS JR., Samuel F. (1976). “Os desafios do poder: a diplomacia americana, 1900-1921”. In LEUCHTENBURG, William E. (org.) . **O século inacabado: a América desde 1900**. vol.1. Rio de Janeiro:Zahar Editores. pp130-266.
- WIKIPEDIA (s.d.). **Cincinnati, Ohio**. Pesquisado em jan/2007, <http://en.wikipedia.org/wiki/Cincinnati%2C_Ohio>.
- WIKIPEDIA (s.d.1). **América Futebol Clube (MG)**. Pesquisado em mar/2007. <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_Futebol_Clube_\(MG\)#Hist.C3.B3ria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Am%C3%A9rica_Futebol_Clube_(MG)#Hist.C3.B3ria)>.
- WIKIPEDIA (s.d.2). **Araxá**. Pesquisado em mar/2007. <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arax%C3%A1>>.
- WIKIPEDIA (s.d.3). **City**. Pesquisado em jun/2006. <<http://en.wikipedia.org/wiki/City>>.
- WILHEIM, Jorge (1970). “Brasília 1960: uma interpretação”. In **Brasília**, edição especial da revista **Acrópole: arquitetura, urbanismo, decoração**. São Paulo: Técnicas Brasileiras. pp.23-54
- WILHEIM, Jorge (1970a). “Brasília 1970: um roteiro”. In **Brasília**, edição especial da revista **Acrópole: arquitetura, urbanismo, decoração**. São Paulo: Técnicas Brasileiras. pp.129-133.
- WILLIAMS, R. (1989). **O Campo e a Cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WILLIAMS, Raymond (1992a). **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 239p.

- WIRTH, Louis (1940). **A sociologia urbana**. Tradução mimeo do artigo: “*The urban society and civilization*”. The American Journal of Sociology, vol. XLV, n^o 5, mar.
- WYNNS, John (dir.) (s.d.). **Historic Significance of the Indianapolis Park and Boulevard System**. Indianapolis: Indianapolis Department of Parks and Recreation. s/d. 42p. Pesquisado em jan/2007, <http://www.storowkinsella.com/master.htm?http://www.storowkinsella.com/projectwebs/0106_kessler/index.html>.
- ZAMBON, R. E. (s.d.). **A colaboração da igreja católica nos processos de lutas sociais no Brasil**. 17p. Pesquisado em jun/2007. <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/primeirogepal/pdfs_tc/rodrigoeduardozambon.pdf>.
- ZEMELLA, Mafalda P. (1951). **Abastecimento da capitania de minas gerais no século XVIII**. Tese de doutoramento pela FFLCH-USP. São Paulo. 309p.
- ZEVI, Bruno (1994). **Saber ver arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes. 276p.
- ZORZO, Franciso Antônio (2000). “*Retornando à história da rede viária baiana: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950)*”. In **Sitientibus**. Feira de Santa, n. 22 jan/jun. pp99-115.
- ZORZO, Franciso Antônio (2002). “*O movimento de tráfego da empresa da estrada de ferro central da Bahia e seu impacto comercial das iniciativas privadas inaugurais à encampação estatal (1865-1902)*”. In **Sitientibus**. Feira de Santa, n. 26 jan/jun. pp63-77.

Relatórios, Boletins da ACESITA

Índice do Suplemento de ACESITA, vol. VI, boletins ns. 67 à 79, out/nov/dez/1953.

Relatório 1953. abr/1954

Relatório 1954. abr/1955

Relatório 1955. abr/1956

Relatório 1956. fev/1957

Relatório 1957. abr/1958

Relatório 1958. abr/1959

Relatório 1959. mar/1960

Relatório 1960. mar/1961

Relatório 1961. abr/1962

Relatório 1962. abr/1963

Relatório 1963. abr/1964

Relatório 1964. abr/1965

Relatório 1965. s/d.

Relatório 1966. mar/1967

Relatório 1969. mar/1970

Relatório 1970. mar/1971

Relatório 1971. s.d.

Relatório 1972. mar/1973

Relatório Anual 1998. s.d.

Relatório Anual 1999. s.d.

Relatório Anual 2000. s.d.

Relatório Anual 2001. s.d.

Relatório Anual 2002. s.d.

Relatório Anual 2003. s.d.

Relatório Anual 2004. s.d.

Relatório Anual 2005. s.d.

Relatório Anual 2006. s.d.

Balanco Social Anual. 2000-2004

Demonstrativos Financeiros 2001-2004

Manual Integrado de Qualidade, 2005

Política Corporativa, 2005

ENTREVISTAS

ARAÚJO, Olinto. Timóteo, 16/ nov /2002
 BARBOSA, Kleber. Timóteo, 12/ nov /2002
 BATISTA DA SILVA, Núbia . Timóteo, 14/ nov /2002
 BATISTA E SILVA, José Luiz. Belo Horizonte, 24/mar/2002.
 BICALHO, Perácio de Araújo . Timóteo, 15/ nov /2002
 CARVALHO, José Eustáquio de. Timóteo, 25/mar/2002
 LEÃO, Geraldo . Ouro Branco, 10/ nov /2002
 CRUZ, José. Timóteo, 16/ nov /2002
 CUNHA, Leonardo Rodrigues (Seu Lelé) , Timóteo. 26/julho/2005
 D'ÁVILA, José Fausto. Timóteo, 17/ nov /2002
 DINIZ, Rosana . Timóteo, 14/ nov /2002
 DUFFLES TEIXEIRA, Fábio, Belo Horizonte. 28/julho/2005
 DUFFLES TEIXEIRA, Marcos, Belo Horizonte. 28/julho/2005
 DUFFLES TEIXEIRA, Vanda Rodrigues, Belo Horizonte. 28/julho/2005
 LIBERA, Paulo Della, Timóteo. 27/julho/2005
 LIMA, Joaquim Maria das Graças. Antônio Dias. 26/jan/2006
 MACHADO, Cícero Barbosa. Timóteo, 10/fevereiro/2004
 MENEZES, José Mendes. Timóteo, 27/julho/2005
 PADRE ABDALA JORGE. Timóteo, 15/nov/2002.
 SANTOS, Judith Rosa dos, Timóteo. 26/julho/2005
 SENA, Fernando. Volta Redonda, 22/abril/2002
 SPERANCINI, Otávio. Timóteo, 09/fevereiro/2004
 SPERANCINI, Vilma. Timóteo, 09/fevereiro/2004
 DIAS, Antonio Carlos. Timóteo. 27/julho/2005
 VITORINO DIAS, Waldetario. Timóteo, 28/mar/2002

SITES

<[http:// www. gerdau.com.br](http://www.gerdau.com.br)>
 <<http://wikipedia.org>>
 <<http://www.acesita.com.br>>
 <<http://www.acesitaenergetica.com.br>>
 <<http://www.alfaclube.com.br>>
 <<http://www.americamineiro.com.br/club/>>
 <<http://www.arcelormittal.com>>
 <<http://www.arquitetura.ufba.br>>
 <<http://www.arquitetura.ufmg.br?>>
 <<http://www.bndes.gov.br>>
 <<http://www.camaradetimoteo.mg.gov.br>>
 <<http://www.cedeplar.edu.br>>
 <<http://www.cepal.com>>
 <<http://www.cincinnati-transit.net/subway.html>>
 <<http://www.cni.org.br/brasil.pib.html>>
 <<http://www.cpdoc.fgv.br>>
 <<http://www.debit.com.br/consulta20.php>>
 <<http://www.ethos.org.br>>
 <<http://www.fiesp.org.br>>
 <<http://www.fjp.gov.br>>
 <<http://www.ibge.gov.br>>
 <<http://intranet.ief.mg.gov.br>>
 <<http://www.ibs.org.br>>
 <<http://www.mackenzie.br>>
 <<http://www.metasita.org.br>>
 <<http://www.ourobranco.com>>
 <<http://www.planejamento.gov.br>>
 <<http://www.pnud.org.br>>
 <<http://www.scielo.usp.br>>

<<http://www.sindipa.gov.br>>
 <<http://www.tva.gov.us>>
 <<http://www.usp.br/fau/fau/index.html>>

Anais

IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo, 2001.

Simpósio: A organização do território pelo capital: o caso das vilas e núcleos gerados por empresas. São Paulo, setembro 2004.

V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, 1998.

VII Encontro da ANPUR, Recife, 1997.

VIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Niterói, 2004.

XIII TICCIIH International Congress. Italy. Terni, 2006.

Jornais (ACERVO DE RECORTES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE TIMÓTEO)

Diário do Aço. 1987-1997

Fato (ACESITA). 1953-1954

Jornal do Vale do Aço. 1999-2000

Jornal Novos Rumos. 1999-2000

Minas em Revista.

O Vale em Revista.

Revistas

Acrópole. 1940-1965

Balanco social da siderurgia. 2004

Boletim do IBS – Instituto Brasileiro de Siderurgia. 1966-2007

Exame. 1970

Folha Florestal – Informativo da ACESITA Energética Ltda. Jan-out/2006

Gazeta Mercantil - Balanco Anual Minas Gerais 1994-2000

Gazeta Mercantil – Balanco Anual. 1991-1999

O Observador Econômico e Financeiro. 1936-1962

Siderurgia: revista do IBS. 1973

Acervos

Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais: CEDEPLAR – Campi Centro e Pampulha, FAU, Geografia, FAE
 Fundação João Pinheiro

Acervos pessoais: Sr. José Luis Batista, Dna. Vanda Rodrigues Duffles Teixeira

Arquivo Público Mineiro

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Instituto do Patrimônio Histórico da Cidade de Belo Horizonte

Secretaria de Obras do Estado de Minas Gerais

DETRAN – MG

Associação de ex-alunos e professores da Escola de Engenharia da UFMG

Coronel Fabriciano: Instituto Católico de Minas Gerais

Biblioteca Municipal

Ipatinga: Biblioteca Municipal

São Paulo: Universidade de São Paulo: FEA, FAU, FFLCH, IBGE

Timóteo: Fundação ACESITA

Biblioteca Municipal

Prefeitura Municipal

Arquivo Central da ACESITA

Acervos pessoais: Waldetaro Vitorino Dias, Kleber Barbosa, Padre Jorge Abdala, Vilma e Otávio Sperancini

ANEXOS

ANEXO I: TABELAS

Tab1	352
Tab2	351
Tab3	352
Tab4	353
Tab6	354
Tab7e8	355
Tab9	356
Tab9a	357
Tab10	368
Tab11	359
Tab12	360
Tab13	361
Tab14	362
Tab15	363
Tab16	365
Tab17	366
Tab18	367
Tab19	369
Tab20	370
Tab21	371
Tab22	372

ANEXO II: MAPAS

Mapa1	373
Mapa2	374
Mapa3	375
Mapa4	376
Mapa5	377
Mapa6	378
Mapa7	379
Mapa8	380
Mapa9	381
Mapa11	382
Mapa12	383
Mapa13	384
Mapa17	385

ANEXO III: ORGANOGRAMAS

Org1a_b	386
Org3	387
Org4	388
Org5	389

ANEXO IV: LEIS

Leis	390
-------------	-----

ANEXO V: RADT

RADT	392
-------------	-----

Anexol_tab2

351

ano	Prefeito Municipal	Presidente Acesita	pop.	empreg.	relação	
1940			1.748			
1944	distrito de Antônio Dias					criação da ACESITA
1949		João Vieira de Macedo				
1950			11.813			
1951		Amyntas Jacques de Moraes				
1952				5.000		controle Banco do Brasil
1953				5.000		
1954		Gal. Edmundo de Macedo Soares		5.000		
1955				4.804		
1956				3.935		
1957	distrito de Coronel Fabriciano	Amaro Lanari Junior		3.828		
1958						
1959		Paulo Miguel Bohomelta		4.709		
1960			22.938	5.365	23,39%	
1961		Antônio Dória Machado		5.549		
1962		Demerval José Pimenta		5.955		
1963				6.023		
1964	intendente Virico Fonseca			4.879		
1965	José Antônio de Araújo (PSD-ARENA)	José Braz Bentura		5.130		emancipação
1966						
1967						
1968	Jaimar de Castro Coura (MDB)	Wilkie Moreira Barbosa				
1969						
1970			32.760	7.849	23,96%	
1971	Antônio Silva (MDB)			7.761		
1972				7.691		
1973				5.135		
1974	Jesus Martins de Assis (MDB)			5.050		
1975				5.139		
1976		Amaro Lanari Guatimosin		5.034		
1977				6.379		
1978				6.601		
1979	Geraldo dos Reis Ribeiro (MDB)			7.225		
1980			50.607	8.116	16,04%	
1981		Gilberto Monteiro Pessoa		7.995		
1982						
1983		Francelino Pereira dos Santos		7.573		
1984		Oswaldo Pieruccetti		7.804		
1985	Leonardo R. Lelé da Cunha (PMDB)		58.184	7.932	13,63%	
1986				8.038		
1987		Maurício Hasenclever Borges		8.169		
1988						
1989				8.619		
1990	Geraldo Nascimento de Oliveira (PT)			8.693		
1991		Antônio Abrahão Caram Filho	59.899	8.428	14,07%	
1992				7.593		
1993				5.543		privatização
1994	Leonardo R. Lelé da Cunha (PMDB)			5.457		
1995		Wilson Nélcio Brumer		4.996		
1996				4.200		
1997				4.087		
1998	José Anchieta de M. P. Poggiali (PSDB)			3.382		
1999						controle USINOR
2000		Jean-Yves Gilet	70.325	3.077	4,38%	
2001			70.324	3.129	4,45%	
2002	Geraldo Nascimento de Oliveira (PT)			2.997		controle ACELOR
2003		Luiz Anibal de Lima Fernandes		3.169		
2004				3.148		
2005	Geraldo Nascimento de Oliveira (PT)	Jean-Philippe André Demaël	71.478	3.112	4,35%	
2006						controle MITTAL

Anexol_tab3

352

Relatórios e Balanços Anuais da Acesita (1949-1972)

data	ano	Empregados					Habitantes	Terras e Matas	eucalipto (ha)	casas			Comercial e Financeiro	Saúde e Saúde		Lazer e Cultura			Pública	calçadas	pavimentação	água
		Carvão	Minas	Usina	outros locais	total				alvenaria	madeira	total		lojas	Escolas	Hospitais	P.S.	Clubes	Cinemas			
07/abr/1954	andamento									300			edifício comercial com: lojas, agência bancária	3 grupos Escolares						pavimentação de ruas e calçadas		
										apartamentos				ginásio						construção da Ponte Queimada		
																				instalação de água e esgoto		
07/abr/1954	dez/1953		250	4.000		5.000	12.000 urb	compras	+de 3.000.000			2.500			puericultura	8 médicos	42.257 clínicas					
			empregados construção (S&S e Acesita) , previstas demissões				30.000 cl carv.									1.542 intervenções	81.058 carv.					
																47.326 ambulatório						
11/abr/1955	dez/1952														4 grupos							
	dez/1953						12.000 urb								1 ginásio							
	dez/1954					5.000	30.000 cl carv.	63.387.750,00				2.443	edifício comercial com: lojas, agência bancária, cinema e apt	100 leitos					650 lugares			50.000.000/dia
24/abr/1956	dez/1948																					
	dez/1955					4.804				6.650.000			conclusão de centro comercial	escola profissionalizante								
09/fev/1957	dez/1956		152	3.335	350	4.437	15.000			14.395.978												
30/abr/1958	dez/1957		133	3.828	268	4.235	15.000			21.000.000												
06/abr/1959	dez/1958	3.500					20.000	75.000,00	28.000.000	+350	3500 rurais		iniciada construção do hotel (atual Fundação)	5 grupos urb (1.342) e 5 rurais (623)								600km de estradas
										2.734 urbanas		2.734		1 profissionalizante (115) 1 secundário (184)								700km
02/mar/1960	dez/1959			4.703			22.000	+2.226ha (368ha mat)	37.000.000			2.782		5 grupos urb (2.670) e 5 rurais (330)								700km
								75.000,00						1 profissionalizante (182) 1 secundário (182)								
06/mar/1961	dez/1960	5.200		5.365		4.700	25.000	+6.435.643m2	43.388.583	1.325 definitivas	760 madeira		2 grandes armazens urb	5 grupos urb (2.744) e 30 rurais (1.547)								
	dez/1951	4.500 (empregados.)	+700 (empregados)				45.000 rural	756.170.882m2		568 provisórias	24 taipa		3 armazens rurais	1 profissionalizante	construção nova ala no hospital e nova farmácia							
	dez/1949									112 rural	4.358 rural			construção nova ala no hospital								
16/abr/1962	dez/1961			5.235	314	5.549	45.000	+10.365.112m2				+663	12 armazens	5 grupos urb (2.500) e 27 rurais (1.528)/7 (2.528)?							22.000m2 de paralelepípedos	
		5.000 (empregados.)	+600 (empregados)					767.107.538m2		88 rurais	4.484 rurais			1 profissionalizante (203) 1 secundário (284)								
05/abr/1963	dez/1962					5.355		800.200.602m2	58.727.388			280 reformadas	16 armazens, 2 lojas e 3 farmácias	4 grupos urb (4.518) e 35 rurais (2.115)								
										72 rurais	4.838 rurais			1 profissionalizante (626)								
12/abr/1964	dez/1963					6.023	50.000	801.516.454,00	63.507.273	+ 60 casas (Quitandinha- tipo 311-B)			16 armazens, 2 lojas e 3 farmácias	5 grupos urb (4.341)	180 funcionários	30 infantis (4.437)						
										332 residências distribuídas			2 mercados, 2 açougues, padaria e	39 rurais (2.476)	20 médicos	8 adultos (2.456)						
										72 rurais	4.406 rurais		usina de leite	1 profissionalizante (736)								
13/abr/1965	dez/1964					4.873	50.000	801.516.454,00	67.613.843	866 casas e barracos entregues			idem	5 grupos urb (4.230)								
										294 alojamentos de solteiros				39 rurais (2.250)								
										83 rurais	4.884 rurais			1 profissionalizante (783)								
31/mar/1966	dez/1965					5.130	25.000	801.516.454,00		433 casas e barracos entregues			idem	5 grupos urb (3.139)	110 funcionários							
										190 quartos			entra em funcionamento 1a und. C.Comercial	39 rurais (1.260)	15 médicos							
										116 locações (74 com e 42 res.)				1 profissionalizante (284)	1 dentista							
										30 em construção				1 técnico (181)								
10/mar/1967	dez/1966													1 profissionalizante (263)								
														1 técnico (202)								
														treinamento (1.024)								
10/mar/1970	dez/1967									plano de substituição de hab. Precárias				remodelação do hospital				doação de terreno e ajuda para Clube Operário				
	dez/1968									participação da COHAB-MG												
	dez/1969									livraram de 156 escrituras												
15/mar/1971	dez/1968									740 vendidas (532 cl fin.)												
31/dez/1971	dez/1971									37.000.000	422 escrituras				treinamento (1.375)	reaparelhamento do hospital						
											projeto pl constr. 546 COHAB (471 no Primavera)			1 técnico (278)								
23/mar/1973	dez/1972										358 escrituras				compra de equipamentos p/ hospital							

obs.:1953 - Solicitação de reserva de área p. indústrias subsidiárias, não atende pq iniciada construção "Algodão"

empregados construção (S&S e Acesita) , previstas demissões

convenio com Deutsche Edelmetall Werke, de Krefeld, para aprendizagem técnica de engenheiros

obs.: 1954 - S&S Carvalho fornece energia para Belo Horizonte, Acesita,

Cia. Sid. Belgo Mineira e Cel. Fabriciano

obs.: 1955 - 20 reclamações trabalhistas

obs.: 1956 - autorizada instal. rede radio difusão (25 watts). 18 reclamações trabalhistas

obs.:1957 - sem reclamações trab. Há dados da olaria, serralha, cerâmica, oxigênio e oficinas

obs.: 1958 - participação no capital da USIMINAS. Técnicos vindos da Itália. Dedicização de

moradia (6.170) e campanhas de vacinação (febre amarela e paralisia infantil

obs.: 1959 - dados quanto a produção de madeiras, inclusive de lei

obs.: 1960 - funcionamento dos serviços de Vigilância e do Corpo de Bombeiros, bem como

do Setor de Serviços Municipais (conservação ruas e limpeza urb)

obs.: 1962 - é prestado auxílio aos padres salesianos, que se incumbem do Colégio Macedo Soares

obs.: 1964 - início de venda dos lotes da Fazenda Ipanema (Ipatinga) para funcionários da Acesita

obs.: 1964 - lançamento de pedra fundamental para construção do Centro Comercial

obs.: 1965 - acordos com IAPS (para tratamentos hospitalares)

acordo SENAI para aprendizagem técnica e profissionalizante

acordo BNH para casas (?). \$ da venda dos lotes da Faz. Ipanema, para construção de casas em Acesita (30)

obs.: 1968 - efetivação do plano de financiamento para compra das casas pelos funcionários

comemoração do Jubileu de prata da ACESITA

obs.: 1971 - primeira vez que os acionistas recebem dividendos relativos a suas ações

obs. Francisco Gomes (1976) afirma que a empresa possuía cerca de 100 mil há

obs. Segundo Maurício Lemos e Júlio Pires (1992) a Acesita possuía 264 mil ha, sendo 112 mil ha dedicadas ao plantio de eucalipto

distribuição do pessoal (dez/1957)	
total	4.031
administração	105
usina hidrelétrica	66
mineração	139
usina siderúrgica	2.057
indústrias auxiliares	210
serviço de carvão e reflorestamento	360
serviços urbanos e sociais	335
serviços de expansão	428
transportes	271

Dados Produtivos

Síntese da Produção anual da Acesita (1953-2004)

	ano de ref.	Dados Produtivos (ton)							n. empr.	Presidente Acesita	
		bruto	gusa	lingotes	bloco/p	Tarugos	Perfilado	Chapa	forjados		
Primeira Expansão	1944									João Vieira de Macedo	
	1945										
	1946										
	1947										
	1948										
	o	14.564								Amyntas Jaques de Moraes	primeira corrida de ferro gusa
	1950	23.422									
	1951	35.917	5.454								
	1952	40.863	25.167			13.912	5.980	5.147	364		
	1953	38.744	33.910			27.335	14.071	8.134	484		
	1954	44.456	5.042			38.015	22.572	7.214	811	Gal. Edmundo de Macedo Soares e Silva	início da produção de aços especiais
	1955	44.203	47.500			43.036	25.504	10.242	719		
	1956	30.008	43.239			40.002	23.269	9.001	505		
	1957	43.146	54.470			40.460	23.848	5.157	717		
	1958	47.789	58.398			47.298	27.687	10.751	1.052		
Segunda Expansão	1959	52.921	64.833			51.256	30.483	11.959	797	Paulo Miguel Bohomeltz	
	1960	49.592	71.091			55.879	32.380	13.762	726		
	1961	54.693	75.083	34.426		63.857	28.582		669		
	1962	66.580	82.514	70.168		62.331	32.336	20.052	500		
	1963	70.912	81.509	67.574		60.889	27.810	22.199	520	José Braz Bentura	
	1964	63.205	82.411	67.443		60.453	23.174	19.887	601		
	1965	77.827	91.433					58.470	362		
	1966	82.439	102.580					67.504	661		
	1967	93.117	97.127					8.340	766	Wilkie Moreira Barbosa	
	1968	108.139	130.465					7.183	750		
	1969	116.577	153.182					10.316	1.975		
	1970	114.010	167.733					110.392	565		
	1971	153.083	195.839					117.720	2.319		
Terceira Expansão	1972	160.736	205.585					140.535	947	Amaro Lanari Guatimosin	
	1973								5.135		
	1974								5.050		
	1975								5.139		
	1976	293.541	196.091						5.034	Gilberto Monteiro Pessoa	
	1977	312.323	210.968						6.379		
	1978	301.196	201.081						6.601		
	1979	300.143	263.454						7.225		
	1980	478.895	449.580						8.116	Francelino Pereira dos Santos	
	1981	514.952	417.605		89.500				7.995		
	1982	507.356	396.787		66.200						
	1983	590.308	494.063		55.300				7.573		
	1984	731.172	599.322	92.000	90.500				7.804	Maurício Hasenclever Borges	
	1985	700.900	562.252	72.000	66.500				7.932		
	1986	729.700	592.648	78.000	72.600				8.038		
	1987	689.000	535.000	82.000					8.169		
	1988	768.000	623.000	82.000					8.619	Antônio Abrahão Caram Filho	
Quarta Expansão	1989	689.000	548.000	73.000					8.693		
	1990								8.428		
	1991								7.593	Wilson Nélcio Brumer	privatização da empresa
	1992										
	1993	768.000	621.000	51.000							
	1994	765.000	622.000	82.000							
	1995	612.000	471.000	57.000						Jean-Yves Gillet	
	1996	624.000	496.000	133.000							
	1997	632.000	562.000	178.000					4.087		
	1998	687.000	587.000	161.000					3.382		
	1999	786.000	623.000	174.000						Luiz Anibal de Lima Fernandes	
	2000	856.000	685.000	174.000					3.077		
	2001	786.000	610.000	151.000					3.129		
	2002	709.000	536.000	210.000					2.997		
	2003	749.000	589.000						3.169		
	2004	835.000	641.000						3.148	Jean-Philippe André Demaël	
	2005								3.112		

População de Alguns Municípios Brasileiros (1907 - 2004)

MUNICIPIOS	1 907	1 908	1 909	1 910	1 911	1 912	1 936	1 940
Antonio Dias Abaixo								
Coronel Fabriciano						11 643	12 651	3 791
Ipatinga								
João Monlevade								
Ouro Branco								
Timóteo								1 748
Belo Horizonte	13 472	24 830	29 480	36 000	39 435	40 256	180 241	211 377
Rio de Janeiro	811 443					1 157 673		1 754 141
São Paulo	238 820					579 033		1 326 261
Total Brasil	20 860 000	21 303 000	21 754 000	22 216 000	22 687 000	23 168 000	37 911 000	41 114 000

MUNICIPIOS	1 940	1 950	1 960	1 970	1 980	1 985	1 991	1 996	2 000	2 001	2 004	2005
Antonio Dias Abaixo						10 284	9 506			9 507		10214
Coronel Fabriciano	3 791	10 373	16 949	41 120	75 709	87 045	89 841			85 933	102 588	103 724
Ipatinga			9 114	47 882	150 322	212 925	187 418	195 793		206 338	229 133	232 812
João Monlevade		12 895	30 802	39 988	48 208	55 421	62 776	61 700		63 638	70 461	71 295
Ouro Branco						13 666	28 011	29 783		31 977		32 257
Timóteo	1 748	11 813	22 938	32 760	50 607	58 184	59 899	65 501		70 325	71 478	79 735
Belo Horizonte	211 377	352 724	683 908	1 235 030	1 780 885	2 114 429	2 020 161		2 232 747	2 138 125		2 375 329
Rio de Janeiro	1 754 141	2 377 451	3 281 908	4 251 918	5 030 700		5 480 768		5 851 914			6 084 163
São Paulo	1 326 261	2 198 096	3 781 446	5 924 615	8 483 226		9 648 185		10 405 887			10 927 965
Total Brasil	41 114 000	51 976 000	64 743 000	95 385 000	119 002 706	13 556 401	144 293 110	157 870 163	169 799 170			

Relação entre a população dos Municípios de Timóteo e Coronel Fabriciano

1 940	1 950	1 960	1 970	1 980	1 991	2 001	2005
54%	-14%	-35%	20%	33%	33%	27%	23%

obs. Para São Paulo e Rio de Janeiro, os dados apresentados na tabela como de 1907 e 1912, são respectivamente referentes aos anos de 1900 e 1920

FONTE — Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística

www.bge.gov.br

Número de eleitores no município de Timóteo (1970 - 2004)

	1 970	1972	1976	1982	1988	1992	1996	2 000
Timóteo	12 358	14 587	21 370	29 973	33 023	38 644	43 064	53 902
Eleitores								

FONTE — Carteira do Cidadão Vale do Aço, 1998

2 000
71 459
eleitores fabriciano

Anexol_tab7 e 8

	Coronel Fabriciano	Timoteo	Ipatinga	Montevideo	Ouro Branco	Volta Redonda	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Brasília
Administração pública, defesa e seguridade social - número de servidores locais (termos)	3	3	7	3	3	0	202	400	550	240
Administração pública, defesa e seguridade social - pessoal ocupado SEM (postos)	1 647	2 207	4 096	1 544	1 493	6 809	28 110	988 913	378 176	349 278
Administração pública, defesa e seguridade social - salário (reais)	11 306 352	24 920 000	63 447 700	13 669 000	10 900 000	77 560 000	6 269 906 000	6 033 311 000	7 910 990 000	10 240 244 000
população 2006 (habitantes)	103 724	79 736	232 812	71 296	32 267	266 696	2 376 329	6 094 183	10 827 985	2 333 108
população habitando em condomínios públicos	63	26	48	46	22	38	80	56	29	7
recursos organizacionais realizados (reais)	34 379 479 000	62 765 381 265	138 010 814 031	58 102 385 401	38 046 994 051	207 740 468 831	2 081 178 600 555	8 997 917 227 900	10 920 771 316 044	não disponível
gasto com salários na administração pública, defesa e seguridade social (%)	33%	40%	27%	27%	39%	27%	253%	115%	77%	

Fonte: Base elaborada por (www.bpe.gov.br) levantando-se 13/11/2008.
dados do Estado Ingressante Francisco Práximo referentes ao ano de 2003

tabela do crescimento populacional

MUNICÍPIOS	1 980	1 990	T. Cresc.	1 990	T. Cresc.	1 970	T. Cresc.	1 980	T. Cresc.	1 990	T. Cresc.	2 000	T. Cresc.	2005	T. Cresc.
Aracruz															
Aracruz	3 750	10 373	174%			41 120	142%	75 709	84%	88 841	19%	95 937	0%	102 14	7%
Coronel Fabriciano						47 882	402%	150 322	214%	187 410	25%	206 338	10%	103 724	6%
Ipatinga						38 968	31%	48 200	21%	62 776	30%	83 838	1%	202 812	13%
João Monlevade														21 296	12%
Ouro Branco										29 011		31 877	10%	30 287	1%
Timóteo										58 607	18%	70 325	12%	78 735	13%

<http://www.faz.faz.mg.gov.br/financeiro/municipal.htm>
Minais Gerais - Timóteo

Receita Arrecadada (em reais)			
	1998	1999	2000
IPDU	5.442.871,00	5.679.142,91	6.499.310,38
ITBI	312.259,00	319.067,20	217.817,56
ISS	1.968.793,00	1.737.428,46	1.567.597,94
Taxas	2.411.883,00	2.769.683,75	2.624.036,96
Outros Tributos	752.531,00	0	0
Receitas Tributárias	10.828.137,00	10.506.322,32	10.908.762,34
Receita de Contribuições (4)	---	0	0
Receitas Patrimoniais	151.005,00	5.496,06	120.972,14
Cota-parte do FPM	---	5.067.169,10	5.451.343,53
Transferências do FUNDEF	---	0	2.636.073,37
Outras Transferências do Governo Federal	---	2.112.454,58	2.855.451,52
Transferências da União (5)	6.384.024,00	7.179.623,68	10.942.868,42
Cota-parte do ICMS	---	12.816.715,33	15.250.513,10
Cota-parte do IPVA	---	1.117.595,61	1.509.176,17
Transferências do FUNDEF	---	2.308.869,04	187.865,68
Outras Transferências da Administração Estadual	---	1.628.362,28	80.700,15
Transferências dos Estados (5)	15.010.959,00	17.881.542,26	17.028.258,10
Transferências dos Municípios	---	4.589,83	0,00
Outras Transferências Correntes (6)	2.063.289,00	0	1.581.104,63
Total das Transferências Correntes	23.428.192,00	25.065.755,77	29.552.231,15
Outras Receitas Correntes	0	883.981,17	1.669.437,64
Total das Receitas Correntes	34.467.534,00	36.510.045,32	42.251.403,27
Operações de Crédito	1.056.892,00	0	0
Alienação de Bens	0	0	0
Transferência de Capital	1.104.201,00	153.458,32	14.742,40
Outras Receitas de Capital	0	0	0
Total da Receita de Capital	2.201.193,00	153.458,32	14.742,40
Total das Receitas	36.668.727,00	36.663.503,64	42.266.145,67

(valores nominais)

(4) No questionário do ano base 1998, não foi previsto abertura para o valor referente a receita de contribuições, esta receita encontra-se incluída em outras receitas correntes.
(5) No questionário do ano base 1998, não foi previsto abertura para a transferência da União e dos Estados, foi colado apenas o total desta transferência.
(6) No questionário do ano base 1998, não foi previsto abertura para a transferência dos municípios, esta receita encontra-se incluída em outras transferências correntes.
No questionário do ano base 1998, não foi considerado como erro uma diferença de menos R\$10,00 ou mais R\$10,00 entre o somatório dos valores lançados nas parcelas e o valor lançado no total.
(...) Dado numérico não disponível.

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Finanças Públicas 1998-2000

Anexol_tab9a

357

Taxa de Crescimento

Arrecadação de Timóteo x Faturamento da Acesita

ano	Arrecadação Municipal		Faturamento Acesita	
1988	1 384.601.494,69		15 944.817.000,00	
1989	27.039.427,27	-9017%		
1990	1 386.647.415,76	90%	2 506.356.000,00	
1991	7 625.061.581,99	82%	32 629.000.000,00	92%
1992	67.936.755.137,86	89%	205.017.000.000,00	94%
1993	1 056.287.710,56	-6332%	2 128.480.000.000,00	90%
1994	10 345.367,03	-10190%	53 146.400.000,00	-3905%
1995	33.725.984,24	70%	455.377.200,00	-11571%
1996	19 224.945,63	-75%	602.778.000,00	24%
1997	37 356.875,59	49%	570.340.000,00	-6%
1998	38 638.901,06	3%	583.704.000,00	2%
1999	52.639.281,02	27%	949.873.000,00	39%
2000	74.844.451,46	30%	2 054.672.000,00	54%
2001	103.152.126,32	27%	1 287.700.000,00	-60%
2002	66.772.030,61	-54%	1 312.400.000,00	2%
2003	51.929.094,04	-29%	1 697.700.000,00	23%
2004	121.758.998,56	57%	2 280.700.000,00	26%
2005	125.944.156,44	3%	3 162.800.000,00	28%
2006	97.942.401,06	-29%	3 109.100.000,00	-2%

(Reais Correntes)

fonte: http://www.fazenda.mg.gov.br/governorecesita_garado/arrecmunstipio/timoteo/arrecmunstipio/mg/arrec90.htm e Relatórios Anuais Acesita

obs.: os valores de 1988 à 1994 foram retirados Plano Diretor de Desenvolvimento de Timóteo. 1997 e referem-se ao Índice de VAF. valores da cota-parte do ICMS/IRPJ do município

Revista Visão: quem é quem na economia brasileira (1981-1990)

Participação das Siderúrgicas Estatais no subsetor da siderurgia

ano ref.	patrimônio líquido	faturamento	prejuízo	empregados	número empresas	
					total	% estatais
1980	62,50%	57,10%	81,30%	48,50%	68	11 16,18%
1981	63,40%	56,90%	97,60%	51,50%	67	10 14,93%
1982	66,90%	55,00%	88,24%	52,50%	63	9 14,29%
1983	81,60%	60,90%	85,00%	57,00%	63	10 15,87%
1984	78,10%	59,20%	100,00%	53,30%		20,00%
1985	71,80%	61,40%	100,00%	53,50%	63	11 17,46%
1986	67,70%	58,60%	100,00%	54,10%	69	11 15,94%
1987	73,00%	60,20%	94,70%	53,10%	67	10 14,93%
1988	73,90%		100,00%		63	9 14,29%
1989	72,90%		0,00%		63	9 14,29%
71,18%					52,94%	
					15,82%	

Anexol_tab11

Produto Interno Bruto brasileiro 1950-2006

ANO	Taxa de variação real (%)	Valor Bruto (milhões US\$)	GOVERNO
1950	6,7		Dutra
1951	4,6	19.943,00	Getulio Vargas
1952	7,6	23.389,00	
1953	4,8	11.183,00	
1954	7,9	11.610,00	
1955	8,67	11.596,00	Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos
1956	2,45	14.747,00	Juscelino Kubitschek
1957	8,38	17.568,00	
1958	10,5	12.810,00	
1959	9,50	15.792,00	
1960	9,59	17.883,00	
1961	8,75	18.215,00	Jânio Quadros
1962	6,51	20.470,00	João Goulart
1963	0,36	24.684,00	
1964	3,58	22.002,00	Castelo Branco
1965	2,42	23.953,00	
1966	6,76	30.078,00	
1967	4,43	33.006,00	Costa e Silva
1968	9,70	36.019,00	
1969	9,39	39.486,00	
1970	10,35	45.017,00	Médici
1971	11,44	51.929,00	
1972	11,91	62.076,00	
1973	13,94	88.761,00	
1974	8,05	116.649,00	
1975	5,22	137.272,00	Geisel
1976	10,34	162.901,00	
1977	4,88	187.646,00	
1978	5,02	212.922,00	
1979	6,76	236.027,00	Figueiredo
1980	9,17	250.315,00	
1981	-4,28	267.499,00	
1982	0,81	270.310,00	
1983	-2,92	188.583,00	
1984	5,39	188.083,00	
1985	7,91	210.844,00	Sarney
1986	7,50	256.538,00	
1987	3,61	282.392,00	
1988	-0,05	307.105,00	
1989	3,20	411.737,00	
1990	-5,05	469.318,00	Collor
1991	1,03	405.679,00	Itamar Franco
1992	-0,54	387.295,00	
1993	4,93	429.685,00	
1994	5,85	543.087,00	Fernando H.Cardoso
1995	4,22	705.449,00	
1996	2,66	775.475,00	
1997	3,27	807.814,00	
1998	0,13	787.889,00	
1999	0,81	536.554,00	
2000	4,36	602.207,00	
2001	1,42	509.797,00	
2002	1,52	459.379,00	Lula
2003	0,55	498.426,00	
2004	4,94*		
2005	2,60**		
2006	4,00**		Lula
2007			
2008			
2009			

Moeda	Símbolo	Vigência
Real	Rs	1435 a 8/10/1833
Mil-Réis	1\$000	8/10/1833 a 31/10/1942
Cruzeiro	Cr\$	01/11/1942 a 30/11/1964
Cruzeiro (eliminando os centavos)	Cr\$	01/12/1964 a 12/02/1967
Cruzeiro Novo	NCr\$	13/02/1967 a 14/05/1970
Cruzeiro	Cr\$	15/05/1970 a 14/08/1984
Cruzeiro (eliminados centavos)	Cr\$	15/08/1984 a 27/02/1986
Cruzado	Cz\$	28/02/1986 a 15/01/1989
Cruzado Novo	NCz\$	16/01/1989 a 15/03/1990
Cruzeiro	Cr\$	16/03/1990 a 31/07/1994

FONTE: FGV (Conjuntura Econômica, dez.2003) e <http://www.ai.com.br/pessoal/indices/PIB.HTM>

* valor estimado

** valores projetados

Obs1: conversão com valor da taxa média de câmbio

Obs.2.: datas em **vermelho**, referentes a anos em que houve mudança na moeda nacional

Aportes de capital e empréstimos concedidos à ACESITA (1944-1971)
valores em milhões US\$

Período	Empréstimo		Aportes de capital	
	Banco do Brasil	Consórcio Parybas	Banco do Brasil	outros
1944-1949	7,5		7,6	2,1
1950	25,0		25,0	
1952	75,0			
1958		16,0	0,1	
1962			13,3	
1969			19,6	
1971				
1981			39,0 ⁽¹⁾	
1982			78,0 ⁽¹⁾	
1983			317,0 ⁽²⁾	
1984			117,0 ⁽³⁾	
1985			24,0 ⁽⁴⁾	
1990			169,0 ⁽⁵⁾	
total	107,5	16,0	809,6	2,1
			TOTAL GERAL	935,2

fonte: FERREIRA (1997: 49 e 67)

⁽¹⁾ referentes à aumento de capital
⁽²⁾ US\$107,00 referentes à aumento de capital e US\$210,00 referentes à partes beneficiárias
⁽³⁾ US\$66,00 referentes à aumento de capital e US\$51,00 referentes à partes beneficiárias
⁽⁴⁾ referente à partes beneficiárias
⁽⁵⁾ referente à deságio da dívida externa

Anexol_tab13

EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS PRIVATIZADAS DESDE 1990

<u>SIGLA</u>	<u>NOME DA EMPRESA</u>	<u>DATA DE EXCLUSÃO</u>
BEC	Banco do Estado do Ceará S.A. e uma subsidiária (BEC-DTVM), adquirida pelo Bradesco.	21.12.2005
BEM	Banco do Estado do Maranhão S.A. e treis subsidiárias (BEM-SG, BEM-VTV, BEM-DTVM), adquirida pelo Bradesco.	10.02.2004
BEA	Banco do Estado do Amazonas S.A.	24.01.2002
BEG	Banco do Estado de Goiás S.A. e duas subsidiárias (BEG/DTVM e Sisplan)	04.12.2001
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo S.A. e cinco subsidiárias	20.11.2000
DATAMEC	Datamec S.A. - Sistemas de Processamento de Dados	23.06.1999
GERASUL	Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A.	15.09.1998
TELEBRÁS	12 novas controladoras, abrangendo todas as empresas que compunham o Sistema TELEBRÁS (EMBRATEL, 27 empresas de telefonia fixa e 26 de telefonia celular)	29.07.1998
MERIDIONAL	Banco Meridional do Brasil S.A. (e cinco subsidiárias)	04.12.1997
CVRD	Cia. Vale do Rio Doce (e 13 subsidiárias)	06.05.1997
LIGHT	Light Serviços de Eletricidade S.A.	21.05.1996
ESCELSA	Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.	11.07.1995
EMBRAER	Empresa Bras. de Aeronáutica S.A.	07.12.1994
EAC	Embraer Aircraft Corporation	07.12.1994
EAI	Embraer Aviation International	07.12.1994
NEIVA	Indústria Aeronáutica Neiva S.A.	07.12.1994
CARAÍBA	Mineração Caraíba Ltda.	28.07.1994
PQU	Petroquímica União S.A.	25.01.1994
AÇOMINAS	Aço Minas Gerais S.A.	10.09.1993
COSIPA	Cia. Siderúrgica Paulista	20.08.1993
ULTRAFÉRTIL	Ultrafertil S.A. Ind. e Com. de Fertilizantes	24.06.1993
CSN	Cia. Siderúrgica Nacional	02.04.1993
FEM	Fábrica de Estruturas Metálicas S.A.	02.04.1993
ACESITA	Cia. Aços Especiais Itabira	23.10.1992
ENERGÉTICA	Acesita Energética S.A.	23.10.1992
FASA	Forjas Acesita S.A.	23.10.1992
GOIASFÉRTIL	Goiás Fertilizantes S.A.	08.10.1992
FOSFÉRTIL	Fertilizantes Fosfatados S.A.	12.08.1992
CST	Cia. Siderúrgica de Tubarão	23.07.1992
CNA	Cia. Nacional de Álcalis	15.07.1992
ALCANORTE	Álcalis do Rio Grande do Norte	15.07.1992
COPEL	Cia. Petroquímica do Sul	15.05.1992
PETROFLEX	Petroflex Indústria e Comércio S.A.	10.04.1992
AFP	Aços Finos Piratini S.A.	14.02.1992
SNBP	Serviço de Navegação da Baía do Prata	14.01.1992
COSINOR	Cia. Siderúrgica do Nordeste	14.11.1991
COSINOR DIST.	DIST. Cosinor Distribuidora S.A.	14.11.1991
MAFERSA	Mafersa S.A.	11.11.1991
CELMA	Cia. Eletromecânica	01.11.1991
USIMINAS	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	24.10.1991
USIMEC	Usiminas Mecânica S.A.	24.10.1991

MP/SE/DEST 23.10.2006

Fonte: http://www.planejamento.gov.br/controle_estatais/conteudo/perfil/empresas_privatizadas.htm, pesquisado em 21/11/2006

Evolução do emprego na siderurgia brasileira (1989-2000)

	número de empregados				relação (%)		total de demissões		
	1989	1993	2000	2005	1993/89	2000/93	1993/89	2000/93	2000/89
Acesita	8.619	5.543	3.077	3.112	(35,7)	(44,5)	3.076	3.077	5.542
CSN	23.208	15.762	9.302		(32,1)	(41,0)	7.446	9.302	13.906
Usiminas	13.838	10.944	8.448		(20,9)	(22,8)	2.894	8.448	5.390
Cosipa	21.505	10.884	5.769		(49,4)	(47,0)	10.621	5.769	15.736
Planos	49.932	37.590	23.519		(24,7)	(37,4)	12.342	23.519	26.413
Setor	134.046	87.012	50.365		(35,1)	(42,1)	47.034	50.365	83.681
Cosigua	7.679	5.381	n.d.		(29,9)	n.d.	2.298	n.d.	n.d.
Belgo-Mineira	7.609	4.877	2.559		(35,9)	(47,5)	2.732	2.559	5.050
Manessmann	8.080	7.036	3.825		(12,9)	(45,6)	1.044	3.825	4.255
Mendes Jr.	3.888	2.507	n.d.		(35,5)	n.d.	1.381	n.d.	n.d.
Pains	1.653	1.234	n.d.		(25,3)	n.d.	419	n.d.	n.d.
Maiores privadas	28.909	21.035	6.384		(27,2)	(46,6)	7.874	6.384	22.525

Fonte: Garcia (2001), Ferreira (1997)

obs. Com a inclusão da Acesita seu número de empregados foi retirado do de planos da tabela originalmente apresentada por Garcia (2001).

Anexol_tab15

Programa Nacional de Desestatização
Relatório de Atividades 2005
Balanço 1990-2005

Quadro 1 – Situação das Empresas Incluídas no PND

Nº do Decreto de Inclusão	Data	Empresas Controladas	Sigla	UF	Setor de Atividade
s/n	05/03/1991	Companhia de Aços Especiais Itabira	Acesita	MG	Siderurgia Integrada
426	16/01/1992	Aço Minas Gerais S.A.	Açominas	MG	Siderurgia Integrada
426		Companhia Nacional de Álcalis	Ácalis	RJ	Química/Ácalis
99.464	16/01/1992	Mineração Caraíba Ltda.	Caraíba	BA	Mineração de Cobre
99.666	01/11/1990	Companhia Eletromecânica Celma	Celma	RJ	Material Aeronáutico
99.464	16/08/1990	Companhia Petroquímica do Sul	Copesul	RS	Petroquímica Básica
99.464	16/08/1990	Companhia Siderúrgica do Nordeste	Cosinor	PE	Siderurgia
426	16/01/1992	Companhia Siderúrgica Paulista	Cosipa	SP	Siderurgia Integrada
426	16/01/1992	Companhia Siderúrgica Nacional	CSN	RJ	Siderurgia Integrada
99.464	16/08/1990	Companhia Siderúrgica de Tubarão	CST	ES	Siderurgia Integrada
1.510	01/06/1995	Companhia Vale do Rio Doce	CVRD	RJ	Mineração

Quadro 2 – Resultado de Venda das Empresas por Ofertas Realizadas

US\$ Milhões

Empresa	Oferta	Data da Oferta	%Capital Total Ofertado*	%Capital Total Vendido	Receita Total	Dívida Transferida	Resultado
Acesita	Leilão/Ordinárias	22/10/1992	64,0%	64,0%	450,3		
	Oferta/Empregados	25/09/1992	10,0%	10,0%	15,1		
			Total	74,0%	465,4	232,2	697,6

Quadro 3 – Moedas de Privatização: Resultado Consolidado
Siderurgia

US\$ Milhões

Empresa	SIBR	CP	OFND	Disec	TDA	Divex	CEF	Moeda Corrente	Não Identificada	Total
Usiminas	545,6	323,5	248,1	259,3	65,5	4,4	0,0	494,8	0,0	1.941,2
Cosinor	0,0	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,0
Piratini	23,6	66,2	0,0	9,8	7,0	0,0	0,0	0,1	0,0	106,7
CST	5,2	72,6	7,2	172,2	12,3	0,0	77,9	6,2	0,0	353,6
Acesita	26,5	74,0	152,0	75,9	111,6	2,1	23,3	0,0	0,0	465,4
CSN	211,0	94,6	32,8	567,2	144,0	1,2	177,6	259,3	7,6	1.495,3
Cosipa	199,8	4,5	0,0	139,3	2,4	0,0	0,0	239,7	0,0	585,7
Açominas	89,2	6,1	0,1	439,8	23,0	0,2	10,3	29,9	0,0	598,6
Total	1.100,9	656,5	440,2	1.663,5	365,8	7,9	289,1	1.030,0	7,6	5.561,5

Quadro 4 – Resultado Consolidado por Tipo de Oferta**Siderurgia**

US\$ Milhões

Empresa	Leilão	Empregados	Público	Oferta Doméstica/Internacional	Pública	Total
Usiminas	1.377,4	34,0	49,8	480,0		1.941,2
CSN	1.266,9	76,0	152,4			1.495,3
Açominas	554,2	44,4				598,6
Cosipa	340,1	29,4	216,2			585,7
Acesita	450,3	15,1				465,4
CST	338,5	15,1				353,6
Piratini	105,3	1,4				106,7
Cosinor	15,0					15,0
	4.447,7	215,4	418,4	480,0		5.561,5
Venda de Participações(Decreto 1.068)						
Total	1.168,8					1.168,8
Total Geral	22.211,8	731,7	663,1	7.217,0		30.823,6
	72,0%	2,4%	2,2%	23,4%		100,0%

Quadro 5 – Resultado Consolidado por Tipo de CompradorSiderurgia
Milhões

US\$ 364

Empresa	Instituições Financeiras	Fundos de Pensão	Empresas Nacionais	Capital Estrangeiro	Pessoa Física	Total Venda
Usiminas	480,7	469,6	286,5	138,1	566,3	1.941,2
CSN	574,6	182,0	458,7	47,5	232,5	1.495,3
Açominas	168,8	2,4	381,8	0,5	45,1	598,6
Cosipa	1,9	0,6	317,1	11,0	255,1	585,7
Acesita	144,8	204,4	65,3	9,9	41,0	465,4
CST	226,1	10,2	92,4	0,2	24,7	353,6
Piratini			105,1		1,6	106,7
Cosinor	13,6				1,4	15,0
Total	1.596,9	869,2	1.720,5	207,2	1.167,7	5.561,5

Quadro 6 – Ofertas em Leilão

US\$ Milhões

Empresa	Tipo de Oferta	Data da Oferta	Resultado de Venda	Mínimo do Leilão	Ágio	Mínimo de Moeda Corrente
Celma	Leilão/Ordinárias	01/11/1991	90,7	72,5	25,1%	0,0%
Cosinor	Leilão/Ordinárias Preferenciais	14/11/1991	13,6	12,0	13,7%	0,0%
Mafersa	Leilão/Ordinárias Preferenciais	11/11/1991	48,4	18,5	161,8%	0,0%
Usiminas	Leilão/Ordinárias	24/10/1991	1.112,4	973,2	14,3%	0,0%
	Leilão-2/Preferenciais	18/11/1991	264,3	264,3	0,0%	
Soma1991			1.529,4	1.340,5	14,1%	
Acesita	Leilão/Ordinárias	22/10/1992	450,3	347,7	29,5%	0,0%
Alcalis	Leilão/Ordinárias Preferenciais	15/07/1992	78,9	78,9	0,0%	0,0%
CBE	Leilão/Ordinárias	03/12/1992	10,9	10,9	0,0%	0,0%
Copesul	Leilão/Ordinárias	15/05/1992	797,1	617,1	29,2%	0,0%
CST	1ºLeilão/Ordinárias Preferenciais	16/07/1992	295,4	295,4	0,0%	0,0%
	2ºLeilão/Ordinárias Preferenciais	23/07/1992	36,9	36,9	0,0%	0,0%

Quadro 7 – Modificação da Estrutura do Capital Votante após a Venda**Acesita**

Acionistas	Anterior	Posterior
Banco do Brasil	91,5%	
Outros Acionistas Prévios	8,5%	8,5%
Outros Adquirentes		22,7%
Previ – Caixa Prev. Func. Banco do Brasil		15,0%
Empregados		12,4%
Outras Ent. Previdência Privada		(37) 9,7%
Fundação Sistel		9,2%
Banco Safra/Albatroz S.A.		8,8%
Banco Real S.A.		5,6%
Banco Comercial Bancesa S.A.		4,2%
Fundação Petros		2,2%
Capital Estrangeiro		(14) 1,8%
Total	100,0%	100,0%

Quadro 8 – Valores de Avaliação (Serviços A e B) – 100% DO CAPITAL

SIDERURGIA

US\$ Milhões

EMPRESAS	VALOR ECONÔMICO AJUSTADO			VALOR FIXADO PELO CND
	Serv. A	Serv. B	Serv. C	
1. Usiminas	1.650,2	1.819,6	–	1.844,7
2. CSN	1.730,7	1.462,8	–	1.587,9
3. Açominas	346,4	320,0	–	346,4
4. Acesita	417,0	476,6	–	476,6
5. Cosipa	229,0	201,0	–	229,0
6. CST	350,0	400,0	–	400,0
7. Piratini	33,2	42,9	–	42,9
8. Cosinor	8,5	9,0	–	12,4

Composição acionária (%)
Acesita

Acionistas	1992	1993	1998	2000	2001	2004	2005
Banco do Brasil	91,50						
Outros Acionistas Prévios	8,50	8,50					
Banco Comercial Bancesa S.A.		4,20					
Banco Real S.A.		5,60					
Banco Safra/Albatorz S.A.		8,80					
Capital Estrangeiro		1,80					
ARCELOR Aços Planos Br Ltda.						27,68	27,68
Arcelor Spain Holding SL							12,29
USINOR Empreendimentos e Participações Ltda.					27,68		
PREVI Banco do Brasil		15,00	27,68	27,68	13,27	13,27	6,95
SISTEL		9,20	7,57	5,45	4,61	4,05	
PETROS		2,20	3,28	3,28	3,28	1,98	
PREVI BANERJ			0,54	0,59	0,58	0,58	0,58
Real Grandeza Fund. Prev. Assist. Social			0,19	0,13	0,12	0,16	0,16
POSTALIS			0,34	0,20	0,20	0,20	0,20
CIGA - Clube de Inv. Emp. Grupo Acesita		12,40	0,2	0,17	0,18	0,12	0,12
Total do grupo de controle			53,07	50,77	49,92	47,98	47,01
Ações em tesouraria			0,51	0,34	0,34	0,34	0,34
BNDESPAR			18,84	17,46	17,46	17,34	17,05
outros		22,70	27,58	31,43	32,28	34,34	34,65
Outras Ent. Previdência Privada		9,70					
Total	100	100	100	100	100	100,06	100

■ Compõe o grupo de controle

Fonte: Relatório de Atividades do PND (2005) e Relatórios Anuais Acesita (1998-2005)

Anexol_tab17

366

DADOS DE PESSOAL OCUPADO POR ATIVIDADES (1996-2003)**Município de Timóteo - MG**

ATIVIDADE	Número de unidades locais (Unidade)								Número de unidades locais (Percentual)							
	1.996	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	1.996	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003
Total	1.536	1.792	1.780	2.091	2.143	2.522	2.588	2.605	100	100	100	100	100	100	100	100
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	5	11	9	9	11	11	12	12	0	1	1	0	1	0	0	0
B Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C Indústrias extrativas	9	9	7	8	6	10	9	7	1	1	0	0	0	0	0	0
D Indústrias de transformação	147	179	180	220	232	264	273	261	10	10	10	11	11	10	11	10
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1	1	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0
F Construção	52	58	66	56	52	56	54	49	3	3	4	3	2	2	2	2
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	754	852	821	962	970	1.161	1.169	1.183	49	48	46	46	45	46	45	45
H Alojamento e alimentação	119	150	136	154	158	173	166	159	8	8	8	7	7	7	6	6
I Transporte, armazenagem e comunicações	45	57	50	63	66	74	71	80	3	3	3	3	3	3	3	3
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços rel.	15	15	16	36	29	37	34	39	1	1	1	2	1	1	1	2
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	160	186	213	250	292	341	371	389	10	10	12	12	14	14	14	15
L Administração pública, defesa e seguridade social	1	5	1	1	1	2	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0
M Educação	31	38	37	41	36	53	58	52	2	2	2	2	2	2	2	2
N Saúde e serviços sociais	68	81	72	86	91	119	128	127	4	5	4	4	4	5	5	5
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	129	150	171	204	198	220	239	243	8	8	10	10	9	9	9	9
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ATIVIDADE	Pessoal ocupado total (Pessoas)									Pessoal ocupado total (Percentual)								
	1.980	1.996	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	1.980	1.996	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003
Total	17.287	12.710	14.944	12.806	12.799	13.846	17.082	17.133	16.989	100	100	100	100	100	100	100	100	100
A Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	720	78	57	99	66	101	43	48	54	4	1	0	1	1	1	0	0	0
B Pesca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C Indústrias extrativas	-	104	124	153	103	89	97	104	92	-	1	1	1	1	1	1	1	1
D Indústrias de transformação	9.260	5.099	6.650	5.230	4.825	5.988	6.275	6.254	6.235	54	40	45	41	38	43	37	37	37
E Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X
F Construção	-	341	345	811	467	355	881	513	475	-	3	2	6	4	3	5	3	3
G Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	-	1.639	2.068	1.839	2.422	3.292	3.784	3.901	4.062	-	13	14	14	19	24	22	23	24
H Alojamento e alimentação	-	506	518	340	429	680	715	549	499	-	4	3	3	3	5	4	3	3
I Transporte, armazenagem e comunicações	643	275	330	124	160	369	389	434	278	4	2	2	1	1	3	2	3	2
J Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços rel.	-	134	146	157	170	157	172	167	171	-	1	1	1	1	1	1	1	1
K Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	-	871	1.051	538	619	1.119	1.640	1.258	1.328	-	7	7	4	5	8	10	7	8
L Administração pública, defesa e seguridade social	-	X	1.495	X	X	X	X	X	2.297	-	X	10	X	X	X	X	X	14
M Educação	-	190	241	205	268	210	256	342	315	-	1	2	2	2	2	2	2	2
N Saúde e serviços sociais	-	903	906	826	903	945	539	646	582	-	7	6	6	7	7	3	4	3
O Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	5.384	871	962	1.029	1.064	496	493	600	559	31	7	6	8	8	4	3	4	3
P Serviços domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Q Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

WWW.IBGE.com.br

Anexol_tab18

Produção por Empresa – 1997/98/99

Mil t

Emnresas	1997	% 97/96	1998	% 98/97	1999*	% 99/98
CST – semi	3.713	+4,0	3.819	+2,9	4.413	+15,6
Açominas – semi	2.375	-1,1	2.330	-1,9	2.354	+1,0
CSN – planos	4.796	+9,9	4.708	-1,8	4.851	+3,5
Usiminas – planos	3.930	-2,7	4.023	+2,4	2.980	-25,9
Cosipa – planos	3.790	+5,2	3.517	-7,2	2.593	-26,3
Acesita – planos	632	+1,3	687	+8,7	785	+14,3
Gerdau – longos	3.043	+5,7	2.957	-2,8	3.258	+9,9
Belgo-Mineira –	1.744	-0,7	2.156	+23,6	2.266	+5,1
Aços Villares – longos	746	+10,4	624	-16,3	632	+1,2
Mannesmann – longos	500	-4,3	433	-13,4	364	-15,8
Outras – longos	879	+23,7	492	-44,1	494	+0,6
Total	26.152	+3,6	25.750	-1,5	24.995	-3,0

Fonte: Andrade, 2000
*estimativa BNDES.
A estatística da Belgo-Mineira inclui a produção da Mendes Junior; Outras = Barra Mansa, CBAço, Itaunense, Mafersa.

Produção por Produtos – 1997/98/99

Milhões de t

Produtos	1994	1995	1996	1997	% 97/96	1998	% 98/97	1999	% 99/98	2001	2002	2003	2004	2005
Aço Bruto	25,7	25,1	25,	26,2	+3,6	25,8	-1,5	25,0	-3,0	26,7	29,6	31,1	32,9	31,5
Laminados				17,4	+4,5	16,4	-6,1	16,8	+2,3					
Planos				11,3	+2,2	10,4	-7,9	10,1	-2,5					
Longos				6,2	+8,8	6,0	-2,9	6,7	+10,7					
Semi-acabados				6,7	+4,0	6,9	+2,2	7,3	+7,4					
Placas				4,5	+3,6	5,0	+10,5	5,4	+9,3					
Blocos Tarugos				2,3	+4,7	1,9	-14,4	2,0	+2,3					

Fonte: Andrade, 1998; 2000 e Sarti, 2005

Faturamento, Impostos Pagos e Empregos – 1997/98/99

US\$ milhões

Dados	1997	% 97/96	1998	% 98/97	1999	% 99/98
Faturamento	11.781	+0,6	10.182	-13,6	8.170	-19,7
Merc. Interno	8.722	+3,9	7.351	-14,0	5.764	-21,6
Merc. Externo	2.873	-9,3	2.509	-15,7	2.259	-9,9
Outras Rec.	186	+30,0	248	+33,2	147	-40,7
Impostos Pagos	1.783	+4,3	1.652	-7,4	1.352	-18,1
IPI	448	+3,5	404	-3,2	315	-22,0
ICMS	1.153	+5,1	1.035	-10,3	808	-21,9
Outros	182	+1,1	214	+16,9	229	+7,0
Efetivo na Ativ. mil empreg.	73,5	-5,1	62,9	-14,6	58,9	-6,4

Fonte: Andrade, 2000

Mundo: Maiores empresas siderúrgicas – 2004

Milhões ton

Class.	Empresas	Produção de Aço	Nacionalidade
1	Mittal Steel	58,9	Índia
2	Arcelor	46,9	Luxemburgo
3	Nippon Steel	32,4	Japão
4	JFE	31,6	Japão
5	Posco	30,2	Coréia do Sul
6	Shanghai Baosteel	21,4	China
7	US Steel	20,8	EUA
8	Corus Group	19,0	Inglaterra / Holanda
9	Nucor	17,9	EUA
10	ThyssenKrupp	17,6	Alemanha
11	Riva Acciao	16,7	Itália
12	Gerdau	16,3	Brasil
13	Sumitomo	13,0	Japão
14	EvrzHolding	12,2	Rússia
15	Sail	12,1	Índia

Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP, a partir de dados do IISI. (Sarti, 2005)

Internacionalização das siderúrgicas brasileiras – 2005

Milhões ton.				
Empresas	Produção global	Início da Internacionalização	Subsidiárias	País
Gerdau	16,3	1980	Gerdau Ameristeel	Canadá e EUA
			Gerdau Aza	Chile
			Gerdau Laisa	Uruguai
			Sipar	Argentina
			Diao e Sidelpa	Colômbia
Arcelor Brasil ²	10,5	2000	Acindar	Argentina
Grupo Usiminas	9,5	1992	Ternium ¹	Argentina
				Venezuela e México
CSN	5,5	2001	Heartland	EUA
			SteelLusosider	Portugal

1. Participação minoritária.
2. Empresa brasileira, controlada pelo Grupo Arcelor de Luxemburgo.
Fonte: Elaboração NEIT-IE-UNICAMP (Sarti, 2005)

Internacionalização da ACESITA - 2006

Ano da tomada	2005	2002	1998	Empresas brasileiras
Controladora	MITTAL [*] Índia	ARCELOR	ACERALIA Espanha	
			ARBED Luxemburgo	Belgo-Mineira
				Vega Sul
			USINOR França	ACESITA
				CST

Fonte: Elaboração própria
^{*} Em jan/2006, quando a Mittal Steel comunicou sua intenção de adquirir todas as ações da ACELOR, sendo que em junho comunicaram que estavam estudando uma fusão. Em virtude deste comunicado, a SEP solicitou que a ACELOR Brasil prestasse as informações necessárias e suficientes ao mercado brasileiro a respeito dos reflexos da mencionada operação, contudo as novas informações não atenderam satisfatoriamente às determinações de seus ofícios, a SMI e a SEP determinaram, em 29.06.2006, a suspensão da negociação das ações de emissão da Arcelor Brasil, bem como dos valores mobiliários a elas referenciados. Até o final de julho, no entanto o embargo havia sido retirado e já em agosto (CVM, 2006). Apesar destes notícias da revista **Valor Econômico** (23/ago/2006) falam do impacto da fusão delas, que segundo o site da empresa, já denominado ACELORMITTAL, deve ocorrer somente em 2007(www.arcelormittal.com).

CAMPEÕES DA LIGA ACESITANA DE FUTEBOL

ANO	TIME
1955	Acesita
1956	
1957	Vila Nova
1958	Vila Nova
1959	Vila Nova
1960	Ginásio
1961	Grêmio
1962	Industrial
1963	Industrial
1964	Industrial
1965	Vila Nova
1966	Acesita
1967	Vila Nova
1968	Forjaria
1969	Acesita
1970	São Cristovão
1971	São Cristovão
1972	Acesita
1973	Acesita
1974	Acesita
1975	Laminação
1976	Acesita
1977	Acesita
1978	Acesita
1979	Acesita
1980	Vila Nova
1981	Florestino
1982	Vila Nova
1983	Industrial
1984	Acesita
1985	Palmeiras
1986	Vila Nova
1987	Vila Nova
1988	Palmeiras
1989	Olaria
1990	Acesita
1991	São Cristovão
1992	Olaria
1993	Florestino
1994	Industrial
1995	Mensagemiro
1996	Florestino
1997	Independente
1998	Florestino
2000	Acesita
2002	Vila Nova
2003	Acesita
2004	Esplendor
2005	Palmeiras
2006	Vila Nova

RANKING DOS CAMPEÕES	
14	Acesita
11	Vila Nova
5	Industrial
4	Florestino
3	São Cristovão
3	Palmeiras
2	Olaria
1	Ginásio
1	Grêmio
1	Forjaria
1	Laminação
1	Mensagemiro
1	Independente
1	Esplendor

RELAÇÃO DE PRESIDENTES DO METASITA

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Coronel Fabriciano e Timóteo

PRESIDENTES		
Nº	NOME	PERÍODO
1º	Pedro Sampaio Guerra	1952 à 1954
2º	Estanil de Freitas	1954 à 1956
3º	José Pimenta	1956 à 1958
4º	Camilo Lelis Neto	1958 à 1960
5º	Manoel Ferreira da Silva	1960 à 1961
6º	Joaquim Gonçalves	1961 à 1962 - Rural
7º	Geraldo dos Reis Ribeiro	1962 à 1965
(Foram três juntas governativa que deveria ser de 90 dias, ficando por 1ano e 16 dias.) (Período de 1964) Sr. Sperancini, João Diogo Pereira e Joaquim Ferreira		
8º	Antônio Brum	1965 à 1970
9º	Almir de Souza Ameno	agosto de 1970(em memoria) – “mimi”
10º	José Machado Sena	1970 à 1978
11º	Dermeval Julio de Andrade	1978 à 1981
12º	Antônio Vicente Xavier	1981 à 1983
13º	Almir de Figueiredo Murta	1983 à 1987
14º	José Geraldo Costa	1987 à 1992
15º	José Gonçalves Ribeiro	1992 a 1995
16º	Marinho da Costa Teixeira	1995 a 1998
17º	Gildásio José Ribeiro	1998 a 2001
18º	Kleber Willian de Souza	2001 a 2004

Anexol_tab22

Tipo de Pesquisa	Acervos Consultados	Material Obtido
Pesquisa bibliográfica	<p>Timóteo: Fundação ACESITA, Biblioteca Municipal</p> <p>Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR – Campi Centro e Pampulha, FAE, FAFICH, IGC, FAU e Geografia), Fundação João Pinheiro,</p> <p>Coronel Fabriciano: Instituto Católico de Minas Gerais</p> <p>São Paulo: Universidade de São Paulo (FEA, FAU e FFLCH) e IBGE.</p> <p>Ipatinga: Biblioteca Municipal</p>	<p>Principais temas estudados:</p> <ul style="list-style-type: none">. urbanização e exploração de recursos naturais. industrialização e siderurgia no Brasil. TVA e CVRD: políticas de desenvolvimento e planejamento. expansão territorial e mineração em Minas Gerais. cidades novas e empresariais. habitação social. arquitetura moderna. movimentos sociais (religião, trabalho e lazer). história e memória. política empresarial. movimentos trabalhistas (sindicalismo). identidade social e cultura (definições e formas de expressão, em especial o carnaval). religiosidade e atuação da igreja católica em movimentos trabalhistas. abordagens do patrimônio arquitetônico. militares e empresas estatais. dados técnicos e econômicos da Acesita (Revistas: Exame, IBS, Gazeta Mercantil e Conjuntura Econômica). Plano diretor do Município 20041 (não aprovado) e 2004 (aprovado) <p>. relação de loteamentos aprovados no município (1979-2002)</p> <p>. Mapa de Municípios do Estado de Minas Gerais</p> <p>. Mapa topográfico do Município de Timóteo</p> <p>. Mapa da região de Ouro Branco (1936)</p> <p>. Mapa da Região de Antonio Dias (1939)</p> <p>. Lei orgânica do Município</p> <p>. produção acadêmica da UFMG, sobre siderurgia e sobre a região do Vale do Aço</p> <p>. recortes de jornal sobre Timóteo e Acesita (atualizado)</p> <p>.Recortes sobre América Futebol Clube, Mercado Municipal de Belo Horizonte e Minas Tênis Clube</p> <p>. revistas (1960-1970) e encartes (década de 1990 e 2000)) editados pela Acesita</p> <p>. Relatório da Diretoria da Acesita (1954), Relatórios da Diretoria, Balanço e demonstração de conta (1953), Parecer do Conselho Fiscal e Ata de Aprovação da Assembléia Geral (1953)</p> <p>. escritura de transferência das terras da Acesita para o Município de Timóteo</p> <p>. programa do Projeto Portal</p> <p>. mapa e histórico da cidade de Coronel Fabriciano</p> <p>. trabalhos acadêmicos sobre Ipatinga e Ouro Branco</p> <p>. imagens do carnaval de rua de Timóteo</p> <p>. relação de diretores: Petrobrás, Acesita, CSN, CVRD e Belgo-Mineira</p> <p>. entrevista com militares que presidiram empresas estatais</p> <p>. Sindicato Metalúrgicos de Timóteo(Metasita)</p> <p>. memorial e projetos solicitados pela Acesita ao engenheiro Romeu Duffles</p> <p>. projetos realizados por Romeu Duffles</p> <p>. plano de parques e bulevares de Cincinnati (1907) George Kessler</p> <p>. folheto sobre o de George Kessler para Kansas City (1920)</p>
Levantamentos documentais	<p>Timóteo: Fundação ACESITA, Biblioteca Municipal , Prefeitura Municipal, Arquivo Central da ACESITA, Paróquia de São Francisco, Sindicato dos Metalúrgicos de Timóteo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, arquivos pessoais dos Srs. Waldetaro Vitorino Dias, Kleber Barbosa, Padre Jorge Abdala , sra Vilma e Sr. Otávio Sperancine, sindicato dos siderúrgicos</p> <p>Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Secretaria de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, Departamento de Transito do Estado de Minas Gerais, Associação de ex-alunos da Faculdade de Engenharia da UFMG, CREA Belo Horizonte e cervo pessoal do Sr. José Luis Batista, família Duffles Teixeira de Andrade, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo, Horizonte, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Minas Tênis Clube, Departamento de Estadual de Obras Públicas</p> <p>São Paulo: IBGE.</p> <p>Consultas em por email: Museu Mineiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural de Minas</p> <p>Consultas em por telefone: Biblioteca do Instituto Izabella Hendrix, América Futebol Clube</p>	<p>O material obtido é bastante significativo, constando desde fotografias (da década de 1940 à 1970), projetos de edifícios, implantação de loteamentos, plantas de cidades (cópia em papel e um arquivo em autocad), livros de memórias, fotografias e filmagem do estado atual de locais de interesse. Sua descrição e catalogação foi realizada para o terceiro trabalho programado e completada pelo trabalho programado 6.</p> <p>Além de Timóteo, buscou-se elaborar mapas que demonstrem a organização espacial das demais cidades siderúrgicas mineiras.</p>
Levantamento iconográfico (plantas, fotos, projetos de arquitetura)	<p>Timóteo: Fundação ACESITA, Biblioteca Municipal, Arquivo Central da ACESITA, Parque Nacional do Vale do Rio Doce</p> <p>Belo Horizonte: acervo pessoal do Sr. José Luis Batista e família, DufflesArquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Museu Abílio Barreto, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Minas Tênis Clube</p> <p>Biblioteca Pública Municipal</p> <p>Secretaria de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais, Departamento de Estadual de Obras Públicas</p>	
Entrevistas	<p>Levantamento de campo das cidades: Volta Redonda, Ouro Branco, Monlevad, Itabirito, Itabira, Nova Era, Ipatinga, Sorocaba (antiga fábrica Ipanema) e Timóteo</p> <p>Timóteo: José Eustáquio de Carvalho, Waldetario Vitorino Dias, João Kleber Barbosa, Olinto Araújo, José Cruz, Padre Jorge Abdala, Aparecida, Rosana Diniz, Perácio de Araújo Bicalho, Núbia Batista da Silva, José Fausto d´Ávila, Sr. Vilma Sperancine, Sr. Otávio</p>	<p>As informações obtidas através das entrevistas (~23horas de gravação) são um material riquíssimo, demonstrando a visão da cidade e da empresa pelos olhos de ex e atuais trabalhadores de setores e períodos diversos, de um farmacêutico, membro do sindicato, uma professora, um padre, funcionários da prefeitura, da cooperativa de trabalhadores de aço inox, organizadores do carnaval, sindicalistas e um ex-prefeito.</p>

Pesquisa em
periódicos

Sperancine, Sr. José Mendes de Meneses e Sr. Ciro
Barbosa Machado, Toni (sindicato), Paulo de Della
Libera (funcionário Acesita), Leonardo Rodrigues da
Cunha (ex-prefeito)
Belo Horizonte: José Luis Batista, Dna. Vanda Duffles
Teixeira de Andrade, (cunhada do eng. Romeu Duffles) e
seus filhos Marcos e Fábio

Volta Redonda: Fernando Sena,

Ouro Branco: Legiana e Jorge Peres

Antônio Dias: Joaquim Maria das Graças Lima

Bibliotecas Municipais: Timóteo, Ipatinga, Coronel
Fabriciano

Bibliotecas universitárias: FEA e FAU - USP

Revistas: Observador Econômico, Visão: Quem é Quem, Fato (Acesita),
Minas em Revista, O Vale em Revista, Módulo (incompleto).
Jornais: Diário do Aço, Jornal do Vale do Aço, Novos Rumos.

Anexoll_mapa1

Antônio Silva (1971-1972)

Áreas de loteamentos aprovados no município de Timóteo

(em km²)

	Área 1				Área 2				Área 3				Área 4				Área 5				total do município
	período	%cresc.	total	%total urbano	período	%cresc.	total	%total urbano	período	%cresc.	total	%total urbano	período	%cresc.	total	%total urbano	período	%cresc.	total	%total urbano	
1930	0,22		0,22	100%				0%				0%				0%				0%	0,22
1940	0,28	127,3%	0,55	6,9%	7,46		7,46	93,1%				0,0%				0,0%				0,0%	8,01
1970	1,81	329,1%	2,31	5,4%	0,79	10,6%	8,25	19,2%	19,17		19,17	44,6%	10,41		10,41	24,2%	2,89		2,89	6,7%	43,03
1980	0,33	14,3%	2,65	6,0%	0,82	9,9%	9,07	20,5%	0	0,0%	19,17	43,4%	0	0,0%	10,41	23,6%	0	0,0%	2,89	6,5%	44,19
1990	0,71	26,8%	3,36	7,1%	0	0,0%	9,07	19,2%	0	0,0%	19,17	40,5%	0,27	2,6%	10,68	22,6%	2,15	74,4%	5,04	10,7%	47,32

Fonte: dados Furtado, 2005

Geraldo Ribeiro (1977-1982)

José Anchieta Poggiali (1997-2000)

Geraldo do Nascimento (2001-2006)

Irregularidades Fundiária (2004)

AnexoIII_org3

Estrutura Societária da ACESITA em 2006

Fonte: http://www.acesita.com.br/port/conheca_acesita/perfil_estrutura.asp em 21/dez/2066

Estrutura Societária da ACESITA em 2006

DECRETO FEDERAL 23.569 DE 11 DE DEZ DE 1933

Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor.

Capítulo IV -Das especializações profissionais

Art. 28 - São da competência do engenheiro civil:

o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de

a) “trabalhos topográficos e geodésicos;

b) “ edifícios, com todas as suas obras complementares;

c) “ das estradas de rodagem e de ferro;

d). “ das obras de captação e abastecimento de água;

e) “ de obras de drenagem e irrigação;

f) “ das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas;

g) “ das obras relativas a portos, rios e canais e das concernentes aos aeroportos;

h) “ das obras peculiares ao saneamento urbano e rural;

i) projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;

j) a engenharia legal, nos assuntos correlacionados com as especificações das alíneas "a" a "i";

Art. 30 - Consideram-se da atribuição do arquiteto ou engenheiro-arquiteto:

o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de

a) “ de edifícios, com todas as suas obras complementares;

b) “ das obras que tenham caráter essencialmente artístico ou monumental;

c) o projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo;

d) o projeto, direção e fiscalização das obras de arquitetura paisagística;

e) o projeto, direção e fiscalização das obras de grande decoração arquitetônica;

f) a arquitetura legal, nos assuntos mencionados nas alíneas "a" a "c" deste Artigo;

g) perícias e arbitramentos relativos à matéria de que tratam as alíneas anteriores.

LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966.

Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências

Capítulo I - Das Atividades profissionais**SEÇÃO IV**

Atribuições profissionais e coordenação de suas atividades

Art . 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;

c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;

e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

f) direção de obras e serviços técnicos;

g) execução de obras e serviços técnicos;

h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art . 8º As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas a , b , c , d , e e f do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas nos art. 7º, com excessão das contidas na alínea " a ", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta lei lhe confere.

Art . 9º As atividades enunciadas nas alíneas g e h do art. 7º, observados os preceitos desta lei, poderão ser exercidas, indistintamente, por profissionais ou por pessoas jurídicas.

Art . 10. Cabe às Congregações das escolas e faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia indicar, ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as

características dos profissionais por ela diplomados.

Art . 11. O Conselho Federal organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.

Art . 12. Na União, nos Estados e nos Municípios, nas entidades autárquicas, paraestatais e de economia mista, os cargos e funções que exijam conhecimentos de engenharia, arquitetura e agronomia, relacionados conforme o disposto na alínea " g " do art. 27, somente poderão ser exercidos por profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art . 13. Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com esta lei.

Art . 14. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no art. 56.

Art . 15. São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei.

Art . 16. Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e co-autores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.

Fontes:

<http://200.242.128.189/legislacao/d23569.htm>

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L5194.htm>

Pesquisadas em 03/fev/2007

AnexoV_RADT**Pesquisa: Romeu de Andrade Duffles Teixeira****DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAL****Nascido** em 04/fev/1900 - Antonio Carlos (antigo Sítio, distrito de Barbacena)**Estudou** na Escola Nacional de Engenharia – Universidade do Brasil – RJ**Registrado** no Crea 4ª Sessão nº 1.023/D – engenheiro industrial**Falecido** em 06/set/1976**ARQUIVOS PESQUISADOS E INFORMAÇÕES OBTIDAS:****1. SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ATUAL SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES)**

Rua Manaus, 467 – Santa Efigênia – Belo Horizonte – MG

Fone: (31) 3239.0908 / 0909 / 0900

Assessoria de Comunicação Sr. José Alves (chefe gabinete) – Patrícia

RH – Aldativa

22/dez/1953 - Carta de próprio punho pedindo contagem de tempo de serviço para aposentadoria

Trabalhou em:

- jan/1928 à maio 1929 – 5º Residência de Estradas de Rodagem (trecho Barbacena – Palmeira (Santos Dumond))
- fev/1932 à jan/1933 – Estrada São Romão – Formosa (auxiliar de escritório) – sob a chefia do engenheiro Cícero Andrada de Magalhães Gomes e Alderico Rodrigues de Paula
- jan/1933 à abr/1935 – Departamento de Viação – sob a chefia do engenheiro José Soares de Matos, Odilon Dias Pereira e Santana

12/jan/1954 - Carta pedindo Certificado para aposentadoria de serviços prestados ao Estado

- admitido em 1928
- contratado como engenheiro industrial em 1943

11/maio/1953 – começou a trabalhar no Estado como **apontador chefe** na 5ª Residência do Estado, no trecho Barbacena – Palmira da estrada Belo Horizonte – Rio de Janeiro, em **2/jan/1928**, onde trabalho até **30/jun/1929**.

*“Voltou a prestar serviços, desta feita, como **auxiliar de escritório**, sob a chefia de Cícero Andrada de Magalhães Gomes, na Estrada São Romão – Formosa (08/ou/1932 – 10/abr/1934) na **Divisão de Viação**.*

*Em 11/abr/1934, passou a prestar sua colaboração em serviços internos da Secretaria de início como **praticante, auxiliar do serviço de estradas** e finalmente como **engenheiro**, trabalhando sem interrupção até 15/dez/1953.*

Juntando os períodos acima mencionados, ficou apurado que o Sr. Romeu de Andrade Duffles Teixeira obteve o exercício adquirido de 8.238 dias ou sejam: 27 anos, 6 meses, 28 dias de serviços prestados.”

26/jul/1954 – recebeu a referida certidão**29/dez/1954** – solicita recontagem do tempo para recebimento dos quinquênios – resultado: 23 anos**18/jan/1956** – solicita nova contagem – cuja certidão saí neste dia, tendo como resultado: 8.619 dias**11/mar/1958** – pede recontagem dos períodos 1928-1929 e 1932-1933**10/abr/1958** – recebe a certidão onde se acrescentam 1.070 dias, referente ao período solicitado**2. CREA – BH (CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA – BELO HORIZONTE)**

Não foi localizado registro

3. DER – MG (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DE MINAS GERAIS)

Com o desmembramento da secretaria de obras em 1946 e sua transformação em autarquia em 1953, alguns funcionários foram transferidos para o DER, Romeu Duffles não consta entre eles.

4. ESCOLA POLITÉCNICA UFRJ - antiga ESCOLA NACIONAL DE ENGENHARIA

Confirmação do curso, ano de ingresso e conclusão – aguardando resposta UFRJ

5. BIBLIOTECA DO INSTITUTO IZABELA HENDRIX – BH

Não há registro da doação dos livros de sua biblioteca pessoal

6. AMÉRICA FUTEBOL CLUBE

Segundo informações fornecidas pelo Sr. Carlos Paiva (historiador do clube), entre 1917 e 1919 jogou no 2º quadro, time formado por garotos norte-americanos do time

7. MINAS TÊNIS CLUBE

Segundo informação obtida em consulta ao clube, junto a Adriana Avila (setor de relações públicas), não há registro da participação do engenheiro Romeu A. D. T. do projeto do clube.

8. IEPHA - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas

O acervo da SETOP (Secretaria Estadual de Transportes e Obras Públicas), que deveria ser transferido para um dos edifícios do “Corredor Cultural” a fim de poder ser consultado, até agosto de 2006 não estava disponível para consulta (informações de Andreia Xavier em setembro/2006).

9. PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE – Secretaria de Obras

Guarda acervo somente de obras posteriores a 1970.

PROJETOS ANALISADOS

19... – Paraguassú – Praça Oswaldo Costa

Foto: Orvando

Referência: fotografias

193.. – Carangola – Urbanização – Praça de Esportes Minas Gerais

Projeto

Desenho: J. Cantagallo

Secretário da Viação: Odilon Dias Pereira

Eng. Chefe do Serviço de Saneamento e Urbanismo: Afonso Cast...

Prefeito: Waldemas Soares

Referência: perspectiva

1937 (out) – Barreiro de Araxá – Praça parque sports

Projeto

Desenho: Eurico R. Coelho

Eng. Chefe do Serviço de Saneamento e Urbanismo: Lincon Continentino

Eng. Chefe do Serviço de Estancias: José Francisco de M... Jr.

Referência: planta

1938 – Belo Horizonte – Palácio da Liberdade – Parque

Projeto

Desenho: J. Cantagallo

Secretário da Viação: ...

Eng. Chefe do Serviço de Saneamento e Urbanismo: João P... Filho

Construção: Otto Jacob

Referência: perspectiva

1942 – Belo Vale – Urbanização

Projeto

Referência: correspondência Lincoln Continentino (in LIMA, 2003)

1944 – Curvelo – Urbanização

Projeto

Referencia: correspondência Lincoln Continentino (in LIMA, 2003)

1944(9?) – Itabirito (?) – Usina Esperança Futebol Clube (Praça de Esportes – Campo da Brasilidade e Eugenia)

Projeto

Desenho: J. Cantagallo

Referência: perspectiva

1948 – Alfenas – Jardim da Praça Rafael Magalhães

Projeto e desenho

Secretário da Viação: Odilon Dias Pereira

Eng. Chefe do Serviço de Saneamento e Urbanismo: Lincoln Continentino

Prefeito: Salomão Barroso

Referência: planta

1946 – Cel. Frabriciano – Acesita – urbanização – subdivisão de terrenos (setor II – Funcionários)

Projeto e desenho

1947 – Cel. Frabriciano – Acesita – Plano Geral

Projeto e desenho

Cópia 1951

Referência: planta

1950 – Cel. Frabriciano – Acesita - Projeto de urbanização parcial (setor IV)

Projeto e desenho

Referência: planta

1951 – Cel. Frabriciano – Acesita – Praça de esportes (geral)

Projeto e desenho

Referência: planta

1951 – Cel. Frabriciano – Acesita – Praça de esportes (detalhe quadras)

Projeto e desenho

Referência: planta

1951 – Cel. Frabriciano – Acesita – Praça de esportes (detalhe pista de atletismo)

Projeto e desenho

Referência: planta

1953 – Astolfo Dutra – Urbanização parcial (Estádio de Futebol Olyntho Almada)

Projeto e desenho

Gestão do prefeito: Domingos G. Oliveira

Referência: planta

1954 – Antônio Carlos (ex-sítio) – Urbanização

Projeto e desenho

Divisão de Urbanismo

Chefe do Departamento (D.A.M.): Reny Rabello

Referência: planta

Relação de Projetos realizados para a AcesitaTEIXEIRA, Romeu Andrade Duffles. **Memorial Urbanização de Acesita**. Mimeo, 1952. 27p.“PLANO GERAL - LOTEAMENTO

O número de lotes, contidos no Plano de Urbanismo é de 1.725, assim distribuídos, pelos vários setores.

Setor I – margem esquerda do Timotinho – 390

Margem direita – 214. Total – 604

Setor II – 133

Setor III – 238

Setor IV – 460

Setor V – 167

Setor da margem esquerda do Timotinho e Timóteo – 123

TRABALHOS ANTERIORES EXECUTADOS PELO AUTOR DO PLANO

- 1) *Esboço de urbanização no primeiro terreno, próximo ao rio Piracicaba.*
- 2) *Anteprojeto de grande área, posteriormente urbanizada.*
- 3) *Cópia colorida em papel vegetal, dêsse anteprojeto.*
- 4) *Ida ao Rio para explicação à Diretoria, das soluções, contidas nêsse estudo.*
- 5) *Anteprojeto do núcleo residencial, junto à Usina, o qual foi considerado como projeto. (mencionado, possível projeto da “Vila dos Técnicos”)*
- 6) ***Cópias do projeto de urbanização parcial, correspondente ao Setor II do Plano Geral.***
- 7) *Cópias dêsse Setor com mais detalhes*
- 8) *Cópia do Setor I do Plano Geral, margem esquerda do Timotinho*
- 9) *Cópia do Setor III do Plano Geral.*
- 10) ***Cópia do Setor IV do Plano Geral.***
- 11) ***Anteprojeto da Praça de Esportes dos Operários, em escala de 1:2.000.***
- 12) ***Cópia de uma parte do projeto da Praça de Esportes dos Operários, em escala de 1:500.***

TRABALHOS FINAIS DO PLANO DE URBANISMO E DA PRAÇA DE ESPORTES DOS OPERÁRIOS

- 1) *Cópia em papel tela do Plano de Urbanismo, em escala de 1:2.000.*
- 2) *Cópia em papel tela na escala de 1:2.000, da Urbanização Parcial (Setor II).*
- 3) *Cópia em papel tela, em escala de 1:2.000 da Urbanização Parcial (Setor IV)*
- 4) *Cópia em papel tela, na escala de 1:500, do projeto da Praça de Esportes dos Operários.*
- 5) *4 cópias em papel tela, contendo plantas ampliadas dos campos esportivos e os respectivos[sic] perfis.*

DESESESSEIS PLANTAS COLORIDAS EM PAPEL CANSO, ASSIM DISTRIBUÍDAS

- 1) *2 cópias do Plano de Urbanismo*
- 2) *2 cópias da primeira urbanização Parcial*
- 3) *2 cópias da segunda Urbanização Parcial.*
- 4) *2 cópias do projeto da Praça de Esportes dos Operários.*
- 5) *8 cópias das plantas ampliadas e perfis dos campos esportivos.*

CÓPIAS EM PAPEL OZALID

Urbanização – 16

Praça de Esportes – 20

FOTOGRAFIA

Fotografias da Urbanização e Praça de Esportes –

8 cópias fotográficas em tamanho ofício.

1 cópia fotográfica do Plano de Urbanismo, ampliada para a escala 1:5.000.

MEMORIAL

2 vias do memorial descritivo.”

Obs.:

negrito – material localizado e analisado, cópias xerox do memorial, heliográficas no tamanho A4 dos projetos e fotografia das plantas

sublinhado – atribuição de títulos e setores (autora)